



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E DIREITOS SOCIAIS

E-BOOK

VI

Seminário estadual

**DE SERVIÇO SOCIAL E
DIREITOS SOCIAIS**

23 A 26 DE MAIO DE 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Seminário Estadual em Serviço Social e Direitos
Sociais (6. : 22-26 maio 2023 : Mossoró, RN)
Anais do VI Seminário Estadual em Serviço Social e
Direitos Sociais [livro eletrônico] / organização
Mirla Cisne Álvaro. -- Mossoró, RN : Ed. dos Autores,
2024.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-08323-0

1. Direitos sociais - Brasil 2. Movimentos sociais
- Brasil 3. Políticas sociais 4. Serviço social
5. Serviço social - Congresso I. Álvaro, Mirla Cisne.
II. Título.

24-215623

CDD-361.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço social 361.3

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

APRESENTAÇÃO

O V Seminário Estadual de Serviço Social e Direitos Sociais foi realizado entre os dias 09 e 11 de agosto de 2022 e teve como tema a campanha do Conjunto CFESS/CRESS: “Trabalhadoras do Brasil, somos e lutamos com elas”. O Seminário foi promovido em parceria pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS) e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RN), e contou com o apoio da FAPERN e da CAPES.

Nesta V edição, o seminário inaugurou um marco importante, passamos a apresentar comunicações orais, resultantes de pesquisas e relatos de experiências profissionais, que ora vem a público nestes anais. Assim, além da apresentação de trabalhos realizada durante o seminário, a presente publicação possibilita o espriamento da socialização do conhecimento produzido, destacadamente, pelo PPGSSDS, mas também com a participação de discente da graduação de Serviço Sociais e profissionais já formadas.

Os trabalhos aqui publicados foram inscritos em sete eixos de apresentação, que também serão assim expostos nestes anais:

EIXO 1: 1. Estado, Fundo Público, Direitos Sociais e Seguridade Social

EIXO 2: Políticas Sociais Setoriais (Educação, Meio Ambiente, Habitação, etc

EIXO 3: Feminismos, Relações Patriarcais de Gênero, Raça, racialidades e Sexualidades

EIXO 4: Estado Penal e Serviço Social no Sociojuridico

Eixo 5: Geração; infância, juventude, velhice

EIXO 6: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

EIXO 7: Lutas, Movimentos Sociais e Educação Popular

Ao todo, tivemos 30 trabalhos completos inscritos e que ora vem ao público. Cumpre ainda destacar, que todos os trabalhos foram avaliados por pareceristas, especialistas nas áreas temáticas supracitadas. Nesse sentido, registramos nossos agradecimentos às pareceristas (Gabriela Soares; Lívia Maria, Suamy Soares; Mirla Cisne; Camila Mesquita Soares e Jussara Pereira), bem como toda comissão organizadora que possibilitou a realização do V Seminário Estadual de Serviço Social e Direitos Sociais e por conseguinte, a publicação destes anais.

Esperamos que esta publicação potencialize novas pesquisas e que contribuam com os diferentes objetos de investigação e intervenção profissionais aqui tematizados.

Mirla Cisne
Comissão organizadora e científica

Mossoró, junho de 2023.

COMISSÃO ORGANIZADORA

MIRLA CISNE ÁLVARO (UERN)
GABRIELA SOARES DA SILVA (UERN)
CAMILA MESQUITA SOARES (UERN)
SUAMY RAFAELY SOARES (UERN)
LÍVIA MARIA E SILVA (UERN)
JUSSARA PEREIRA BERNARDO (UERN)
CINTHIA FONSECA LOPES (UNILAB)
LUANA MIRANDA DE QUEIROZ (CRESS/RN)

PARECERISTAS/AVALIADORAS

GABRIELA SOARES DA SILVA (UERN)
CAMILA MESQUITA SOARES (UERN)
SUAMY RAFAELY SOARES (UERN)
MIRLA CISNE ÁLVARO (UERN)
LÍVIA MARIA E SILVA (UERN)
JUSSARA PEREIRA BERNARDO (UERN)

REALIZAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E DIREITOS SOCIAIS
(PPGSSDS) E O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS-RN)

APOIO

FUNDAÇÃO DE AMPARO E PROMOÇÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO DO RN (FAPERN)
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
(CAPES)

SUMARIO

• Estado, Fundo Público, Direitos Sociais e Seguridade Social

POLÍTICAS SOCIAIS NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE BRASILEIRO COMO MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS.....	1
<i>ELLEN KRISTHIAN COSTA PAIVA</i>	

A POLÍTICA DE SAÚDE BRASILEIRA E A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DE CIDADANIA.....	14
<i>ELLEN KRISTHIAN COSTA PAIVA</i>	

OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: ESTADO, DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS SOCIAIS.....	27
<i>Larissa Monteiro Ribeiro</i>	

CAPITALISMO TARDIO, ESTADO NEOLIBERAL E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL.....	40
<i>Vitória Ávila De Souza Meira</i> <i>Márcia Da Silva Pereira Castro</i>	

FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL E A PARTICULARIDADE DA ECONOMIA DEPENDENTE: BREVES NOTAS PARA COMPREENDER O BRASIL.....	52
<i>Ingrid Lydiane de Lima Silva</i>	

DESEMPREGO E INFORMALIDADE DO TRABALHO: OBSTÁCULOS PARA A MATERIALIZAÇÃO DO DIREITO SOCIAL DO TRABALHO.....	62
<i>Ana Clara Tavares de Araújo</i> <i>Joyce Moura de Queiroz</i>	

O TERRITÓRIO COMO LUGAR DE RESISTÊNCIA NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): UM DEBATE NECESSÁRIO.....	74
<i>Jhon Lenon Jardim da Silva</i> <i>Maria Helena Cariaga</i>	

• Políticas Sociais Setoriais (Educação, Meio Ambiente, Habitação, etc...)

SERVIÇO SOCIAL E RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE: CAMINHOS E POSSIBILIDADES PARA O FORTALECIMENTO DO SUS.....	82
<i>TAMÍRES DA SILVA MORAIS</i> <i>VITÓRIA BRENDA DE FRANÇA CUNHA</i>	

A IMPORTÂNCIA DO CONTATO DURANTE A GRADUAÇÃO COM O DEBATE SOBRE LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS: ESTRATÉGIA DE COMBATE AO CONSERVADORISMO NA PRÁXIS DO SERVIÇO SOCIAL.....	91
<i>Barbara Cristina Machado Santiago</i>	

O PREVENTIVO AMPLIADO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A CONSULTA MULTIPROFISSIONAL NA RESIDÊNCIA EM ATENÇÃO BÁSICA, SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE.....	98
--	----

Ariele França de Melo
Adauto Vinicius Moraes Calado
Sarah Mikaelly Ferreira e Silva

A EDUCAÇÃO EM SAÚDE E A EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NOS 16º E 17º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS: EM QUAL PERSPECTIVA ESTAMOS PENSANDO E TRABALHANDO?.....	110
---	-----

Cecília Nascimento Johnson

EDUCAÇÃO E AS INVESTIDAS DO ESTADO NUM CONTEXTO NEOLIBERAL NO BRASIL.....	121
---	-----

MIRLEY JORDANA FERNANDES DA SILVA
MARIANA DANTAS SOARES

A LEI 13.935/2019 COMO ESTRATÉGIA DE ATENÇÃO ÀS DEMANDAS SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....	130
---	-----

Iris de Lima Souza

A PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL, COM RESSALVA PARA OS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO.....	139
---	-----

Ana Clara Tavares de Araujo
Maria Heloiza de Araujo Berto

ASSISTÊNCIA SOCIAL E TERRITÓRIOS RURAIS: O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM COMUNIDADES RURAIS.....	149
--	-----

Karine Carneiro de Oliveira Silva

O PRÉ-NATAL SOCIAL COMO DISPOSITIVO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ-CE: UM RELATO DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL.....	160
--	-----

Larissa Silva Carvalho
Francisco Daniel Coelho Viana

POLÍTICA DE SAÚDE E FAMILISMO: UMA REFLEXÃO SOBRE A CENTRALIDADE DO CUIDADO EM SAÚDE.....	170
---	-----

Beatriz Dantas Gomes Bezerra
Rafaela Vyviane dos Santos

DESAFIOS NA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE SAÚDE NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19.....	180
---	-----

Beatriz de Souza Silva
Flavia Nayane Aguiar Ferreira
Naiara Lima de Carvalho

• **Feminismos, Relações Patriarcais de Gênero, Raça, racialidades e Sexualidades**

“A CLASSE TRABALHADORA TEM SEXO”: UM ESTUDO SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ (RN).....	188
--	-----

Monaliza Nunes de Carvalho Trigueiro

“O ESTADO É LAICO, MAS NÓS SOMOS TERRIVELMENTE CRISTÃOS”: OS AVANÇOS DO CONSERVADORISMO NEOPENTECOSTAL NO BRASIL E AS POLÍTICAS ANTI-GÊNERO.....	200
--	-----

Eulália Vitória Dantas de Souza
Julio Sylvester Vasconcelos Belchior
Suamy Rafaely Soares

RACISMO ENQUANTO PRÁTICA IDEOLÓGICA: UMA ANÁLISE SOBRE OS REBATIMENTOS DO RACISMO PARA ESTUDANTES NEGRAS/NEGROS NO AMBIENTE ESCOLAR	211
---	-----

Maria Jose Batista De Sousa

ESTADO PENAL/PATRIARCAL E O CONTROLE SOBRE OS CORPOS DAS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.....	220
--	-----

Luciana de Paula Ramos
Fernanda Marques de Queiroz

O “NÃO” LUGAR DAS MULHERES NAS UNIVERSIDADES: ANÁLISE DOS DESAFIOS POSTOS ÀS MULHERES NAS UNIVERSIDADES.....	234
--	-----

Maria Ilidiana Diniz
Rayanny Francisdarc Alves da Silva

“EU NÃO AGUENTO MAIS, EU TENHO QUE RESOLVER TUDO SOZINHA, TÔ MUITO CANSADA”: O TRABALHO NÃO REMUNERADO ENQUANTO CAUSADOR DO ADOECIMENTO PSICOSSOCIAL DAS MULHERES.....	246
--	-----

Caroliny Rhaissy de Sousa Melo

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E JORNADA CONTÍNUA: FATOR DETERMINANTE NO PROCESSO DE ADOECIMENTO PSICOSSOCIAL DAS MULHERES.....	255
---	-----

Ellen Beatriz Moraes Pinto
Joyce Moura de Queiroz

A IMBRICAÇÃO ENTRE RACISMO ESTRUTURAL, VIOLENCIAS E DISCRIMINAÇÕES CONTRA AS MULHERES NEGRAS.....	266
---	-----

Hanna Hélida de Oliveira Silva
Ana Clara Guedes
Fernanda Marques de Queiroz

CAPITALISMO E PATRIARCADO NA VIDA DE MULHERES NEGRAS: A IMPORTÂNCIA DO FEMINISMO NEGRO.....	279
---	-----

Damylle Cristiane de Oliveira Lima
Gabriela Soares da Silva
Ligya Pereira Rocha

BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÓFONO: UMA APROXIMAÇÃO.....	288
--	-----

Antoinette Madureira

DUPLA PANDEMIA: UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM TEMPOS DE COVID-19.....	298
--	-----

Jaisllam Ranilton da Silva
Lígya Pereira Rocha

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À DIVISÃO SOCIOSSEXUAL DO TRABALHO E SOBRECARGA DAS MULHERES.....	309
--	-----

WICTORIA KAROLAYNE DE SOUZA TARGINO

VERONICA MARIA FERREIRA

FEMINISMO E EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE ESTA RELAÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL.....320

Maria Aparecida Elias Pereira

PACTO DA BRANQUITUDE, MOBILIDADE SOCIAL DO NEGRO E COTAS RACIAIS NO BRASIL.....332

GENDERSON KAIO COSTA DE SOUZA

TRANSFEMINISMO E MARXISMO: uma aproximação revolucionária.....344

Michel Douglas da Silva Saraiva

UM ENSAIO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O FEMINISMO E O MÉTODO MONTESSORI NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS.....354

Mickaelly Moreira de Araújo

• Estado Penal e Serviço Social no Sociojuridico

CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UM RECORTE PERANTE A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DOS APENADOS E OS VIOLENTOS ATAQUES OCORRIDOS NO RIO GRANDE DO NORTE.....361

João Batista de Lima Martins Neto

Luanna Bezerra de Freitas

• Geração; infância, juventude, velhice

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS IDOSAS NA CASA DE PASSAGEM OLGA PEREIRA: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL.....373

Laura Pollyanna Rodrigues de Melo

Luana dos Santos Nogueira Freitas

DAS RUAS A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS VIOLÊNCIAS QUE ASSOLAM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.....383

Emanuel Caionário Dantas

Lara Raquely Alves de Oliveira

Vitória Lima de Oliveira

DISCUTINDO A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO CONTRIBUIÇÃO PARA PROTEÇÃO E AUTOPROTEÇÃO DE CRIANÇAS CONTRA O ABUSO SEXUAL.....392

Nádja Grazielly Bezerra da Silva

“TENHO DEZ ANOS DE IDADE/NÃO SEI O QUE É BRINCAR/EU PASSO NECESSIDADE/PRA MINHA MÃE SUSTENTAR”: OS IMPACTOS DO TRABALHO PRECOCE NA SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....403

Carla Geovana Batista Almeida

A SOLIDÃO NA TERCEIRA IDADE: UMA ANÁLISE DA SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS IDOSAS E O CARÁTER SOCIAL AGÊISTA.....414

Carlos Gabriel Gouveia de Queiroz

“PEQUENOS/GRANDES TALENTOS”: UMA ANÁLISE ACERCA DA GLAMOURIZAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO DE INFLUENCIADORES DIGITAIS MIRINS NO INSTAGRAM.....	424
--	-----

Antonia Thainá Evelyn Moraes Holanda

• Fundamentos, Formação, e Trabalho Profissional

CRIANÇAS E ADOLESCENTES LGBTIA+ EXISTEM: EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO NO CENTRO MUNICIPAL DE CIDADANIA LGBT DE NATAL.....	436
---	-----

Leovictor Alves Porto Mendonça

Vitoria Alice Paulista de Melo

Heloise Stefani Nascimento da Silva

APLICABILIDADE DO PROJETO DE INTERVENÇÃO NO ESTAGIO SUPERVISIONADO NO CREAMS DE ASSÚ/RN: ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO: COMPREENDENDO A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA DOS ATORES.....	448
---	-----

Tereza Raquel Carlos de Araújo

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL COMO NORTE PARA O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM UM CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL (2020-2021).....	458
---	-----

Anna Beatriz Valentim de Souza

Juciara Gomes de Matos Souza

SERVIÇO SOCIAL E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE HISTÓRICO SOBRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA REALIDADE BRASILEIRA.....	470
--	-----

Juliana Silva Lima

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO HOSPITALAR PEDIÁTRICO E O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA PROFISSÃO NECESSÁRIA!.....	480
---	-----

Francisco Daniel Coelho Viana

Lorena Loiola Batista

SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO COM FAMÍLIAS: LIMITES E POSSIBILIDADES.....	491
---	-----

Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva

SERVIÇO SOCIAL E PRÁTICA PROFISSIONAL: UM MARXISMO DECOLONIAL É POSSÍVEL?.....	501
--	-----

Jaqueline Maria Ribeiro da Silva

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À LEI 13.935/2019: SUA COMPOSIÇÃO LEGISLATIVA E O ATUAL CONTEXTO.....	508
--	-----

Raína Beatriz dos Santos Melo

A MATERIALIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS DO SERVIÇO SOCIAL EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CAMPO SÓCIOJURÍDICO: Um relato de experiência no Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade Potiguar – NP/UnP.....	519
--	-----

Márcia Celiany Rodrigues Medeiros

DESVENDANDO AS CONTRADIÇÕES DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL SOB A ÓTICA DO RELATO DE PRÁTICA NO ÂMBITO DO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA.....530

Carmem Lúcia Néo Alves
Márcia Pereira Castro

PERÍCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UM BREVE RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO RN.....538

Artur Fernandes de Moura

RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SOBRE O SERVIÇO DE GUARDA SUBSIDIADA MUNICIPAL DA CIDADE DE APODI/RN.....544

Laura Lília Duarte de Carvalho Marinho
Marise Vitória de Lima Moreira
Fernanda Blenia da Silva

AÇÕES PROFISSIONAIS DE ASSISTENTES SOCIAIS NO PREVI MOSSORÓ (2018/2020).....553

Dorisângela Maria de Oliveira Lima Martins
Divânia Carla da Cunha Lago
Márcia Celiany Rodrigues Medeiros

DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO FAZER PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EXECUÇÃO DO PROJETO PREVI EDUCA (2018-2019).....563

Divânia Carla da Cunha Lago
Dorisângela Maria de Oliveira Lima Martins
Laura Pollyanna

PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA FASSO/UERN: percepções e vivências dos sujeitos envolvidos.....572

Jessica Ellen de Sousa Silva
Maria Luciene da Silva Araújo
Wiara Costa dos Santos
Gilcélia Batista de Góis

PRIMEIRAS ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....581

Ananda Tamara Nunes Pinheiro
Damylle Cristiane de Oliveira Lima
Emanuelly Dayane de Oliveira Valério

O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM UM CONTEXTO HOSPITALAR: BREVES CONSIDERAÇÕES.....588

Ana Carolina Cândida da Silva
Aryanny Fajã Bernardo do Nascimento
Maria Alexsandra Sabino da Silva

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ENQUANTO ESPAÇO PARITÁRIO DE DELIBERAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: um relato de experiência acerca dos principais desafios e possibilidades no cenário da pandemia de covid-19 na cidade de Apodi/RN599

FERNANDA MIKAELLE ALVES DE OLIVEIRA

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA “QUESTÃO SOCIAL” E SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....607

Vinicius Paulino Lopes da Silva

EDUCAÇÃO SUPERIOR, TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NOS ATRAVESSAMENTOS DO CAPITALISMO PANDÊMICO.....619

Elbênia Neris da Silva Bento

Juliana Grasiela da Silva Dantas Lopes

MUDAR O MUNDO PARA MUDAR A VIDA DAS MULHERES E MUDAR A VIDA DAS MULHERES PARA MUDAR O MUNDO: uma análise da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher e a importância do Serviço Social na garantia do acesso ao direito à saúde da mulher.....630

Ingrid Thaynne Freitas Bezerra

Letícia Edgyna Silva Dantas

Yasmim Ellen dos Santos Melo

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL: REBATIMENTOS NA ATUALIDADE.....637

Gilcélia Batista de Góis

Esther Emanuelle Alves Feitosa

Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino

SAÚDE MENTAL DE DISCENTES UNIVERSITÁRIOS(AS) E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: CAMINHOS ENTRE A DIMENSÃO INTERVENTIVA E AS AÇÕES IMEDIATISTAS NA PRAE/UERN.....649

Ana Cristina de Medeiros Mota

Andrea Moraes de Menezes

UM PASSADO PERSISTENTE, UM PRESENTE (RE)SISTENTE: As implicações do Serviço Social clínico tensionadas pelo Projeto Ético Político em movimento.....658

Livia Maria e Silva

Giliane Alves de Carvalho

O ENFRENTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL POR MEIO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO SERVIÇO SOCIAL NO CREAS: UM RECORTE A PARTIR DA REALIDADE DE ASSÚ-RN.....670

Izabella Patrícia Brito da Silva

Louisi Evili da Silva Albano

• Lutas, Movimentos Sociais e Educação Popular

“COMPRE DE QUEM PRODUZ, DOE A QUEM PRECISA” ANÁLISE DOCUMENTAL DOS VÍDEOS DO CANAL DO YOUTUBE DO CENTRO FEMINSTA 8 DE MARÇO E A SUA INFLUÊNCIA NA VIDA DAS MULHERES.....681

EMILLY CRISTINE GOMES DA SILVA

SANZIA ISLA GOMES LUZ

POLÍTICA DE COTAS COMO RESULTADO DE PROCESSO DE LUTAS DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL.....688

Carla Luciana De Oliveira Marques

POLÍTICAS SOCIAIS NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE BRASILEIRO COMO MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

ELLEN KRISTHIAN COSTA PAIVA¹

Resumo: As Políticas Sociais compreendidas como alternativa para garantir o acesso da população aos Direitos Sociais, foram forjadas para compensar a relação desigual existente na sociedade capitalista, que ganha evidência no neoliberalismo, sendo necessário, assim, iniciativas que visem mitigar as desigualdades em suas múltiplas dimensões e determinações. Nesse sentido, o SUS, como direito de cidadania, além de marco histórico na saúde pública brasileira, é responsável por instaurar um processo de democratização no acesso à saúde, ou seja, propõe a oferta de serviços, programas e ações inclusivas, articuladas, inclusive, a outras Políticas Setoriais, considerando também outros aspectos da vida da população.

Palavras-Chave: Políticas Sociais; Sistema Único de Saúde; Direitos Sociais.

1. INTRODUÇÃO

As Políticas Públicas, principalmente as de cunho social, ganharam visibilidade nos anos de 1980, período marcado, de um lado pelo agravamento da questão social, aumento da pobreza e da miséria e, por outro, pelo acirramento de reivindicações a favor da redemocratização do Brasil. A sociedade brasileira sentiu os impasses dessa consolidação democrática, pautada no frágil enraizamento da cidadania e nas dificuldades culturais de sua universalização (resquícios de uma histórica relação umbilical com sua condição de Colônia). Paradoxalmente, vivenciou o acirramento das desigualdades sociais, encolhimento dos Direitos Sociais e Trabalhistas, aprofundamento dos níveis de vulnerabilidade e risco social, extrema pobreza e exclusão social, aumento da violência urbana e da criminalidade, somado ao agravamento sem precedentes da crise social que se aprofunda continuamente até a atualidade.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e em Processos Educacionais em Saúde pelo Instituto Sírio Libanês de Ensino e Pesquisa; Especializanda em Auditoria em Saúde pela Faculdade Vale do Jaguaribe (FVJ); Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS) da Faculdade de Serviço Social (FASSO) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); atua como Assistente Social na Unidade Básica de Saúde Dr. José Leão em Mossoró/RN, no Hospital Regional Dr. Nelson Inácio dos Santos em Assú/RN e no Hospital Regional Dr. Cleodon Carlos de Andrade em Pau dos Ferros. Email: ellen_kristhian@yahoo.com.br

Nesse sentido, as Políticas Sociais no Brasil têm sua origem influenciada pelo desenvolvimento urbano industrial, que permitiu ao Estado redefinir suas funções e utilizar diversos mecanismos institucionais de controle das forças populares, com a formulação e implementação de serviços, programas, projetos e ações, que se destacam por apresentar um caráter conflitante e desafiante, pois a medida em que dão respostas às necessidades e demandas da população, numa perspectiva da consolidação dos Direitos Sociais, contraditoriamente, satisfazem os interesses do capital.

Diante às ofensivas do capital e em detrimento às condições mínimas de sobrevivência, a classe trabalhadora passou a se organizar coletivamente e fortalecer uma trajetória de luta por conquistas sociais e trabalhistas, requisitando do Estado garantias para minimizar os impactos do processo de produção-acumulação-exploração próprio da sociabilidade capitalista.

Destarte, o presente artigo objetiva explicar sobre a importância das Políticas Sociais e a efetivação dos Direitos Sociais, tomando como referência o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Para atender a tal objetivo, o trabalho intitulado *Políticas Sociais na sociabilidade capitalista: o Sistema Único de Saúde brasileiro como mecanismo de efetivação dos Direitos Sociais*, está organizado em cinco partes: 1. Introdução; 2. Políticas Sociais: percursos da realidade brasileira; 3. Direitos Sociais: contribuições do Sistema Único de Saúde; 4. Conclusão; 5. Referências Bibliográficas.

2. POLÍTICAS SOCIAIS: percursos da realidade brasileira

No contexto sócio-histórico, o mundo do trabalho vem sofrendo importantes mutações tanto na forma de produzir (relação produção-acumulação-exploração) como na maneira de ser da classe trabalhadora (reprodução). Assim, nas sociedades capitalistas o processo de trabalho também é visto como um processo de “valorização”, já que o essencial não é a satisfação das necessidades da classe trabalhadora, mas a valorização do capital, a produção da mais-valia, que é obtida pela exploração do capital sobre o trabalho, tornando-se uma mercadoria.

Em concordância, mesmo que parcial, com Marx e Engels quando apontam que o Estado está a serviço da classe dominante, servindo-lhes como “comitê executivo da burguesia”, compreende-se também que este mesmo Estado deve exercer sua função de preservar e controlar a força de trabalho, ocupada e excedente, respondendo aos anseios e suprimindo as necessidades desta. Nisso, no capitalismo, ganha destaque uma dinâmica contraditória no interior do sistema estatal, pois o Estado é pressionado pelas reivindicações imediatas das(os) trabalhadoras(es), ocasionando a expansão das Políticas Sociais, processo também decorrente de lutas de classe. (NETTO, 2005, p.38, citado por BEHRING, 2018, p.44)

Ante o exposto, as Políticas Sociais podem ser consideradas um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, não desde seus primórdios, mas com o reconhecimento da questão social inerente as relações sociais, em que trabalhadoras(es) assumem um papel político muito importante. Essas ações foram criadas pelo Estado como forma de atenuar as desigualdades econômicas resultantes das contradições do sistema capitalista, em que as(os) detentoras(es) dos meios de produção (capitalistas) subjugavam as(os) proletariadas(os), reduzindo-as(os) a simples instrumento de geração e perpetuação de suas riquezas.

Contudo, não se pode apontar com precisão um período específico do surgimento das Políticas Sociais ou de iniciativas que a elas sejam associadas, pois tiveram ascensão a partir da revolução industrial, num período de afluência das lutas de classe, dos movimentos que promoveram o capitalismo e ampliaram a intervenção estatal. Sua origem nos diversos países aconteceu de forma gradual e diferenciada, já que foram levados em consideração os movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as correlações e composições de força no âmbito do Estado.

Assim sendo, as Políticas Sociais, compreendidas como o desenvolvimento de ações institucionais que garantem à população a oferta de bens e serviços que minimizem suas carências e necessidades básicas, seja de ordem alimentar, educacional, habitacional, social e de trabalho, historicamente surgem como respostas às(aos) trabalhadoras(es) no campo da proteção social, que passa a ser promovida pelo Estado com vistas a amenizar as consequências danosas derivadas e apontadas pelo capital.

Nisso, a organização da proteção social acontece condicionada pelos processos culturais, econômicos, políticos e sociais em curso num determinado momento histórico, considerando também a forma como o Estado configura e viabiliza suas ações. Ou seja, além do conhecimento e das ações que se fazem necessárias diante de uma dada realidade, o modo como a proteção social é condicionada, depende da forma como as demandas das(os) usuárias(os) são interpretadas e direcionadas pelo Estado.

Desse modo, o sistema de Proteção Social Brasileiro começou a ganhar forma no período de redemocratização, principalmente com a Constituição Federal de 1988 (CF/88), que, apesar de se constituir um avanço no âmbito dos direitos de cidadania², as Políticas Sociais como um todo, principalmente as que compõem tripé da Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social), não foram materializadas em sua totalidade e orientaram estas políticas de formas bastante diferenciadas, não se instituindo de forma

² A Cidadania aqui defendida corrobora com a compreensão adotada por Marshall que a delimita em 3 níveis de direitos: civis, políticos e sociais, considerando ainda suas dimensões históricas e processuais. (COUTINHO, 1997, p.149-150).

homogênea, integrada e articulada, apesar da Constituição Federal de 1988 ter reorganizado e reestruturado os novos princípios e diretrizes destas políticas.

Apesar de ter um caráter inovador e intencionar compor um sistema amplo de proteção social, a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência). (BOSCHETTI, 2004, citado por BOSCHETTI, 2009, p.8)

Uma vez que a sustentação financeira da Seguridade Social está vinculada ao trabalho e a arrecadação de impostos, constituindo assim o fundo público, retornando à sociedade através da oferta de serviços, estes são disponibilizados de forma restrita, haja vista terem perdido sua potencialidade em decorrência da escassez de recursos financeiros. Não avançou no sentido de fortalecer a “lógica social”, mas sim na direção do fortalecimento da “lógica do contrato”. (VIANNA, 1998, citado por BOSCHETTI, 2009, p.9), favorecendo a lógica do mercado em detrimento da lógica da responsabilidade do Estado, universal e democrática.

Nesse sentido, na década de 1990 foi possível visualizar o fortalecimento do paradigma neoliberal, em que o Estado se distanciou ainda mais do compromisso com o social, sendo marcado pelo avanço da mercantilização e pela forte retração do Estado, por uma combinação entre globalização e neoliberalização da economia.

Momento histórico marcado pela desresponsabilização do Estado para com as demandas sociais, acentuadas pelo processo da globalização que, utilizando o pretexto da crise fiscal, passa a reduzir os gastos com a área social e a encampar um “movimento para sensibilizar” a sociedade a dar respostas às expressões da questão social que se fazem cada vez mais emergentes às classes populares, ocasionando, assim, a retomada das práticas de filantropia sob o discurso da solidariedade, fortemente sustentada pelos governos brasileiros.

Essa relação de mercantilização e refilantropização das Políticas Sociais compõe o rol das táticas das contrarreformas que o Estado – na sua face de “Estado-mínimo” – vem seguindo no contexto do capitalismo contemporâneo em crise e seus efeitos deletérios sobre tais políticas e, consequentemente, no acesso e na garantia dos Direitos Sociais.

Considerando a compreensão de Behring (2018), de que no Brasil ocorreu 3 momentos do neoliberalismo: 1) 1995-2004 (Collor e FHC); 2) 2004-2015 (Lula/ Dilma); 3) pós 2015 (Golpe de novo tipo), ousa-se afirmar que cada governo, mesmo com características que os particularizam, possui como prioridade e finalidade última o desenvolvimento do capital e não dos Direitos Sociais, por mais que estes últimos sejam considerados essenciais para manter a classe trabalhadora produtiva.

O processo de ataque e desmonte dos Direitos Sociais, presente desde o governo de Fernando Collor de Mello (FCM), agravado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC),

ganhou características específicas no governo Lula³, intensificou-se com o impeachment de Dilma Rousseff – o que Behring (2018) denominou de “Golpe de novo tipo” – e com a tomada do poder por Michel Temer. Já no governo de Jair Bolsonaro, sob a justificativa de equilíbrio das finanças e mecanismos de ajuste fiscal para sustentabilidade da dívida pública, adotou-se condutas perversas e nunca vistas na história do Estado de Direito Brasileiro, destruindo um legado histórico de conquistas populares em todo o rol dos direitos de cidadania.

Durante os governos petistas, particularmente, destacaram-se impactos materiais positivos sobre a vida da população mais pobres, todavia, sem rupturas substantivas; foram mudanças relevantes, significativas e desejáveis, pois suscitaram necessidades, ampliaram as fronteiras materiais da classe trabalhadora, incidiram sobre a diferença e a invisibilidade de amplos segmentos da população brasileira. (BEHRING, 2018, p.54), lançando um novo papel da Proteção Social Brasileira, voltada para o consumo interno, o que Demier (2017, citado por BEHRING, 2018, p. 61) chamou de “Cidadania pelo Consumo”.

Ganhou notoriedade ainda um novo modelo de desenvolvimento – chamado por Behring de neodesenvolvimentismo – com maior grau de universalização dos serviços e Políticas Públicas, fundado no aumento da renda do trabalho na base da pirâmide social. Contraditoriamente, favoreceu os ricos em maior escala (destaque para o capital financeiro e agronegócio); desenvolveu um reformismo lento, firmando mudanças desde que estas não interferissem no equilíbrio do sistema que beneficia as grandes fortunas em detrimento da grande parcela da população que vive com o básico ou quase nada para sua subsistência, a exemplo do “combate à pobreza dentro da ordem”.

Nesse contexto, do “golpe parlamentar midiático com o suporte do judiciário” (BEHRING, 2018, p.62), pode ser percebido um agressivo processo de redução e mercantilização de Direitos Sociais e Trabalhistas, fortalecendo o crescimento das políticas econômicas neoliberais, com destaque para as contrarreformas; flexibilização das relações de trabalho; redução dos salários das(os) trabalhadoras(es); reestruturação produtiva, imposição das condições de trabalho, caracterizadas pelas relações precarizadas; desemprego estrutural; aumento em grande escala de privatizações e de terceirizações, tanto da força de trabalho quanto dos serviços ofertados à população; intensificação no encolhimento das responsabilidades do Estado no financiamento de Políticas Públicas, de modo que os Direitos Sociais passaram a ser vistos como gastos desnecessários e não prioritários; impulso à pobreza generalizada; e desarticulação e desmobilização popular, impedindo a participação das(os) cidadãs(ãos) nos espaços políticos decisórios.

³ Importante ressaltar que Lula foi o fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), o qual foi construído no terreno do reformismo democrático-popular, cuja estratégia se pautava no processo de alargamento da democracia burguesa e do desenvolvimento capitalista. (CARNUT, 2019, p.16)

Além disso, é importante identificar outros fatores que prejudicam o financiamento das Políticas Sociais, principalmente as de Seguridade Social, como a Desvinculação das Receitas da União (DRU); renúncias fiscais derivadas do imposto de renda, das desonerações fiscais e da Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Tal contexto de crise do capitalismo contemporâneo sobre a acumulação e superprodução vem contribuindo para embates históricos do financiamento das Políticas Sociais, evidenciando ainda a utilização de ajustes fiscais permanentes, levando à redução de recursos direcionados ao sistema de Proteção Social Brasileiro.

Nessa direção e, incoerentemente, a Emenda Constitucional Nº 95/2016⁴ – PEC do Fim do Mundo – congela as despesas e limita a ampliação dos gastos públicos nas áreas da Proteção Social por 20 anos, não adotando a mesma conduta com as despesas de cunho financeiro, ocasionando prejuízos incalculáveis para a população que depende direta e indiretamente das Políticas Sociais, mantendo uma perene trajetória de (des)financiamento e fragilização, principalmente, das Políticas de Seguridade Social.

Confrontando tal constatação, o Estado vem concedendo vultuosos incentivos financeiros à iniciativa privada, com transferências de recursos direcionados para manter serviços cujas modalidades são de gestões privatizantes, a exemplo das Organizações Sociais (OS's), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip's), Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e Fundações Estatais Públicas de Direito Público e Privado com contratos celetistas. Essa ausência de comprometimento do Estado brasileiro com a alocação e a racionalização de recursos para o fortalecimento da Seguridade Social, consolida ainda mais o (des)financiamento das Políticas Sociais e impõe restritivas condições para que a população tenha acesso aos Direitos Sociais.

No contexto contemporâneo da crise capitalista na realidade brasileira, tomando por base o agravamento da ofensiva reacionária e conservadora, à época, misógina e genocida do governo de Jair Bolsonaro, contra os Direitos Sociais e democráticos, um aspecto que se faz de extrema relevância destacar é a perda de força/ representatividade e desarticulação das classes populares, bem como ataques aos movimentos sociais e instâncias de controle social e lutas sociais, afetando diretamente a organização das(os) trabalhadoras(es), principalmente, contra a perda de Direitos Sociais e Trabalhistas.

Na perspectiva do disciplinamento da força de trabalho às novas condições de oferta – considerando a população ativa economicamente e a que não conseguiu se inserir – também foi assumido pelo Estado a efetivação de uma função penal, coercitiva, que detém a parcela populacional que ficou de fora da produção por diversos motivos, dentre eles o “encarceramento e a violência combinados ao incremento do assistencialismo, o que

⁴ Forjada desde a elaboração do documento “Ponte para o Futuro” pelo do PMDB em 2015.

caracteriza o crescimento do complexo assistencial-militar.” (WACQUANT, 2007, citado por BEHRING, 2018, p.47).

Portanto, apesar dos inúmeros avanços, as Políticas Sociais apresentam fragilidades em assegurar, na realidade brasileira, transformações ideopolíticas, socioculturais e econômicas para reduzir concretamente as desigualdades. Cabe enfatizar que essas fragilidades, tão características da sociabilidade capitalista, compõem o rol de desmonte e ataques às Políticas Sociais, intensificando as vulnerabilidades no rol dos direitos, ganhando, assim, contornos cada vez mais intensos com a crise do capitalismo, agravando-se em tempos de barbárie, promovendo, assim, uma ofensiva sobre a classe trabalhadora, questionando os direitos, as Políticas Públicas que os materializam, bem como a própria democracia.

3. DIREITOS SOCIAIS: AS CONTRIBUIÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

A Constituição Federal de 1988 foi uma grande conquista da população brasileira e instituiu uma estrutura jurídico-normativa que permitiu a consolidação do regime democrático no Brasil e, nesse novo formato, um conjunto de direitos foi estabelecido, resultado de um intenso e conflituoso processo de mobilizações sociais e políticas que marcaram a história do país. Processo esse que buscou ampliar o envolvimento de diversas(os) atores(atrizes) sociais nas instâncias de discussão, decisão, construção e implementação das Políticas Sociais, respondendo a demandas em torno da democratização do Estado brasileiro. Assim, os Direitos Sociais se impuseram, incorporando novos anseios e lutas históricas e políticas das classes populares.

O poder de luta e reivindicação das(os) trabalhadoras(es) que resultaram na construção das Políticas Sociais e conquista de Direitos Sociais, contribuíram também para a consolidação do sistema de Proteção Social Brasileiro, considerado a partir da evolução cultural, econômica, política e social do país. Tal sistema de Proteção Social se materializou através das políticas que compõem a Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social), por meio das quais foi possível a ampliação de direitos, acesso a bens e serviços antes inexistentes, redução das desigualdades de rendimentos, todavia, sem superar a estrutural concentração da propriedade privada. (BEHRING, 2018, p.79)

Na composição da Seguridade Social, a Política de Saúde brasileira⁵, embasada nos ideais defendidos pelo projeto de Reforma Sanitária, é induzida à formulação de um modelo de saúde voltado para as necessidades da população, procurando demonstrar o compromisso do estado na efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no que se refere à saúde coletiva, articulando princípios como a universalidade, integralidade, equidade e

⁵ O artigo está direcionado à Política de Saúde no Brasil, especificamente, ao Sistema Único de Saúde.

participação popular, consolidando-o como um mecanismo para acesso aos Direitos Sociais, buscando garantir desde as condições de bem-estar físico, mental e social dos sujeitos, até a qualidade no acesso aos mais variados bens e serviços sociais, como alimentação, educação, lazer, meio ambiente, moradia, renda, saneamento básico, trabalho, etc.

Importante ressaltar que, dentre as estratégias para a garantia do acesso aos Direitos Sociais, o SUS dispõe de uma descentralização político-administrativa entre os entes federados, organização em redes de atenção à saúde regionalizadas e uso de tecnologias resolutivas em saúde, valendo-se também do setor privado de forma complementar. Este formato favorece – ou pelo menos deveria favorecer – não somente o diálogo e referência-contrarreferência entre todos os níveis de assistência (primária, secundária e terciária), como também articula – ou deveria – a Política de Saúde com as demais Políticas Sociais, tendo em vista o conceito ampliado de saúde, para que possa configurar-se como uma política pública em que todas as pessoas tenham acesso de forma universal, equitativa, integral e biopsicossocial.

Entretanto, essa estrutura apresenta também condicionantes que acabaram por limitar a efetivação dos Direitos Sociais, como: a adesão ao movimento de contrarreformas pelo Estado; a existência de interesses e agendas conflitantes entre as(os) defensoras(es) do projeto de Reforma Sanitária e do projeto privatista, das(os) trabalhadores e do mercado; o descaso das(os) governantes com a consolidação de um sistema de saúde de fato universal, público, gratuito, laico e de qualidade; a contraditória dualidade da atuação do Estado, que prioriza o privado ao público por meio de repasses e incentivos diversos; Políticas Sociais restritas a mínimos sociais e sob a ótica dos resultados, destinadas a população mais pobre, vulnerabilizada e que se encontra fora do mercado de trabalho.

Nesse sentido, o Estado brasileiro, no tocante ao seu compromisso com as Políticas Sociais e de Saúde, ainda permanece com características conservadoras, com tendências discriminatórias, seletivas e focalizadas, que vem apresentando reflexos dos constantes ataques da política econômica neoliberal, principalmente num cenário de (des)financiamento das Políticas Sociais, principalmente do SUS, com a ampliação de repasses ao setor privado (destaque para o processo de privatizações⁶), reestruturação produtiva, flexibilização das relações de trabalho, desmonte das legislações sociais e trabalhistas.

Além de o Estado não ser mais pensado como protagonista no atendimento às demandas sociais, há a ampliação do processo de privatização de empresas públicas, principalmente na área de serviços estatais, as quais passaram a ser também atendidas pelo setor privado, por meio de serviços focalizados destinados às populações mais empobrecidas, ocasionando a chamada “universalização excludente” [...]. A política social de saúde é tensionada a partir de uma tendência

⁶ Essas privatizações são aquelas denominadas por Behring de “privatização induzida”, devido acontecer por meio do estímulo aos planos de saúde e aos convênios, tornando-se um problema de “direito do consumidor e não um problema de direito social”. (BEHRING, 2003, p.268, citada por HOFFMANN, 2007, p.49).

privatizante, através do segmento privado supletivo e complementar. (SILVA, 2004, p.145, citado por HOFFMANN, 2007, p.49).

Ao passo que ampliam-se as dificuldades em assegurar as transformações culturais, econômicas, políticas e sociais necessárias à redução efetiva das desigualdades, iniciativas que visam à garantia da justiça social e a materialização da universalidade do direito à saúde ganham notoriedade e fazem presença constante na realidade brasileira, em que percebe-se movimentos de resistência que buscam o fortalecimento do SUS, seja por meio da construção de uma base técnica e institucional de sustentação das Políticas de Saúde, embasada no marco constitucional (que reconhece o direito à saúde como universal e redistributivo) e em normativas específicas, seja na organização do financiamento público (mesmo que insuficiente e, em muitos casos, utilizados de forma irresponsável), ampliação de insumos, ações/ serviços e no estabelecimento do diálogo multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial.

Essa compreensão da saúde como direito de cidadania e do Sistema Único de Saúde como sistema público universal redutor das desigualdades, evidencia a noção de direito social em detrimento à noção de favor/ concessão, o que permite – mesmo longe do que se almejou a contento – avanços em uma série de Políticas de Saúde, atendendo à população de acordo com a realidade vivenciada pela mesma, na perspectiva de promover saúde para todas(os), regida por princípios de universalidade e integralidade, favorecendo ainda a participação da população na constituição de instâncias e espaços de controle social.

A luta pelo SUS exige o resgate dos princípios da Reforma Sanitária; a sensibilização dos sujeitos que compõem as Políticas de Saúde em todas as suas instâncias; a urgência de formular propostas alternativas para além dos muros da saúde com o objetivo de combater e mitigar as desigualdades em suas múltiplas dimensões e determinações; refletir, dialogar e construir iniciativas inclusivas e sustentáveis, que considerem as especificidades de cada região e população do país; e promover serviços que sejam viabilizadores de Direitos Sociais de Cidadania.

4. CONCLUSÃO

O período de redemocratização brasileira, apesar dos avanços constitucionais decorrentes do momento histórico e político no qual o Brasil estava imerso – marcado pelo reconhecimento e ampliação dos Direitos Sociais nas mais diversas áreas, reconhecendo ainda a importância da controle social como um dos elementos-chave na organização das Políticas Públicas e assegurando a participação de múltiplas(os) atores(atrizes) sociais na formulação, gestão, implementação e controle das políticas de cunho social – foi também marcado, posteriormente, pelas contrarreformas do Estado e ajustes fiscal permanente.

Com a CF/88 evidencia-se o dever do Estado em prover de maneira universal os serviços básicos e garantir os Direitos Sociais, porém este tem encontrado dificuldades em manter uma política social universal e de qualidade, haja vista seu desempenho está sempre aquém das necessidades sociais da população, mesmo no período de sua expansão acelerada. As iniciativas, serviços e programas pouco contribuíram para a redução das acentuadas desigualdades que marcam a sociedade brasileira, principalmente, numa tentativa de combinação entre acumulação capitalista, democracia e igualdade de direitos.

Nesse sentido, é concreto e real os avanços das Políticas Sociais no Brasil, entretanto é necessário manter atenção nas lições deixadas até aqui para que haja inovações suficientes que garantam Políticas Sociais e gasto público realmente eficientes e que cheguem a toda a população, garantindo dessa forma, o acesso aos Direitos Sociais de Cidadania, pois o que ocorreu e vem ocorrendo na sociabilidade capitalista é uma emancipação política, que de fato já representa um grande progresso, e – mesmo não se constituindo como emancipação humana definitiva no geral – representa a forma definitiva de emancipação humana dentro da ordem mundial. (MARX, 2010, p.41-42, citado por BOCHETTI, 2018, p.85). Garante-se direitos, mas estes são direitos limitados, haja vista que numa sociedade desigual como a capitalista, só é possível garantir o acesso a direitos sob o terreno devastador da desigualdade.

No tocante ao SUS, é inegável seus avanços no aspecto legal, apresentando uma nova percepção do direito à saúde em todo território nacional, principalmente no tocante à descentralização política administrativa, onde foi possível redistribuir poder e responsabilidade entre os três níveis de governo, além da possibilidade de prestar serviços com maior qualidade e garantir o controle e a fiscalização por parte das(os) cidadãs(ãos) tanto em âmbito nacional quanto local. Todavia, há ainda muito que ser garantido, de fato, para que esta política se materialize no cotidiano da população, resgatando seu caráter democrático e avançando na percepção de sujeitos-cidadãos, considerando a totalidade de suas relações.

Faz-se fundamental, para tanto, apreender que num contexto neoliberal as Políticas Públicas, em especial as Políticas Sociais, dentre elas a Saúde, não deveriam, mas podem ser ofertadas como mais um favor, uma benesse, ou seja, uma forma de enquadrá-las como políticas para atendimento e enfretamento à pobreza, substituindo seu caráter de direito, universal e continuado por práticas pontuais e seletivas, com a justificativa de que sua manutenção e ampliação é onerosa aos cofres públicos, mas que na verdade é mais uma tática da política econômica de recorte neoliberal para redução de custos e retroalimentação do processo de produção-acumulação-exploração.

Destarte, para que esta política de fato se materialize como política de estado no cotidiano das(os) usuárias(os), faz-se necessário exigir compromisso e responsabilidade pública dos governantes; priorizar investimentos nas Políticas Sociais; resgatar o caráter

democrático da saúde; traçar estratégias para atingir a integralidade do sistema e a universalidade do direito, bem como incentivar a participação popular e o controle social. Há urgência no compromisso com o SUS, com seus princípios e com usuárias(os) dos seus serviços, não o configurando como um novo tratamento no atendimento da pobreza, mas sim o colocando no rol dos direitos de cidadania.

Ao encontro do que vem sendo exposto no artigo, corrobora-se com Netto (2006), citado por Behring (2009), quando este pontua que as tendências operacionalizadas no campo das Políticas Sociais no neoliberalismo são:

- a desresponsabilização do Estado e do setor público com uma política social de redução da pobreza articulada coerentemente com outras políticas sociais (de trabalho, emprego, saúde, educação e previdência); o combate à pobreza opera-se como uma política específica;
- a desresponsabilização do Estado e do setor público, concretizada em fundos reduzidos, corresponde à responsabilização abstrata da “sociedade civil” e da “família” pela ação assistencial; enorme relevo é concedido às *organizações não-governamentais* e ao chamado *terceiro setor*;
- desdobra-se o sistema de proteção social: para aqueles segmentos populacionais que dispõem de alguma renda, há a privatização/mercantilização dos serviços a que podem recorrer; para os segmentos mais pauperizados, há serviços públicos de baixa qualidade;
- a política voltada para a pobreza é prioritariamente *emergencial, focalizada* e, no geral, reduzida à *dimensão assistencial*. (NETTO, 2006, citado por BEHRING, 2009, p.22)

É notório que esse processo evolutivo das Políticas Sociais aconteceu, todavia foi efetivado de maneira desigual e sem atender a população que realmente necessita na dimensão de suas necessidades e com vistas a uma concreta emancipação humana, como já apontado anteriormente. Cenário este onde ganham projeções as contrarreformas do Estado, cujos direitos garantidos são reduzidos em favor de “equilíbrios” fiscais e inserção na economia mundial, forjando um estado mínimo para a classe trabalhadora e máximo para o mercado, priorizando gastos com a dívida externa em contraposição às Políticas Sociais. Essa asfixia dos direitos de cidadania é intensificada na vigência da EC 95/2016, que deteriora o que deveria ser investido nas Políticas Públicas, demonstrando avanços neoliberais na Seguridade Social, com grande efeito sobretudo no direito à saúde, evidenciando ainda mais sua crise.

Diante do contexto de crise política e ameaças de desmonte do Estado, bem como dos Direitos Sociais, faz-se necessário a construção de novos formatos para desenvolvimento das Políticas Sociais, propostas alternativas que superem iniciativas compensatórias para minimizar a ampliação da exploração, as quais levam a processos de pauperização absoluta e relativa. É preciso que estas propostas sejam pensadas, planejadas e executadas com vistas a combater efetivamente as desigualdades em suas múltiplas dimensões e determinações.

A luta pelo SUS público, laico, gratuito e de qualidade, consequentemente, exige serviços, programas e ações inclusivas, articuladas a outras Políticas Setoriais, além de outros aspectos nos demais espaços da vida da população, como a promoção na participação da riqueza socialmente produzida, garantias aos mínimos para a subsistência, organização e oferta universal de serviços sociais de cidadania no campo e na cidade, considerando suas especificidades, entre outros elementos.

5. REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2)

BEHRING, Elaine Rossetti. Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; LIMA, Rita de Lourdes (org.). **Marxismo, política social e direitos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. Crítica Marxista do Estado Social e dos Direitos no Capitalismo Contemporâneo. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; LIMA, Rita de Lourdes (org.). **Marxismo, política social e direitos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. **O Trabalho nos Serviços de Saúde e a Inserção dos (as) Assistentes Sociais**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 62, Cortez, 2000. Reimpressão

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: **REVISTA PRAIA VERMELHA**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

Emenda Constitucional Nº 95, de 15/12/2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: janeiro de 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Lei Complementar Nº 101, de 04/05/2002. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: janeiro de 2020.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. **O Estado e o Capital e a crise da forma-direito na saúde brasileira**. 2019. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/3d8cb240-8aed-4113-80fa-441a5ad50d19/HSP_30_2019.pdf. Acesso em: janeiro de 2020.

MIOTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional**. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: janeiro de 2020.

PAULINO, Robério (Org.). **O Estado como opressor e civilizador**. Natal: EDUFRN, 2017.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais - Um Desafio a ser enfrentado pela Sociedade Civil. In.: MOTA, Ana Elizabete... [et al.], (org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 2 ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social: entre a política pública e o mercado**. São Paulo Cortez, 2004.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Serviço Social e práticas democráticas na saúde. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez; OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

A POLÍTICA DE SAÚDE BRASILEIRA E A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DE CIDADANIA

ELLEN KRISTHIAN COSTA PAIVA⁷

Resumo: A saúde, através da constituição do SUS, buscou se concretizar como política pública universal, em que, apesar dos insuficientes recursos disponibilizados pelo Estado brasileiro para a sua manutenção e ampliação, não se pode negar os avanços dos direitos de cidadania. Diante do desmontes do SUS, a(o) Assistente Social é instigada(o) a se apropriar de um aparato jurídico-normativo para respaldar suas atribuições e competências, bem como garantir sua especificidade profissional. O presente artigo, objetiva apreender aspectos que coadunam com o fazer profissional da(o) Assistente Social na efetivação dos direitos de cidadania, tomando por base o desenvolvimento da Política de Saúde Brasileira.

Palavras-Chave: Política de Saúde; Serviço Social; Direitos de Cidadania.

1. INTRODUÇÃO

A Política de Saúde Brasileira, reconhecida como uma política pública universal desde a Constituição Federal de 1988 (CF/88), compreende a saúde não apenas a partir das condições de bem-estar físico, mental e social dos sujeitos, mas também da qualidade no acesso aos mais variados bens e serviços sociais, como alimentação, educação, lazer, meio ambiente, moradia, renda, saneamento básico, trabalho, etc. Tal normativa corrobora para a formulação de um modelo de saúde voltado para as necessidades da população, procurando demonstrar o compromisso do estado na efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente, no que se refere à saúde coletiva, articulando princípios como a universalidade, integralidade, equidade e participação popular, consolidando-o, assim, como um dos direitos de cidadania.

Apesar do Sistema Único de Saúde apresentar avanços no aspecto legal, há ainda muito que ser garantido, de fato, para que esta política se materialize no cotidiano da

⁷Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e em Processos Educacionais em Saúde pelo Instituto Sírio Libanês de Ensino e Pesquisa; Especializanda em Auditoria em Saúde pela Faculdade Vale do Jaguaribe (FVJ); Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS) da Faculdade de Serviço Social (FASSO) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); atua como Assistente Social na Unidade Básica de Saúde Dr. José Leão em Mossoró/RN, no Hospital Regional Dr. Nelson Inácio dos Santos em Assú/RN e no Hospital Regional Dr. Cleodon Carlos de Andrade em Pau dos Ferros. Email: ellen_kristhian@yahoo.com.br

população, resgatando seu caráter democrático e avançando na percepção de sujeitos-cidadãos, considerando a totalidade de suas relações. Para tanto, faz-se fundamental apreender que num contexto neoliberal as políticas públicas, em especial as políticas sociais, dentre elas a saúde, podem ser ofertadas como mais um favor, uma benesse, ou seja, uma forma de enquadrá-las como políticas para atendimento e enfrentamento à pobreza, substituindo seu caráter de direito, universal e continuado por práticas pontuais e seletivas, com a justificativa de que sua manutenção e ampliação é onerosa aos cofres públicos, mas que na verdade é mais uma tática da política econômica de recorte neoliberal para redução de custos e retroalimentar a acumulação-exploração.

Diante da compreensão do caráter conflitante e desafiante das políticas sociais, principalmente a saúde, ao passo que são direcionadas a satisfazer os interesses do capital e, contraditoriamente, caminham ao encontro das necessidades da população, o Serviço Social tem se firmado como uma profissão que tem contribuído historicamente para a conquista, manutenção e ampliação de tais políticas, colaborando, seja nos espaços de formulação e execução destas, seja nos espaços de luta das(os) trabalhadoras(es), na perspectiva da consolidação dos direitos sociais.

Ao reconhecer a saúde como um todo constituído por correlações de forças e condições objetivas e subjetivas dos sujeitos, abrangendo ainda as dimensões culturais, econômicas, políticas e sociais, as(os) Assistentes Sociais, numa articulação necessária com outros profissionais, atuam na identificação e análise dos elementos que intervêm no processo saúde/doença, operacionalizando, dessa maneira, intervenções interdisciplinares, multiprofissionais e intersetoriais, que pressupõe a possibilidade de práticas profissionais com abordagem integral dos indivíduos e famílias no sentido de – mesmo diante das fragilidades estruturais, insuficiência e/ou mau uso dos recursos públicos – buscar garantir e ampliar os direitos de cidadania, através da responsabilidade pública do Estado, na promoção da universalidade do direito, integralidade do sistema, participação e controle social.

Destarte, o presente artigo objetiva apreender os aspectos que coadunam com o fazer profissional da(o) Assistente Social para a efetivação dos direitos de cidadania, tomando por base o desenvolvimento da Política de Saúde no Brasil. Para atender a tal objetivo, o trabalho intitulado **A Política de Saúde Brasileira e a importância do Serviço Social na efetivação dos Direitos de Cidadania** está organizado, além da introdução e da conclusão, em mais dois tópicos, quais sejam: 1. *A Política de Saúde no Brasil: entre conquistas e retrocessos*; 2. *O Serviço Social no Brasil: caminhos entre avanços e limites na efetivação de direitos de cidadania*.

2. A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL: entre conquistas e retrocessos

A compreensão da saúde como direito de cidadania e do Sistema Único de Saúde (SUS) como sistema público universal garantidor desse direito, evidenciou a noção de direito social em detrimento à noção de favor/ concessão, o que permitiu avanços em uma série de políticas de saúde, atendendo à população de acordo com a realidade vivenciada pela mesma, na perspectiva de promover saúde para todas(os), regida por princípios de universalidade e integralidade, favorecendo ainda a participação da população na constituição de instâncias e espaços de controle social.

A construção e consolidação das Políticas de Saúde no Brasil acompanham evoluções nos aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais do país, e nesse processo evolutivo, é importante destacar que, apesar de necessários à manutenção da ordem capitalista, os direitos sociais e à saúde são conquistas que resultam também da luta e reivindicação da classe trabalhadora e dos movimentos sociais.

o que se coloca como tarefa fundamental no que se refere aos direitos sociais não é, muitas vezes, o simples reconhecimento legal-positivo dos mesmos, mas a luta para torná-los efetivos. A presença de tais direitos nas Constituições, seu reconhecimento legal, não garante automaticamente a efetiva materialização dos mesmos. Esse é, particularmente, o caso do Brasil. [...] é importante assegurar seu reconhecimento legal, já que isso facilita a luta para torná-los efetivamente um dever do Estado. (COUTINHO, 1997, p.156)

As Políticas de Saúde têm no SUS sua base, dispondo da descentralização político-administrativa entre os entes federados, organização em redes de atenção à saúde regionalizadas e uso de tecnologias resolutivas em saúde, valendo-se também do setor privado de forma complementar. Este formato favorece não somente o diálogo e referência-contrarreferência entre todos os níveis de assistência (primária, secundária e terciária), como também articula a política de saúde com as demais políticas sociais, tendo em vista o conceito ampliado de saúde, para que possa configurar-se como uma política pública em que todas as pessoas tenham acesso de forma universal, equitativa, integral e biopsicossocial.

Diante do exposto, é possível reconhecer várias conquistas da Política de Saúde Brasileira, como: Unidades Básicas de Saúde distribuídas em todo o território nacional, contando com equipes multiprofissionais mínimas na execução dos serviços, primordialmente, àqueles de caráter preventivo e promoção à saúde; trabalho de educação em saúde com grupos específicos, a exemplo o de fumantes, hipertensores, gestantes, etc; implementação das equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), que têm colaborado para superação de situações de risco à saúde da população através do alcance de indicadores (usados para mensurar o risco e prognóstico individuais, bem como na previsão de morbidade em grupos da população), como ações estratégicas para cobertura de pré-natal, vacinação de crianças na idade certa e de grupos populacionais específicos, acompanhamento de gestantes, prevenção e tratamento às doenças crônicas (destaque para hipertensão e diabetes),

acompanhamento à saúde bucal, contribuindo dessa forma para maior resolubilidade das demandas.

Outros avanços podem ser percebidos no tocante às situações que não são possíveis de resolver na atenção básica, sendo necessário o encaminhamento a outros equipamentos com oferta de serviços especializados, como Ambulatórios, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Residências Terapêuticas, Hospitais, dentre outros.

Contudo, apesar dos inúmeros avanços, a Política de Saúde apresenta fragilidades, seja em assegurar as necessárias transformações culturais, econômicas, políticas e sociais para reduzir concretamente as desigualdades, seja em garantir direitos de cidadania e materializar a universalidade do direito à saúde no Brasil como política de estado e não apenas como iniciativa pontual de uma política de governo. Cabe enfatizar que essas fragilidades, tão características da sociabilidade capitalista, compõem o rol de desmonte e ataques às políticas sociais de direitos, em particular às históricas conquistas do direito universal à saúde, intensificando as vulnerabilidades do Sistema Único de Saúde, ganhando, assim, contornos cada vez mais intensos com a crise do capitalismo, agravando-se em tempos de barbárie.

o Brasil incorporou a “reestruturação do capitalismo tardio” com suas medidas econômicas e políticas conexas. Entretanto, essa incorporação foi e é mediada pelas características próprias da nossa formação social: periférica e dependente. As políticas de ajuste neoliberais implicaram um desmonte do Estado por meio da redução de sua atividade regulatória e produtiva – privatizações, abertura comercial e financeira –, ampliação de espaço privado no campo dos direitos sociais e reduções dos investimentos públicos na área social. As implicações [...] foram o acirramento das desigualdades, da desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas e do agravamento da questão social. (NETO, 1996, P. 103, citado por DURIGUETTO, 2011, p. 244)

Nessa lógica, podem ser percebidos desmontes do SUS desde a redução e mercantilização de direitos sociais e trabalhistas até a priorização na oferta do direito privado à saúde. As ameaças ao SUS ganham força com o crescimento das políticas econômicas neoliberais, com destaque para as contrarreformas; redução dos salários das(os) trabalhadoras(es); reestruturação produtiva, imposição das condições de trabalho, caracterizadas pela relações precarizadas; desemprego estrutural; aumento em grande escala de privatizações e de terceirizações, tanto da força de trabalho quanto dos serviços ofertados à população; encolhimento das responsabilidades do Estado no financiamento de políticas públicas, de modo que os direitos sociais passaram a ser vistos como gastos desnecessários e não prioritários; impulso à pobreza generalizada; e desarticulada mobilização popular, impedindo a participação das(os) cidadãs(ãos) nos espaços políticos decisórios.

Além disso, é importante identificar outros elementos que prejudicam o financiamento do SUS, como a Desvinculação das Receitas da União (DRU); renúncias fiscais derivadas do imposto de renda, das desonerações fiscais e da Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Tal contexto de crise do capitalismo contemporâneo sobre a acumulação e superprodução vem contribuindo para embates históricos do financiamento do SUS, desde sua criação, com limitação dos gastos em pessoal da saúde, impedindo a contratação pela administração direta de trabalhadoras(es) na área da saúde e validando mais um artifício que direciona recursos para formas privadas de vínculos trabalhistas. (MENDES; FUNCIA, 2016, citado por MENDES e CARNUT, 2019). Ou seja, evidencia-se a utilização de ajustes fiscais permanentes, levando à redução de recursos direcionados ao nosso sistema de proteção social, não havendo, inclusive, prioridade à saúde como política social de direito.

O processo de ataque e destruição dos direitos sociais, bem como o esmagamento do financiamento do SUS, presente desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), intensificou-se com o impeachment de Dilma Rousseff e com a tomada do poder por Michel Temer. Nessa perspectiva, a construção e consolidação de um sistema de fato universal da saúde vai apresentando-se mais distante, decadente e inacessível, em que o quadro do (sub)financiamento do SUS passou a ser transformado num processo de (des)financiamento, escandalosamente respaldado na Emenda Constitucional (EC) Nº 95/2016.

Contraditoriamente, a Emenda Constitucional Nº 95/2016 congela as despesas e limita a ampliação dos gastos públicos nas áreas da proteção social por 20 anos, não adotando a mesma conduta com as despesas de cunho financeiro, ocasionando prejuízos incalculáveis para a população que depende direta e indiretamente das políticas sociais, mantendo uma perene trajetória de (des)financiamento e fragilização da saúde e outras políticas sociais.

Entretanto, observa-se que, desde a Carta Magna, com a saúde compondo o tripé da Seguridade Social e, conseqüentemente, com a constituição do SUS, buscando se concretizar de fato como política pública universal, o Estado brasileiro tem direcionado recursos reduzidos e insuficientes para a saúde, política essa que não possui sequer definição quanto suas fontes próprias. Confrontando tal constatação, o Estado vem concedendo vultuosos incentivos financeiros à iniciativa privada, com transferências de recursos direcionados para manter serviços cujas modalidades são de gestões privatizantes, a exemplo das Organizações Sociais (OS's), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip's), Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e Fundações Estatais Públicas de Direito Público e Privado com contratos celetistas. Essa ausência de comprometimento do Estado brasileiro com alocação e racionalização de recursos para o fortalecimento da Seguridade Social e, especificamente, do SUS, consolida ainda mais o (des)financiamento das políticas sociais e impõe restritivas condições para que a população tenha acesso aos direitos de cidadania.

Assim, no contexto contemporâneo da crise capitalista na realidade brasileira, tomando por base o agravamento da ofensiva reacionária e conservadora, à época, misógina e genocida do governo Bolsonaro contra os direitos sociais e democráticos, um aspecto que se faz de extrema relevância destacar, é a desarticulação e ataques aos movimentos sociais, instâncias de controle social e lutas sociais, afetando diretamente a organização da classe trabalhadora, principalmente contra a perda de direitos sociais e trabalhistas.

A luta pelo SUS exige o resgate dos princípios da Reforma Sanitária; a sensibilização das (os) atrizes(atores) que compõem a Política de Saúde em todas as suas instâncias; a urgência de refletir, dialogar e formular propostas alternativas que possam combater as desigualdades em suas múltiplas dimensões e determinações; o debate e a construção de iniciativas inclusivas e sustentáveis, que considerem as especificidades de cada região do país; equilíbrio na captação e redistribuição da renda e da riqueza socialmente produzida; segurança e proteção no trabalho; e promoção equitativa e universal de serviços sociais de cidadania⁸.

Nesse sentido, as Políticas Sociais de Seguridade Social constituem-se em espaços sócio-ocupacionais do mercado de trabalho, nos quais está inserida a maioria das(os) Assistentes Sociais, e a saúde tem-se apresentado como um importante campo de intervenção profissional, que exige observância ao Projeto Ético-Político da profissão e um ininterrupto processo de educação permanente, além da leitura crítica da realidade social, desvendando suas contradições para fortalecer o avanço da luta por direitos de cidadania, e o fortalecimento do diálogo e da articulação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial, comprometido com a democracia, os direitos sociais e a melhoria das condições de saúde das populações.

3. O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: caminhos entre avanços e limites na efetivação de direitos de cidadania

Os processos de trabalho em que as(os) trabalhadoras(es), dentre eles as(os) Assistentes Sociais, se inserem sofrem as repercussões do mundo do trabalho, resultante da lógica de acumulação capitalista, que altera os processos e as relações de trabalho. Lógica essa centrada na substituição do trabalho vivo pelo morto; ataques às legislações de proteção aos direitos trabalhistas, com a recorrência de subcontratação, terceirização, trabalho precarizado e desprotegido. É nesse cenário de constantes mudanças que se apresenta o mundo do trabalho concebido na sociedade capitalista contemporânea, num contexto sócio-histórico de flexibilização dos vínculos de trabalho e redução do emprego, aliado à

⁸ A Cidadania aqui defendida corrobora com a compreensão adotada por Marshall que a delimita em 3 níveis de direitos: civis, políticos e sociais, considerando ainda suas dimensões históricas e processuais. (COUTINHO, 1997, p.149-150).

minimização e inoperância do Estado em suas responsabilidades no âmbito das políticas e serviços sociais, afetando diretamente a viabilidade dos direitos sociais e humanos, precarizando seu caráter universal, destituindo-os de cidadania.

Nesse sentido, os ideais da Reforma Sanitária inseridos e defendidos na normativa constitucional, bem como o Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social perdem potencialidade, uma vez que as condições adversas a que estão submetidas(os) as(os) profissionais comprometem sua materialização. Contudo, para garantir materialidade ao PEP, as(os) Assistentes Sociais são instigadas(os) a compreender não apenas o contexto sócio-histórico e as mudanças ocorridas no sistema de Seguridade Social do Brasil, mas também se apropriar de um extenso e essencial aparato jurídico-normativo que os respalda em suas atribuições e competências e garante a especificidade de sua atuação profissional necessária, haja vista atuarem com questões que dizem respeito à sobrevivência social e material da maioria da população.

No sistema de Seguridade Social brasileira, as políticas que compõem seu tripé não foram materializadas em sua totalidade e orientaram as políticas sociais de forma bastante diferenciada, ou seja, a Seguridade Social no Brasil não se instituiu de forma homogênea, integrada e articulada, apesar da Constituição Federal de 1988 ter reorganizado e reestruturado os novos princípios e diretrizes das políticas de saúde, assistência social e previdência social. (BOSCHETTI, 2009)

Uma vez que a sustentação financeira da Seguridade Social está vinculada ao trabalho e a arrecadação de impostos, constituindo assim o fundo público, retornando à sociedade através da oferta de serviços, estes são disponibilizados de forma restrita, haja vista terem perdido sua potencialidade em decorrência da escassez de recursos financeiros. Não avançou no sentido de fortalecer a “lógica social”, mas sim na direção do fortalecimento da “lógica do contrato”. (VIANNA, 1998, citado por BOSCHETTI, 2009, p.9), favorecendo a lógica do mercado em detrimento da lógica da responsabilidade do Estado, universal e democrática.

No campo institucional, um limite para a atuação da(o) Assistente Social que se solidifica cada vez mais com a crise mundial do capital, é a redução dos ideais universalistas e igualitários na área dos direitos sociais, os quais são substituídos pela lógica de focalização e restrição de direitos para situações de vulnerabilidade e risco social. Nesse sentido, a Política de Saúde que mantém o princípio de universalidade e integralidade, pelo menos teoricamente, configura-se como um campo emergente de demandas às(aos) profissionais de Serviço Social, com vistas a apreender as determinações societárias e suas conexões com a vida dos indivíduos, analisando a sociedade de modo estrutural e conjuntural, bem como se deparado com mudanças significativas nos espaços de atuação, estruturadas num conjunto de mediações. (RAMOS e SANTOS, 2016, p. 211)

A inserção da(o) Assistente Social na área da saúde vem apresentando avanços significativos, como: uma prática não mais mediada pela ideologia da ajuda e sim pela perspectiva da garantia de direitos sociais; intervenções ampliadas e consolidadas precisamente nas contradições existentes no SUS (dentre as quais constam a exclusão no acesso, a precariedade dos recursos e da qualidade dos serviços, a excessiva burocratização e a ênfase na assistência médica curativa e individual); atuação na direção à garantia do direito, socialização de informações, desburocratização dos serviços e rotinas, e ampliação de espaços para participação da população.

Importante enfatizar que essa incorporação da(o) profissional de Serviço Social na área de saúde traz à tona, historicamente, a caracterização de uma(un) profissional que busca atuar na direção dos interesses e necessidades das(os) usuárias(os), identificando a história de vida destes, as causalidades e multiplicidade dos fatores determinantes que incidem na qualidade de vida da população e dialoga acerca de como o direito à saúde se materializa na vida das(os) usuárias(os) e quais as possibilidades para que estas(es) tenham acesso de forma qualitativa a aqueles.

Nesse cenário, de compreensão da saúde como um direito de cidadania, também se apresenta como um avanço à(ao) profissional de Serviço Social o trabalho de práticas democráticas, seja na formulação, execução e gestão das políticas sociais, seja no compromisso com sua atualização permanente e capacidade em decifrar a realidade social e intervir nela, almejando contemplar os interesses e necessidades dos sujeitos demandantes de seus serviços, assim como avançar socialmente na luta pela conquista de uma “cidadania ampliada”, como bem aponta Coutinho (1997, p.155). Nesse sentido, é possível pensar num novo conceito de Estado, que, apesar de representar prioritariamente os interesses da classe dominante, se vê obrigado a representar também outras classes antagônicas, convertendo-se numa arena privilegiada da luta de classe. (COUTINHO, 1997, p. 163)

A articulação com outras categorias profissionais e outras políticas sociais, torna-se fundamental, assumindo o conceito ampliado de saúde, fortalecendo o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (BARROCO e TERRA, 2012, p. 127), além do “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.” (BARROCO e TERRA, 2012, p. 130).

Na contramão de sua autonomia, o que tem sido imposto às(aos) Assistentes Sociais nos serviços de saúde, na realidade vigente, são modelos institucionalizados nacionalmente e com formatos rígidos; redução da autonomia relativa profissional; impossibilidade da garantia do acesso aos direitos de cidadania à população usuária; e exigência de ações pontuais vinculadas a trâmites burocráticos que visam resultados, sem continuidade e com

pouca ou nenhuma preocupação se estão em consonância com as reais necessidades e interesses dos indivíduos. Nisso, a relativa autonomia profissional, decorrente de sua leitura do real e da implementação de ações vinculadas aos valores éticos da profissão, estreita-se ainda mais pela impossibilidade de programar a ação com base na realidade, em que a funcionalidade da intervenção profissional altera e condiciona seu conteúdo de acordo com as possibilidades de um determinado momento histórico.

Desse modo, faz-se primordial que a(o) Assistente Social não perca de vista que, mesmo partilhando do trabalho com outras categorias profissionais, dispõe de particularidades na interpretação dos mesmos processos sociais, apropria-se de competências distintas para a realização das ações profissionais, de modo que devam considerar desde sua formação profissional até suas dimensões teórico-metodológica, ético-políticas e técnico-operativas. Ou seja, atuam na prestação de serviços sociais, buscando caminhos para garantia de direitos, fortalecendo as lutas e interesses da população, bem como os canais de participação das(os) usuárias(os) na gestão e no controle social da prestação de serviços, trabalhando na perspectiva da garantia de direitos sociais e de cidadania em favor da equidade e da justiça social.

Soma-se a isso, a organização política da categoria como uma das condições históricas para viabilizar a capacidade de projetar coletivamente caminhos estratégicos para a profissão e para a sociedade, e a necessária mobilização e organização da categoria, na direção da construção de sua identidade de classe como integrante da classe trabalhadora.

4. CONCLUSÃO

Ao percorrer a trajetória histórica da Política de Saúde Brasileira fica evidente que apesar do Movimento da Reforma Sanitária reivindicar o direito à saúde como direito de cidadania para todas(os), sendo uma conquista garantida da Constituição Federal, ainda conserva características com tendências discriminatórias, seletivas e focalizadas. Os princípios de universalidade, integralidade, equidade e participação popular vem apresentando reflexos dos constantes ataques da política econômica neoliberal, principalmente num cenário de (des)financiamento das políticas sociais e do SUS, com a ampliação de repasses ao setor privado (destaque para o processo de privatizações), reestruturação produtiva, flexibilização das relações de trabalho, desmonte das legislações sociais e trabalhistas.

Cenário este de contrarreformas do Estado, que reduz direitos garantidos em favor de “equilíbrios” fiscais e inserção na economia mundial, forjando um estado mínimo para a classe trabalhadora e máximo para o mercado. A asfixia dos direitos de cidadania é intensificada na vigência da EC 95/2016, que deteriora o que deveria ser investido nas políticas públicas, demonstrando grande efeito sobre o direito à saúde, evidenciando ainda mais sua crise.

Não se pode negar que o Sistema Único de Saúde teve avanços e trouxe uma nova percepção do direito à saúde em todo território nacional, principalmente no tocante à descentralização política administrativa, onde foi possível redistribuir poder e responsabilidade entre os três níveis de governo, além da possibilidade de prestar serviços com maior qualidade e garantir o controle e a fiscalização por parte das(os) cidadãs(ãos) tanto em âmbito nacional quanto local.

Todavia, para que esta política de fato se materialize como política de estado no cotidiano da população, faz-se necessário exigir compromisso e responsabilidade pública das(os) governantes; priorizar investimentos nas políticas sociais; resgatar o caráter democrático da saúde; traçar estratégias para atingir a integralidade do sistema e a universalidade do direito, bem como incentivar a participação popular e o controle social. Há urgência no compromisso com o SUS, seus princípios e usuárias(os) dos seus serviços, não o configurando como um novo tratamento no atendimento da pobreza, mas sim o colocando no rol dos direitos de cidadania.

Na incessante busca da efetivação de serviços e ações de saúde de qualidade, efetivamente públicas, gratuitas e laica, numa perspectiva universalizante e integral, Assistentes Sociais vêm se inserindo historicamente no campo da saúde, com intervenções pautadas na prevenção, promoção, proteção, reabilitação e/ou recuperação da saúde, as quais sofrem reflexos históricos influenciados por fenômenos culturais, econômicos, políticos e sociais que oferecem riscos à saúde da população.

Assim, é no movimento cotidiano de pensar caminhos que levem à democratização do Estado, contrapondo-se à lógica do Estado mínimo, que o trabalho das(os) Assistentes Sociais tem ganhado espaço objetivando a garantia no acesso aos direitos por meio do atendimento de demandas, a articulação com outras(os) profissionais e outras políticas setoriais; e o fortalecimento de mecanismos de resistência com vistas a minimizar as desigualdades sociais.

É nesse contexto que a(o) profissional passa a expressar com nitidez seu posicionamento em defesa da saúde como um direito social universal, voltado para a promoção e a superação do modelo centrado na doença e nas ações curativas, possibilitando a prática em trabalho multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial. Prestar serviços de saúde ou promover a saúde junto à população passa, necessariamente, por conhecer e interagir com o território (enquanto lugar de uso e acontecimento social, de referência e de vida da população com a qual se trabalha), bem como centrar sua atuação nos determinantes sociais, na atenção à coletividade, sem desconsiderar as particularidades dos sujeitos, fundamentando-se em dados epidemiológicos, articulando os três níveis de atenção à saúde (primária, secundária e terciária) e considerando ainda a participação popular.

As intervenções das(os) Assistentes Sociais, sejam desenvolvidas em espaços de formulação e gestão da políticas de saúde (que são importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, pois tanto afirmam a lógica da garantia dos direitos sociais, quanto consolidam o Projeto Ético-Político da profissão), sejam na execução (através de atendimento direto à população, com ações de prevenção, proteção e promoção à saúde, que contribuem na aproximação das(os) profissionais com as(os) usuárias(os) e torna possível conhecer com mais propriedade sua realidade e trabalhar os direitos de cidadania, de modo que sejam acessíveis, de qualidade, humanizado e integralizado), permitem o enfrentamento dos desafios nesta área e torna-se uma questão fundamental para a legitimidade ética, teórica e técnica da profissão.

A partir da clareza acerca do seu objeto de trabalho, da compreensão do seu processo de trabalho e apropriação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que subsidiam seu fazer profissional, a(o) Assistente Social avança no caminho da materialização do PEP, este que será mais abrangente e incidirá com maior precisão sobre as necessidades reais da população quanto mais densa for sua capacidade de estabelecer um diálogo crítico com as lutas das classes trabalhadoras e sua agenda de defesa dos Direitos Humanos. (RAMOS e SANTOS, 2016, p. 230)

Pensar nos Direitos Humanos se torna mais palpável e possível quando se reflete sobre as várias correlações estabelecidas pela(o) Assistente Social, que não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho coletivo, combinado com outras(os) atrizes(atores), com vistas a superar análises unilaterais, práticas imediatistas, focalizadas das políticas sociais, ao passo que trilha um caminho de resistências, lutas, fortalecimento de canais de participação das(os) usuárias(os) na gestão e controle social da prestação de serviços da política de saúde, demandando, dessa forma, a necessidade de um trabalho profissional potencializado pelos instrumentos de trabalho.

Mais um desafio que se apresenta é o cuidado que a(o) Assistente Social deve ter na distinção entre as demandas e objetivos institucionais e as demandas e objetivos profissionais no âmbito dos serviços sociais, pois a medida em que os primeiros exigem atenção às legislações e normativas alusivas das políticas sociais, não deixam de expressar os valores e concepções que direcionam decisivamente a organização do processo de trabalho, bem como a intencionalidade do sistema em reduzir a(o) profissional a um mero executor das ações e operador de instrumentais, o que Aquin (2009, citado por MIOTO e NOGUEIRA, 2013) chama de “mero braço instrumental” da política social. Já as segundas, mesmo sob determinadas condições objetivas e subjetivas, permitem que a(o) Assistente Social exercite sua relativa autonomia teórica, política, ética e técnica (MOTA; AMARAL, 1998, citada por MIOTO e NOGUEIRA, 2013).

Um fator que se soma ao que foi apontado no parágrafo anterior, é a não compreensão dos limites profissionais de cada categoria profissional que compõe a equipe multiprofissional, dificultando assim o trabalho interdisciplinar e, conseqüentemente, a percepção da importância do trabalho intersetorial.

O trabalho das(os) Assistentes Sociais nas diferentes políticas setoriais, especialmente na saúde, vem demonstrando dificuldades na definição de seu papel nas equipes multiprofissionais. A interdisciplinaridade, como diretriz de parte dos processos de trabalho nas políticas sociais, tem exigido – em tempos de acirramento de corporativismos e de busca pela expansão dos campos disciplinares – cada vez mais uma definição objetiva acerca do que compete aos diferentes profissionais, que, por vezes, impõe ao Serviço Social a não validação como profissão da saúde, bem como define, arbitrariamente, quais as competências que as(os) Assistentes Sociais devem desenvolver, estas que são definidas sem participação e diálogo com as(os) profissional e sem qualquer utilização de critérios formativos, técnicos e éticos.

5. REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena; CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. (org.). **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez; OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: **REVISTA PRAIA VERMELHA**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

DURIGUETTO, Maria Lúcia e MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 5).

HOFFMANN, Edla. **O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF NA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5138/1/000389780-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: janeiro de 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete. (et al), (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez; OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. **O Estado e o Capital e a crise da forma-direito na saúde brasileira.** 2019. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/3d8cb240-8aed-4113-80fa-441a5ad50d19/HSP_30_2019.pdf. Acesso em: janeiro de 2020.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Política Social e Serviço Social:** os desafios da intervenção profissional. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: janeiro de 2020.

RAMOS, Sâmya Rodrigues e SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). **Serviço Social no Brasil:** história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Serviço Social e práticas democráticas na saúde. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Org.). **Serviço Social e Saúde:** Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez; OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: ESTADO, DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS SOCIAIS

Larissa Monteiro Ribeiro⁹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é contribuir para o debate acerca das desigualdades sociais agravadas e reproduzidas pelo sistema capitalista. Desse modo, serão tecidas algumas reflexões sobre o papel do Estado frente aos Direitos Sociais, a influência do Neoliberalismo na economia e na educação brasileira, que tem aprofundado as desigualdades sociais e diminuído os investimentos em políticas sociais como a educação. Num recorte possível, buscar-se-á compreender o papel do Estado democrático de direito por meio de uma análise bibliográfica sobre os direitos sociais convertidos em políticas sociais, dando ênfase no direito à educação sob a influência do modelo econômico neoliberal vigente.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Neoliberalismo; Política de Educação.

1. INTRODUÇÃO

A proclamação dos Direitos Sociais reconhecidos na Constituição Federal de 1988, resultou da luta de classes, através de um longo processo de reivindicações sociais. Contudo, a partir do contexto socioeconômico e político-ideológico da década de 1990, a Política Social no Brasil sofreu os impactos com a implementação do modelo neoliberal com políticas de ajustes econômicos e sociais, evidenciados na expansão e no crescimento da economia privatista e mercantilista que visa o lucro imediato, nesta conjuntura, a baixa qualidade da educação pública, por exemplo, diante de acordos estabelecidos por órgãos nacionais e internacionais passa a afetar a educação do país.

O neoliberalismo de acordo com Perry Anderson, “foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON, 1996, p. 9), ou seja, um ataque aos direitos sociais em prol da liberdade econômica do mercado e o Estado dentro dessa correlação de forças histórica, sempre tende a permanecer ao lado da ideologia dominante que o fundou. Diante disto, buscaremos compreender no *1º tópico, as categorias de análise Estado, Direitos Sociais e Política Social, através de um breve recorte histórico.*

⁹ Assistente Social – Equipe Multiprofissional da Secretaria de Educação de Aracati-CE; Graduada em Pedagogia; Especialista em Políticas Sociais; Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da UERN.

No final da década de 1990 e início da década de 2000, a Política de Educação, entendida também como política social, passaram e vem passando por um processo de mudanças que buscam acompanhar as medidas neoliberais difundidas em toda a América Latina, principalmente a educação pública vem sofrendo impactos, por isso se faz necessária a discussão acerca dessas transformações que visam a expansão e o crescimento da economia através da lógica mercantilista e privatista, que só tendem a agravar as desigualdades sociais provenientes do sistema capitalista.

Desta maneira, pretendemos, compreender no 2º tópico, *o que é o Neoliberalismo e de que forma as políticas neoliberais tem se apresentado no Brasil, quais suas implicações para a Políticas Sociais, principalmente na Política de Educação* entendida como importante aliada do desenvolvimento social e econômico do país.

Ressalta-se que todo o aporte teórico recorrido neste trabalho, foi utilizado com embasamento na teoria social crítica em Marx e em autores marxistas e bem como, fazendo um contraponto com outros autores de correntes filosóficas diferentes como contratualistas e liberalistas.

2. ESTADO, DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICA SOCIAL: uma breve análise

O Estado é uma instituição tão antiga quanto a família. Desde os grandes impérios da Antiguidade até as atuais sociedades industriais e pós-industriais, a noção de Estado sempre esteve presente.

A palavra Estado, pode ser entendida de várias formas, como por exemplo: sinônimo de governo, Estado-nação ou país, regime político e sistema econômico. No entanto, este é um conceito que deve ser compreendido a partir de uma perspectiva histórica.

As primeiras concepções sobre o que seria Estado Moderno têm origem nas teorias contratualistas de autores como: Maquiavel, Hobbes, John Locke e Rousseau, que se desenvolveram no processo de transição da teoria política medieval configurada sobre o sistema feudal para posteriormente o sistema capitalista¹⁰.

Nicolau Maquiavel (Florença, 1469-1527), foi o pioneiro das teorias contratuais, defendia em sua obra mais famosa, *O Príncipe*, que o Estado, era uma instituição nascida do contrato entre o povo e o príncipe. Além disso, reflete nesta obra, os meios para a conquista e manutenção do poder pelo soberano, o que se configurou como uma espécie de manual sobre a arte de governar, buscando em sua época, não somente

¹⁰ Não aprofundaremos neste trabalho, estudos sobre estes autores e a teoria contratualista, nosso objetivo é tecer um breve histórico sobre a origem do Estado moderno.

ajudar o rei a governar e se manter no poder, mas também, romper com as tradições políticas medievais e a visão teocêntrica de mundo, centralizada na igreja.

Neste sistema político de governo, no qual imperava a Monarquia Absolutista, as propriedades do reino eram do rei e não existiam os conceitos de Sociedade Civil ou Espaço Público, no lugar do papel de cidadão, estava a plebe, os súditos que em nada podiam contestar, já que se entendia que o rei era a figura escolhida por Deus para governá-los e o Estado, por meio das leis, a instituição capaz de organizá-los.

No entanto, Maquiavel e os filósofos contratualistas, compreendem que o rei não poderia governar totalmente sozinho, já que como dito, *o Estado era uma instituição nascida entre o contrato entre o povo e o príncipe* e para este se perpetuar no poder, não poderia ser um tirano, precisava atender a algumas demandas de seu povo, a fim de estabelecer alianças e *controlar a barbárie*.

Neste contexto, surge o entendimento de que o Estado como instituição organizadora responsável pela normatização e controle dos indivíduos, tem Contrato Social simbólico para com eles, no qual teria esse potencial civilizador e organizador.

O que foi discutido até aqui, nos leva a compreender que a gênese do Estado Moderno está ancorada em atender e reforçar prioritariamente os interesses econômicos do monarca, que nesta época eram: a expansão dos territórios, exploração das colônias e alianças políticas em prol da manutenção do seu poder, pouco se pensava nos interesses coletivos das classes menos favorecidas, nos interesses da plebe.

Desse modo, Moutinho (2001) analisa que:

A ascensão e os valores da burguesia deram-lhe condições para ocupar o lugar da nobreza e dos reis. A burguesia afirmava que seus interesses eram os mesmos das classes populares, principalmente do campesinato. Baseada nesse argumento, a nova classe dominante tomou o poder do Estado e, com a limitação do poder real pelo fortalecimento do parlamento ou pela criação de repúblicas, juntamente com a divisão dos três poderes (legislativo, executivo e do judiciário) e o estabelecimento da soberania popular e do direito à insurreição ao governo, constituiu-se o Estado nacional. (Moutinho, 2001, P.2)

Desse modo, o Estado nacional se constitui como um poder político-administrativo sobre a população nacional em um espaço geográfico limitado, mas agora ele é parte da sociedade e não dissociado dela. Essa dualidade entre o Estado e a sociedade civil é o diferencial entre os estados absolutistas e os estados nacionais.

A partir do surgimento do novo modelo de Estado, no qual a nova classe dominante era a burguesia e o poder do rei que era absoluto, foi limitado ao parlamento, surge o conceito de Sociedade Civil, o qual os estudiosos ao longo da história sobre política, buscam analisar, juntamente com o conceito de Estado nacional, qual a relação entre essas duas entidades.

Fundamentados nisto, nos guiaremos pela matriz de pensamento marxista, no qual a correlação de forças entre Estado e Sociedade Civil está configurada na luta de classes e no domínio de uma classe sobre a outra, no qual as relações são controladas pelo modo de produção da riqueza vigente, no caso, o sistema capitalista.

Marx e Engels afirmam em *A Ideologia Alemã*:

A estrutura social e o Estado nascem [...] do processo de vida de indivíduos determinados [...] tal e como atuam e produzem materialmente, e portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressuposto e condições materiais, independentes de sua vontade (Marx e Engels, 1993, p. 36).

Com isso, compreende-se que para Marx e Engels, o Estado, surge das relações de produção e trabalho expressando os interesses da classe que depende dessas relações de produção para se manter no poder. Desse modo, a burguesia que tem o controle dos meios de produção e o controle sobre o trabalho no processo de produção, se constitui como classe dominante e passa a estender seu poder ao Estado e através dele, expressar seus interesses, por meio das normas, leis, autoridade e coerção da classe trabalhadora, quando estas normas são contrariadas.

Marx em *Sobre a Questão Judaica*, adota uma posição crítica em relação a Sociedade Civil Moderna e ao Estado Moderno, compreendendo este ente como “servo da burguesia e a vida pública como serva da vida privada” (2010, P.29). Assim, ressalta que: “a unidade do Estado, o poder político geral, revelam-se também necessariamente como assunto privado de um governante e dos seus servidores, separados do povo” (2010, P. 28). Por esta via de pensamento, os interesses privados do governante passam a ser interesses de um grupo minoritário que está no poder e prevalecem sobre os interesses coletivos da massa de trabalhadores e é através da coerção leis, normas e da autoridade (do aparato policial), que uma classe mantém sua hegemonia sobre a outra.

Para Gramsci (2012,p.248, C.6,§88) , o Estado não pode ser visto apenas como “ expressão predominante de coerção”, mas um composto entre sociedade política (coerção) e sociedade civil (espaço de luta pela hegemonia também da classe trabalhadora), o autor se refere a essa união como Estado Integral e considera que a classe trabalhadora, deva ser dirigente, antes de se tornar dominante, pois sendo dirigente sua concepção de mundo se tornará hegemônica em toda a sociedade, sendo assim, através da persuasão e difusão da ideologia da classe trabalhadora, a mesma será hegemônica.

Nesse sentido, em Marx, o Estado assume um caráter negativo e aparece como expressão alienada dos interesses gerais da sociedade, já Gramsci não descarta essa visão somente negativa do Estado, mas o entende como espaço no qual a classe trabalhadora pode estabelecer consenso e galgar posições através da representatividade, daí a necessidade de intelectuais orgânicos na classe trabalhadora para que a revolução socialista acontecesse.

Na contemporaneidade, com a Revolução Industrial (1760 – 1840), o Sistema Capitalista se consolida, porém com as flutuações econômicas do mercado passou por várias crises cíclicas que não se pretende aprofundar neste trabalho, mas agora, nos propomos a estudar o papel do Estado na luta de classes pela conquista dos Direitos Sociais.

Desse modo, na segunda metade do século XX, o Estado teve um importante papel tanto na economia dos países capitalistas centrais, quanto no âmbito dos direitos sociais, posto que até a Crise de 1929, era responsável somente pela manutenção da estabilidade monetária que tinha o equilíbrio fiscal como regra.

Segundo Paulino (2017):

Depois do colapso da Grande Depressão e suas graves consequências, que ameaçavam a existência do próprio capitalismo liberal, sob intensa pressão das classes trabalhadoras nos países centrais e pelo medo que as classes ricas sentiam das revoluções sociais, os Estados capitalistas também foram obrigados a assumir importantes funções econômicas e sociais, como de reguladores da economia e provedores de serviços públicos. (Paulino, 2017. P.6).

Diante disto, entende-se que não somente a economia é afetada pela crise do Sistema Capitalista, mas também a classe trabalhadora sucumbiu na miséria, desemprego em massa, pobreza e marginalidade. Desse modo, o Estado foi compelido por meio das reivindicações dos trabalhadores por direitos sociais básicos como: moradia, alimentação, saúde e emprego, a realizar investimentos também no âmbito social.

Com a queda da Bolsa de Valores de Nova York também em 1929 e diante do referido contexto de crise, o economista Keynes desenvolveu o *Keynesianismo*, proposta que contrariava os ideais do Liberalismo clássico e do livre mercado, na qual a economia deveria se recuperar sozinha sem nenhuma intervenção. Porém, este modelo, previa a intervenção do Estado para controlar a economia, através de medidas para fortalecer o *Pleno Emprego* com o intuito de expandir a economia, gerando novos empregos para promover o consumo da população, a procura por créditos para investimentos e etc., tudo com objetivo de reestruturar a economia dos EUA.

Seguindo os moldes do keynesianismo, no final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o capitalismo viveu um período de prosperidade, marcado pelo Welfare State ou Estado de bem-estar social que consiste em um sistema de proteção social ou conjunto de políticas públicas, nas quais o objetivo era ter um Estado mais forte e responsável em promover a igualdade social e o bem-estar da população. Surgiu nos EUA, na Inglaterra, ganhou adeptos pela Europa e no mundo todo.

Dentre o conjunto de políticas públicas que caracterizam o Welfare State, estão a educação, saúde pública, moradia, manutenção de renda e seguridade social. Essas políticas acabaram se tornando direitos sociais e civis em diversos países.

O referido conjunto de políticas públicas teve seu auge após a Segunda Guerra, mas algumas medidas datam do século XIX na Alemanha e em alguns países como: Áustria e Hungria. Na década de 1880, o alemão Otto von Bismarck criou os primeiros programas de assistência social que incluíam seguro saúde, indenizações para trabalhadores, pensões por invalidez e velhice.

O ciclo de prosperidade do capitalismo, se esgotou no início da década de 1970, com a crise do petróleo que afetou vários países e fez com que as Políticas Públicas anteriormente implementadas passassem a ser consideradas onerosas para os governos, que desde então, vêm sofrendo reformas e ajustes para se adaptar às transformações do mercado, são as chamadas reformas e contrarreformas do Estado.

No Brasil, pode-se dizer que as Políticas Sociais inspiradas no modelo Welfare State, só vieram a se consolidar, tardiamente por meio da Constituição Federal de 1988 com os direitos sociais ali previstos, principalmente no que se refere ao chamado Tripé da Seguridade Social, composto pelas políticas: de Saúde, que possui caráter universal; pela Assistência Social, de caráter seletivo, destinada a quem dela necessitar e pela Previdência Social de caráter contributivo, entrando em vigor somente no ano seguinte. Além destas políticas públicas, o país possui diversos programas sociais destinados a toda a população, não somente àqueles que estão inseridos no mercado de trabalho, aspectos que podem ser considerados, ao contrário do que alguns autores dizem, como um estado de bem-estar social brasileiro.

Alguns dos principais e mais conhecidos programas sociais brasileiros são: Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP): que consiste no pagamento de um salário mínimo para os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos por mês; Programa de Assistência Rural: que visa promover o desenvolvimento agrário no país; Programa Bolsa Família: programa de distribuição de renda para famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza no país, atualmente modificado e reformulado no Auxílio Brasil.

Diante deste breve recorte histórico, no qual procurou-se tecer um estudo sobre a relação entre o Estado, os Direitos Sociais convertidos em Políticas Sociais e sobre como o Estado Moderno se desenvolveu, expandiu seu poder econômico ao longo dos anos, passando a adotar o Sistema Capitalista como modo de produção de riquezas que transformou completamente a dinâmica da luta de classes e do trabalho em uma escala

global, sistema que tem como pano de fundo o mercado, a concentração de renda e o poder nas mãos de poucos, aspectos que agravaram as desigualdades sociais.

Tendo conhecimento disto, podemos dizer que o Estado se move de acordo com os contornos do Sistema Capitalista e suas reformas seguem a perspectiva de manutenção desse sistema. É neste movimento que surge um novo modelo socioeconômico, o *Neoliberalismo*, que será abordado no próximo tópico, juntamente com seus impactos em uma das políticas responsáveis pelo desenvolvimento social e econômico de um país, a política de educação.

3. O NEOLIBERALISMO E SEUS IMPACTOS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O neoliberalismo é um modelo de desenvolvimento econômico, conceituado como uma releitura do liberalismo clássico que não será aprofundado neste estudo, mas de maneira preliminar, se trata de uma teoria política e social que enfatiza fundamentalmente os valores individuais da liberdade e da igualdade, nos quais os interesses dos indivíduos têm prioridade sobre o coletivo.

Historicamente, os pensadores liberais defenderam a liberdade econômica contra o Estado, sendo assim, o Estado não deveria se intrometer no livre jogo do mercado, organizado por contratos entre particulares. A lógica era que o Estado pouco intervisse, que não interferisse na resolução dos conflitos entre empregados e empregadores, entre as diferentes empresas, deixando a livre concorrência recompensar o melhor ator econômico. A liberdade econômica foi sintetizada na frase de “laissez faire, laissez passer”, que em francês significa “deixe fazer, deixe passar” Bobbio (1998).

Nesse contexto, o Neoliberalismo, essa *releitura do liberalismo clássico*, foi cunhado em 1938 pelo sociólogo e economista alemão Alexander Rüstow, mas só foi aplicado e reconhecido na segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 1980 no Reino Unido e nos EUA.

Nesta época, o crescimento da concorrência comercial se expandia, em virtude da supremacia que o Sistema Capitalista demonstrava pelo mundo, sobre os países socialistas, fato que foi potencializado pela Guerra Fria (1947 e 1991), no qual o mundo ficou polarizado pelos blocos de poder da histórica e os capitalistas americanos obtiveram supremacia frente ao bloco soviético socialista.

Assim, com o fim da União Soviética, o capitalismo se consolidou, mas enfrentava a concorrência do mercado mundial e como característica do próprio sistema é acumulação de riquezas, as medidas neoliberais foram sendo difundidas para assegurar o livre mercado defendendo que Estado não intervisse na economia e reduzisse seus gastos para com as políticas públicas.

Santos (2001) compreende que o neoliberalismo é evidenciado pelo individualismo exagerado, apego às liberdades individuais, (principalmente no que se refere à economia, na qual, a inviolabilidade da propriedade privada era sagrada), a lógica de competição, o mercado como herói do sistema, a livre concorrência mercadológica e um Estado mínimo.

Neste íterim, pode-se dizer que com globalização e o avanço do capitalismo associados à forte concorrência do mercado mundial, a saturação dos mercados internos, os países centrais ou de economia mais desenvolvida, buscaram conquistar novas formas de mercados consumidores, objetivando aumentar seus lucros e explorar mão-de-obra mais barata, do que em seu país de origem. Além disto, o modelo neoliberal ganhou ainda mais força e visibilidade, com o Consenso de Washington, em 1989.

Na ocasião, a líder do Reino Unido, Margareth Thatcher, e o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, propuseram que as medidas neoliberais fossem aplicadas em todos os países, destacando que os investimentos nas áreas sociais deveriam ser direcionados para as empresas. Segundo eles, isto seria fundamental para movimentar a economia, gerar melhores empregos e salários, além da modernização das indústrias.

De acordo com o economista Tiago Reis (2020), dentre as 10 medidas neoliberais citadas no Consenso de Washington (1989), podem ser descritas resumidamente assim:

Disciplina fiscal; Reordenamento nas prioridades dos gastos públicos; Reforma tributária; Liberalização do setor financeiro; Manutenção de taxas de câmbio competitivas; Liberalização comercial; Atração de investimentos diretos estrangeiros; Privatização de empresas estatais; Desregulamentação da economia; Proteção a direitos autorais. (Reis, 2020, P5).

Para os países mais pobres e de economia menos desenvolvida como o Brasil, as principais recomendações eram: a liberação para entrada de capital estrangeiro, abertura econômica para importações, privatização, desregulamentação da economia, redução de gastos governamentais e diminuição de impostos Bobbio (1998).

As recomendações do Consenso de Washington foram atendidas em vários países e o neoliberalismo obteve sucesso, porém muitos países subdesenvolvidos como o Brasil, não tiveram condições de arcar com algumas delas, o que gerou endividamento com os empréstimos no Fundo Monetário Internacional (FMI). Criando assim, um sistema de privilégios para os países mais ricos, posto que a abertura econômica, o investimento em outros mercados e a venda das estatais os favorecia demasiadamente.

No Brasil, o neoliberalismo foi adotado nos dois governos consecutivos do presidente Fernando Henrique Cardoso que governou o país de 1994 até 2002. Nos seus dois mandatos houveram várias privatizações de empresas estatais como por exemplo: a Companhia Vale do Rio Doce, empresa de minério de ferro e pelotas; a Telebrás, monopólio estatal de telecomunicações e a Eletropaulo.

A economia do Brasil possui particularidades relacionadas ao processo de desenvolvimento social e econômico, como por exemplo: uma abolição da escravatura

tardia e economia dependente dos países colonizadores, aspectos determinantes para o agravamento das desigualdades sociais que ao longo dos anos foram potencializando juntamente com os avanços do capital e com as reformas do Estado para adapta-se a este sistema.

Diante disto, as reformas Neoliberais, são vistas como um ataque aos Direitos Sociais tão duramente conquistados na Constituição Federal de 1988 através da luta de classes, aos Movimentos Sociais e aos sindicatos já enfraquecidos pelo longo período de ditadura militar (1964- 1985) no país, no qual o Estado assumido pelos militares, de forma autoritária e coercitiva, foi responsável por inúmeras atrocidades com todos aqueles que contestavam o regime em prol das classes menos favorecidas.

Ademais, o conjunto de reformas neoliberais têm impactado desde os anos 1990, a política de educação e podemos citar como exemplo a Reforma do Ensino Médio que é resultado de um processo de mudanças na estrutura produtiva e na indústria brasileira. As relações de produção mudaram e a qualificação dos trabalhadores precisava se transformar para acompanhar o mercado de trabalho e atender à demanda global.

Nesse sentido, de 1990 e 2000 em diante, cresceu o interesse de corporações e grupos empresariais ávidos em negociar serviços de Educação sob a lógica empresarial privatista na Educação brasileira. Estes grupos e empresários atuam no país por meio de tratados, acordos, subscrição a convenções internacionais, convênios, programas, projetos, parcerias privadas, planos, consultorias, assistência técnica, fundações, empréstimos financeiros, condicionalidades inscritas e cruzadas nos acordos e protocolos, subscrição aos documentos decorrentes de conferências para expandir negócios empresariais lucrativos na Educação e, assim, aumentar a circulação de produtos, equipamentos e mercadorias, além de induzir novos consumidores. (Libâneo e Freitas, 2018, P364)

Além disto, para que as reformas fossem possíveis, ocorreram mudanças ao longo da década de 1990, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, visando incorporar a lógica do trabalhador flexível exigida pelo processo produtivo, pois a antiga LDB (5.692/71) formava especialistas nos moldes do fordismo através de cursos técnicos e profissionalizantes de curta duração.

Assim, com a aprovação da nova LDBEN (9.394/96) no governo de Fernando Henrique Cardoso, novos parâmetros curriculares foram difundidos, principalmente no Ensino Médio, em que o objetivo maior era a preparação para acompanhar o mercado de trabalho globalizado, aspectos que observamos até nos dias atuais, nos quais as influências direcionadas pelo neoliberalismo para o ensino médio, permanecem e são visíveis as ações das políticas para manutenção do mercado de trabalho com formação básica da população sem uma educação de qualidade, a fim de garantir mão de obra barata e a manutenção de empresas privadas por investimento público.

Aspectos identificados no novo currículo do Ensino Médio que visam à formação técnica para os alunos, no entanto, a proposta estabelecida chamada como currículo

flexível é somente um desmonte do sistema educacional público brasileiro que vem sendo sucateado, o que faz com que muitos estudantes da escola pública não cheguem a frequentar a Universidade Pública, por que a preparação é somente para se inserir no mercado de trabalho na maioria das vezes de maneira precarizada.

Como dito, todas essas mudanças buscam acompanhar medidas neoliberais que estabelecem normas para a educação, somente visando, a expansão e o crescimento da economia privatista e mercantilista, o que faz com que a própria educação seja vista como mercadoria, pois quem possui dinheiro pode pagar por uma educação melhor, afinal com a baixa qualidade da educação pública básica, os estudantes meramente reproduzem os interesses mercadológicos por não conseguirem se preparar para a Universidade Pública, o que tem favorecido a proliferação de Universidades Privadas e de Ensino à distância de baixo custo.

Tudo isso, com o propósito de obter o lucro imediato, portanto, entende-se que a baixa qualidade da educação pública, diante de acordos estabelecidos por órgãos nacionais e internacionais tem favorecido a lógica do sistema capitalista e afetado a educação do país. Fatores que afetam o processo de ensino/aprendizagem e geram mais desigualdades sociais, pois quem não possui condições econômicas de pagar por serviços de educação privados, na maioria das vezes, não conseguem adentrar em Universidades Públicas de melhor qualidade, mas que também estão escassas de investimentos, ficando sempre à margem do conhecimento crítico reflexivo e dos melhores empregos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências do desenvolvimento do sistema capitalista, impulsionado pela globalização da economia, gerou impactos consideráveis nas relações humanas. As transformações ocorridas no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva, as reformas e contrarreformas do Estado, principalmente a partir dos anos 1990 com o neoliberalismo, potencializaram as desigualdades sociais, a exploração do homem pelo homem, o consumismo, o desemprego estrutural, a fome, a miséria, dentre outras expressões variadas da questão social.

Diante disto, a compreensão da relação entre Estado e sociedade civil, bem como do papel desta instituição ao longo dos anos se fez necessária, para tecermos um estudo sobre direitos sociais e políticas sociais. Além disto, não podemos descartar as particularidades da realidade brasileira de economia dependente e subdesenvolvida, fatores determinantes para entender o modelo de exploração capitalista que se aplica no país.

Assim, no 1º tópico, analisamos por meio de um breve recorte histórico bibliográfico, as categorias: Estado, Direitos Sociais e Política Sociais, no qual entendemos a partir do viés do materialismo histórico dialético, que a conquista por direitos sociais sempre esteve balizada pelos interesses das classes dominantes e que o Estado e é foi o grande pela manutenção do status quo dessa classe. Partindo dessa lógica, para haver igualdade social, o e bem como o Sistema Capitalista teria que ser eliminado através da revolução socialista.

Porém, com base em autores como Paulino (2017), que não descarta esse papel negativo do Estado defendido pelos marxistas, mas também compreende que este ente, pode assumir uma visão positiva, corroboramos que o Estado pode ser compreendido sob duas formas: Ora como agente civilizador, com uma visão de poder ampliado, responsável organização das cidades, pelo desenvolvimento social/ econômico de um país e controlador das revoltas sociais; ora como ente de autonomia relativa, que age sempre em favor de interesses privados de um pequeno grupo dominante que está no poder, além de usar sempre da coerção através da força e autoridade policial, para fazer valer suas normas e leis, estas sempre corroborando com a lógica do grande capital mundial.

Desta maneira, compreendendo os contornos do capitalismo e o papel do estado em reforçar esse sistema. No final da década de 1990 e início da década de 2000, a Política de Educação, entendida também como política social, passaram e vem passando por um processo de mudanças que buscam acompanhar as medidas neoliberais difundidas em toda a América Latina, principalmente a educação pública vem sofrendo impactos, o que se vê é a proliferação de cursos técnicos privados e de ensino à distância, visando a expansão e o crescimento da economia através da lógica mercantilista e privatista, que só tendem a agravar as desigualdades sociais.

Aspectos que buscamos compreender no 2º tópico, no qual se fez uma análise conceitual acerca do Neoliberalismo, entendendo que as reformas no Estado no que se refere a diminuição dos gastos na área social, possuem implicações diretas para a Políticas Sociais, principalmente na Política de Educação entendida como importante aliada do desenvolvimento social e econômico do país.

Nesta ótica, entendemos que a redução do currículo por meio da nova LDBEN de 1996 e dos novos parâmetros curriculares nacionais, trouxeram medidas para que o ensino se tornasse cada vez mais racional, disciplinador, repetitivo e técnico, retirando por exemplo, o fomento ao pensamento crítico reflexivo de matérias que eram obrigatórias como sociologia e filosofia, mas que hoje não são mais, aspectos que influenciam na formação dos indivíduos e na precarização do trabalho.

Expostos estes argumentos, observa-se que apesar das crises do sistema capitalista ao longo da história, o Estado incorporado na lógica neoliberal, sempre se molda para a manutenção desse sistema que está longe de acabar, sempre terceirizando suas obrigações para instituições privadas e/ou benemerentes e com o desmonte das políticas públicas, a classe que vive do trabalho é a principal afetada por não conseguir participar da riqueza produzida com suas próprias mãos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). Pós- neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 9-23

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os delírios da razão: Crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. In: GENTILI, Pablo, (Org.). Pedagogia da Exclusão. 11a edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. – 7.ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LIBÂNEO, José Carlos e FREITAS, Raquel A. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar** [livro eletrônico] / Organizadores José Carlos Libâneo e Raquel A. Marra da Madeira Freitas. – 1ª ed. – Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. 364 p.; e PUB. P. 10.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Lívio Xavier. 4. ed.- São Paulo: EDIPRO, 2015. (Série Clássicos Edipro).

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. – **Biblioteca básica de serviço social**, v. 5- 3.ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

MOUTINHO, Wilson Teixeira 2001. **O que é Estado e sua evolução histórica**. Blog Cola da Web. Disponível em <https://www.coladaweb.com/politica/estado>, acesso em 19/10/2022.

NETO, Luiz Bezerra e BASSO, Daniela. (2014). **As influências do neoliberalismo na educação brasileira: algumas considerações**. Revista Intinerarius Reflectionis. UFG.P. 4, V. 1, Nº 16.

PAULINO, Robério (Org.). **O Estado como opressor e civilizador**. Natal: EDUFRN, 2017.
PEREIRA, Valmir. **As reformas educacionais da década de 1990 e suas vinculações com o capitalismo contemporâneo**. IN: Capitalismo Contemporâneo: olhares multidisciplinares. Org. MOTA, Leonardo de Araújo. EDUEPB. 2014. P 290.

REIS, Tiago. 2020. **Consenso de Washington: entenda o que foi esse conjunto de medidas liberais**. Disponível em ><https://www.suno.com.br/artigos/consenso-de-washington/>> Acesso em 21/10/2022.

SANTOS, T. S. **Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital**. In: SOCIOLOGIA, Ano 3 n.6, jun./dez. 2001

CAPITALISMO TARDIO, ESTADO NEOLIBERAL E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Vitória Ávila De Souza Meira¹¹

Márcia Da Silva Pereira Castro¹²

RESUMO

O presente artigo visa reflexionar sobre alguns aspectos dos processos de capitalismo tardio no Brasil, com vistas a compreender de que forma estes fatores repercutiram na história do país, principalmente nas políticas sociais, especialmente durante a pandemia do Covid-19. Assim, este estudo abordará, ainda que de forma sucinta, alguns elementos históricos que constituíram o país, considerando as investidas do capital e as consequências para as políticas sociais, apresentando-as diante do contexto pandêmico sob a governabilidade de um estado ausente de interesses às áreas sociais, no intuito de contribuir na ampliação de discussões acerca dessa temática e possibilitar novos debates crítico-reflexivos.

Palavras-chave: Estado; Capitalismo tardio; Neoliberalismo; Políticas Sociais.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva reflexionar, ainda que de forma sucinta, acerca do papel do estado liberal e sua relação com as políticas sociais no Brasil, considerando as suas raízes e a inserção do capitalismo no país, evidenciando ainda a postura do estado diante do cenário da pandemia do Covid-19. Para tanto, neste estudo considerou-se pertinente trazer alguns recortes sobre as questões que permeiam o país desde a sua história até os dias de hoje, com vistas a analisar de que forma o passado interrelaciona-se no presente.

Assim, consideramos destacar alguns dos principais pontos desse contexto histórico, a exemplo como as formas de apropriação europeia estabeleceram solo fértil para o capitalismo no Brasil, ao passo que se enraizou no país um caráter passivo diante das investidas estrangeiras, traçando brevemente apreensões sobre o estado brasileiro mediante as formas de exploração e expansão desse modo de produção, bem como a postura do estado diante dos problemas sociais emergidos do capital, e, posteriormente, trataremos a respeito das

¹¹ Assistente Social graduada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em 2016, especialista em Políticas Públicas e Intervenção Social pela UNIATENEU, em 2018. Pós-graduanda em Direito de Família e Sucessões pela UNIFAEL. Mestranda em Serviço Social e Direitos Sociais na UERN. Residente em Serviço Social no Ministério Público do Rio Grande do Norte (Comarca Mossoró). E-mail: avilaviivi2@gmail.com / vitoriasouza.prof@gmail.com

¹² Doutora em Ciências Sociais (UFRN). E-mail: marciasilva@uern.br

políticas sociais diante desse contexto, especialmente, no que se refere a postura do estado brasileiro no cenário de pandemia da Covid-19.

E, por fim, apontaremos algumas considerações sobre a postura desse estado neoliberal às políticas sociais no cenário da pandemia no Brasil, com vistas a contribuir para a reflexão e ampliação dessa discussão.

2. O capitalismo tardio no Brasil: algumas considerações sobre a sua história

A trajetória histórica do Brasil possui até os dias atuais fraturas expostas da época de sua colonização, ou considere-se dizer invasão e apropriação europeia às terras brasileiras, o que repercutiu incisivamente na postura do Estado aos longos dos anos, especialmente com os avanços do capitalismo. Parafraseando Florestan Fernandes (1974), no país as expressões desse modo de produção se manteve predatória, mas sem romper com as formas do regime antigo, o que por vez gerou uma relação de dependência com os países ditos centrais.

Notadamente, ao olharmos esse processo histórico percebe-se que o país, embora tivesse resistido à invasão dos portugueses, não teve condições necessárias de lidar com a forte investida dos europeus, foram ludibriados, explorados, e absorvidos à uma nova culturização, em que a eles impuseram nova lógica social, econômica, política e cultural, e, por conseguinte, a inserção do capitalismo no país.

É em meio a esse contexto que o país foi se projetando, enraizado num regime de exploração, apropriação e dominação.

Assim, um dos fatores que subsidiaram a formação da história do país, diz bastante respeito a questão do seu passado. Os povos originários que habitavam na época foram submetidos a um regime de extermínio, exploração, povoamento, conquista e dominação, disfarçadamente com a ideia de civilizar, o que por vez reafirma a negação e invisibilidade dada a este povo, bem como se ignorou as necessidades destes sujeitos, os quais tiveram de lidar com uma nova forma de sociabilidade.

Ademais, o mundo estava em efervescente expansão e conquista de novos territórios, para a apropriação de novas terras visando o enriquecimento da crescente burguesia era importante para a lógica do sistema capitalista que se alastrava. A “descoberta do Brasil” possibilitou se debruçar sobre um baú de ouro, em que toda a riqueza ali existente naquela época aguçou ainda mais os anseios exploratórios dos estrangeiros. O Brasil era uma mina de ouro que instigava o interesse de muitos.

Sobretudo, diferentemente de outros países, o Brasil estava na retaguarda no que se referia ao processo de avanço capitalista, enquanto outros estavam expandindo a sua industrialização, o Brasil ainda desconhecia o funcionamento deste sistema, que em outros países vivenciou fases de transição, contudo no território brasileiro de maneira arbitrária se

injetava um modelo de sociedade. Frise-se que a transição da sociedade agrária-escravista, no último quartel do século XIX, introduziu as bases materiais do Estado capitalista no Brasil. (POCHMANN, 2017, p.311).

Segundo COSTA, MELLO E NOGUEIRA (2018), de acordo com Oliveira (1980) pela necessidade de expansionismo do sistema capitalista, o Brasil sofre consequências devastadoras no conjunto de possibilidades e soluções políticas como país da periferia do capital.

Outrossim, esse processo aligeirado, digo, no sentido impositivo e da sede de acompanhar os moldes internacionais de ascensão econômico-social resultou em fortes impactos à vida da população brasileira, que em meio a esta problemática de transição, resultaram em condições sociais de extrema pobreza, trabalho precarizado, ausência de condições dignas de sobrevivência, e, posteriormente, na criação de políticas sociais fragilizadas, o que de certo já seria algo preconizado pelo próprio sistema.

Uma vez esboçado brevemente o padrão assumido pela transição para o capitalismo no Brasil, podemos indicar os traços centrais da burguesia industrial brasileira no seu período de formação. Essa classe social se forma rapidamente, graças à possibilidade objetiva de grupos comerciais passarem às atividades industriais por intermédio da importação de maquinaria produzida por países como a Inglaterra e a Alemanha. (No caso brasileiro, o fundador de uma grande indústria não foi predominantemente, no momento anterior, dono de uma manufatura; ele pode ter sido comerciante ou banqueiro). O preço a pagar por essa rapidez é a fragilidade orgânica da burguesia industrial em formação: ela não cria sua própria tecnologia, e depende sempre do exterior para se expandir. (SAES, 2015, p.8)

Logo,

Nessa perspectiva, na incorporação das economias periféricas ao processo capitalista de reprodução mundial, cabe aos estados nacionais o papel de indutores do desenvolvimento econômico, com apelo ao crédito externo para o financiamento de sua expansão, propiciando uma base produtiva integrada às necessidades dos mercados internacionais e aos imperativos do pensamento e da prática neoliberal, marcada pela retração das políticas públicas de proteção social. (COSTA, MELLO E NOGUEIRA, 2018, p. 3)

Assim, é durante esse caminho liberal imposto pelos seus dominadores estrangeiros, ao longo do dito desenvolvimento, que o Brasil obteve a sua independência nacional, e constituiu o Estado mínimo da era liberal e transitou do velho agrarismo escravista para o capitalismo (POCHMANN, 2017), o que resultará em novas formas de apropriação e exploração não somente das terras brasileiras, mas da vida das pessoas, e consequente submissão aos países mais desenvolvidos.

Sobre isto, Florestan Fernandes (1975) considera que tal subordinação, fez com que o Brasil criasse uma dependência externa, assim como outros países periféricos, tendo em vista que as condicionalidades do desenvolvimento do capitalismo nestes está atrelada aos moldes colonialistas de apropriação e exploração. E ainda um fator que se torna, de certo modo,

potencializador e mantenedor é o agir do Estado, que serviu e serve como base para estabelecer as relações necessárias para a preservação e consequente advento do sistema capitalista.

Para tanto, é preciso compreender que

O Estado é antes de tudo produto da sociedade em um estágio determinado de seu desenvolvimento: é o testemunho de que esta sociedade está envolvida em uma insolúvel contradição consigo mesma... mas para que os antagonistas, as classes com interesses econômicos opostos, não se aniquilem, a si e à sociedade, impõe-se a necessidade de um poder que, aparentemente colocado acima da sociedade, irá dissimular o conflito, mantê-lo nos limites da ordem; este poder, saído da sociedade, mas que se coloca acima dela e se lhe torna cada vez mais estranho, é o Estado. (ENGELS, 2009, p. 181)

A partir dessa reflexão sobre o Estado, entende-se que este se apresenta muitas vezes como ferramenta de articulação dos interesses da burguesia, com vistas a ser um meio que viabiliza equilibrar as relações entre estado e sociedade, isto porque “o capital é incapaz de produzir por si mesmo a natureza social de sua existência em suas ações” (MANDEL, 1986, p. 336) sem que haja esse agente mediador, pois conforme o autor, o estado é um instrumento que irá (re) produzir os aspectos do capital.

Nessa perspectiva, um breve esboço a respeito das características do estado neoliberal, é perceber que este se configura no fragmento do capitalismo mais avançado, na sua lógica predatória, cooptando maneiras de ampliar a sua lucratividade, apesar das crises, bem como em meio a esses processos se vê obrigado a estabelecer uma relação harmônica com as classes populares e suas necessidades sociais.

O desenvolvimento do capitalismo, as suas crises e as diversas lutas sociais que os trabalhadores e as classes exploradas desenvolveram, especialmente no século XX, vão precipitar algumas transformações no Estado Liberal. Não se trata de rupturas na sua estrutura jurídico-política, mas mudanças pontuais que, no entanto, apresentam, aparentemente, uma nova dinâmica de atuação do Estado para com os setores sociais mais ameaçados pela liberdade econômica. [...] A emergência do Estado do Bem-Estar se dá no bojo das transformações objetivas do próprio capitalismo: o desenvolvimento do modelo fordista-taylorista de produção, a crise de 1929, as guerras mundiais e suas consequências no sentido de destruição de meios de produção[...], e o acirramento dos conflitos entre capital e trabalho. (MAZETTO, 2018, p. 7)

O contexto histórico exigia um posicionamento do estado quanto as condições ofertadas às pessoas, logo este assume o encargo de fornecer mediações: as políticas sociais, as quais visavam amenizar os problemas – e a consequente pressão social que se instaurava, fruto do conflito capital e trabalho.

Desta maneira,

Trata-se de um Estado que intervém para corrigir as mazelas que a sociedade de mercado estaria produzindo pelo seu estatuto liberal. Assim, caberiam políticas

públicas que não estariam maculando a liberdade do indivíduo, mas enfatizando, pela forma assumida, a própria livre iniciativa, garantida de forma mais plena com a novidade trazida pelo Estado de Bem-Estar Social. (MAZETTO, 2018, p. 8)

Esta seria a ideia de que as políticas públicas do Estado de Bem-Estar Social estariam voltadas para a classe trabalhadora no sentido de amenizar as desigualdades e, ao mesmo tempo, possibilitar a manutenção do capitalismo sob novas bases. (MAZETTO, 2018, p.9). Nos impele, portanto, compreender quais os caminhos desta forma de agir do capitalismo foram engendrados no Brasil no que se refere às políticas sociais.

3. As políticas sociais no Brasil e o estado neoliberal brasileiro

Tratar sobre as políticas sociais no Brasil, requer considerar o fato de que estas estão indissociavelmente vinculadas às problemáticas da dinâmica da sociedade capitalista, haja vista que o surgimento destas está relacionado ao processo cíclico de ascensão e crise do capital, e suas consequências, pois conforme cresce a economia, se maximizam as formas de exploração dos trabalhadores, crises surgem e geram diversos impactos na vida das pessoas, como o crescimento de profissionais desempregados e/ou com vínculos fragilizados, condições de trabalho precarizadas, dentre outras, e consequentemente isto resulta na ampliação de problemas sociais que se alastram enquanto questão social¹³.

Cabe dizer ainda que

A política econômica e social do Estado brasileiro ao longo das duas últimas décadas conferiu ao capitalismo brasileiro certas características minimamente estáveis que permitem que falemos em um novo modelo de desenvolvimento capitalista. Esse modelo, que tem sido chamado neoliberal, pode ser definido por meio de um contraste com o modelo que o antecedeu, o desenvolvimentista – tanto na sua fase nacional reformista (1930-1964) quanto na fase pró monopolista da ditadura militar (1964-1985). Muitos elementos evidenciam esse contraste entre modelo desenvolvimentista e modelo neoliberal: o ritmo do crescimento econômico cai, o papel do Estado como empresário e provedor de serviços declina, a prioridade ao crescimento e ao desenvolvimento industrial desaparece, a desnacionalização da economia nacional amplia-se e os direitos sociais e trabalhistas sofrem um processo de redução ainda maior do que aquele que sofreram durante a fase ditatorial-militar do modelo desenvolvimentista. (BOITO JR, p. 60)

Portanto, o Estado se vê na obrigatoriedade de dar uma resposta à sociedade que amenize os efeitos do capitalismo, haja vista que sem explorados minimamente dispostos, e em condições relativas de bem-estar, não há crescimento e expansão do capital.

Segundo POULANTZAS (2000 p.147), o Estado detém sempre uma autonomia relativa a essa ou aquela fração do bloco no poder [...] a fim de assegurar a organização do interesse geral da burguesia sob hegemonia de suas frações.

¹³ Usa-se a expressão questão social para expressar o conjunto das expressões políticas sociais e econômicas vinculadas ao conflito entre o capital e o trabalho, impostos pelo surgimento da classe operária e seu ingresso no cenário político no curso da constituição da sociedade capitalista (Netto, 2006b *apud* Ceolin, p. 242).

Nesse sentido, as primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre Estado liberal e Estado social. Em outras palavras, não existe polarização irreconciliável entre Estado liberal e Estado social, ou, de outro modo, não houve ruptura radical entre o Estado liberal predominante no século XIX e o Estado social capitalista do século XX. Houve, sim, uma mudança profunda na perspectiva do Estado, que abrandou seus princípios liberais e incorporou orientações social-democratas num novo contexto socioeconômico e da luta de classes, assumindo um caráter mais social, com investimento em políticas sociais (PISÓN, 1998 *apud* BEHRING, BOSCHETTI, 2021 p. 85)

As autoras destacam que

Não se trata, então, de estabelecer uma linha evolutiva linear entre o Estado liberal e o Estado social, mas sim de chamar a atenção para o fato de que ambos têm um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo. (BEHRING, BOSCHETTI, 2021 p. 85)

Ou seja, o reconhecimento das condições precárias advindas desta sociabilidade capitalista, a existência da miséria, da pauperização implicou na consequente criação de ações paliativas de controle e bem-estar social, muitas das quais se tornaram direitos posteriormente, contudo tais medidas não se desprendem do caráter do capital.

Logo porque, tais ações e estratégias de manutenção da ordem não é algo que está posto para se questionar as maneiras de agir do capitalismo, pelo menos não é essa a intenção do Estado neoliberal, mas sim de oferecer à população condições mínimas de sobrevivência para que pudessem continuar sendo explorados.

É importante considerar que as mudanças sociais no capitalismo, se deram através da forte resistência e luta da classe trabalhadora por direitos sociais e políticas públicas, foi isto também que ocasionou as transformações em meados do século XX, todavia tais modificações também imbuíram ao Estado uma nova dinâmica de atuação, agora mais do que nunca ele assumiria um papel forte de agente mantenedor das ordens dos capitalistas, oferecendo os mínimos sociais necessários à população, especialmente em cenários de crises, para manter a ordem e o progresso econômico.

Tais premissas são elementos próprios do capitalismo, o que não seria diferente a sua expressão no estado neoliberal brasileiro.

O capitalismo é um sistema opressor. Eis uma afirmação que nos ajuda a pensar se considerarmos que, acima de nós há uma força que nos catapulta ao espaço da insegurança, da falta de perspectiva e da confusão. Em outras palavras, nos lançam a um sacrifício que antecede a morte física exigindo o sangue dos oprimidos e, ofertando aos deuses do capital, a oferenda do enriquecimento exponencial de poucos. (CASTRO, DAL SENO e POCHMANN, 2020)

Considerando esta afirmativa, se observarmos a realidade do Brasil durante os anos de 2018 a 2022, perceberemos uma das expressões mais cruéis do estado neoliberal no país durante o governo bolsonarista.

Este que diante ao aprofundamento das crises econômica, social e sanitária, em meio a um dos piores cenários pandêmicos no Brasil, o governo de Jair Bolsonaro se dedicou a preocupar-se prioritariamente com as questões e problemas no âmbito econômico, e para isto realizou um dos maiores desmontes dos direitos sociais já vistos na história do país, diminuindo ainda mais a participação do Estado no âmbito social, e expandindo as relações econômicas.

Isto não se deu meramente pelas questões de subordinação e autonomia relativa do Estado, mas também pela própria identificação ideológica do então governo com os ideais neoliberais.

A pandemia, inquestionavelmente, revelou ao país e ao mundo o que o país insistia em ocultar: o desmonte da seguridade social e dos direitos trabalhistas pelos sucessivos ajustes fiscais deixaram o Brasil imensamente vulnerável diante da devastação do acelerado processo de contágio. Por um lado, o Sistema Único de Saúde (SUS), legalmente universal e descentralizado, mas que já agonizava com falta de recursos — o orçamento federal para a saúde já vinha desde 2015 congelado no patamar de 1,7% do PIB, o que não foi revertido com a leve recomposição feita pelo “orçamento de guerra” na saúde —, entrou em colapso diante das novas, desconhecidas e imensuráveis demandas da covid-19. (BOSCHETTI E BEHRING, 2021, p. 67)

A seguridade social foi dilacerada em seus mais diversos segmentos, tendo a política de assistência social sofrido um dos maiores golpes já realizados pelo estado neoliberal brasileiro – frise-se que esta tem um caráter particular na garantia dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza, entretanto, o governo federal tampouco levou isto em consideração, muito menos considerou as consequências da pandemia, e propôs um corte de quase cem por cento do orçamento destinado ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O presidente do Brasil

Determinar esse corte para o SUAS no momento em que a população mais precisa do braço do Estado é muito sintomático de como o Governo Federal olha para as pessoas em vulnerabilidade social. O Brasil está de volta ao Mapa da Fome, com mais de 30 milhões de pessoas sem saber se terão acesso às três refeições hoje. Por óbvio, seria o momento não de reduzir orçamento, mas de reforçar as políticas sociais, ampliando investimentos e desafogando estados e municípios, que estão se desdobrando para manter serviços funcionando, para administrar incontáveis filas em centros de atendimento e para manter assessorias técnicas junto às equipes de assistência social. Se esse corte de 95% não for revertido, cabe uma avaliação taxativa: o Suas, da forma como o conhecemos, terá sido completamente desmontado simplesmente porque não terá condições de funcionar.¹⁴

¹⁴ Fonte disponível em <https://www.folhape.com.br/noticias/corte-orcamentario-de-95-significa-o-desmontecompleto-da/241096/>. Acesso em 13 de novembro de 2022.

Não bastasse isto, aliado ao desprezo à seguridade social, o governo minimizou e relativizou as consequências da pandemia da Covid-19.

O governo federal brasileiro, para nossa tristeza e indignação, nunca reconheceu a imensidão do problema, renegou seus efeitos sobre a classe trabalhadora mais exposta à contaminação, estimulou em parte da população posturas individualistas e contra as medidas sanitárias e o uso de medicamentos sem eficácia comprovada. [...] é evidente que as medidas adotadas favoreceram enormemente o capital — inclusive os dutos público-privados ilícitos, dos quais há inúmeros exemplos, sendo o mais ostensivo o Rio de Janeiro —, em detrimento do socorro às necessidades sociais da maioria da população. (BOSCHETTI E BEHRING, 2021, p. 67)

O governo escancarou a sua face, revelando as suas predileções aos ideais de extrema direita, a priorização da economia que beneficiava os grandes capitalistas, o avanço do neoconservadorismo, a potencialização pela lógica de culpabilização dos sujeitos por suas condições sociais mais vulneráveis, e o incentivo ao empreendedorismo, estimulando aquela falsa ideia do “só depende de você”, ao mesmo tempo em que sucateava as políticas públicas, reduzia os direitos trabalhistas, encaminhava o país para uma onda de pobreza e extrema miserabilidade.

Conforme aponta BOSCHETTI E BEHRING (2021)

Na contundente análise de Fiúza (2020), vivemos sob o “ultraneoliberalismo fascista”, que aprofunda o neoliberalismo, sem romper com seus preceitos: O neoliberalismo passou e segue passando por transformações a partir de novos arranjos, da apropriação de pautas progressistas em determinado momento do ciclo histórico, culminando em sua face ultraneoliberal no momento presente, que não rompe nunca, entretanto, com seus principais objetivos e fundamentos. (P. 72)

Não somente o vírus impactou na saúde das pessoas, mas também fortemente nas relações de trabalho, a exemplo disso estão as demissões em massa, as quebras de vínculos empregatícios para dar lugar ao trabalho informal.

A intensa precarização das relações e condições de trabalho faz emergir um universo de trabalhadores e trabalhadoras (mais de 100 milhões de pessoas ou quase 50% da população) que se viram, da noite para o dia, sem trabalho, sem nenhum tipo de remuneração, sem benefícios assistenciais e sem condições de seguir buscando nas ruas algum tipo de atividade precarizada (as atividades informais) que lhes assegurasse uma forma de rendimento e de sobrevivência. (BOSCHETTI E BEHRING, 2021, p. 67)

Durante a pandemia, as atividades informais se expandiram pautadas na precariedade e fragilidade dos vínculos, a chamada uberização do trabalho, onde as relações e condições de trabalho se mostram cada dia mais precarizadas.

Acerca da uberização, FRANCO e FERRAZ(2019, p. 845) conceituam que uberização do trabalho representa um modo particular de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador, o qual assume a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva, como por exemplo os motoboys que prestam serviço às empresas de aplicativos de delivery, sem constituir qualquer vínculo formal de emprego, sem nenhuma proteção, descobertos daquilo que constitui o direito do trabalhador formal.

Das ruas ao agronegócio, perambulando por todos os segmentos de trabalho, a uberização tem alcançado os mais diferentes espaços – este conceito surgiu em alusão ao uso do Uber – serviço de táxi por aplicativo, sem vínculos trabalhistas, e independente.

Os trabalhadores foram submetidos às novas formas das condições de trabalho, pois

As flexibilizações vieram amparadas pelo Estado, com a medida provisória que permite a redução de jornada e até suspensão de contratos para trabalhadores formais do setor privado publicada em abril e legislada em julho, ela prevê que a reposição salarial seja feita pela União. De acordo com o Ministério da Economia, mais de 15 milhões de trabalhadores tiveram alterações nos seus contratos (até início de agosto de 2020).¹⁵

A realidade do país com

A informalidade e a terceirização fazem casa virar trabalho. [...] A terceirização, que consiste basicamente na transferência das atividades-meio de uma empresa é muito recorrente e são diversas [...] Isso fragmenta os processos, onde muitos trabalhadores ficam condicionados aos preços de intermediários sobre aquele serviço, já que não tem autonomia para realizarem outros.¹⁶

Logo, nos cabe refletir acerca das investidas neoliberais e ultraconservadoras deste governo, que fragilizam o trabalho e estimulam esses ideais, que fragilizam e precarizam as condições e relações de trabalho, desmontam direitos e seguem para o viés assistencial, que nos impõe ações pautadas na religião e na moral conservadora, minimizando ainda mais aquilo que se estabelece no estado neoliberal.

Destarte, o que torna este cenário ainda mais assustador é o fato de parte do povo brasileiro desconsiderar esse cenário, ridicularizar e minimizar a pandemia, e aplaudir os (mal) feitos do presidente Jair Bolsonaro, o qual embora tenha levado o Brasil durante o seu governo às ruínas no que diz respeito a garantia de direitos sociais e as políticas sociais, conseguiu formular um clã de discípulos que comungam seus ideais.

Por fim, isto requer que analisemos quais caminhamos queremos seguir, assim

¹⁵ Fonte disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/fashion-revolution/trabalhadores-e-industria-da-moda-um-semester-de-pandemia-no-brasil/>

¹⁶ Fonte disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/fashion-revolution/trabalhadores-e-industria-da-moda-um-semester-de-pandemia-no-brasil/>

Nesse sentido é que indagamos a quem essa concepção assistencialista e uberizada (*grifos nossos*) — e que vai na contramão das formulações constitucionais — quer proteger. A nosso ver, ela objetiva garantir proteção ao capital, e não à classe trabalhadora. Quer evitar que as “classes perigosas” se rebelem, no mesmo passo em que realizam a gestão de um curto-circuito econômico no processo de reprodução. (BOSCHETTI E BEHRING, 2021, p.81)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À vista dessas reflexões, compreende-se que os caminhos neoliberais no estado brasileiro avançaram e alcançaram um patamar extremamente perigoso à garantia dos direitos, especialmente nos últimos anos.

Notadamente a história do Brasil com as fissuras da época da colonização tornaram o terreno propício para o capitalismo, que embora tenha chegado tardiamente, encontrou solo fértil para explorar as riquezas, as pessoas, e expandir a sua lógica.

Ao longo dos anos, os sistemas e governos brasileiros foram se adaptando à lógica do sistema capitalista, reorganizando-se socialmente, aspirando crescer conforme as economias estrangeiras, traçaram estratégias e voos que condicionaram ainda mais o país a uma relação de submissão aos demais países.

Ademais, este modelo de organização social pautado em ideais neoliberais culminou em estabelecer a realidade que o país enfrenta hoje diante de pensamentos, posturas e ações ultraconservadoras, fascistas, o que por vez engendrou no estado brasileiro um expressivo problema social, o qual se intensificou no governo bolsonarista, onde a vida de milhões de brasileiros foi expressivamente condicionada às situações de vulnerabilidade e extrema pobreza, excluindo-se outros milhões de direitos que garantiam as mínimas condições de subsistência das pessoas, tudo isso diante de um devastadora pandemia.

A pandemia trouxe como consequência o adoecimento da sociedade em seus mais variados aspectos — físicos, sociais, econômicos, políticos e ideológicos. Uma crise sanitária que não somente causou efeito catastrófico na saúde, mas impactou diretamente na vida das pessoas, principalmente com a ausência do Estado e sua postura de menosprezo à doença e a condição de vida e morte das pessoas.

Sem dúvidas, o descaso do governo bolsonarista repercutirá por anos as fragilidades geradas na sociedade e impactadas nas políticas sociais, as quais serão fortemente sentidas por aqueles que mais dela necessitam, e durante muito tempo. Outro fator preocupante é que enquanto há parte considerável da população insatisfeita com a gestão do referido governo, outra parte fortemente resiste, defende, incentiva, e apoia o fielmente e incondicionalmente, ainda que vidas deixem de viver.

Por isso, considera-se necessário incentivar novos debates, e suscitar discussões que analisem criticamente a realidade do Brasil, com vistas a avançarmos na construção de uma

sociedade que respeite os nossos direitos, aspirando um futuro com perspectivas emancipatórias.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI; BEHRING; Ivanete. Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Wbf86mT4vwX6HvnSyRy3kkD/>> Acesso em 08 de novembro de 2022.

BOITO JR, Armando. ESTADO E BURGUESIA NO CAPITALISMO NEOLIBERAL. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 28, p. 57-73, jun. 2007

CASTRO, DAL SENO e POCHMANN. Capitalismo e a Covid-19. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/05/LIVRO.CapitalismoxCovid19.pdf> Acesso em 07 de outubro de 2022.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/yJQLmgRRmJ8XpYNmzYsP6kf/?lang=pt>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

COSTA; MELLO; NOGUEIRA. Laila Talita da Conceição. Lívia. Priscila Tamar Alves. Desenvolvimento do capitalismo no Brasil e as tendências da política de saúde. Saúde Soc. São Paulo, v.27, n.4, p.1094-1104, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/xXSndrHbNQPP9Jd8fVt89Xb/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 04 de novembro de 2022.

DE FATO, BRASIL. Neoliberalismo enfraquece a consciência de classe, afirma economista britânico. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/12/16/neoliberalismo-enfraquece-a-consciencia-de-classe-afirma-economista-britanico/>> Acesso em 04 de outubro de 2022.

Dois anos de desgoverno – a tragédia do capitalismo neoliberal. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-a-tragedia-do-capitalismo-neoliberal/>> Acesso em 04 de outubro de 2022.

ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. São Paulo: Editora Escala, 2009.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FRANCO; FERRAZ. David Silva. Deise Luiza da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. Cad. EBAPE.BR, v. 17, Edição Especial, Rio de Janeiro, Nov. 2019 – p. 844-856. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cebape/a/9NJd8xMhZD3qJVwqsG4WV3c/?lang=pt>. Acesso em 13 de novembro de 2022.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. In: Os Economistas, 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 333-350.

MAZETTO, Flávio Eduardo. Estado, Políticas Públicas e Neoliberalismo: um Estudo Teórico sobre as Parcerias-Público-Privadas. Caderno de Estudos Interdisciplinares – Edição Especial

Gestão Pública e Sociedade (2015). Disponível em <https://doceru.com/doc/v1sxse1>. Acesso em 7 de novembro de 2022.

OFFE, Claus; **LENHARDT**, Gero. Teoria do Estado e política social. In: OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 10-53.

POCHMANN, Marcio. ESTADO E CAPITALISMO NO BRASIL: A INFLEXÃO ATUAL NO PADRÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO CICLO POLÍTICO DA NOVA REPÚBLICA. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.309-330, abr.-jun., 2017

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder e o socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Biblioteca de Ciências Sociais; v. n. 19). p. 125-163.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Capitalismo e processo político no brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. Revista Novos Rumos, 52(1). Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2015.v52n1.8481>.> Acesso em 08 de novembro de 2022.

FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL E A PARTICULARIDADE DA ECONOMIA DEPENDENTE: BREVES NOTAS PARA COMPREENDER O BRASIL

Ingred Lydiane de Lima Silva¹⁷

RESUMO: Na trama do movimento desigual e combinado das relações capitalistas, um desafio presente é compreender a particularidade da inserção do Brasil no processo de financeirização. Neste sentido, um importante contributo é a tese da dependência de Ruy Mauro Marini, baseando-se nesse pensamento, o artigo faz uma análise de como a superexploração do trabalho atravessa a composição do capital no Brasil, desde a formação do mercado interno até as implicações do fundo público nas relações financeiras.

Palavras-chave: Financeirização; Tese da dependência; Fundo Público.

1. INTRODUÇÃO

Na análise marxista, a totalidade significa unidade dialética ou, em outras palavras, a síntese de múltiplas determinações. Nesse sentido, Iamamoto (2008, p.114, grifos da autora) é certa quando afirma que a categoria financeirização “*unifica, dentro de um mesmo movimento, processos*”. O que a autora nos diz, é que essa categoria deve ser analisada como uma síntese de múltiplos processos da contemporaneidade: hegemonia do capital financeiro, avanço da ideologia neoliberal, “reforma” do Estado, reestruturação produtiva e agudização das expressões da questão social. Tais elementos não podem ser pensados de maneira fragmentada, pois são processos imbricados, que perpassam a face contemporânea da acumulação capitalista.

O Imperialismo enquanto estágio do modo de produção capitalista distingue-se em “três fases: a fase ‘clássica’ que, segundo Mandel, vai de 1890 a 1940, os ‘anos dourados’, do fim da Segunda Guerra Mundial até a entrada dos anos setenta e o capitalismo contemporâneo, de meados dos anos setenta aos dias atuais” (NETTO, BRAZ, 2012, p. 205).

¹⁷ Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais (UERN). E-mail: Ingred.uern@gmail.com.

A financeirização é um momento do Imperialismo, a sua fase contemporânea, que se destaca pelo poder econômico, político e ideológico do capital financeiro. A crise e as crescentes dificuldades de valorização do capital encaminham processos de desregulamentação nas relações econômicas, circunstância que ampliou o mercado financeiro em níveis internacionais a partir dos anos 1980.

A valorização pela via financeira, o avanço do neoliberalismo e as transformações do mundo do trabalho não são fenômenos isolados, mas sim processos que fazem parte de uma mesma totalidade, são respostas articuladas do capitalismo em crise na busca pela reprodução ampliada do capital. O conjunto dessas respostas trazem a torna um novo contexto social, econômico, político e cultural para o mundo; o processo de financeirização trata-se de um modo específico de organização e dominação do capitalismo contemporâneo. Porém, como alerta Chesnais (2000), é uma totalidade diferenciada e hierarquizada, um fenômeno que apresenta diferenciações no interior de uma unidade, é preciso compreender as expressões desse sistema dentro das relações de cada país. A financeirização ganha contornos particulares em cada país, diante da sua inserção dentro das relações capitalista.

Isto é, a forma que as regiões e países se inserem na mundialização financeira é heterogênea a depender de elementos como sua formação social, dinâmica de classes e estrutura industrial. Neste artigo, buscamos problematizar a particularidade da formação do capital no Brasil, marcada pela superexploração do trabalho, e como isto vai influenciar no papel que o fundo público assume para sua inserção nas relações financeiras. É perceptível que a sangria de recursos via dívida pública reatualiza as relações de espoliação e dependência.

2. TEORIA DA DEPENDÊNCIA: SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E A FORMAÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL

Um grande esforço intelectual e militante para compreender o desenvolvimento das relações capitalistas na América Latina nos foi legado pelo cientista social Ruy Mauro Marini. Em contraponto ao pensamento nacional-desenvolvimentista¹⁸, que acreditava que o avanço industrial iria abrandar os problemas da desigualdade social e colocar a economia brasileira em um patamar semelhante a dos países centrais, Ruy Mauro vai desenvolver sua principal

¹⁸ Ruy Mauro tem contato com a teoria nacional-desenvolvimentista da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) durante a faculdade, através do contato com o professor Guerreiro Ramos. A CEPAL era uma comissão vinculada a Organização das Nações Unidas (ONU), está instituição populariza o pensamento de que os problemas sociais e políticos vislumbrados nos países latinos eram ocasionados por uma falta de desenvolvimento do seu mercado interno e base produtiva. Esta teoria vai instrumentalizar organizações políticas durante os anos 1950.

tese: teoria da dependência. Nela o autor argumenta que o processo de industrialização não abranda, mas alarga os problemas sociais, políticos e econômicos do país.

Os traços particulares que assumem as economias latino-americanas não são expressões da sua falta de desenvolvimento, ou melhor, porque o seu mercado interno e base produtiva não avançaram o suficiente. Elas são resultantes das relações internacionais engrenadas pelo modo de produção capitalista. Em outras palavras, o *modus operandi* do desenvolvimento das economias latinas não é uma eventualidade, mas sim um desdobramento das relações do sistema capitalista. Por isso, Marini (2005) destaca que a industrialização não responde, mas agrava os problemas, porque ela exacerba as relações de dependência.

O fundamento da condição de dependência desses países é, segundo o pensamento do autor, a divisão internacional do trabalho estabelecida pela integração dos mercados mundiais. Para entender esta divisão é importante retornar para história da acumulação primitiva do capital: a colonização da América latina como um desdobramento das relações mercantis na Europa. Logo, o processo de escravização dos povos indígenas, a diáspora dos povos africanos e a exploração da matéria prima nas colônias conduziram o avanço do capital comercial e bancário nos centros imperialistas, criando condições concretas para revolução industrial. A consolidação do capital industrial viabiliza a independência política e abolição dos povos escravizados nas colônias¹⁹.

Mesmo com sua independência política, Maurini (2005) aborda que o desenvolvimento da produção na América Latina é marcado pela influência da sua formação social, diante disto, essas antigas colônias se voltam para exportação de bens, serviços e força de trabalho. É neste contexto, que a integração dos mercados mundiais assume características, enquanto os centros imperialistas importam manufatura, os países latinos se inserem com exportação de matérias primas e alimentos. Essa relação criada pela comercialização institui uma divisão internacional do trabalho, que vai significar uma diferença na composição orgânica do capital desses países, fundamento para a condição de dependência.

A divisão internacional do trabalho cria uma cisão entre “países indústrias” (economias centrais) e “países não indústrias” (economias dependentes), enquanto nos países industriais a acumulação do capital é desenvolvida pela produtividade, fincada no aumento do investimento em capital constante²⁰, nas economias dependentes a acumulação do capital é produzida pela superexploração da força de trabalho.

¹⁹ O trabalho escravo nas colônias foi fundamental para desenvolvimento do capital, sua abolição é desdobramento das relações de produção, isto é, o crescimento industrial degrada o tráfico de escravos, tornando o seu custo alto e inviável. Todavia, é importante considerar que o racismo e a escravidão são bases constitutivas da acumulação do capital e da formação social na América Latina.

²⁰ O capital constante são os meios de produção, exemplo: máquinas.

Superexploração é um conceito basilar para compreender a tese da dependência. Segundo o autor, a superexploração é a remuneração do trabalho abaixo do seu valor, isto é, o valor pago não consegue satisfazer as necessidades de reprodução, ou seja, de existência do trabalhador. Nesse sentido, a categoria indica que o valor do trabalhador latino americano é baixo em comparação a de trabalhadores Europeus, o que estrutura taxas distintas de capitais entre os países. Em outras palavras, a forma como o país se insere na divisão internacional do trabalho incide na sua estrutura produtiva e consequentemente, na composição orgânica do seu capital (MARINI, 2005).

Por consequência, a exportação de bens e serviços foi fundamental para o aumento da produtividade e acumulação nos centros imperialistas. A princípio, porque a exportação de alimentos possibilitou a subsistência dos operários, baixou o custo da força de trabalho e contribuiu com a comercialização da manufatura. Em razão do preço baixo dos alimentos fornecidos pelos países dependentes, o custo da mão de obra era rebaixado alargando a acumulação de capital nos países centrais, o baixo preço dos alimentos também impulsionou a circulação das manufaturas²¹ o que fortaleceu os seus mercados internos.

Se a inserção da América Latina, como fornecedora de alimentos e matérias primas, foi benéfica para acumulação dos países indústrias produziu efeitos reversos em seus países. A divisão internacional do trabalho fundamenta trocas desiguais e a transferência de mais-valia para os centros imperialistas, segundo Marini (2005) a desigualdade reside no fato de que o preço das mercadorias comercializadas pelas economias dependentes não corresponde a seu valor.

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. (...) E assim como, por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes; sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar. Isso se expressa, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário, similar ao que constatamos ao examinar de que maneira os capitais individuais se apropriam do fruto da produtividade do trabalho (MAURINI, 2005, p.9).

Marini (2005) equipara os mecanismos de abusos entre as nações com a exploração da força de trabalho. O resultado das trocas desiguais é um baixo desenvolvimento do seu mercado interno. A posição dos países não industriais na divisão internacional do trabalho lhe

²¹ Com o custo de subsistência baixo, o salário dos operários fica disponível para consumo de manufaturas. Por isso, a inserção da América Latina como fornecedora de alimentos foi tão importante para acumulação de capital nos centros imperialistas.

proporciona uma baixa incorporação do capital constante, assim sua acumulação é sustentada na superexploração do trabalho, e não na produtividade como ocorre nos países centrais. Com essa formação peculiar em sua produção, a circulação também adota características próprias. Como o trabalhador é superexplorado com baixos salários, a circulação das mercadorias é direcionada para mercado externo, fragilizando o desenvolvimento e autonomia dos mercados nacionais. Nesse sentido, a economia latino-americana não é “atrasada” em relação à europeia, é a própria lógica de desenvolvimento do modo de produção capitalista que produz desigualdades entre as regiões e países.

2. “MUSEU DE GRANDES NOVIDADES”²²: DÍVIDA PÚBLICA E ESPOLIAÇÃO

Por conta desse movimento desigual, o processo de industrialização aprofunda a dependência. A princípio cabe destacar que, diferente dos países centrais, o avanço da produção industrial nos países dependentes não será proporcionado pelo desenvolvimento do mercado interno, mas por fatores externos. Pensando a realidade brasileira, é a crise do capital que fragiliza a economia agroexportadora e baliza a industrialização nos anos 1930. Como a taxa de mais-valia é sustentada na superexploração do trabalhador, o processo de industrialização acentua a dependência. Isso ocorre porque a peculiar composição do capital orgânico²³ na América Latina ocasiona graves problemas de distribuição de renda, gerando a baixa expansão do seu mercado interno e dependência pela exportação como mecanismo de realização da sua circulação.

Com a industrialização dos países não se encerra a dependência, o que ocorre é uma nova divisão internacional do trabalho, ao invés da segregação entre países industriais e não industriais, os países são divididos por etapas de produção. Aos países dependentes cabem às etapas inferiores da produção, já os países centrais realizam as etapas mais avançadas. Em síntese, criam-se escalões de produção.

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para países dependentes etapas inferiores da produção (observe-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distinto da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como Brasil já exportam aço), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como de origem nuclear etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente. (MARINI, 2005, p. 24).

²² A frase é retirada da música “O tempo não para”- Cazuza. Com a sátira, buscamos problematizar como o “desenvolvimento” industrial reatualiza a condição de dependência.

²³ A composição orgânica do capital produtivo é formada pelo capital constante (meios de produção) e o capital variável (força de trabalho).

A transferência de etapas inferiores da produção para os países dependentes é funcional aos países imperialistas, ao passo que responde a problemática da sobreacumulação e queda da taxa de lucro (HARVEY, 2014; MARINI, 2005). Nesse sentido, um movimento importante para compreender o processo de industrialização dos países periféricos é transferência de capital estrangeiro. Sua base produtiva alicerçada na superexploração do trabalho torna-se um investimento atrativo. Esse fluxo de capitais destinados à industrialização é o fundamento para compreender, mais adiante, a inserção dos países latino-americanos no processo de financeirização.

A acumulação do capital vincula organicamente, o regime de classes por meio da exploração da produção alheia e uma relação internacional de espoliação entre economias capitalistas e não capitalistas. Se analisarmos os estudos de Marx sobre o processo de acumulação primitiva do modo de produção capitalista, fica nítido que ela envolveu, por meio do poder do Estado, a espoliação de diversas formas: mercantilização da terra e expulsão de camponeses, direito à propriedade privada, suspensão de formas alternativas de produção e consumo, processos coloniais de apropriação de ativos, comércio de escravos, monetarização da troca e taxação e o próprio sistema de crédito (HARVEY, 2014).

Na tese de Harvey (2014) esses processos continuam visíveis na geografia histórica do capitalismo atual, pois a acumulação via espoliação é um traço da acumulação capitalista, desvelar suas expressões da contemporaneidade é fundamental. Como o capital financeiro passa a dominar a reprodução do capital nos anos 1980, surgem novos mecanismos de acumulação que mantem o traço da espoliação, uma expressão é a apropriação de capitais de países periféricos por meio da dívida pública, que contribui com a reestruturação e acumulação de economias imperialistas.

A acumulação exacerbada de capitais nos países imperialistas, ocasionada pelo fato do consumo não acompanhar o ritmo produtivo, gera a demanda de novos mercados consumidores, é nesse contexto que se intensifica a espoliação de economias periféricas. A sobreacumulação gera a demanda de novas oportunidades de investimento, o capitalismo passa a requerer algo fora de si. A espoliação ajuda a responder o problema da sobreacumulação (capitais excedentes ociosos), pois libera ativos a custo baixo. Sendo assim, esses novos territórios são úteis à acumulação imperialista por um duplo aspecto: expansão geográfica e estagnação dos custos da produção.

Seguindo o raciocínio de Harvey (2014), a liberalização de crédito para países periféricos nos anos 1970 foi funcional às economias centrais, pois possibilitou novos terrenos de acumulação a custo reduzido. O endividamento dos Estados-nações foi uma peça chave para o desenvolvimento do neoliberalismo, pois a dívida pública se tornou o caminho para a pressão fiscal dos organismos multilaterais, já que a “reforma” do Estado se tornou um critério para inserção no mercado e liberalização de crédito. “Uma das principais funções das

intervenções do Estado e das instituições é orquestrar desvalorizações para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral” (HARVEY, 2014, p. 126). Ou seja, interesses capitalistas estão na essência das ações dos organismos multilaterais, a “reforma” do Estado pautada em valores neoliberais contribui para o redimensionamento dos recursos públicos, que passa a contribuir com a valorização do mercado financeiro e por tanto, com a reprodução ampliada do capital através do pagamento da dívida pública.

Pierre Salama e Mamadou Camara (2005) destacam que o primeiro contato dos países periféricos com o movimento de mundialização do capital financeiro foi através do euromercado, por meio dos petrodólares. Isto demarca que a inserção dos países periféricos foi por meio de empréstimos bancários, que tinham como finalidade consolidar suas bases produtivas. Com a política de juros adotada pelos EUA, que pretendia resgatar a fuga de capitais, o eumercado quebra e os países periféricos se endividam.

A titularização da dívida pública passou a ser então o caminho particular da inserção dos países latino-americanos na financeirização. Primeiro, cabe destacar que a integralização ao mercado financeiro é medida pelo fluxo de capitais, isto é, o país está liberalizado (SALAMA; CAMARA, 2005). O endividamento que provocou forte inflação e recessão econômica nos países periféricos, a conhecida década perdida dos anos 1980, foi o caminho para política de securitização da dívida pública atrelada a juros atrativos. Dessa maneira, a venda de títulos da dívida pública é o que impulsiona o fluxo de capitais nos países periféricos, em outras palavras, sua inserção no mercado financeiro.

Pensar a inserção dos países latino-americanos é também analisar os efeitos regressivos da liberalização. Para garantir credibilidade dos investidores a palavra de ordem é ajuste fiscal que lança os países em uma situação de vulnerabilidade social/econômica, aprofundando as relações de dependência. Ao passo que a política de juros atrai investimentos estrangeiros ela provoca uma redução nos gastos públicos, paralisa a produção e desvalorização da moeda (SALAMA; CAMARA, 2005).

O controle inflacionário foi a principal justificativa utilizada para legitimar a liberalização das economias periféricas. É o que ocorre na realidade brasileira, o contexto de estagnação econômica e hiperinflação dos anos 1980 foram à base para a hegemonia do projeto neoliberal nos anos 1990. Por meio do boicote de crédito internacional, as instituições multilaterais passaram a receitar o neoliberalismo.

Para Behring (2003), compreender o desmonte do Estado brasileiro nos anos 1990 e o processo de inserção do país na dinâmica contemporânea do capital, por meio da incorporação da política macroeconômica neoliberal, requer considerar as condições gerais que lhe antecedem. Em sua análise, existe uma relação direta entre a contrarreforma neoliberal dos anos 1990, a estagnação econômica do país nos anos 1980 e o processo de

endividamento durante o período da ditadura militar no Brasil. O “milagre” econômico durante a ditadura militar, período entre os anos de 1969 à 1973 que ficou conhecido pelo alto crescimento econômico, foi segundo a autora uma articulação do Estado brasileiro, da burguesia nacional e do capital estrangeiro. A queda na taxa de lucro dos países centrais e o acirramento intercapitalista, durante os anos 1960-70, culminou na necessidade de transferência de capital monopolista para periferia como mecanismo de reestruturação do capital na busca por novos nichos de acumulação.

É durante esse período, no qual o Brasil era governado de forma autoritária e golpista por militares, que o país adota uma política econômica de cunho desenvolvimentista através da instalação de transnacionais, por meio da abertura de crédito externo, que culminou no crescimento econômico. Entretanto, o custo do desenvolvimento industrial submisso aos ditames imperialistas, no período da ditadura, foi a sujeição do país a acordos políticos que resultou no seu endividamento, a aceitação de juros flutuantes que submeteu a capacidade de investimento nacional ao pagamento da dívida pública. O colapso da dívida passou a contribuir com a sangria dos recursos públicos dos países periféricos para o financiamento da reestruturação produtiva dos países centrais.

O endividamento ganha um novo contexto com a adoção de uma nova política de juros dos EUA. Como consequência do acirramento intercapitalista, os EUA adotaram uma nova política monetária para retomar a hegemonia do dólar, aumentou bruscamente a porcentagem dos juros e rebaixou o prazo dos pagamentos, o que gerou uma queda na taxa de exportação e estrangulamento das economias periféricas. Essa situação comprometeu o futuro da economia brasileira, o descontrole inflacionário e a pressão em relação ao pagamento da dívida gerou uma situação de “ciranda financeira”, através da emissão de novos títulos do tesouro a juros atraentes (BEHRING, 2003). Para Lupatini (2012) a dívida externa e interna se entrelaçam neste contexto, com a emissão de novos títulos ocorre um crescimento da dívida interna, que passa a valorizar capitais privados do setor exportador. A elevação da taxa de juros alimentou o processo inflacionário e teve como consequência um desequilíbrio no orçamento público do Estado brasileiro, gerando diversas expressões negativas nos anos 1980, dentre elas: desemprego, produção voltada para exportação, empobrecimento e crise nos serviços públicos.

No Brasil, os anos 1980 é marcado por uma crise econômica gerada pelo desequilíbrio inflacionário e por um contexto de tensão política, motivada pelo avanço do movimento popular e pela fragmentação da burguesia brasileira, ambos processos resultaram no esgotamento da ditadura militar e no processo de redemocratização do país. O contexto de estagnação econômica e hiperinflação dos anos 1980 foram a base para a liberalização. As instituições multilaterais, representantes do grande capital, passaram a receitar o

neoliberalismo para os países devedores como medida para combater à inflação e atrair capital estrangeiro.

O Plano Real, de 1994, e o último acordo formal com o FMI, de 1999, podem ser considerados momentos de inflexão, pois consolidaram uma dinâmica interna duradoura de controle da inflação e alocação dos recursos públicos que, em nome da estabilidade monetária, praticamente engessou o Estado brasileiro, para canalizar recursos para o pagamento da dívida pública – externa e interna – que, apesar da sangria de recursos que promove, nunca é paga e nem mesma ainda extinta. Ao contrário, a dívida pública que nos coloca em condição de ajuste fiscal permanente com sua inesgotável chantagem e punção do fundo público (BEHRING, 2021, p. 146).

Como argumenta Harvey (2014), a liberalização não produz uma situação harmoniosa, mas desigualdade social e instabilidade econômica. Mesmo com a reestruturação, o que se presencia é a intensificação das contradições geradas por sua lógica de desenvolvimento. A financeirização vem conduzindo a um processo cada vez maior de concentração de poder econômico e político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A titularização da dívida pública é o caminho particular da inserção do Brasil nas relações financeiras. O modus operandi desse movimento atesta a atualidade do pensamento de Maurini, o tal “desenvolvimento” aprofunda e atualiza as relações de espoliação e dependência entre as nações.

Neste sentido, precisamos resgatar a formação histórica do país para nos aproximar da conjuntura, a *superexploração* do trabalho nos parece um elemento central de análise. Esta categoria não só sinaliza a condição precária do trabalho, mas também que a composição orgânica do capital brasileiro é diferente da taxa de países imperialistas, já que é marcada pela lenta expansão de capital constante em relação à formação do capital variável.

Tal condição é basilar para compreender a relação de dependência. A divisão internacional do trabalho e mais adiante, a divisão dos escalões de produção, configura traços particulares da inserção brasileira nas relações capitalistas. Isto é, precisamos refletir que a baixa composição de capital constante e a dependência pela exportação conduz o processo de endividamento durante a industrialização, e como discutimos, existe uma ligação direta entre a dívida pública e a financeirização da economia brasileira.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

CAMARA, Mamadou; SALAMA, Pierre. **A inserção dos países em desenvolvimento na mundialização financeira**. In: CHESNAIS, François. A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 109-132.

CHESNAIS, François. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. Les Temps Modernes, 2000.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo, edições Loyola, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUPATINI, Márcio. **Crise do capital e dívida pública**. In: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara. (Org). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012. P. 59- 93.

MARINI, Ruy Mauro. **A dialética da dependência**. Editora Era, México, 1990, 10ª edição. Versão digitalizada, Editora Expressão Popular, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod_resource/content/2/7.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20At%C3%A9%20p.28.pdf . Acesso em: 10 de setembro de 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 2012.

DESEMPREGO E INFORMALIDADE DO TRABALHO: OBSTÁCULOS PARA A MATERIALIZAÇÃO DO DIREITO SOCIAL DO TRABALHO

Ana Clara Tavares de Araújo²⁴

Joyce Moura de Queiroz²⁵

Resumo: Nesse artigo, busca-se discutir e compreender como os fenômenos de desemprego e informalidade dificultam a materialização do direito social do trabalho, gerando consequências na vida social do trabalhador. Conforme dados da PNAD Contínua, o Brasil já atingiu uma taxa de desocupação equivalente a 13,5% em 2020 e o percentual de 39,7% em relação a informalidade do trabalho no ano de 2022. Esses números demonstram a vulnerabilidade que a classe trabalhadora está enfrentando no âmbito do direito ao trabalho, sendo necessário o debate crítico sobre esse tema. Para a construção do artigo, utilizou-se análise documental de dados e revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Direito social. Trabalho. Desemprego. Informalidade. Precarização.

1. Introdução

O direito social ao trabalho está assegurado pela Constituição Federal no título II, dos direitos e garantias fundamentais, expresso mais especificamente nos artigos 6º e 7º. Com base nessa garantia constitucional, outras diversas legislações tratam sobre o trabalho e os meios para sua efetivação. Contudo, a existência constitucional do direito ao trabalho não significa a concretização dele na realidade brasileira. Situações como trabalho análogo a escravidão, trabalho infantil, trabalho precário, desigualdade salarial e as injustiças contratuais entre patrões e trabalhadores, não só atacam o direito ao trabalho previsto na Constituição como demonstram desafios à materialização dele.

Para além desses exemplos, é preciso atentar para as maiores problemáticas que cercam o mundo do trabalho e o acesso a esse direito: o desemprego e a informalidade. Conforme mostra os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD

²⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
aceliaaraujo471@gmail.com

²⁵ Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
@joycemq021@gmail.com

Contínua), a taxa média de desocupação chegou a 13,5% em 2020. Além disso, os altos índices de informalidade no mercado de trabalho, em parte por consequência do desemprego, demonstram a fragilidade do direito social ao trabalho.

Sendo assim, cabe refletir a respeito do processo estrutural de desemprego e a crescente dos trabalhos informais, na medida em que essa realidade incide diretamente nas condições de precarização da vida social dos indivíduos e transforma tangivelmente o mundo do trabalho e as relações sociais. Em um cenário onde os vínculos empregatícios são inconstantes, ausentes de direitos e seguros trabalhistas, apresentando jornadas de trabalho destoantes, discutir sobre a efetividade do direito ao trabalho apresenta-se como uma questão urgente.

Logo, o processo de negação de direitos como o trabalho incide nas condições objetivas de vida dos sujeitos e é intensificado pelo sistema de produção capitalista, que tem como principal mercadoria a força de trabalho dos empregados. Essas condições de vida e trabalho são ainda mais intensificadas nos empregos informais, quando o direito social ao trabalho outrora foi indeferido. Nesse sentido, fica explícito que a mera garantia de um emprego não é o suficiente para a concretização do acesso ao direito de trabalho – já que é imprescindível analisar em que condições esse trabalho se realiza.

Partindo de tal análise,

“A preocupação em assegurar a efetividade do direito social ao trabalho reside no fato de que é a partir do mesmo que os demais direitos sociais podem vir a se concretizar, na medida em que garante as condições de subsistência, participação social e no mundo produtivo” (REIS, 2020, p. 41).

Portanto, este artigo tem por objetivo discutir e promover reflexões críticas acerca do acesso ao trabalho enquanto direito social, ante os altos índices de desemprego e seus reflexos nas vias informais de trabalho. Para isso, busca fazer uma breve apreensão da realidade, identificando alguns dos desafios que dificultam a efetivação do direito social ao trabalho. Sendo assim, o artigo fundamenta-se em uma análise bibliográfica e documental.

2. A centralidade do trabalho na vida social

Em primeiro lugar, destaca-se a importância de discutir a centralidade do trabalho na vida social, uma vez que se trata de uma categoria complexa e entender sua importância é relevante também para o debate sobre o direito do trabalho.

A priori, o trabalho, dimensão constituinte da vida humana, é tendenciado a ser compreendido, sobretudo dentro do sistema capitalista de produção, apenas como um meio eficaz pelo qual se produz valor e riquezas. Logo, é imprescindível discorrer acerca do

trabalho e de como ele é entendido para além do sistema capitalista, ou melhor expondo, como se deu em realidades sistêmicas anteriores a esta.

Para Marx (2013), o que difere a espécie humana dos outros seres vivos como os animais, é a transformação que ele faz na natureza para atender suas necessidades, e o faz objetivamente por meio do trabalho. Logo, o trabalho acontece não só pela mera transformação da natureza em algo útil, mas quando o homem age teleologicamente, ou seja, colocando finalidade em suas ações exteriores sobre a natureza, em um processo duplo de explorar a natureza e ao mesmo tempo a si mesmo. Neste ponto, explora a natureza em suas dimensões físicas para atender suas necessidades, e transforma a si mesmo quando é confrontado por novas possibilidades, desafios e conhecimentos que são gerados nesse processo relacional com a natureza.

De acordo com Lessa (2015), esse processo de desenvolvimento em que se manifesta o trabalho, inicialmente afeta os indivíduos, gerando novas possibilidades e necessidades tanto objetivas, quanto subjetivas que atravessam a todos. Nessa perspectiva, o trabalho resulta diretamente no processo de formação social e nas relações sociais decorrentes do trabalho. Isso é afirmado por Hegel (1992) quando menciona que o trabalho não diz respeito apenas a produção de objetos, mas, principalmente, as relações advindas do processo de trabalho que formam os sujeitos, e, portanto, as relações sociais.

Desta forma, amparado por embasamento teórico, entende-se que trabalho é tido como categoria fundante do ser social, já que sem trabalho não se tem existência social como afirma Lessa (2015). Entretanto, é válido ressaltar que o ser social não é redutível ao trabalho, pois as possibilidades e necessidades frutos do desenvolvimento do trabalho, como antes mencionado, não se esgotam mais no próprio trabalho, mas demandam agora de respostas que estão aquém dele. Entende-se, portanto, a categoria trabalho como um complexo que só pode ser desenvolvido pelos seres humanos. Além de ser imprescindível para o desenvolvimento do homem em sociedade e como centralidade no viés ontológico.

A propriedade privada e as mudanças ocorridas no desenvolvimento do trabalho, como a divisão social do trabalho, marcam uma nova realidade na sociedade, o sistema de produção capitalista. Aqui, o trabalho e as relações sociais se dão entre dois grupos que Marx irá chamar de burgueses e proletários. Diante dessa realidade, o mundo do trabalho transforma-se, pois agora o trabalho não é mais requerido apenas para satisfazer as necessidades pessoais dos indivíduos, mas busca alta produção e lucratividade, lucros esses que não são distribuídos igualmente a todos os trabalhadores de acordo com a atividade exercida.

Um dos grandes episódios desse período foi a Revolução Industrial que “criou uma categoria racional na ordenação política da sociedade além de transformar a sociedade em

mera abstração, com a concentração das massas operárias sob o jugo do capital empregado nas grandes explorações com unidade de comando” (VIANNA et al, 2004, p. 33 apud REIS, 2020, p. 46-47).

Concomitante a realidade exposta por Marx em seus escritos na década de 1860, a realidade do trabalho hodiernamente atravessa a história e é percebida tangivelmente atualmente. O trabalho é exercido dentro de grandes núcleos empregatícios como empresas e indústrias, ele alcança o trabalhador por meio do salário, o prover de sua subsistência, e é firmado por meio de contratos que devem conter as atribuições e direitos previstos na legislação trabalhista. Apesar disso, existe uma massa de trabalhadores que não são amparados integralmente por seus direitos, tendo em vista as condições objetivas e subjetivas postas ao trabalhador.

Dessa forma, debater acerca da centralidade do trabalho, seu significado e como ele é tratado no sistema capitalista, é imprescindível para que se possa compreender a dimensão do direito do trabalho, entendendo sua importância para a constituição das relações e vida social. Nessa categoria, o trabalho é atravessado por desafios que inibem a concretização de direitos, dentre eles, o direito do trabalho.

3. Trabalho enquanto direito social: história e significado

Partindo de uma análise histórica, pode-se considerar que o direito do trabalho no Brasil tem seu primeiro marco com a abolição da escravidão, em 1888. Antes disso, não existiam relações trabalhistas e sim uma hegemonia de exploração do trabalho, em que o senhor se apropriava dos escravos, não os reconhecendo como sujeitos de direitos. Assim, mesmo que a Lei Áurea não possuía um caráter jurídico-laboral, ela simboliza o primeiro passo e o início da evolução do direito ao trabalho no Brasil.

Com o fim da escravidão, nasce o trabalho “livre” e a necessidade de contratação desse trabalho que, apesar de livre, é subordinado. Essa nova modalidade de trabalho torna-se hegemônica e cria um ambiente que demanda o desenvolvimento de legislações trabalhistas. Entretanto, o âmbito do trabalho era marcado pela ideia liberal de contratação e o Estado ainda não intervia diretamente nessas relações. Portanto, a classe trabalhadora encontrava-se insatisfeita e desamparada, já que não tinha vantagens nos pactos com patrões e muito menos um Estado para proteger seus direitos.

Nesse contexto, poucas leis trabalhistas dispersas foram implementadas, como o decreto nº 1.313 de 1891, que proibia o trabalho de menores de 12 anos, ou o decreto nº 4.982 de 1925, que estabelecia férias de quinze dias aos empregados bancários, comerciais e industriais. Somente a partir de 1930 começa a ocorrer a ampliação da legislação trabalhista,

culminando na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Fruto de lutas da classe trabalhadora e de pressões sociais de classes opostas, a CLT agrega uma vasta regulamentação e cria novos preceitos para definir condições mínimas de contratação. Apesar de representar um avanço no campo dos direitos trabalhistas, a CLT não deixa de ser um instrumento normativo utilizado para gerir conflitos entre empregadores e trabalhadores, bem como para promover um equilíbrio entre essas forças antagônicas.

Caminhando para o que se tem hoje no âmbito do direito do trabalho, a Constituição Federal de 1988 trouxe consideráveis avanços ao tema, na medida em que coloca o trabalho no rol de direitos sociais, expressos no título II (dos Direitos e Garantias Fundamentais). Os artigos 7º, 8º e 9º do texto constitucional tratam sobre premissas acerca do trabalho que devem ser seguidas, especialmente o artigo 7º, que dispõe sobre condições básicas para a garantir a proteção do trabalhador urbano e rural.

Com isso, é possível concluir que o direito social do trabalho percorreu um longo caminho que deve ter como fim o cumprimento do papel protetivo da classe trabalhadora, seja nas relações sociais ou trabalhistas. A respeito disso, Uriarte (2013, p. 11) afirma

“[...] É evidente que para proteger a parte frágil dessa relação de poder, que é a de trabalho, necessita-se restabelecer a igualdade ou ao menos reduzir ou compensar a desigualdade constatada. Diferentemente do direito civil, que supõe a igualdade e, portanto, se abstém, no direito do trabalho se constata uma desigualdade e se intervém para corrigi-la” (apud ALVES, 2013, p. 7).

Para isso, o direito que ampara os trabalhadores deve desempenhar funções na sociedade, de modo que atinja a finalidade de proteger e garantir a dignidade humana dessa classe. Partindo do entendimento de que na relação de trabalho o patrão e o trabalhador não estão em condições de igualdade, “cabe ao Estado, através do Direito do Trabalho, a construção de um patamar civilizatório que garanta ao cidadão trabalhador condições mínimas de respeito no âmbito da relação de emprego” (ALVES, 2013, p. 7). Logo, o direito social do trabalho tem como função, primeiramente, estabelecer um ambiente e princípios contratuais de trabalho que respeitem direitos básicos do trabalhador.

Cabe destacar também que, enquanto direito nascido no capitalismo, o direito do trabalho tem a capacidade de colaborar, ainda que minimamente, com a distribuição de renda do país, exercendo um papel significativo para a subsistência dos trabalhadores. Conforme Delgado (2010, p. 58), o direito do trabalho é “um dos instrumentos mais relevantes de inserção na sociedade econômica de parte significativa dos segmentos sociais despossuídos de riqueza material acumulada” (apud ALVES, 2013, p. 8).

Nota-se, portanto, que o direito do trabalho surge a partir do trabalho livre e assalariado, que por sua vez é produto do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, compreende-se que

“O Direito do Trabalho é fruto do capitalismo, se desenvolve no capitalismo e se presta, também e principalmente, para atender às demandas do capital [...] instrumento de proteção do trabalho, mas, principalmente, é estrutura de preservação do capital e do *status quo*” (ALVES; CASTRO, 2018, p. 131).

É justamente por estar em disputa que o direito do trabalho encontra tantos percalços para se efetivar na prática. Em meio a uma política neoliberal, com reformas trabalhistas injustas, desmonte de políticas públicas e as próprias dificuldades decorrentes do capitalismo, o direito social do trabalho está em xeque, deixando de cumprir o papel protetivo da classe trabalhadora, seja pela negação direta desse direito através do desemprego ou pela violação dele nos trabalhos informais.

4. Desemprego e informalidade: o direito social do trabalho em xeque

Como se sabe, existe uma crise estrutural no modo de produção capitalista que, ao longo do tempo, vem provocando diversas transformações no mundo do trabalho, que se reconfigura para tentar acompanhar os efeitos dessa crise. Essa reorganização do mundo do trabalho, no capitalismo contemporâneo, tem como base a reestruturação produtiva, acompanhada dos avanços tecnológicos e da expansão dos sistemas de comunicação. Segue-se, então, uma tendência de acumulação flexível, que impacta também o mercado e o processo de trabalho. Nesse sentido, o âmbito do trabalho é marcado pelo “desemprego, a flexibilização dos contratos de trabalho, formas de subcontratação, reformas jurídicas que desmontam a legislação trabalhistas e o crescimento das ocupações informais” (SILVA; CAVAGNAC, 2018, p. 2).

Esse processo de flexibilização remonta não só a produção, mas também a classe que produz, na medida em que impõe novas formas de trabalho, reduz a quantidade de vagas de emprego e exige uma mão-de-obra mais qualificada através do incremento das tecnologias. Nesse cenário, destaca-se duas grandes dificuldades que cercam o mundo do trabalho e são acentuadas no contexto de reestruturação produtiva: o desemprego e os trabalhos informais. Assim, institui-se o debate acerca desses elementos tão presentes na classe trabalhadora brasileira e cuja existência implica diretamente na materialização do direito social do trabalho.

Apesar de atualmente o modo de produção capitalista assumir contornos que produzem, cada vez mais, uma massa de trabalhadores desempregados, é válido salientar que essa característica não é nova para o capitalismo, pois o acompanha desde sua gênese. Nas palavras de Marx (2013, p. 857), “a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente

excedente [...]”. Compondo o que Marx chamou de “exército industrial de reserva”, o conjunto de trabalhadores desocupados é gerado pelo aumento do capital constante (maquinaria) e pela redução do capital variável (força de trabalho). Nesse viés, fica explícito que a problemática do desemprego é inerente ao modo de produção capitalista, gerando, portanto, uma preocupação à materialização do direito do trabalho.

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), em 2020 o Brasil registrou o maior percentual de desocupação desde 2012, chegando a uma taxa média de 13,5% - isso corresponde a cerca de 13,4 milhões de pessoas na fila por um trabalho. Felizmente, esse número reduziu, finalizando o primeiro trimestre de 2023 em 8,8%. Contudo, ainda se trata de uma taxa muito elevada e que segue colocando desafios para o trabalhador e o seu acesso ao direito do trabalho. O desemprego, além de violar diretamente o direito do trabalho, torna a condição do trabalhador mais precária e vulnerável, na medida em que ameaça a perda do ofício e submete o trabalhador à dominação do patrão.

Acerca disso, cabe entender que o fenômeno do desemprego é provocado por razões políticas, econômicas e sociais, que revelam, inclusive, a rede de amparo que o país oferece a sua população desempregada. Conforme Santos (2008, p.155), “no Brasil, a ligação entre esses elementos mostra-se muito mais complexa, posto que em nenhum momento de nossa história se implantou efetivamente um sistema de *welfare* público na proteção do trabalho”. Portanto, pode-se considerar que as altas taxas de desemprego registradas no Brasil, especialmente nos últimos anos, são fruto da produção capitalista, mas também de decisões políticas.

Nesse contexto, o desemprego vivenciado pela sociedade brasileira configura-se como um problema social que vem gerando um cenário de vida vulnerável, precário e inseguro. De uma forma muito mais voraz, a desocupação está afetando desde o trabalhador simples até o altamente qualificado, retirando de ambos o direito a um emprego formal. Além de ferir o direito trabalhista, o desemprego atinge e dificulta outras dimensões da vida e dignidade humana, já que direitos como moradia, alimentação, transporte etc., são viabilizados através do salário do trabalhador. Para além de consequências materiais, a falta de emprego gera no trabalhador “sobrante” sentimentos de rejeição e distanciamento da vida e das relações sociais, pois, como discutido anteriormente, a categoria trabalho é fundante do ser social, sendo necessária até mesmo para que o trabalhador se reconheça enquanto sujeito.

Logo, a falta de garantia de emprego para todos os trabalhadores é um dos desafios que atrapalham a real concretização do direito do trabalho, pois o desemprego viola diretamente esse direito negando a oportunidade de trabalhar. Acompanhando essa

problemática, o trabalho informal apresenta-se, muitas vezes, como alternativa ao desemprego e é um grande obstáculo para a concretização dos direitos trabalhistas.

Se durante o século XX o trabalho contratado tinha seu apogeu, sobretudo, devido ao modo taylorista-fordista de produção, o que se percebe hoje é o declínio, conforme afirma Antunes (2011), do trabalho formalizado, sendo esvaído pelos mais diferentes modos de precarização e informalidade. A exemplo, o autor menciona os trabalhos terceirizados e todas as suas ramificações, o empreendedorismo e o corporativismo. Tendo em vista isso, afirma-se

“Estas modalidades de trabalho - configurando as mais distintas e diferenciadas formas de precarização do trabalho e de expansão da informalidade - vêm ampliando as formas geradoras do *valor*, ainda que sob a *aparência* do *não valor*, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de *autoexploração* do trabalho)” (ANTUNES, 2011, p. 407).

Tendo em vista isso, o modo de produção capitalista tem utilizado cada vez mais uma dinâmica de desemprego dos trabalhos formais, ao passo que os substitui por trabalhos informais precarizados, barateando e desqualificando tangivelmente a mão de obra desses trabalhadores. Diante disso, se expressa a destrutividade do mundo do trabalho conforme Antunes (2011). Se o capitalismo vale-se da produção de valor, alcançada por meio da alta produção e o trabalho informal precarizado tem entre suas características o “trabalho intermitente” com jornadas destoantes de trabalho, parece ser esse um cenário muito confortável para se atingir os objetivos de alta valoração desse sistema.

A informalidade é parte complexa, porém constituinte do trabalho, apresentando inúmeros traços de precarização, mas que em linhas gerais, pode ser entendido como trabalhos subordinados a contratos temporários, com baixos salários, sem carteira assinada e, portanto, sem qualquer tipo de proteção trabalhista. Nesse cenário, os trabalhadores desempregados integrantes do exército industrial de reserva, se vêm submetidos as modalidades dos trabalhos informais, sendo estes, o único meio de remuneração possível para prover as necessidades mínimas desses sujeitos.

A respeito disso, dados da PNAD Contínua mostram que até agosto de 2022 a taxa de informalidade no mercado de trabalho brasileiro era de 39,7%, ou seja, cerca de 39,307 milhões de pessoas nas vias informais. Como dito anteriormente, pode-se inferir que esse número deve-se, em parte, ao fenômeno do desemprego. Em 2017, por exemplo, a Pnad Contínua verificou uma redução na taxa de desemprego ao passo que a informalidade aumentou, sugerindo que os postos de trabalho assumidos eram informais. Vale destacar que, ainda em 2017, ocorreu uma contrarreforma trabalhista que ampliou as modalidades de contratação, assim como flexibilizou os direitos e as relações trabalhistas. Portanto, todos esses elementos estão interligados e explicam entraves vivenciados pela classe trabalhadora no acesso ao direito social do trabalho.

Essa realidade se põe contrária ao que é defendido no artigo 7 da Constituição Federal de 1988, que disserta sobre as condições que devem amparar o trabalhador urbano e rural, logo, vale mencionar,

“III - fundo de garantia do tempo de serviço;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (Vide Decreto- Lei nº 5.452, de 1943)

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;” (BRASIL, 1988. cap. II, art. 7).

Tendo em vista a realidade dos trabalhadores anteriormente debatida, fica evidente a não concretização do que está posto em lei.

De acordo com Antunes (2011), na realidade dos trabalhadores informais, alguns perfis são traçados para melhor compreensão, como os trabalhadores informais tradicionais, que buscam minimamente uma remuneração, tendo como principal objetivo o consumo individual e familiar. Nessa realidade, apresenta-se uma nova ramificação, os trabalhadores “menos instáveis”, que abarcam os trabalhadores que em algum grau possuem conhecimento específico em alguma área e são prestadores de serviços como os camelôs, costureiras e pedreiros.

Tem-se também, os “mais instáveis”, que são aqueles trabalhadores que recebem remuneração por tempo de serviço ou trabalho prestado. São trabalhos incertos que demandam grande desempenho físico, como descarregadores de caminhões em grandes empresas, sobretudo do ramo alimentício e de construção e também os carroceiros. Esses trabalhos demandam menor qualificação profissional e também apresentam menos consistência de duração. Além destes, pode-se incluir também os “trabalhadores informais por contra própria”. São os produtores de pequenas mercadorias e contam, muitas vezes, com o apoio do restante da família para exercer o trabalho.

Ademais, ainda nesse estágio, aparece também com a indústria 4.0, que junto aos grandes avanços tecnológicos, fazem surgir os trabalhadores autônomos por aplicativos. O trabalhador tende a ter que permanecer *online* durante todo o dia, tendo em vista que sua renda está diretamente ligada à sua “performance”. Ou seja, um trabalho intermitente que causa no trabalhador uma difícil diferenciação de qual é a hora ou espaço de seu trabalho profissional e qual é a seu tempo de descanso. É o que Antunes (2018) irá chamar de escravidão digital. Nesse interim, é importante mencionar:

“No caso dos motoristas por aplicativos, além de terem que trabalhar em jornadas extensas, há o repasse de 25 a 30% à empresa titular da plataforma digital e ainda têm que arcar, integralmente, com os custos de manutenção do veículo e com o

combustível. Caso adoeçam ou sofram qualquer acidente, também ficarão sem trabalhar e receber” (CONFORTI, 2020).

Essa dimensão vem diretamente atrelada ao viés neoliberal de impulsionamento ao discurso do empreendedorismo. Nele, os trabalhadores são levados a crença de que são donos do próprio negócio e trabalham para si mesmo, incapazes de perceber a realidade de subalternidade que os atravessam. Entretanto, as condições objetivas e subjetivas que incidem nesse processo são nitidamente notadas sobre a vida desses trabalhadores, que não têm períodos resguardados para alimentação ou descanso. Além de não contarem também, com a segurança no trabalho ou amparo a saúde em casos de intercorrências nessa área. É um processo explícito de precarização da vida e abandono de apoio estatal, tendo em vista as contrarreformas daí advindas.

5. Conclusão

Diante do exposto, fica evidente que o trabalho na realidade vigente, ante as crises do sistema capitalista de produção e seus rebatimentos com as transformações no mundo do trabalho, tem se refletido incisivamente na vida dos trabalhadores. Nesse contexto, o direito do trabalho tem se tornado cada vez menos presente na realidade dos trabalhadores brasileiros, ao passo que é substituído pelos trabalhos informais precarizados, dificultando a materialização do acesso aos direitos sociais.

Nessa realidade, o processo de precarização do trabalho atravessa esses trabalhadores e gera um processo de precarização da vida social, ao serem submetidos a trabalhos subalternos, tendo em vista a necessidade de subsistência e tendo esses espaços como os únicos capazes de fornecer remuneração. Sendo assim, o trabalho apresenta uma dualidade nesse contexto, já que ao mesmo tempo que é imprescindível para o desenvolvimento humano e para totalidade social, se apresenta de maneira destrutiva e exploradora na vida dos trabalhadores do modo capitalista – sobretudo quando não é um trabalho protegido

Referências

ALVES, Amauri Cesar. Função capitalista do Direito do Trabalho no Brasil. **Revista Ltr: Legislação do Trabalho**, São Paulo, 2013. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/1798/3/ARTIGO_Fun%C3%A7%C3%A3o%20capitalista%20do%20Direito%20do%20Trabalho%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

ALVES, Amauri Cesar.; CASTRO, Thiago Henrique Lopes. **Reforma trabalhista e movimentos de reestruturação, precarização e redução do direito do trabalho no Brasil**. Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas, Brasília, v. 4, n. 3, p. 130-156, set./dez. 2018. Disponível em: <https://publicacoes.udf.edu.br/index.php/relacoes-sociais-trabalhista/article/view/165/90>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/3JD9n46H3Dhn7BYbZ3wzC7t/?lang=pt>. Acesso em: 04 mai. 2023.

BARROS, Alerrandre. Desemprego recua para 13,9% no 4º tri, mas taxa média do ano é a maior desde 2012. **Agência IBGE Notícias**, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30130-desemprego-recua-para-13-9-no-quarto-trimestre-mas-e-o-maior-para-o-ano-desde-2012>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 4.982, de 24 de dezembro de 1925**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4982-24-dezembro-1925-776548-publicacaooriginal-140498-pl.html>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Todo%20o%20poder%20emana%20do,diretamente%2C%20nos%20termos%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 26 abr. 2023.

CONFORTI, Luciana Paula. TRABALHO NA ERA DIGITAL: saúde e segurança ameaçadas pelo app. **Anamatra**, Distrito Federal, ago/2020. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/artigos/30262-trabalho-na-era-digital-saude-e-seguranca-ameacadas-pelo-app>. Acesso em: 03 de mai. 2023.

ESTADÃO. Brasil tem recorde de 39,307 milhões de informais no trimestre até agosto. **Uol**, 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/09/30/brasil-tem-recorde-de-39307-milhoes-de-informais-no-trimestre-ate-agosto.htm>. Acesso em: 4 mai. 2023.

GOMES, Irene. Com taxa de 8,8%, desemprego cresce no primeiro trimestre de 2023. **Agência IBGE Notícias**, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36780-com-taxa-de-8-8-desemprego-cresce-no-primeiro-trimestre-de-2023>. Acesso em: 2 mai. 2023.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

LESSA, Sérgio. **A centralidade ontológica do trabalho em Lukács**. IN: Revista Universidade e Sociedade, v. 52. Ed. Cortez, São Paulo: 1996.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**, v. 4. IN: Instituto Lukács, São Paulo: 2015.

MARX, Karl. O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2023.

MARLI, Mônica. Trabalho informal faz desemprego cair. **Agência IBGE Notícias**, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16155-trabalho-informal-faz-desemprego-cair>. Acesso em: 4 mai. 2023.

REIS, Suzéte da Silva. A efetivação do direito social ao trabalho na perspectiva dos direitos fundamentais na sociedade contemporânea. **Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 40-59, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/prisma/article/view/14256/8253>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 151–161,

maio 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/xqC8nCtJpDbrVDv9wkgNJWx/?lang=pt#>. Acesso em: 3 mai. 2023.

SILVA, Karine Carneiro de Oliveira; CAVAGNAC, Mônica Duarte. **Desemprego, informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. In: Seminário CETROS "Crise e Mundo do Trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora", 6, 2018, Fortaleza. Anais eletrônicos [...] Fortaleza, 2018, p. 1-13. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51347-14072018-185256.pdf. Acesso em: 1 mai. 2023

O TERRITÓRIO COMO LUGAR DE RESISTÊNCIA NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): UM DEBATE NECESSÁRIO

Jhon Lenon Jardim da Silva²⁶

Maria Helena Cariaga²⁷

Resumo: Este artigo objetiva apresentar algumas aproximações teórica-metodológicas sobre o território de resistência na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), oportunizando reflexões preliminares sobre o território e como esses espaços são lugares de resistência. Como método, esse estudo está iluminado à luz do materialismo histórico e dialético, do filósofo revolucionário Karl Marx (1818-1883). Em decorrência do percurso metodológico, consideramos justo essa pesquisa ser de natureza bibliográfica, fundamentada em uma abordagem qualitativa. Os resultados desse estudo apresentam a necessidade de dialogar sobre o território nas políticas sociais, em particular, na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Palavras-chave: Território; Assistência Social; Vigilância Socioassistencial.

1. INTRODUÇÃO

Esse estudo é resultante de profundas reflexões sobre o objeto de estudo dos pesquisadores em questão. Nesse momento, buscamos apresentar algumas aproximações teórica-metodológicas sobre o território de resistência na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Contudo, para organizar esse debate, nos atentamos em reunir obras de autores contemporâneos que dialogam sobre o território e como esses espaços representam significados diversos para além de um espaço geográfico. Nessa direção a Política Nacional de Assistência Social ganha força como política pública estatal a partir da Constituição Federal de 1988, organizada no tripé da seguridade social juntamente com a política de saúde e previdência social, com o objetivo de Proteção Social por parte do Estado. A Constituição Federal de 1988 (CF-88), desde seu o processo de redemocratização estabelece a garantia

²⁶ Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSSocial-UFT). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: jhonlenonbb12@gmail.com

²⁷ Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011). Pós-Doutorado pelo PPG de Política Social da Universidade de Brasília (2020). Professora associada no curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: mhcariga@mail.uft.edu.br

da proteção social. Nessa lógica a política de assistência social, segundo Cavagnoli (2014) sintetiza um sistema,

[...] de proteção dá o mínimo de condições, produz anticorpos com o mínimo de garantias. A proteção opera por meio da oferta do mínimo de condições para quem tem o mínimo de sobrevivência. As intervenções são focalizadas no risco, no problema, oferecendo sempre o mínimo para que cada um possa aproveitar as possibilidades para transformar sua condição social. [...] enquanto a miséria é suprimida, a desigualdade é mantida. (CAVAGNOLI, 2014, p. 69).

Partindo do pressuposto, de que a Política Nacional de Assistência Social faz parte do processo de reprodução social da vida humana, acreditamos que através dos níveis de proteção social na esfera pública, a política chega até a população usuária que vive a margem, são expressões da ‘questão social’, impactadas pelas contrarreformas desse (des)governo que ataca cotidianamente às instituições públicas. Contudo, precisamos erradicar aquela visão heróica da Política de Assistência Social, uma vez que, nenhuma política de proteção social consegue superar a pobreza, no entendimento de Paulo Netto (2012, p. 429) pensar as políticas sociais é importante apresentar que “[...] a articulação orgânica de repressão às “classes perigosas” e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da “questão social” constitui uma das faces contemporâneas mais evidentes da barbárie atual”, assim, nota-se o caráter contraditório das políticas sociais na ordem do capital.

Portanto, esse estudo está fundamentado em uma pesquisa bibliográfica e apoiada numa abordagem qualitativa. Ressaltamos que esse estudo reflete na produção e (re)produção social da vida dos sujeitos. No tocante, como sinalizado no início desta reflexão, esse estudo faz parte do objeto de estudos dos pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSS-UFT). Diante disso, apresentaremos uma abordagem teórica para oportunizar o leitor profundas reflexões. Nesse sentido, no próximo tópico apresentaremos sucessivamente como foi organizado o território na sociabilidade capitalista, em particular, na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

2. UM DIÁLOGO NECESSÁRIO SOBRE O TERRITÓRIO: APROXIMAÇÕES TEÓRICA-METODOLÓGICAS

Com o objetivo de aproximar o debate com a categoria território, pretendemos fazer uma aproximação teórica para elucidar como o território pode influenciar nas relações sociais dos sujeitos. Iniciando, problematizamos que Karl Marx (1818) contribuiu com profundas reflexões teórica-metodológicas da sua intensa participação política, que muito representa para o Serviço Social. Em linhas gerais, é indissociável não organizar as ideias à luz de uma

perspectiva marxista, pois buscamos nos fundamentar como ocorreu esse processo de acumulação primitiva, principalmente, direcionando o debate sobre o território. Para refletir o território como espaço de contradições sob a hegemonia do sistema capitalista. O cenário de expropriação dos espaços influenciou significativamente para inúmeras expressões de violências que nos deparamos atualmente.

Não poderíamos deixar de pensar o território somente como um espaço geográfico, mas sim de múltiplas determinações sociais à luz da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Dessa maneira, apresentaremos esse movimento dinâmico permeado de várias reflexões sobre o território, contribuindo para o campo do Serviço Social. Ou seja, construiremos um espaço de articulação, de interdisciplinaridade entre as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para pensar o território, é impossível não analisar a Vigilância Socioassistencial como um elemento importante no processo de operacionalização do SUAS (BRASIL, 2012), tendo em vista que, tem como objetivo mapear os territórios e pensar a partir de uma concepção de expressão de cidadania. Para situar o debate, segundo Brasil (2014)

[...] Em sua dimensão teórico-conceitual, a concepção de Vigilância Socioassistencial instituída pela PNAS está ancorada em um conjunto integrado de conceitos e categorias que buscam instituir uma abordagem específica para a produção de conhecimentos aplicados ao planejamento e desenvolvimento da política de assistência social. Como apontado nos artigos 1º e 6º da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS –, a Vigilância evoca a apropriação e utilização de três conceitos-chave, a saber risco, vulnerabilidade e território, que interrelacionados propiciam um modelo para análise das relações entre as necessidades de proteção social no âmbito da assistência social, de um lado; e as respostas desta política em termos de oferta de serviços e benefícios à população, de outro. (BRASIL, 2014, p. 10).

Para compreender esse movimento da vigilância socioassistencial, nos debruçamos em Karl Marx (2013, p. 514), pois, o filósofo revolucionário vai evidenciar como o “dinheiro é transformado em capital”. Todavia, para isso acontecer existe um longo processo hegemônico da relação de força, explorando cada vez mais a força de trabalho dos operários. Resultando em mais-valor e capital. Inclusive, o filósofo (2013, p. 516), assinala que “o ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador.” Podemos observar nessa exposição, que o trabalhador não teve outra escolha a não ser trabalhar para sobreviver diante de uma sociedade que explora cada vez mais o trabalhador assalariado. Não obstante, faremos uma breve análise introdutória nesse contexto do processo feudal. Pois, é importante pensar acerca do processo de expropriação dos territórios, corroborando para o contexto de expropriação de terras. Nesse momento não havia como os camponeses sobreviverem da agricultura. Diante do exposto, foi organizado uma sociedade “[...] na transformação da exploração feudal em exploração capitalista” (MARX, 2013, p. 516).

Compreender o processo de transição entre o modelo de sociedade feudal e capitalista, nos remete a lembrar que Rosa Luxemburg (1970) evidencia que o processo de

acumulação primitiva se processa continuamente. Com isso, percebemos como o Estado antecede o capitalismo. Dessa forma, Lessa e Ivo Tonet (2004, p. 56), analisam que “[...] o Estado é a organização da classe dominante em poder político”. Ou seja, ainda ocorre esse processo de espoliação das terras, porém com mais brutalidade, principalmente por parte do Estado burguês. Pensando na história da sociedade, conseguimos encontrar na obra de Marx (2013) que vai sinalizar a expropriação dos camponeses. Para o filósofo interessa ressaltar que esse movimento não foi fácil. Existiu o seu nível de complexidade, inclusive, o autor discorre que esse processo foi sangrento ao final do capítulo 24, em um dos capítulos que apresenta um debate sobre o processo de expropriação dos territórios.

Para Lessa e Ivo Tonet (2004) ressaltam como se estruturou o processo de transição do feudalismo para a origem da sociedade capitalista, refletindo a sua trajetória no que diz respeito a este processo. Ora, de acordo com os autores é possível identificar que os escravos estavam sobrevivendo em péssimas condições de vida, principalmente, porque “não tinham condições históricas de levar à prática um projeto alternativo de sociedade” (LESSA; IVO TONET, 2004, p. 63).

[...] Com o desaparecimento da estrutura produtiva e comercial do Império Romano, o comércio e o dinheiro praticamente desapareceram. A auto-suficiência passou a ser uma necessidade. A interrupção dos contatos entre as localidades mais distantes acarretou uma regressão na produção, na cultura e na sociedade. Por isso, a principal característica do feudalismo foi a organização da produção em unidades auto-suficientes, essencialmente agrárias e que serviam também de fortificações militares para a defesa: os feudos. O trabalho no campo era realizado pelos servos. Estes, diferente dos escravos, eram proprietários das suas ferramentas e de uma parte da produção. A maior parte dela ficava com o senhor feudal, proprietário da terra, e também líder militar, a quem cabia a responsabilidade da defesa do feudo. (LESSA E TONET, 2004, p. 63).

Partindo do entendimento dos autores acima, compreendemos que à medida em que a sociedade se transformava economicamente, ocorreu a necessidade da exploração do homem contra o homem, tendo em vista que, esclarecendo esse processo, baseado na compreensão dos pesquisadores, afirmam que “[...] o modo de produção capitalista tem sua essência uma nova forma de exploração do homem pelo homem” (LESSA; TONET, 2004, p. 65). Ou seja, esse sistema que opera ainda na atualidade, não é de hoje que destrói as relações políticas, sociais e econômicas. É importante apresentar essa reflexão se constitui, uma vez que, não podemos perder de vista, como esses fenômenos sociais influenciaram as relações capitalistas em alguns dos cenários do percurso do sistema capitalista. E ainda assim, se expressa na sociedade contemporânea, os autores continuam essa reflexão possibilitando ainda uma maior compreensão sobre a relação do valor, em decorrência da exploração do homem,

[...] do trabalhador, a burguesia compra apenas a sua força de trabalho. Como a utilidade desta é apenas uma, produzir; e como ela possui uma propriedade única entre as mercadorias, que é a de, empregada adequadamente, produzir um valor maior do que ela própria vale, o burguês que comprou a força de trabalho tem, ao

final do mês, um valor maior do que aquele que paga ao trabalhador sob a forma de salário. Esse valor maior é a mais-valia". (LESSA; TONET, 2014, p. 65).

Dando continuidade ao objeto desta análise, encontramos em Koga (2013), onde a autora vai definir como está estruturado esse processo das políticas sociais nos territórios brasileiros, e não podemos perder de vista, que na compreensão da autora,

[...] O modo de estruturação e atuação das políticas sociais brasileiras tem sido marcado por uma perspectiva segmentadora da realidade social, pois as necessidades e as demandas da sociedade são compartimentadas e selecionadas em públicos-alvo, seja pelas características etárias, pelas condições de renda ou pela vulnerabilidade e risco pessoal e social. No caso de algumas políticas, como a da assistência social, essa segmentação ainda tem prevalecido, apesar da Política Nacional de Assistência Social (2004) ter previsto a dimensão territorial como um de seus pilares de atuação, o que deflagrou as bases do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. (KOGA, 2013, p. 33).

A propósito, o debate sobre o território vem sendo tensionado no campo do Serviço Social, uma vez que, através de algumas buscas, encontramos que há um debate em disputa no que diz respeito ao território nas políticas sociais, porém há uma pouca produção teórica acerca dessa temática. Destacamos, que aprofundaremos o território a partir da Política Nacional de Assistência Social, para trazer esse debate para as políticas sociais. Por isso, partimos do esclarecimento de Koga (2015, p. 11) que identifica brilhantemente como o território, em especial, está situado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS)

[...] No caso da Política de Assistência Social, a perspectiva territorial se mostra como um novo desafio no trato com as demandas e ofertas socioassistenciais ao lado do processo de reorganização de sua gestão por meio de um Sistema Único de Assistência Social. Trata-se de uma alteração significativa nos rumos e práticas de gestão na forma de um sistema unificado, descentralizado e participativo, que ainda se encontra em fase de consolidação no território nacional, pois implica em mudanças em uma cultura institucional estabelecida, que tem suas raízes desde os períodos colonial e imperial. (KOGA, 2015, p. 11).

Além disso, não poderíamos deixar de destacar que através do avanço da PNAS de 2004, temos isso como um dos marcos históricos dessa política, principalmente, quando traz elementos que auxiliam o debate da categoria território na PNAS. Conforme Koga (2013)

[...] apesar dos avanços significativos e reconhecidos nos textos legais da política de assistência social, ainda permanece o legado da perspectiva homogeneizadora, que olha de forma, exclusivamente, segmentada as demandas e ofertas da política pública, desconectadas dos territórios onde ocorrem. (KOGA, 2013, p. 33)

Para a autora, vai discorrer que na PNAS o território é visualizado como um instrumento de gestão pública na execução dos serviços socioassistenciais. Por um lado, compreende-se como um processo de reorganização da gestão. Contudo, é preciso pensar em estratégias metodológicas para (des)centralizar os serviços nos órgãos públicos. Ademais, um dos objetivos da assistência social é descentralizar para que os sujeitos tenham acesso direto aos serviços, programas e projetos da assistência social. Dessa forma, a autora traz essa reflexão para compreender o território desde o processo de construção histórico.

É evidente que com o avanço do projeto neoliberal sofremos diretamente os impactos nas políticas sociais, em especial, a assistência social. E não poderíamos deixar de refletir esse processo como uma disputa dos interesses da burguesia. Principalmente, na direção do (des)financiamento das políticas públicas. Dessa maneira, é importante analisar que o território desde a sociedade primitiva vem sendo colocado como espaço de disputa do capitalismo. Em especial, sobre o processo de expropriação das terras em que Marx (2013) contribui em sua leitura crítica a respeito dos modelos de sociedade. Com isso, fizemos essa abordagem histórica situando como organizou-se a sociedade.

Koga (2015, p. 13), justifica que “[...] trata-se de legados que determinam persistentes modos excludentes e desiguais de produção e reprodução dos espaços urbanos.” Ou seja, compreende que ainda há resistência para quem vive em “áreas de risco” potencializando um discurso que inviabiliza a trajetórias dos sujeitos expressando “[...] a imagem da desigualdade sócio-territorial prevalece, e nesse ponto é que as cidades brasileiras se tornam parecidas, apresentando cada qual pedaços de chãos que conformam um mosaico de condições de vida extremamente discrepantes”. (KOGA, 2015, p. 13).

Para Koga (2015)

[...] Colocar o território em perspectiva remete a esse processo de conexão entre a multiplicidade de fatores que interferem nas condições de vida dos cidadãos em determinados lugares, e que configuram os contextos em que se encontram inseridos. O contexto movimenta o *lôcus* da análise para o campo coletivo, considerando as particularidades e, ao mesmo tempo, a cidade. (KOGA, 2015, p. 14).

Para pensar o território como elemento importante na vida dos sujeitos é compreender que para Koga (2016) reflete “a proteção social se faz à medida que o território se coloca como ponto de partida e não unicamente como ponto de chegada” (KOGA, 2016, p. 3). É importante ressaltar como este processo da territorialidade nas políticas públicas, ainda há relações de complexidade. A exemplo disso, tem localidades rurais que mesmo com o avanço das políticas públicas, os sujeitos não são acompanhados pelas políticas sociais. Dificultando o acesso dos direitos sociais como (Educação, Saúde e Assistência Social). Além disso, não poderíamos deixar de problematizar como esses sujeitos sobrevivem em situações precárias, contribuindo para o aceleração das expressões da ‘questão social’. Nessa perspectiva, percebe-se que precisamos avançar no que diz respeito a proteção social dessa população. E, como o território (espaço) pode influenciar na materialidade das questões subjetivas da vida humana. Ou seja, na (re)produção do capitalismo. Assim, consideramos que este debate pode despertar profundas reflexões sobre a Proteção Social Básica (PSB), sendo um nível de proteção da (PAS).

A partir de tal reflexão, para concluir essa reflexão, é importante analisar que historicamente à medida em que a política social sustenta a ideia de proteção social que para Miotto (2008) está dividida em duas esferas públicas e privadas que se incorporam com a

relação dos interesses do capital. O sistema capitalista não garante às necessidades mínimas de sobrevivências da população mais pobre. Por isso, buscamos apresentar a partir de alguns elementos teóricos para elucidar uma aproximação com o objeto de estudo dos pesquisadores. Sendo assim, esse debate abre a possibilidade de refletir a Política de Assistência Social, em especial, aprofundar o estudo sobre o território na PNAS.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que debate possibilitou refletir o território como lugar de resistência e apresentar as múltiplas determinações sociais. Além disso, é impossível não pensar o território inserido no debate das políticas sociais, principalmente, no campo da produção de conhecimento no serviço social. Dessa forma, informamos que esse debate não se esgota aqui, mas abre caminhos para compreensão na direção de alcançar ainda mais produção teóricas sobre o território na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Portanto, precisamos pensar a política de assistência social como uma das mais importantes políticas na direção de alcançar justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 06 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2014.

CAVAGNOLI, Karen Cristina. **Política de Assistência Social**: a garantia de direitos e a produção de vida. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

KOGA, D. Proteção social no território: entre o texto e o contexto **Revista Unifal em Pesquisa**, São Paulo, v.6, n.2, p. 133-151, abr. 2016.

KOGA, Dirce. Aproximação sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 30-42, 2013.

KOGA, Dirce. Territórios de vivência em um país continental. **Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, SP v.14, n.1(19), 2015.

SÉRGIO LESSA e IVO TONET. **Introdução à filosofia de Marx**
2ª edição Editora Expressão Popular São Paulo, 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.
São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 111. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SERVIÇO SOCIAL E RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE: CAMINHOS E POSSIBILIDADES PARA O FORTALECIMENTO DO SUS

TAMÍRES DA SILVA MORAIS²⁸

VITÓRIA BRENDA DE FRANÇA CUNHA²⁹

RESUMO: As práticas de saúde ganharam outro sentido com o advento do Sistema Único de Saúde, construído com lutas e reivindicações populares. Mas ainda é possível perceber alguns desafios no que diz respeito a esse cuidado, por compreender a ofensiva neoliberal imposta, onde o desmonte dos direitos sociais é priorizado. Utilizando referências como Iamamoto (2000), Closs (2010), Souza *et al* (2013) etc, trazemos para o debate desde a relação da Questão Social e Saúde, percorrendo posteriormente na reflexão sobre o trabalho do assistente social na atenção básica, na perspectiva da Residência Multi, entendendo as potencialidades existentes para o fortalecimento do SUS.

Palavras-chave: Residência Multiprofissional. Atenção Básica à Saúde. Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

O Movimento da Reforma Sanitária trouxe para o território brasileiro a oportunidade de repensar o tratamento em relação à saúde da população, visando uma defesa de um sistema de saúde de caráter universal e o fortalecimento da participação popular nas tomadas de decisão sobre a saúde e outros aspectos sociais e políticos. Em contrapartida, vê-se a presença de barreiras no que diz respeito ao acesso da população a este direito conquistado, além de desafios para a efetivação de mudanças nas práticas de saúde.

Nesse sentido, é no trabalho em saúde que se vê a oportunidade de investir no processo de reorientação do cuidado em saúde. Ou seja, ficam em destaque as iniciativas para a reafirmação de um SUS a partir de uma qualificação da assistência, gestão e da própria formação em saúde (CLOSS, 2010). Aí, onde se situa a Residência Multiprofissional como

²⁸ Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Especialista em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade pelo Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da família e Comunidade, ofertado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social pela Faculdade Venda Nova no Imigrante (FAVENI). Email: tamiresmoraes495@gmail.com

²⁹ Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Especialista em Saúde da Família e Comunidade pelo Programa de Residência Integrada em Saúde, ofertado pela Escola de Saúde Pública do Ceará - ESP/CE. Especialista em Saúde Pública pela Faculdade Eficaz-Maringá. Mestranda em Serviço Social e Direitos Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS. Email: vtoriabfc7@gmail.com

parte das políticas de recursos humanos em saúde, carregando possibilidades para a consolidação de uma saúde pública efetiva.

O trabalho em questão, portanto, tem como objetivo trazer para o debate a atuação do Serviço Social dentro da Residência Multiprofissional com ênfase na Atenção Básica à Saúde, com o intuito de entendermos a importância dessa relação para o fortalecimento de um SUS construído para todos e que reafirme a integralidade do cuidado.

O anseio por essa temática surgiu a partir de experiências vividas enquanto assistentes sociais residentes, atuando dentro da Atenção Básica à Saúde, além de estudos e pesquisas sobre a área da saúde. Assim, tendo oportunidade de compreendermos quais caminhos o Serviço Social percorre para contribuir com as práticas de saúde, principalmente quando inserido na Residência Multiprofissional.

Para atingir o objetivo, a pesquisa se dividirá em dois tópicos, onde o primeiro será o momento de abordarmos sobre a Questão Social e Saúde, por termos esta discussão como importante para o entendimento de um cuidado em saúde para além das paredes do consultório. É nesse momento que situamos a Atenção Básica à Saúde, visando afirmar assim uma concepção ampliada conquistada historicamente para a efetivação do SUS, pois é esse modelo de atenção que prioriza as situações contextualizadas dos usuários, promovendo saúde e qualidade de vida, além de entender e levar em consideração as potencialidades e desafios do território.

Posterior a isso, a discussão continua na perspectiva da Atenção Básica à Saúde, mas agora percorrendo o caminho para a reflexão sobre a atuação do/a assistente social na perspectiva de profissional dentro da Residência Multiprofissional em Saúde, com o intuito de pensarmos em um SUS fortalecido através de práticas que confirmam a necessidade de uma construção de um novo projeto de saúde mais popular, facilitando o acesso de todos aos serviços de saúde.

2 QUESTÃO SOCIAL E SAÚDE: Situando a Atenção Básica à Saúde no debate

Iamamoto (2000) elucida que a mercadoria é o fator predominante no modo de produção capitalista, sendo o trabalhador e o capitalista indivíduos que carregam em si características sociais impostas pelo processo social de produção, os quais tornam-se a personificação do trabalho e do capital. Assim, temos a “Questão Social” como expressão da contradição inerente a este modo de produção.

Portanto, a “Questão Social” é fruto da contradição da relação capital x trabalho, além de estar relacionada à sociedade burguesa, na qual a classe trabalhadora torna-se invisível, conforme nos traz as palavras de Iamamoto (2009), quando afirma que a “Questão Social” se torna não só algo ligado a pobreza, mas também à banalização do humano. Com isso, refletir sobre a “Questão Social” e a saúde pública brasileira é compreender que esta política foi

construída através de lutas sociais e reivindicações da classe trabalhadora, em um cenário em que o Estado procurava estratégias para lidar com as manifestações da “Questão Social”, sem que atingissem os interesses da burguesia e consequentemente da ordem do capital.

Por conseguinte, sabemos que todos esses problemas sociais rebatem sobre a saúde, como demonstrado nos estudos sobre os DSS. Mas, é preciso dizer que não são problemas desconexos entre si nem fragmentos da realidade que ganham autonomia. Pelo contrário, constituem uma questão una, com sua base objetiva imbricada no processo de trabalho tal qual ele é desenvolvido no capitalismo. De fato, vemos que tais mazelas sociais emergem dessa base material. Portanto, temos, no processo de acumulação capitalista, a determinação essencial para a problemática da saúde (SOUZA *et al*, 2013, p.55)

A saúde, assim como as outras políticas sociais, foi resultado do modo de organização da produção na sociedade capitalista numa época em que estava em curso também transformações societárias, fazendo com o que a política absorvesse a realidade social posta. É, portanto, com a compreensão sobre como funciona a sociedade capitalista que podemos entender como se expressam as problemáticas em torno da saúde brasileira, visto que “são as desigualdades sociais entre classes que possuem maior determinação no processo saúde-doença, principalmente na produção das iniquidades de saúde” (SOUZA *et al*, 2013, p.47).

A saúde pública brasileira baseada na universalidade do acesso, foi implementada a partir da Reforma Sanitária, a qual consistiu em um movimento social que contava com a participação de estudantes, profissionais de saúde e sociedade no geral. Tal reforma trouxe uma dimensão política para a saúde, tornando esta um debate público e foi nesse contexto que a concepção ampliada em saúde ganhou notoriedade.

As principais propostas debatidas por esses sujeitos coletivos foram a universalização do acesso; a concepção de saúde como direito social e dever do Estado; a reestruturação do setor através da estratégia do Sistema Unificado de Saúde visando um profundo reordenamento setorial com um novo olhar sobre a saúde individual e coletiva; a descentralização do processo decisório para as esferas estadual e municipal, o financiamento efetivo e a democratização do poder local através de novos mecanismos de gestão – os Conselhos de Saúde (BRAVO, 2001, p.9).

A partir do que foi exposto anteriormente, é imprescindível afirmar que a Reforma Sanitária foi o momento crucial para pensarmos a saúde para além da doença e, assim, levarmos em consideração seus determinantes sociais, postos por uma sociedade capitalista. Ou seja, o solo social daquele período histórico, permeado por desigualdades socioeconômicas, foi base para que os sujeitos voltassem seus olhares para uma concepção ampliada de saúde. “Consideremos as inúmeras ações empreendidas no cotidiano da vida social, seja em âmbito individual ou coletivo, afirmando a defesa da vida, ressaltando que saúde é protagonismo, luta social” (CLOSS, 2010, p.92).

A saúde passou a ser vista como pauta importante para a população, principalmente no que tange à integralidade, ao acesso e ao direito à uma saúde pública para todos. Como resultado das lutas e transformações advindas da arena social, foi regulamentado o Sistema

Único de Saúde com a Lei nº 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), em que as ações no âmbito da saúde passaram a ser reguladas por esta em todo o território nacional.

Como parte da estratégia de viabilizar um atendimento universal, em 1994 surge a criação do Programa de Saúde da Família (PSF), transformado posteriormente em Estratégia de Saúde da Família (ESF), com o intuito de atuar na unidade familiar e intervir dentro da comunidade, no e com o território. Como elucida Stotz (1993), a instituição do Programa Saúde da Família veio se afirmar em uma proposta de ampliar a cobertura dos serviços e transformar a forma de atenção à saúde no Brasil, onde o preventismo deixou de ser exclusivo, agora somado a práticas de promoção à saúde.

[...] outra marca do SUS é a ampliação do conceito de saúde, afirmando a determinação social do processo saúde/doença, o que implica o deslocamento da ênfase assistencial curativa para a promoção em saúde, situando, assim, a atenção básica numa posição de destaque nesse sistema (CLOSS, 2010, p.72)

A ESF foi e continua sendo considerada uma estratégia que visa a efetivação de um sistema de saúde caracterizado em torno de uma coletividade, funcionando como fator estruturante da Atenção Básica à Saúde, a qual “constitui a porta de entrada e o primeiro nível de atenção de uma rede hierarquizada e organizada em complexidade crescente, conforme definido na Constituição Federal de 1988, que criou o SUS” (GIOVANELLA, L. e MENDONÇA, M.H.M, 2012, p.493).

A Atenção Básica à Saúde pautada na Estratégia de Saúde da Família surge, portanto, com o intuito de ultrapassar o conceito restrito de que a saúde é voltada à cura da doença, ampliando agora a forma de como cuidar e de ser cuidado. Assim, a consolidação desse novo modelo assistencial se baseia na efetivação dos princípios do Sistema Único de Saúde - SUS e se reafirma através do debate, no sentido de promover uma participação popular, integralidade do cuidado, descentralização e regionalização dos serviços, além das ações de promoção e prevenção, superando o caráter biologicista tão presente na saúde de forma geral.

Ao pontuarmos o processo de construção da Atenção Básica à Saúde no SUS e a sua consolidação em meio a entraves dentro da saúde pública brasileira, considerando o modo de produção vigente, é importante destacar o seu objetivo de promover saúde e qualidade de vida, além de entender como os determinantes sociais se expressam dentro desse modelo assistencial.

A Atenção Básica considera o sujeito em sua singularidade, na complexidade, na integralidade e na inserção sócio-cultural e busca a promoção de sua saúde, a prevenção e tratamento de doenças e a redução de danos ou de sofrimentos que possam comprometer suas possibilidades de viver de modo saudável (BRASIL, 2006, p.10).

A Atenção Básica à Saúde é, portanto, um campo da saúde estratégico, ao levarmos em consideração a sua relevância no que diz respeito à organização do SUS e à viabilização do acesso aos serviços de saúde. Porém, apesar de a Atenção Básica surgir como parte

importante para a consolidação de um SUS forte, devemos considerar o contexto em que ela se implementa, fundamentado em uma acumulação capitalista, a qual se caracteriza por menos controle democrático e com um Estado que despreza o caráter social conquistados pelas lutas populares, carregando agora evidentes iniciativas antidemocráticas (BEHRING, 2009).

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho a partir da reestruturação produtiva levaram, e ainda levam, à uma precarização da vida da classe trabalhadora, principalmente pelo fato de que esta reestruturação é demandada pela ofensiva neoliberal, ideologia que invade o Brasil da década de 1990 com bastante força, e que vem defender um Estado mínimo para o social e máximo para o capital (NETTO, 2012). É importante destacar que a onda neoliberal possuía (e ainda mantém) como prioridade pautas de caráter regressivo, sob o argumento, como aborda Behring (2009), de escassez de recursos e a necessidade de controlar o déficit público, tendo como consequência a diminuição dos gastos estatais, rebatendo, inevitavelmente, na concretização dos direitos sociais e das políticas sociais, dentre elas a saúde, com seus princípios da universalidade, integralidade e equidade.

Esse modelo privatista de atenção em saúde, reatualizado pelo projeto neoliberal, está fortemente presente na atualidade, colocando entraves para afirmação dos princípios do SUS, pois resulta na baixa responsabilização para com os problemas de saúde da população, na reduzida resolutividade em função da assistência pontual e sem continuidade, bem como na baixa permeabilidade do sistema de saúde às necessidades e demandas da população (CLOSS, 2010, p.21).

Concluimos, assim, que o SUS vem se reafirmando num cenário de desmonte dos direitos sociais, nos colocando na constante tarefa de buscarmos estratégias para o seu fortalecimento. Propostas que tenham como objetivo repensar as práticas em saúde e que portanto, se alinhem e fortaleçam os princípios que nasceram junto ao Movimento de Reforma Sanitária, como a universalidade do acesso, a integralidade do cuidado, dentre outros, tornaram-se emergenciais. É visando atender a essa demanda que surgem as Residências Multiprofissionais em Saúde, estratégia de ensino/serviço que se baseia nas trocas de conhecimentos entre profissões distintas do campo da saúde, e que possui como eixos norteadores a concepção ampliada em saúde, bem como a construção de um novo projeto de saúde, mais democrático e popular.

3 SERVIÇO SOCIAL E A RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

A formação de recursos humanos é um fator essencial para a consolidação do SUS, principalmente quando precisamos defender uma saúde pública de qualidade e que atenda de forma universal às necessidades da população. Com isso, a Residência Multiprofissional vem para reafirmar essa perspectiva, contribuindo para práticas em saúde pautadas na integralidade do cuidado e, principalmente, na horizontalidade das relações interprofissionais.

A RMS é uma modalidade de pós-graduação lato sensu que tem como objetivo a formação de profissionais para uma atuação diferenciada no SUS, com construção interdisciplinar, trabalho em equipe, educação permanente e consequente reorientação das lógicas tecnoassistenciais (Carneiro *et al*, 2021, p.2)

A Residência Multi se fundamenta na complementaridade entre ensino e serviço, tendo o SUS como espaço para aprendizagem e inovação da assistência, e na Educação Permanente em Saúde uma de suas estratégias, atuando no universo do fortalecimento contínuo da atuação dos profissionais de saúde e buscando um melhor atendimento de acordo com as demandas postas pelo território.

O espaço da Residência Multi é oportuno para o compromisso com uma concepção ampliada de saúde e é gerador de possibilidades no que se refere às práticas de saúde, ou seja, essa modalidade vem se tornando uma estratégia que reforça uma atenção em saúde diferenciada, priorizando uma aproximação integral do processo saúde-doença, além de compreender os limites e potencialidades impostas aos trabalhadores da saúde.

As experiências criadas nos Programas de Residência indagam sobre as lacunas a serem superadas na formação profissional, ao mesmo tempo em que sinalizam para os limites ou possibilidades de qualificação e mudança do trabalho no SUS, que devem ser alvo da Educação Permanente e da produção de conhecimentos na pós-graduação (CLOSS, 2010, p.39-40)

Ao trazermos para o âmbito da atuação dos/as assistentes sociais dentro da Atenção Básica à Saúde, devemos elucidar que a sua importância dentro da Residência Multi está articulada justamente com o princípio da integralidade, o que implica pensá-lo como “compromisso crescente do sistema de saúde, em sua totalidade, com a viabilização e garantia do atendimento qualificado e ampliado das distintas necessidades da população usuária, processo que passa necessariamente pela afirmação do acesso universal” (CLOSS, 2010, p.77).

O Serviço Social é uma profissão que atua nas expressões da “Questão Social”, inclusive surgindo como estratégia sistêmica para o tratamento dela (Behring e Santos, 2009). A inserção dos/as assistentes sociais nos serviços da Atenção Básica à Saúde está ligada, portanto, ao reconhecimento social da profissão, e se torna de suma importância no processo de atendimento às necessidades surgidas e detectadas no movimento da realidade, em cada período histórico.

Ou seja, os princípios e diretrizes que fundamentam a Atenção Básica à Saúde, a partir da concepção de saúde advinda de um contexto de Reforma Sanitária, impulsiona mais ainda a presença do Serviço Social dentro do serviço. É essencial, também, pensarmos sobre o Projeto Ético-Político da profissão e a sua relação com o Projeto de Reforma Sanitária, além de retomarmos a reflexão sobre saúde e “Questão Social”.

[...] o projeto da reforma sanitária vem apresentando como demandas que o assistente social trabalhe as seguintes questões: democratização do acesso as unidades e aos serviços de saúde; estratégias de aproximação das unidades de saúde com a realidade; trabalho interdisciplinar; ênfase nas abordagens grupais; acesso democrático às informações e estímulo à participação popular (CFESS, 2010, p.26).

Dadas as considerações em torno da Atenção Básica e Questão Social, situando a atuação do/a assistente social nesse campo, torna-se necessário voltarmos para a reflexão sobre o princípio da integralidade e qual a sua relação com a presença do Serviço Social nos serviços de saúde, na perspectiva da Residência Multi. Como foi abordado anteriormente, a Atenção Básica surge como estratégia para organização e consolidação de um SUS universal, e a integralidade não pode ser pensada separadamente dos outros princípios norteadores, “necessitando ser pensada e efetivada através de articulações intrasetoriais e intersetoriais, explorando as potencialidades inscritas na territorialização das políticas públicas” (CLOSS, 2010, p.97).

Ao reconhecermos a Estratégia de Saúde da Família como ponto importante para a consolidação da Atenção Básica à Saúde, devemos também levar em consideração que este nível de atenção é o mais próximo do território e das possibilidades que nele existem. Então, se a Residência Multi se pauta no objetivo de fortalecer os princípios norteadores do SUS e atender as demandas postas pelo território de maneira totalizante, a atuação do assistente social nesse sentido se torna imprescindível, afinal este profissional trabalha numa perspectiva ampliada, apresentando possibilidades de intervenção tanto a nível individual como coletivo, dentro do território.

Sabermos que a violação de direitos ocorre em todos os espaços da vida humana, inclusive dentro do lar e no cotidiano das pessoas, é essencial para entendermos a importância do trabalho do/a assistente social dentro da Atenção Básica. Por exemplo, violência doméstica contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos são temas que interferem no processo de adoecimento das pessoas, mas que se forem vistos na perspectiva biomédica, não serão alvo de intervenção, fazendo necessário a utilização de instrumentos importantes para o entendimento e superação dessas violações, como o Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente entre outros,

A atuação do/a assistente social dentro desse modelo assistencial quando somado ao que é pautado na Residência Multi com atividades coletivas, construção de vínculo e aproximação do território, potencializa a detecção dessas violações de direitos e, consequentemente, contribui para o planejamento de intervenções no processo saúde-doença. Ademais, este profissional trabalha para contribuir com práticas que visam, justamente, o cuidado integral àquele usuário. Dessa forma, vai ao encontro do que a Residência Multi se propõe dentro da Atenção Básica à Saúde, além de “estimular a intersetorialidade, tendo em vista realizar ações que fortaleçam a articulação entre as políticas de seguridade social, superando a fragmentação dos serviços e do atendimento às necessidades sociais” (CFESS, 2010, p.30).

É notório, quando entra no serviço de saúde na função de profissional, que há ainda uma cristalização na realidade do cuidado em saúde. E o Serviço Social, tanto a partir da

proposta da Residência Multi, como alinhado aos princípios do Projeto Ético Político da profissão, tem a capacidade de trazer novas reflexões que agregam nesse processo de construção de saúde e que estão para além do debate biomédico, confirmando assim o olhar ampliado para a saúde.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar sobre a política de saúde é essencial para refletirmos sobre como as intervenções e práticas em saúde estão sendo colocadas no cotidiano do serviço, além de pensarmos sobre as possibilidades e desafios para a construção de um SUS universal. Portanto, trazer para o debate a Residência Multiprofissional em Saúde e o Serviço Social, ambos no modelo assistencial da Atenção Básica à Saúde, é entender a importância da valorização do trabalho dentro dessa perspectiva, contribuindo para a consolidação do projeto de Reforma Sanitária.

Como a realidade é dinâmica e constantemente são colocados desafios, os quais muitos destes são impostos por uma ofensiva neoliberal, faz com que nos provoque uma reflexão sobre esta realidade e também uma mobilização no sentido de aglutinar forças para construir estratégias de fortalecimento da Residência Multi e, conseqüentemente, do fortalecimento do SUS. Também, é uma ótima oportunidade de compreendermos como as iniciativas em torno da relação ensino/serviço são essenciais para entender o papel fundamental do/a assistente social para a realidade dos serviços de saúde.

Afinal, a Residência Multi é esse espaço de formação continuada de profissionais de saúde e que está alinhada a uma construção de um novo projeto de saúde, projeto este sendo o mais próximo daquele trazido na nossa Constituição Federal de 88, pautado numa direção mais popular, horizontal, participativa e democrática.

5 REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no contexto da crise capitalista**. In. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. CFESS, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara Moraes. **Questão Social e Direitos**. In. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. CFESS, 2009.

BRASIL. **Portaria nº 2.436, de 21 de Setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em 3 de maio de 2023.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Disponível em: [HTTP://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2006.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2006.pdf). Acessado em 3 de maio de 2023.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Política de Saúde no Brasil. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. Rio de Janeiro, 2001.

CFESS. **Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualizacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf Acessado em: 04 de maio de 2023.

CLOSS, Thaísa Teixeira. **Serviço Social nas Residências Multiprofissionais em Saúde na Atenção Básica: Formação para a integralidade?**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2010.

GIOVANELLA, L., ESCOREL, S., LOBATO, L. V. C., NORONHA, J. C., and CARVALHO, A. I., eds. **Políticas e sistemas de saúde no Brasil** [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, 1097 p. ISBN: 978-85-7541-349-4. <https://doi.org/10.7476/9788575413494>. Acessado em 3 de maio de 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. CFESS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A Questão Social no Capitalismo**. Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS. Grafiine, 2001.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. Serv. Soc., São Paulo, n.111, p.413-429, jul/set. 2012.

SOUZA, Diego de Oliveira *et al.* **Determinantes Sociais da Saúde**: reflexões a partir das raízes da “questão social”. Saúde Soc. São Paulo, v.22, n.1, p.44-56, 2013.

STOTZ, E.N. **Enfoques sobre educação e saúde**. In: Valla, V e STOTZ, E.N (Orgs.). Participação popular, Educação e Saúde: teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p.11-22. 1993.

A IMPORTÂNCIA DO CONTATO DURANTE A GRADUAÇÃO COM O DEBATE SOBRE LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS: ESTRATÉGIA DE COMBATE AO CONSERVADORISMO NA PRÁXIS DO SERVIÇO SOCIAL.

Barbara Cristina Machado Santiago³⁰

RESUMO: Este artigo foi desenvolvido a partir de debates sobre o tema realizado na disciplina seminário temático de projeto ético político profissional e da oficina de trabalho científico, bem como outras leituras a cerca da temática, objetivando ressaltar a importância da discussão do conteúdo com alunos(as) da graduação de serviço social, idealizando a formação de profissionais qualificados para agir eticamente, evitando a religação com a gênese conservadora da profissão e fortalecendo o compromisso com a emancipação humana.

Palavras Chave: Drogas; Serviço social; Conservadorismo; Psicoativos;

1. INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre a valiosa importância existente no contato do estudante de graduação com o discurso de legalização das drogas, pois a partir desse debate e de outros sobre situações que perpassem a prática profissional é que o estudante conseguirá realizar ligação com o nosso código de ética profissional e o projeto ético político que se faz de extrema importância para a consolidação da ruptura com o conservadorismo, mesmo quando a conjuntura for divergente do que está previsto nesses documentos e assim dificultando a atuação do agente.

Compreender que as drogas estão integradas a vida dos seres humanos desde quando se possui registros sobre, faz com que consigamos ter um olhar mais abrangente para a questão, de modo que no âmbito profissional nos ajude a por em prática o olhar crítico e completo diante da situação que nos é apresentada pelo usuário, além de contribuir para a consolidação da ruptura com a prática conservadora e higienista que por diversas vezes se faz presente nos profissionais que constroem os aparelhos. A formação em serviço social

³⁰ Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
barbaramsantiago@outlook.com

atualmente já é possuidora desse caráter crítico e de combate ao conservadorismo, bem como todos os tipos de preconceitos, viabilizando o contato com debates considerados polêmicos. A legalização das drogas encontra-se inserida nesse tópico de debates polêmicos, os discursos moralizantes partindo de profissionais e da população em geral estão presentes diariamente na vida das pessoas que se encontram na situação de usuárias, dificultando o acesso delas aos serviços básicos ou lhes atendendo de forma insatisfatória e centralizada.

2. RELAÇÃO HISTÓRICA DO SER HUMANO COM AS DROGAS

Apesar de esse debate ter tomado maior abrangência na atualidade, o ser humano tem uma relação afinada com substâncias desde o momento em que aprendeu a utilizar a natureza para satisfação de suas necessidades, seja em busca de obter maior conforto com o alívio de dores, garantia de maior desempenho em batalhas, alcançar estado de êxtase ou por cunho religioso.

Conforme as práticas humanas de domínio da natureza foram se aperfeiçoando, o ser humano foi percebendo que determinadas plantas lhes causavam efeitos diferentes. Durante muito tempo esses efeitos foram atribuídos a divindades, bem como tudo aquilo que lhes parecia inexplicável e o que se enveredava para o sobrenatural, pelo fato desses seres humanos encontrarem-se imersos nos estados teológicos³¹ e metafísicos³², além de ser um caminho para a conectividade com o divino:

“O uso de substâncias psicoativas para fins místicos, de transcender e/ou alcançar o divino é tão evidente na história da humanidade que, na década de 1970, a expressão enteógenos foi cunhada por antropólogos e botânicos para referir às plantas usadas nos rituais religiosos” (FAZIO, 2019, p. 10 apud ESCOHOTADO, 2000).

Observamos então que em consonância com a evolução científica, cresceram também o conhecimento sobre essas plantas e descobriram-se outras, bem como foi ocasionado pela mudança para o estado positivo/científico onde o a humanidade para de atribuir ao sobrenatural tudo que não lhe é compreensível e passa a torna-lo objeto de estudo.

No Brasil, os povos indígenas são o exemplo mais claro referente à utilização das substâncias psicoativas das plantas que temos, por possuírem um estilo de vida natural e harmônico em relação ao uso dos recursos naturais, são grandes conhecedores dos efeitos e dos modos de extração corretos dessas substâncias, fazendo uso de forma atrelado a religiosidade:

³¹ O estado teológico é um período onde o ser humano explicava tudo por meio de atribuições ao sobrenatural e a deuses.

³² O estado metafísico configura-se como o momento de transição entre o estado teológico e o positivo, onde a humanidade não mais atribuía tudo ao sobrenatural, mas também ainda não executava de fato práticas de observação para a obtenção de dados científicos.

“No Brasil algumas plantas alucinógenas, ricas em alcaloides derivados da triptamina são consumidas por comunidades indígenas na forma de vinho, chá ou rapês. Pode-se dizer que o consumo destas plantas deu origem a cultos e religiões... O vinho de Jurema é obtido a partir das cascas e raízes da árvore de jurema preta (*Mimosa hostilis*). Esta espécie rica em *N,N*-dimetiltriptamina (DMT, **13**) pertence à família Leguminosae. A Jurema pode ser consumida através da ingestão da bebida ou do ato de fumar o cachimbo. A bebida é preparada pelos indígenas por maceração das raízes em água e o material do cachimbo com as raízes e folhas secas da espécie vegetal.” (MARTINEZ, ALMEIDA e PINTO, 2009, p. 2504)

Guerreiros também faziam uso de drogas para a garantia de melhor desempenho nas batalhas:

“Em 14 de maio de 1940, após apenas quatro dias de combate, as tropas do exército nazista conquistaram os Países Baixos no que foi uma das vitórias mais esmagadoras do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. A capacidade de marchar e lutar dia e noite, sem dormir, foi determinante para o sucesso da operação.” (CAUTI, 2016.).

Essa capacidade de marchar por dias e realizar conquistas consideradas tão grandiosas foram atribuídas a utilização de drogas para a garantia de melhor desempenho desses guerreiros. “O Pervitin foi desenvolvido em 1937 pelo médico alemão Fritz Hauschild e, após ter sido lançado pela companhia farmacêutica Temmler, em 1938, tornou-se rapidamente um campeão de vendas entre a população alemã.” (CAUTI, 2016)

Facilmente poderiam encontrar Pervitin nos navios de guerra alemão em 1938, quando a droga caiu no gosto dos guerrilheiros ficando assim conhecida com “o chocolate dos tanques” por ser facilmente encontrada e consumida nesses ambientes.

3. AS DROGAS NA SOCIEDADE ATUAL

Apesar de encontrarmos registros históricos da humanidade fazendo uso de drogas com as mais diversas finalidades, isso se tornou motivo de preocupação após a instauração do sistema capitalista. (ALBUQUERQUE et.al., p. 3). Considerada um problema, na sociedade atual essa questão é tratada com ações proibicionistas e moralizantes, tendo como consequência dessa criminalização uma guerra declarada entre agentes de segurança pública e traficantes de drogas.

Essa ação conhecida como “guerra das drogas” tem um impacto social gigantesco, visto que infelizmente a maioria das pessoas envolvidas com o tráfico de drogas encontra-se em situação de vulnerabilidade de algum modo, principalmente a econômica e não coincidentemente são pessoas negras, a população menos assistida pelo Estado, que desde a colonização do Brasil sofrem nas mãos dos dominadores. Em decorrência dessa desassistência da entidade governamental essa população tem maior proximidade com o tráfico por sua prática configurar a esperança de saída mais próxima e às vezes a única possível dessas situações de vulnerabilidade.

Em um levantamento realizado na cidade São Paulo em 2017 pela Pública, uma agência de jornalismo investigativo, foram analisados mais de 4 mil sentenças para o crime de tráfico de drogas, chegando a infeliz conclusão de que são as pessoas negras que compõem o maior número de pessoas condenadas por esse crime:

“Os dados revelam que os magistrados condenaram proporcionalmente mais negros do que brancos na cidade de São Paulo. Setenta e um por cento dos negros julgados foram condenados por todas as acusações feitas pelo Ministério Público no processo – um total de 2.043 réus. Entre os brancos, a frequência é menor: 67%, ou 1.097 condenados.” (DOMENICI e BARCELOS, 2019)

O uso de drogas gera no corpo humano uma dependência dessas substâncias, fazendo com que em inúmeros casos as pessoas fiquem tão a mercê delas que cheguem a por em risco além de sua saúde e segurança, a de outros que lhe rodeiam, pois a necessidade que o corpo passa a ter de fazer uso dessas substâncias é tanta que o indivíduo comumente chega a vender seus bens materiais e os de familiares para conseguir comprar e fazer uso bem como a realização de furtos. Grande parte das mortes ocorridas em confrontos da polícia e pessoas em conflito com a lei, ocorre em decorrência dessa “guerra contra as drogas” que na realidade não é declarada exatamente contra as drogas, pois é comprovado que os maior número de usuários está entre pessoas brancas de classe alta porém não são esses os perfis encontrados nas selas do sistema prisional. Será que a guerra é realmente contra as drogas?

“Analisando o cenário histórico e até biológico descrito até aqui e seguindo um raciocínio de forma ampla sobre a questão das drogas, a “guerra às drogas” nunca resolveu nem resolverá a situação e devemos prezar por práticas e políticas públicas que visam o atendimento com cuidados individualizados, entendendo a particularidade de cada sujeito e do uso que o mesmo faz de determinada substância e como isso o afeta.” (FAZIO, 2019, p. 14)

4. RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

Considerando que a profissão de assistente social teve a sua gênese após a consolidação de capitalismo sendo criada para amenizar as questões sociais que esse sistema passou a submeter à população, garantir a reprodução dessa força de trabalho bem como desenvolver práticas higienistas para manter a sociedade ligada à igreja, observamos que o conservadorismo esteve de forma muito presente nesse início, atribuído à hegemonia da ideologia das classes dominantes e a ligação com igreja católica, influenciando obviamente a prática desenvolvida por esses agentes, pois:

“A moralidade é parte de uma educação moral anterior à formação profissional, que inclusive a influencia, pois pertence ao processo de socialização primária, onde tende a reproduzir tendências morais dominantes que se repõem cotidianamente através das relações sociais.” (CFESS, 2009, p.175).

Assim sendo, para que chegássemos a atual situação da profissão fez-se necessário a efetivação de um processo de ruptura com essa base conservadora, que ocorreu através de

produções acadêmicas, organização da categoria de ensino, no caso a ABEPSS – Associação Brasileira De Ensino E Pesquisa Em Serviço Social, organização da categoria de exercício profissional, o conjunto CFESS/CRESS, o código de ética profissional datado de 1986 e a lei de regulamentação da profissão, a LOASS - Lei Orgânica de Assistência Social, de número 8.742/93.

Todas as entidades e medidas citadas acima asseguram, regulamentam e norteiam como devem ser os processos de trabalho do assistente social, devendo sempre haver o compromisso com a emancipação humana e a abolição de qualquer tipo de preconceito.

É a partir da compreensão da importância da atuação profissional ser coerente com o código de ética e o PEP – Projeto Ético Político profissional que podemos entender o porquê se faz necessário o contato com esse diálogo na graduação de serviço social.

“O serviço social, por várias razões, é uma das profissões vulneráveis à incorporação e/ou ao enfrentamento de relações conservadoras.(...) O seu enfrentamento requer uma análise crítica da realidade, donde a importância de um referencial teórico-metodológico que efetivamente forneça o suporte para o desvelamento do real, de sua essência histórica.” (CFESS, 2009, p. 180-181).

Sem que haja esse contato no processo de formação, haveria nesse profissional um déficit desse estudo, lhe deixando sem repertório teórico-metodológico para atender as demandas dessa via que lhe chegassem à prática, tornando-o um profissional com abertura para a propagação de discursos e atitudes atreladas novamente ao conservadorismo, bem como sem visão crítica do contexto geral e por consequência sem a capacidade de realizar efetivas intervenções na realidade daquele indivíduo, além de que muito provavelmente agiria de modo a divergir com os princípios do código de ética profissional e do PEP.

Haja vista o caráter de alinhamento da profissão com os movimentos sociais é necessário que ainda durante a graduação ocorra a aproximação dos discentes com as organizações e as pessoas que levantam as bandeiras referentes ao assunto, como por exemplo: a Marcha da maconha, que é um movimento social antiproibicionista que defende ideias progressista e que incorporam debates a cerca da regulamentação desse mercado de drogas consideradas ilícitas como estratégia para o fim da guerra contra as drogas.

Criar espaços onde indivíduos e instituições interessadas em debater a questão possam se articular e dialogar; Estimular reformas nas Leis e Políticas Públicas sobre a maconha e seus diversos usos; Ajudar a criar contextos sociais, políticos e culturais onde todos os cidadãos brasileiros possam se manifestar de forma livre e democrática a respeito das políticas e leis sobre drogas; Exigir formas de elaboração e aplicação dessas políticas e leis que sejam mais transparente, justas, eficazes e pragmáticas, respeitando a cidadania e os Direitos Humanos. O Coletivo Marcha da Maconha Brasil reafirma que suas atividades não têm a intenção de fazer apologia à maconha ou ao seu uso, nem incentivar qualquer tipo de atividade criminosa. As atividades do Coletivo respeitam não só o direito à livre manifestação de ideias e opiniões, mas também os limites legais desse e de outros direitos (BENTES, 2015, p. 96 apud MARCHA DA MACONHA, [2015]).

Faz-se necessário que o profissional compreenda quem sofre com essa criminalização, bem como as questões que fazem essa se consolidar e perdurar, afinal, a questão não é se os a gentes se segurança pública sabem ou não onde encontrar as pessoas em conflito com a lei, pois sendo agentes treinados para a execução desse tipo de tarefa, sim eles sabem quem são os traficantes de drogas, e respondendo a pergunta feita no tópico passado se a guerra é realmente contra as drogas ou não, lhes repondo, como já sabemos as drogas estiveram sempre presentes nas vidas dos seres humanos, porém, a criminalização gerou que um perfil que é de interesse de extermínio do Estado seja quem tem a posse dos comércios dessas substâncias, a população periférica e preta, sendo então esse processo de criminalização uma condição de controle social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos realizados para a composição desse artigo e da observação feita sobre o assunto ter seu repertório pouco explorado durante a graduação, mas que se faz extremamente presente no campo de atuação dos profissionais considero que o debate sobre a legalização das drogas é de extrema importância e deve ocorrer na academia de forma cotidiana, através de metodologias que incentivem a efetiva participação dos e das estudantes, através de rodas de conversa, eventos dedicados ao tema, produção de materiais expositivos, criação de espaços onde possa haver o estudo e o debate de materiais audiovisuais, sugestão de leituras e principalmente a construção de um ambiente de diálogo seguro onde os participantes se sintam confortáveis em apontar suas dúvidas e contribuir para a retirada de dúvidas dos demais participantes, bem como a realização de troca de experiências com profissionais e estudantes de outras áreas que também lidam diretamente com as expressões das questões sociais, como a psicologia e a pedagogia, que são com quem também dividimos os campos de atuação são medidas para incorporar essas discursões durante a graduação.

Diante disso, tais medidas se fazem necessárias por serem grandes contribuintes para a formação de um profissional com capacidade de análise e pensamento crítico da realidade, além de serem práticas que promovem de forma efetiva a aproximação com o tema e com os instrumentos de intervenção que se estão disponíveis e que se fazem necessários na atuação, viabilizam que os estudantes tenham acesso ao referencial teórico-metodológico possibilitando a sistematização e a garantia da qualidade de atendimento aos usuários.

A realização dessas práticas com o objetivo de formar profissionais críticos é uma excelente estratégia para o combate ao conservadorismo que ainda por muitas vezes apresenta constante tendência de se fazer presente na profissão, sendo que quando assim ocorre, mais próximo encontra-se o indivíduo da gênese conservadora da profissão e indo de

encontro ao choque com as unidades federativas, ao código de ética e o projeto ético político profissional, que é o caminho o qual objetivamos não percorrer.

6. REFERÊNCIAS:

ABRAMIDES. Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2019.

ALBUQUERQUE. Cintia. et. al. A QUESTÃO DAS DROGAS E O SERVIÇO SOCIAL: entre o conservadorismo e a defesa dos direitos de cidadania dos usuários de drogas. *In: VII Jornada internacional de políticas públicas*. 2015, Maranhão.

BRASIL. LEI 8.742/93, de 07 de dezembro de 1993 **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidente da república. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acessado em: 08 de abril de 2023.

DOMENICI. Thiago e BARCELOS. Iuri. Negros são mais condenados por tráfico e com menos drogas em São Paulo. **Publica**, São Paulo, 06 de Maio de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/05/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-em-sao-paulo/>. Acessado em: 05 de Maio de 2023

CFESS. **REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO LEI Nº 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993**. Link de acesso: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf. Acessado em 07 de abril de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social**. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acessado em: 08 de abril de 2023.

COUTI. Carlo. A química do mal. **Galileu**, Resende, 29 de Março de 2016. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2016/03/conheca-tragica-historia-do-uso-de-drogas-nas-frentes-de-batalha.html>. Acessado em: 07 de abril de 2023

FAZIO. Gabriel. **A relação do serviço social com a questão das drogas**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista. São Paulo. p. 50. 2019.

MARTINEZ. Sabrina; ALMEIDA. Marcia e PINTO. Angelo. Alucinógenos naturais: um voo da europa medieval ao brasil. **Química nova**, Rio de Janeiro, V.32, N.9, p. 2501-250, Set. 2009.

BENTES. Isabela. Ponham as cartas na mesa e discutam essas leis: a luta pela legalização da maconha no Brasil. **Argumentum**, Vitória - ES, V.07, N.1, p. 93-107, Jan/jun. 2015.

O PREVENTIVO AMPLIADO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A CONSULTA MULTIPROFISSIONAL NA RESIDÊNCIA EM ATENÇÃO BÁSICA, SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

Ariele França de Melo³³

Adauto Vinicius Moraes Calado³⁴

Sarah Mikaelly Ferreira e Silva³⁵

Resumo: O exame Papanicolau ou Preventivo é um dos principais métodos na prevenção do Câncer do Colo do Útero. Assim, este trabalho objetivou relatar a experiência do preventivo ampliado desenvolvido de forma multiprofissional por residentes de enfermagem e serviço social durante as consultas compartilhadas para a coleta citopatológica no ambulatório do programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica, Saúde da Família e Comunidade da UERN no município de Mossoró/RN em 2022. O presente estudo alcançou o objetivo proposto e proporcionou uma experiência satisfatória com possibilidade de ser reproduzida nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

Palavras-chave: Exame Papanicolau. Enfermagem. Serviço Social. Equipe Multiprofissional. Assistência Integral à Saúde.

1. INTRODUÇÃO

O câncer do colo do útero (CCU) constitui um grave problema de saúde pública em países em desenvolvimento. No Brasil, ele é o terceiro tipo de câncer mais incidente entre as mulheres e o número estimado de casos novos desse câncer para cada ano do triênio de 2023 a 2025, é de 17.010, o que corresponde a um risco estimado de 15,38 casos a cada 100 mil mulheres (INCA, 2022).

Este câncer é causado, principalmente, pela infecção persistente do Papilomavírus Humano (HPV), especialmente os tipos oncogênicos 16 e 18, sendo esta infecção responsável por cerca de 70% dos cânceres cervicais. É transmitido sexualmente, portanto, sua prevenção primária envolve o uso de preservativos e vacinação contra HPV, além das ações de promoção à saúde; já a sua prevenção secundária condiz com a realização de

³³Assistente Social Especialista em Atenção Básica, Saúde da Família e Comunidade (UERN). E-mail: arieless.19@gmail.com.

³⁴Enfermeiro Especialista em Atenção Básica, Saúde da Família e Comunidade (UERN), Residente em Saúde Mental Coletiva (ESP-CE). E-mail: vinicius.morais2396@gmail.com.

³⁵Enfermeira Especialista em Auditoria em Serviços de Saúde. Residente do programa de Residência em Atenção Básica, Saúde da Família e Comunidade (UERN). E-mail: sarahesavio@hotmail.com.

diagnóstico e detecção precoce, por meio da coleta do exame Papanicolaou (INCA, 2017), também conhecido como exame para coleta de preventivo.

O CCU pode ocasionar sangramento vaginal, secreção anormal e dores abdominais, relacionado a condições intestinais e urinárias em casos mais avançados (BRASIL, 2013). Vale salientar que a história do câncer do colo do útero, na maioria das vezes, apresenta um extenso período de lesões precursoras, assintomáticas, sendo curáveis na quase totalidade dos casos quando tratadas adequadamente, o que reforça a importância do diagnóstico precoce com a realização do exame citológico do colo uterino (INCA, 2016).

O rastreamento de lesões precursoras foi implementado de forma regular nos serviços públicos de saúde do país desde a década de 1990, como estratégia de detecção precoce através da coleta de material no exame citopatológico papanicolaou (IBGE, 2015).

O CCU é facilmente diagnosticado e é considerado prioridade na rede de saúde pública no Brasil, por sua importância epidemiológica. Os conjuntos de programas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde (MS) têm como objetivo promover a saúde da mulher no combate ao câncer uterino, com ações de promoção da saúde atuando sobre os fatores determinantes sociais, diminuição dos fatores de risco principalmente relacionados ao contágio pelo HPV, detecção precoce e sistemas de informação (BRASIL, 2012).

De acordo com o INCA (2016), as ações do Programa de Controle do Câncer de Colo do Útero foram integradas no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher na década de 80, mas somente aderidas pelo Instituto Nacional de Câncer na década de 90, a partir desse momento essas ações começaram a ser coordenadas pelo então Instituto Nacional do Câncer José de Alencar Gomes da Silva (INCA). Foram realizados projetos que visam à redução de incidência dos casos de câncer, avanços na padronização dos laudos, maior cobertura do exame, informações e recursos.

No ano de 1998 foi implantado pelo Ministério da Saúde um projeto piloto conhecido como Programa Viva Mulher, com adoção de modelos assistenciais para a estruturação da rede assistencial, Estratégia de Saúde da Família (ESF). Esse programa propõe a captação das mulheres através de programas de promoção e prevenção e contínua capacitação dos profissionais nele inseridos. Associado ao Programa Viva Mulher, estabeleceu-se um Sistema de Informação do Câncer do Colo de Útero e Mama (SISCOLO) em parceria com DATASUS, que permite a entrada de dados de quanto a população alvo está sendo atingida por essas referidas patologias (INCA, 2016).

O papanicolau é um método utilizado para diagnosticar o câncer do colo do útero e deve ser realizado durante a consulta de enfermagem ou agendado para este fim na própria Unidade Básica de Saúde. Este exame possui como público-alvo mulheres de 25 a 64 anos que já iniciaram a atividade sexual. O procedimento deve ser indolor, de baixo custo e eficaz, sendo realizado mediante coleta de material citológico da parte externa do colo uterino

(ectocérvice), com auxílio da espátula de ayres, e da parte interna do colo (endocérvice), com o auxílio da escova endocervical (BRASIL, 2013).

O exame papanicolau tem como principal função diagnosticar o CCU, porém essa não é a única doença a ser detectada. Além do câncer cervical, o exame preventivo pode identificar o HPV e algumas Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), já que o exame citopatológico permite identificar a presença de verrugas e lesões no aparelho reprodutor feminino. (TEIXEIRA; BRITO; BORGES, 2021).

Os fatores responsáveis pela não adesão ao exame Papanicolau e consequente altos níveis de câncer cérvico-uterino, no Brasil, se devem à insuficiência de recursos humanos e de materiais disponíveis na rede de saúde para prevenção, diagnóstico e tratamento; utilização inadequada dos recursos existentes; má articulação entre os serviços de saúde na prestação da assistência nos diversos níveis de atenção; indefinição de normas e condutas; baixo nível de informações de saúde da população em geral; insuficiência de informações necessárias ao planejamento das ações de saúde e demora no recebimento dos resultados (RIBEIRO et al. 2019).

Dessa forma, destaca-se a atuação da equipe de saúde multiprofissional da ESF, que desenvolve suas atividades levando em consideração o contexto histórico, cultural e social de usuários/as. Para que o cuidado se efetive, é necessário o fortalecimento de vínculos, através das trocas de saberes, uso de linguagem acessível, além do incentivo às condutas que vão ao encontro da saúde e da problematização daquelas que implicam negativamente na qualidade de vida (ACOSTA et al., 2017).

Portanto, o trabalho multiprofissional nas ações de saúde integral da mulher é imprescindível. Profissionais como os/as assistentes sociais por exemplo, conseguem contribuir de forma satisfatória nas consultas para coleta de prevenção em conjunto com a equipe de enfermagem, em especial porque elementos como a cultura, as condições socioeconômicas e as relações familiares necessitam ser levados em consideração para uma melhor condução dos cuidados em saúde (STIEVEN; PELLEGRINI; CASARIN, 2021).

Assim, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência do preventivo ampliado desenvolvido por residentes de enfermagem e serviço social durante as consultas compartilhadas entre estas duas categorias profissionais para a coleta de exames citopatológicos no serviço ambulatorial do programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica, Saúde Família e Comunidade da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) em parceria com a prefeitura municipal de Mossoró/RN.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência sobre a atuação multiprofissional em consultas ginecológicas compartilhadas para coleta do exame papanicolau, que aconteceram a partir da atuação conjunta entre profissionais residentes de serviço social e de enfermagem do programa de pós-graduação em Residência Multiprofissional em Atenção Básica, Saúde da Família e Comunidade (RMABSFC) da UERN em Mossoró/RN no ano de 2022.

Durante os atendimentos foram utilizados alguns instrumentos que nortearam as consultas e auxiliaram no registro das informações de cada paciente de forma adequada. Entre os instrumentos, destacamos a ficha de acolhimento multiprofissional de saúde sexual e reprodutiva, que tem como objetivo proporcionar um direcionamento mais ampliado e instigar reflexões de acordo com a individualidade de cada sujeito.

A consulta compartilhada se deu mediante a observação, por parte da equipe de enfermagem, acerca de algumas situações de violências relatadas por pacientes que procuravam realizar o exame preventivo. Desta forma, estas consultas se revelaram como sendo um espaço propício para diversas intervenções multiprofissionais, em especial aquelas relacionadas às demandas sociais, econômicas e/ou familiares, das quais os/as profissionais assistentes sociais estão qualificados/as para intervir e contribuir.

3. PREVENTIVO AMPLIADO: o trabalho multiprofissional em consultas para coleta do exame preventivo

A saúde reprodutiva é a pedra fundamental do desenvolvimento humano, tanto individual como social, e as autoridades públicas, estejam ou não envolvidas na prestação de serviços diretos, têm a responsabilidade de assegurar o direito à saúde reprodutiva a homens, mulheres, adolescentes e crianças, além de garantir serviços de qualidade que possibilitem a efetivação da saúde sexual e reprodutiva (OPAS/OMS, 1998)

Historicamente, no Brasil, as mulheres estão inseridas em diferentes contextos de desigualdades de gênero promovida pela cultura patriarcal que se faz bem presente na maioria das relações sociais. Em situações de violência contra a mulher, por exemplo, Cisne e Santos (2018, p. 70) afirmam que “as mulheres não possuem autonomia sobre o corpo e a vida, porque não são valorizadas e respeitadas socialmente”. Dessa forma, a própria saúde sexual e reprodutiva feminina também se tornou motivo de interesse para manutenção dessa dominação machista, a qual por muitas vezes limitou a utilidade das mulheres apenas para fins de procriação.

Assim, muitos são os estigmas sociais associados ao ciclo menstrual, gestação, parto, puerpério e à amamentação, que na maioria das vezes tendem a prejudicar, direta e indiretamente, a vida e a saúde das mulheres como um todo, especialmente no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva, visto que em inúmeras vezes as mulheres não

compreendem a sexualidade como algo fundamental para o seu próprio prazer e bem-estar, além de serem constantemente submetidas a viverem e compreenderem o próprio ato sexual como sendo apenas para satisfação dos desejos sexuais de seus companheiros. Contudo,

a perspectiva feminista compreende que deve ser assegurada a autonomia tanto da esfera sexual quanto reprodutiva. Isso permite relacionar essas duas dimensões às várias outras da vida social. O direito à autonomia das mulheres permite o rompimento com a visão conservadora da associação intrínseca entre sexualidade e reprodução. O que se observa é a importância do rompimento de regras e tabus que têm como premissa controlar e reprimir as experiências das mulheres em relação a sua sexualidade e reprodução (LISBOA; PEREIRA, 2023, p. 102).

Portanto, em meio a esta realidade, é possível perceber como são perpetuadas as desigualdades de gênero e em como a figura feminina neste cenário foi reduzida aos cuidados domésticos e reprodutivos, além de ser a principal responsável pelo bem-estar de cônjuges e filhos antes de seu próprio autocuidado. Deste modo, entre as principais consequências que atingem a mulher brasileira, está a precariedade dos cuidados em saúde que refletem em todos os aspectos da vida.

Na década de 1980, com o avanço dos ideais do projeto de reforma sanitária brasileira, algumas conquistas aos poucos passaram a apresentar melhorias na garantia de direitos sociais fundamentais, inclusive para a saúde da mulher nesta sociedade. Em 1984, por exemplo, houve a implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (BRASIL, 2004). Contudo, as principais vitórias vieram mediante a promulgação da Carta Magna, isto é, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) e, obviamente, com a concretude do Sistema único de Saúde (SUS). Neste contexto de propagação da saúde de forma ampliada, os determinantes sociais de saúde passaram a ganhar um maior destaque nas discussões a respeito de como “os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico [...]” entre outros (BRASIL, 1990).

É importante destacar aqui a importância de considerar, para esta discussão, a adoção do conceito de saúde em sua forma ampliada, o qual, nas palavras de Frigo et.al é “um fenômeno abstrato, que envolve modos de ser e produzir e/ou recriar a vida em sua singularidade e multidimensionalidade” (2016, p. 1301). Portanto, não são considerados apenas os fatores biológicos ou apenas a ausência de doenças como marcadores de saúde, visto que todo o meio social e ambiental em que as pessoas estão inseridas contribuem para seus níveis de saúde.

Foi então que nasceu, neste panorama da sociedade brasileira, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) no ano de 2004. E, entre suas diretrizes, destaca-se que

As práticas em saúde deverão nortear-se pelo princípio da humanização, aqui compreendido como atitudes e comportamentos do profissional de saúde que contribuam para reforçar o caráter da atenção à saúde como direito, que melhorem o grau de informação das mulheres em relação ao seu corpo e suas condições de saúde, ampliando sua capacidade de fazer escolhas adequadas ao seu contexto e momento de vida; que promovam o acolhimento das demandas conhecidas ou não pelas equipes de saúde; que busquem o uso de tecnologia apropriada a cada caso e que demonstrem o interesse em resolver problemas e diminuir o sofrimento associado ao processo de adoecimento e morte da clientela e seus familiares (BRASIL, 2004, p. 64-54).

Desta forma, é admissível observar que as ações para o acompanhamento da saúde sexual e reprodutiva feminina proporcionam e incentivam práticas de acompanhamento multiprofissional, visando a articulação de “profissionais capazes de prestar atenção integral e humanizada às pessoas, que saibam tomar decisões considerando o contexto em que vivem os pacientes, as medidas mais eficazes e os recursos disponíveis” (PEDROSA; SPINK, 2011, p. 126)

As consultas para coleta de exame citopatológico assim, se apresentam como um abastado espaço para identificação de diversas formas de violências contra a mulher, além do rastreio de inúmeras outras violações de direitos fundamentais na realidade familiar e comunitária em que esta se encontra. Neste caso, se faz necessário esse cuidado, principalmente, quando a mulher procura os serviços de saúde, tendo em vista que essa busca pode significar também um alerta para os profissionais a respeito de violências que possam estar acontecendo com esta paciente (PEDROSA; SPINK, 2011).

Contudo, em muitas situações, o público que chega no serviço para realizar o exame citopatológico de rotina acaba sendo atendido de forma fragmentada, pois a lógica ainda difundida nos serviços de saúde brasileiro se atenta apenas a coleta, quando na verdade os profissionais de saúde deveriam fazer deste um momento de escuta qualificada, diálogos e educação em saúde.

Logo, é neste sentido que o atendimento compartilhado foi pensado como estratégia que busca potencializar de forma interdisciplinar os conhecimentos relacionados à saúde sexual e reprodutiva. Dessa maneira, a gama de saberes permite um olhar mais ampliado tanto sobre as funções biológicas do sistema reprodutor, quanto sobre a importância do planejamento familiar e da qualidade das relações sexuais como elementos que contribuem para o bem-estar integral de cada pessoa.

Além disso, em um atendimento compartilhado para coleta de preventivo, as discussões interprofissionais possibilitam com mais eficácia a identificação e os possíveis encaminhamentos em caso de violências contra a mulher de forma menos burocratizada, mediante articulação com a rede socioassistencial, qual seja possível mais agilidade e acolhimento às vítimas.

Assim, foi por meio das circunstâncias anteriormente mencionadas que se pensou a atuação multiprofissional entre serviço social e enfermagem para a realização dos atendimentos compartilhados nas consultas para coleta de exame preventivo no ambulatório geral da Faculdade de Enfermagem (FAEN) da UERN em Mossoró/RN. Vale ressaltar que este serviço funciona semanalmente em horário noturno em dias de terças-feiras e quintas-feiras das 18h às 21h, mediante prévio agendamento. Este horário foi pensado para alcançar aquelas pessoas que não conseguem acessar os serviços de saúde em horário comercial devido ao trabalho ou a outros motivos que os impedem de frequentar suas Unidades Básicas de Saúde de referência durante o dia.

Durante o período crítico em que a pandemia ocasionada pela COVID-19 perdurou, o ambulatório da FAEN precisou suspender suas atividades no decorrer dos anos de 2020 e 2021. Por consequência, no ano de 2022, com a crise pandêmica já melhor controlada, houve a possibilidade de continuar os serviços que anteriormente eram ofertados à população neste espaço. Contudo, foram pensadas em novas estratégias que contribuíssem e proporcionassem atendimentos ainda mais completos e multiprofissionais.

Entre as principais mudanças, a ideia do preventivo ampliado ganhou destaque, visto que antes era realizado apenas por profissionais da enfermagem e agora passa a ser acompanhado também por profissionais assistentes sociais, especialmente porque se tem o entendimento de que a saúde sexual e reprodutiva possibilita aos profissionais de saúde intervenções diversas que estão além das razões que levaram os/as usuários/as a buscarem pelo serviço.

Deste modo, a participação do serviço social em consultas compartilhadas para coleta do exame citopatológico passou a contribuir fortemente no processo de ampliação dos direitos sociais e da cidadania do público atendido, especialmente porque a profissão reconhece “a liberdade como valor central, a qual corresponde a sua dimensão política em favor da equidade e da justiça social” (SILVA, 2017, p. 3).

Isso posto, surgiu então a necessidade de realizar o planejamento entre as duas categorias profissionais supracitadas para o estabelecimento de parâmetros que norteassem as consultas compartilhadas. Diante disso é que se foi adotado, em todos os atendimentos, a ficha de acolhimento multiprofissional de saúde sexual e reprodutiva, elaborada anteriormente por residentes de serviço social e enfermagem que concluíram suas atividades neste programa de pós-graduação ainda no ano de 2021.

Este instrumento nos permite coletar informações essenciais e mais aproximadas da realidade em que cada paciente encontra-se, tendo em vista que para o alcance de uma adequada saúde sexual e reprodutiva, se faz necessário que elementos socioeconômicos também sejam levados em consideração a todo momento. Assim, antes do início da consulta, quando o/a usuário/a adentra o consultório, tem-se inicialmente uma breve apresentação do

que é o preventivo ampliado e o porquê da participação do serviço social neste momento, seguido de um diálogo aberto e horizontal explicando e aplicando a ficha multiprofissional. Ao final, ao ser constatada a necessidade de alguma outra demanda ou encaminhamento, são realizadas as devidas orientações.

A ficha de acolhimento multiprofissional de saúde sexual é então utilizada por ser um instrumento que melhor consegue se aproximar da realidade do público alvo de uma forma mais integral, em especial porque permite aos profissionais reflexões relevantes, mas que geralmente tendem a não serem associados como elementos que contribuem para o adoecimento.

Obviamente que só o instrumento por si mesmo não é capaz de apresentar todas as situações do cotidiano trazidas em cada consulta, e por isso a necessidade de que este seja utilizado por profissionais capacitados e que não se prendam simplesmente ao roteiro sugerido. Além disso, o conhecimento intersetorial da rede é fundamental, visto que também é papel dos profissionais orientarem corretamente, ou o mais próximo que conseguirem, sobre os serviços pelos quais necessitarão encaminhar o público atendido.

É válido mencionar que as consultas de preventivo ampliado neste ambulatório são deliberadas para todas as pessoas com útero, inclusive aos homens trans conforme orienta as diretrizes preconizadas na Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais mediante a Portaria Federal no 2.836, de 1º de dezembro de 2011, entendendo ser este um público muito atingido pela discriminação nos espaços de saúde e estarem, portanto, mais vulneráveis à doenças como o CCU. Com a finalidade de embasar essa informação, é possível constatar nos estudos de Araújo et. al (2021) a existência de constantes obstáculos a serem enfrentados pelos homens trans no processo de prevenção e rastreio do CCU, estes são permeados por diversos desconfortos mediante a prevalência de uma cultura preconceituosa que exclui pessoas dos serviços de saúde.

No que concerne ao momento das consultas, inicialmente, para condução do acolhimento e aplicação da ficha multiprofissional, participavam dois profissionais de enfermagem e um profissional do serviço social. Apesar do sobressalto inicial dos/das pacientes ao encontrarem tantos profissionais para a coleta de um exame um tanto quanto constrangedor, ao explicarmos sobre o preventivo ampliado, a grande maioria se acalmava e participava mais tranquilamente, inclusive no que diz respeito às respostas de perguntas mais íntimas como a frequência de orgasmos e se estavam satisfeitos/as com a sua vida sexual por exemplo.

Posteriormente, já no momento da coleta do material citopatológico, o/a assistente social se retirava da sala com a intenção de deixar o/a paciente mais tranquilo/a e para que o exame fosse realizado de forma mais ágil, e, justamente por isso, permaneciam no consultório os dois enfermeiros, tendo em vista que a ideia é que um auxilie o outro nesta etapa. Ao final,

todos os profissionais se reuniam novamente para discussão multiprofissional de cada atendimento e registro em conjunto dos prontuários.

Destarte, é fundamental destacar que, a partir da atuação do serviço social durante o ano de 2022 neste serviço em conjunto com a enfermagem, nos foi possível identificar diversas situações de violências, dentre elas a violência autoprovocada, inúmeros históricos de violência física, sexual e psicológica, além da fragilidade dos vínculos familiares e comunitários apresentadas por muitos/as pacientes. Tudo isso em um contexto social de sobrecarga emocional, insuficiência de renda, desemprego e/ou vínculos de trabalhos precarizados.

Sobre as demandas de violência, estas possibilitaram e oportunizaram diálogos sobre os tipos de violência, pois ainda se perpetua socialmente a ideia de que só é violência se tiver agressão física, o que acaba desconsiderando totalmente as violências moral, patrimonial e psicológica. No que diz respeito a violência sexual, foi possível apresentar a alguns usuários/as que esta não acontece somente em casos de estupro praticado por pessoas desconhecidas por exemplo, mas que esta encontra-se presente também nas relações amorosas nas quais exista a pressão de apenas um lado para que ocorra o ato sexual sem que a outra pessoa esteja com vontade.

Por fim, neste contexto então, “a negação do direito das mulheres à autonomia sobre o próprio corpo reflete uma estrutura patriarcal, apropriada pelo capitalismo, sobre a qual as relações sociais se constroem” (CARLOTO; DAMIÃO, 2018, p. 307). Assim, cada mínimo direito conquistado deve ser caracterizado e compreendido como sendo resposta dos movimentos femininos contra o controle da sexualidade e reprodução imposto pelo patriarcado (WENCZENOVICZ; MAIA, 2022).

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se reforçar a relevância do Câncer de Colo do Útero para a saúde pública mundial e como a prevenção mediante o exame ginecológico pela Coleta Citopatológica se faz necessária para a redução dos agravos por meio de intervenções precoce.

Além disso, o presente estudo relatou uma experiência exitosa de Atendimento Multiprofissional que permite um olhar ampliado da saúde das pessoas com útero para além da coleta citológica, direcionando o atendimento para outras perspectivas históricas e culturalmente ignoradas nos serviços de saúde.

Não obstante, vale ressaltar a importância da equipe multiprofissional, destacando aqui, para fins deste trabalho, os/as profissionais assistentes sociais na realidade das equipes de Saúde da Família, uma vez que os territórios em que estão localizadas as unidades básicas

de saúde apresentam constantes situações de negações e violações de direitos que reverberam diretamente nas condições de saúde das populações que procuram os serviços disponibilizados.

Pode-se afirmar, portanto, que o presente estudo alcançou o seu objetivo de relatar uma experiência com possibilidade de ser reproduzida nos diversos espaços e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), permitindo uma maior integralidade e equidade no cuidado dos sujeitos assistidos, contribuindo, assim, para uma melhor consolidação do SUS enquanto política pública de qualidade.

5. REFERÊNCIAS

ACOSTA, D. F. *et al.* Vivenciando o exame papanicolau: entre o (não) querer e o fazer. **Rev. enferm.** [on line], v. 11, n. 8, p. 3031-3038, 2017.

ARAÚJO, J. M. da S.; SANTOS, M. M. G. .; SILVA, R. S. da .; MARTINS, M. de C. V.; GALLOTTI, F. C. M. . Pap smear and cervical cancer in transgender men: integrative review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e17010212342, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12342. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12342>. Acesso em: 25 apr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Manual de gestão da qualidade para laboratório de citopatologia**. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Rio de Janeiro: INCA, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília, 2013. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_32.pdf. Acesso em 22 abril 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Controle dos cânceres do colo do útero e da mama** [Internet]. 2 ed. Brasília: DF, 2013. 124 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/control_canceres_colo_uterio_2013.pdf. Acesso em 22 abril 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações

CARLOTO, Cássia Maria; DAMIÃO, Nayara André. Direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 132, p. 306-325, ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.143>.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. 206 p.

FRIGO, Jucimar *et al.* A CONSULTA GINECOLÓGICA E SEU POTENCIAL PARA PRODUZIR A INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO EM SAÚDE. **Rev Enferm Ufpe On Line**, Recife, v. 4, n. 10, p. 1299-1306, abr. 2016. Mensal.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde 2013**: ciclos de vida: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Instituto Nacional de Câncer (INCA). **Controle do câncer do colo do útero**: Fatores de risco. Rio de Janeiro: INCA; 2017.

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do Câncer do Colo do Útero. Coordenação de Prevenção e Vigilância. 2. ed. **Rev. atual.** Rio de Janeiro: INCA, 2016. Disponível em: http://www.inca.gov.br/inca/Arquivos/Diretrizes_rastreamento_cancer_colo_uterio.pdf. Acesso em 22 abril 2023.

Instituto Nacional de Câncer. **Estimativa 2023**: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2022.

LISBÔA, Dalila Maria de Fátima; PEREIRA, Lucélia Luiz. Saúde Sexual e Reprodutiva de mulheres quilombolas do Goiás. **Argumentum**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 98-111, 24 abr. 2023. Universidade Federal do Espírito Santo. <http://dx.doi.org/10.47456/argumentum.v15i1.39001>.

Organização Pan-Americana da Saúde. Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS). **População e saúde reprodutiva** 25a Conferência Sanitária Pan-Americana, 50 a Sessão do Comitê Regional. Washington, D.C.; 1998.

PEDROSA, Claudia Mara; SPINK, Mary Jane Paris. A violência contra mulher no cotidiano dos serviços de saúde: desafios para a formação médica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 124-135, mar. 2011. Trimestral.

Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.– Brasília: Ministério da Saúde, 2004

RIBEIRO, A. M. N.; RIBEIRO, M. F. S.; COSTA, K. B.; OLIVEIRA, M. P. S.; LIMA, A. C. E.; CUNHA, M. A. P., *et al.* O papel do enfermeiro na prevenção do câncer do colo. **Braz J of Surgery and Clinical Research – BJSCR**, v. 27, n. 3, p.132-4, 2019.

SILVA, Livia Maria. DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS FEMININOS: reflexões ao trabalho do assistente social no âmbito dos serviços de saúde pública. In: II SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Ufsc, 2017. p. 1-10.

STIEVEN, Samantha Oliveira; PELLEGRINI, Tainara Bolsoni; CASARIN, Gabriela dal Forno. SAÚDE DA MULHER NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: a pesquisa e o trabalho multiprofissional como potencializadores do cuidado integral. In: I SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO SUL DO BRASIL - I SIMPÓSIO-SUL, 1., 2021, Chapecó/Sc. **Anais [...]**. S.L: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2021. v. 1, p. 1-6. Disponível em:

<https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/simpos-sul/article/view/15632/10502>. Acesso em: 24 abr. 2023.

TEIXEIRA, M. M. T. S.; BORGES, S. P. F.; BRITO, A. B. Desafios e aceitação do exame Papanicolau da mulher reclusa. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 6, n. 1, p. 87-100, 2021.

WENCZENOVICZ, Thais Janaina; MAIA, Noelen Alexandra Weise da. COVID-19 e as mulheres brasileiras: direitos sexuais e direitos reprodutivos entre a crise política e a crise sanitária. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 273-291, 14 jun. 2022. Semestral. UNESP - Universidade Estadual Paulista.
<http://dx.doi.org/10.5016/ridh.v10i1.91>.

A EDUCAÇÃO EM SAÚDE E A EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NOS 16º E 17º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS: EM QUAL PERSPECTIVA ESTAMOS PENSANDO E TRABALHANDO?

Cecília Nascimento Johnson³⁶

Resumo: O presente artigo, de natureza quali-quantitativa e caráter documental e bibliográfico, objetiva analisar como as categorias “Educação em Saúde” e “Educação Popular em Saúde” tem se expressado na produção de conhecimento do Serviço Social, a partir de análise aos anais das últimas edições do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorridas nos anos de 2019 e 2022.

Palavras-chave: Educação em saúde. Educação popular em saúde. Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

Nos termos de Martins *et al* (2007), “Educação em Saúde” pode ser definida como “formas de reunir e dispor recursos para intervir e transformar[...] condições objetivas, visando alcançar mais e melhor saúde.” (MARTINS; STAUFFER 2007, p.14). Através das ações educativas, podemos, individual ou coletivamente, transformar realidades e condições de saúde-doença. O Ministério da Saúde (2006) a define como:

Processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população [...]. Conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades. (BRASIL, 2006).

No âmbito da saúde e pensando nos modelos educativos tradicionais, é comum pensar que os profissionais de saúde são visualizados como os que “sabem” o detentores de todos os saberes e “donos” do conhecimento, enquanto que os pacientes (ou usuários) são os que serão educados, pessoas sem saberes. Contemporaneamente, o que vem se propondo, baseado nas perspectivas dialógicas, é o contrário. Procura-se, agora, construir espaços de reconhecimento, valorização e protagonismo de todos os indivíduos envolvidos.

³⁶ Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Residente no Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Escola Multicampi de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMCM/UFRN) cecilia.nascim@hotmail.com

Ultrapassando esta conceituação do Ministério da Saúde que, se for refletida criticamente, coloca nas mãos dos técnicos-trabalhadores-“detentores de saber” de saúde a tarefa de entregar ou transmitir os conhecimentos aos pacientes-usuários-“que precisam aprender e seguir a prescrição”, podemos pensar as ações de Educação em Saúde embasadas na valorização dos participantes envolvidos no processo de produção de saúde, construindo uma relação amigável entre os saberes científicos e os saberes populares. Assim, nos termos de Gomes e Merhy (2011), a educação popular em saúde busca não apenas a construção de uma consciência sanitária capaz de reverter o quadro de saúde da população, mas a intensificação da participação popular[...]” (GOMES; MERHY, 2011, p.11)

Paulo Freire, em sua obra “Pedagogia do Oprimido” (2013), nos chama atenção sobre os papéis do educando e do educador. A relação de diálogo, respeito, escuta e troca constroem o que pode ser entendido como “Educação Popular”: a inversão do modo de entender a vida e suas variadas dimensões, como o trabalho, as relações e a cultura, por exemplo. Abandona-se uma visão de mundo, caracterizada por Freire como “bancária” ou mercadológica, extremamente alienante, desumanizante e individualista - valores majoritariamente constituintes da forma burguesa de pensar e agir - por um modo diferente de enxergar o mundo.

Essas reflexões são oriundas do âmbito da educação mas podem ser levadas em conta na área da saúde pois, principalmente na Atenção Primária de Saúde (APS), trabalhamos com ações relacionadas a Educação em Saúde e Educação Popular em Saúde, desde os primeiros anos de Reforma Sanitária Brasileira, com o advento e promulgação da chamada “Constituição Cidadã”, de 1988, a criação e institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da Lei nº 8080, em 1990 e, ainda mais depois de 2013, quando foi instituída a Política Nacional de Educação em Saúde (PNEP-SUS). De acordo com Gomes e Merhy (2011),

A educação em saúde é, muitas vezes, entendida como um modo de fazer as pessoas do povo mudarem seus hábitos para assimilarem práticas higiênicas e recomendações médicas que evitariam o desenvolvimento de um conjunto de doenças. Entretanto, para os autores que se baseiam na educação popular, educar para a saúde é justamente ajudar a população a compreender as causas dessas doenças e a se organizar para superá-las (GOMES; MERHY, 2011, p.11).

Sabemos que a Atenção Básica ou Atenção Primária de Saúde é o *lôcus* principal onde atividades e ações de Educação em Saúde e Educação Popular em Saúde para a construção da promoção do cuidado e da prevenção em saúde, porém, todos os espaços de saúde e em todos os níveis, se abrem possibilidades para discussões de variadas temáticas que podem contribuir para ações que promovem bem-estar individual e comunitário.

Assistentes sociais, a partir de sua formação crítica, têm aparatos teórico-metodológicos e ético-políticos para trabalhar de forma crítica temas relacionados à saúde, seu conceito ampliado, seus condicionantes e à determinação social do processo saúde-doença.

Sabendo que o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) é um evento da maior importância para o Serviço Social, a partir disso, podemos analisar como as categorias “Educação em Saúde” e “Educação Popular em Saúde” vem sendo expressas, compreendidas e trabalhadas por assistentes sociais ou graduandas/os em Serviço Social. Se, de forma crítica, sob o aparato do Projeto Ético Político (PEP), de valorização do conhecimento e saberes populares, a favor da emancipação das classes subalternizadas e trabalhadoras ou se são, a partir de perspectivas mais tradicionais e não reformadas do pensamento não ampliado de saúde, coniventes com projetos conservadores. Aqui trabalharemos com as últimas duas edições do CBAS: a 16º e 17º, ocorridas em 2019 e 2022, respectivamente.

2 DESENVOLVIMENTO

Sobre os aspectos metodológicos, foi definida como primeira etapa a realização da seguinte pergunta de pesquisa: A categoria do Serviço Social discutiu “Educação em Saúde” e “Educação Popular em Saúde” nas duas últimas edições do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, acontecidas, respectivamente, em 2019 e 2022?

A partir disso, como segunda etapa, estabeleceu-se critérios de inclusão e exclusão para a leitura de trabalhos componentes dos Anais do 16º e 17º CBAS: os títulos, necessariamente, deveriam conter as palavras-chave “Educação em Saúde” e/ou “Educação Popular em Saúde”. Sendo excluídos para futuras leituras trabalhos que não abordassem a política de saúde.

Dessa maneira, a partir das ferramentas de pesquisa dos sítios eletrônicos que contém os anais das duas edições ou por meio da utilização do comando “CTRL + F” foram pesquisados trabalhos com as palavras-chave citadas.

Na 17º do CBAS, ocorrida em 2022, dentre 1293 trabalhos enviados ao evento, foram encontrados apenas 3 (três) trabalhos com o descritor “Educação em Saúde”, sendo um artigo e dois relatos de experiência. Já, sobre o descritor “Educação Popular em Saúde”, foi encontrado apenas 1 (um) trabalho, em sua natureza de artigo. Dessa forma, a porcentagem relativa aos descritores pesquisados representam apenas 0,30% dos trabalhos enviados.

Ao que se refere a 16º edição do CBAS, ocorrida em 2019, houve mais de 2000 envios de trabalho, sendo que trabalhos com o descritor “Educação em Saúde” contemplaram apenas 3 (três) trabalhos, sendo todos estes sendo de natureza artigo. Um outro trabalho, de natureza ‘revisão integrativa’ contemplou este e também o descritor “Educação Popular em Saúde”, representando apenas 0,20% dos trabalhos enviados a esta edição do Congresso.

Nas duas edições temas como pandemia de COVID-19 e desinformação em saúde; atenção básica e atenção primária de saúde; trabalho profissional em residências multiprofissionais em saúde; cuidados paliativos; Política Nacional de Humanização (PNH); enfrentamento ao HIV/Aids; envelhecimento e gerações se entrelaçaram com as temáticas da “Educação em Saúde” e da “Educação Popular em Saúde” e podem ser melhor analisadas abaixo:

2.1 DESCRITORES “EDUCAÇÃO EM SAÚDE” E “EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE”

- **Pandemia de COVID-19 e “desinformação” em saúde**

O artigo intitulado *“EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM TEMPOS DE COVID-19: REFLEXÕES A PARTIR DA INFODEMIA E DESINFORMAÇÃO EM SAÚDE”*, levantou a discussão das categorias “Educação em Saúde”, “pandemia de COVID-19” e “desinformação em saúde.” Trabalha as categorias utilizadas sob perspectiva crítica e marxista. Faz contextualização sócio-histórica e ético-política de como o Estado brasileiro - principalmente na gestão bolsonarista - conduziu as políticas de saúde em razão da pandemia de COVID-19.

A autora trabalha a categoria “Educação em Saúde a partir da visão dialógica”, ou seja, da troca entre os sujeitos trabalhadores, que detêm conhecimentos técnicos, assim como, também, dos sujeitos-usuários das políticas de saúde, com a valorização de seus conhecimentos populares. Para além disso, a pesquisa em questão traz a perspectiva que valoriza o/a assistente social como um profissional imprescindível na “horizontalização das ações socioeducativas dos direitos sociais dos usuários em cuidados paliativos”, o que faz com que todo o trabalho esteja de acordo com os fundamentos e princípios que regem um exercício profissional crítico, emancipador das classes subalternizadas e a favor da emancipação humana.

- **Trabalho e exercício profissional**

O relato de experiência intitulado *“EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA: UMA EXPERIÊNCIA EMANCIPATÓRIA E DIALÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL”* trouxe ao público as categorias “Educação em Saúde” e o “exercício profissional” de forma crítica. São realizadas contextualizações sobre o que vem a ser “Educação em Saúde” e como ela se expressou no passado, a partir de suas abordagens tradicionais”, antes de todos os movimentos relativos a Reforma Sanitária que aconteceram no Brasil e no mundo e, também, sob a perspectiva do “modelo dialógico”, pautado, principalmente, na obra do pensador Paulo Freire, que coloca “o usuário como protagonista da prática educativa”.

A partir da descrição e caracterização realizadas no âmbito de Unidades Básicas de Saúde, a autora relata experiências dialógicas realizadas por equipes de saúde da família, estratificando o trabalho realizado por assistente social e, subsequentemente, demarca que os/as profissionais envolvidos/as optaram por desenvolver trabalhos e ações pautados na troca, na valorização dos saberes populares e no tornar os usuários-pacientes sujeitos do processo de produção de saúde.

Já o relato de experiência “*SERVIÇO SOCIAL NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE: DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO EM SAÚDE*”, que também trabalha com a temática da “Educação em Saúde”, mas desta vez, especificando o trabalho realizado na residência multiprofissional, nos mostra que, já a partir da leitura da introdução do trabalho, podemos notar a opção em conceber a categoria “Educação em Saúde” de forma crítica, isto é, que dá contribuição ao processo de construção e desenvolvimento da autonomia dos sujeitos sociais.

Para a contextualização sócio-histórica, a autora traz a historicidade da promoção em saúde: caracteriza os momentos-chave da virada no âmbito conceitual das concepções que estavam dadas antes dos movimentos reformistas e sanitaristas: discute a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, que aconteceu em Ottawa, em 1986, assim como, traz a importância da Declaração de Alma-Ata para a Promoção de Saúde.

Na continuação da leitura do relato de experiência, a autora segue escolhendo optar por não utilizar modelos convencionais e tradicionais de concepção da “Educação em Saúde”. Discute participação social no processo de produção de saúde; caracteriza a educação como instrumento e meio que torna os sujeitos protagonistas de suas próprias histórias e adjetiva os espaços de produção de educação em saúde como criadores de diálogos e debates que aproximam usuários e profissionais de saúde, gerando confiança e identificação.

Da mesma forma que outros trabalhos, também traz a comparação conceitual e prática dos Modelo Tradicional de Educação em Saúde, que responsabiliza os indivíduos por seus históricos de saúde e seus comportamentos, assim como se baseiam em concepções apenas fisiológicas e biológicas para justificar condições de saúde-doença e, também, o Modelo Dialógico de Educação em Saúde, que prevê a integralidade dos sujeitos e a determinação social dos processos saúde-doença. Especifica o processo de trabalho e as ações desenvolvidas por assistentes sociais no âmbito da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade.

A autora relata que as ações realizadas priorizam ações coletivas, democratizadoras de conhecimentos e informações para a promoção de saúde: salas de espera; bingos temáticos; mito e verdade; uso de poesias e de outras artes; dinâmicas de grupos; perguntas e respostas e utilização de recursos audiovisuais.

- **Cuidados paliativos**

A pesquisa, de natureza 'artigo', *“EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E CUIDADOS PALIATIVOS: A/O ASSISTENTE SOCIAL COMO UM MULTIPLICADOR DESTA TEMÁTICA”*, entrelaça as categorias “Educação Popular em Saúde” e “cuidados paliativos.”

A partir da introdução do artigo, baseado em uma caracterização histórico-política das transformações concebidas nos movimentos reformistas da Constituição de 1988, podemos notar que a autora já concebe a categoria “Educação em Saúde” de forma não-convencional e tradicional. Discute o conceito ampliado de saúde; relaciona a saúde com o acesso às políticas econômicas e sociais, além de observar os princípios universalidade, integralidade e igualdade como marcos para a promoção, prevenção e reabilitação em saúde. Também, muito marcante no artigo é a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEP-SUS), direcionadora de “possibilidades de intervenção da/o assistente social” nos cuidados paliativos.

As autoras apontam a Atenção Básica, especificamente a Estratégia de Saúde da Família (ESF), como um *locus* importante para a efetivação da PNEP-SUS, que tem como eixos estratégicos: participação, controle social e gestão participativa; formação; comunicação e produção de conhecimento; cuidado em saúde; intersetorialidade e diálogos multiculturais (BRASIL, 2013).

No desenvolvimento do texto do artigo, quando as autoras abordam a categoria dos “cuidados paliativos”, destaca-se a importância do vínculo e do contato longitudinal para o tratamento das condições crônicas. E estes caracteres, são construídos de diversificadas formas, uma delas pautando-se na Educação Popular em Saúde que, a partir da “desmistificação” dos Cuidados Paliativos, constroem caminhos de promover, criar e construir autonomia, informação, conhecimento e a própria produção de saúde. Para além disso, caracteriza a/o assistente social como um “educador social em Cuidados Paliativos” que, baseado em seu Projeto Ético Político (PEP), contribui com os “processos emancipatórios, objetivando a construção de processos democráticos a partir da apreensão da realidade vivida”.

As ações realizadas envolveram a promoção da compreensão dos direitos sociais dos/as pacientes e de suas famílias; promover participação ativa na elaboração das Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV).

- **Política Nacional de Humanização (PNH) e Acolhimento**

O artigo *“EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS NO ACOLHIMENTO DA POLICLÍNICA PIQUET CARNEIRO (PPC)”* relacionou as categorias “Educação em Saúde”, “ações socioeducativas” e “acolhimento.”

Destrincha, resumidamente, a trajetória social, histórica e política da saúde brasileira desde a promulgação da Constituição de 1988, passando pelas gestões de Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva, Michel Temer e os primeiros meses da gestão Jair Bolsonaro, trazendo sempre os atravessamentos negativos da agenda neoliberal para o centro do debate no âmbito das políticas sociais e públicas. Discute a Política Nacional de Humanização (PNH) e o conceito de “Acolhimento”, evidenciando a imprescindibilidade do “acolher” como uma necessidade para os serviços de saúde e para os espaços de Educação em Saúde.

Muito interessante, também, é que as autoras trabalham a categoria da “Dimensão Pedagógica” do Serviço Social: esta dimensão se relaciona bastante com a promoção de saúde, com a prevenção e com a reabilitação, pois podendo trabalhar os variados determinantes sociais da saúde-doença, consegue contribuir com o desenvolvimento de espaços educativos de mudança, mesmo que mínimas, da realidade social do/as usuários/as.

As ações realizadas envolveram as salas de espera; a produção e organização de materiais educativos; articulação com outros setores propiciando o trabalho em equipe.

- **Enfrentamento do HIV/Aids e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)**

O artigo “*EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DO HIV/AIDS: ALGUMAS REFLEXÕES*”, trabalhou as categorias “Educação em Saúde” e “enfrentamento ao HIV/AIDS”.

Neste artigo, faz-se, primeiramente, uma contextualização epidemiológica dos dados estatísticos referentes ao Brasil, denotando que as regiões Norte e Nordeste do país apresentam grande crescimento de casos da epidemia de HIV/Aids. Assim, as autoras enfatizam que tem ocorrido uma “interiorização” da condição de saúde e que uma ferramenta para tentar conter o seu crescimento perpassa as ações de Educação e Promoção de Saúde.

O entendimento da HIV/Aids é encarada sem tabus, preconceitos e mistificações, contemplando um dos princípios do Código de Ética do Assistente Social: “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.” (CFESS, 1993, p.24).

Da mesma forma, entende-se a “Educação em Saúde” como um processo importante para o acesso e a produção de saúde, de forma integral, intersetorial e equitativa, não optando ético-politicamente por ações que apenas “transmitem” informações, mas que, ao contrário, envolvem todos e todas partícipes em sujeitos da própria saúde e da saúde do outro, no modelo dialógico de compreensão e prática da educação em saúde.

As ações realizadas podem ser abordadas dentro da família, na escola, no trabalho ou em qualquer *lôcus* comunitário.

- **Gerações e envelhecimento**

O artigo “*EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA UMA VELHICE BEM SUCEDIDA*” trabalha com as categorias “Educação em Saúde” e “Envelhecimento”, mostra uma caracterização conceitual sobre a categoria “envelhecimento”, sobre atual “transição demográfica e epidemiológica” às quais o Brasil vem passando e traz os atravessamentos das chamadas Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNT), que para além das determinações biológicas, escancaram a força dos determinantes sociais que perpassam os indivíduos e as coletividades.

A “Educação em Saúde” aqui é abordada em relação a estes determinantes sociais: será que ter acesso à renda digna, alimentação, habitação e moradia de qualidade, a educação básica e superior, a atividades físicas e ao lazer e a cultura se relaciona com os processos saúde-adoecimento? Com a leitura do texto completo da autora, podemos entender que sim.

Desta forma, o conceito ampliado de saúde, pautado na integralidade do ser e da sociedade se mostram fundamentais para entender os processos de envelhecimento e como os serviços de saúde podem atuar a favor da construção e produção da saúde.

- **Práticas, saberes e valorização dos conhecimentos populares**

Por último, o trabalho de natureza ‘revisão integrativa’, intitulado “*PANORAMA SOBRE O SABER E A EXPERIÊNCIA POPULAR NAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA*” traz as categorias “Educação em Saúde”, “Educação Popular em Saúde” e “Cidadania”.

A introdução do trabalho já começa demonstrando a relação e articulação da educação e da saúde, a partir da valorização dos conhecimentos populares. Há no corpo do texto, a ênfase na obra do pensador e educador Paulo Freire e como a educação popular pode direcionar as ações de saúde pública, através da produção de protagonismo, vínculo, valorização dos indivíduos e de seus saberes e do processo educativo construídos entre educador e educando.

A autora perpassa a vida, a obra - principalmente a intitulada “Pedagogia do Oprimido” - e a contribuição freireana para as práticas de educação popular em saúde realizada na saúde coletiva e no Sistema Único de Saúde.

Quadro 01 - Quadro analítico dos trabalhos contidos nos Anais das 17º e 16º edições do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS):				
Trabalho:	Natureza:	Edição do evento/ano	Temáticas:	Autor/as:
EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM TEMPOS DE COVID-19: REFLEXÕES A PARTIR DA INFODEMIA E DESINFORMAÇÃO EM SAÚDE	Artigo	17º/2022	Educação em Saúde, pandemia de COVID-19 e desinformação em saúde.	Maria José Da Silva
EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA: UMA EXPERIÊNCIA EMANCIPATÓRIA E DIALÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL	Relato de experiência	17º/2022	Educação em saúde e exercício profissional.	Elaine C. Feitosa Pinto e Raquel Freitas Silva Nunes
SERVIÇO SOCIAL NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE: DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO EM SAÚDE	Relato de experiência	17º/2022	Educação em saúde e exercício profissional.	Marianne Dos Santos Pereira, Nayrana Kelly De Sousa Araújo, Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger e Sâmia Luiza Coelho Da Silva
EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E CUIDADOS PALIATIVOS: A/O ASSISTENTE SOCIAL COMO UM MULTIPLICADOR DESTA TEMÁTICA	Reflexão teórica	17º/2022	Educação Popular em Saúde e cuidados paliativos.	Marinara Melo Da Silva, Patrícia De Paula Barros Moraes e Raquel Da Silva Amorim
EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS NO ACOLHIMENTO DA POLICLÍNICA PIQUET CARNEIRO (PPC)	Artigo	16º/2019	Educação em saúde e acolhimento.	Aline Dias da Silva Fragoso, Amanda da Silva Araújo, Marcela Natacha dos Santos Caxias de Lima, Elizabeth Aline da Silva Toledo Branco, Pâmela Mendes Melo, Karina Pessoa da Silva, Fabiana Rodrigues da Silva e Simone Vieira do Carmo de Araújo

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DO HIV/AIDS: ALGUMAS REFLEXÕES	Artigo	16º/2019	Educação em saúde e enfrentamento ao HIV/Aids e outras IST'S.	Maria do Socorro Pontes de Souza, Thereza Karla de Souza Melo, Bruna Valeska Barros Silva, Ana Karolina Firmino da Silva, Thayse Rayanne Brandão Freire de Oliveira, Ludmila Lins de Lima, Cinthia Raquel Santos Alves e Mariana Renali Ribeiro Silva
EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA UMA VELHICE BEM SUCEDIDA	Artigo	16º/2019	Educação em saúde e envelhecimento	Regeane Kelly Holanda do Carmo
PANORAMA SOBRE O SABER E A EXPERIÊNCIA POPULAR NAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	Revisão integrativa	16º/2019	Educação em saúde, educação popular em saúde e saberes populares.	Milene Bastos Rocha

Fonte: elaboração própria.

3 CONCLUSÃO

No sentido de não encerrar discussões, debates e problematizações sobre as temáticas da “Educação em Saúde” e “Educação Popular em Saúde”, se conclama a categoria do Serviço Social a se debruçar mais nestas. Como foi visualizado, mínimos foram os trabalhos encontrados nos anais dos últimos CBAS: se juntarmos as amostras das duas edições, temos um universo de quase 3293 trabalhos. Sendo que apenas 8 (oito) foram os artigos, relatos de experiências, revisões integrativas e reflexões teóricas que objetivaram trabalhar com as categorias citadas. Ou seja, apenas 0,24% dos trabalhos.

Apesar do pequeno número de trabalhos, podemos notar que as categorias analisadas são bastante imprescindíveis para a Saúde Coletiva, para assistentes sociais, para as gestões de saúde e para os próprios usuários da política aqui compreendida. A Educação Popular em Saúde e suas ações de fortalecimento se encaixam no nível das tecnologias leves ou leve-duras, mostra-se como um conjunto de recursos produtores de saúde individual e coletiva e, para além disso, são recursos baratos para o SUS.

Cabe aqui ainda dizer que, fortalecer a Educação Popular em Saúde é fortalecer as classes trabalhadoras. É fortalecer o povo. É criar, junto às pessoas, protagonismo. É construir espaços de participação e mobilização social. E, as/os assistentes sociais que atuam a favor do PEP, necessariamente, precisam defender a Educação Popular. Por uma saúde vinculada aos saberes do povo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. **Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; 19 set.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde. Brasília: MS; 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.761, de 19 de Novembro de 2013. Institui a **Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS** (PNEPS-SUS). Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

GOMES, Luciano Bezerra; MERHY, Emerson Elias. Compreendendo a educação popular em saúde: um estudo na literatura brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 7-18, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** [recurso eletrônico] / Paulo Freire. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2013.

MARTINS Carla Macedo, STAUFFER. Anakeila de Barros. **Educação e Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; 2007

EDUCAÇÃO E AS INVESTIDAS DO ESTADO NUM CONTEXTO NEOLIBERAL NO BRASIL

MIRLEY JORDANA FERNANDES DA SILVA ³⁷

MARIANA DANTAS SOARES ³⁸

RESUMO

O nosso objetivo consiste em compreender como o Estado no sistema capitalista neoliberal intervém na política pública de educação. Sob o viés materialista histórico-dialético, buscaremos compreender a educação como fator da singularidade, para atender às pessoas na sociedade capitalista e com viés neoliberal, numa perspectiva macrossocial da realidade. Compreendemos que a particularidade do Estado como interventor e “mediador” das relações sociais, desempenha um papel fundamental. Como resultados da pesquisa, nota-se que a educação está sendo ameaçada com ações de restrição no orçamento, com retaliações que comprometem o avanço de um modelo de educação pública, gratuita e de qualidade.

Palavras-chave: Educação. Estado. Neoliberalismo.

SUMMARY

Our goal is to understand how the State in the neoliberal capitalist system intervenes in public education policy. Under the historical-dialectical materialist bias, we will seek to understand education as a factor of singularity, to serve people in capitalist society and with neoliberal bias, in a macro-social perspective of reality. We understand that the particularity of the State as an intervenor and "mediator" of social relations plays a fundamental role. As results of the research, it is noted that education is being threatened with actions of restriction in the budget, with retaliations that compromise the advancement of a model of public, free and quality education.

Keywords: Education. State. Neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo, o objetivo consiste em compreender como o Estado no sistema capitalista neoliberal intervém na política pública de educação. Desse modo, buscaremos fundamentar a discussão trazendo alguns autores como Marx (1969), Poulantzas (2000),

³⁷ Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestrado em andamento em Serviço Social e Direitos Sociais na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: mirleyjordanaaa@gmail.com

³⁸ Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestrado em andamento em Serviço Social na Universidade do Estado do Ceará (UECE). E-mail: maryanadanntas@hotmail.com

Mandel (1986), Fernandes (1975) entre outros. Sob o viés materialista histórico-dialético, buscaremos compreender que o sistema capitalista não se realiza de forma estática, mas sim em constante movimento. É mediante a esse movimento do real e concreto, que traremos as análises que passeiam desde o contexto sócio-histórico da formação no Brasil até as formas de intervenção do Estado na política pública de educação.

Nessa perspectiva, refletir sobre a educação enquanto campo de disputa pelo capital faz-se necessário, tendo em vista o contexto sócio-político acirrado, com o aprofundamento da desigualdade social e agudização das expressões da questão social. Compreendendo a formação histórica e social do Brasil, a qual se deu pelas bases do escravismo e do colonialismo, entendemos que desde então, os direitos sociais resultam de intensas lutas sociais e, além de serem campo de disputa, são também alvo de desmonte, precarização e privatização.

Para tanto, compreender as estratégias do capitalismo neoliberal nesse cenário de ameaças à educação pública é relevante pois, reconhece a existência da luta de classes, evidencia o confronto capital *versus* trabalho. Outrossim, evidencia o processo de disputa da extrema-direita conservadora para a manutenção da ideologia dominante capitalista, no qual incentiva a busca pela mercantilização da educação em nome da crise econômica, desviando a manutenção no orçamento da educação para fins de dominação capitalista.

2 O PAPEL SOCIAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: A quem se destina?

O sistema capitalista possui em seu bojo a contradição inerente que se traduz no capital *versus* trabalho, no qual a classe dominante – detentora dos meios de produção – nesta sociabilidade, busca fortalecer os seus interesses em detrimento das classes populares (classe que detém da força de trabalho). Sob essa égide, numa perspectiva de relações sociais contraditórias, a formação social, cultural e histórica brasileira se edifica com bases de subserviência ao capital europeu (economicamente e culturalmente), subordinada à cultura do mando, no qual se revela no sistema capitalista-patriarcal-dominante.

Conforme explicita Cisne (2015, p. 18),

[...] a sociedade brasileira é marcada, desde o processo de colonização, pela subserviência à acumulação de capital dos países centrais. As marcas de subordinação e dependência ao mercado mundial, embora com diferentes configurações em cada momento histórico, estiveram e estão presentes na sociedade brasileira.

Outrossim, com objetivos de acumulação originária, a nossa economia é sempre orientada para o aumento da taxa de lucro e da expropriação da força de trabalho, através da utilização de mão de obra escrava.

De acordo com Cisne, (2015, p. 31):

Os traços históricos de subordinação, heteronomia e dependência que aqui destacamos como selos da formação do Estado brasileiro ainda permanecem relevantes para compreendermos a particularidade do Brasil no atual estágio de acumulação capitalista. [...] Com o neoliberalismo, o Brasil agudizou a perda progressiva de sua soberania e autonomia, tendo em vista a relação de subserviência aos países centrais e ao Banco Mundial (BM), bem como devido ao desmantelamento do seu patrimônio público por meio de privatizações.

O modo de produção capitalista passou pelo estágio concorrencial e imperialista e na fase monopolista, este último a partir do século XX. É certo que foi um processo lento e distinto no mundo, de acordo com as especificidades históricas de cada país. Para tanto, o sistema capitalista subsidia modificações nas relações de produção e consequentemente, na divisão social e técnica do trabalho, que consiste na primeira atuação do Estado. Para atender as especificidades dos modos de produção, o Estado concentra, materializa e encarna as relações político-ideológicas nas relações de produção e sua reprodução, conforme Poulantzas (2000).

Nesse contexto, compreendemos que a educação³⁹ é um direito de todos e dever do Estado, sendo também uma política pública legalmente oficializada pela Constituição Federal de 1988. Para tanto, Coutinho (1997), afirma que os direitos sociais implicam para além do reconhecimento legal, e requer lutas para torná-los efetivos. É nessa direção que os embates nas relações sociais no sistema capitalista são apresentados com rigor, pelas vias da repressão e do consenso.

A educação enquanto mediação para a reprodução social, no conjunto das relações sociais, potencializa as contradições de seu tempo. Nesse sentido, hegemonicamente tem cumprido o papel de reprodutora dos valores dominantes, legitimando e/ou camuflando-os, contudo, como possibilidade real pode contribuir para a construção de valores contra hegemônicos à lógica da reprodução do capital e garantia de direitos sociais. No entanto, essa possibilidade real não é tão simples, como muitos parecem afirmar. (SANTOS, 2019, p. 580).

Nessa direção, a educação é alvo de interesses da classe dominante, pois possui total relevância na disseminação da ideologia dominante. Em contrapartida, há correlação de forças no âmbito das relações sociais, como salienta Poulantzas (2000). O Estado, ao contrário de ser “neutro” nas relações, se caracteriza na “condensação material de uma

³⁹ Utilizando-se a definição estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é possível compreender que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 2020, p. 8). Para além disto, cabe salientar que entendemos a educação como um ato político, que, portanto, reflete as contradições da sociabilidade capitalista e é também elemento fundamental para sua transformação.

relação de classes”. De acordo com o autor, a autonomia relativa do Estado implica na organização da hegemonia do bloco de poder em relação às classes dominadas (POULANTZAS, 2000).

A lógica da educação bancária é fortalecida pelo ideário neoliberal, na busca de formar pessoas na perspectiva de vender sua força de trabalho, para servir ao capital. De acordo com Santos,

[...] a educação está conformada como política pública, sendo, do ponto de vista legal, um direito público subjetivo inalienável: não pode ser substituído ou subtraído. No mundo real, a educação – em todos os níveis – tem sido negada como direito a diversos segmentos populacionais. De acordo com Mészáros (2008), **nos últimos 150 anos a educação tem cumprido dois papéis: formar a força de trabalho e preparar o quadro dominante**. Contudo, se a educação, por si só, não é capaz de mudar a realidade, tampouco, é possível realizar qualquer transformação social sem a participação da educação (SANTOS, 2019, p. 581, grifos da autora).

O Estado utiliza instrumentos para além da repressão e do uso da força. Seu domínio sobre as relações sociais permite a violência por meio das ideologias dominantes, e contribui para a organização do consenso das classes (POULANTZAS, 2000). Outrossim, o Estado se apresenta como agente forte nas intervenções para o capital e enfraquecido para atender as demandas das classes populares, - e forte para esta última no que tange à repressão (MANDEL, 1986).

Por conseguinte, a educação é percebida como “pote de ouro” em determinada fase no modo de produção capitalista. Consequentemente, se caracteriza como um nicho de obtenção de lucro do capital, por meio de privatização de universidades de caráter público, além disso, programas de incentivo do governo para a ampliação de universidades privadas, como exemplo do programa de governo do Partido dos Trabalhadores, - Programa Universidade Para Todos (PROUNI) - com o viés neoliberal para fortalecimento do setor privado e da mercantilização dos serviços educacionais.

Ademais, os rebatimentos sobre a educação brasileira perpassam caminhos mais longos. O ensino técnico (restritamente) direcionado; formação de bacharelado em lugar de ensino à distância (EAD), são mecanismos criteriosos que a classe dominante se integra numa perspectiva de enfraquecer a educação pública, gratuita e de qualidade. Outrossim, o fortalecimento do setor privado na área da educação é também uma forma de controle sobre a ideologia predominante – a ideologia dominante-capitalista.

Merece destaque o processo de mercantilização e financeirização dos serviços educacionais, levado a cabo por grandes conglomerados empresariais oligopolizados que passam a investir no mercado de ações internacional, pautando a educação segundo interesses do capital monetário. Este processo é estimulado pelo Estado, por meio das políticas públicas voltadas à educação, as quais oferecem facilidades para expansão do ensino privado com a liberalização dos serviços e as desonerações fiscais (VALE et al, 2015). Como consequência, prevalece a lógica do ensino

aligeirado e precarizado, sem vinculação com a pesquisa e a extensão. (RIBEIRO; SALVADOR, 2018, p. 83)

Um fator preponderante sobre a lógica de mercantilização e financeirização da política de educação é a expansão de empresas milionárias no Brasil. De acordo com as autoras,

No Brasil, em 2014, a Kroton se fundiu com o grupo Anhanguera Educacional e se tornou a maior empresa de educação do mundo – no que concerne ao seu capital e número de alunos (cerca de 1,5 milhão). [...] Através da sua holding, a Cogna Educação, o grupo também atua no setor de línguas, elaboração de material didático, oferta de serviços e gestão de escolas (EXAME, 2019). **Essa breve digressão teve como intuito demonstrar que os interesses do capital com a educação são sinceros, tanto como um “tesouro” a ser explorado até as últimas consequências quanto como uma forma de difundir sua ideologia e disputar as consciências** (GUERRA; CARRARA; MARTINS, 2022, p. 576, grifos do autor).

O crescimento exponencial do grupo Anhanguera, de acordo com Guerra, Carrara e Martins (2022) ressalta que a educação além de ser um “tesouro”, é também um campo de disputa política, econômica e ideológica no sistema capitalista. Quando o capital entra em crise estrutural no modo de produção, novas formas de lucro e apropriação sobre a força de trabalho são reinventadas, para suprir a demanda da taxa de lucro e a expropriação da mais-valia. Além disso, as formas de trabalho exigem que docentes e demais profissionais da área da educação se desdobrem para atender aos ditames do sobre-trabalho. É um processo que se metamorfoseia na reestruturação produtiva e na precarização no mundo do trabalho (FARAGE, 2021).

No que cerne às disputas no âmbito da educação, conforme dito, se insere também na correlação de forças no campo ideológico. De acordo com Santos,

[...] a educação é determinada pelo trabalho, mas, como as esferas sociais não são redutíveis ao trabalho, a educação tem com o trabalho, uma autonomia relativa e uma interdependência em relação às demais esferas, pois, todas fazem parte da totalidade do ser social. **No âmbito das contradições sociais, a educação também contribui para a emergência de novas ideias e questionamentos à realidade social** (SANTOS, 2019, p. 581, grifos da autora).

Alguns elementos que são postos em questão se evidenciam no campo da moralidade, com a força do neoconservadorismo. Este atravessa os mais estreitos espaços no campo das relações sociais contraditórias no sistema capitalista. À exemplo disso, o debate sobre a escola “sem” partido se considera um dos embates. Tais questionamentos nos demais espaços socioeducacionais atrelados à emergência de novas ideias, nem sempre coadunam com a perspectiva de educação emancipatória. Ao contrário disso, se entrelaçam à doutrinação moral, fortalecido com o projeto de educação bancária. Concomitante, Marx explica:

A partir desse momento, sempre que qualquer um dos numerosos partidos que haviam se conglomerado sob esse signo contra os insurgentes de junho tenta impor na arena revolucionária o interesse da sua própria classe, ele sucumbe diante do mote: “Propriedade, família, religião, ordem”. A sociedade é salva sempre que o círculo dos seus dominadores se estreita, sempre que um interesse mais exclusivo é imposto a um mais amplo. Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo” (MARX, 1969, p. 36).

Historicamente, a educação reflete nos parâmetros do contexto social e histórico da formação da sociedade brasileira. Marcas do autoritarismo e do processo de cooptação ideológica capitalista dominante, são bases estruturantes para a disseminação da formação militarizada nas escolas. São elementos contundentes que apontam para a atuação do Estado capitalista brasileiro à posteriori. O governo Bolsonaro ressalta “tamanha prioridade” com a educação pública brasileira – nomeou pelo menos 5 (cinco) ministros da Educação no período de 4 anos.

No contexto brasileiro atual de ruptura democrática, o discurso do estado de emergência econômico permanente fica ainda mais evidente. As propostas de contrarreformas em curso no Brasil têm por objetivo reduzir os gastos com políticas sociais, ao passo em que favorece o grande capital, o que coloca a necessidade cada vez mais urgente de organização e formação da classe trabalhadora para a inserção qualificada na disputa pelo fundo público e pela construção de uma nova hegemonia (RIBEIRO; SALVADOR, 2018, p. 84).

Além disso, a aprovação da Emenda Constitucional 95 que congela os recursos para políticas sociais, inclusive de educação, até o ano de 2036. Sabe-se que as políticas sociais são de grande relevância para atender minimamente as expressões da questão social, porém, o atual governo preza pelo retrocesso, precarização e privatização da educação pública e de qualidade. Desenfreadamente, as classes populares é que carregam o fardo e ainda sofrem com os rebatimentos desse atual governo.

Nessa dinâmica de avanço da educação aligeirada, viabilizar direitos sociais para a política pública de educação tem se constituído desafiador. Garantir a educação como direito para exercício da cidadania no Brasil deve ser prioridade de todas as pessoas, bem como das autoridades e do Estado. Como afirma Santos, “A educação, nessa relação, é um dos pilares para conferir cidadania e consolidar a democracia” (SANTOS, 2019, p. 583).

Conforme dito, o Estado neoliberal é “mínimo” para as classes populares e máximo para o capital. Além das crises econômicas, o capitalismo tardio perpassa crises políticas que o sistema capitalista é posto em ameaça. Embora, em nome da crise econômica capitalista, o capital ergue as suas bases no ciclo vicioso para se apropriar da mais-valia (MANDEL, 1923). Outrossim, o papel interventor do Estado nas crises capitalistas serve para contribuir à um

ataque à consciência de classe das classes populares. É nesse cenário que as intervenções do Estado escamoteiam os direitos sociais, enfraquecendo então as políticas sociais públicas, como a educação.

De acordo com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), o governo federal (ao final da gestão do presidente Jair Bolsonaro) zerou as contas da Rede Federal e sinaliza um novo bloqueio orçamentário na política de educação (CONIF, 2022). Vale ressaltar que em junho de 2022 já houve cortes significativos para a política de educação no Brasil, no valor de 184 milhões.

Os recursos para as atividades de assistência estudantil, bolsas de estudo, atividades de ensino, pesquisa e extensão são as áreas mais afetadas pelos desmontes na política de educação pública nas universidades e nos campi de institutos federais no Brasil. Nos termos de Mandel, "O Estado procura constantemente transformar qualquer rebelião em reformas que o sistema possa absorver" (MANDEL, 1923, p. 341). Tais medidas executadas por este, não privilegia a arena das classes populares, e sim o capital dominante nas relações sociais.

São ataques como este que contribui para a agudização das desigualdades sociais no Brasil e corroboram para o acesso restrito à educação de ensino superior. É desmontando políticas sociais públicas que se alcança a desresponsabilização no papel do Estado enquanto "interventor" das relações sociais. Outrossim, o Estado neoliberal moderno, a quem nos reportamos, cria estratégias para fortalecer o ideário dominante nessa sociedade de classes, cortando orçamentos para destino de execução das políticas sociais públicas.

Em suma, faz-se importante fortalecer as bases das classes populares para reivindicar direitos sociais legalmente conquistados que estão sendo veementemente ameaçados. O CONIF como frente importante nesse processo, por exemplo, reiterou o posicionamento em batalhar para a manutenção integral dos recursos destinados à educação. Vale salientar que o sistema capitalista neoliberal busca a despolitização das bases que luta pelos direitos sociais, por meio do estranhamento das classes populares.

Conforme o autor afirma, "Imaginar que o aparelho do Estado burguês pode ser usado para uma transformação socialista da sociedade capitalista é tão ilusório quanto supor que seria possível dissolver um exército com a ajuda de "generais pacifistas" (MANDEL, 1923, p. 346). Com base nisso, é perceptível que a manutenção do sistema capitalista só privilegia uma classe no campo de disputa: a classe dominante. E é esta que detém os meios de produção, a ideologia dominante e o apoio irreparável do Estado. Ou seja, o Estado está longe de privilegiar nesse campo de disputa as classes populares. Por isso as bases capitalistas só conseguem "tremar" quando a classe explorada fortalece os seus alicerces para uma luta em prol dos direitos socialmente conquistados, e pela manutenção das políticas sociais públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema capitalista inscrito na contradição inerente do capital *versus* trabalho é responsável majoritariamente por gerir relações sociais desiguais. Sobretudo, o Estado moderno como “interventor” nas relações sociais na correlação de forças, atende prioritariamente a classe dominante. Outrossim, nas relações materiais e ideológicas, que também se metamorfoseia em um campo de disputa – nesse caso, pela ideologia dominante hegemônica.

Para tanto, a educação no Brasil como uma política social pública vem sofrendo ameaças recorrentes de cortes orçamentários, e exponencialmente no governo presidido por Jair Bolsonaro (2018-2022). A classe privilegiada no campo de disputa é a classe dominante, e o presente governo reforça os desmontes com cortes desacelerados, privatizações e precarização da educação. Ademais, a expansão do neoliberalismo nessa perspectiva escamoteia os direitos socialmente conquistados, pois a mercantilização da educação ganha cada dia mais força.

Ademais, o Estado mínimo é destinado à responder com urgência a classe dominante, e em contrapartida para conter a agudização das expressões da questão social, se fortalece pelo viés repressivo, coercitivo e opressor, com ferramentas ideológicas dominante. Como vimos, de acordo com os dados evidenciados, a justificativa pelo Estado do processo de privatização, precarização e mercantilização da educação se dá em nome da crise econômica e da contenção de gastos sociais.

A educação perpassa a formação sócio-histórica, econômica e cultural, e para tanto compreendemos que o cenário político instaurado abarca acontecimentos que necessitam de reivindicação das classes populares. Tendo em vista que a ideologia dominante também é um dos principais responsáveis pela despolitização das classes populares, faz-se necessário erguer as bases para o fortalecimento em prol da manutenção com investimentos para as políticas sociais públicas, em especial a educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez Editora, 2006. Cap.II, III, IV, V.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

CARVALHO, Doracy Dias Aguiar de.; CARVALHO, Roberto Francisco de. Democracia e direitos sociais: histórico e implicações para as políticas educacionais brasileiras. Revista Katálisis [online]. 2019, v. 22, n. 03, pp. 457-467. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p457>. Epub 14 Nov 2019. ISSN 1982-0259.
<https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p457>. Acesso em: Nov. 2022.

CISNE, Mirla. Formação do capitalismo no Brasil: um “presente impregnado de vários passados”. In: Políticas Públicas, direitos e serviço social: debates e desafios contemporâneos. Organizadoras: Telma Gurgel da Silva, Gláucia Helena Araújo Russo, Aione Maria da Costa Sousa. – Mossoró, RN: Edições UERN, 2015. p. 17-40.

CONIF. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: 2022. Disponível em:
<https://portal.conif.org.br/geral/governo-federal-zera-as-contas-da-rede-federal-e-sinaliza-um-novo-bloqueio-orcamentario>. Acesso em: Nov. 2022.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2021, n. 140, pp. 48-65. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.237>. Epub 22 Feb 2021. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.237>. Acesso em: Nov. 2022.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GUERRA, Yolanda; CARRARA, Virginia e MARTINS, Alcina Maria de Castro. Ensino e formação virtuais: a nova estratégia do projeto de educação a serviço do capital. *Revista Katálysis* [online]. 2022, v. 25, n. 3, pp. 570-584. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86938> <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86945>. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86938>. Acesso em: nov. 2022.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. In: Os Economistas, 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 333-350.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder e o socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Biblioteca de Ciências Sociais; v. n. 19). p. 125-163.

RIBEIRO, Isabela Ramos e SALVADOR, Evilasio da Silva. Hegemonia e políticas sociais no Brasil: contribuições ao debate sobre vinculação orçamentária. *Revista Katálysis* [online]. 2018, v. 21, n. 01, pp. 76-85. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n1p76>. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n1p76>. Acesso em: Nov. 2022

SANTOS, Mônica Regina Nascimento dos. Estado, educação e direitos humanos. *Revista Katálysis* [online]. 2019, v. 22, n. 03, pp. 577-586. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p577>. Epub 14 Nov 2019. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p577>. Acesso em: Nov. 2022.

A LEI 13.935/2019 COMO ESTRATÉGIA DE ATENÇÃO ÀS DEMANDAS SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO⁴⁰

Iris de Lima Souza⁴¹

RESUMO

Em 2019, a sanção da Lei 13.935 reafirma o debate sobre a necessidade de Assistentes Sociais adentrarem os muros das escolas que ofertam a educação básica e colaborarem no processo educativo junto aos sujeitos da comunidade escolar. Ponderar sobre a trajetória, promulgação e desafios da lei é o objetivo deste artigo; produto do estudo realizado no pós-doutoramento em Serviço Social. É um estudo com abordagem qualitativa, objetivos exploratórios, descritivos e explicativos, e procedimentos de pesquisa bibliográfico e documental. Essa lei se destaca cada vez mais como necessária, diante das constantes e variadas manifestações da questão social presentes nas escolas.

Palavras-chave:

Educação básica; Lei 13.935/2019; Serviço Social na Educação.

1 INTRODUÇÃO

Antes de ponderarmos sobre a discussão da Lei 13.935/2019, é pertinente situarmos de qual perspectiva de educação arrazoamos. Apropriamo-nos de um trecho que consta em uma das publicações que foi elaborada e publicada, em 2012, pelo Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação, do Conjunto CFESS-CRESS, intitulada Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na política de educação: “A educação é um complexo constitutivo da vida social que tem uma função importante na dinâmica da reprodução social [...]” (CFESS, 2012, p. 13). O que isso quer dizer? Que a educação faz parte da nossa vida em todas as dimensões e relações que nos encontramos. Ela perpassa todo o nosso desenvolvimento como sujeito histórico individual e coletivo.

Esse complexo é marcado pelas contradições, pelas lutas societárias, pelos projetos coletivos e de classe que nos cerca nesse sistema. Assim, pensar a educação hoje é pensar sob uma perspectiva ampliada, não apenas em termos de educação formal apreendida em espaços institucionalizados, não apenas como uma ação proposital e direcionada, realizada

⁴⁰ O presente trabalho conta com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES-BRASIL), Código de Financiamento 001.

⁴¹ Assistente social (UFRN). Doutora em Educação (UFRN). Pós-Doutoranda em Serviço Social, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS-UFRN). E-mail: irisdelimasouza@gmail.com

para atingir determinados objetivos como, por exemplo, transmitir conhecimentos, mas, sobretudo, como nos diz Almeida (2021), pensar e versar sobre a educação como um conjunto de práticas que, do ponto de vista histórico e ontológico, decorrem da própria constituição do trabalho como atividade fundante do ser social, a partir da qual nós nos distinguimos dos demais seres vivos.

Dentro das múltiplas funções, finalidade e possibilidades que se coloca à educação – que são possíveis ou não de acontecer – consideramos a emancipação do ser social via ampliação do campo dos direitos sociais, via garantia do respeito à diversidade humana. Contudo, nos perguntamos: isso é algo fácil de conquistar, de ser materializado? Nem sempre, haja vista, vivermos no mundo do capital. Em um mundo, como diz Antunes (2022), que é destrutivo, incontrolável, pandêmico e belicista.

É justamente essa teia de tensões, conflitos, incertezas e inquietações (que nos consomem dia a dia), que nos faz, como profissionais de serviço social, não adormecer; que nos faz ir à luta, que nos instiga (como sujeito histórico individual e coletivo) a contribuir na viabilização da garantia dos direitos fundamentais do ser humano, sobretudo, o direito a educação. Uma educação, como diz Mészáros (2008), que deve ser sempre continuada, permanente e para além do capital, ou seja, que deve andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do modelo econômico e político hegemônico.

E, quando falamos da nossa atuação na educação, particularmente, na educação pública, é visível que essa luta é mais intensa, sistemática e contínua. Tendo em conta estarmos tratando de uma política que deveria ser, concretamente, acessível a todas as pessoas, sem distinção de qualquer natureza de classe, raça, gênero, dentre outras; e por termos, após mais de vinte anos, a sanção de uma lei que ordena que a rede pública de ensino da educação básica deve ter como prestadores de serviço Psicólogos e Assistentes Sociais.

Lei que tem uma história marcada por lutas e resistências, avanços e retrocessos, cercada de desafios frente à uma sociedade que tem uma política de educação ainda não universalizada em todos os níveis e modalidades. O acesso universal da educação ainda se encontra no campo do reconhecimento legal, mas não no campo da análise teórica e prática.

É nessa perspectiva que este artigo se estrutura, com o objetivo de ponderar sobre a trajetória, promulgação e desafios da Lei 13.935/2019. Trata-se de um produto textual fruto do estudo de pós-doutoramento em Serviço Social, realizado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS-UFRN), com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES – código de financiamento 001). É um estudo com abordagem qualitativa, objetivos exploratórios, descritivos e explicativos, e procedimentos de pesquisa bibliográfico e documental.

2 “ESSA LUTA TEM HISTÓRIA”: trajetória, promulgação e desafios da regulamentação da lei 13.935/2019

Nos anos 2000, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) inicia ações sistemáticas de luta sobre o Serviço Social na Educação divulgando um Parecer Jurídico 23/2000 sobre a implantação da profissão nas escolas da rede pública de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Esse parecer foi solicitado à assessoria jurídica do Conselho para que este analisasse e se manifestasse acerca da viabilidade jurídica e legal da inserção e atuação de Assistentes Sociais nas escolas da rede pública de ensino.

O citado parecer, aprovado em reunião plenária do CFESS em 02/11/2000, foi anexado ao primeiro documento publicado pelo Conselho, em formato de brochura, sobre o Serviço Social na Educação. Um documento lançado em setembro de 2001, construído pelo Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação do CFESS, a partir do acompanhamento dos projetos de lei e das legislações existentes, até o citado ano, acerca do Serviço Social na Educação.

A brochura de 2001 fundamenta teoricamente sobre a inserção e possível necessidade do Serviço Social na Educação, a função social da escola e a educação como um direito social, a contribuição do serviço social na garantia do direito à educação, e a discussão da escola como instância de atuação do Assistente Social (CFESS, 2001). Questões essas que, ao longo dos anos, vem tomando fôlego e força política através de novos estudos, pesquisas, publicações científicas (livros, revistas, periódicos) e registro de experiências profissionais em anais de eventos científicos da profissão, dentre eles: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado a cada três anos; Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS), realizado a cada dois anos; e o Encontro Nacional CFESS-CRESS, que acontece anualmente.

Os eventos nacionais e internacionais do serviço social, além de outros (regionais e locais) bem específicos sobre o tema, possibilitaram e possibilitam discussões, análises atualizadas e, sobretudo, a visibilidade do exercício profissional de Assistentes Sociais em diferentes espaços socio-ocupacionais da educação: secretarias estaduais e municipais, escolas da rede pública e privada, institutos federais e universidades públicas e privadas. Além dos eventos, os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS's), e suas respectivas seccionais, se mobilizam na promoção de campanhas, debates, publicações, reuniões e sistematizações de leis e projetos de lei acerca do Serviço Social na Educação na esfera municipal e estadual. Mobilização que inicia em 2008 com o Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação, do Conjunto CFESS/CRESS:

[Em 2008/2009], o Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação realizou a sistematização de leis e projetos de lei acerca do Serviço Social na Educação no âmbito municipal, estadual e nacional; incidiu para a ocorrência de adequação das legislações que apresentavam incorreções, tais como a identificação do serviço social com a política de assistência social, bem como a necessidade da ampliação da concepção de “Serviço Social Escolar” para “Serviço Social na Educação”; gestão e acompanhamento frente aos projetos de lei e de emenda constitucional em trâmite no Congresso Nacional. (CFESS, 2012, p. 11)

Antes de 2008, é pertinente registrar alguns dados importantes ocorridos nos anos de 2004 a 2006, respectivamente: o CFESS solicitou a elaboração de um parecer sobre os projetos de lei que, no momento, abordavam sobre a inserção de Assistentes Sociais na educação; foi instituída uma comissão de trabalho com membros do CFESS e dos CRESS's, no 34^a Encontro Nacional CFESS-CRESS, para continuar os estudos e discussões sobre o tema; e no 35^a Encontro Nacional CFESS-CRESS foi aprovada a constituição do Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação formado por representantes de todos os CRESS's e do CFESS, no entanto, não foi possível naquele momento efetivar a proposta.

No ano de 2012, o Conjunto realiza, dentre outras ações, “... o levantamento sobre as legislações municipais, estaduais e federal, já implementadas ou em tramitação, que tratam da inserção de assistentes sociais na Política de Educação” e lança a publicação que serve de orientação até os dias atuais para os profissionais: subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação”. (CFESS, 2012, p. 13).

É notório que o CFESS-CRESS tem um fluxo de criação de espaços de discussão, sistematização de informações, socialização de resultados concernentes ao Serviço Social na Educação, o que sustenta que a conquista da publicação da lei 13.935/2019 foi possível a partir de ações coletivas, partilhadas e de articulação política, também, com outras instâncias profissionais, como a Psicologia, a Educação e o Direito.

Percebe-se, assim, a trajetória percorrida para que uma Lei nacional fosse declarada como legítima, necessária de ser executada e sancionada. Uma lei que tem impacto, direto e indireto, na vida de cidadãos, particularmente, os que estão matriculados na educação básica, e que visa não apenas a concessão de direitos, mas, sobretudo, a determinação de restrições e penalidades no caso do seu não cumprimento.

Em linhas gerais, apreende-se que a Lei 13.935, de 11 de dezembro de 2019, publicada em Diário Oficial, na data de 12 de dezembro de 2019, é um marco na trajetória de lutas do Serviço Social pela defesa dos direitos humanos e sociais. A Lei, em particular, dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Trata-se de um importante acontecimento nessas duas profissões que, historicamente, tem a política de educação como um dos seus campos de estudo, atuação e proposição de ações socioeducativas.

A espera por essa promulgação tem mais de vinte anos de história, de persistência, de mobilização e de resistência. Uma luta coletiva (ora amplamente divulgada, ora mais restrita a determinados espaços e grupos), que perpassa o universo de profissionais da área – atuantes ou não na política de educação –, estudiosos e pesquisadores sobre a temática do Serviço Social na Educação, órgãos formativos e representativos da profissão, estudantes em processo formativo no curso de Serviço Social.

Anterior a essa Lei Ordinária,⁴² temos o Projeto de Lei da Educação 3688/2000, apresentado em 31/10/2000 pelo Deputado Federal José Carlos Elias, na Câmara dos Deputados, às Comissões de: Educação, Cultura e Desporto; Constituição e Justiça; e Redação. Em sua Ementa, dispõe sobre a introdução de Assistente Social no quadro de profissionais de educação em cada escola. Em Autógrafos do Projeto⁴³, aprovado na Câmara dos Deputados em 07/08/2007, a Ementa da Redação foi revisada e ficou o seguinte texto: dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica. (BRASIL, 2000)

Apreciado e aprovado nos termos do Substitutivo⁴⁴ apresentado como Projeto de Lei nº 3.688-D, em 12 de novembro de 2010, essa Ementa é substituída por outra redação: dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diante desses substitutivos nos projetos de lei, algumas modificações são perceptíveis:

- a inserção do profissional de psicologia, para atuar junto aos Assistentes Sociais;
- a mudança da nomenclatura “assistência social”, para Serviço Social;
- a inserção do termo “prestação de serviço”;
- a substituição de ser um profissional “em cada escola” ou “em escolas públicas”, por ser em redes públicas de educação básica.

De acordo com o disposto no site da Câmara Legislativa, o andamento dessa proposição caminhou do período dos anos 2000 até 2019, até ser transformada em Lei Ordinária, entre despachos e encaminhamentos à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, recebimentos, designações, abertura de prazos para Emendas ao Projeto, devoluções sem manifestação, novas designações, pareceres, devolução de Vista,

⁴² “Trata de assuntos diversos da área penal, civil, tributária, administrativa e da maior parte das normas jurídicas do país, regulando quase todas as matérias de competência da União, com sanção do presidente da República. O projeto de lei ordinária é aprovado por maioria simples. Pode ser proposto pelo presidente da República, deputados, senadores, Supremo Tribunal Federal (STF), tribunais superiores e procurador-geral da República. Os cidadãos também podem propor tal projeto, desde que seja subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado do país, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.” (BRASIL, Agência Senado, 2022)

⁴³ Autógrafo “É o documento oficial com o texto da norma aprovada em definitivo por uma das Casas do Legislativo ou em sessão conjunta do Congresso, e que é enviado à sanção, à promulgação ou à outra Casa.” (BRASIL, Agência Senado, 2020).

⁴⁴ Emenda que visa substituir integralmente a proposição normativa sobre a qual incide. (CÂMARA MUNICIPAL, 2022)

apresentação do Requerimento, arquivamento, desarquivamento, novo recebimento, nova abertura de prazos, novos encaminhamentos, apresentações e votações. Ao todo, foram 133 tramitações, sem contar com as demais proposições tratadas por outros órgãos fora da Casa Legislativa. (BRASIL, 2023)

Percebe-se, assim, um dos motivos desse Projeto ter sido alvo de grandes comemorações quando se tornou Lei. Não foi um processo tranquilo, rápido e de interesse do governo, haja vista, o Projeto ter sido vetado, antes da sua aprovação em 2019, com a justificativa de falta de orçamento – um discurso sempre direcionado quando se trata das políticas públicas e sociais. Para uma das representantes do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), uma nova fase se inicia com a aprovação da Lei:

Sem dúvida, a promulgação da Lei 13.935/2019 é uma das maiores conquistas para a política de educação básica, principalmente nessa conjuntura de retrocessos e desmontes diários de todas as políticas sociais. Por isso, toda a mobilização e articulação que as categorias do serviço social e da psicologia vêm organizando ao longo dos últimos anos devem continuar, para que a lei seja implementada. (CFESS, 2019)

Salienta-se que, junto à conquista da sanção da Lei 13.935/2019, algumas limitações vieram acompanhadas:

- a lei coloca os profissionais de psicologia e de serviço social como prestadores de serviço, ou seja, não necessariamente os profissionais precisam fazer parte da equipe de educadores das escolas;
- a lei se restringe a três artigos, sendo que o primeiro artigo, com dois parágrafos, é o único que dispõe como será essa prestação de serviço pelas equipes multiprofissionais, limitando-se a dizer que as equipes deverão desenvolver

ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais” e o trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 2019).

Em 2020, no auge da pandemia da Covid-19, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), em parceria com o CFESS, publica um material intitulado “Psicólogas e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019” na perspectiva de ser um manual norteador que sistematiza informações e orientações para regulamentação da Lei, relatório das ações estratégicas realizadas pela Coordenação Nacional em âmbito federal, modelo de ofício para enviar aos governadores, prefeitos, secretários estaduais e municipais de educação, e minuta de decreto para a regulamentação da Lei. Em síntese, um documento devidamente sistematizado para orientar os órgãos representativos e formativos da profissão, assim como, os demais profissionais, estudiosos e pesquisadores que estão na mobilização para a efetiva materialização da Lei.

Isso significa que devemos continuar nos mobilizando, promovendo novas e impactantes ações que mostrem a importância e a urgência da inserção de Assistentes Sociais e Psicólogos na educação básica, dando destaque para as contribuições no desenvolvimento, na aprendizagem e no enfrentamento às questões e desafios do cotidiano escolar. Precisamos, ainda, conhecer e compreender o que é a política de educação – suas normatizações, as leis que a legitima, seus planos, programas, projetos, fundos, etc.

Temos ainda outros desafios nessa jornada: que a lei seja implementada em todos os municípios, via concurso público; que o Assistente Social seja inserido no “chão” da escola, e não simplesmente seja emprestado dos equipamentos sociais das demais políticas públicas e sociais; que os profissionais que estão na escola – Professores, Gestores, Técnico-administrativos – conheçam e reconheçam o Assistente Social como especialista social que pode contribuir no processo educativo e político dos que compõem a comunidade escolar.

A nossa expectativa, portanto, ao pensar a nossa inserção nessa política, é estar junto “na ampliação do processo de formação de autoconsciência que desvela, denuncia e busca superar as desigualdades sociais que fundam a sociedade do capital e que se agudizam de forma violenta na realidade brasileira.” (CFESS, 2012, p. 22). Assim, a Lei 13.935, de 2019, se coloca como estratégia de atenção às demandas sociais que perpassam o mundo da educação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com os avanços conquistados ao longo do tempo, a política de educação é resultante de uma lenta e difícil construção histórica, social e cultural encontrando, ainda, em sua concretude, disparidades que tornam os seus princípios e diretrizes desconexos dos parâmetros constitucionais, deixando lacunas diante da ausência ou minimização de um sistema educacional nacional de qualidade para toda a população brasileira.

A política de educação é mais política do que pedagógica. É onde se equilibra os princípios que regem a democracia, a organização do estado de direitos, as leis e as normas. É nesse prisma da política que a igualdade e a equidade são fundamentais. A educação é sempre um ato político e os educadores são seres políticos, portanto, importa saber a favor de quem fazemos política, qual a nossa escolha ideológica, afinal, o objeto de estudo da nossa profissão são os sujeitos, as relações sociais, homens e mulheres em movimento permanente, na luta pelo acesso à sobrevivência, buscando o acesso a direitos historicamente negados.

Refletir a educação básica hoje vai além de ser um mecanismo de empoderamento, emancipação e protagonismo social e político. A educação é uma dimensão na vida e na história do ser humano que não pode ser visualizada como uma obrigação a ser cumprida, mas, como uma escolha para se conquistar diariamente o que, historicamente, se configura

como direito fundamental do ser humano: a liberdade de ir, vir, falar, ouvir e, sobretudo, pensar e decidir. Afinal, como diz Mészáros (2008), a educação não é um negócio que funciona suspensa no ar; ela é criação que deve ser qualificada para a vida e se abrir para o mundo.

Assim, a luta do Serviço Social na educação tem uma história de princípios, concepções, debates e articulações. No tempo presente, precisamos materializar essa luta a partir da Lei 13.935/2019; precisamos buscar compreender a política de educação que temos, pois ela ainda é estranha para os Assistentes Sociais, haja vista, a formação profissional ter um aparato maior para outras políticas e áreas sociais. É necessário, ainda, percebermos a educação em uma perspectiva mais ampla – considerando que ela é parte das diversas dimensões da vida –, criando um processo de apropriação dessa política, da sua história, assim como, se apropriando da escola como parte da rede de proteção social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço Social na Educação Básica. **Curso de Extensão**. Promoção: CRESS-Sergipe, 29 out. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

BRASIL. **Agência Senado**. Brasília-DF, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/autografo>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Agência Senado**. Brasília-DF, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/lei-ordinaria>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Câmara Legislativa**. Brasília-DF, 2000. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A7D55FB244DD619E4B595BDE0D125B26.proposicoesWeb1?codteor=1358953&filename=Avulso+-PL+3688/2000. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Câmara Legislativa**. Brasília-DF, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050>. Acesso em: 02 mar. 2023.

BELO HORIZONTE. **Câmara Municipal**. Belo Horizonte-MG, 2022. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/guia-de-reda%C3%A7%C3%A3o/emenda-e-subemenda>. Acesso em: 02 mar. 2023.

CFP. **A(O) psicóloga e o (a) assistente social na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019**. Brasília-DF: CFP, 2020.

CFESS. **Agora é lei! Assistentes sociais e psicólogos/as na educação básica!** Brasília-DF: CFESS, 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1647>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Conselho Federal de Serviço Social. GT de Educação. Brasília-DF: CFESS, 2012.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília-DF: CFESS, set. 2001.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SOUZA, Íris de Lima. **Serviço Social na Educação**: Que saberes? Que competências? Natal: EDUnP, 2012.

A PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL, COM RESSALVA PARA OS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO

Ana Clara Tavares de Araujo⁴⁵

Maria Heloiza de Araujo Berto⁴⁶

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir acerca da realidade de precarização das políticas públicas de saúde mental no Brasil, tendo por base teórica o recorte histórico acerca dos governos Temer e Bolsonaro. Além disso, o artigo é fundamentado na leitura crítica da realidade, a metodologia utilizada foi desenvolvida através de uma análise documental e bibliográfica, mediante ao estudo de recursos que englobam o tema. Ademais, há uma apreensão de portarias e leis da Constituição Federal. Assim, apresenta-se de modo notório o retrocesso dos modelos de saúde mental no Brasil, na contramão das alterações advindas da reforma psiquiátrica.

Palavras-chaves: Política, saúde mental, precarização, reforma psiquiátrica, luta antimanicomial.

1. Introdução

Por meio do desenvolvimento teórico de debates, iniciados na disciplina de saúde mental e serviço social, observamos a necessidade de construir um artigo que analisasse acerca dos processos de sucateamento que afetam a política de saúde mental, com ênfase ao decorrer dos últimos anos. Haja vista, a ascensão de governos que possuem características neoliberais, presentes nas decisões que interferem diretamente na realidade socioeconômica dos cidadãos brasileiros, e implicou a forma como esses tiveram acesso às políticas públicas que abarcam essa temática.

A instauração da política de saúde mental no Brasil é conquista advinda de um processo histórico opressor, discriminatório, pautado no isolamento e internações compulsórias⁴⁷ e involuntárias, nos quais se davam os tratamentos para as pessoas que demandavam alguma condição psíquica. Essa realidade perdurou por décadas e fez com que milhares de indivíduos fossem vítimas dessas situações degradantes. É nesse cenário, e a partir das lutas

⁴⁵ Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
aceliaaraujo471@gmail.com

⁴⁶ Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
heloizam974@gmail.com

⁴⁷ Existem três tipos de internação. Internação compulsória: Internação que ocorre por meio de decisão do poder judiciário. Internação Involuntária: Ocorre sem a autorização do/a cidadão/a e por meio da solicitação de outras pessoas. Internação Voluntária: Acontece com a autorização/ consentimento do cidadão/a.

provenientes do mesmo, como a Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica⁴⁸, que se abriu caminhos para o fortalecimento da Política Nacional de Saúde Mental no país. Entretanto, principalmente a partir da década de 90 posicionamentos de governos neoliberais⁴⁹ tem ameaçado as políticas públicas, dentre elas a de saúde mental, marcada pela precarização e sucateamento.

Nesse ínterim, o artigo fundamenta-se na leitura crítica da realidade, ao passo que a compreende enquanto realidade mutável à mercê do giro do tempo. É a leitura no âmbito histórico-dialético acerca da política de saúde mental no Brasil que se debruçará o estudo. Logo, possui como objetivo fazer uma explanação acerca do cenário de precarização das políticas públicas de saúde mental no país e o modo como essa problemática interfere diretamente na vida dos cidadãos brasileiros. Ademais, discorrer tendo por base uma contextualização histórica no âmbito da saúde mental no Brasil e a sua estrutura defasada, por meio de governos neoliberais que atacam essa política mediante corte de gastos e diminuição orçamentária a elas destinadas.

É diante dessas conquistas, III Conferência Nacional de Saúde Mental, implementação dos CAPS, reforma psiquiátrica, luta antimanicomial e outras, que estão em confronto as ameaças de governos neoliberais, bem como os abates nas políticas públicas, que se dará o estudo. O artigo pauta-se ainda na leitura de leis, portarias e arcabouços teóricos como artigos e livros, que tematizam o processo histórico da política de saúde mental no Brasil, tendo em vista sua luta e construção histórica.

2. Processo histórico da Reforma Psiquiátrica no Brasil

O início da Reforma Psiquiátrica aconteceu por volta dos anos de 1978, a partir do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), constituído por sindicalistas, trabalhadores do movimento sanitário e pessoas com antecedentes de internação em hospitais psiquiátricos. É a partir dessa união que o movimento figura a denúncia das violências ocorridas nos equipamentos tidos como espaços para tratamentos voltados à saúde mental. Contudo, na realidade apresentavam-se instituições defasadas, com a infraestrutura precária, profissionais que não possuíam conhecimento adequado para lidar com as demandas recepcionadas e a escassez de instrumentos de trabalho necessários para que houvesse eficiência na atuação. Nessa perspectiva, culminou as reclamações acerca dos

⁴⁸ Tanto a reforma sanitária, quanto a reforma psiquiátrica são resultados de um processo histórico. Ambas têm, principalmente, meados da década de 70 e 80 como marco das reivindicações. O cenário do Brasil na época era marcado pela ditadura militar, e é nesse contexto que começam as mobilizações, que na dimensão da reforma sanitária defendia a saúde como um direito de todos, promovendo a descentralização da medicina de caráter previdenciário e campanhista. Já as pautas levantadas pelo movimento da reforma psiquiátrica reivindicavam os direitos das pessoas em sofrimento mental, junto a denúncia do modelo de tratamento manicomial.

⁴⁹ Entende-se por neoliberalismo, sobretudo, determinadas características adotadas por governos ante o sistema econômico vigente, no caso do Brasil, o capitalismo. São características desse modelo a redução de gastos, menor intervenção do Estado na economia, privatizações do setor público.

casos de silenciamento ou higiene social, os manicômios, bem como a denúncia às redes particulares de assistência, e ao próprio modelo hospitalocêntrico impostos aos sujeitos que vivenciavam um adoecimento psicossocial. Advindo desse movimento, e protagonizando grande avanço na luta, se tem em 1987 a I Conferência Nacional de Saúde Mental.

No ano de 2001 se tem o sancionamento da Lei 10.216 que garante os direitos e a proteção às pessoas com sofrimento psicossocial. Essa se deu em uma realidade de instauração de governos neoliberais, e marca a conquista de lutas vindas dos movimentos sociais como antes mencionado. Posterior a isso, serviços substitutivos⁵⁰ aos hospitais psiquiátricos, bem como a assistência comunitária de saúde mental, contribuíram para o fechamento de leitos psiquiátricos. Esse movimento corroborou para a maior implementação dos centros de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

A III Conferência Nacional de Saúde Mental contou com grande participação popular e serviu para consolidação dos princípios defendidos pela reforma psiquiátrica, como também para defesa em busca da edificação de uma política de saúde mental para os usuários de psicotrópicos. Além disso, a política de saúde mental nesse processo foi firmada enquanto política de governo.

A sociedade hodierna apresenta-se a essa realidade social com inúmeras implicações para a construção das relações interpessoais. Nessa perspectiva, faz-se necessário o debate acerca da precarização presente nas políticas públicas de saúde mental no Brasil. Atualmente, podemos analisar que o processo de tratamento para pessoas em sofrimento psicossocial⁵¹ marcou historicamente a construção da sociedade brasileira de modo que os processos de defasagem se mostram explicitamente ao observarmos a história. A título de exemplo, o hospital Colônia de Barbacena, criado em 1903, a superlotação do ambiente e as condições insalubres e precarizadas as quais os pacientes residiam, teve uma notoriedade no final da década de 70. Com o decorrer do tempo, tornou-se um local de críticas em razão das condições que os usuários possuíam no que se referia à alimentação, moradia, tratamentos de saúde e os fortes odores que exalavam pelo ambiente.

Após as mudanças de gestões no decorrer dos anos, não ocorreu um fechamento do hospital, aconteceu uma reestruturação do mesmo. Atualmente, o nome da instituição é Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (CHPB). Ademais, em 16 de agosto de 1996, foi

⁵⁰ Os serviços substitutivos surgem mediante a desinstitucionalização dos indivíduos encontrados em hospitais psiquiátricos e manicômios. Se tornando necessário a criação de outros serviços para o atendimento dessa população. A exemplo se tem o CAPS e as residências terapêuticas.

⁵¹ O termo sofrimento psicossocial foi utilizado mediante indicação do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. O CFESS publicou um caderno, que faz parte da série assistente social no combate ao preconceito, intitulado discriminação contra a população usuária da saúde mental. Nesse caderno, é mencionado a importância de nomear corretamente e não perpetuar nomenclaturas preconceituosas para com os usuários. Dessa forma, o termo é utilizado para indicar um indivíduo que esteja vivenciando essa situação de adoecimento psicossocial, para que esse não seja personificado através de estereótipo popular.

criado o museu da loucura, em Barbacena - MG, com o intuito de retratar a sociedade objetos que remeteram a dinâmica do hospital colônia no período de exercício, na fase onde os tratamentos envolviam eletrochoques e a ingestão contínua de medicamentos.

De forma geral, determinados objetos são investidos de valor patrimonial e guardados por anos em instituições públicas ou particulares de origem, até serem finalmente, e somente em determinados casos, doados à espaços de salvaguarda, como memoriais e museus. No caso do Museu da Loucura, não existiu essa lacuna temporal, muitas vezes necessária para que alguns objetos adquiram valor patrimonial. Os pacientes ainda usavam os uniformes que passaram a fazer parte do Museu, ou seja, a realidade que não se queria mais no cotidiano ainda encontrava-se em plena transformação, ao mesmo tempo em que era musealizada, tornando-se memória. (BORGES, 2016, p.120)

Ao levantar-se a problemática dos processos precarizados no desenvolvimento das questões que envolvem saúde mental no Brasil faz-se necessário o debate acerca do Hospital Colônia. Em 2013, a jornalista Daniela Arbex, publicou o livro denominado Holocausto Brasileiro, para sinalizar a quantidade de óbitos que ocorreram mediante as condições existentes no lugar e o modo como os usuários eram vistos, usuários que muitas vezes não eram diagnosticados e sim considerados indesejados para suas famílias ou conhecidos.

Diante disso, a necessidade da luta antimanicomial e a reforma psiquiátrica fazem-se presentes para uma reformulação acerca dos conceitos e tratamentos que envolvem saúde mental no âmbito da sociedade brasileira.

A história da doença mental no Brasil é bem antiga. O primeiro hospício surgiu em 1841 no Rio de Janeiro. Até o ano de 1950, o tipo de tratamento disponível era um só: cadeiras giratórias, banhos quentes e frios, medicação, isolamento, maus-tratos e muito eletrochoque, o que não melhorava em nada a condição do doente, ao contrário só piorava os casos, e muitos pacientes vinham falecer no momento do choque. (BRUN; GOMES; 2019.p.6)

Com isso, podemos ratificar a necessidade de uma política pública de saúde mental melhor estruturada para lidar com as demandas dos usuários. Nesse contexto, os funcionários, familiares, os próprios usuários, cidadãos que observavam a situação e não acreditavam na eficácia desses protocolos para tratamento, iniciaram um processo de lutas contra essas medidas violentas como forma de tratamento para conter os pacientes. Assim, debates foram pautados acerca da temática e em 1987 ocorreu uma consolidação dessas ideias com a realização do II Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, que criou o lema “Por uma sociedade sem manicômios” e posteriormente foi definido que no dia 18 de maio seria comemorado o Dia Nacional do Movimento Antimanicomial ou da Luta Antimanicomial no Brasil. A luta antimanicomial tem como intuito viabilizar o acesso a direitos aos cidadãos em sofrimento psíquico.

Outra realidade recorrente no início da reforma psiquiátrica, desde a luta antimanicomial, são os leitos em hospitais psiquiátricos, estes em sua maioria, no setor privado. A partir de meados da década de 90 o país começou a passar pelo processo de desinstitucionalização, com a redução de leitos, intensificando-se nos anos 2000 com equipamentos que garantiam um processo seguro. Alguns dos equipamentos usados foi o PNASH/Psiquiatria-Programa

Nacional de Avaliação do Sistema Hospitalar/Psiquiatria-; as residências terapêuticas (SRT), onde se visava a atenuação no processo de reintegração dessas pessoas na comunidade; e o Programa De Volta para Casa, tido na época de vigor, por volta do ano 2003, um dos dispositivos mais eficazes a época, regulamentado pela lei 10.708. Contava com um auxílio mensal para pessoas com histórico de longa ou média permanência em hospitais psiquiátricos.

2.1. Sucateamento das políticas públicas de saúde mental de 2016 à 2022

Colocar-se em pauta a saúde mental em governos neoliberais é debater sobre um processo de privatização e mercantilização da loucura. Afirma-se que a decisão de compra de serviços privados com o orçamento público corroborou para o setor médico e industrial culminando, posteriormente, para o processo de medicalização massiva dos pacientes, (JORGE, CARVALHO E SILA, 2014 apud CABRAL, DAROSCI, 2019).

O Brasil é um país que tem a cultura de medicalização da população, e quando se coloca a níveis de governos neoliberais os lucros anuais dos centros farmacêuticos são estrondosos, a exemplo do ano de 2018, que conforme levantado pelo IQVIA⁵², o registro é de 103 bilhões. Tais números continuam a ser superados ano após ano. Essa é uma realidade latente em governos neoliberais que trazem consigo características dos métodos tomados no século XX.

A implementação de medidas resultantes de governos neoliberais tem marcado o processo de desconstrução e contrarreformas nas políticas públicas de saúde mental. Após o golpe ocorrido em 2016, a realidade em nível de políticas públicas no Brasil beira ao total desaparecimento do que outrora se entende por direitos, democracia, integralidade e acessibilidade.

A exemplo desse processo assíduo de desmonte da política, pode-se mencionar a Portaria número 3.588/2017, que remete de modo claro ao tratamento concentrado nos hospitais psiquiátricos, ao mencionar a necessidade de abertura de novos leitos. O temor, à volta dos tratamentos apenas em hospitais psiquiátricos, ameaça o país mais uma vez. A publicação da portaria causou comoção nacional, sobretudo dos profissionais que constituem o corpo multiprofissional e que atuam diretamente com público atendido pela política. A título de exemplo, cabe mencionar o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)⁵³. Resoluções como essa infligem diretamente os Direitos

⁵² IQVIA é uma empresa na área da saúde que trabalha com tecnologia e pesquisas em vários países, buscando a inovação e benefícios para o impulsionamento de outras empresas do setor farmacêutico.

⁵³ Em nota, o CFP se posiciona contrário a resolução aprovada, argumentando ser essa uma desfiguração a política de saúde mental. Indo totalmente contra os princípios do processo de desinstitucionalização psiquiátrica, assegurados pela Lei. 10.216/2001. A Abrasco, entende que as mudanças adotadas desmoralizam os direitos humanos e o processo histórico da reforma psiquiátrica antimanicomial, ao inibir investimentos aos equipamentos de reinserção psicossocial dos usuários.

Humanos, que conta em toda sua extensão com o direito à vida, à liberdade e a segurança, por exemplo.

A forma asilar não se justifica no Estado Democrático de Direito e acaba por negar direitos e garantias fundamentais à pessoa com sofrimento psíquico, criando um sistema de exclusão, incompatível com a construção de um mundo mais justo e igualitário. (BRITO, 2022, p.321)

A Constituição Federal de 1988, alicerçada pelo princípio da dignidade da pessoa humana, produz comandos ao Estado para proteção e promoção dos direitos fundamentais. Desse modo, o tratamento indigno dado ao sujeito com transtorno mental ou que faz uso, problemático ou não, de drogas não se sustenta diante de um Estado Inclusivo. (BRITO, 2022, p.322)

O que então se entende na lógica neoliberal por vida? Seriam esses indivíduos sujeitos de direitos? Saberiam estes o que é liberdade? Na lógica atual do neoliberalismo e mediante as ações por eles tomadas, o indivíduo continua sendo visto e entendido enquanto um volante do capital. Independentemente de sua condição física ou mental, todos são vítimas dos interesses do sistema. Se o indivíduo não contribuir enquanto trabalhador ativo para os detentores do meio de produção e para o giro do capital, ele contribuirá de alguma forma para esse sistema, que na realidade aqui abordada, acontece com a medicalização massiva.

É o cenário marcado pela expropriação de direitos, e melhor ainda seria para esse sistema que as pessoas não se entendessem enquanto sujeitos de direitos. A redução de gastos entra em cena dando espaço para a financeirização do setor privado. Dessa forma, a preocupação com o tratamento que está sendo oferecido à população e quais os resultados destes a longo prazo, é rasa. A história da política de saúde mental no país hoje já é resultado desse grande processo de desresponsabilização das autoridades.

Nesse interim, pode-se afirmar, portanto, que, principalmente, a partir do ano de 2016 o Brasil tem passado por um desmonte no que tange às políticas públicas, marcado, portanto, pelo retrocesso palpável na política de saúde mental. O investimento massivo em leitos de hospitais psiquiátricos e em comunidades terapêuticas (CTS), ao invés dos equipamentos substitutivos, como os CAPS, mostram o retorno apressado ao modelo de tratamento de séculos passados, que tinha claramente um papel higienista. É o investimento de recursos públicos para potencializar o setor privado. Concomitante a isto, se afirma: “no ano de 2018 o orçamento para a saúde mental em 2018 não foi distribuído de forma satisfatória no Brasil. Do total de 320 milhões, dois terços foram destinados à rede privada, formada por hospitais psiquiátricos, manicômios e comunidades terapêuticas.” (CABRAL; DAROSCI, p. 9)

Como elucida a assistente social Fernanda Almeida⁵⁴, ter a atenção da política de saúde mental voltada para a concentração de leitos e comunidades terapêuticas, deve ser impensável por sua dimensão exploratória e desumana, e também por não oferecer ao sujeito um tratamento pautado em suas particularidades, contexto no qual está inserido e

⁵⁴ A assistente social Fernanda Almeida em participação ao canal do YouTube: Inconsciente coletivo, na série “É preciso falar sobre saúde mental”, ratifica a importância da resistência do SUS mediante aos ataques na política de saúde mental. Além da resistência a volta de resquícios do modelo manicomial de tratamento. Link de acesso:

necessidades específicas de sua condição mental, haja vista que, os meios adotados ultimamente correspondem a uma tentativa de massificação das milhares de demandas ligadas a política. Além disso, o modelo para o qual o país tem se encaminhado, não conta com uma preocupação com a posterior reinserção desse indivíduo em comunidade, mas, ao contrário, torna outra vez a população vítima do silenciamento e do higienismo social.

Paralelo a isso, no governo Bolsonaro, observou-se uma intensificação no processo de remanicomialização presente na realidade social brasileira. Brito ratifica o exposto ao afirmar que,

O “Painel Saúde Mental: 20 anos da Lei 10.2016/01”(DESINSTITUTE; WEBER, 2021), publicado pelo Desinstitute, aponta entre os dados levantados o aprofundamento do financiamento federal de Comunidades Terapêuticas via setor de Justiça; abandono de políticas, programas e prioridades definidas pelas Conferências Nacionais de Saúde Mental; apagão de dados; surgimento de equipamentos e cuidados desvinculados aos territórios e a diminuição dos recursos federais para a Política de Saúde Mental. Um dos pontos abordados no Painel foi a suspensão do Programa Nacional de Avaliação Hospitalar/Psiquiatria (PNASH/Psiquiatria), desde 2014, que era o principal instrumento de avaliação dessas instituições. Também, a publicação eletrônica “Saúde Mental em Dados (SMD)” do Ministério da Saúde teve sua última edição em 2015, após 10 anos consecutivos de publicações. Ainda que fossem publicações que representassem voz do Governo Federal, os dados serviam de bússola para a reorientação das políticas públicas. A ausência de informações oficiais, no cenário de mudanças profundas nas políticas de saúde mental, álcool e outras drogas, é um agravante nesse contexto de retrocessos. (BRITO, 2022, p.331)

Assim, conseguimos observar a importância de uma reestruturação acerca das políticas públicas de saúde mental, e a forma como foram diretamente afetadas no período em que esses governos, que possuem um caráter neoliberal e conservador, estiveram no poder. Com o corte de gastos destinados a essa política, que se encontra fragilizada, além do aumento expressivo na quantidade de pessoas que estão vivenciando situação de sofrimento psicossocial ou convivem com alguém que vivencia, percebe-se a relevância da ampliação, e socialização de meios que minimizem a problemática em pauta. Logo, existe uma necessidade explícita para que ocorra um aumento nas verbas repassadas para essa política, além de um planejamento mais incisivo, tendo em vista as características particulares dos diferentes grupos que vivenciam essa realidade.

3. Serviço Social e o atendimento aos usuários da saúde mental

Tendo como base para o atendimento aos cidadãos os princípios que compõe o Código de Ética do assistente social, é de suma importância salientar que a profissão busca pensar para além da forma como a realidade social apresenta-se no cotidiano dos cidadãos. Assim, é válido destacar o princípio VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. Para além dos princípios, o modo como as entidades representativas se posicionam mediante as lutas dos grupos ditos como minorias, minorias por não estarem em uma posição privilegiada, ser composto por pessoas que são vistas como instrumentos do capital, ou como diz Marx, o exército industrial de reserva.

Consoante o caderno da série assistente social no combate ao preconceito, discriminação contra a população usuária da saúde mental,

Aqui podemos nomear quatro projetos existentes no cenário nacional: 1º) a proposta radical de Reforma Psiquiátrica, pautada na Luta Antimanicomial; 2º) a proposta de uma Reforma Psiquiátrica “simpática” às mudanças de caráter meramente legislativo e assistencial, 3º) a proposta de manutenção da perspectiva manicomial tradicional, com ênfase na retomada das internações e nos eletrochoques e 4º) a proposta conservadora e religiosa da defesa das comunidades terapêuticas. (CFESS, 2022, p.18)

Nesse contexto, torna-se essencial uma compreensão acerca da estruturação dos projetos que pautam as questões que permeiam o adoecimento psicossocial atualmente. É de nítida relevância, para a relação entre o profissional e usuário que ocorra uma apreensão da realidade exposta, para que assim seja possível o reconhecimento do cenário apresentado, e o pensar para uma provável solução, ou encaminhamento para outras redes/programas mediante a análise do profissional.

4. Conclusão

Diante do exposto, percebe-se que a cultura manicomial está cada vez mais presente na realidade. É a volta ao antigo modelo aterrorizador e repulsivo tidos nos antigos manicômios, marcado pelo cerceamento da liberdade e da democracia. A retirada do direito de ir e vir, dar lugar à opressão, ao medo, à inibição violenta do convívio comunitário; em última instância lhes tiram a própria vida.

O desmonte das políticas públicas, é o desmonte da luta histórica antimanicomial e reforma psiquiátrica. É a contraposição da lei enfática 10.216/2001, o marco desse processo histórico. Em um olhar para o passado, pode-se afirmar que esses procedimentos precarizados não possuíam eficácia, tanto para as pessoas com algum transtorno mental, quanto para as que entravam nesses espaços por outras questões, como não atender aos padrões socialmente impostos, como homossexuais e pessoas em situação de rua, por exemplo.

Ademais, faz-se necessário o reconhecimento dos cidadãos em sofrimento psíquico enquanto indivíduos que possuem direitos, e a necessidade do desenvolvimento de uma política pública que busque compreender as particularidades de cada grupo/pessoa, para que assim ocorra acompanhamento de modo contínuo e integral, tendo em vista os princípios do SUS, integralidade/universalização/equidade, e não um processo de medicalização massiva que rebate diretamente na vida dos usuários e de quem convive com os usuários do serviço.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017. Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências.

BRITO, Mônica. **Políticas de saúde mental no Governo Bolsonaro: de volta ao manicômio.** Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/j.ctv2v88c2n.20.pdf?refregid=excelsior%3A0f7448de1dd3d237dc7c1cc5e04a0ced&ab_segments=&origin=&acceptTC=1 Acesso em: 29 de dez, 2022.

Saúde com Arte: Museu da Loucura (MG). Centro Cultural do Ministério da Saúde, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/noticias/saude-com-arte-museu-da-loucura-mg>. Acesso em: 13 de dez.2022

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena. FHEMIG, Minas Gerais. Disponível em: <https://www.fhemig.mg.gov.br/atendimento/complexo-hospitalar-de-barbacena/centro-hospitalar-psiquiatrico-de-barbacena>. Acesso em 14 de dez.2022.

BORGES, Viviane. **Memórias difíceis: Hospital Colônia de Barbacena, reforma psiquiátrica brasileira e os usos políticos de um passado doloroso.** Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio |MAST - vol.10,no1,2017. Disponível em: https://www.academia.edu/download/65976818Memorias_dificis_a_reforma_psiquiatrica_brasileira_e_os_usos_politicos_de_um_passado_doloroso.pdf. Acesso em 14 de dez.2022.

BRUN, A.B.B; GOMES, R.S. **A IDENTIDADE DO MOVIMENTO NACIONAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL.** Caderno Humanidades em Perspectivas - II Simpósio de Pesquisa Social e II Encontro de Pesquisadores em Serviço Social - Edição Especial Outubro/2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/calbiero,+1+-+A+IDENTIDADE+DO+MOVIMENTO+NACIONAL+DA+LUTA+ANTIMANICOMIAL.pdf>. Acesso em 14 de dez.2022.

CABRAL, S. B; DAROSC, M. **A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL: Uma análise a partir do ângulo normativo (1903-2019).** Florianópolis, nov/dez.2019. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/202550>. Acesso em 26 dez. 2022.

COSTA, Tereza Cristina Ribeiro da. **A política de saúde mental na atualidade e o avanço do conservadorismo.** Argum., Vitória, v. 11, n. 2, p. 163-178, maio/ago. 2019. ISSN 2176-9575. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/202550>. Acesso em 26 dez. 2022

Ministério da Saúde. **Reforma Psiquiátrica e política de Saúde Mental no Brasil.** Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas, novembro. 2005. Disponível em [Biblioteca Virtual em Saúde MS \(saude.gov.br\)](Biblioteca Virtual em Saúde MS (saude.gov.br)). Acesso em 26 dez. 2022.

CFP. CFP repudia aprovação de mudanças na política de saúde mental. Site.cfp. Disponível em <https://site.cfp.org.br/cfp-repudia-mudancas-saude-mental/>. Acesso em 26 dez. de 2022.

O DESMONTE DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL. Morris Kachani. **Youtube.** 2 de mai.2022. 58Min05s. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/202550>.

Série assistente social no combate ao preconceito, discriminação contra a população usuária da saúde mental. CFESS, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/CFESS-Caderno08-SaudeMental-Site.pdf>. Data de acesso em: 29 de dez.2022.

Código de Ética do Assistente Social. CFESS. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 29 de dez.2022.

Internação involuntária/compulsória. Senado leg. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/internacao-involuntaria-compulsoria#:~:text=a\).](https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/internacao-involuntaria-compulsoria#:~:text=a).) Acesso em: 02 de mai.2023.

CONHEÇA O SUS E SEUS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS. CES-RJ. Disponível em: <http://www.conselhodesaude.rj.gov.br/noticias/577-conheca-o-sus-e-seus-principios-fundamentais.html>. Acesso em: 02 de mai.2023.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: Nova morfologia morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 140, p. 134 - 152, jan./abr. 2021.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E TERRITÓRIOS RURAIS: O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM COMUNIDADES RURAIS

Karine Carneiro de Oliveira Silva⁵⁵

Resumo: Este trabalho tem como objetivo pontuar reflexões sobre a atuação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como condutor de direitos sociais nas comunidades rurais. Parte do contexto em que se inserem as políticas sociais, perpassando por reflexões dos condicionantes históricos que permeiam essa relação, adotando os conceitos de território e matricialidade sociofamiliar no SUAS. Percurso que culmina na concepção do CRAS enquanto potencializador dos sujeitos através dos seus serviços. Para tanto, adotou-se a pesquisa bibliográfica, embasada em autores como Mota (2010), Spozati (2009) e Mito (2009), bem como a leitura das legislações sobre a política de Assistência Social, além da experiência profissional vivida em um CRAS RURAL.

Palavras-chave: Assistência Social; CRAS; Comunidades rurais.

1 INTRODUÇÃO

Debater sobre a Assistência Social é abrir um leque que possibilita diversos caminhos, neste trabalho dá-se ênfase a Assistência Social em territórios rurais. Nesse excerto buscou-se lançar apontamentos sobre a política de assistência social nos territórios rurais, entendendo em que contexto político-social se insere esta política, enquanto garantia, direito, mas que está sujeita ao contraditório.

As políticas sociais privilegiaram as camadas urbanas, pois surgiram com o intuito de cobrir a massa de trabalhadores, para garantir sua reprodução. Esse ranço histórico, coloca a população rural em um lugar excluído. Em que seus hábitos são tidos como atrasados, suas condições de vida associadas a pobreza e os direitos demoram a chegar.

A Política de Assistência Social é solo propício para emancipação dos sujeitos e aqui lançam-se as interlocuções que esta política é capaz de realizar em territórios rurais. Sobretudo calçada nas concepções de território e matricialidade sociofamiliar, auxiliares na superação da fragmentação e da estereotipação da população em questão.

Por fim, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é apresentado como o equipamento que realiza a proteção social básica no SUAS, que implementa o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). O seu trabalho permite conhecer famílias,

⁵⁵ Assistente Social, Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social – UECE, atua no Centro de Referência de Assistência Social -CRAS Lagoas em Aracati-CE. E-mail: kariineoliveira@gmail.com.

territórios e vulnerabilidades, estabelecendo um elo entre pessoas e direitos sociais, portanto o equipamento mais próximo das comunidades rurais.

Este caminho trilhou-se a partir da experiência profissional em um CRAS rural e dos estudos das legislações e produções teóricas que versam sobre a Política de Assistência Social.

2 OS CAMINHOS TORTUOSOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A Constituição Federal é o maior marco regulatório dos direitos sociais no Brasil, instituindo a seguridade social sob o tripé: saúde, previdência e assistência. O artigo 194 dispõe que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos reativos à saúde, a previdência e à assistência social”. (Art. 194 CF/1988).

Além dessas garantias serem resultados dos movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora, também engendram mediações para reprodução social, necessárias ao capital. Como apresenta Mota (2010), “um mecanismo que tem por base material, fundada nas necessidades objetivas, mas que ao transitar na esfera das superestruturas, adquire um caráter ideológico e político, tal desenho adquire outro significado político” (MOTA, 2010, p. 135), a legitimidade do Estado e da burguesia. Através das garantias sociais o Estado, que é burguês, cria um consenso de classe, amenizando os conflitos explícitos.

Sposati (2009), considera que a inserção da assistência social nesse tripé foi inovador, por tratar a assistência social como campo público e por desnaturalizar o papel da família e da sociedade, direcionando-a para o Estado.

A inclusão da assistência social significou, portanto, a ampliação no campo dos direitos humanos e sociais e, como consequência, introduziu a exigência de a assistência social, como política, ser capaz de formular com objetividade o conteúdo dos direitos do cidadão em seu raio de ação, tarefa, aliás, que ainda permanece em construção (SPOSATI, 2009, p. 14).

Desde então, vive-se uma dicotomia na política de assistência social: de um lado um movimento no sentido da construção de legislações, com vistas a romper com o caráter caritativo, de ajuda aos mais pobres e de outro a sua manutenção (MOTA et al, 2010). Assim, a Política de Assistência Social torna-se um campo de forças sociais, em que há a disputa de interesses e concepções na construção de um modelo, que tem predominado sob a lógica neoliberal da focalização e da fragmentação. Este campo apresenta-se dicotômico

Pois, se por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da desigualdade social, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais coloca em

andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos no campo social (COUTO, YASBEK e RAICHELIS, 2012, p. 56).

Dinâmica que vem sendo orquestrada com maior ênfase desde 2016, com o congelamento dos gastos sociais. Em meio ao contexto político caótico, instaurou-se o processo que resultou na Emenda Constitucional nº95, que limita os gastos com a seguridade social por 20 exercícios financeiros (BRASIL, 2016), em um país calçado na desigualdade social. Este quadro é um canteiro para o sucateamento das políticas sociais.

3 ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS COMUNIDADES RURAIS: REFLEXÕES TEÓRICO-PRÁTICAS

O espaço rural é permeado por particularidades, muitas das quais determinadas por processos excludentes inerentes ao sistema capitalista, a exemplo do período de industrialização nas décadas de 1940 e 1950, como elucida Santos (2008).

A industrialização se restringiu às áreas urbanas, porém atraindo mão de obra do espaço rural. “Ocorre que o perfil desse trabalhador superexplorado e sem direitos, próprio do meio rural de então, acaba por continuar se reproduzindo em sua cultura política, mesmo após sua transformação em empregado assalariado urbano” (SANTOS, 2012, p. 105).

Behring e Boschetti (2006) consideram que as políticas sociais se desenvolveram no cenário de industrialização, em que o trabalhador demandava intervenção do Estado para se reproduzir, porém a população rural foi excluída desse processo, como coloca Kraemer.

A política social vai ser implantada no Brasil privilegiando as áreas urbanas e a sua população inserida no mercado de trabalho formal, seguindo o modelo de desenvolvimento proposto pelo Estado para a expansão do capitalismo, a partir da mudança do modelo agrário-exportador para urbano-industrial. A população rural fica excluída do acesso às políticas sociais, assim como da garantia de direitos; o meio rural é secundarizado e assume o papel de retaguarda neste processo, ficando responsável por criar condições que assegurem o desenvolvimento do país em bases capitalistas através da produção de alimentos para a população das grandes cidades e da garantia de mão-de-obra para trabalhar nas indústrias que aqui se instalavam. (KRAEMER, 2013, p. 122)

Dessa necessidade de manutenção da força de trabalho urbana, solicitada à reprodução do capital, pode-se observar certa negligência estatal em relação às áreas rurais, muitas das quais ainda vivem sem acesso à água, saneamento, coleta de lixo e mobilidade.

Por muito tempo as políticas públicas para essas regiões se voltavam principalmente, para a contenção dos problemas da seca, a exemplo do Benefício Garantia Safra⁵⁶, que e do Programa Um Milhão de Cisternas⁵⁷.

Outros programas foram implementados com o intuito de fomentar o auto sustento através da agricultura, como a concessão de microcrédito para a população rural via

⁵⁶ Benefício que faz parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que garante um seguro financeiro aos agricultores rurais em tempos de estiagem.

⁵⁷ Programa que garante cisternas de placa para reserva de água da chuva nas comunidades rurais.

Funrural⁵⁸, proporcionando o investimento no plantio, aquisição de equipamentos, compra de animais e adesão a novas possibilidades produtivas.

Todavia, a subsistência não é a única necessidade dessa população. O indivíduo do campo é tão sujeito da saúde, da educação e da assistência social quanto a população urbana.

Kraemer (2013) reconhece os avanços no meio rural, principalmente na Assistência Social que tem como prerrogativa a equivalência das populações urbanas e rurais.

O Programa Bolsa Família tem significativo impacto no meio rural, o que, associado a outras ações e benefícios, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Benefício da Prestação Continuada (BPC), vêm assegurando a inclusão desta população no âmbito da proteção social não contributiva (KRAEMER, 2013, p. 105)

É inquestionável as transformações sociais proporcionadas pelos programas de transferência de renda, no entanto, as disparidades no seu acesso entre populações urbanas e rurais devem ser consideradas. Questões como deslocamento, acesso à informação e exclusão digital dificultam o alcance dos beneficiários aos equipamentos sociais.

Alternativas a esta problemática são encontradas na própria estruturação da política, a exemplo da concepção de território e matricialidade sócio familiar, em que levar em conta as características do território e as famílias que nele convivem é uma prerrogativa (BRASIL, 2005). Desta forma, é imprescindível que haja articulação dentro dos municípios, entre profissionais que estão na ponta e gestores das políticas, para que não se perca de vista quem são os sujeitos dos serviços.

4 A CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO E MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR NO SUAS

Um sujeito é quem e o que está em volta dele. Como seres históricos e sociais, os homens são suas relações que, por sua vez, se dão em um determinado espaço, que também é social. É nesse terreno, denominado território, que se manifestam as particularidades dos sujeitos, as vulnerabilidades sociais e a matéria de intervenção das políticas públicas.

A rede socioassistencial, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política, o que supõe constituir ou redirecionar essa rede, na perspectiva de sua diversidade, complexidade, cobertura, financiamento e do número potencial de usuários que dela possam necessitar (BRASIL, 2005b, p. 92).

A Política de Assistência Social delimita territórios geograficamente e considera o número de famílias referenciadas por cada CRAS. Todavia, também estabelece como prerrogativa considerar os aspectos históricos e culturais dos territórios.

Como esclarece Sposati,

É preciso ter claro que o território contém uma dimensão histórica, pois se constitui e se constrói sua identidade em uma dinâmica de relações. Assim, é o processo que

define a trajetória do território, e esse processo se reflete na trajetória dos que nele vivem, mas também é demarcado pelas trajetórias nele 'abairrados' (SPOSATI, 2013, p. 6).

No território se definem os vínculos familiares e comunitários, se estabelecem dinâmicas complexas que implicam na vida dos sujeitos, por isso essa compreensão possibilita a superação da fragmentação. Com a superação da fragmentação, abrem-se caminhos para realização da universalidade, do planejamento e monitoramento dos serviços, programas e projetos da assistência social (COUTO, YASBEK e RAICHELIS, 2013).

O planejamento, execução e avaliação dos serviços de Assistência Social no território devem contar com os sujeitos que o compõem, seja de forma direta (participação em instancias de controle social, conferências, avaliação por questionário, e etc.) ou indireta (observando suas demandas, anseios, afinidades, realizando diagnóstico do território). Segundo o Senso Suas (2022), a participação dos usuários nesses processos acontece em maior parte de maneira informal e ocasional.

Para a implantação de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas idosas em uma comunidade rural, por exemplo, é necessário entender as necessidades do público e conhecer o seu território (BRASIL, 2012). Desse mapeamento surgirão informações como: o trabalho predominante na comunidade, as formas de socialização dos idosos, o grau de escolarização, as doenças predominantes, os arranjos familiares e uma infinidade de particularidades que fornecerão ferramentas de trabalho para os profissionais.

Em consonância como Kraemer (2013) “a identificação das demandas deve decorrer de processo que aproxime os serviços da política às necessidades da população, possibilitando uma cobertura dos serviços socioassistenciais que abarquem as principais vulnerabilidades da população e de seus territórios (KRAEMER, 2013, p. 122).

A própria PNAS preconiza a maior aproximação possível das pessoas, do cotidiano delas, uma vez que assim se identificam as vulnerabilidades.

No entanto, quando falamos em Programas de Transferência de Renda essa aproximação é espaçada, pois os critérios são, em sua maioria, quantitativos, fechados, fornecidos através da base de dados do Cadastro Único.

Com efeito, o que se tem nesse caso, no dizer de Sposati (2013), são políticas sociais sem território, operando sob critérios homogêneos, sem considerar o terreno e as especificidades que o compõem, seus sujeitos. Conduz-se ações mecânicas, pautadas em manuais gerais que, por vezes, não têm relação com dada realidade.

Outra abordagem necessária é a matricialidade sociofamiliar Política de Assistência Social, desde a instituição da Política Nacional em 2004, preconiza a intervenção e o

direcionamento de suas ações para a família, mas que sujeitos compõe esta família e porque nela está o núcleo duro das intervenções?

A família é, o espaço principal de manifestações cotidianas das desigualdades, de reprodução social, espaço propício de emancipação dos sujeitos, sobre o qual o Estado deve garantir direitos. A PNAS (2005) fundamenta que a centralidade da família é primordial para superar a focalização.

Para Couto (2009), essa focalização diz respeito a abordagem do sujeito isolado. Todavia, chama a atenção para não se transferir o viés individualista para o grupal, responsabilizando a família pelos seus carecimentos. O que se deve ter como princípio é que a família está inscrita em um contexto, que é desigual e se metamorfosea.

Para Miotto (2003, p. 7)

a centralidade da família é garantida à medida que, na assistência social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista, que além da transferência de renda em patamares aceitáveis se desenvolvam prioritariamente redes de serviços que suportem as tarefas cotidianas de cuidado, que atualmente se fazem à custa de uma alta dose de trabalho familiar não pago.

A família é a esfera da reprodução social, reproduz a si mesma e a força de trabalho necessária ao metabolismo social, esse espaço privilegiado é que justifica a intervenção do Estado, sobretudo pela Política de Assistência Social que se constitui, ainda de acordo com Miotto (2003, p. 7), como o núcleo duro da seguridade social, “vetor de articulação das outras políticas sociais, particularmente as públicas de saúde, educação, emprego e habitação, para que as ações não sejam fragmentárias e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias”.

Verifica-se também que a matricialidade sociofamiliar tem estreita relação com a concepção de território, uma vez que

Os problemas experimentados e vividos pelas famílias são, quase em sua totalidade, resultados da realidade em que vivem [...]. Ao reconhecer os efeitos, nas relações familiares, dos contextos políticos, econômicos e culturais vivenciados em determinado território, reconhece-se também que os próprios territórios ganham significados e valores para as famílias ali residentes (ANDRADE e MATIAS, 2009, p. 220).

Com efeito, como a Política de Assistência Social se pauta nas necessidades das famílias e que estas são diversificadas, deve ser pensada de maneira que alcance as demandas das diversas famílias, que são conformadas por seus territórios.

Sem dúvida os espaços rurais possuem configurações próprias, dinâmicas diferenciadas dos espaços urbanos, seja pelas formas de interação, pelas relações de trabalho e/ou vínculos familiares e comunitários. Consequentemente, as vulnerabilidades têm determinações diferentes.

As famílias em situação de vulnerabilidade são consideradas aquelas que, de alguma forma, estão expostas a riscos (naturais, de saúde, riscos ligados ao ciclo de vida, riscos

ambientais, riscos sociais, riscos econômicos e políticos). Bronzo (2009) explica essa relação: “vulnerabilidade relaciona-se, por um lado, com a exposição ao risco e, por outro, com a capacidade de resposta, material e simbólica que, indivíduos, famílias e comunidades conseguem dar para fazer frente ao risco ou ao choque” (BRONZO, 2009, p. 173).

Desta forma, a Política de Assistência Social deve atuar em duas frentes, na prevenção e na superação, para tanto, parte do trabalho social com famílias.

O trabalho social com famílias está presente no PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), no SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) e nas demais atividades no âmbito da Assistência Social, tendo como finalidade

fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (TIPIFICAÇÃO, 2014, p. 12).

Esse trabalho deve levar em conta as vulnerabilidades da família, encontrar as possibilidades de enfrentamento e contribuir com a proteção integral da família. Para que isto aconteça, segundo Andrade e Matias (2009) é necessário seguir diretrizes, todavia isso não significa a adoção de instrumentos pré-estabelecidos.

Sobre as diretrizes apontadas pelos autores pode-se destacar: considerar as peculiaridades locais e econômicas das famílias; defesa e promoção de direitos; abster-se de posturas moralistas; fortalecimento do diálogo e combate à violência, ao preconceito e a discriminação; estimular a participação da família como protagonista; e relacionar a história das famílias com o contexto em que vivem.

5 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, CRAS E O TRABALHO NOS TERRITÓRIOS RURAIS

A materialização da Proteção Social Básica nos territórios rurais se dá, principalmente pela atuação dos CRAS. Este é o equipamento na Assistência Social que é capaz de ultrapassar o reducionismo da Assistência Social à transferência de renda e concretizar as ações sob os conceitos de território e matricialidade sociofamiliar.

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, p. 9).

Ou seja, tem caráter preventivo em suas ações e também coletivo, na maioria das vezes. Desenvolvendo-se em duas funções principais: o trabalho social com famílias (PAIF) e a gestão da proteção social básica nos territórios.

Em linhas gerais, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), é o trabalho junto às famílias, com vistas à convivência social, a viabilização de direitos, a

identificação conjunta de vulnerabilidades e os meios para superá-las, respeitando a autonomia dos sujeitos em suas decisões (BRASIL, 2012).

Já a gestão da proteção social básica diz respeito a organização, oferta e articulação com os serviços locais, com vistas a atender as famílias referenciadas pelo PAIF, por meio da articulação em rede e intersetorial e busca ativas de situações específicas (BRASIL, 2009).

Dados do último Senso Suas (2022), dão conta de 8557 CRAS no Brasil, destes apenas 786 estão em territórios rurais, no entanto 5529 CRAS em zonas urbanas possuem comunidades rurais em sua área de abrangência. O que aponta para a necessidade de traçar estratégias específicas para o trabalho com essas populações, lembrando que cada região rural possui características diferentes.

A agricultura familiar de subsistência, criação de animais, artesanato, pesca, organizações cooperativistas são atividades econômicas predominantes nos espaços rurais. Atividades estas que, em sua maioria, não garantem uma renda fixa, por vezes são sazonais. O que torna as famílias público do Cadastro Único e dos programas associados a ele, respeitados os critérios de cada um.

As condições de trabalho nos CRAS estão longe das ideais, o último Senso Suas aponta que mais de 80% dos CRAS não possui equipe volante exclusiva para atender territórios distantes e isolados. É necessário garantir o acesso dessas pessoas a Assistência Social, seja através de mutirões nas comunidades, ações coletivas, visitas domiciliares, contato telefônico (respeitando a ética profissional e o sigilo) e etc.

Para que o CRAS se faça próximo, é necessário que a população o conheça, saiba sua localização, quem compõe a equipe, quais os serviços ofertados, como se organiza a rede socioassistencial do município, como é desenvolvido o trabalho social com famílias e toda e qualquer informação que seja relevante, como afirma Mito (2009) para melhorar a qualidade de vida dos usuários. Além disso, a informação precisa ser compreendida, repassada em linguagem acessível ao público a que se destina, na direção de rompimento do ciclo da desinformação.

As ações socioeducativas também são uma ferramenta importante, utilizadas para abordar um assunto específico como trabalho infantil, violência contra a mulher, violência contra a pessoa idosa, combate a discriminação racial, dentre outros. As propostas são definidas, segundo Mito (2009) conforme as necessidades dos usuários e incidências no território.

Em territórios rurais se tem a reprodução do trabalho infantil de forma naturalizada, isso implica na necessidade de enfatizar essa temática, nas escolas das comunidades, nos Serviços de Convivência, nos grupos PAIF, com responsáveis, crianças e comunidade geral.

Todas as ações voltadas às famílias se relacionam ao PAIF, mas é através do acompanhamento familiar e das oficinas em grupo que, a longo prazo, as aquisições das famílias se tornam palpáveis.

O acompanhamento familiar consiste no

conjunto de intervenções desenvolvidas com uma ou mais famílias, de forma continuada, com objetivos estabelecidos, que pressupõe: Plano de Acompanhamento Familiar; Mediações Periódicas; Inserção em ações do PAIF; Alcance gradativo de aquisições e superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas. (BRASIL, 2014, p. 55).

É estabelecida uma relação de confiança e comprometimento entre profissionais e usuários, em que são definidas ações reais para superação das vulnerabilidades das famílias. Igualmente de confiança é a relação que se estabelece nas oficinas em grupo, pois supõe expor vulnerabilidades, problemáticas sensíveis, tendo o

intuito suscitar reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, identificados no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção a riscos. (BRASIL, 2012, p. 24).

O grupo é espaço de partilha, de identificação entre os participantes, deve ser um espaço em que todos se sintam seguros. O perfil do grupo é que vai direcionar as temáticas dos encontros, o que os indivíduos têm em comum predominará. Os sujeitos, enquanto autônomos apresentarão seus interesses, seja de forma direta ou indireta e a equipe de nível superior traçará estratégias para abraçar suas demandas, alinhando aos objetivos do trabalho social.

O desafio está em abordar temáticas, que muitas vezes são “feridas”, de forma aprazível, mas que proporcione a reflexão e a ação no sentido de mudança, de alteração de dada realidade.

Os trabalhadores da Assistência Social, sobretudo técnicos do PAIF devem se afastar de condutas estigmatizantes. É conhecido o estereótipo do homem do campo abordado nos filmes e novelas: sotaque carregado, linguagem coloquial, pouco conhecimento, roupas simples, aparência desleixada. A mulher, relegada aos afazeres domésticos e a criação dos filhos, sem instrução e sem autonomia.

Os profissionais devem deixar que as pessoas se apresentem em suas singularidades, ofertar uma escuta atenta e acolhedora, dando real importância às suas histórias e trajetórias. O usuário demanda mais que um atendimento de “birô”, necessita ser compreendido em sua totalidade, o que leva tempo e comprometimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Assistência Social se coloca como um direito, mas é permeada por diversas contradições, próprias da sociedade capitalista. Os direitos ainda são sementes e a jovem Assistência, para criar raízes, ser árvore frondosa – por meio dos equipamentos, seus trabalhadores e usuários, deve conhecer o território, as pessoas e as peculiaridades que o constroem. A política não é construída apenas por dados, pelos números de prontuários abertos e benefícios concedidos. A assistência social é feita de sujeitos: usuários e trabalhadores.

Cabe salientar a precariedade com que os trabalhadores do SUAS exercem seu trabalho no atual contexto de regressão de direitos e desmonte do Estado, com poucos recursos, uma estrutura insuficiente e com demandas crescentes. Junta-se a isso a fragilidade do vínculo trabalhista e a alta rotatividade de profissionais, o que prejudica a continuidade do trabalho social com as famílias.

As contradições se acirram no contexto neoliberal em que vivemos, expõem as mazelas das camadas mais pauperizadas e invizibilizadas do país, sem dúvidas a população rural faz parte dessa parcela.

O que se reclama é por políticas sociais efetivamente universais, gestadas no âmbito estatal, que cumpram seus objetivos, que garantam a proteção integral dos sujeitos e a equidade entre eles.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Priscilla Maia; MATIAS, Mariana López. Notas sobre o desenvolvimento do trabalho social com famílias no âmbito da Política de Assistência Social. IN: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. P. 219-228. Brasília: UNESCO, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 de Maio de 2023.

BRASIL. Acessar o benefício Garantia Safra. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-beneficio-garantia-safra>. Acesso em: 05 de Maio de 2023.

BRASIL. **Censo SUAS 2022 – Resultados Nacionais**, Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. Brasília: Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania. 2023.

BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 06 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF**. Brasília, 2012. V.2.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014.

BRONZO, Carla. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. IN: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: UNESCO, 2009. **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. P. 171-204.

CONHEÇA O PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS. Instituto Lula, 2022. Disponível em: <https://www.institutolula.org/conheca-o-programa-um-milhao-de-cisternas>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

COUTO, Berenice Rojas; YASBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. **A política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos**. IN: (orgs.) COUTO, Berenice Rojas et al. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2012.

KRAEMER, Luciane. (Tese). **Territorialidade e Proteção Social: Um Estudo Acerca dos Avanços e Desafios na Implantação Do Suas No Meio Rural**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul. Faculdade de Serviço Social. Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre, 2013.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate**. Brasília, 2003.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. IN: (org.) CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSATI, Adaíza. Modelo Brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. IN: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: UNESCO, 2009. **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. P. 13-56.

O PRÉ-NATAL SOCIAL COMO DISPOSITIVO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ-CE: UM RELATO DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL

Larissa Silva Carvalho⁵⁹

Francisco Daniel Coelho Viana⁶⁰

Resumo: O presente trabalho aborda a experiência vivenciada enquanto residentes em Serviço Social no atendimento e acompanhamento a gestantes durante o pré-natal social, no município de Icapuí-CE. Para a construção deste relato utilizou-se a observação de campo, fundamentada no referencial teórico do marxismo. Destarte, servindo-se de um olhar de totalidade da realidade social dessas mulheres, obtém-se a oportunidade de compreender o contexto em que se inserem a partir de perspectivas que rompem com práticas individualizantes, o que impele o/a assistente social a atuar de maneira multiprofissional. Este tipo de atenção tem promovido qualidade na assistência à saúde de gestantes.

Palavras-chave: Gestação; Pré-natal social; Serviço social; Atenção Primária à Saúde.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente os processos de luta no campo da saúde foram perpassados por dois projetos político-ideológicos em disputa: o de reforma sanitária e o privatista. O atual projeto ético-político do Serviço Social dialoga diretamente com o projeto de reforma sanitária em seus referenciais teóricos, princípios, construção do conhecimento e intervenção prática.

Apesar da ênfase dada a esses dois projetos em especial, tanto a saúde, como o Serviço Social possuem projetos em disputa, um que atua em favor da manutenção da sociedade burguesa e outro que idealiza a emancipação humana de todas as formas de opressão. Neste trabalho, focaremos na segunda proposta, tendo em vista ser o ponto norteador da prática profissional de quem escreve (CFESS, 2015).

Regidos pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), os/as trabalhadores/as operacionalizam suas ações de acordo com os princípios da universalidade, equidade, e integralidade, além disso conta com as seguintes diretrizes: regionalização e hierarquização, territorialização, população adscrita, cuidado centrado na pessoa, resolutividade,

⁵⁹ Assistente social residente, Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), carvslarissa@gmail.com.

⁶⁰ Assistente social residente, Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), danielcoelho.viana@gmail.com.

longitudinalidade do cuidado, coordenação do cuidado, ordenação da rede e participação da comunidade (BRASIL, 2017).

As equipes das unidades de Atenção Primária à Saúde (APS), são compostas pelas Equipes de Saúde da Família - ESF e Núcleo Ampliado de Saúde da Família - Nasf. Fazem parte da ESF o médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, agente comunitário de saúde, dentista, técnico de saúde bucal, podendo fazer parte também os agentes de combate às endemias. Essas equipes são fixadas nas unidades de saúde e acompanham apenas a população adscrita do território no qual ficou responsável (GOMES; GUTIÉRREZ; SORANZ, 2020).

Já as equipes NASF são multiprofissionais e interdisciplinares, compostas por profissionais que atuam de forma complementar à ESF. Nessa modalidade os/as profissionais dão suporte a equipe fixa, portanto podem atuar em mais de uma equipe de saúde da família. Podem compor essas equipes aquelas profissões inscritas no Código Brasileiro de Ocupações - CBO na área de saúde.

De acordo com dados do IBGE de 2021, o município de Icapuí possui cerca de 20.183 habitantes e conta com 9 equipamentos físicos de atenção primária, mas ao todo são 11 equipes de saúde da família, pois em dois postos atuam também duas equipes de residentes.

Essas equipes são compostas pela turma 9 da residência multiprofissional de saúde, no qual se referencia a escrita deste trabalho, atuando nas unidades Pedro Rebouças e Antonieta Brasil, a primeira localiza-se na zona urbana da cidade e a segunda na zona rural, próximo ao Rio Grande do Norte, portanto os/as profissionais residentes tanto da ESF quanto do NASF, vivenciam realidades distintas nas duas unidades.

Sobre a presença da residência em saúde no município, é preciso ponderar que, dentre os campos de atuação ofertados na saúde atualmente, encontra-se a Residência Multiprofissional em Saúde, que caracteriza-se como uma pós-graduação através do ensino em serviço, com carga horária de 60 horas semanais. Nessa modalidade de especialização as atividades são divididas em práticas, teóricas e teórico-práticas (CFESS, 2017).

Acerva-se desse contexto que a residência deve ser considerada enquanto um projeto de defesa do sistema de saúde nos moldes pensados a partir do contexto da reforma sanitária, lutando pela formação de profissionais que sejam aptos a ter uma presença na política de saúde baseando-se em um trabalho que siga a perspectiva multiprofissional.

No Ceará, especificamente sobre os programas da Escola de Saúde Pública (ESP/CE), esta modalidade de formação em serviço existe há 10 anos. Atualmente contam com os seguintes componentes comunitários: Saúde Mental Coletiva, Saúde Coletiva e Saúde da Família e Comunidade (ARES, 2023).

Especificamente acerca do programa em Saúde da Família e Comunidade, os/as residentes são designados a se inserirem nas unidades básicas de saúde dos municípios

alocados. Em Icapuí, as turmas são divididas em territórios a cada dois anos e acompanham duas unidades durante esse período onde farão parte das equipes de saúde daqueles serviços.

É importante vislumbrar essa organização, para que se possa entender a dinâmica de inserção de profissionais residentes assistentes sociais, do processo de trabalho estruturado na APS e compreender que nesse contexto de intervenção, os/as profissionais têm sido desafiados a contextualizar a realidade da população atendida e prestar seus serviços baseando-se no objetivo de fomentar a garantia dos direitos sociais relativos às gestantes, acompanhando-as através do pré-natal social.

Trata-se de um estudo qualitativo, com caráter descritivo do tipo relato de experiência. Foi construído a partir da inserção de profissionais residentes da categoria do Serviço Social vinculados a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE). Mediante a isto, essa contribuição teve o objetivo de abordar a experiência vivenciada enquanto residentes em Serviço Social no atendimento e acompanhamento a gestantes durante o pré-natal social, no município de Icapuí-CE (2022-atual).

2. SERVIÇO SOCIAL E O PRÉ-NATAL SOCIAL: O TRABALHO COM GESTANTES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Segundo a cartilha Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (2015), o trabalho do Serviço Social na saúde é constituído em diversas dimensões, mas com relação às atividades diretas aos usuários podemos citar as ações socioassistenciais, ações de articulação interdisciplinar e ações socioeducativas.

Como um/a profissional inserido na equipe NASF, os parâmetros de atuação da profissão se articulam com o que está estabelecido nas duas dimensões de trabalho do NASF, nos quais são caracterizadas por tarefas clínico-assistenciais e técnico-pedagógicas, onde “a primeira produz ou incide sobre a ação clínica direta com os usuários; e a segunda produz ação de apoio educativo com e para as equipes” (BRASIL, 2014, p. 17).

As ações com as gestantes transcorrem em todas as dimensões citadas anteriormente, o que vai particularizar cada intervenção é a finalidade delas e o contexto social de cada caso. Diante da experiência vivenciada, utilizamos o termo pré-natal social, para assim dar ênfase aos aspectos sociais das demandas apresentadas pelas gestantes; é um trabalho realizado pelo Serviço Social em parceria com outras profissões da equipe multiprofissional e em articulação com a rede intersetorial. O pré-natal social,

Busca contribuir para uma gestação mais tranquila e saudável; busca o estreitamento dos vínculos entre gestantes e equipes de saúde, para garantir adesão às consultas de pré-natal e o fortalecimento da relação afetiva entre mãe e bebê. Trata-se de

ampliar a proteção social de ambos através da articulação da rede intersetorial (FERNANDES, 2021, p.41).

Dentre ações socioassistenciais, o/ profissional realiza uma análise das condições reais de vida dessas gestantes, transpondo o caráter burocrático e emergencial, baseando-se em uma perspectiva de contextualizar a realidade considerando os fatores sócio-históricos que permeia a vida da população atendida (CFESS, 2015). Assim sendo, na realidade abordada, são avaliadas no atendimento individual às gestantes: renda familiar, moradia, saneamento, segurança alimentar, violência doméstica, gravidez indesejada, complicações durante a gestação, busca ativa de gestantes, entre outros.

Cabe a/ao assistente social considerar os contextos culturais, políticos e socioeconômico em que aquelas usuárias estão inseridas, prática que não é privativa mas pouco é observada pelos demais profissionais, pois ainda se encontra a forte influência de uma atuação pautada no modelo biomédico, onde a preocupação com o processo saúde-doença centra-se na doença em si, ao invés de visualizar os determinantes sociais da saúde que influenciam no processo de recuperação daquela pessoa.

Com essa ainda forte presença da centralidade na doença, enquanto assistentes sociais, a partir do conhecimento das condições de vida dessas usuárias, das suas necessidades e por compreender os diversos direitos sociais existentes e também a forma de como acessá-los, em articulação com as outras categorias profissionais a intervenção profissional impacta diretamente no processo saúde-doença dessas gestantes. Por isso,

O debate sobre determinantes sociais da saúde e sua relação com as iniquidades de saúde deve ser apropriado pelos assistentes sociais como uma ferramenta necessária para analisar os aspectos estruturais, particulares e peculiares incidentes sobre as condições de vida e saúde da população (SILVA, ZACARON e BEZERRA, 2019, p. 10).

Dessa forma, com o conhecimento sobre os determinantes, o/a profissional pode intervir como uma/um interlocutor/a entre a equipe clínica e essas gestantes, mantendo um diálogo sintonizando a preocupação com a doença com as demais necessidades para que não haja interferência de uma condição sobre a outra. Sem contar que é um trabalho também de diálogo com as demais profissões para manter um trabalho conjunto.

Esse diálogo deve acontecer, partindo do pressuposto de que compreender os determinantes sociais e atuar sobre eles não é uma exclusividade do trabalho da/o assistente social, mas sim um dos aspectos do trabalho na saúde e uma direção que deve ser seguida diante da atuação enquanto equipe multiprofissional. Sobre essa atuação,

[...] é preciso compreender que o trabalho multiprofissional não quer dizer que “cada um faz de tudo um pouco”. O multiprofissional significa a articulação entre diferentes abordagens profissionais para definir condutas complexas em situações complexas. Trata-se do encontro de diferenças em que cada profissional preserva sua identidade

e seu mandato profissional, ao mesmo tempo em que se abre para se colocar em situação de aprendizagem com o outro (NICÁCIO, 2021, p.69).

O trabalho na atenção primária, desde o atendimento individual a intervenções em grupo permite que a/o profissional compreenda a história de vida daquela paciente, suas condições para a gestação, dificuldades, vulnerabilidade, pois como profissional inserida/o em unidade dentro da comunidade, é possível compreender com maior facilidade todas estas questões, se assim for posto em prática a diretriz de territorialização proposta pela PNAB (2017).

No município de Icapuí, o atendimento individual a gestantes pode levar a uma série de articulações com a rede intersetorial e interdisciplinar. Após a avaliação social da realidade em que vivem, é possível encaminhá-las para a assistência social onde serão incluídas nos benefícios eventuais ofertados pela secretaria, sejam eles o kit bebê ou a cesta básica.

Vale salientar, que deve-se sempre fazer o exercício de superar a visão de que as avaliações socioeconômicas sejam critérios para recebimento ou não de benefícios. O intuito é garantir direitos e não ser uma barreira de acesso. Também poderá ser necessário avaliar a situação do Cadastro Único e a possibilidade de inserção da família em outras políticas sociais, programas e projetos existentes.

Importante destacar que aqui estamos tratando de um trabalho com mulheres e pessoas com útero, o que nos impele a pensar uma série de especificidades para este segmento, partindo do pressuposto que podemos atender mulheres cisgênero, assim como também homens trans, dentre outros segmentos envolvendo a população LGBTQIAPN+, envoltos/as na questão gestacional, que também (e imprescindivelmente) é uma questão sociofamiliar. Já que o atendimento acontece sintonizado ao cotidiano e realidade social dos sujeitos.

Um ponto que deve ser enfatizado aqui é o estigma que pode ser gerado em função de características, físicas, étnico-raciais, de gênero e sexuais que podem afastar as pessoas dos serviços de saúde, por isso deve-se pensar a diversidade humana.

No âmbito da saúde, é fundamental considerar a dimensão da diversidade como mediação necessária para o entendimento da individualidade humana. Os indivíduos em sua diversidade expressam diferenças quanto às relações de gênero, étnico-racial, de orientação sexual e identidade de gênero, entre outras questões que revelam a singularidade, o modo de constituir a individualidade em sua relação dinâmica e contraditória com a sociabilidade (CFESS, 2015, p. 47).

Para Mathieu (2009), o sexo é biológico e o gênero, social; e na sociedade capitalista em que estamos inseridos, existem atribuições e performances designadas para cada um dos dois sexos existentes, apesar dessa noção binária de sexo também ser ultrapassada, tendo em vista a existência das pessoas intersexo (que nascem com características sexuais que rompem com essa dualidade entre masculino e feminino).

O fato é que existem expressões de gênero que atribuem hierarquias sociais onde o masculino se sobrepõe ao feminino gerando sistemas de opressão que se manifestam de maneiras distintas nos diferentes contextos espalhados pelo mundo. Nesse sentido:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2018, p. 21).

Adendo a isso, de acordo com Cisne (2018), historicamente as mulheres foram postas em posições de exploração e opressão, mesmo que trabalhem mais do que os homens - tendo em vista os trabalhos domésticos e de socialização dos filhos - os trabalhos remunerados não são equiparados e as profissões majoritariamente ocupadas por elas possuem baixos salários.

Não obstante a isso, entende-se que o capitalismo enquanto sistema que confronta a qualidade de vida da classe trabalhadora em meio a exploração da força de trabalho e provoca o alastramento das expressões da questão social, incide também sobre às gestantes que não são alheias a esse universo, na medida em que são essas mulheres que fazem parte da classe trabalhadora, e estão expostas muitas vezes a uma exaustiva dupla ou tripla jornada de trabalho, considerando as funções mencionadas anteriormente, que colocam a mulher diante de um papel social exaustivo e condição de subalternidade.

Pensar os impactos do sistema capitalista na vida dessas mulheres gestantes perpassa o entendimento de que as repercussões deste introjetam mudanças nas condições postas as mulheres, modificando a estrutura familiar.

O fato é que as mudanças ocorridas na estrutura familiar com o surgimento do capitalismo impuseram novas configurações ao trabalho antes desenvolvido pelas mulheres e, longe de buscar a verdadeira emancipação feminina da proletária, sob o comando do capital este fenômeno veio atender às tendências de expansão do sistema, à medida que amplia sua massa de trabalhadores/as, e intensifica os níveis de exploração (MATOS, 2021, p.613).

Todas essas artimanhas são desenvolvidas para a manutenção das mulheres em postos de cuidado e servidão, e por serem destinados a mulheres, tornam-se desvalorizadas, dessa maneira o ciclo de exploração não tem fim. Nesse sentido, “a influência mútua de fatores individuais, epidemiológicos, sociais, culturais, econômicos e políticos facilita a maior ou menor exposição de um indivíduo ou grupo aos agravos em saúde” (FIOCRUZ, 2023, online).

Em outras palavras, contextos observáveis a nível estrutural do capitalismo podem ser vistos também a nível individual afetando as gestantes de forma ainda mais densa, dada a condição da gestação e impactam diretamente no trabalho do Serviço Social, que vai atender em sua maioria mulheres cis, negras, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, essa realidade perpassa todas as políticas setoriais, e situa também o contexto da população de gestantes atendidas no município a nível desse relato.

Desse modo, o que podemos pensar diante desse quadro societário que apresenta diversas características que impactam diretamente na compreensão de quem são essas gestantes, de como devem ser atendidas, do trabalho multiprofissional e o papel do Serviço Social diante do pré-natal social?

É com base na compreensão da diversidade, que quando falamos de pré-natal social, não especificamos, catalogamos e julgamos o gênero nem a orientação sexual das pessoas que chegam ao serviço, ou que na mesma intensidade podem se afastar deste, em detrimento ao tratamento institucional diante de quem são.

Portanto, compreendemos que o Serviço Social e toda a equipe tem um importante papel de pensar estratégias para que as usuárias e usuários não deixem de acessar seus direitos por quem são, rompendo com preconceitos. Pensando nisso, são realizadas campanhas socioeducativas, são feitos materiais trabalhando diversas temáticas com conteúdos preventivos e de promoção da saúde

Uma das ferramentas também utilizadas para materialização dessas estratégias são os grupos de gestantes, locus que a equipe de saúde solicita consideravelmente a intervenção dos/as assistentes sociais, sintonizada com a dimensão de - *ações socioeducativas*, definidas pelo CFESS, onde a reflexão provocada pela nossa categoria inside “[...] de forma que o usuário consiga captar, na medida do possível, o movimento da realidade social e, conseqüentemente, participar, de forma consciente, do processo de transformação dessa realidade enquanto ser histórico” (CFESS, 2015, p. 53).

Nos grupos, trabalhamos em equipe multiprofissional as questões voltadas aos direitos das gestantes, na compreensão de como cada profissão através do trabalho podem contribuir para o cuidado em saúde. Além disso, o grupo é usado para falar sobre a importância do pré-natal, direitos sexuais e reprodutivos - tais como a laqueadura; o autocuidado e sobre o desenvolvimento gestacional e o aleitamento materno; sobre os aspectos psicológicos; violências, questões relacionadas ao parto; puerpério; e aos cuidados com o recém-nascido, e a maternagem ampliada.

Com relação a esta última questão, a maternagem ampliada é extremamente relevante, pois é preciso considerar os familiares, acompanhantes e até mesmo os/as amigos/as no acompanhamento e cuidados com gestantes, pensando que não estão ou devem estar

sozinhas, e fazendo a ligação entre eles acontecerem, contribuir para socializar as vivências desse momento. sobre isso, o estudo intitulado “*maternagem ampliada*” sinaliza que,

O relato das experiências e das sensações experimentadas nesse momento, quando dividido com outras pessoas significativas para a mãe, fará com que também o bebê sinta-se melhor recebido pelo mundo, na medida em que este contará com mais interlocutores para expandir sua capacidade de comunicação (BRAGA, MORSCH, 2003, p.82).

Deste modo, o grupo de gestante são benéficos na medida em que funcionam “ como uma possibilidade diferenciada para o enfrentamento das mudanças decorrentes da gestação, uma vez que possui um cunho terapêutico e informativo para gestantes e acompanhantes” (NUNES et al, 2017, p. 87). Todo esse trabalho, sendo articulado de modo multidisciplinar e interprofissional, sintonizando o atendimento em saúde aos determinantes sociais.

Ademais, o conjunto articulado das intervenções propostas diante dessa experiência, a partir das vivências na residência multiprofissional com o processo de trabalho da/a assistente social na APS, são esforços a serem disseminados no âmbito da produção de conhecimento, visando alcançar tanto profissionais da área de Serviço Social, quanto equipes multiprofissionais, pois reproduz uma ótica de atuação sintonizada com os princípios e diretrizes do SUS e da PNAB, sendo assim uma experiência exitosa.

Portanto, o pré-natal social se caracteriza como a contribuição da/o assistente social no processo de trabalho em saúde, no sentido de potencializar o cuidado proporcionado por meio da articulações da realidade social de gestantes com o cuidado em saúde, pautando-se na atuação multiprofissional e em rede intersetorial, fortalecendo assim os vínculos entre a atenção primária à saúde e essas gestantes.

3. CONCLUSÃO

Com o objetivo de abordar a experiência vivenciada enquanto residentes em Serviço Social no atendimento e acompanhamento a gestantes durante o pré-natal social, no município de Icapuí-CE. Este relato de experiência proporcionou o reconhecimento do trabalho da/o assistente social na APS, enquanto agente que baseia suas intervenções numa perspectiva de totalidade, reconhecendo a realidade social e os determinantes sociais da saúde enquanto peças fundamentais no cuidado em saúde.

Fica evidente que o intento da atuação profissionais está na articulação entre as gestantes e suas demandas com a equipe de saúde e sua família, tendo no arcabouço dessa intervenção proporcionar o reconhecimento, visibilidade e a devida atenção às demandas

dessas mulheres promovendo a materialização do atendimento integral pautado na assistência com base nos princípios do SUS.

O pré-natal social utilizado no processo de trabalho da/o assistente social na APS, torna-se uma ferramenta imprescindível para contextualizar as demandas da população de gestantes atendidas no município, com as equipes de saúde, com a socialização do período gestacional com a família, através da maternagem ampliada e no fortalecimento do atendimento humanizado e construção da autonomia das gestantes, que passam a ter uma atenção integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARES. **Apoio às Residências de Saúde**. Manual do participante - seleção para os programas residência em área profissional da saúde, nas modalidades multiprofissional e uniprofissional – 2023. Disponível em: < https://www.resmedceara.ufc.br/ares/wp-content/uploads/2022/09/Edital_Completo_-n_04_2022_PSU-RESMULTI-15.09.2022-1.pdf >. Acesso em: 22 de abril de 2023.

BRASIL. **PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, Cadernos de Atenção Básica, no 39 -V1, 2014.

BRAGA, N.A; MORSCH, D. S. Maternagem ampliada. In: MOREIRA, MEL., BRAGA, NA., and MORSCH, DS., orgs. **Quando a vida começa diferente: o bebê e sua família na UTI neonatal**. [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, SciELO Books, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CFESS. **Residência em Saúde e Serviço Social: subsídios para reflexão**. Brasília: CFESS, 2017. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-BrochuraResidenciaSaude.pdf> >. Acesso em: 22 de abr. 2023.

CFESS. **Parâmetros Para Atuação De Assistentes Sociais Na Saúde**. Brasília: CFESS, reimpressão, 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf>. Acesso em 05 mai. 2023.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

FERNANDES, Luana Rodrigues. A experiência pré-natal social: um olhar integral sobre a gestação. **Humanidades em Perspectivas**, v. 5, n. 10, p. 36-47, 2021.

FIOCRUZ. **Enfrentamento ao Estigma e Discriminação**. Portal online. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2023. Disponível em: <<https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/fiocruz-estigma/s/index.html>>. Acesso em 29 abr. 2023.

GOMES, Clarice Brito e Souza; GUTIÉRREZ, Adriana Coser; SORANZ, Daniel. Política Nacional de Atenção Básica de 2017: análise da composição das equipes e cobertura nacional da Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1327-1338, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados estatísticos municipais, cidade de Icapuí-CE**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/icapu.html> >. Acesso em: 29 de abr. 2023.

MATOS, Andrea Cunha. Contribuições do marxismo para estudos de gênero. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n.1, p. 610- 622, abr., 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/37004/24639>>. Acesso em: 04 mai. 2023.

MATHIEU, N. C. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena; AMARAL, Ana Luísa. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NICACIO, Erimaldo Matias. O processo de articulação entre instituições de ensino e serviços de saúde nas Residências Multiprofissionais: a experiência do HESFA/UFRJ. In: **Serviço social e residências em saúde: desafios em tempos de pandemia** / PASSOS, R. G; TRINDADE, A de A; GARCIA, D. H. G; PASSOS, V. B. C. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2021. Disponível em: < <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/14625/1/RGPassos.pdf> >. Acesso em: 22 de mai. 2023.

NUNES, Giovana de Pires et al. Grupo de gestantes como ferramenta de instrumentalização e potencialização do cuidado. **Cidadania em Ação: Revista de Extensão e Cultura**, v. 1, n. 1, p. 77-90, 2017.

SILVA, Maria Eduarda Honorato da; ZACARON, Sabrina Silva; BEZERRA, Maureen de Oliveira Azevedo. Determinantes sociais da saúde e as iniquidades no Brasil: um debate necessário. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019. Disponível em: < <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/742> >. Acesso em: 29 de maio 2023

POLÍTICA DE SAÚDE E FAMILISMO: UMA REFLEXÃO SOBRE A CENTRALIDADE DO CUIDADO EM SAÚDE

Beatriz Dantas Gomes Bezerra⁶¹

Rafaela Vyviane dos Santos⁶²

RESUMO

Este artigo objetiva “Discutir sobre o papel das famílias no cuidado em saúde”, para tanto, foram realizadas uma pesquisa bibliográfica e uma análise crítica da realidade de um Hospital com ênfase em saúde materno-infantil de Média Complexidade no interior do estado do Rio Grande do Norte. Concluímos que é urgente a discussão sobre o cuidado em saúde nos espaços de formulação de políticas públicas e nos serviços de saúde, de forma que as famílias tenham sua importância considerada nesse âmbito, mas sem perder de vista a perspectiva ampla do cuidado em saúde como responsabilidade do Estado e direito dos sujeitos.

Palavras-chave: Familismo. Saúde. Cuidado em saúde.

INTRODUÇÃO

A família é uma criação humana, histórica, social e mutável, que se delinea e se modifica de acordo com a conjuntura social presente, ou seja, ela é fruto da organização social. (CARLOTO, 2005). Historicamente essa instituição assumiu um papel de destaque na proteção social. Na política de saúde essa desempenha um papel central na preservação da saúde de seus membros, no que se refere ao encargo pelos cuidados é incontestável e pilar fundante para reprodução social. (SOUZA; ALCÂNTARA; ACQUAVIVA, 2021).

Neste contexto, a relação da família com o sistema de proteção social passa a ser debatida e em 1990 o termo familismo ganha notoriedade, sendo aplicado para definir essa responsabilização demasiada da família na reprodução social de seus membros. (Esping-Andersen *apud* ALVES; MIOTO, 2015). Diante desse contexto, se faz necessário pensarmos acerca do papel das famílias no cuidado à saúde.

⁶¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Saúde Materno-infantil e Atenção Básica em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bacharel em Serviço Social pela UERN. Email: beatriizbezerra@hotmail.com

⁶² Pós-graduanda do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Saúde Materno-infantil pela UFRN. Bacharel em Serviço Social pela UFRN. Email: rafaelavyviane2011@gmail.com

Desse modo, o presente artigo tem como objetivo “Discutir sobre o papel das famílias no cuidado em saúde”. Para tanto, foram realizadas uma pesquisa bibliográfica e uma análise crítica da realidade de um Hospital de Média Complexidade no interior do estado do Rio Grande do Norte (RN). Enquanto corrente filosófica de análise da realidade o estudo se ancora na perspectiva crítica do materialismo histórico-dialético.

Nesse contexto, o artigo que apresentamos aborda em um primeiro momento o conceito de família e a relação dessa instituição com sistema de proteção social, dando ênfase a política de saúde. Em seguida buscamos refletir acerca do papel da família no cuidado nos serviços de saúde, com ênfase na linha de cuidado Materno-Infantil, dialogando com a realidade de um Hospital de Média Complexidade do interior do estado do Rio Grande do Norte, no qual vivenciamos a experiência enquanto residentes de Serviço Social do Programa de Residência Multiprofissional em Assistência à Saúde Materno Infantil.

Desse modo, buscamos contribuir com a produção teórica sobre a discussão acerca da política de saúde e o familismo, bem como suscitar reflexões sobre a centralidade do cuidado nos serviços de saúde e sua dimensão de gênero, uma vez que historicamente o papel de cuidar é atribuído às mulheres e, conseqüentemente, a culpabilização das famílias que teriam falhado em relação ao cuidado, recaem, quase sempre sobre elas. A nosso ver, essa responsabilização das mulheres não é, de modo algum um processo natural, mas sim fruto das construções de gênero e de domínio do patriarcado⁶³ em nossa sociedade.

1 FAMILISMO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A família é uma instituição fruto da organização da sociedade, sendo desse modo, uma construção humana, histórica, que se delineia e se modifica de acordo com a estrutura social apresentada (CARLOTO, 2005).

É importante ressaltar, que esta instituição também dispõe da capacidade de influir na realidade social. Conforme Dias (2000, p. 82) “dada a visibilidade que a família assume na sociedade, esta também procura ajustar as instituições as necessidades e exigências da família”, ou seja, a medida que a sociedade muda, a família muda, mas as mudanças que ocorrem no interior da família também afetam sobremaneira a sociedade, sendo estabelecido dessa forma uma relação dinâmica e dialética entre estas duas organizações.

É nesse contexto que ao longo da história e em diferentes sociedades, a família assume papel de destaque na proteção social. É importante ressaltar que essa relação da família com

⁶³ O patriarcado “designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres”. (DELPHY *apud* CISNE, 2013).

os sistemas de proteção social é uma temática bastante discutida, e é nesse cenário que no ano de 1990 o termo familismo ganha notoriedade no âmbito das discussões da política social, o referido termo caracteriza-se pela responsabilização excessiva das famílias. A organização e oferta de serviços presume a responsabilidade máxima da família na garantia do bem-estar de seus membros em contrapartida da ausência de bem-estar estatal. (ESPING-ANDERSEN *apud* ALVES;MIOTO, 2015).

A proposta familista, desenhada no interior do desenvolvimento capitalista e do liberalismo econômico entre os séculos XVIII e XIX, consiste na ideia de dois meios naturais para a satisfação das necessidades das pessoas: a família e o mercado. O Estado só intervém quando esses dois canais falham, ou seja, proteção social nesse cenário se configura de forma compensatória e temporária com uma menor garantia de bem-estar por parte do Estado (SOUZA; ALCÂNTARA; ACQUAVIVA, 2021)

Nesse cenário, pode ser visto uma disseminação da culpabilização das famílias por não conseguirem administrar seus recursos, assim como por não encontrarem estratégias para sua manutenção e sobrevivência. Nesse bojo, as dificuldades de manutenção da família, ocasionadas por questões estruturais, como por exemplo desemprego e adoecimento, são apontados socialmente como problemas de famílias (SOUZA; ALCÂNTARA; ACQUAVIVA, 2021).

No Brasil, o caráter familista da política social sofreu poucas alterações ao longo da história, mesmo sendo possível observar a existência de disputa entre projetos que demarcam a família como parceira, marcados ora pela "desfamiliarização" ora pela "familiarização". O primeiro apontado na concepção da Constituição Federal de 1988, apresenta-se como um suspiro limitado no plano político e institucional; o segundo, nutrido pelo ideário neoliberal, reduz a política social a uma lógica de combate à pobreza (MIOTO, 2008; GOLDANI, 2004 *apud* ALVES; MIOTO, 2015). Neste contexto, se permanece insistindo na família como a maior responsável pela provisão de bem-estar, podendo ser observada essa lógica em algumas legislações ou programas que compõem as políticas de seguridade social no Brasil (ALVES; MIOTO, 2015).

Na política de saúde, a família é solicitada para assumir a função de parceira nos cuidados dos doentes. Nos anos de 1990, essa "parceria" fica explicitada oficialmente na política de saúde, especialmente através do Programa de Saúde da Família. Desde então, é possível notar nas normativas da referida política a menção a família atrelada ao cuidado em saúde dos seus membros. Dentre os documentos calcados nessa perspectiva, podemos mencionar: a Política Nacional de Humanização; as Diretrizes Operacionais do Pacto pela Saúde; o Guia Prático do Cuidador; a cartilha "Visita Aberta e Direito a Acompanhante"; a Política de Atenção Humanizada ao Recém - nascido de Baixo Peso – Método Canguru, e

hoje a Rede Cegonha, além das orientações elaboradas pelos diversos estados e municípios (BARCELOS, 2011).

Mioto e Dal Prá (2012), chamam atenção para essa responsabilização da família pelo cuidado em saúde e a presença da perspectiva familista nos programas nacionais “Brasil Carinhoso” e “melhor em casa”, a partir de três pontos: o objeto do programas, alicerçados em serviços, que se direcionam as famílias com crianças em situação de miséria e à normatização da participação das famílias na assistência à saúde; centralização da família no cuidado em saúde e focalização no acesso aos serviços educacionais infantis a situações de pobreza extrema como sinais do distanciamento do princípio de universalidade; a privatização do bem-estar social através de dois responsáveis: mercado e família.

Ademais, no cotidiano de saúde podemos observar essa crescente responsabilização das famílias pelos cuidados dos seus membros, em contrapartida, de uma crescente desresponsabilização do estado, que se faz cada vez mais ausente, uma vez que os usuários e suas famílias acabam cobrindo e/ou arcando com as lacunas do Sistema Único de Saúde seja porque os serviços não disponibilizam a assistência necessária, ou seja, pela dificuldade de acesso aos serviços, situações estas que muitas vezes levam o usuário a recorrer aos serviços privados contando com o subsídio financeiro de seus familiares. As famílias em muitas situações também são essenciais para que os usuários possam efetivamente fazer uso dos serviços de saúde, uma vez que são seus membros que articulam as práticas administrativas e participam de práticas formais e informais ligadas às deficiências dos serviços (SARACENO *apud* ALVES; MIOTO, 2015).

Nesse contexto, nota-se que a política de saúde brasileira aponta a família como instituição primordial para realização do cuidado e suas diretrizes e orientações mostram o cuidado desempenhado de maneira naturalizada pelas famílias, sem levar em consideração as implicações e condições objetivas para tal atribuição. Ademais, destacamos que os serviços de saúde se organizam a partir da idealização dos papéis típicos de família, sem muitas vezes considerar a diversidade e as contradições inerentes às relações familiares, gerando muitas tensões nas relações famílias x instituições de saúde (BARCELOS, 2011).

A idealização dos papéis típicos de família corrobora para a centralidade do cuidado na figura feminina, ou seja, percebe-se que historicamente recai sobre as mulheres a exigência do cuidado de seus familiares, não somente na esfera doméstica, mas também na pública, em que podemos destacar as instituições de saúde. Destacamos ainda que nas instituições de saúde voltadas à assistência materno-infantil, a centralidade na figura feminina, enquanto protagonista do cuidado em saúde, fica ainda mais evidente, na medida em que socialmente a figura materna é culturalmente apontada como protagonista no cuidado de seus filhos.

2 A CENTRALIDADE DO CUIDADO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

O entendimento sobre cuidado é amplo e não consensual entre os estudiosos, todavia, aqui destacamos a compreensão do cuidado na seara das políticas sociais, nesse aspecto, “ênfatizam-se duas lógicas do debate, a saber: o cuidado considerado essencialmente como valor e responsabilidade ética e o cuidado como trabalho familiar, trabalho de reprodução social.” (BARCELOS, 2011, p.58). Na saúde, Ayres (2004, p.74) destaca o cuidado como sendo “um conjunto de procedimentos tecnicamente orientados para o bom êxito de um certo tratamento” - todavia dentro deste espectro do cuidado pode se considerar seus vários tipos, seja afetivo ou profissional que presenciamos nos serviços de saúde. A respeito do cuidado nos hospitais, Barcelos (2011), pontua que:

No âmbito hospitalar, o cuidado é extremamente relevante, pois todos os usuários que se encontram internados dependem de cuidados de outrem. Esses cuidados são uma das atribuições das equipes de saúde. Porém, sabe-se que eles não são realizados somente pela equipe de saúde, que tem na enfermagem um grande protagonista, mas tradicionalmente a família é incluída nesse processo. Em razão dessa constatação, é pertinente compreender a inserção da família no campo do cuidado no espaço intra-hospitalar. (BARCELOS, 2011, p.101)

Em consequência disso, nota-se que a responsabilização das famílias nos serviços de saúde, se dá prioritariamente pela exigência do cuidado dos seus entes. No Brasil, a política de saúde estabelece a família como a principal instituição para exercer o cuidado (BARCELOS, 2011). Todavia, dentro do núcleo familiar a centralidade do cuidado está historicamente associada às mulheres, como mais uma tarefa atribuída ao gênero feminino não somente na esfera doméstica, mas também institucional. Souza, Alcântara e Acquaviva (2021) abordam esse aspecto a seguir:

A luz das reflexões empreendidas por autoras que compõem o pensamento crítico feminista, também não podemos deixar de observar que as mulheres adquirem um papel singular nas diversas dimensões de responsabilização destinada às famílias, ocupando lugar de destaque nas atividades assumidas por esta instituição. Podemos afirmar que a produção e reprodução do viver tem como um de seus primeiros atos históricos a relação estabelecida entre os sexos e a divisão do trabalho entre eles, que se estrutura sob o molde da subordinação, o que confere acentuadas desigualdades sociais ao cotidiano dos sujeitos e, especialmente, das mulheres. (p.282)

Desse modo, de acordo com Barcelos, podemos compreender o cuidado como um trabalho familiar não remunerado, ainda majoritariamente exercido pelas mulheres na divisão sexual do trabalho (BARCELOS, 2011). Ainda segundo a autora, este cenário tem sofrido alterações devido às transformações na condição das mulheres na sociedade cada vez mais

ocupando a esfera pública e inserindo-se no mercado de trabalho, o que vem desencadeando uma retomada de discussões a respeito do cuidado em países das Américas Latina e Central.

A “naturalização” do cuidado como um papel feminino pode ser observada facilmente no cotidiano dos serviços de saúde, especialmente no âmbito materno infantil. De forma geral, o membro familiar que é requisitado pelos usuários para exercer a função de acompanhante é do gênero feminino, seja a mãe, a avó, a irmã, a filha, a nora, a cunhada, etc. E, quando estas estão impossibilitadas, recorre-se a rede de apoio extensa, uma vizinha ou uma amiga. Ademais, notamos no cotidiano dos serviços um certo estranhamento dos profissionais quando o acompanhante ou cuidador é homem, mesmo que a escolha seja direito do paciente, independente do gênero, vale pontuar, que esse pensamento também faz parte do imaginário dos familiares.

Partindo da experiência profissional em hospital de atenção à saúde materno-infantil, percebemos como se acentua a responsabilização da mulher no cuidado, tanto daquelas que acompanham a mulher no parto e pós parto, quanto das próprias parturientes e puérperas, quando os bebês permanecem internados após a alta hospitalar da mãe. Desse modo, quando “(...) o paciente é a criança, se reconhece a mãe como figura central para o cuidado. Fica explicitada a colaboração efetiva nos serviços, em que as mães cumprem tarefas que deveriam ser exercidas por profissionais.” (BARCELOS, 2011, p. 100).

Além disso, os profissionais de saúde depositam nas mulheres as expectativas que eles esperam que elas desempenhem enquanto mães, partindo de uma concepção de maternidade idealizada e conservadora. Isto posto, durante a permanência da criança no hospital, há uma centralidade na figura materna como indispensável para o exercício do cuidado dos bebês, mesmo que estas ainda estejam recuperando-se do parto e ainda precisando de cuidados (BARCELOS, 2011).

Diante disso, há casos em que a mulher, na condição de acompanhante do filho, demonstra a vontade de ausentar-se do hospital seja porque necessita cuidar dos outros filhos, cuidar de outro membro da família ou por questões pessoais e de saúde, nessas circunstâncias observa-se certa resistência dos profissionais de saúde em considerar as necessidades dessa mulher e concordar com sua saída. É importante considerar, que o serviço de saúde deve estar preparado e sua equipe preparada para ofertar os cuidados que o paciente necessite independente do suporte familiar.

Barcelos (2011) destaca ainda que em geral nessas situações há uma grande necessidade de negociação acerca das “idas e vindas do acompanhante” sendo preciso dialogar com a equipe para esclarecer a necessidade da ausência do acompanhante no serviço. Atentamos que o ponto em questão, não se refere aos benefícios que o acompanhamento da família traz ao usuário que está internado, benefícios esses tão discutidos nacionalmente e internacionalmente na literatura, mas sim a maneira como essa

família/acompanhante é requisitada pelas instituições de saúde, sem considerar as condições objetivas dessas famílias para exercer tal papel.

É importante frisarmos que essa exigência da permanência do acompanhante nas instituições de saúde é permeada por diversas contradições, expectativas e em algumas situações conflitos. Corroboramos com Barcelos (2011) ao afirmar que:

[...] a família tem grande protagonismo no campo do cuidado em saúde e esse protagonismo não se constrói de forma linear e harmônica. Ao contrário, as relações entre profissionais e famílias se movimentam num campo bastante contraditório, onde se opõem e se encontram interesses, expectativas e possibilidades. O caráter contraditório da relação fica evidenciado, pois são inúmeros os fatores envolvidos nesse contexto, desde as impressões pessoais de cada situação atendida até as orientações das políticas sociais em nível nacional, estadual, municipal e local, além do conjunto da legislação que trata dos direitos de cidadania dos usuários dos serviços (p. 145- 146).

Os conflitos intrínsecos a relação família/usuário/profissionais de saúde são sobretudo conflitos que se originam nas diferenças de saberes, o saber biomédico e técnico-científico em confronto com o saber popular, com as tradições religiosas e até mesmo com o modo de viver daquelas pessoas que escapa daquele padrão idealizado, os arranjos familiares são distintos, a compreensão sobre o que é saúde e o que é doença também.

Ressalta-se, que não estamos desconsiderando a relevância do saber científico e médico na recuperação dos usuários, mas é perceptível que há dentro das instituições de saúde, principalmente hospitalares uma supervalorização desses saberes em detrimento dos saberes de origem popular. Assim como, notamos a resistência de boa parte dos profissionais em buscar compreender a realidade de vida daquele usuário e de sua família. Essa problemática é observada por Barcelos (2011) quando reflete sobre a prorrogação da alta hospitalar por motivações não clínicas, vejamos:

(...) ao sugerirem a prorrogação da alta hospitalar, por razões que não são clínicas, há resistências dentro da própria equipe de saúde, fato esse que reforça a prevalência do modelo biomédico e corrobora a visão curativa, sem levar em conta a integralidade das ações e o próprio conceito ampliado de saúde. Outro aspecto relevante apontado diz respeito às expectativas projetadas na família, sem levar em consideração, na maior parte das vezes, o contexto social, econômico e afetivo das realidades atendidas (p.97).

Portanto, refletir sobre o protagonismo familiar no cuidado em saúde é considerar a importância da rede de apoio do sujeito no enfrentamento de algum problema de saúde seja daqueles que necessitam de tratamento e acompanhamento ambulatorial ou daqueles que necessitam de internação hospitalar. É buscar analisar a integralidade do usuário e sua família, avaliando o seu contexto social, econômico e afetivo. Afinal, quantas vezes podemos nos deparar com usuários que mesmo com a saúde reestabelecida, não podem receber alta

hospitalar devido a vínculos familiares fragilizados e ausência de uma referência familiar para auxiliá-los na recuperação? Então é nesse contexto, que as instituições de saúde precisam intervir buscando através de articulações intersetoriais garantir as mínimas condições para a alta hospitalar segura, de forma que os serviços também estejam comprometidos com o processo saúde e doenças dos seus usuários, só assim garantiremos a perspectiva ampla do cuidado em saúde como responsabilidade do Estado e direito de todos os sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os aspectos expostos até aqui, evidencia-se que a família não é uma instituição estática, ao contrário, está em constante mudança e reconfiguração à medida que a sociedade e seus valores se transformam. Todavia, mesmo com as mudanças, ela permanece assumindo um papel indispensável na proteção social, o que denuncia o caráter familista das políticas sociais no Brasil, apesar de observarmos dois projetos em disputa o da "desfamiliarização" e o da "familiarização", sendo o primeiro uma perspectiva de descentralizar a responsabilização do bem estar social da família para o estado, já o segundo busca responsabilizar ainda mais a família por meio de políticas sociais focalizadas e da ausência estatal para suprir os mínimos sociais.

Na política de saúde não é diferente, a família é responsabilizada pela cuidado dos seus membros, não só do cuidado afetivo, do apoio e do suporte que obviamente são importantes para a recuperação da saúde do sujeito, mas também para suprir a carência de recursos humanos nos serviços de saúde em que se convencionou a perceber o acompanhante ou visitante como ajudante da equipe, devendo ser funcional ao papel que lhe é atribuído, dessa forma o que devia ser um direito passa a ser uma obrigação.

Além do mais, a concepção sócio-histórica dos papéis que os membros de uma família devem interpretar na sociedade acaba por atribuir à mulher a função social do cuidado, configurando-se como um trabalho não pago exercido predominantemente pelo gênero feminino e inscrito na divisão sexual do trabalho. No âmbito hospitalar, mais especificamente no serviço de saúde materno-infantil, observamos a centralidade do cuidado das crianças na figura da mãe, onde muitas vezes desconsidera-se as demandas trazidas por aquela mulher e exige-se dela total abdicação dos seus desejos, vontades e necessidades para dedicar-se exclusivamente ao cuidado com o filho, não havendo a mesma intensidade de exigência para o pai da criança.

Sobre este aspecto do cuidado atrelado ao gênero feminino é um tema que vem sendo discutido nas ciências sociais, principalmente por autoras feministas que buscam lançar um olhar crítico sobre essa condição social atribuída historicamente as mulheres que juntamente

com o trabalho doméstico não remunerado é funcional ao estado e ao mercado, em que a dedicação ao cuidado é romantizado romântico como ato de amor e vocação, mas que na realidade sobrecarrega, explora e adoece as mulheres.

Portanto, é fundamental e urgente que a temática de cuidado em saúde seja discutida e problematizada nos espaços de formulação de políticas públicas e nos serviços de saúde de forma que proporcionem repensar o papel da família na política de saúde, de modo que possamos considerar a importância das famílias e das redes de apoio no âmbito da saúde mas sem perder de vista a perspectiva ampla do cuidado como responsabilidade do estado e direito dos sujeitos.

REFERÊNCIA

ALVES, Francielle Lopes; MIOTO, Regina Célia Tamasso. O Familismo nos serviços de saúde: expressões em trajetórias assistenciais. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 7, n. 2, p. 208-220, jul. / dez., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/9038/8254>. Acesso em: 29 out 2021.

AYRES, J. R. C. M. Cuidado e reconstrução das práticas em saúde. *Interface*, Botucatu, v. 08, n. 14, p. 73-92, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v8n14/v8n14a04.pdf>. Acesso em: 29 out 2021.

BARCELOS, Mariana. Silveira. A incorporação da família nos serviços de saúde: um debate a partir das concepções dos profissionais num hospital de alta complexidade. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

CARLOTO, C. M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, n. 4, dez. 2005. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/994/774> . Acesso em: 21 de out 2021.

CISNE, Mirla. Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil. 2013. 407 p. TESE (Doutorado em Serviço Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [S. l.], 2013.

DIAS, M. O. A família numa sociedade em mudança problemas e influências recíprocas. In: *Gestão e Desenvolvimento*. n.9, p.81-102, 2000.

MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. Serviços sociais e responsabilização da família: con[1] tradições da política social brasileira. In: *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA[1] SADORES EM SERVIÇO SOCIAL*. 13., 2012. Anais... Juiz de Fora: UFJF, 2012. Disponível em: https://nisfaps.paginas.ufsc.br/files/2015/05/texto-9_capacita%C3%A7%C3%A3o-trabalho-com-familias_Mioto-servi%C3%A7os-sociais-e-familia.pdf . Acesso em 22 out 2021.

SOUZA, Bruna Cristina Faustino; ALCÂNTARA, Ana Maria Santana; ACQUAVIVA, Graziela. POLÍTICA SOCIAL DE SAÚDE E FAMÍLIA: ENTRE A PROTEÇÃO E A RESPONSABILIZAÇÃO. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 270-285, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34791>. Acesso em: 29 out 2021.

DESAFIOS NA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE SAÚDE NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19

Beatriz de Souza Silva⁶⁴

Flavia Nayane Aguiar Ferreira⁶⁵

Naiara Lima de Carvalho⁶⁶

RESUMO: O referido artigo tem como objetivo abordar os desafios encontrados na atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde durante o período da pandemia da Covid-19. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e tem como principais aportes teóricos: Iamamoto (2011), Albino et al (2022), Moreira (2022) entre outros. Também fez uso de algumas referências documentais do Conselho Federal de Serviço Social. Traz as decorrências da conjuntura do governo Bolsonaro e a sua política ultraneoliberal, os cortes efetuados na política de saúde e o modo como isso impactou em desafios no exercício da profissão de assistentes sociais.

Palavras-Chave: Assistentes Sociais. Saúde. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, discorre quanto aos desafios na atuação de Assistentes Sociais na política de saúde durante a pandemia da Covid-19, as conclusões apresentadas e estratégias realizadas em meio ao governo ultraneoliberal que imperava no Brasil, em meados dos anos 2020/2021 onde acabou por resultar na retirada de recursos que seriam destinados a política de saúde, causando a fragilização do SUS (Sistema Único de Saúde) e por consequência, trazendo implicações para a prática profissional dos(as) assistentes sociais, que gerou uma maior precarização da força de trabalho que consiste na terceirização dos profissionais, aumento na carga horária de serviço dentre outras várias questões, agudizando com isso, o adoecimento dos profissionais, em especial dos(as) assistentes sociais.

A atuação de assistentes sociais na política de saúde em meio à pandemia da COVID-19 enfrentou diversos obstáculos que, envolvidos desde a adaptação às novas formas de trabalho até a garantia do acesso aos direitos sociais. Nesse sentido, as reflexões de Marilda Villela Iamamoto, dentre outros, são fundamentais para compreender os espaços sócio-ocupacionais do(a) assistente social e suas competências técnicas. De acordo com Iamamoto

⁶⁴ Graduanda do 3º período de Serviço Social. beatrizs@alu.uern.br

⁶⁵ Graduanda do 5º período de Serviço Social. flavianayane@alu.uern.br

⁶⁶ Graduanda do 5º período de Serviço Social. naiaralima@alu.uern.br

(2011), os/as assistentes sociais atuam em diferentes espaços trabalhistas, como serviços de saúde, assistência social, educação, entre outros. Tendo como objetivo contribuir na garantia dos direitos sociais e a promoção do bem-estar da população.

No contexto da pandemia de COVID-19, a realização de serviços prestados por esses assistentes sociais no sistema de saúde tem sido essenciais para o enfrentamento desses desafios impostos pela crise sanitária. No entanto, para a realização dessas atividades dos/das assistentes sociais foram enfrentados alguns problemas durante esse momento pandêmico, como a sobrecarga de trabalho, a falta de equipamentos de proteção individual e a dificuldade de acesso a informações e recursos para atender as demandas da população. Além disso, a pandemia vem evidenciando as desigualdades sociais e os impactos da falta de políticas públicas na saúde.

Dessa forma, as reflexões de Marilda Iamamoto (2011) destacam a importância do trabalho de assistentes sociais na luta pela garantia dos direitos sociais e na promoção da justiça social. Para a autora, os/as assistentes sociais devem atuar de forma crítica e reflexiva, buscando compreender a complexidade das solicitações das sociedades e contribuindo para a construção de políticas públicas mais efetivas e justas. À vista disso, ressalta a importância desta temática, diante dos efeitos que apresentados para o exercício profissional do Serviço Social, e os desmontes que configuram a política de saúde, em colocação de evidências no período pandêmico. Portanto, este escrito tem como finalidade discutir com clareza sobre o tema estabelecido, e os segmentos obtidos a partir das pesquisas realizadas.

2 DESENVOLVIMENTO

A pandemia do COVID-19 apresentou grandes desafios para os sistemas de saúde em todo o mundo. No Brasil, em especial, a pandemia tem revelado uma série de fragilidades e desafios para os/as assistentes sociais que atuam na política de saúde. Diante disso, este referencial teórico tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelos(as) assistentes sociais na política de saúde no contexto da pandemia do COVID-19. Alguns dos desafios dos/das assistentes sociais na Política de Saúde no Contexto da Pandemia do COVID-19 foram o aumento da demanda por serviços de saúde.

O período pandêmico tem levado a um aumento significativo da demanda por serviços de saúde, o que tem sobrecarregado os profissionais que atuam na área. Nesse sentido, os/as assistentes sociais têm enfrentado dificuldades em lidar com a demanda crescente de pacientes, muitas vezes em condições precárias de atendimento e com poucos recursos. Ademais, de acordo com Matos (2020), outro grande desafio enfrentado pelos(as) assistentes sociais na política de saúde no contexto da pandemia do COVID-19 é a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

A escassez de EPIs tem colocado em risco a saúde de profissionais que atuam na linha de frente do combate à pandemia, incluindo os/as assistentes sociais, que precisam trabalhar em contato direto com os usuários e famílias. Bem como também, dificuldades de atuação no trabalho remoto: Com as medidas de isolamento social adotadas para conter a disseminação do vírus, muitos serviços de saúde têm sido prestados agora de forma remota, o que tem gerado desafios para os/as assistentes sociais, pois, segundo a Nota do CFESS (2020), esses desafios se encontram no dilema onde, até a assistência social conseguiria ser eficaz dentro das limitações da profissão no teletrabalho, na identificação das informações disponibilizadas, dos elementos iniciais de análise, se é necessária para apreender, por sucessivas aproximações, as diversas dimensões ou fatores que condicionam as situações de violência, partindo da produção do conhecimento social acerca de tais fenômenos. A atuação remota exige novas competências e habilidades dos profissionais, além de demandar uma infraestrutura adequada para o trabalho em home office.

A epidemia COVID-19 tem exposto as desigualdades sociais e econômicas existentes no país. Os/as assistentes sociais têm enfrentado barreiras no acesso aos serviços de saúde e da rede intersetorial por parte de usuários em situação de vulnerabilidade social, que muitas vezes não têm acesso a tecnologias digitais ou não possuem informações adequadas sobre os serviços disponíveis.

2.1 A política ultraneoliberal e neofascista do (des)governo Bolsonaro durante a crise sanitária causada pela pandemia do COVID -19

As eleições de 2018 estava sendo desenhada para que o candidato Jair Bolsonaro, um representante da elite brasileira, do neoliberalismo e da extrema direita fosse eleito levando para o centro do governo o conservadorismo e uma política de perseguição aos movimentos sociais, as políticas sociais, a democracia e ao sistema de seguridade social, ou seja, um governo reacionário que se colocava contra os interesses da classe trabalhadora em todas as esferas.

A política ultraneoliberal e neofascista do governo Bolsonaro durante a crise sanitária causada pela pandemia COVID-19 tem sido um tema de intenso debate e críticas por parte de especialistas, políticos, ativistas e cidadãos em geral. O Brasil, um dos países mais afetados pela pandemia, tem enfrentado uma resposta governamental problemática, marcada por ações ineficazes, negacionismo científico, polarização política e uma abordagem voltada para interesses econômicos e políticos, em detrimento da saúde e bem-estar da população.

Desde o início da pandemia, Ivanir Ferreira publicou no jornal virtual da USP (14/10/2021), que o presidente Jair Bolsonaro adotou uma postura negacionista, minimizando a gravidade da doença, desencorajando o uso de medidas de prevenção, como o uso de

máscaras e o distanciamento social, e promovendo medicamentos sem comprovação científica como tratamento, como a cloroquina e a ivermectina. Essas ações contribuíram para a disseminação do vírus e para o aumento do número de casos e mortes no país.

Assim sendo, Jair Bolsonaro desmonta as políticas sociais (o que já se iniciou no governo Temer) que em um contexto de crise sanitária imposta pelo COVID -19 se volta de forma mais intensa à política de saúde. Logo, o Brasil passa a ser um dos países com a pior gestão de enfrentamento à pandemia, a qual se centra na contramão do mundo, ignorando as recomendações da Organização Mundial de Saúde - OMS “[...] aqui perpétua polarização política e negacionismo ampliados pelos discursos e práticas do presidente da república, o que representa dificuldades para adotar medidas efetivas de combate ao vírus” (ALBINO et al. 2022, p. 355). Seguido disso, a troca incessante de ministros da saúde em um momento crítico interligado a militarização de tal ministério transparece a irresponsabilidade do presidente, por isso os estados e os municípios assumem o controle a respeito das medidas de enfrentamento ao COVID-19 e a crise sanitária causada por ele.

Dessa forma, a flexibilização do isolamento social seguido da abertura das atividades econômicas não essenciais expõem mais ainda a população ao risco de contágio o que colapsou o SUS, a incapacidade de atendimento a casos graves, a postura negacionista de Bolsonaro que tentava manipular os dados referente ao contágio e óbitos, a militarização da saúde que contraria critérios técnicos e científicos para a indicação de ministro da saúde, a ocultação de estudos sobre a população negra e a ausência de políticas públicas para a população brasileira (ALBINO et al. 2022) são retrocessos indiscutíveis.

Além disso, o governo Bolsonaro também foi criticado por sua falta de coordenação nacional na resposta à pandemia. Em vez de adotar uma abordagem centralizada e baseada em evidências científicas, o governo delegou a responsabilidade para os estados e municípios, levando a uma falta de uniformidade nas medidas de contenção do vírus e à confusão na população.

Outro aspecto preocupante da política do governo Bolsonaro durante a pandemia é sua abordagem ultraneoliberal, priorizando a economia em detrimento da saúde pública. Bolsonaro defendeu a reabertura prematura das atividades econômicas, mesmo quando a situação sanitária era crítica, argumentando que as restrições impostas para conter o vírus prejudicavam a economia. Essa postura foi duramente criticada por especialistas em saúde pública, que apontaram que a prioridade deveria ser a proteção da vida e da saúde da população.

Consequentemente, devido a política de devastação do (des)governo Bolsonaro mais de quinhentas mil pessoas morreram, sendo os negros, os povos originários, as comunidades periféricas e as mulheres os mais atingidos, assim demonstrando o quanto o descaso com as políticas públicas são desumanas e perversas para a classe trabalhadora.

As mortes por COVID-19, especialmente quando se dão nas favelas, nas periferias, nos municípios isolados, são contabilizadas em grandes números que viram grandes listas e que, do ponto de vista dessa coletividade blasé, perdem seu lastro humano. É a degradação de coisas em larga escala. E não choca mais [...] no final das contas, a classe trabalhadora, em especial a negra, vê os corpos de seus amores perdidos serem diluídos em números gigantes cada dia mais tolerados por uma coletividade dopada (ALBINO e col. 2022, p. 355 *apud* PEREIRA, 2021, p. 50).

Diante de tais prerrogativas, é indiscutível o quanto a luta da classe trabalhadora por investimento na saúde é fundamental, sobretudo defender e fortalecer o SUS para que continue um sistema de saúde gratuito, estatal, universal e de qualidade, com princípios voltados à toda população é de extrema urgência e importância. Além de firmar o compromisso com a democracia e eleger representantes que estejam comprometidos com uma sociedade igualitária, com uma política voltada aos interesses classistas de investimento em políticas sociais que de fato melhorem as condições de vida diante do sistema capitalista.

2.2 Os desafios postos ao trabalho de assistentes sociais durante a crise sanitária e social causada pela COVID-19

A pandemia de COVID-19, que teve início em 2019 e se espalhou pelo mundo em 2020, desencadeou uma crise sanitária e social de proporções globais. A doença causada pelo coronavírus afetou todos os aspectos da vida das pessoas, incluindo sua saúde, economia, educação e bem-estar social. Nesse contexto, o trabalho de assistentes sociais tem sido fundamental para enfrentar os desafios sociais e emocionais gerados pela pandemia. Os/as assistentes sociais têm desempenhado um papel crucial na linha de frente, contribuindo indivíduos, famílias e comunidades a lidarem com os efeitos sociais dessa crise sem precedentes.

Esta onda teve impactos significativos na sociedade como um todo, afetando a saúde física e mental das pessoas, causando uma sobrecarga nos sistemas de saúde, gerando perdas econômicas e aumentando a desigualdade social. Milhões de pessoas em todo o mundo perderam seus empregos, empresas fecharam, e muitas comunidades enfrentaram escassez de recursos básicos, como alimentos e moradia. . A revista brasileira de Epidemiologia publicou um artigo especial (2020) relatando sobre a necessidade de distanciamento social e o isolamento forçado levaram também a problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e aumento da violência doméstica, trazendo a necessidade de profissionais para dar conta da demanda, que resultou em estratégias de terceirização e contratos inseguros, precários e temporários e consequentemente, com baixa remuneração

Juntamente a isso, a falta de profissionais ocasionou em plantões exaustivos de 24h, comprometendo a saúde do profissional e a qualidade do seu trabalho. Nesse contexto, os/as

assistentes sociais de acordo com o parecer jurídico nº5/2020-E (disponibilizado pelo CFESS), enfrentam desafios e dificuldades ao acesso dos equipamentos de proteção individual (EPI), justificando que devido à escassez só seriam disponibilizados para os/as profissionais em contato direto com os pacientes de Covid-19, que exerciam o primeiro contato, a contenção dos indivíduos e os devidos procedimentos no tratamento do vírus, porém, os/as assistentes sociais mantinham contato direto com os familiares dos pacientes, que tiveram contato também com a pessoa infectada. Além disso, desafios com relação a delimitação das suas competências e atribuições profissionais, pois o CFESS mediante uma orientação normativa de nº 3/2020, recomendou que o Serviço Social realizasse a comunicação de óbitos, além de informações de âmbito médico, retomando velhas práticas dos/das assistentes sociais na saúde.

Os/as assistentes sociais se tornaram peças-chave na resposta à crise gerada pela pandemia de COVID-19, se destacando na linha de frente, fornecendo informações e recursos para contribuir com as pessoas a enfrentarem as dificuldades causadas pela doença, assim como contribuindo com a prevenção da mesma e promoção da saúde, no referido contexto. A atuação de assistentes sociais durante a pandemia tem sido ampla e diversificada, abrangendo uma série de áreas de intervenção como:

- Acesso a recursos e serviços: Os/As assistentes sociais têm trabalhado arduamente para garantir que as pessoas tenham acesso a recursos e serviços essenciais durante a pandemia. Isso inclui auxiliar na obtenção de alimentos, moradia, cuidados de saúde, serviços financeiros e outros recursos necessários para a subsistência básica. Elas têm contribuído com as pessoas a navegarem em sistemas complexos de assistência social, fornecendo informações, orientações e encaminhamentos para serviços adequados.
- Intervenção em crises e violência doméstica: A pandemia de COVID-19 levou a um aumento na violência doméstica e em crises familiares. Onde os/as assistentes sociais precisaram adaptar suas práticas durante o distanciamento necessário.

Diante dessas mudanças, o conjunto CFESS-CRESS emitiu orientações técnicas que afirmaram as atribuições do Serviço Social e a importância desses(as) profissionais nesse momento onde há a agudização das expressões da questão social que refletiam diretamente no processo saúde-doença. Com a luta da categoria, os/as assistentes sociais tiveram a autonomia de realizar seu trabalho da forma correta, com estratégias de defender os direitos dos usuários, articulando os diversos serviços socioassistenciais para garantir o direito dos pacientes, orientando sobre auxílio emergência, realizando ações socioeducativas para desmentir discursos integracionistas. Na perspectiva da concepção ampliada de saúde, fazendo o possível para garantir a universalidade e a integralidade, assim como o olhar para os determinantes sociais de saúde.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo discutir e refletir acerca da política de saúde em contexto da pandemia COVID-19, bem como a participação, desafios, dificuldades e estratégias que o/a assistente social encontra para efetivar sua atuação. É pertinente rememorar então que as fontes que nos serviram de aporte, apontam que no Brasil, além da crise sanitária de enorme complexidade e seriedade, em conjunto à crise capitalista, tivemos que enfrentar também uma política de saúde sob o comando de um governo negacionista, conservador e ultraneoliberal. De modo que foi elaborado um verdadeiro processo de desestruturação e de desarticulação técnica do enfrentamento da pandemia da covid-19 em nível federal, contribuindo para a morte de mais de 500 mil brasileiros. Fica notório também, a racionalidade destrutiva da sociabilidade contemporânea, que torna expressiva a necessidade do SUS.

É relevante ainda que mencionemos que os/as assistentes sociais de todo o país integram a força-tarefa de trabalhadores(as) da saúde, atuando juntamente nesta política com equipes multiprofissionais, que batalham corajosamente na assistência à saúde das sociedades frente às contradições de uma política extremamente precarizada de várias maneiras, como desfinanciada e privatizada.

Em meio ao viés de contraposições da pandemia, o Serviço Social, com seu desígnio ético-político-profissional, foi bastante apto a sugerir as respostas mais qualificadas às necessidades importantes da crise sanitária como também das manifestações da questão social, a começar por métodos coletivos quanto a um pensamento sobre a realidade e o planejamento, fazendo junções aos serviços, até mesmo com os movimentos sociais, potencializando a aflição das divisas da relativa autonomia profissional, em defesa do SUS, assim como o reparo sanitário. Em suma, na resistência pela vida e bem estar de todos(as).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINO, Nathália Moreira; MARÍNGOLO, Aline Cristina do Prado; LIPORONI, Andréia Aparecida Reis de Carvalho. O Impacto da Pandemia Covid 19 Sobre a Política de Saúde e os Desafios da Classe Trabalhadora. **Revista de Políticas Públicas**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 345-359, 18 ago. 2022. Universidade Federal do Maranhão. <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v26n1p345-359>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321171943022/321171943022.pdf>. Acesso em: 06 maio 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS, ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEAD/UNB, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MOREIRA, A. O impacto da pandemia covid-19 sobre a política de saúde e os desafios da classe trabalhadora. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, vol. 26, p. 345-359, janeiro/junho, 2022.

SELLTIZ, C. **Métodos de pesquisas nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1987.

SOARES, Raquel Cavalcante; CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ed. 140, p. 118-133, jan/abril, 2021.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

CFESS. Ausência de Equipamentos de Proteção Individual – EPI para assistentes sociais. Medidas jurídicas cabíveis. **Parecer Jurídico Nº 05/2020-E**. CFESS, 2020. Disponível em : <https://www.cfess.org.br/arquivos/Cfess-ParecerJuridico05-2020-E-EPI.pdf> Acesso em: 28 Abr. 2023.

CFESS. Teletrabalho e TelePerícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia. CFESS, 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf> Acesso em: 15 Abr. 2023

FERREIRA, Ivanir. Tratamento precoce” e “kit covid”: a lamentável história do combate à pandemia no Brasil. **Jornal da USP**. 14 out. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/tratamento-precoce-e-kit-covid-a-lamentavel-historia-do-combate-a-pandemia-no-brasil> Acesso em: 25 maio, 2023.

VIEIRA, Pamela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 23, 22 Abr. 2020.

MATOS, Maurílio Castro de. **A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde**. Rio de Janeiro, 06 de abril, 2020.

“A CLASSE TRABALHADORA TEM SEXO”: UM ESTUDO SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ (RN)

Monaliza Nunes de Carvalho Trigueiro⁶⁷

Resumo: A participação da mulher no exercício de uma profissão, reconhecidamente masculina, é o centro do presente trabalho. O presente estudo tem como objetivo geral analisar a divisão sexual do trabalho no âmbito do Departamento de Trânsito do Município de Mossoró (RN). Para tanto, buscamos compreender como estão organizados os/as Agentes de Trânsito e Transporte da aludida cidade, e, em particular, apontar as dificuldades e desafios das mulheres no exercício da função, frente aos espaços de comando e relações de poder. Como objetivos específicos da presente pesquisa, temos: Compreender a divisão sexual do trabalho nas relações sociais com foco na sociedade patriarcal-capitalista; Mapear a inserção de homens e mulheres na estrutura organizacional dos(as) Agentes de Trânsito e Transporte do município de Mossoró (RN), seus rendimentos, cotidiano profissional e relações assimétricas no acesso a espaços de poder; Apontar os principais desafios e dificuldades das mulheres Agentes de trânsito e Transporte em Mossoró (RN), no exercício da profissão. Resistências, demandas, políticas públicas. Assim, buscamos analisar as condições de participação das mulheres no departamento de trânsito do município de Mossoró (RN), um “gueto” masculino, o acesso a postos de comando, rendimentos, cotidiano profissional, bem como destacamos alguns desafios às mulheres agentes. O estudo foi guiado pelo método materialista histórico dialético e realizado por meio de pesquisa bibliográfica, documental e diário de campo. Mesmo sendo profissionais de carreira pública, com ingresso via concurso, há desigualdade salarial e de oportunidades para ocupação de cargos e operações especiais.

Palavras-chaves: Patriarcado; Divisão sexual do trabalho; Mulheres Agentes de Trânsito.

⁶⁷ Mestranda do programa de pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

1. INTRODUÇÃO

É importante partirmos do entendimento, que as mulheres sempre trabalharam, todavia, a partir do século XX, ocorre um crescimento da participação destas no mercado de trabalho, no qual acontece a separação entre espaço e tempo de produção e reprodução, atribuindo o trabalho doméstico às mulheres e inviabilizando a sua participação no trabalho produtivo.

Apesar de ser inegável a conquista de espaços de trabalho pelas mulheres ao longo dos anos, conseguindo enveredar em campos de atuação reconhecidamente masculinos, as atividades tradicionalmente reservadas às mulheres são as que representam uma extensão daquelas ditas como naturais, gratuitas e associadas ao trabalho doméstico (BULPORT, 1986).

Dessa maneira, especificamente, a participação das mulheres no trânsito, até como motoristas, sempre esteve associada à inaptidão e imperícia, em virtude da construção patriarcal da nossa sociedade. Assim, imaginá-las como fiscais da observância às normas de circulação de veículos, nosso objeto de investigação, ainda causa estranhamento e sofre resistências.

Destacamos que, em alguns setores econômicos, o trabalho das mulheres já é aceito com maior naturalidade, todavia, em algumas atividades específicas, com forte valor social agregado (KERGOAT, 2018), as quais são ligadas ao sexo masculino, as mulheres ainda encontram grandes dificuldades para desenvolvê-las, como por exemplo, àquelas relativas à fiscalização e segurança pública, na qual a imagem dos(as) Agentes de Trânsito e Transporte está associada.

O presente estudo tem, portanto, como objetivo geral analisar a divisão sexual do trabalho no âmbito do Departamento de Trânsito do Município de Mossoró (RN). Para tanto, buscamos compreender como estão organizados os/as Agentes de Trânsito e Transporte da aludida cidade, e, em particular, apontar as dificuldades e desafios das mulheres no exercício da função, frente aos espaços de comando e relações de poder.

Como objetivos específicos da presente pesquisa, temos:

- 1) Compreender a divisão sexual do trabalho nas relações sociais com foco na sociedade patriarcal-capitalista;

2) Mapear a inserção de homens e mulheres na estrutura organizacional dos(as) Agentes de Trânsito e Transporte do município de Mossoró (RN), seus rendimentos, cotidiano profissional e relações assimétricas no acesso a espaços de poder;

3) Apontar os principais desafios e dificuldades das mulheres Agentes de trânsito e Transporte em Mossoró (RN), no exercício da profissão. Resistências, demandas, políticas públicas

Para investigar o objeto proposto, adotamos o **materialismo histórico-dialético** como método, por compreender que este possibilita uma análise dentro de uma perspectiva de totalidade, sem cair em fragmentações e idealismos, ou seja, buscaremos compreender a “[...] realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1976, p. 44). Destacamos, neste contexto, as autoras Heleieth Saffioti, Danièle Kergoat, Mirla Cisne, Silvia Federici, Silvana Santos, entre outras.

Assim, propomos uma pesquisa do tipo **bibliográfica e documental**. Dessa maneira, construímos o caminho a ser percorrido, quanto à abordagem, para a **pesquisa qualitativa** junto ao Departamento de Trânsito do Município de Mossoró (RN)

Por fim, utilizamos a **observação** das condições de trabalho como técnica de pesquisa e, o **diário de campo** como instrumento para descrever a nossa própria experiência como Agente de Trânsito e Transporte, ao longo de 14 anos, por meio de observações do cotidiano e vivência, diária, de todos os desafios inerentes a função, enquanto mulher.

2. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A desigualdade entre homens e mulheres, marcada pela subalternização destas, é uma realidade presente nos diversos espaços na sociedade. No decorrer da história mundial, a presença de tantos contrastes de desigualdade acaba conferindo-lhes um caráter aparentemente natural, o que faz com que sejam vistas por muitos indivíduos como não passíveis de modificação, ou mesmo, como algo biológico.

Entendemos assim, que a partir das formas de produção social dos bens materiais necessários à sobrevivência dos indivíduos, ou seja, no processo de

produção e reprodução social, foi se construindo na sociedade uma divisão sexual, que subsidiou as diferenciações existentes, no papel e comportamento determinado para homens e mulheres. É sobre as origens dessas diferenciações desiguais, que posteriormente relegaram à mulher a uma interação subordinada na sociedade, que nos debruçaremos a seguir.

Desse modo, ao fazer uso das formulações da marxista Araújo (*apud* SILVA, 2012), é possível afirmar que a primeira divisão do trabalho entre mulheres e homens se apresenta como uma relação opressiva, quando as mulheres perdem o controle sobre o trabalho e se tornam, economicamente, dependentes do homem. Segundo esta autora, as formas como se estruturam a família moderna é uma expressão dessa derrota histórica das mulheres.

A divisão sexual do trabalho é a definição das ocupações sociais estabelecidas para o homem e para a mulher na sociedade. Seja na organização da família, seja nas posições entre os sexos, ao longo da história, é possível observar as condições sociais do trabalho, relações de poder, transformações econômicas e políticas e ao mesmo tempo, compreender as razões da separação entre trabalho de homem e trabalho de mulher (SANTOS, 2019).

Assim, a divisão sexual do trabalho é central para o entendimento materialista das relações sociais de sexo, pautadas em assimetrias, conflitos e antagonismos entre homens e mulheres. Kergoat assinala a complexidade da reflexão sobre este tema, afirmando que a divisão sexual do trabalho é indissociada das relações sociais entre homens e mulheres, sendo a divisão sexual, um aspecto das relações sociais sexuadas. “Essa teoria da divisão sexual constitui-se como alternativa aos paradigmas sociológicos que não levam em conta a sexualização do social” (1984, p. 280-281).

De acordo com Kergoat (2018), a forma de divisão sexual tem dois princípios organizadores: 1) O princípio de separação (existem trabalhos de homem e trabalho de mulher; 2) O princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher) e isto acarreta em desigualdade salarial.

É importante destacar que as desigualdades de gênero e a divisão do trabalho com base no sexo, representando a imposição de hierarquias, são aprofundadas e tomam novas formas, com o incremento do sistema de produção capitalista, pois este, para garantir o desenvolvimento das funções necessárias à sua perpetuação, apela

para novos contingentes de trabalhadores, como são exemplos mulheres e crianças (SILVA, 2012).

Entendemos assim, que a partir das formas de produção social dos bens materiais necessários a sobrevivência dos indivíduos, ou seja, no processo de produção e reprodução social, foi se construindo na sociedade uma divisão sexual, que subsidiou as desigualdades existentes no papel e comportamento determinado para homens e mulheres. Portanto, o patriarcado penetrou em todas as esferas da vida social e o capitalismo mercantiliza todas estas esferas sociais.

3. MULHERES AGENTES DE TRÂNSITO: EXPRESSÕES MATERIAIS E IDEOLÓGICAS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ (RN)

O mercado de trabalho criado pelo setor privado não foi o único a aumentar o número de mulheres nas últimas décadas. Também a administração pública brasileira teve um substancial ingresso de mulheres, todavia, embora sejam mais da metade da população do país e terem maior escolaridade que os homens, as mulheres ainda enfrentam obstáculos para ocupar posições de comando no setor público.

A avultada entrada de mulheres no aparelho estatal em anos recentes, todavia, não modificou o “padrão de emprego” da força de trabalho deste grupo social pelo Estado. Assim como no século XIX, a força de trabalho feminina continuou sendo utilizada, fundamentalmente, na oferta de serviços públicos na área social (SAFFIOTTI, 2013).

Assim, se até a década de 1970, como diz Barroso (*apud* XAVIER, 2018), o emprego público aparecia como “uma alternativa pouco desejável” de ocupação para os brasileiros com nível superior de escolaridade, chamando a atenção apenas daqueles que tinham dificuldades em participar do mercado de trabalho, constituído pelo setor privado; a partir da década de 1980 e, especialmente, da década de 1990 em diante, o emprego público se tornava o “sonho dourado” para os brasileiros com maior nível educacional.

No caso das mulheres - grupo social para quem o emprego público sempre teve enorme importância, tão ou mais interessante, nesse contexto, do que perceber que a maior parte das trabalhadoras do Estado, encontrava-se,

entre 1995 e 2017, ocupada nas áreas mais sujeitas ao processo de precarização, é notar que mesmo aquelas que integravam o “núcleo estratégico” do Estado, enfrentavam obstáculos para se colocar em condição de igualdade, frente aos seus pares homens. A diversidade das mulheres e das condições em que vivem não esconde o fato de que o sexo/gênero é um grande denominador comum de problemas (Xavier, 2018, p. 111).

Dessa maneira, as mulheres começam a ocupar profissões no setor público, mais precisamente, na área das forças de segurança, antes direcionadas apenas para os homens, por uma questão de estabilidade e oportunidade de trabalharem em outras áreas, além das consideradas “femininas” pela divisão sexual do trabalho patriarcal. Dentre as ocupações consideradas masculinas, daremos destaque ao cargo de Agente de trânsito em Mossoró e a sua relação com as profissionais mulheres, nosso objeto de investigação.

A investidura no cargo de Agente de Trânsito e Transporte é através de concurso público (provas ou provas e títulos) com jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais.

Logo após a realização de todas as etapas do concurso, a lista dos aprovados perfazia noventa nomes, mas, inicialmente, houve a convocação e posse dos 60 primeiros colocados, em 16 de abril de 2009, na qual já podemos observar o número reduzido de mulheres, em relação ao número majoritário de homens. Vale destacar, que dos sessenta aprovados, apenas oito eram do sexo feminino, ou seja, 13%, incluindo 01 vaga para deficientes físicos preenchida por uma mulher.

No mesmo norte, em 03 de janeiro de 2011, houve mais uma convocação de 32 novos (as) Agentes de Trânsito e Transporte, na qual, 14 eram mulheres e apenas 12 tomaram posse (incluindo 02 vagas de deficiente físico), ou seja, 43,7% e 37,5% ao final, respectivamente. Assim, somadas as duas primeiras convocações e posse das aprovadas, o número de mulheres no universo de 90 vagas foi de 19, ou, 21,1%.

Destacamos, ainda, que havia uma função gratificada de Inspetor (duas vagas) e uma de Chefe de Grupo (05 vagas), sendo a primeira com maior poder de decisões e comando, e, a restante, hierarquicamente inferior. Todavia, ambas estavam acima dos demais Agentes de Trânsito e Transporte. Desta maneira, a função de Inspetor foi preenchida por dois homens e a de Chefe de Grupo por duas mulheres e três homens, perfazendo o percentual de 28,5% de ocupação pelas mulheres das posições de chefia.

Nos cargos comissionados no topo da hierarquia, como o de Secretário da pasta de Segurança Pública, onde os Agentes de Trânsito e Transporte são lotados, o Gerente Executivo de Trânsito e o Gerente Executivo de Transporte, ao longo dos 14 anos de existência do cargo de Agente, sempre foram ocupados por homens. Nunca uma mulher assumiu tais funções, mesmo sendo tão ou mais qualificadas que aqueles.

No pertinente ao salário recebido pelos Agentes de Trânsito e Transporte, seja homem ou mulher, por ser o ingresso na carreira através de concurso público, inexistente diferença salarial se compararmos um Agente de mesmo nível que outro. Acontece que, alguns agrupamentos específicos são criados para realizar operações, em serviços extraordinários, nos quais as mulheres pouco participam e, isto reflete diretamente na remuneração.

Na profissão de Agente de Trânsito e Transporte, tradicionalmente ocupada por homens, as mulheres encaram várias restrições, estabelecendo-se espaços onde sua entrada é silenciosamente vetada, bem como enfrentam diversas dificuldades no exercício da função em si. O estereótipo feminino da fraqueza física, insegurança, medo, e, portanto, considerada “não apta” às exigências do cargo, são alguns dos motivos para que isto ocorra.

Como dito acima, os pontos de comando, em sua maioria, são ocupados por homens, o que por si só, já estabelece uma assimetria de poder dentro da instituição. Os homens ditam as regras, seja na formação dos agrupamentos especiais ou na simples convocação para serviços extraordinários, apesar de sofrerem resistência das Agentes.

Fora do Departamento, é comum nos sentirmos menos respeitadas perante a população, que ao se dirigir para tirar alguma dúvida ou fazer outro tipo de abordagem, dificilmente se dirige a uma Agente, pois quase sempre é ao Agente a quem as pessoas recorrem. Ou seja, a sensação é que não temos a mesma credibilidade e o mesmo poder de decisão e formação. No mesmo norte, é mais comum uma Agente ser desacatada.

Há, também, uma distinção feita entre “Agentes” e “Agentes mulheres”. Este é o termo para se referir às mulheres que são Agentes de Trânsito e Transporte. Dessa forma, esta nomenclatura possibilita várias reflexões no que tange às desigualdades de gênero. A primeira delas é o marcador “Mulheres” como uma diferença, um adjetivo, o que é um indicativo de uma assimetria de tratamento entre

homens e mulheres na instituição, uma vez que não se usa o termo “Agente masculino” para se referir a um homem. Existe, portanto, o padrão, a referência, que é “o Agente”, e, existe o desvio, a exceção, a “Agente mulher”.

A segunda reflexão possível diz respeito à equivalência ou relação direta que o termo “Agente mulher” supõe existir entre “mulher” e “feminina”. Segundo as concepções de Butler (*apud* Duarte, 2016, p. 53-54), “não há nenhuma relação essencial entre um corpo com uma vagina e a feminilidade ou um corpo com um pênis e a masculinidade”. Uma mulher pode, portanto, não ser feminina e um homem pode não ser masculino – e uma pessoa com vagina pode não se identificar como mulher, assim como uma pessoa com pênis pode não se identificar como homem.

As Agentes de Trânsito e Transporte, portanto, enfrentam uma série de desafios na profissão, incluindo discriminação, assédio sexual e violência de colegas homens, assim como desafios específicos, ao lidar com a sociedade nas ruas. Além disso, muitas vezes é difícil conciliar o trabalho com as responsabilidades familiares. As mulheres também tendem a enfrentar mais barreiras, em termos de liderança, do que seus colegas homens, conforme já explicitado em tópico oportuno.

Um grande desafio enfrentado pelas mulheres na atividade de Agente de Trânsito e Transporte é o preconceito. Dessa maneira, especificamente, a participação das mulheres no trânsito, até como motoristas, sempre esteve associada a inaptidão e imperícia, em virtude da construção patriarcal da nossa sociedade. Assim, imaginá-las como fiscais da observância às normas de circulação de veículos ainda causa estranhamento e sofre resistências.

No entanto, é importante frisar, que as mulheres Agentes de Trânsito e Transporte, juntamente com a presença feminina em outras profissões de segurança, tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Por isso, é fundamental que essas pessoas sejam valorizadas, respeitadas e tenham condições plenas para desempenhar suas funções.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, buscamos compreender expressões particulares da desigualdade entre homens e mulheres, no que diz respeito a divisão do trabalho

baseada no sexo, amparada na dinâmica capitalista, especificamente, no âmbito das Agentes de Trânsito e Transporte do Município de Mossoró.

Entendemos, assim, que a partir das formas de produção social dos bens materiais necessários à sobrevivência dos indivíduos, ou seja, no processo de produção e reprodução social, foi se construindo na sociedade uma divisão sexual, que subsidiou as diferenciações existentes no papel e comportamento determinado para homens e mulheres. Tais desigualdades relegaram à mulher a uma interação subordinada na sociedade e desse modo, é possível afirmar que a primeira divisão do trabalho entre mulheres e homens se apresenta como uma relação opressiva e de exploração, quando as mulheres perdem o controle sobre o trabalho e se tornam economicamente dependentes do homem.

Na perspectiva do trabalho existe uma questão em torno do sexo com relação à divisão, entre o que se destina aos homens e o que se destina às mulheres. Assim, àqueles são destinados à esfera produtiva e as funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc), enquanto para estas, cabe a esfera reprodutiva (KERGOAT, 2018). A divisão sexual do trabalho é central para o entendimento materialista das relações sociais de sexo, pautadas em assimetrias, conflitos e antagonismos entre homens e mulheres.

É mister a compreensão de que as desigualdades e a divisão do trabalho com base no sexo, representando a imposição de hierarquias, são aprofundadas e tomam novas formas com o incremento do sistema de produção capitalista. As desigualdades sociais entre homens e mulheres são justificadas como algo natural, para ocultar o que de fato são: relações sociais.

O sexo, portanto, inferioriza a mulher como indivíduo, inserido em um sistema econômico desigual, que explora a sua mão de obra, desde a mais tenra idade. As mulheres – categoria e identidade construída – nessas relações sociais de sexo, possuem uma posição de subalternidade em relação aos homens, que pode ser visualizada, contemporaneamente, no acesso desigual a oportunidades e a direitos sociais e políticos. A subordinação, portanto, está diretamente relacionada com a divisão sexual do trabalho, posto que é desta que decorre aquela, e não o inverso.

Ocorre que, conforme verificamos, para fugirem da instabilidade e das ocupações mais desvalorizadas, além da oportunidade de trabalharem em outras áreas fora do âmbito das consideradas “femininas” (pela divisão sexual do trabalho patriarcal), as mulheres passaram a ocupar profissões no setor público, inclusive,

àquelas historicamente dominadas por homens, como, por exemplo nas das forças de segurança. Entretanto, a maior participação das mulheres nos “negócios do Estado”, não significou nem uma participação igualitária em relação aos homens nas decisões tomadas, nem uma mudança na forma com que a burocracia estatal se organiza.

Nesse contexto, foi possível perceber que a deslegitimação da autoridade das Agentes sempre se fez presente, tanto dentro dos muros do Departamento de Trânsito, quanto fora deles. Ao bem da verdade, constatamos no decorrer desta pesquisa, que a invisibilidade e desvalorização das mulheres está intrínseca ao exercício da profissão, na qual não são reconhecidas como competentes ou aptas para desempenhar as funções que o cargo exige. As Agentes são preteridas nas escolhas para serviços especiais, para agrupamentos, nos serviços extraordinários em épocas de festividade, na ocupação de funções de comando e poder e, conseqüentemente, estão hierarquicamente abaixo dos Agentes.

Corresponde, portanto, ao enraizamento do patriarcado nas relações sexualizadas do trabalho que se expressa desde questões ideológicas de desvalorização e discriminação das Agentes, às desigualdades materiais, ou seja, na desigualdade salarial e acesso aos cargos de chefia.

Por fim, a presença crescente das mulheres nas mais diversas esferas da sociedade, não conseguiu ainda, superar diferenças em torno de direitos e de oportunidades, permanecendo determinadas relações de desigualdade, que demarcam papéis patriarcais tradicionais atribuídos às mulheres. Nesse sentido, a luta das mulheres por meio do feminismo ainda se faz não só importante, como necessário para a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cândida Beatriz. **Divisão sexual do trabalho e inconsciente político: histórias de mulheres em formação profissional**. XII, 172 f. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) -Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31375>. Acesso em: 23 out 2022.

ANDRADE, Juliana Oliveira. **As carreiras femininas no espaço contemporâneo: trajetórias e perspectivas de mulheres profissionais brasileiras**. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-8ZVHC5>. Acesso em: 23 out 2022.

ASSESSORIA DE IMPRENSA. **DNIT revela estudos com número de mulheres habilitadas no país.** Portal do trânsito, 2022. Disponível em: <https://www.portaldotransito.com.br/noticias/fiscalizacao-e-legislacao/estatisticas/dnit-revela-estudos-com-numero-de-mulheres-habilitadas-no-pais/>. Acesso em: 17 de fev. 2023.

ASSUNÇÃO, Larissa Aguiar de. **Os horizontes femininos do trabalho: do chão de fábrica ao teto de vidro.** Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,

2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1BHVX9BjNcFtNVcOxr3n1I7TEPBjhPo2e/view>. Acesso em: 18 set. 2022.

BARBOSA, Lucas Alves Lima; REIS, Fabio Pinto Gonçalves. **“Mulher no volante, perigo constante”: problematizações a partir de textos humorísticos.** In: VII Seminário corpo, gênero e sexualidade; III Seminário internacional corpo, gênero e sexualidade; III Luso-brasileiro educação em sexualidade, gênero, saúde e sustentabilidade; Resistências e ocupa(ções) nos espaços de educação. Anais eletrônicos. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/74.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BELO, Raquel Pereira. **Gênero e profissão: análise das justificativas sobre as profissões socialmente adequadas para homens e mulheres.** Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7006>. Acesso em: 08 jan. 2023.

BEZERRA, Ítala Carneiro. **Particularidades do trabalho feminino: um debate entre o Patriarcado e a Divisão Sexual do Trabalho.** Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1vUYpEHguH51vaMlGKQgqkTXaIF0PzUeJ/view>. Acesso em: 23 out. 2022.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. **O trabalho feminino no policiamento operacional: Subjetividade, Relações de Poder e Gênero na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais.** Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EMLE-6W7HXL/1/monica_carvalho.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. **Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais.** RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online). Vol. 11, n. 3, p. 71-99. São Paulo: 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/G7pHhNgxmWrKfzbHbzJY7kc/?lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2023.

KERGOAT. **Lutar, dizem elas...** Recife: SOS Corpo, 2018.

KOSIK, K. Kosik. **Dialética do concreto.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

RIBEIRO, Ludmila. **Polícia Militar é lugar de Mulher?**. Revista estudos Feministas, Florianópolis, 26(1): e43413, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6339NZCVs47ykZjrkv6vPSJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

SANTANA, Marleny da Penha Oliveira. **Atuação feminina em profissões consideradas masculinas: O caso da informática**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2009. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2018>. Acesso em: 23 out. 2022.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. Vol. 8. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. **Feminismo, Estado e Políticas Públicas: Desafios em Tempos Neoliberais para a Autonomia das Mulheres**. Revista SER Social, Brasília, v. 10, n. 22, p. 41-68, jan./jun. 2008. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12960/11316. Acesso em: 15 fev. 2023.

“O ESTADO É LAICO, MAS NÓS SOMOS TERRIVELMENTE CRISTÃOS”: OS AVANÇOS DO CONSERVADORISMO NEOPENTECOSTAL NO BRASIL E AS POLÍTICAS ANTI-GÊNERO

Eulália Vitória Dantas de Souza⁶⁸

Julio Sylvester Vasconcelos Belchior⁶⁹

Suamy Rafaely Soares⁷⁰

Resumo: As religiões desempenham um papel importante na vida dos sujeitos e têm ganhado destaque nos últimos anos pela radicalização do fundamentalismo conservador. No Brasil, as igrejas neopentecostais têm ocupado a arena pública, interferindo nas políticas sociais e no ordenamento jurídico. O presente trabalho tem como objetivo refletir acerca dos avanços do conservadorismo neopentecostal no Brasil e sua incidência na agenda pública. Também, reflexionar acerca dos seus rebatimentos para a formação profissional das(os) assistentes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Conservadorismo; neopentecostalismo; políticas anti-gênero

1. Notas Introdutórias

Passamos nas últimas décadas por profundas mudanças no campo político religioso que impactaram na organicidade das igrejas e na elaboração de estratégias de captura de fiéis condizentes com as inovações midiáticas e as transformações políticas, culturais e econômicas das sociedades. Estamos simultaneamente vivenciando uma onda laica conflitante com uma onda conservadora religiosa que ajunta inúmeros elementos, entre eles a agudização das desigualdades sociais, a repercussão de 30 anos de políticas neoliberais, o embate no número de católicos e evangélicos, o crescimento do número de indiferentes à religião, agnósticos e ateus, a expansão de posturas fundamentalistas em diferentes religiões e a disputa pela hegemonia cultural da sociedade. Acrescenta-se a isso o fortalecimento do conservadorismo e os processos de desdemocratização como tendências mundiais.

⁶⁸ Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); E-mail: eulaliavitoria@alu.uern.br

⁶⁹ Graduando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); E-mail: juliovasconcelos@alu.uern.br

⁷⁰ Professora do departamento de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), militante feminista e coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a Mulher-Simone de Beauvoir (NEM); E-mail: suamysoares@uern.br

2. O Avanço das Igrejas Neopentecostais no Brasil

O movimento religioso neopentecostal surge como a continuação do pentecostalismo cristão, operando e compartilhando de algumas crenças e práticas, incluindo a ênfase no batismo no Espírito Santo, na cura divina e na autoridade das Escrituras, no entanto, o neopentecostalismo se diferencia do pentecostalismo em algumas características. Os neopentecostais valorizam a prosperidade material como uma bênção de Deus e pregam a teologia da "confissão positiva", mais conhecida no Brasil como teologia da prosperidade, que ensina que a fé pode ser usada para alcançar prosperidade e bem-estar. De outra parte, eles também enfatizam a batalha espiritual contra o Diabo e os espíritos malignos, sustentando que é preciso consolidar uma recristanização da sociedade a partir da teologia do domínio. E, se estruturam empresarialmente. (MARIANO, 2004)

Embora a teologia e as práticas do neopentecostalismo sejam frequentemente criticadas por teólogos e líderes religiosos com o argumento de serem superficiais e por se concentrarem nos aspectos materiais da fé, o movimento é fortemente difundido em vários países. No Brasil, sua chegada é datada na década de 1970, mais com o protagonismo do pastor Edir Macedo. De acordo com dados do IBGE, entre as décadas de 40 a 60, a porcentagem de evangélicos no Brasil variava de 2,6% a 4,3%, ocupando números irrisórios se comparado ao de católicos. O que acontece a partir de 1970, com o surgimento do neopentecostalismo no país, muda significativamente as estatísticas de adeptos ao movimento. Diferente de outras vertentes religiosas, o neopentecostalismo opera em uma temporalidade fundamentada em uma visão futurística e assim:

Essa temporalidade marca as inúmeras estratégias de visibilidade da "cultura pública" evangélica, que passa a ocupar: a mídia, investindo em programas e performances de exorcismo na televisão; as ruas, em marchas e ajuntamentos realizados nas grandes cidades; os transportes públicos, favelas e prisões. (TEIXEIRA, 2019, p.19)

A influência de Edir Macedo é fundamental para o avanço e crescimento do neopentecostalismo no Brasil, em 1977 ele fundou a Igreja Universal do Reino de Deus, que se instituiu como a mais importante igreja neopentecostal no país e começou a ganhar espaço entre as camadas mais pobres da sociedade brasileira a partir dos anos 1980.

Dados do último Censo revelam que a maioria dos pentecostais apresenta renda e escolaridade inferiores à média da população brasileira. Grande parte deles recebe até três salários mínimos e ocupa empregos domésticos, em geral modestos e precários, numa proporção bastante acima da média nacional. (MARIANO, 2004, p. 121)

Encabeçada pela mensagem de cura divina e prosperidade financeira, a chamada teologia da prosperidade propagada pelas igrejas neopentecostais ganhou fiéis de forma

progressiva. Essa teologia surge como uma forma de política institucionalizada pelas igrejas neopentecostais, que produzem estratégias pedagógicas performatizadas como linguagem teológica voltada para a gestão da vida de uma população, sua economia consiste sempre em discutir, repetir, formular, forjar, engendrar as mais variadas tecnologias para o controle das condutas. (TEIXEIRA, 2019, p.47)

Na década de 1990, outras igrejas neopentecostais também começaram a crescer, como a Igreja Internacional da Graça de Deus, a Igreja Mundial do Poder de Deus e a Igreja Renascer em Cristo. Essas se diferenciavam das antigas denominações pentecostais por sua ênfase na prosperidade financeira e pelo forte apelo midiático, com programas de televisão e rádio próprios. Nos anos 2000, o neopentecostalismo continuou a crescer, consolidando-se como um dos movimentos religiosos mais influentes do país, nesse mesmo ano, o IBGE registrou que 15,6% da população brasileira era de evangélicos, confirmando assim a ascensão dessa vertente religiosa.

Liderada por Macedo, a Universal se consagrou por utilizar de diversos mecanismos e estratégias midiáticas. A evangelização massiva é historicamente e amplamente incorporada na IURD e se objetiva em evangelizar o maior número de pessoas possível, usando diferentes meios de comunicação, como rádio, televisão, *internet*, redes sociais, panfletos, jornais, revistas, entre outros. Os membros da igreja são incentivados a levar mais integrantes para os cultos e eventos, em uma espécie de *marketing* “boca a boca”.

A Universal tem um grande investimento em mídia, com ênfase na evangelização eletrônica, com programas de televisão e rádio que são transmitidos em diversos lugares do mundo, além de uma forte presença na *internet*. Não podemos esquecer do grande empenho para a expansão internacional da Igreja, atualmente a IURD está presente em 60 países e a maior concentração está no continente africano, em que realiza missões e evangelizações, além de construir novos templos e estabelecer uma presença mais forte nessas regiões. A criação dos templos em diversas cidades do mundo, principalmente no Brasil, é parte importante do projeto de expansão do neopentecostalismo e incide no mecanismo geográfico de urbanizar a Igreja, oferecendo uma infraestrutura moderna e atraente para os fiéis, promovendo eventos e atividades em seus templos, como cultos, reuniões de oração, casamentos e batismos, além de eventos relacionados às políticas sociais, cultura e lazer.

A compra da TV Record por Edir Macedo marca fundamentalmente a estratégia de chegada dos neopentecostais na arena pública, uma vez que a emissora é um canal aberto e chega a ser vista por cerca de 180 milhões de pessoas, ocupando a segunda maior audiência entre as Tv's abertas do Brasil, a igreja também possui jornais e revistas próprios, que são distribuídos em todo o mundo. A Folha Universal, jornal da IURD, atinge tiragens semanais médias entre 2,5 e 3,5 milhões de exemplares. (ROTHBERG; DIAS, 2012, p.20)

Com o forte alcance da Folha Universal, o jornal se tornou a principal fonte de informação da igreja, que estrategicamente sistematiza o conteúdo, trazendo sessões que se dedicam a projetos voltados para questões de gênero, relações familiares e casamento (TEIXEIRA, 2019, p.128). As sessões “*Godllywood*” e “Vida a dois” se destinam a trazer práticas pedagógicas que se debruçam nas temáticas do “ser mulher” e de como solucionar problemas dos casamentos heterossexuais.

A expansão neopentecostal, com ênfase na IURD, veio acompanhada não só pelo uso massivo do cenário da mídia, mas pela utilização simultânea de estratégias políticas, em 1986 a Igreja conseguiu eleger o seu primeiro parlamentar. Dez anos depois, a agenda política neopentecostal já contava com 26 deputados estaduais e 17 deputados federais. Popularmente chamada de “bancada evangélica”, o projeto de expansão dessa vertente religiosa no interior da política brasileira foi tomando contornos aligeirados e incidindo fortemente no Congresso Nacional.

No que diz respeito à inserção política os neopentecostais divergem dos protestantes históricos que evitavam falar em política sob a alegação de que “crente não se mete em política”, já que agora ter representantes oficiais no legislativo e no executivo é central para ampliação do poder da Igreja na guerra espiritual de conversão da sociedade brasileira. Na afirmativa de que “crente vota em crente” são mobilizados grandes contingentes de recursos financeiros/midiáticos e do trabalho dos obreiros para eleição de candidatos, tanto no legislativo quanto no executivo, a exemplo das eleições de Jair Bolsonaro em 2018 e 2022. (SOARES; SOUZA, 2022)

A justificativa para a entrada dos neopentecostais na política é a suposta alegação de perseguição aos cristãos e necessidade de defesa da liberdade religiosa, de forma que seria preciso criar canais dentro do Estado para atender os interesses corporativos da causa evangélica e isso passaria pela defesa de privilégios fiscais, combate as leis restritivas de poluição sonora e edificações, censura aos meios de comunicação e oposição as pautas de esquerda, constituindo uma “pauta evangélica” dos costumes que gira em torno do aborto, união civil dos LGBTQIAP+, uso recreativo da maconha, direitos sexuais e reprodutivos, combate a “ideologia de gênero”, defesa do ensino religioso e da “escola sem partido”. (SOARES; SOUZA, 2022, p.2)

Através da “bancada evangélica”, a participação neopentecostal na esfera pública foi e é fortemente sustentada pelos pilares midiáticos da IURD, a Rede Record bem como a Folha Universal, ambas já destacada aqui, são fonte principal da veiculação e atuação dos neopentecostais na agenda política. A Rede Record de televisão e a Rádio Record operam nos projetos de campanhas e propagandas eleitorais, bem como influenciam a opinião pública em questões políticas, sociais e morais. Na Folha Universal é feito um sistema de informações que projetam candidatos, defendem mandatos, visando construir ou repercutir perspectivas

para caracterizar as demandas sociais, econômicas e políticas consideradas mais relevantes pela IURD como prioritárias à gestão pública. (ROTHBERG; DIAS, 2012, p.22)

Dessa forma, os neopentecostais incidem historicamente e simultaneamente sob a política brasileira e a mídia, buscando sua expansão e inserção na arena pública por meio da participação nas decisões tomadas no Congresso Nacional, na elaboração de leis ou até mesmo na pressão sobre o Poder Executivo, além de influenciarem a construção de políticas públicas, participando incisivamente de debates em torno de questões de interesse público, como saúde, educação, direitos humanos, assistência social, entre outros.

3. Incidência das Igrejas Neopentecostais no Brasil pós-golpe jurídico midiático de 2016

Aqui, partimos do pressuposto de que há uma relação entre o aprofundamento das desigualdades sociais a partir da crise neoliberal de 2008 e a radicalização fundamentalista entre as diferentes religiões pelo mundo, que na experiência do Brasil se expressa pela expansão das neopentecostais, especialmente nas periferias, a partir de duas estratégias principais que se retroalimentam: inserção político-partidária e forte aparato midiático

O neopentecostalismo seria mais uma exceção brasileira, dependente do subdesenvolvimento, descompromissado com as classes subordinadas. [...] Religiosidade que se espalha pelo Brasil de modo sincrônico a absorção e reação ao neoliberalismo, ou seja, notadamente a partir dos anos 1990 e estreita ligação com as classes e território nos quais o Estado se demitiu, estimulando uma espécie de livre iniciativa projetada no deserto do capital e a precariedade das formas de vida. Daí que como sintoma no neoliberalismo à brasileira o neopentecostalismo, é uma resposta de sobrevivência e reconstrução de laços sociais na periferia, bem como uma narrativa teológica de justificação da exclusão social e um programa de reinserção social (DUNKER, GONSALVES e ESTEVÃO, 2001, p.121)

Ademais, a expansão do ativismo político cristão conservador na América Latina e sua incidência na agenda pública, em articulação com grupos católicos carismáticos e espíritas conservadores, se estrutura em torno das pautas pró-vida e da defesa da família e alcançaram muitos ganhos nas últimas décadas, elegendo governos de ultradireita e contestando os direitos conquistados pelos movimentos feministas e LGBTQIAP+. Na particularidade brasileira, os evangélicos constituíram um processo de demonização da esquerda, especialmente do PT, desde 1989, que recua nos governos de Lula que teve participação ativa do segmento evangélico, todavia, é reativado no Governo de Dilma que só consegue o apoio dos evangélicos com o compromisso expresso em carta de não descriminalizar o aborto e não criminalizar a homofobia (MARIANO; GERARDI, 2019).

Essa reação conservadora neopentecostal também é baseada em repertórios morais e na tentativa de controlar a vida pública e privada das pessoas - o templo, a rua, a mídia, a sexualidade e a política. Na batalha espiritual das neopentecostais é central derrotar o “comunismo”, a perseguição aos cristãos, restaurar o direito dos pais educar os filhos,

reorientar a sexualidade das crianças e proteger as famílias. O pânico moral da combinação entre “comunismo” e “ideologia de gênero” aparece para contestar os ganhos dos movimentos feministas e LGBTQIA+ dos anos 2000, dentre eles: a ativação dos programas de enfrentamento e criminalização da homofobia, o lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos (2010) e as políticas públicas para promoção da igualdade de gênero. Destacamos o veto pela Presidenta Dilma Rousseff ao Caderno Escola sem Homofobia do Ministério da Educação, denominado por Bolsonaro como *kit gay* – e o debate sobre a inclusão de diretrizes para mitigação das desigualdades de gênero no Plano Nacional de Educação em 2014, como elementos contundentes para a disseminação por parte dos evangélicos das pautas da “ideologia de gênero” e da “doutrinação marxista” que repercutiram na elaboração de Projetos de Lei para implementar o Projeto Escola sem Partido e coibir debates de gênero nas escolas de ensino básico, com centenas de leis municipais e estaduais contra gênero na educação aprovadas.

Para Biroli (2020) a erosão dos processos democráticos pelo mundo se conecta às reações neoconservadoras à conquista de direitos pelas mulheres e comunidade LGBTQIAP+. O processo de desdemocratização articula “[...] a erosão dos sistemas partidários tradicionais, a ascensão do populismo de direita e o declínio do apoio popular à democracia”. (BIROLI, 2020, p. 140).

A erosão da democracia corresponde também à erosão do público - na forma da privatização e da redefinição do próprio sentido de coletivo. Com o neoliberalismo, para além das novas formas de regulação em favor do mercado e da redefinição da institucionalidade estatal diante da financeirização da economia global, uma nova racionalidade, baseada na competição, constituiu as interações sociais e a própria subjetividade. [...] Além da expansão do econômico em detrimento do social e do privado em detrimento do público, expande-se também a esfera pessoal protegida. Nesse ponto, a família está no centro da dinâmica de privatizações (BIROLI, 2020, p.142)

A politização das relações de gênero se transformou em uma estratégia para constituição de alianças conservadoras na política nos anos 2000 e incidiu diretamente nos processos que culminaram no *impeachment* de Dilma e na eleição de Jair Bolsonaro. Na percepção dos evangélicos, Bolsonaro é o representante legítimo dos cristãos e o líder capaz de frear a “ideologia de gênero”, o ataque à família e a degeneração moral da sociedade pós conquista das políticas de gênero.

Vale observar que um dos setores mais importantes na promoção do neoconservadorismo, os neopentecostais, tem o semblante feminino. As mulheres que aderem o neopentecostalismo na América Latina são, em grande parte, de baixa renda e afetadas pela precarização e pela restrição dos serviços públicos. Mulheres que enfrentam a precariedade e a insegurança podem ser também as mesmas que, de uma perspectiva moral, reivindicam a relevância e a responsabilidade da família. [...] a defesa da família não vem necessariamente acoplada à domesticidade das mulheres. A doutrina neopentecostal incide sobre as subjetividades masculina e feminina, redefinindo-as de modo a aproximar as mulheres da esfera pública e os homens do domínio familiar. Pode haver, com isso, uma reconfiguração das relações

de gênero, ao mesmo tempo que a valorização da família é o eixo central. (BIROLI, 2020, p. 150)

A questão é que as pautas anti-gênero dos grupos conservadores cristãos estão hoje traduzidas em políticas públicas e em ações estatais, extrapolando, portanto, a esfera do discurso de agitação política e sendo alvo da disputa pelo orçamento público e o ensino religioso.

Ademais, as políticas anti-gênero que vem sendo paulatinamente incorporadas pelo Estado brasileiro incidem no desmonte das políticas sociais e na negação de direitos conquistados por mulheres, LGBTQIAP+ e negros(as). No plano nacional, os neoconservadores cristãos fizeram avanços significativos no Governo Bolsonaro, entre eles a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o lançamento de programas com intuito de fortalecer as relações familiares mononuclear/heteronormativa, o posicionamento contrário ao uso dos conceitos de “educação sexual”, “direitos sexuais e reprodutivos” e “gênero”, os constantes encontros dos defensores da “cura gay” com a Ministra Damares e o reposicionamento da família heteronormativa como foco central da ação estatal.

O mapeamento das iniciativas estatais anti-gênero é uma necessidade de nossa contemporaneidade, no sentido de apreender a conjuntura política brasileira, os rebatimentos disso para os grupos socialmente vulneráveis e fundamentar a defesa das políticas públicas e fortalecer a democracia.

De outra parte é fundante considerar que as religiões têm uma grande relevância na esfera privada, espaço prioritariamente feminino, e produzem alento, pertencimento e coesão social entre os seus membros que em geral estão distantes dos aparatos estatais ou pouco tiveram acesso a direitos sociais e políticas públicas, muitas vezes sendo as igrejas neopentecostais que executam o papel do Estado na prestação de serviço às comunidades periféricas.

4. Considerações finais: Implicações do conservadorismo neopentecostal para o Serviço Social

O Serviço Social, na década de 1930, surge com bases confessionais, no seio da Igreja Católica, naquele momento o país atravessava uma aguda crise e a burguesia não conseguia controlar as inúmeras manifestações da classe trabalhadora, que demandava melhores condições de trabalho e justiça social. Neste limbo, o serviço social vai construindo e reconstruindo sua trajetória, originalmente com bases conservadoras e moralizantes, controlando a vida dos/as trabalhadores/as e, posteriormente, se modificando, quando na

década de 1980 assumiu um compromisso com a classe trabalhadora expresso no Código de Ética da/o Assistente Social de 1993 e no Projeto Ético-Político Profissional.

Concomitante a esses processos, as novas configurações incorporadas pelo Estado e pela sociedade, ambas com ideário neoliberal, passam a requerer um perfil profissional com determinadas competências e habilidades específicas para formular, executar e avaliar políticas sociais, planos, programas e projetos, além de conhecimentos de planejamento e gestão social.

É importante pontuar que o/a assistente social atua nas expressões da questão social, que se origina da relação contraditória e antagônica, entre os interesses do capital e da classe trabalhadora, sendo necessário uma postura profissional dotada de leitura crítica e sensível, fundamentada pela totalidade histórica e concreta, orientada pelos princípios do Projeto Ético-Político, para formular respostas emancipadoras na vida das pessoas e na construção de uma nova sociabilidade frente a um cenário marcado pelas inflexões neoconservadoras.

O Brasil, era até então, um país formado em sua composição religiosa de maioria católica com forte influência sincrética, no entanto esse cenário vem sendo abruptamente modificado por uma transição religiosa, a partir do crescimento neopentecostal que conquista cada vez mais adeptos, sobretudo no que diz respeito a teologia da prosperidade. O ponto fulcral para nosso debate não se detém na expansão dessa forma de religiosidade, mas no escoamento do que, em geral, está presente no discurso de alguns líderes e instituições que se identificam como representantes dessa vertente religiosa.

Posto isso, é notório que as lideranças religiosas exercem grande influência na vida dos fiéis, que vão além da doutrina e princípios de fé, mas também de cunho político, seja definindo resultado nas eleições ao apoiar ou se posicionar contra determinado candidato, ou disputando, elaborando e pautando decisões sobre a vida das pessoas em geral, fundamentado em um ideário conservador e homogêneo, desconsiderando a diversidade.

A relação do conservadorismo com o serviço social não é um fenômeno contemporâneo, estando este ancorado e atravessado na historicidade da categoria profissional. Neste sentido, podemos afirmar que o conservadorismo sempre permeou a formação e o trabalho profissional, sendo combustível essencial que retroalimenta a reprodução do capital. Foi na consolidação acadêmica da fase chamada de “intenção de ruptura”, em meados dos anos 1980, que houve uma aproximação nos estudos e pesquisas na tradição marxista, desenvolvendo um diálogo não homogêneo da categoria e uma construção teórica na profissão, elaborando uma hegemonia numa perspectiva pluralista. Esse aprofundamento do Serviço Social nos referenciais marxistas e marxianos nos anos 1980, avançou na década de 1990 e fundamentou a nova direção teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão. A tradição marxista vai ser referência básica e,

depois, hegemônica no Serviço Social, direcionando-se para o rompimento com o conservadorismo.

Por conseguinte, deve-se considerar que o conservadorismo no serviço social, mesmo com o processo de reestruturação, reinventa-se, em novos elementos conjunturais, metamorfoseando-se em sobre outras nuances, se fixando em rearranjos necessários para o fortalecimento e manutenção da sua força e direção concordante à conjuntura, seja para bases reacionárias, seja para bases reformistas. Política, religião e preconceitos cotidianos se imbricam correlacionados numa dependência recíproca em “novas” maneiras, formas, intensidades distintas e desordenadas, mas frutos de um mesmo processo.

Outro ponto a ser considerado e fortalecido é o debate sobre a laicidade no Serviço Social, pois o cumprimento da laicidade deve ser mais que um dever legal, deve ser um direito garantido àqueles que buscam a configuração democrática e laica das instituições. A garantia do cumprimento da laicidade junto ao Serviço Social foi tema recorrente entre o conjunto de Conselhos de Fiscalização CFESS/CRESS, desde a publicação, em 2012, da Resolução nº 627 do CFESS, que dispõe sobre o tema da laicidade no Serviço Social (CFESS, 2012), entendendo a laicidade como uma garantia constitucional aos direitos humanos.

Nesse contexto atual de crise econômica e política, o conservadorismo se aprofunda com seus traços de irracionalismo, apelo à ordem e ideologia da guerra como respostas para as expressões da questão social, contribuindo assim para a legitimação da barbárie capitalista (BARROCO, 2015). Infere-se desse contexto de aguda crise do capital, um amplo crescimento do pensamento conservador que cimenta os alicerces de aprofundamento do senso comum reiterando valores e práticas violentas que marginalizam a heterogeneidade da vida humana, a diversidade sexual e de gênero, os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, a democracia e os direitos humanos. Todas essas pautas supracitadas são cooptadas pelos discursos religioso, inseridos sobretudo nas agendas neopentecostais, para legitimar a defesa de “Deus” e invalidar a pluralidade de expressões humanas, conforme (TEIXEIRA, 2018) o processo de produção de sujeitos por meio do desenvolvimento constante de pedagogias reguladoras de condutas e do engendramento de tecnologias narrativas de si

A partir do Código de Ética da profissão, o serviço social desempenha um papel fundante no que diz respeito à promoção dos direitos humanos e da justiça social, compromisso está expresso no Código de Ética Profissional e no Projeto Ético-Político. No entanto, frente ao crescimento de assistentes sociais com o perfil fundamentalista e neoconservador, é comumente observado e registrado, atuações profissionais que agem de forma policialesca, moralizante e estigmatizante sobretudo em casos de aborto, limitando o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Em troca de uma atuação punitiva e opressiva, é dever dos profissionais do Serviço Social, garantirem que as mulheres tenham acesso a informações adequadas e serviços de saúde que lhes permitam tomar decisões informadas sobre sua própria saúde reprodutiva. Além disso, é importante lembrar que a criminalização do aborto não impede sua prática, mas sim a torna mais perigosa, levando mulheres a recorrer a procedimentos inseguros que colocam sua vida em risco. Nesse sentido, é dever dos assistentes sociais o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. (CFESS, 2011, p.23)

Em tempos nefastos de desmontes e ataques à democracia brasileira, aos direitos sociais e humanos, faz-se imprescindível e necessário a defesa e o fortalecimento dos princípios que balizam e norteiam o exercício e o projeto profissional do/as assistentes sociais, visto que, ao passo que os ataques às liberdades e aos direitos sociais avançam, e o Estado é suprimido para os mínimos sociais agudiza-se o controle de vida das populações, impactando em questões individuais. Neste sentido, o neoconservadorismo ganha escopo e força, ampliando e penetrando todos os espaços da agenda social, política, hegemonia, entre outras. Tal perspectiva não permite dissensos, o que impossibilita e precariza a democracia. O espraiamento da racionalidade neoconservadora desencadeia refrações diretas para a classe trabalhadora em toda a sua heterogeneidade, sobretudo para os grupos vulnerabilizados (mulheres, lgbtqia +, entre outros) como também para o exercício profissional dos/as assistentes sociais, tanto no que diz respeito a sua condição enquanto trabalhadores assalariados, como para a execução e instrumentalização do seu trabalho, que se torna precarizado com o enfraquecimento das políticas e direitos sociais.

5. REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. Não Passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 623-636, 2015.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. Boitempo Editorial, 2020.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e. Revista de Estudos da religião, p. 9-47, 2008.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS Manifesta. Edição especial: Em defesa do Estado Laico. 06 jan. 2016. Disponível em: . Acesso em: 05 abr. 2023.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; GONSALVES, Rodrigo Luiz Cunha; ESTÊVÃO, Ivan Ramos. Neopentecostalismo como gramática neoliberal de sofrimento. *LavraPalavra*, v. 19, 2021.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos avançados*, v. 18, p. 121-138, 2004

MACHADO, M. S.; NACIF, C. L. Evangélicos, políticas e espaço: novas estratégias rumo à presidência da república. Rio de Janeiro: GeoUERJ, 2016. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/27012/19579>. Acesso em: 01 maio 2024.

ROTHBERG, Danilo; DIAS, Mariane Bovoloni. Religião, política e eleições na Folha Universal. In *Texto*, n. 27, p. 20-37, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/134986>.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. A conduta universal: governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2018

SOARES, Suamy Rafaely; SOUZA, Eulália Vitória Dantas. A Questão dos Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres no Interior das Igrejas Neopentecostais. 2022. PIBIC/UERN.

RACISMO ENQUANTO PRÁTICA IDEOLÓGICA: UMA ANÁLISE SOBRE OS REBATIMENTOS DO RACISMO PARA ESTUDANTES NEGRAS/NEGROS NO AMBIENTE ESCOLAR

Maria Jose Batista De Sousa⁷¹

RESUMO: O estudo tem como objetivo discutir o racismo como ideologia do poder dominante e os reflexos para estudantes negras(os) no ambiente escolar. Refletimos sobre o racismo estrutural em nossa sociedade e visualizamos a escola como aparelho ideológico que pode reforçar essa idéia ou ter uma postura contrária a essa ideologia. Para tal estudo, apresentamos como base o método materialismo histórico dialético e análise qualitativa, por meio de um estudo bibliográfico. Dessa forma, identificamos que a ideologia racista está presente na escola e que, muitas vezes, estudantes negras(os) não se sentem representados na escola. Ressaltamos, a importância de uma educação antirracista.

Palavras-chave: educação; Ideologia; racismo.

1 INTRODUÇÃO

O racismo é uma ideologia que, desde o período colonial, foi utilizada com objetivo de inferiorizar os povos africanos e os escravizar, é um instrumento do poder dominante, que se configura em um conjunto de idéias que exercem um poder dentro da sociedade. Nesse sentido, no ambiente escolar que é aparelho de controle do Estado, essa ideologia racista se faz presente contribuindo para que estudantes negras/negros tenham um distanciamento de sua identidade racial.

Assim, o reflexo dessa ideologia é o mito da democracia racial que produz um falso discurso de igualdade racial. A escola, quando silencia as pautas raciais, comunga com esse discurso e nega a existência do racismo e atua concernentemente com ele e é, também, uma expressão do pouco letramento racial que os brasileiros têm.

Desse modo, quando a escola não discute questões étnico-raciais, dificulta a construção de consciência racial e cria barreiras para os estudantes no processo de conhecimento de suas histórias, pois, muitas vezes, as conhecem de forma enviesada, distorcida e unilateral e, por isso, a entendemos como fator proveniente de uma ideologia racista. Nosso objetivo é

⁷¹Bacharel em Serviço Social pela Centro Universitário (UNIFIP), mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS/UERN). E-mail: mariajsbatistasousa@gmail.com.

abordar o racismo enquanto ideologia dominante e os impactos para estudantes negras e negros no ambiente escolar.

Dessa maneira, nosso artigo está dividido em dois tópicos contemplando as categorias racismo, ideologia e educação. No primeiro, abordaremos o racismo como ideologia e problematizar quem detém esse poder ideológico; no segundo, debateremos quais os reflexos da ideologia racista para estudantes negras e negros.

Dessa forma, ressaltamos que a ideologia racista se faz presente nos equipamentos educacionais quando nega e omite a história da população negra ou as discussões sobre raça e nesse sentido, há uma necessidade da educação ter uma prática antirracista coerente com o papel da educação no processo de transformação da sociedade.

2 RACISMO E IDEOLOGIA

O racismo é um sistema estrutural em nossa sociedade e configura-se enquanto atos de discriminação e preconceito atrelados a raça. As pessoas negras, desde o período escravista até os dias atuais, sofrem com essas discriminações. O racismo é um elemento que busca inferiorizar, desqualificar indivíduos e grupos, tem uma base ideológica, portanto, tem materialidade na sua prática. Vivemos em uma sociedade racista.

Assim, compreendemos que o racismo existe, porque, ao longo da história, os dominadores encontraram formas de inferiorizar socialmente uma raça. Foi construído um mito que apresentava os povos africanos como pessoas não civilizadas, não evoluídas intelectualmente e culturalmente, colocando-os como subalternos. O dominador, o branco europeu, considerado civilizado, passou a escravizá-los.

Marx e Engels (2001) apresentam que os sujeitos da classe dominante, a partir das suas ideias e posições, apropriam-se, em todos os sentidos, da posição dominante. No escravismo, havia duas classes: os exploradores, dominadores e os escravizados, considerados como classe subalterna. Segundo Clóvis Moura (1994), a idéia de inferior e subalterno era usada pelo dominador para justificativar o escravismo:

Há um racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças. Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma justificadora da invasão e domínio das áreas consideradas "bárbaras", "inferiores", "selvagens", que por isso mesmo seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações "civilizadas". (MOURA, 1994, p. 5).

Dessa forma, como apontado pelo autor, os colonizadores buscavam legitimar a idéia de uma raça inferior, para exercer o controle e a dominação, por meio de um discurso

equivocado objetivava justificar o escravismo. É nesse sentido que apontamos a ideologia como elemento fundamental para manter o seu domínio, pois é um instrumento usado de forma estratégica pelos que detém o poder.

Nesse sentido, é importante compreender o conceito de ideologia para entender como ela é utilizada para manter o racismo. Conforme nos traz Marx e Engels (2001, p. 49) “a ideologia seria o estudo da origem da formação das ideias que se constitui como uma ciência propedêutica as demais”. Ainda segundo os autores, “a questão das idéias se colocavam no quadro do sistema de Hegel, aí, a idéia é o sujeito cujo predicado consistia nas suas objetificações (a natureza e as formas históricas da realidade social)” (MARX; ENGELS, 2001, p. 50).

São ideias sistematizadas, ilusões através da qual os homens pensam sua realidade de forma enviesada, deformada, fantasmagórica, a primeira e máxima de toda ilusão, própria de toda ideologia, consiste justamente em lhe atribuir a história dos homens. Sobre o crisma da ideologia é que a história se desenvolve como realização da idéia absoluta. Ora, tal ideia não tem existência própria, mas deriva do substrato material da história. (MARX; ENGELS, 2001, p. 54).

A ideologia é um mecanismo usado por quem detém o domínio dentro da sociedade, o qual legitima suas ideias como únicas e verdadeiras. Ela tem um poder social de tornar universais ideias e pensamentos, possui um valor de veracidade que torna-se, muitas vezes, inquestionável, pois quem dita as regras é, justamente, quem tem o controle e o poder. Então, em cada época se apresenta uma figura dominante.

Nesse sentido, denota-se como a classe dominante, à época, os colonizadores que utilizavam-se de um discurso ideológico. A ideologia se faz presente no discurso do dominador para explicar a exploração, a dominação, a apropriação e suas ações perversas, desumanas e violentas com os povos negros africanos. Dentro disso, essa ideologia foi utilizada para justificar o escravismo colonial.

Dessa maneira, Moura (2021) apresenta que a abolição do escravismo como modo de produção ⁷² não se deu por bondade dos colonizadores ou por vontade do homem branco, mas de forma estratégica, inclusive utilizando a ideologia abolicionista que, na verdade, tinha o objetivo de implementar um sistema que lhes desse mais lucro: o capitalismo. A própria abolição era uma ideologia.

Então, o poder dominante, após a abolição, procurou novas roupagens. Uma delas foi o mito da democracia racial que, segundo Carneiro (2011), é um termo utilizado para dizer que no Brasil há uma diversidade de raças e que não existe racismo. Na realidade, é

⁷²Moura (2021) concordando com as colocações de Gorender (2016), ressalta que no Brasil o modo de produção escravista colonial se deu de forma diferenciada em relação ao escravismo já existente; tratou-se, portanto, de um modo de produção historicamente novo.

completamente inviável utilizar o termo democracia racial se um grupo passou mais de três séculos escravizado, despossuídos de qualquer bem material/cultural.

Ainda após a abolição formal do escravismo, não ocorreram políticas que pudessem alterar esse contexto e pessoas negras continuaram em condições precárias de vida e sobrevivência, permaneceram às margens da sociedade e não conseguiram se inserir no mercado de trabalho. Isso permanece até os dias atuais, então não há como dizer que há uma igualdade entre as raças. Essa foi mais uma ideologia criada para desconsiderar o problema do racismo no Brasil.

Nesse sentido, a ideologia pode ser entendida não apenas como um conjunto de ideias, ela é, além disso, disseminada pelos diferentes meios (comunicação, massa, igreja, escola. São introduzidas na mente dos indivíduos. (AIS, 2011). Então, possui grande efeito social no pensamento dos sujeitos. Apontamos, aqui, que há uma ideologia em torno da naturalização do racismo.

A escola sendo um aparelho privado de hegemonia do dominante, tem o poder de reproduzir e naturalizar a condição da pessoa negra ou tencionar essa realidade. Nesse sentido, no próximo tópico iremos discutir os reflexos da ideologia racista para estudantes negras e negros no ambiente escolar e a importância de uma educação antirracista.

2.1 REFLEXOS DO RACISMO ENQUANTO IDEOLOGIA: REBATIMENTOS PARA ESTUDANTES NEGRAS/NEGROS NO AMBIENTE ESCOLAR

O racismo é uma realidade em nosso país que está sistematizada por um conjunto de ideologias que fortalecem um discurso de inferioridade e subalternidade de pessoas negras. Desse modo, para estudantes negras e negros observamos o quanto é desafiador viver em uma sociedade que inferioriza sua cor, sua origem, sua cultura, sua história.

Assim, conforme Carneiro (2011), pessoas negras, por terem sua identidade étnica e racial destroçada pelo racismo, pela discriminação, têm dificuldade no processo de reafirmação da identidade que é, inclusive, desvalorizada. A partir disso, a escola precisa proporcionar um espaço onde não haja uma hierarquia entre estudantes brancas(os) e negras(os). A identidade negra precisa ser encontrada nos espaços da escola, nos conteúdos e nos livros didáticos. É imprescindível que a educação adote uma prática que contribua para romper com a estrutura racista.

Nesse sentido, a educação deve exercer o seu papel enquanto agente de transformação. Afirma-se na constituinte de (1988) que ela tem como objetivo “o pleno desenvolvimento da pessoa”. Então, esse pleno desenvolvimento só acontece se todos os sujeitos que estão inseridos sentirem-se contemplados nos equipamentos escolares. A educação tem a tarefa de contribuir com a mudança de estrutura da sociedade.

Nesse sentido, Saviani (2014) comunga com essa visão, ao abordar que a tarefa de um sistema educacional para o Brasil, coincidindo com a tarefa de transformação estrutural da sociedade brasileira, deve cumprir, então, o papel de pensar em mudanças a partir do que está posto na realidade. É, portanto, essencial traçar estratégias contrárias ao racismo estrutural.

Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos estudantes um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes. (SAVIANI, 2012, p.30-31. Grifos nossos).

Saviani apresenta, a partir do viés marxista, uma educação que atenda às necessidades dos indivíduos e que discuta, de fato, as problemáticas sociais. Partindo desse pensamento, ela deve ser contrária aos interesses do poder dominante que propagam o racismo. A educação torna-se revolucionária e cumpre seu papel quando tem uma visão crítica da realidade e a questiona.

Paulo Freire, como grande referência na educação, também comunga com esse pensamento, ao relatar a necessidade constante de alimentar o desenvolvimento do pensamento crítico, a partir da tomada de consciência e do reconhecimento enquanto sujeitos das suas relações. Nisso, consiste a conscientização, que resulta em um trabalho pedagógico crítico, apoiado em condições históricas propícias (FREIRE, 1975). Ainda em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1975), o autor reforça que:

O papel das lideranças (e, sinonimamente, dos intelectuais) de buscar desconstruir a dominação que historicamente serviu para balizar suas relações com o povo e para construir com ele a superação das contradições (ainda) em que se encontram. É que, enquanto a dominação, por sua mesma natureza, exige apenas um polo dominador e um polo dominado, que se contradizem antagonicamente, a libertação revolucionária, que busca a superação desta contradição, implica na existência desses polos e mais numa liderança que emerge no processo desta busca. Esta liderança que emerge, ou se identifica com as massas populares, como oprimida também, ou não é revolucionária. (FREIRE, 1975, p. 11)

Dessa maneira, ambos os autores acreditam que a educação precisa ser pensada para atender os interesses populares, as demandas sociais. Para uma educação revolucionária assumir esse papel e pensar na transformação da sociedade, é necessário um direcionamento crítico que não contribua com as condições impostas pelo poder dominante.

Contudo, criaram-se nos mecanismos educacionais, o que podemos chamar de “a negação do ser negro”. O que se aprende nos currículos é a historiografia branca europeia como base civilizatória a ser copiada, enquanto o negro aparece como um ser subalterno, com visibilidade majoritariamente relacionada apenas ao escravismo. Nos livros didáticos, ficava mais visível esse tipo de estratégia, nos quais a presença negra se limita ao trabalho

escravo ou é colocado em situações de subalternidade, inferioridade e ridicularizado fenotipicamente (FREITAS, 2012).

Assim, esses mecanismos educacionais estão coerentes com a ideologia racista, reforçando o discurso da pessoa negra como inferior, atrasada e não civilizada, enquanto o branco aparece como o ideal e civilizado. A partir disso, para as estudantes negras, os sentimentos de baixa estima e de negação podem surgir em detrimento de uma valorização das brancas.

Nesse sentido, a ideologia dá sustentabilidade ao racismo, pois é o poder dominante que a mantém. Por ser uma sociedade capitalista, dividida em classes, ela detém os meios de produção, os meios para universalizar sua visão de mundo e suas justificativas ideológicas a respeito das relações sociais de produção, que garantem sua dominação econômica. (AISÍ, 2011).

Dessa maneira, “a educação que faz parte de um dos aparelhos de dominação do Estado, um aparelho privado de hegemonia” (GRAMSCI, 2011, p. 77), é um instrumento que reproduz ideias dominantes. A educação pode ser utilizada de forma a atender determinados interesses da burguesia e, muitas vezes, deixar de cumprir seu papel enquanto agente de transformação social.

Na escola, as regras são determinadas por outros e não pelos próprios sujeitos. Outros que têm o poder de determinar o que pode e o que não pode ser feito, já nosso desejo se submete às normas internas, interioriza-se: A disciplina se converte em cidadãos disciplinados (AISÍ, 2011). A escola apresenta um direcionamento a ser seguido como o correto, no qual as ideias são disseminadas com a lógica do pensamento dominante.

Concorda com essa afirmação, o Mészáros (2008), quando apresenta que a educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu ao propósito de não só fornecer os conhecimentos necessários à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir os valores que legitimam os interesses dominantes.

Nesse sentido, se a educação serve de máquina de controle para o capital, a escola que materializa esse direito é um espaço no qual o racismo pode ser reproduzido. Essa reprodução ocorre quando não se discute as pautas sobre raça e não questionam as condições impostas para a pessoa negra, o que contribui para estudantes negras (os) não terem uma compreensão real do racismo.

A Eliane Cavalleiro, em seu livro, discute a não percepção do racismo por parte dos estudantes como uma estratégia da democracia racial brasileira, que nega a existência do problema. A ausência ou a limitação da discussão de raça impede uma visão crítica sobre o problema. Tem-se a ideia de que não há racismo e não se fala dele (CAVALEIRO, 2012).

Assim, a fala da autora mostra como o racismo muitas vezes não é visto como problema da sociedade pela escola, mas fica enviesado pela ideologia, pelo mito da democracia racial

como se a sociedade escravista tivesse ocorrida em um passado e agora, negras e negros estivessem em condição de igualdade com a população branca. Quando não se assume que existe racismo na sociedade, também não se fala sobre ele. Há uma omissão que faz com que as discussões sobre raça na escola só cheguem de forma pontual, especificamente no dia da consciência negra e, ainda, de forma muito limitada.

Assim, quando a discussão racial é mencionada na escola, ela aparece através de datas comemorativas (13 de maio ou no dia 20 de novembro) (SANT'ANA, 2005). Esse ritual pedagógico, que ignora as questões étnico-raciais estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e adolescentes negros, bem como contribuindo para crianças e adolescentes brancos se sentirem superiores (CAVALLEIRO, 2012).

O livro didático de forma geral omite o histórico, cultural, o cotidiano dos segmentos subalternos da sociedade, o negro, índios, entre outros. Isto concorre em grande parte para a fragmentação da sua identidade e autoestima. (...) não é um livro apenas um transmissor de estereótipos. Contudo, é ele por seu caráter "verdadeiro", pela importância que lhe é atribuída, pela exigência social do seu uso, de forma constante e sistemática logra introjetar na mente das crianças e jovens e adultos visões distorcidas da realidade humana e social. A identificação com as mensagens e textos colabora para a dissociação de sua identidade individual e social. (SILVA, 1995, p.7).

Isso demonstra a necessidade de uma ação pedagógica de combate ao racismo e seus desdobramentos, tais como preconceito e discriminação étnico-racial. Elas podem acontecer no cotidiano escolar, com ações na escola que discutam as questões étnico raciais, ensinando a história da África, mostrando os heróis e rainhas que foram escravizados por colonizadores, falando sobre a identidade negra, fazendo com que estudantes negras e negros tenham uma referência positiva da sua identidade, provocando distorções de conteúdo curricular, entre outros.

A escola tem um papel de extrema importância na educação dos jovens, sendo um veículo de socialização primária, goza de uma função ideológica privilegiada, pela sua atuação sistemática, constantemente obrigatória aos alunos (CAVALLEIRO, 2012). Assim, a escola como um agente que goza de uma função ideológica, precisa contribuir para a distorção da ideologia predominante, nesse caso, a ideologia racista. O Mészáros (2008) apresenta, ainda, uma das principais funções da educação formal na nossa sociedade, que é produzir tanta conformidade ou "consenso" que são legalmente sancionados pelo poder dominante.

Dessa forma, a educação tem um papel fundamental na consciência dos sujeitos e deve ser um agente que vá contra essa ideologia. Torna-se uma urgência a educação ter uma prática antirracista. Essa prática deve ser contínua, conforme Hooks (2020), quando se começa a falar de cultura e diversidade é entusiasmante para as pessoas negras que sempre

estiveram à margem e sempre tiveram sentimentos ambivalentes, visto que o conhecimento era partilhado de modo a reforçar o colonialismo e a dominação. Quando questões étnico-raciais são discutidas na escola, faz imensa diferença na formação de estudantes negras (os).

Ademais, há uma necessidade da efetividade da lei 10.639/03, que acrescenta na lei de diretrizes e base, o ensino de História e Cultura Afro-brasileira. Pesquisas recentes, divulgadas pela Agência Brasil (2023), mostram que mais de 70% das escolas não colocam em prática essa lei, o que é bastante questionável, pois revela a omissão, a negação da história de pessoas negras, sua cultura e identidade. Este ano de 2023 fez 20 anos que essa lei existe e é de grande relevância sua prática real.

Assim, acredita-se na importância dessas práticas supracitadas para que estudantes negras e negros possam ter um debate sobre sua verdadeira história e sentindo-se contemplados no ambiente escolar em que sua cultura e sua identidade são valorizadas. O exercício de se encontrar nos símbolos, nas imagens e nas falas é uma experiência que seria muito significativa para esses sujeitos. Essas atitudes, no cotidiano da sala de aula, são práticas antirracistas, necessárias na contribuição para que a educação assuma seu papel como prática libertadora.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entendemos o quanto o racismo, enquanto ideologia, tem o poder de se manter ao longo da história, pois procura legitimar a desigualdade racial, desde o período colonial e permanece até os dias atuais, alimentada pelo mito da democracia racial.

Analisamos, ainda, como o racismo, enquanto ideologia, reflete de forma muito negativa as e os estudantes negras e negros que têm pautas raciais negligenciadas, invisibilizadas e é a escola reforça isso, quando não tem uma postura antirracista e naturaliza os elementos da ideologia racista.

Assim, fica nítida a necessidade de serem utilizados mecanismos educacionais contrários à ideologia racista, tendo em vista os prejuízos na construção da identidade das pessoas negras, que têm dificuldade com o reconhecimento dentro do seu grupo racial e distantes de terem uma consciência racial.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Mais de 70 das escolas não cumprem a lei de ensino afro-brasileiro.** Disponível em: < [Brhttps://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-04/mais-de-70-das-cidades-nao-cumprem-lei-do-ensino-afro-brasileiro](https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-04/mais-de-70-das-cidades-nao-cumprem-lei-do-ensino-afro-brasileiro)>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio da escola: racismo e preconceito e discriminação na educação infantil.** – 6ª ed.-São Paulo: Contexto, 2012.

MARX, Karl;ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**.São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IASI, Mauro. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2002.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como pratica liberdade**. -2ª ed. -São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**.-2ª ed. - São Paulo: Boitempo,2008.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Negro**.- 3ª ed. -São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, Clóvis. O Racismo como Arma Ideológica de Dominação. **Revista Princípios**, nº 34, ago-out 1994. p. 28-38.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro emascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SIMIONATTO, I. **GRAMSCI: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. - 4ª ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SAVIANI, N. Educação infantil versus educação escolar: implicações curriculares de uma (falsa) oposição. In: ARCE, A.; JACOMELI, M. R. (orgs.). **Educação infantil versus educação escolar?:** entre a (des)escolarização e a precarização do trabalho pedagógico nas salas de aula. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CEAO, CED, 1995.

ESTADO PENAL/PATRIARCAL E O CONTROLE SOBRE OS CORPOS DAS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Luciana de Paula Ramos⁷³
Fernanda Marques de Queiroz⁷⁴

RESUMO

O artigo analisa a forma com que o Estado Penal/Patriarcal realiza o controle sobre os corpos das adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no CASEF/RN. Para tanto, foi realizada análise documental aos processos das socioeducandas que cumpriam a medida no decorrer do primeiro semestre nos anos de 2019 e 2022, bem como às normativas que versam sobre a socioeducação, à luz do método materialista histórico dialético. Foi possível chegar à conclusão de que o Estado Penal/Patriarcal atua fortemente sobre os corpos das socioeducandas mediante o controle sobre sua vida sexual e ênfase no comportamento em detrimento dos direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Estado penal. Patriarcado. Privação de Liberdade.

1 INTRODUÇÃO

O artigo se propõe analisar as formas com que o Estado Penal/Patriarcal atua sobre as jovens e adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino - CASEF, única unidade feminina privativa de liberdade do estado do Rio Grande do Norte, situada no município de Natal. Para tanto, destacamos a importância que as faces penal e patriarcal do Estado possuem para o sistema capitalista, cuja imbricação culmina em severos e peculiares rebatimentos sobre as adolescentes em questão. Neste sentido, intentamos analisar se há uma lógica punitiva no trato a estas adolescentes que praticaram atos infracionais, bem como identificar se a referida instituição vem atuando de forma a viabilizar ou a restringir a liberdade sexual das adolescentes, perpetuando e concretizando os mecanismos de controle do corpo feminino e, por fim, se pretende observar se tal política atua sobre determinada raça, classe, sexo e geração.

Neste sentido, ao realizar análise do perfil socioeconômico das socioeducandas, foi possível identificar que todas são negras, com rendimento familiar variando a menos de um salário mínimo até dois salários. Sendo assim, o fato de serem do sexo feminino,

⁷³ Graduada em Serviço Social pela UFRN, especialista em Saúde Pública pela FAVENI/RS e mestre em serviço social e direitos sociais pela UERN. E-mail: lucianadepaularamos@gmail.com;

⁷⁴ Graduada em Serviço Social pela UECE, mestre em Serviço Social pela UFPE, doutorado em Serviço Social pela UFPE, Pós-Doutora em Sociologia pela Université Paris VII - Denis Diderot e Professora Adjunta da FASSO /UERN. E-mail: fernandamarques@uern.br;

adolescentes, pobres e negras confirma a análise dos autores citados neste trabalho de que esse perfil é alvo das maiores penalizações e punições por parte do Estado, tendo por apoio/executador o Poder Judiciário, o qual reproduz o estigma e criminaliza este segmento.

Analizamos os processos judiciais de cinco socioeducandas que estavam cumprindo medida socioeducativa nos anos de 2019 a 2022, cuja pesquisa foi iniciada na graduação e foi aprofundada no mestrado. O nome de registro das adolescentes, por questões éticas de sigilo, foi substituído por pseudônimos⁷⁵. Ademais, a análise processual possibilitou apreender aspectos punitivos e patriarcais, os mesmos elementos também foram encontrados nas legislações relacionadas a este segmento de mulheres.

2 “EIS QUE A SOCIEDADE CLAMA POR JUSTIÇA”: ESTADO PENAL E SEUS ASPECTOS PUNITIVOS

Foucault (1999), partindo do contexto histórico da punição, explica que existe uma relação entre os vários regimes punitivos e os sistemas de produção. Aqueles, no âmbito da economia servil, presente no feudalismo, teve como papel trazer mão de obra suplementar, constituindo a “escravidão civil”, atrelado às guerras ou ao comércio, havendo um brusco crescimento dos castigos corporais, numa época em que a moeda e a produção eram pouco desenvolvidas. Porém, quando a burguesia se tornou a classe politicamente dominante, se apoiou na organização de um regime parlamentar e representativo. Apoiando-se também no desenvolvimento e generalização de dispositivos disciplinares, através da criação de casas de correção, que se deu de forma obscura. Assim como ancorou-se na implantação de um sistema jurídico igualitário formal no intuito de manter a dominação econômica.

Em relação aos direitos formalizados no contexto do capitalismo, Coutinho (1997) traz a compreensão de que o conceito de “direito natural” abarca os direitos que pertencem aos indivíduos de forma inerente, independentemente da posição em que ocupam na sociedade. Acrescenta que os “direitos naturais” tiveram um importante e revolucionário papel em determinada época da história, na medida em que afirmava a liberdade individual diante do poder monárquico absolutista, além de haver negado a desigualdade de direitos outorgada pela hierarquia estamental do feudalismo. Entretanto, o jusnaturalismo foi cooptado pela ideologia burguesa, tendo Locke (1994) como fonte, em virtude de que o filósofo e seus seguidores consideravam o direito à propriedade⁷⁶ um direito natural, culminando na recriação de uma nova forma de desigualdade entre os indivíduos. Além do mais, assegurou os direitos dos proprietários aos bens produzidos pela classe trabalhadora.

⁷⁵ Optamos pelos nomes: Jade, Turmalina, Rubi, Pérola e Esmeralda.

⁷⁶ De acordo com Marx (2009c), a propriedade privada se origina da apropriação pelos capitalistas da força de trabalho humana. Acumulando os lucros em um número cada vez mais reduzido de mãos, posto que considera tudo ao capital e nada ao trabalhador.

Sobre isso, Marx (2009d) explica que o homem é diferenciado do cidadão pelo fato do primeiro ser membro da sociedade burguesa. Sendo assim, o homem burguês é chamado de “homem” e os seus direitos são chamados de “direitos humanos”, presente na relação estabelecida entre o Estado político e a sociedade burguesa (MARX, 2009d), tendo em vista que tais direitos, ditos como únicos e exclusivos, são na verdade prerrogativas de apenas um tipo de sujeito, o proprietário da classe burguesa (COUTINHO, 1997). Dessa maneira, a própria noção de direito passa a funcionar de acordo com tais interesses, tendo em vista que, segundo Guerra (s/d):

a) protegem a propriedade privada e, portanto, estabelecem duas categorias de indivíduos: proprietários e não proprietários; b) não possuem ressonância na vida da grande maioria dos membros da sociedade capitalista pela sua condição de não-proprietários; c) repõem a desigualdade sob novas bases – a das possibilidades de usufruir os direitos; d) generalizam a desigualdade para outros patamares além da condição de classe (p. 14).

Como consequência, a forma jurídica geral que garantia um sistema de direitos em princípios igualitários passou a ser sustentada pelo que Foucault (1999) denomina de “sistemas de micropoder assimétricos e desiguais” que constituem as disciplinas. Em outras palavras, se, no meio formal, o regime representativo permite, de forma indireta, que a “vontade de todos” forme a instância fundamental da soberania; as disciplinas garantem a submissão destas forças e destes corpos.

Sendo assim, os sistemas punitivos funcionam como uma espécie de “economia política do corpo”, posto que este corpo também está mergulhado no campo político, à medida que tais relações de poder têm sobre ele um alcance imediato, investindo, marcando, dirigindo, supliciando e sujeitando. Este investimento político está diretamente relacionado à sua utilização econômica, pois o domina e o enquadra na força de produção, constituindo-o como força de trabalho, que só é possível quando este corpo está preso num sistema de sujeição. Pois “o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1999, p. 30). Os sistemas punitivos e judiciais assumem dimensões peculiares nos contextos de crise econômica.

A crise estrutural do capital do início da década de 1970 do século XX, ocorrida em virtude da queda nas taxas de lucro, redução do consumo e da produtividade do trabalho, dentre outros determinantes que compõem a lógica do capital, atinge de forma aguda a vida das trabalhadoras e dos e trabalhadores, destruindo a sua força de trabalho, “destroçando” seus (escassos) direitos sociais e “brutalizando” a massa trabalhadora, homens e mulheres, transformando a relação produção\natureza em “predatória” (ANTUNES, 1995).

Instaura-se um novo regime internacional de relações entre o meio político-burocrático, econômico, midiático a intelectual. Tal regime provoca o alinhamento mundial das políticas públicas de acordo com os interesses neoliberais, tendo os Estados Unidos como carro-chefe,

iniciado no fim do século XX. A partir de então, o mencionado país passou a exportar novas concepções sobre a segurança, incutindo na sociedade uma visão moralista acerca dos seus “maus pobres”, no intuito de educar o subproletariado conforme a disciplina do novo mercado de trabalho, com a anuência de autoridades de inúmeros países aos quais se destinaram (WACQUANT, 2004).

Os Estados, por sua vez, visando atender às demandas do capital mediante o fundo público, reduzem os gastos sociais, mercantilizando as políticas e serviços públicos, transferindo-os para o mercado ou para a sociedade civil, adotando medidas “focalizadoras” e “meritocráticas” para as políticas públicas que se mantêm estatais (BRISOLA, 2012). Segundo Terra e Azevedo (2018), tal aparelho político, para manter a ordem em um contexto de crise social e diante do seu afastamento na condução das políticas sociais, resulta no Estado Penal, ou seja, o “Estado Mínimo social e econômico é ocupado pelo Estado máximo policial e penal” (TERRA, AZEVEDO; 2018, p. 72).

Concomitantemente, o ajuste fiscal, como um dos eixos da política neoliberal, reduz os investimentos sociais e obstaculiza ainda mais a capacidade de absorção do segmento popular pelo Estado, que adia ao máximo o enfrentamento das expressões da questão social na cobertura de novos problemas e na resposta ao desgaste do aparato das políticas públicas (SALES, 2007). Sendo assim, no intuito de conter as “tensões” geradas pelo crescimento do desemprego e da precarização do trabalho em detrimento da redução da proteção social por parte do Estado, passa a promover medidas de disciplinamento à classe operária, utilizando-se de aparatos judiciais e do poder de polícia (BRISOLA, 2012).

A questão social⁷⁷ no Brasil, em grande parte de sua história, foi tratada como “questão de polícia”. Esse contexto, associado aos novos contornos da crise da acumulação do capital, faz com que a criminalização dos pobres e da pobreza no Brasil “caisse como uma luva”, posto que nunca houve neste país o reconhecimento da cidadania desse segmento, ganhando conotação ainda mais severa com a agudização da questão social (BRISOLA, 2012). Assim, não será à toa o aumento da condenação ao cumprimento de medida privativa de liberdade em detrimento das medidas em meio aberto no estado do Rio Grande do Norte. Conforme observado pelo Mecanismo de Combate à Tortura, relatório finalizado no ano de 2017, fruto de pesquisa fiscalizatória sobre os sistemas socioeducativos em todo o território nacional, cujo objetivo é subsidiar políticas de combate à tortura, aos tratamentos e às penas cruéis e degradantes:

Também inspecionado pelo Mecanismo, o estado do Rio Grande do Norte encontrava-se com seu sistema socioeducativo sob intervenção judicial desde março de 2014. Foi apresentado o Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo 2015-2025,

⁷⁷ Conforme Iamamoto, a questão social é parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social (IAMAMOTO, 2004)

revelando dados sobre a prevalência de aplicação das medidas de internação em detrimento das medidas de meio aberto (mais que o dobro), demonstrando a clara inobservância do princípio da excepcionalidade da medida de internação e que a responsabilidade pelo descumprimento da legislação envolve, igualmente, o sistema de justiça (BRASIL, 2017, p. 77).

Embora o referido relatório não tenha exposto diretamente dados estatísticos da problemática, é importante ressaltar que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020) reforça a análise do relatório, quando demonstra que no Rio Grande do Norte houve aumento em 737,1% nas taxas de internação de adolescentes. Passando de 192 no ano de 2016 para 1606 em 2017. No Rio Grande do Norte e no Acre, ao contrário dos demais estados, o crescimento de adolescentes internados não foi acompanhado pela mesma crescente na aplicação de medidas em meio aberto, nos levando a chegar à conclusão de que isso não se dá porque adolescentes estão cometendo mais atos infracionais. Mas sim por causa da preferência por medidas privativas de liberdade em detrimento de medidas menos gravosas.

Para Brizola (2012), devido à condição social e étnica de determinados indivíduos, esses estão predispostos a serem “ameaçadores”. Aparecem como perigosos para a opinião pública e são utilizados pela lógica de reprodução do capital para ofuscar debates e discussões acerca dos direitos, da cidadania e da proteção social. Assim, jovens pobres e negros são tidos como de alta periculosidade para a sociedade, além de ameaçadores tanto para a propriedade privada quanto para a reprodução do capital.

Ao longo da pesquisa realizada no CASEF, observamos que este dado se materializa na unidade, posto que 50% das socioeducandas possuem renda familiar inferior a um salário mínimo; 50% têm renda entre um a dois salários mínimos; 50% recebem Bolsa família, 16,67% possuem “benefícios” eventuais, enquanto 33,33% não recebem nenhuma assistência financeira do governo. Do total, 66,67% das socioeducandas se consideram pardas e 33,33% pretas, confirmando que se trata de um perfil seletivamente minado pelo Estado Penal, alvo de repressões em detrimento de políticas de concretização dos direitos sociais formalmente instituídos pelas legislações.

Nessa mesma direção, Sales (2007) discorre que a criminalização e o estigma são posturas alimentadas por juristas, políticos e setores da mídia mediante o uso de uma “retórica disciplinadora e conservadora” para se opor ou para fazer restrições ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dando maior ênfase na estipulação dos deveres de crianças e adolescentes como resposta ao aumento da violência. De fato, tem-se como exemplo o seguinte trecho, extraído dos processos das socioeducandas:

Não se pode admitir que adolescentes continuem a cometer os mais bárbaros delitos sem que haja uma pronta resposta do Poder Judiciário, eis que a sociedade clama por Justiça. Se por um lado deve-se resguardar os direitos dos adolescentes, atendendo à sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, por outro lado também se deve resguardar a sociedade quando esta for gravemente violada. É o caso dos autos. (SENTENÇA- Apuração do Ato Infracional de Turmalina).

Embora o magistrado reconheça a necessidade de “resguardar os direitos das e dos adolescentes”, por outro lado, assume o “partido” da sociedade e da mídia, reprodutoras deste mesmo estigma, reforçando a lógica criminalizadora sobre este público. Ou seja, a justiça reproduz o senso comum da “sociedade” sem levar em consideração os aspectos históricos, econômicos, sociais, políticos e psicológicos que levam os/as adolescentes a cometerem atos infracionais. Ao invés disso, exacerba o ato praticado com o uso do termo “os mais bárbaros delitos”, e dá prioridade à proteção da sociedade, que se vê ameaçada pela “alta periculosidade” da adolescente em questão. Sobre o seu ato, é importante ressaltar que a adolescente atuou como receptadora de objetos roubados pelo seu namorado, durante assalto à mão armada a um ônibus, em que a adolescente admite que estava presente em apenas um dos três assaltos praticados pelo referido. Entretanto, foi acusada de estar presente em todos.

Desse modo, a despeito da profunda crise social suscitada pelas alterações no mundo do trabalho, o discurso conservador vai eleger, para fins de explicação dos fatos sociais e de atualização do arcabouço jurídico-político punitivo, os adolescentes infratores como “metáfora da violência e centro de batalha ideológica contemporânea” (SALES, 2007, p.23). Outro ponto, a ser destacado por Brisola (2012), é a forma como os setores dominantes fomentam sentimentos de medo, desamparo e insegurança, de modo que exige do Estado a contenção da violência e de “seus praticantes”. Diante desse contexto, a população considerada “disfuncional” ao capital (ou seja, as(os) jovens negras (os) da periferia), acaba por construir estratégias individuais ou coletivas de resistência para sobreviver ao “ataque das forças instituídas” e o Estado, visando conter estas manifestações, lança mão do aparato policial e jurídico sobre esse segmento.

3 SISTEMA CAPITALISTA-PATRIARCAL-RACISTA E SEU PAPEL NO CONTROLE DOS CORPOS DAS SOCIOEDUCANDAS

Sobre o patriarcado⁷⁸, Camurça (2007) o define como um sistema composto de estruturas sociais e práticas formadas de modo a garantir a dominação masculina, em detrimento da opressão e exploração feminina, que se concretiza nas relações sociais. De acordo com Cisne e Santos (2018), o patriarcado atinge estruturalmente a sociedade, mas dirige suas implicações nas mulheres, numa lógica de privilégio e dominação masculina em detrimento da “subordinação” e “invisibilização feminina”.

Camurça (2007) discorre que o patriarcado sobrevive na sociedade mediante quatro mecanismos utilizados para manter a dominação, ganhando novas roupagens - A violência

⁷⁸ O Patriarcado é um sistema que estrutura a desigualdade entre os homens e mulheres, em que àqueles é dado maiores privilégios e facilidades em detrimento dessas, em relação aos aspectos sociais, políticos e econômicos, tendo por discurso a naturalização dessa desigualdade com base exclusiva na diferenciação do sexo biológico.

contra as mulheres e o controle sobre seu corpo, sua sexualidade e sua vida reprodutiva. Podendo ainda ser materializado e dividido em cinco categorias: exploração do trabalho das mulheres por seus companheiros homens, relações desiguais de trabalho em torno do salário, violência masculina, a sexualidade e a cultura. Tendo por agentes o homem e o Estado, o patriarcado está longe de ter uma lógica biológica natural, mas se constitui num sistema inerente à ordem social. Safiotti (2011) destaca que o patriarcado é um sistema tão estruturado e arraigado na sociedade que não necessita da figura do patriarca para acionar seus mecanismos, podendo ser inclusive acionado pelas mulheres. E, como estas fazem parte de um sistema de relações cujo patriarcado é parte constitutiva e arraigada na sociedade capitalista, sua modificação só será possível com a superação deste sistema.

As relações desiguais também são estrategicamente voltadas à acumulação do capital, a partir da opressão e exploração feminina que o patriarcado desenvolve sobre o corpo, a subjetividade e a sexualidade. Regido pelo modelo heterossexual que naturaliza os sexos, atendem a dois interesses - o controle dos (as) filhos (as), agregando maior força de trabalho, consequentemente, maior produção de riqueza; e a garantia de perpetuação da propriedade privada à prole por meio da herança. Neste sentido o patriarcado transformou as mulheres em objetos de satisfação sexual dos homens, produtoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras (SAFFIOTTI, 2011).

Assim, a sociedade capitalista se apropria do patriarcado e o reatualiza em novas roupagens, diante da chamada democracia e da racionalidade liberal. Seja mediante o processo de produção e reprodução da vida humana, seja através das formas mais sutis até o ponto máximo de tráfico de mulheres para exploração sexual (ALMEIDA, 2017). Na mesma direção, Cisne e Santos (2018) esclarecem que no âmbito da ideologia patriarcal e suas bases materiais, a objetificação e a desvalorização das mulheres atendem aos interesses da exploração. Sendo importante destacar a sua função de garantir as condições de existência da força de trabalho tão necessária ao sistema, mediante sua reprodução “geralmente, não remunerada por ser considerada obrigação ‘natural’ feminina” (p. 76).

Federici (2017) acrescenta que a acumulação primitiva foi um processo universal em cada fase do desenvolvimento capitalista, não sendo por acaso que, diante das grandes crises, tal lógica seja relançada de diferentes formas no intuito de baratear custos de trabalho e esconder a exploração feminina, pois, na “era do computador”, a conquista do corpo feminino é pré-condição para acumulação de trabalho e riqueza, como exemplo o desenvolvimento de novas tecnologias reprodutivas que vem reduzindo mulheres a ventres. Ademais, a “feminização da pobreza”, que acompanhou a difusão da globalização, foi o primeiro efeito do desenvolvimento capitalista sobre os corpos femininos. Assumindo, conforme Davis (2013), conotações ainda mais severas às mulheres negras, que assumem postos de trabalho mais precarizados e sob a qual se garante maior exploração se

comparadas às mulheres brancas, tornando ainda este segmento de mulheres os maiores alvos da violência estatal e social, potencializados em contexto de crise da acumulação do capital.

A sociedade, além de ser dividida em classes, também é formada por diferentes expressões culturais e ideológicas, assim como por diferentes cores e variadas manifestações religiosas. Entretanto, existe um padrão estabelecido pela classe dominante, que é patriarcal, heterossexista e racista. Portanto, tudo o que é diferente deste modelo (as expressões da diversidade) é marginalizado. O racismo, da mesma forma que o patriarcado, foi historicamente construído. E ambos são frutos das relações de opressão e exploração próprias do capitalismo. Em suma, aspectos étnico-raciais, patriarcado e capitalismo são permeados pela exploração da força de trabalho e sustentam estruturalmente a vida social no âmbito do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista (CISNE, SANTOS, 2018). O atual sistema econômico-social necessita justificar as contradições existentes nas relações sociais: a ideologia de liberdade frente a realidade generalizada de coação e da prosperidade diante da realidade de penúria, difamando os sujeitos mais explorados, como mulheres, sujeitos coloniais, imigrantes e descendentes de escravos (FEDERICI, 2017).

3.1 O controle da sexualidade das socioeducandas

Após análise às legislações voltadas à socioeducação: Estatuto da Criança e do Adolescente, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Lei do SINASE, Plano Nacional e Estadual de Atendimento Socioeducativo, Manual de Segurança da FUNDAC⁷⁹ e Regimento Interno do CASEF acerca da visita íntima, chegamos à conclusão de que as normativas estudadas reproduzem aspectos conservadores, autorizando esse direito apenas para as que são casadas civilmente ou que vivem em união estável (ambas tem que ser comprovadas). Diante do fato das normativas não estarem condizentes com suas realidades de vida, o direito à visita íntima é vedado para cinco das seis socioeducandas, que não possuem formas conservadoras de relacionamento. A instituição, por sua vez, atua com base no que preconiza as leis, conforme pode ser analisado no Regimento Interno:

Art. 87– A solicitação de visita íntima deve atender os seguintes requisitos:
O Cônjuge ou companheiro (a), devidamente comprovado pela equipe técnica, deve ter idade igual ou superior a 16 anos completos;
O (a) socioeducando (a) deve credenciar o companheiro ou a companheira para a visita íntima, através de requerimento à Gerência da Unidade, instruído com:
Cópia da Carteira de Identidade ou da Carteira Profissional;
Duas (2) fotos 3 X4 recentes;

⁷⁹ No ano de 2018, a FUNDAC (Fundação da Criança e do Adolescente) foi substituída por FUNDASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo). E com essa mudança, os CEDUC (Centros de Educação) passam a ser denominadas CASE (Centros de Atendimento Socioeducativo) no intuito de procurar adequar o sistema ao ideal de um atendimento voltado ao desenvolvimento biopsicossocial e pedagógico de crianças e adolescentes que cometeram ato infracional.

Cópia da certidão de casamento, ou declaração de que o credenciado mantém união estável com o(a) socioeducando(a) desde antes de sua internação, assinado por três (3) testemunhas; (p. 29).

Portanto, concordamos com Saffioti (2011) quando esclarece que às mulheres é imposto que a sexualidade deve ser “contida”, de modo a não permitir a liberdade na sua sexualidade, tendo em vista a ideia de “mulher ideal” a qual deve ser seguido, que é aquela que tem atividades sexuais apenas no matrimônio, condenando todas aquelas que fogem deste padrão. Portanto, o Estado vem controlando a vida sexual das socioeducandas, objetivando enquadrá-las na função reprodutora esperada pelo capitalismo.

3.2 “Ela apresenta bom comportamento”: o ajustamento das socioeducandas pelo CASEF

O CASEF materializa as dificuldades de implantação da lógica pedagógica em todo o sistema socioeducativo, visto estarem presentes nos relatórios interdisciplinares discursos voltados ao controle comportamental das socioeducandas, com ênfase na obediência às regras e no comportamento “dócil” esperado, demonstrados a seguir:

A adolescente em evidência vem cumprindo sua internação provisória de maneira satisfatória. Estão sendo realizadas reflexões e orientações no que concerne aos seus atos e consequências destes com o intuito de promover a conscientização. [...] tem uma personalidade tranquila e calma, possui facilidade em aceitar regras, demonstra afeto e um bom relacionamento interpessoal [...] (Relatório Interdisciplinar de Pérola-CASEF).

No que tange ao comportamento e cumprimento das normas da instituição, até o presente momento não há descumprimento de medida, segue as regras e normas da Unidade, respeita os Agentes Educacionais, Equipe Técnica e demais funcionários (Relatório Interdisciplinar de Esmeralda – CASEF).

As socioeducandas “obedecem” às regras e normas, se “comportam”, apresentam “personalidade tranquila” e “calma”. Logo, não há descumprimento da medida. Portanto, estão aptas para a progressão. Mas, foram ofertados cursos profissionalizantes com emissão de certificados? Suas famílias foram inseridas em programas assistenciais voltadas à sua realidade objetiva? Houve reestabelecimento e fortalecimento de vínculos familiares? As socioeducandas tiveram acesso às dimensões culturais? As documentações civis estão regularizadas? Essas questões não aparecem nos relatórios. Há que acrescentar a ausência de metas voltadas às barreiras vividas pelas socioeducandas diante da condição de sexo e de raça.

Soma-se a isso o fato de a unidade encontrar verdadeiros entraves que dificultam a busca pela qualidade na socioeducação, em consonância com o que preconizam as normatizações voltadas à defesa dos Direitos Humanos desse segmento, como as precárias condições de trabalho, a cultura institucional hierarquizada que traz rebatimentos no trabalho

da equipe multiprofissional, a não concretização do princípio da incompletude institucional⁸⁰, o qual preconiza a articulação com entidades intersetoriais, de modo a lhes garantir a inserção nas variadas dimensões sociais, e o escasso financiamento, que tem contribuído de forma determinante no sucateamento do CASEF.

Sendo assim, é possível chegar à conclusão de que a instituição reproduz a mesma lógica do Estado Penal, qual seja, de punição e ajustamento das adolescentes. Em relação ao Poder Judiciário, foi possível apreender que a instituição atua de forma concomitante, por meio da exacerbação e importância do comportamento e seguimento de regras pelas socioeducandas enquanto principal fator de avaliação, em detrimento da análise das metas do Plano Individual de Atendimento – PIA⁸¹, o qual preconiza a articulação intersetorial e a busca pela materialização dos direitos sociais deste segmento. Essa característica foi percebida pelos agentes fiscalizadores do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura, motivo pelo qual o novo Projeto Político Pedagógico incluiu no documento a seguinte recomendação:

Pautar, para o relatório que é enviado à justiça, elementos para além do comportamento da socioeducanda, considerando as oportunidades que esta possui, na dinâmica socioeducativa da instituição, de melhoria e cumprimento das metas traçadas no Plano Individual de Atendimento -- no caso das socioeducandas em cumprimento de privação de liberdade (BRASIL, 2017, p. 62-63).

Sales (2007) discorre em sua obra que a violência atravessa a sociedade de múltiplas maneiras, como uma espécie de “fio condutor invisível, mas profundamente criador de sentidos e práticas” (p. 59). Define a violência como “manifestação do poder, expressão de como as relações sociais estão organizadas, de como o capitalismo se engendrou e se perpetua no país” (p. 59). Acrescenta que a exploração, opressão e a dominação são formas de violência, mas também está presente nas ideologias e nas “sutilezas”. É produzida pelas elites como mecanismo para sustentar a política e a economia e é reproduzida por diversos “estratos sociais”, assim como é reproduzida de forma reducionista e invertida pelo senso comum, quando se trata de um público composto de pobres e miseráveis, as “classes perigosas”, origem dos “maus elementos”. Esses “elementos” passam a ganhar visibilidade apenas quando são insubmissos diante de seus embates cotidianos (que não são visíveis), quando batem de frente contra o processo de sujeição, como uma forma de buscar expressão.

⁸⁰ Os órgãos que compõem o SINASE se articulam baseados no princípio da incompletude institucional, que é o princípio que norteia os direitos do adolescente e permeia prática dos programas socioeducativos e redes de serviço. Tal princípio norteia, por fim, a participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, esporte, lazer, cultura, segurança, previdência social, assistência e trabalho. Portanto, é essencial que haja a participação de todos os setores, inclusive da sociedade civil, para que a implementação da política seja efetiva (BRASIL, 2006, p. 23).

⁸¹ Nesse sentido, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa. A elaboração do PIA se inicia na acolhida do adolescente no programa de atendimento e o requisito básico para sua elaboração é a realização do diagnóstico polidimensional por meio de intervenções técnicas junto ao adolescente e sua família[...] (BRASIL, 2006, p. 52) nas áreas jurídica, da saúde, psicológica, pedagógica, social, dentre outros.

“Ações e reações que ora são puro fetichismo e alienação, ora se transmutam em política e revolta” (SALES, 2007, p. 59).

Outra característica de controle expresso no âmbito da instituição é o caráter de reforço à lógica patriarcal com que a medida é tratada mediante a oferta de atividades artesanais, em detrimento da oferta de cursos profissionalizantes. Esse fator foi observado nos relatórios, quando as equipes mencionam as atividades que são ofertadas:

Desde a chegada à Unidade, a socioeducanda participou de oficinas sociopedagógicas, atividades de grupo, dinâmicas, palestras com temas transversais, atividades de evangelização, cursos de pintura, música, dança, lazer, automaquiagem, confecção de salgados, sabonete líquido e bonecas de pano (Relatório Interdisciplinar de Jade- CASEF).

[...] recebe atendimento médico, participa das oficinas sociopedagógicas, de artesanato, esportivas, lazer e de beleza para melhorar sua autoestima [...] (Relatório Interdisciplinar de Esmeralda- CASEF).

Na Unidade frequenta as oficinas sociopedagógicas, oficinas de artesanato e demais atividades oferecidas na unidade. Participa da rotina da unidade, fazendo a limpeza de seu dormitório, seus pertences e ambientes por ela utilizados [...] (Relatório Interdisciplinar de Pérola - CASEF).

É importante fazer uma análise do que se encontra nas suas entrelinhas: a unidade oferece atividades de automaquiagem, confecção de salgados, beleza, confecção de boneca de pano, dentre outros. A maioria das atividades tem uma perspectiva sexista, pois reproduz a lógica capitalista e patriarcal acerca do que é reservado às mulheres. Há também a predominância de atividades educativas informais, desmotivando-as da possibilidade de inclusão social e culminando ainda mais no afastamento do competitivo mercado de trabalho.

Portanto, trata-se de meninas “invisibilizadas”, cuja instituição carece de parcerias intersetoriais para que a socioeducação com caráter pedagógico possa ser de fato concretizada. São adolescentes esquecidas pelo Estado, sob o discurso de que se trata de um reduzido número de internas em comparação à quantidade de socioeducandos do sexo masculino, quanto pelo fato de serem mulheres. As atividades são ofertadas como uma forma de passatempo, sem nenhuma perspectiva de empregabilidade no momento da progressão para o meio aberto. Soma-se a isso o fato de as atividades de cunho doméstico ofertadas em detrimento de cursos profissionalizantes serem um fator que transforma a unidade em agente perpetuador, não apenas da lógica criminalizadora da pobreza, mas também da lógica desigual das relações patriarcais de gênero, sob a qual determina ao sexo feminino atribuições voltadas ao lar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise documental aos processos das socioeducandas e às legislações que versam sobre a socioeducação em meio fechado, bem como à luz de autoras e autores referências no tema, ficou evidenciado que o Estado tem se revestido de sua face penal e patriarcal para atuar em consonância com os interesses econômicos e políticos do sistema

capitalista, maximizando tais interesses em detrimento das necessidades e direitos de crianças e adolescentes em conflito com a lei. Assim, o aparelho público incorpora a lógica patriarcal e sua face penal para manter a acumulação do capital diante das crises estruturais, tornando o corpo feminino juvenil submisso e “produtivo”, principalmente no contexto ultraneoliberal, fazendo uso da visão moralista das socioeducandas e do aparato policial e judicial no intuito de educá-las conforme a disciplina do novo mercado de trabalho, trazendo rebatimentos ainda mais severos na vida e nos corpos destas adolescentes que sofrem os efeitos mais perversos da redução de políticas públicas e do consequente disciplinamento típicos do neoliberalismo.

O Estado, sendo patriarcal, não vem legitimando o direito à vivência da livre sexualidade das adolescentes oriundas do CASEF, mas reproduz as relações patriarcais de gênero presentes na sociedade mediante a reprodução material e simbólica dos papéis sociais conservadores atribuídos a cada sexo. O capitalismo se apropria de seus corpos para mantê-las na engrenagem da produção e reprodução da vida humana. Reproduz ainda o racismo estrutural para manter a subdivisão da classe explorada, de modo a favorecer a exploração deste segmento de mulheres.

As legislações brasileiras voltadas à socioeducação vêm demonstrando que o Estado vem reproduzindo relações patriarcais de gênero a partir do momento em que restringe o direito à visita íntima no âmbito da Unidade apenas às jovens e adolescentes que são civilmente casadas ou que estejam em união estável, que devem ser devidamente comprovadas. Dessa forma, impõe um modelo hegemônico e cultural do patriarcado mediante formas diversas de dominação e exploração. A própria criação e aplicação das leis reforçam as Relações Patriarcais de Gênero, compondo parte de um todo do sistema Patriarcal, de forma que sustenta o Capitalismo e satisfaz aos seus interesses.

É de suma importância garantir a participação das socioeducandas em espaços democráticos como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, colocando a vivência livre da sexualidade como pauta de discussão e deliberação. A utilização desse instrumento de controle social é uma forte ferramenta capaz de alterar os Planos estadual e nacional de modo a incluir como meta a liberdade sexual enquanto direito, reconhecendo as relações contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janaiky Pereira. **Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina**. 2017. 263 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995

BRASIL, **Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996**. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm. Acesso em: 07 de abril de 2019.

BRASIL, **Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**: Relatório Anual 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/mecanismo-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura-mnpct>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. 1 ed. Brasília: CONANDA, 2006.

BRASÍLIA, Correio Braziliense, Mundo, p.3, 10/12/1998. CAVALLIERI, Alyrio. “Espírito da FEBEM”. RJ, Jornal do Brasil, A Opinião dos Leitores, 31/08/1999.

BRISOLA, E. Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012.

CAMURÇA, S. ‘Nós mulheres’ e nossa experiência comum. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife: SOS Corpo, n. 0, ano I, p. 1-8, 2007.

CISNE, M.; SANTOS, S.M.M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018, 206 p.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: **REVISTA PRAIA VERMELHA**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA -- FBSP. 2020. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/>. Acesso em: agosto de 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: História da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 20ª edição.

FUNDASE (BRASIL). **Regimento Interno da FUNDASE**. Rio Grande do Norte: [s.n.], 2018.

GUERRA, Yolanda. Direitos Sociais e Sociedade de Classes: o discurso do direito a ter direitos. In: FORTI, Valeria e GUERRA, Yolanda. **Ética e Direitos**: ensaios críticos.

IAMAMOTO, M. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. Trajetória e desafios. In: XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 17, 2004, Costa Rica.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos, Petrópolis, Vozes, 1994: 97. In COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: **REVISTA PRAIA VERMELHA**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

MARX, Karl & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009d.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SALES, A. S. **(In)visibilidade Perversa**: Adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

TERRA, C.; AZEVEDO, F. **Adolescente, Ato infracional e Serviço Social no Judiciário**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

VANCE, C. S. A Antropologia Redescobre a Sexualidade: Um Comentário Teórico. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, New York, v. 5, n. 1, p. 1-25, 1995.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. [S.l.]: Sabotagem, 2004.

O “NÃO” LUGAR DAS MULHERES NAS UNIVERSIDADES: ANÁLISE DOS DESAFIOS POSTOS ÀS MULHERES NAS UNIVERSIDADES

Maria Ilidiana Diniz⁸²

Rayanny Franciscarc Alves da Silva⁸³

RESUMO

Este artigo busca realizar uma breve reflexão teórica acerca dos desafios postos às mulheres nas universidades brasileiras, principalmente do ponto de vista da permanência de desigualdades, discriminações e preconceitos alimentado pela cultura patriarcal expressa no machismo, misoginia e violências. Particularizaremos a análise principalmente entre as negras e indígenas. A Metodologia utilizada foi pesquisa do tipo bibliográfica através de materiais de autores/as de referência no assunto. Abordagem da pesquisa é qualitativa e o método materialismo histórico e dialético. Mesmo com avanços, as universidades ainda permanecem como ambiente perpassados por desigualdades de gênero, discriminações e preconceitos, especialmente se levarmos em consideração as dimensões de raça/etnia, classe e gênero.

Palavras-chave: patriarcado, educação, mulheres.

1. Introdução

Apesar de inúmeras conquistas, as universidades ainda se caracterizam como espaços desafiadores para a inserção e permanência das mulheres. Seja no campo da produção do conhecimento ou das desigualdades de gênero, raça/etnia, classe social, com particularidades para as negras e indígenas.

Na nossa formação social e histórica cabia às mulheres a educação doméstica, ou seja, eram ensinadas a bordar e costurar, tendo em vista que eram educadas para se tornarem donas de casa, mães e esposas dedicadas aos seus maridos. As famílias com maior poder econômico tinham aulas de etiqueta e idioma, principalmente o francês. Diferentemente da educação que era dispensada aos homens, que desde cedo eram ensinados a ler, a escrever, condições que diferentemente das mulheres, os faziam ter acesso ao ensino superior.

⁸² Graduada em Serviço Social Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professora da Universidade Federal Rural do Semi-árido. E-mail: ilidianadiniz@gmail.com.

⁸³ Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

No contexto brasileiro, de acordo com Sampaio (1991) apud Bortolanza (2017, p. 7), “o ensino superior no Brasil só veio a adquirir cunho universitário nos anos 30. Contudo, de 1808 quando foram criadas as primeiras escolas superiores até 1934, o modelo de ensino superior estava direcionado na formação para profissões liberais tradicionais” (BORTOLANZA, 1991). Ressalta-se que essas profissões tradicionais são historicamente dominadas pelo universo de homens brancos como direito, medicina e engenharias.

Sobre a história das mulheres nas universidades,

por séculos, as universidades foram espaços exclusivamente masculinos, assim como, em nome da ciência moderna, disciplinas foram utilizadas para justificar a exclusão das mulheres desses espaços de poder, construção de saberes e inovações tecnológicas. Em oposição a essa situação e em busca do prometido princípio de igualdade anunciado pela Modernidade, as mulheres vêm se empenhando há décadas em adentrar às portas do ensino superior e dos centros de pesquisa em várias partes do mundo, levantando inclusive o debate em torno de si enquanto legítimas sujeitas produtoras de conhecimento e capacitadas para atuar em todas as frentes do mercado de trabalho. (ALMEIDA; ZANELLO, 2022, p.17)

E acrescenta Queiroz (2001, p. 01 a 02):

Em pesquisa realizada nos arquivos das antigas escolas superiores que vieram a constituir mais tarde a Universidade de São Paulo, Blay e Conceição (1991) dão conta de que a primeira mulher a diplomar-se em Direito, ali, data de 1902. Somente nove anos depois, em 1911, registra-se a presença de mais uma mulher. Em 1918, as primeiras mulheres diplomam-se em Medicina no Estado. E a primeira mulher a frequentar a Escola Politécnica de São Paulo somente vai fazê-lo em 1928.

No contexto atual, o número de matrículas em cursos de graduação, no período de 2011 a 2021, foi de 27,5% de homens e 72,5% de mulheres. (INEP, 2022) Assim, depois de um longo processo histórico que abrange a proibição do estudo para as mulheres, as restrições de compor alguns cursos e mesmo a impossibilidade de frequentar uma faculdade em função dos deveres domésticos, as mulheres vêm, finalmente, ocupando seus respectivos lugares e conquistando espaços histórico e socialmente negados.

Todavia, mesmo sendo a maioria nas universidades, as mulheres ainda necessitam conciliar os vários papéis socialmente atribuídos às mesmas com as exigências do ambiente acadêmico. Tivemos alguns avanços como a sanção da Lei 13.536/2017 que concede às estudantes bolsistas de pesquisa o direito de poder se afastar, por razão de maternidade ou adoção, de suas atividades acadêmicas por um período de até 120 dias recebendo bolsa. No entanto, os cuidados com os/as filhos/as e com a casa continuam pesando sobre as mulheres. Portanto, as conquistas partem de um esforço individual para lidar com isso e ainda manter o tempo de estudo, a dedicação, a concentração necessária para a produção científica.

Essas conquistas vem ganhando força através da atuação do movimento feminista que vem atuando na criação de epistemologias e da crítica feminista à ciência que iniciou na

década de 1970, confrontando “os modos de organização e obtenção da verdade científica, como a imparcialidade, a neutralidade, os binarismos e o androcentrismo, presentes nas instituições e nos processos de elaboração dos resultados investigativos”(ALMEIDA; ZANELLO, 2022, p.17).

Afora os desafios no âmbito do tempo para a produção do conhecimento, da inserção e permanência das mulheres no ensino superior, ainda prevalece como desafios a superação das violências, discriminações, misoginia pensando essa realidade a partir das lentes do patriarcado, do racismo e do capitalismo que tenta definir o lugar socialmente imposto às mulheres.

O trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica em materiais de autoras/es de referência no assunto, como livros, artigos, dados estatísticos do INEP, entre outros, de natureza qualitativa, considerando que os métodos qualitativos “ajudam no trabalho de construção do objeto estudado, facilitam na descoberta de dimensões não conhecidas do problema e permitem também formular e comprovar novas hipóteses” (SERAPIONI, 2000, p.4). O método do materialismo histórico e dialético foi o utilizado para a pesquisa, sobre o mesmo, para Marx, “implica ... uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (NETTO, 2011, p. 53).

2. O “não” lugar das mulheres nas universidades

O processo de escolarização, no contexto brasileiro, foi marcado, por muitos anos, por desigualdade histórica, proporcionando ao universo masculino um número muito maior de escolarizados que as mulheres. Essa situação de inferioridade social e econômica das mulheres começa a ser questionada apenas na década de 1970, onde o acesso às universidades passa a ser considerado importante instrumento na busca de maior equidade entre homens e mulheres (BARROSO; MELO, 1975 *apud* VENTURINI, 2017).

Ressalta-se ainda que as mulheres eram maioria entre os formandos de ensino médio da década de 1970. Contudo, sua participação era predominante no curso normal de ensino médio, enquanto que para se adentrar nas universidades, nos vestibulares, era exigido um currículo com orientação mais acadêmica, como o curso científico, o que dificultava a entrada das mulheres no ensino superior. Diante disso, os homens, que tinham mais acesso à formação do ensino médio científico, tinham mais oportunidades de conseguir acesso a cursos com maior visibilidade e socialmente valorizados, como nas ciências biológicas e exatas, enquanto que as mulheres, portadoras de diploma de professora primária, por exemplo, tinham suas oportunidades limitadas, focando em cursos voltados para as ciências humanas ou letras. (BARROSO; MELO, 1975 *apud* VENTURINI, 2017).

Contudo, conforme Venturini (2017, p.3), “É possível sustentar que as últimas décadas foram marcadas por um processo de democratização do ensino superior para ambos os sexos, especialmente para as mulheres”.

Contudo, é importante analisar também os reflexos desses números no mercado de trabalho. Apesar do número de escolarização das mulheres ser maior que o dos homens, o mesmo não ocorre no âmbito da empregabilidade. Segundo o Jornal Brasil de Fato (2022), “o desemprego tem taxa de 7,5% entre os homens e sobe a 11,6% no caso das mulheres. Também fica abaixo da média nacional entre brancos (7,3%) e acima tanto para pretos (11,3%) como para pardos (10,8%), classificação usada pelo instituto”.

Muitos estudos buscam analisar o motivo da presença feminina está sendo maior nas universidades e existem vários aspectos a serem analisados. Contudo, esses dados podem contribuir com o estudo e possibilitam a seguinte reflexão: os números mostram que a empregabilidade entre os homens é maior se comparado ao número das mulheres. Percebe-se que mesmo o número de mulheres escolarizadas ser maior, os homens ainda possuem mais espaço no mercado de trabalho. Desta forma, esse contexto pode contribuir para um maior número de mulheres tentando ingressar no ensino superior, tendo em vista que a probabilidade de uma mulher sem escolaridade conseguir ser empregada é bem menor que a de um homem na mesma condição.

Outro aspecto importante sobre as mulheres nas universidades, é a produção teórica das mesmas, sobre isso, Matos (2002, p.240) afirma:

a década de 1970, as mulheres entraram em cena e se tornaram visíveis na sociedade e na academia, na qual os estudos sobre a mulher se encontravam marginalizados na maior parte da produção e na documentação oficial. Isso instigou os interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres nas sociedades presentes e passadas, descobrindo-as como objeto de estudo, sujeitos da história e agentes sociais.

Desta forma, as mulheres passaram a lutar para que suas produções tivessem mais visibilidade em diferentes áreas do conhecimento, inclusive abordando sobre o papel da mulher na família, questões sobre sexualidade, aspectos ligados ao casamento, abordando aspectos relacionados ao cotidiano, como afirma Matos (2002, p. 242): “Focalizando a intersecção entre o privado e o público, entre o individual e o social, o demográfico, o político e o erótico”. Sobre a história da humanidade, o crescimento da produção teórica das mulheres não busca apenas enquadrar a versão delas na narrativa já existente, mas, pelo contrário, tem-se o objetivo de mostrar “que as mulheres atuaram e atuam tanto quantos os homens no presente e na história” (MATOS, 2002, p.243).

Contudo, apesar da produção teórica feminina estar crescendo, ainda tem-se muito a avançar, tendo em vista que as universidades são espaços historicamente masculinos e ainda sofrem reflexo do sistema capitalista, racista e patriarcal vigente.

As mulheres são encarregadas pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com o outro, como analisamos anteriormente, ao passo que quando se tornam mães, várias áreas de suas vidas são afetadas em decorrência da responsabilidade do cuidado com seus filhos. Desta forma, para conseguirem entrar e permanecer nos espaços educacionais, as mesmas precisam de suporte e maior segurança para esse processo, muitas vezes não tendo com quem deixar as crianças para poderem assistir aulas e realizar demais atividades acadêmicas.

No que se refere ao acesso das estudantes indígenas, Vieira e Almeida (2022, p. 246 e 247) afirmam:

o ingresso e a permanência delas nas universidades e institutos federais, portanto, vem ocorrendo em meio a discriminações, conflitos e tensões de diversas ordens, emoldurados por cenário hostil à autonomia e sustentabilidade delas e dos seus povos... Seus projetos de formação no nível superior de ensino demandam, diretamente e por vários anos mesmo antes da universidade e a cada uma das trajetórias, altíssimo custo: recursos emocionais, financeiros, práticos, apoios individuais e coletivos em busca de visibilidade, reconhecimento, integração social e institucional. (VIEIRA; ALMEIDA, 2022, p. 246 e 247).

As autoras abordam ainda, através de seu estudo, sobre o sentimento de busca de fala que estas indígenas mulheres possuem. Com o objetivo de serem elas a escreverem sobre sua história e cultura em áreas que pessoas não indígenas exerciam esses papéis. Contudo, apesar de perceberem que contribuem para a construção do conhecimento, elas abordam que esse processo de entrada nas instituições educacionais tem sido permeado por diversas dificuldades, como: “cansaço mental e físico; acesso aos textos e livros; compreensão dos textos e dos professores; sentimento de tristeza e depressão.” (VIEIRA; ALMEIDA, 2022, p. 244).

Em contraponto, as autoras afirmam que para as indígenas os melhores momentos eram aqueles ligados ao reconhecimento acadêmico e que contribui para o sentimento de pertencimento ao ambiente acadêmico, como também se relaciona algo como recompensa por todo esforço dedicado aos estudos.

No que se refere a entrada e permanência de mulheres indígenas, a análise desse sentimento de pertencimento é de extrema relevância. Vieira e Almeida (2022, p. 246) afirmam:

a dura e complexa intersecção na sociedade nacional e na universidade as deixa fadadas ao “primitivismo” impregnado na imagem do/a indígena no país, inclusive para se acessar direitos específicos tidos como possíveis diante da ideia etnocêntrica de congelamento a-histórico, reificação de suas culturas e confinamento delas às aldeias. Se, por um lado, são reduzidas e fixadas à particularidade de suas existências étnicas e de gênero, como podem, por outro lado, acederem à ideia que sustenta a posição

genérica do cidadão e, conjuntamente, a posição abstrata do cientista? (VIEIRA; ALMEIDA, 2022, p. 246).

Considerando os preconceitos étnico-raciais no que se refere à sua imagem relacionada ao “primitivismo”, como as autoras acima mencionaram, e sendo, por outro lado, os espaços da sociedade civilizada e os espaços educacionais, principalmente de estudos e pesquisa, são considerados, pelos reflexos do racismo estrutural, como relacionados à branquitude, embasando-se na reflexão, como alguém que tem sua imagem ligada ao primitivismo pode requerer uma posição de cientista?

No que concerne às relações sociais das indígenas mulheres nos espaços educacionais, Aurora (2018)⁸⁴ *apud* Vieira e Almeida (2022, p. 240) afirma: “relação com os colegas de sala de aula é marcada pela discriminação, pela recusa em sermos incluídas para realização de trabalhos em grupo, dentre outras barreiras ao convívio”.

Essas dificuldades também são enfrentadas pelas mulheres negras, sobre estas, Patrícia Hill Collins (2016)⁸⁵ ressalta os termos *insiders* (os de dentro) e as “estrangeiras de dentro”. A autora aborda que os de dentro são aqueles que, como consequência de um contexto escolar e profissional aproximados e, estando mais próximos, possuindo mesmo gênero e raça, compartilham uma visão de mundo. Assim, as mulheres pretas, inserindo-se nos mesmos espaços, mesmo assim, não farão parte do grupo dos *insiders*, uma vez que seus contextos de vida, seus ancestrais e seus fenótipos são diferenciados e transmitem submissão e anti-intelectualidade (FREITAS, 2021).

Essa anti-intelectualidade, de acordo com Freitas (2021), refere-se ao fato de as mulheres pretas, algumas vezes, devido ao “olhar eurocentrado”, serem desqualificadas quanto à sua capacidade acadêmica; colocando-se em dúvida, assim, a capacidade delas de produzirem conhecimento, como se suas produções fossem menos acadêmicas.

Além de serem consideradas como “estrangeiras de dentro”, as mulheres pretas são vistas de forma diferenciada das mulheres não pretas, desta forma, questiona-se, como explica Freitas (2021, p. 57): “a universalização da condição de ser mulher, na medida em que, para as mulheres pretas, a ideia de fragilidade, de cuidado, de ser aquela que o sexo oposto deve garantir o provimento, o sustento, não se aplica de fato”, considerando ainda que a mulher negra é ainda mais sexualizada pela estrutura patriarcal.

⁸⁴Obra “Estudantes indígenas: a invisibilidade nas instituições de ensino e nos dados estatísticos.” publicada na Revista “Revista de Estudos em Relações Interétnicas,” da autora indígena Bráulina Arora.

⁸⁵ A autora analisa os rebatimentos da colonialidade e o racismo na vida das mulheres pretas no artigo “Considerações sobre a Colonialidade e o Racismo na Vida das Mulheres Pretas” da Coletânea “Violência contra as Mulheres na Universidade” organizada por Milena Barroso. Nessa passagem referenciada, a autora analisa os rebatimentos do colonialismo na vida das mulheres pretas nas universidades.

Sobre as diversas discriminações sofridas pelas mulheres nas universidades, Sousa; Lima e Silva (2021) apresentaram em seu artigo⁸⁶ os principais resultados referente à pesquisa “violência contra as mulheres na universidade: uma análise nas instituições de ensino superior no Amazonas”, referente ao eixo preconceito e discriminação. A pesquisa⁸⁷ foi realizada em formato de opinião pública (Resolução 510/2016), no ano de 2020, sobre “violência e a vitimização das mulheres no espaço acadêmico, além de levantamento junto às instituições sobre as políticas de segurança e proteção às mulheres” (SOUSA; LIMA; SILVA, 2021, p. 38).

Sobre os dados gerais da pesquisa: Sobre os diferentes motivos das discriminações sofridas pelas mulheres, Sousa; Lima; Silva (2021, p.45) afirmam que:

as mulheres destacaram que foram excluídas pela raça/etnia, por terem filhos, por serem jovens, por serem idosas, por terem alguma deficiência, pela orientação sexual, por serem pobres e até mesmo só por serem mulheres. A pesquisa aponta ainda que, do total geral de 73% das mulheres que relataram terem sofrido violência na universidade, 67% são não brancas (se declaram como pardas, negras e indígenas), 33% têm renda familiar de 0-1 salário mínimo e 27%, de 2-3 salários mínimos.

No que se refere à incidência dos casos de discriminação contra as mulheres nas instituições pesquisadas:

inicialmente apenas 38% de mulheres afirmaram espontaneamente que haviam sido vítimas de algum tipo de violência nos últimos cinco anos na universidade, mas quando estimuladas com uma lista de violências não diretas (cerceamento de fala, constrangimentos diversos, assédios...) esse número aumenta para 74%. Em relação a experiências de preconceito e discriminação, os dados apontam que, das mulheres que sofreram situações de constrangimento ou inferiorização na universidade, 19% são estudantes, 4%, professoras, e 2%, técnicas. Quando estimuladas a descreverem a situação que vivenciaram, os dados apontam que 33% foram discriminadas pela aparência; 28%, pelo modo de vestir; 7%, pelo tipo de cabelo; 4%, pela cor da pele; 4% sofreram gordofobia e 2%, xenofobia. (SOUSA; LIMA; SILVA, 2021, p. 44)

Conforme o exposto, o fato dos dados aumentarem após as mulheres serem estimuladas com perguntas diretas, se passaram por situações de violência, mostra como a percepção das mulheres sobre as violências vivenciadas por elas é frágil. Tendo em vista que não percebiam como violência, muitas situações que haviam vivenciado. O que mostra a importância de atividades educativas para as mulheres, que possam proporcionar a elas conhecimento sobre os diversos tipos de violência, para que consigam identificar e agir diante destas situações.

⁸⁶“PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO CONTRA MULHERES NA UNIVERSIDADE: contradições e expressões”, publicado em 2021 na coletânea de Violência contra as Mulheres na Universidade, organizada por Milena Barroso.

⁸⁷ pesquisa teve como público alvo trabalhadoras, trabalhadores e estudantes do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), da Universidade Federal do Amazonas e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

3. Apropriação e divisão sexual do trabalho no contexto da vida das mulheres nas universidades

A apropriação das mulheres e a divisão sexual do trabalho são decorrentes da estrutura patriarcal e afetam a vida das mulheres. Diante disso, iremos realizar análise desses dois fatores para entender como os mesmos afetam o processo das mulheres nas universidades.

Sobre a relação de homens e mulheres, ideologicamente, aqueles dispõem de seu sexo, enquanto estas não dispõem de si mesmas. Sendo, diretamente, objetos, um sexo, sem autonomia, sem mediação, como qualquer objeto. (GUILLAUMIN, 2014). Desta forma, percebe-se que a classe das mulheres é apropriada, de diversas formas, pela classe dos homens. Em sua totalidade, uma é sujeitada à outra, e o casamento é a expressão da apropriação de uma mulher individualmente.

O processo de apropriação das mulheres, conforme Guillaumin (2014), pode ser identificado através da análise dos jornais, por exemplo, quando aparecem notícias do tipo “um dos envolvidos era uma mulher”, e para a autora, ser mulher possui um fato material (a relação de poder) e um ideológico (a ideia de natureza).

Do ponto de vista ideológico, Guillaumin (2014) explica como o fato de ser tratada materialmente como coisa repercute no domínio mental. Para ela, essa ideia de natureza vai para além de se determinar o lugar dos objetos, mas que cada um, ou grupos, “é organizado interiormente para fazer o que faz, para estar onde está”. Trata-se ainda de sua ‘natureza” (GUILLAUMIN, 2014, p. 65). Sendo uma forma de naturalizar coisas como racismo, sexismo, fixando regras para grupos socialmente dominados. (GUILLAUMIN, 2014). Diante disso, ações discriminatórias com pessoas negras, por exemplo, são consequências desse domínio mental e dessa naturalização.

Quanto ao fato material, considerando a sexagem⁸⁸, se refere às relações de poder que permeiam a relação entre homens e mulheres. Tem-se as formas particulares de apropriação da classe das mulheres são: de tempo; dos produtos do corpo; obrigação sexual; a responsabilização física dos membros do sexo masculino e dos membros inválidos do grupo; a avaliação do trabalho doméstico praticado pela mulher não é realizada nem temporalmente e nem economicamente, havendo situações que ocorrem com contexto salarial, contudo, sem a devida valorização e na sua maioria esmagadora, fora do âmbito salarial (GUILLAUMIN, 2014).

Os meios pelos quais essas apropriações das mulheres, acima mencionadas, se materializam, são: mercado de trabalho; confinamento no espaço à casa, com exceções a

⁸⁸ Conceito construído por Colette Guillaumin que significa um paralelo entre servidão e escravização. Apropriação da classe das mulheres pela dos homens.

lugares onde seria necessária sua presença para fins de atender aos interesses da sociedade patriarcal; demonstração de força (violência contra as mulheres); coação sexual, o direito consuetudinário (costumes) e o arsenal jurídico (leis) (GUILLAUMIN, 2014).

Sobre a divisão sexual do trabalho, no início do processo civilizatório, os homens, mesmo ainda sem instrumentos adequados para atividades como a pesca, a caça e a guerra, se utilizavam do uso da força física. As mulheres, por outro lado, ficavam responsáveis pela gestação e cuidados com as crianças.

Os utensílios mais aprimorados foram dados aos homens, aqueles com maior intervenção na natureza, enquanto as mulheres ficavam com os mais simples ou mesmo com as próprias mãos para executar as atividades. A justificativa para essa injusta divisão era a ideia de que os trabalhos masculinos exigiam um nível de complexidade maior e, conseqüentemente, se exigia instrumentos mais sofisticados. Não obstante, esta divisão acarretou a exclusão do acesso das mulheres aos instrumentos e técnicas, fortalecendo a dominação dos homens sobre as mulheres. Ressalta-se ainda que com a ascensão do sistema capitalista, conforme Lerner (2019), a nova imagem da feminilidade passou a ser considerada a que conhecemos atualmente, ligada à passividade, delicadeza, obediência e à preocupação em cuidar e servir o outro.

No Brasil, no período da escravidão⁸⁹, além da divisão sexual do trabalho, permeada por questões de classe e gênero, estavam permeadas também por questões de raça/etnia, existindo assim a divisão racial do trabalho. As mulheres negras, por exemplo, realizavam trabalho braçal, estavam na casa dos senhores realizando trabalhos domésticos, sendo amas de leite e sofrendo violências sexuais.

Com base no exposto, percebe-se que a divisão sexual do trabalho é funcional a diversos modos de produção e tipos de sociedades, mas que foi intensificada pela sociedade capitalista. Ademais, essa divisão é base estruturante para o processo de opressão e exploração das mulheres.

Em face aos aspectos abordados, percebe-se como a divisão sexual do trabalho destina às mulheres responsabilidades com as atividades domésticas e de cuidado e as distanciando de atividades que requeiram instrumentos mais sofisticados, as distanciando de algumas áreas profissionais. Essa responsabilidade afeta o processo das mulheres nas universidades, tendo em vista que para uma mulher que se torna mãe, para acessar estes espaços, precisam de uma rede de apoio para ajudar com seus filhos, o que nem todas possuem.

⁸⁹ Neste trabalho utilizamos os termos “escravidão”, “escravizados”, escravista, em vez dos termos “escravidão”, “escravos” e senhor de escravos, respectivamente, com o objetivo de combater a ideia de biologização da escravidão, como uma herança biológica, mas sim um período histórico que escravizou seres humanos.

Ressalta-se ainda que a divisão sexual do trabalho também contribui para os números expressos no item anterior, as mulheres, apesar de mais qualificadas, possuem maior número de desemprego que os homens. O que associa também ao aspecto da apropriação abordado neste item, tendo em vista que, como abordado anteriormente, as mulheres são apropriadas de diferentes formas e uma delas é serem destinadas ao espaço da casa, às atividades domésticas e de cuidado, o que repercute no índice de empregabilidade entre as mesmas, às áreas de atuação em que as mulheres possuem maior visibilidade e aos desafios que as mulheres enfrentam nesses espaços.

4. Conclusão

Os diversos desafios postos às mulheres nas universidades, como violência e discriminações são decorrentes do sistema capitalista racista e patriarcal que oprime e explora as mesmas através do processo de apropriação e coisificação das mulheres.

Sendo as mulheres responsabilizadas pelo cuidado com o outro e diversas outras atividades, quando se tornam mães, por exemplo, possuem dificuldades para conseguirem acessar às universidades, porque nem sempre possuem uma rede de apoio que possa ajudá-las. Tendo em vista que nem todas possuem rede de apoio que possa contribuir com o cuidado com os filhos para que possam estudar, é importante que as instituições possam realizar estratégias institucionais que possam dar maior suporte e segurança para as discentes que são mães. Como por exemplo, um espaço institucional onde as mesmas possam deixar seus filhos, com segurança, para que possam participar das aulas e demais atividades acadêmicas.

Percebe-se ainda que as dificuldades são intensificadas, quando considerados fatores de raça/etnia e de classe social. As mulheres não brancas e de classe social mais baixa, enfrentam, além das dificuldades relacionadas à estrutura patriarcal, dificuldades decorrentes do racismo estrutural e/ou do sistema capitalista, relacionadas às dificuldades de renda.

Percebemos que mulheres negras e indígenas, nas universidades, enfrentam diversas dificuldades. O racismo estrutural coloca os espaços de poder e de construção do conhecimento, como os espaços educacionais, como relacionados à branquitude. Desta forma, mulheres negras e indígenas sentem dificuldade de se sentir pertencentes a esses espaços. Além dos diversos tipos de discriminação enfrentadas por todas as mulheres, como por fatores de raça/etnia, por serem mães, pela idade, por seres “jovens demais” ou idosas, por possuírem algum tipo de deficiência, pela orientação sexual, pela renda, ou mesmo por serem mulheres.

Neste trabalho, percebeu-se que as atividades e formas de reconhecimento acadêmico contribuem para o sentimento de recompensa perante todo o esforço dedicado

aos estudos, muitas vezes envolvendo fatores ligados à ansiedade, depressão, entre outros, como também contribui para o sentimento de pertencimento ao ambiente acadêmico das mulheres não brancas, como ficou evidenciado no trabalho de Vieira e Almeida (2022) referente às mulheres indígenas.

Diante disso, fica nítida a importância de se construir estratégias que facilitem o acesso à educação das mulheres nos espaços educacionais, como a construção de ambientes institucionais em que as mulheres possam deixar com tranquilidade e segurança seus filhos para que possam assistir aulas, participar de eventos e demais atividades educacionais, entre outras estratégias que possam também contribuir para que mulheres negras e indígenas possam se sentir pertencentes às universidades, combatendo os rebatimentos do racismo estrutural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska. **VISÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NAS UNIVERSIDADES**: uma introdução à problemática no Brasil e na América Latina. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska. Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino- americanas. [S. l.: s. n.], 2022. ISBN 978-65-5819-041-7.

BORTOLANZA, Dr. Juarez. **TRAJETÓRIA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA BUSCA DA ORIGEM ATÉ A ATUALIDADE**. XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA Universidade desenvolvimento e futuro na Sociedade d Conhecimento, [s. l.], 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 6 maio 2023.

NUZZI, Vitor. **Desemprego segue maior entre mulheres, negros e jovens; 30% procuram emprego há mais de 2 anos. Brasil de Fato**, [S. l.], p. online, 12 ago. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/12/desemprego-segue-maior-entre-mulheres-negros-e-jovens-30-procuram-emprego-ha-mais-de-2-anos>. Acesso em: 6 maio 2023.

FREITAS, Rosineide. **CONSIDERAÇÕES SOBRE A COLONIALIDADE E O RACISMO NA VIDA DAS MULHERES PRETAS** In: BARROSO (ORG.), Milena Fernandes. Violência contra as mulheres nas universidades. São Paulo: Alexa Cultural: [s. n.], 2021. ISBN 978-65-89677-34-5.

GUILLAUMIN, Colette. **Prática do poder e ideia de natureza**. in: TABET, Paola; MATHIEU, Nicole Claude. Patriarcado Desvendado. Recife: [s. n.], 2014.

INEP. **CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2021**

– NOTAS ESTATÍSTICAS. 2022. Disponível em:

<https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf>. Acesso em: 04 maio. 2023.

LERNER, Gerda. **A CRIAÇÃO DO PATRIARCADO**: História da Opressão das Mulheres pelos Homens. 1. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2019. ISBN 978-85-316-1534-4.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Da invisibilidade ao gênero: percursos e possibilidades nas Ciências Sociais contemporâneas**. MARGEM, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.pucsp.br/margem/pdf/m15mim.pdf>. Acesso em: 4 maio 2023.

NETTO, José Paulo. **INTRODUÇÃO AO MÉTODO DE MARX**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

SERAPIONI, Mauro. **Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração**. Revista: Ciênc. saúde coletiva, [s. l.], 2000.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **MULHERES NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL. O Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA**, [s. l.], 2001. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0301t.pdf>. Acesso em: 6 maio 2023.

SOUSA, Valmiene Florindo Farias; LIMA, Raissa Ribeiro; SILVA, Daiele Rodrigues da. **PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO CONTRA MULHERES NA UNIVERSIDADE: contradições e expressões**. In: BARROSO, Milena Fernandes. Violência contra as mulheres nas universidades. [S. l.: s. n.], 2021.

VENTURINI, Anna Carolina. A PRESENÇA DAS MULHERES NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS:: UM PANORAMA DE DESIGUALDADE. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress: um panorama de desigualdade, Florianópolis, 2017.

VIEIRA, Nanah Sanches; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **REESCREVENDO HISTÓRIAS E INSCREVENDO-SE NO TERRITÓRIO ACADÊMICO: as indígenas mulheres frente à violência nas universidades brasileiras**. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska. PANORAMA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E LATINO-AMERICANAS. [S. l.: s. n.], 2022.

“EU NÃO AGUENTO MAIS, EU TENHO QUE RESOLVER TUDO SOZINHA, TÔ MUITO CANSADA”: O TRABALHO NÃO REMUNERADO ENQUANTO CAUSADOR DO ADOECIMENTO PSICOSSOCIAL DAS MULHERES

Caroliny Rhaissy de Sousa Melo⁹⁰

*“(...) Em nome de quem o único que tem
é fome exploração doenças
sede de justiça e de água
perseguições condenações
solidão abandono opressão morte
Eu acuso a propriedade privada
de privar-nos de tudo”.*

(Roque Dalton)

Resumo

Cabe a este artigo expor o patriarcado e o trabalho doméstico não remunerado enquanto categorias históricas primordiais para a concepção e funcionamento do processo de produção capitalista, além de vislumbrar as donas-de-casa enquanto seres sociais inseridas na categoria trabalho, atravessadas pelo processo de dominação, exploração e expropriação experienciados pela classe trabalhadora em uma perspectiva, principalmente, de divisão sexual do trabalho, tendo em vista que as opressões sobre os corpos oferecem maior propensão de adoecimento mental para as mulheres. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica que comprova, a partir de diversas análises, como a sobrecarga do trabalho doméstico está atrelada aos índices de adoecimento psicossocial das mulheres.

Palavras-chave: Capitalismo. Mulheres. Saúde mental. Trabalho não remunerado.

1. INTRODUÇÃO

Para compreendermos o trabalho não pago enquanto essencial ao pleno funcionamento do capitalismo, é necessário entender o que é a categoria trabalho. Para Lukács, filósofo e historiador húngaro, o trabalho pode ser entendido como a

⁹⁰ Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

ação humano inaugural, ademais, ação humana precedente de prévia-ideação⁹¹; o fator que antecede a práxis é abstrato e objetivo, se realizada na prática, e permite o avanço para a objetivação⁹². Diante da sequência e interdependência dos fatores consciência, prévia-ideação, objetivação e exteriorização⁹³, pode-se entender brevemente sobre a dimensão da categoria trabalho.

(...) Lukács argumenta que, via trabalho, a consciência se objetiva e se exterioriza em objetos que são ontologicamente distintos de si própria. Sem a atuação da consciência, da prévia-ideação, esses objetos não existiriam, o que não significa que haja identidade entre sujeito e objeto. Ou, o que dá no mesmo, sujeito e objeto são ontologicamente distintos, ainda que o mundo dos homens se constitua em um infundável movimento de objetivação de prévias-ideações.

(LESSA, 2015, p. 24)

A obra de Lukács se difere dos escritos de outros autores ao elencar a exteriorização como etapa positiva da construção do ser social, no entanto, o autor compreende que os impulsos determinados pelas objetivações não serão, em sua totalidade, positivos e favoráveis ao desenvolvimento humano. As objetivações negativas determinadas pelos homens foram denominadas de alienação⁹⁴.

(...) a sociedade capitalista se constrói como uma enorme arena, onde os indivíduos não cessam de lutar entre si por um lugar ao sol. (...) numa dinâmica de disputas pelas quais cada individualidade, ao se constituir como egoísta e competitiva, constrói também uma sociedade desumana, concorrencial. Nessa forma de sociabilidade, cada indivíduo tem na sociedade e nos outros indivíduos uma oportunidade ou obstáculo para acumular capital, e não uma expressão da generalidade humana. Temos aqui, em sua essência, o individualismo burguês, de um lado, e a sociedade civil burguesa, de outro.

(LESSA, 2015, p. 83 e 84)

O capitalismo permite uma certa autonomia derivada das vontades individuais, ou seja, o processo de produção capitalista instaura um novo modelo de relações sociais onde o caráter natural desaparece e os homens agem em sua individualidade de forma concorrencial, em uma eterna disputa pelo acúmulo de capital, um ciclo vicioso que se retroalimenta através da alienação que, vale salientar, "(...) apenas pode ser superada com a superação da ordem social burguesa" (LESSA, p. 84, 2015). A alienação provoca uma eterna disputa por acúmulo de riqueza ou sobrevivência e

⁹¹ Pela prévia-ideação, as consequências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado (ou seja, projetado na consciência) antes que seja construído na prática. Lessa, S. Para compreender a ontologia de Lukács. p. 22. Instituto Lukács, São Paulo, 2015.

⁹² Posição teleológica se realiza no âmbito do ser material como nascimento de uma nova objetividade. Lessa, S. Para compreender a ontologia de Lukács. p. 22. Instituto Lukács, São Paulo, 2015.

⁹³ Ao previamente idealizar o que será objetivado, o sujeito assume que tanto a natureza quanto ele pessoalmente se comportarão da forma prevista na prévia-ideação. A exteriorização é esse momento do trabalho através do qual a subjetividade, com seus conhecimentos e habilidades, é confrontada com a objetividade a ela externa, à causalidade. Por meio deste confronto, pode não apenas verificar a validade do que conhece e de suas habilidades, como também pode desenvolver novos conhecimentos e habilidades que não possuía anteriormente. A exteriorização é o momento de transformação da subjetividade sempre associada ao processo de transformação da causalidade, a objetivação. Lessa, S. Para compreender a ontologia de Lukács. p. 24 e 25. Instituto Lukács, São Paulo, 2015.

⁹⁴ Negação da essência humana socialmente posta, é uma negação do homem pelo próprio homem. Puramente social e não deve nenhum momento da sua processualidade ao mundo da natureza. A alienação é, no contexto da ontologia lukacsiana, uma negação socialmente construída do ser humano. Lessa, S. Para compreender a ontologia de Lukács. p. 81. Instituto Lukács, São Paulo, 2015.

reduz o sentido da existência individual, atingindo o burguês e, principalmente, o operário de diversas formas.

Compreender, mesmo que superficialmente, o que é trabalho e alienação, auxiliará no entendimento acerca da inserção das mulheres no mercado de trabalho em uma sociedade capitalista e como o trabalho não remunerado é invisível, mesmo que seja um pilar primordial para a ordem do capital.

Também é necessário o entendimento de que historicamente as mulheres são retratadas e entendidas como o segundo sexo, sempre silenciadas e excluídas em diversas vertentes, mesmo que inseridas e imprescindíveis em todos os espaços, inclusive no mercado de trabalho desde a sua concepção. Sempre perpassadas pelas questões de gênero, outras ainda com acréscimo de raça/etnia, sexualidade, classe, entre outros fatores determinantes nas relações sociais.

Como já dito anteriormente, são diversos os fatores que imbricam as relações sociais. No que diz respeito ao trabalho, muito se fala sobre os operários, contudo, pouco se vê, escuta, escreve e reconhece as operárias; o feminino faz com que a inserção e as experiências sejam completamente distintas, a isso intitulamos de divisão sexual⁹⁵ do trabalho. É sabido que diversas foram as lutas das mulheres, pelo direito à educação, pelo direito ao voto, pela plena garantia dos seus direitos sexuais e reprodutivos, pelo direito de trabalhar. Mas cabe o questionamento acerca do último, especificamente: para as mulheres, seria o trabalho um direito conquistado ou um dever socialmente construído? Como as imposições patriarcais recaem sobre as mulheres?

As mulheres na Idade Média exerciam a função que sua classe permitia, as subalternas estavam destinadas a desempenharem o papel de esposas e mães, se ocupavam da forma que o patriarcado permitia, eram costureiras, lavadeiras, artesãs, agricultoras. Durante a Revolução Industrial e a 2ª Guerra Mundial estavam com seus filhos(as) nas indústrias, trabalhando 16h diárias, em condições que desafiavam sua sobrevivência. Independente do período histórico e do modo de produção vigente, o trabalho doméstico não pago sempre esteve destinado à mulher.

2. MULHERES, CONFINAMENTO DOMÉSTICO E SAÚDE MENTAL: ENTRE O ININTERRUPTO TRABALHO DOMÉSTICO E O ADOECIMENTO PSICOSSOCIAL

Ao discorrer sobre a divisão sexual do trabalho, a divisão do exercício do trabalho entre homens e mulheres, muito se fala sobre os termos ‘sexo’ e ‘gênero’, “(...) os termos sexo e gênero se diferenciam pelo fato de um se situar no campo biológico e outro corresponder a uma construção social” (DUARTE, p. 46, 2018). O gênero é uma construção social inerente ao patriarcado, categoria de dominação e exploração histórica, e associados aprofundam a hierarquia entre os gêneros.

⁹⁵ Surgimento e generalização de uma ordem social baseada na supremacia masculina, importa ressaltar que se trata de uma divisão que não está lastreada em questões de ordem natural. Pelo contrário, a divisão sexual do trabalho é um fenômeno sociocultural, razão pela qual a suposta inferioridade das mulheres frente aos homens corresponde a um fenômeno social. Duarte, B. A divisão sexual do trabalho como fenômeno social. p. 29. Belo Horizonte, 2018.

A organização social de opressão feminina é fomentada a partir do discurso de que os afazeres doméstico e a criação e cuidado da família, ou seja, o trabalho não pago, é intrínseco ao sexo feminino e, conseqüentemente, dever único e exclusivo da mulher. Tido como algo 'essencialmente' feminino, o trabalho de dona-de-casa torna-se invisível, assim como as mulheres; esquecido, e quando lembrado traz de volta uma curta inquietação no debate sobre o seu feito ser produtivo ou improdutivo em uma inserção no esquema de produção capitalista, que visa a transformação de dinheiro em capital.

(...) Um trabalho que certamente exige muito esforço, mas que depende de pouca qualificação. (...) É possível perceber que o trabalho doméstico ocupa um lugar em que se congregam muitos fatores de marginalização

(DUARTE, 2018, p. 81 e 83)

O desenvolvimento da sociedade, as condições naturais e as possibilidades de desenvolvimento contribuem para o alicerçamento de uma forma de organização social em desenvolvimento. A dominação masculina nasce com o surgimento da sociedade de classes e a propriedade privada, ou seja, no capitalismo, e é também com a chegada desse modo de produção que fortalece-se o discurso de que as mulheres estão estritamente unificadas com as suas famílias. Para entender o desenvolvimento de um sistema econômico que visa a acumulação de riquezas e se fortalece a partir da desigualdade social, é necessário saber que a família enquanto relação social é uma

(...) unidade econômica responsável pela garantia da reprodução da espécie que (...) se desenvolveu a organização social em cada um desses estágios até a forma atual, com determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, da divisão social do trabalho, de intercâmbio de seus produtos e formas de propriedade. (...) a questão da família como unidade econômica da sociedade, um dos pilares sobre o qual se ergue a sociedade de classes, compondo a exploração de uma classe sobre a outra.

(BARBOSA, 2021, p. 22)

As atividades produzidas dentro do espaço doméstico são privadas e não produzem bens de consumo, dito isso, não são tidas como produtivas, como já dito anteriormente; no entanto, a estrutura doméstica fornece a força de trabalho que produz mais-valia e sustenta o capitalismo. O exercício das atividades domésticas atreladas ao feminino atribuem ao trabalho em esfera privada a não remuneração e reforçam as representações sociais das mulheres enquanto seres apenas destinadas e permitidas a serem esposas e mães cuidadoras.

"(...) foi pela capacidade biológica que a mulher possui de gerar que houve uma idealização das responsabilidades femininas quanto ao cuidado dos/as filhos/as e da família. O papel da mulher, apoiado em sua condição biológica, justificou seu confinamento ao espaço doméstico, ao trabalho reprodutivo e sem valor econômico"

(SANTOS, 2014, p. 22)

O entendimento social de trabalho doméstico enquanto papel feminino facultou às mulheres uma infundável jornada de trabalho. Os homens empenham menos tempo diário para a realização das atividades domésticas, enquanto as mulheres, além de cuidar da casa, ainda cuidam dos filhos(as). A lógica sexista-capitalista prejudica mais agudamente as mulheres perpassadas por demais questões sociais, como as questões de classe, raça e etnia.

(...) O trabalho doméstico é, portanto, novamente desvalorizado ao ser designado às mulheres de parcelas mais invisíveis e vulneráveis da sociedade, que são vistas como mão de obra desqualificada. (...) a hierarquia étnica-racial existente no trabalho doméstico ao constatar que este é realizado por mulheres não-brancas e muitas vezes migrantes de regiões e países mais pobres. (...) mulheres passam a explorar outras mulheres no setor doméstico, que por sua vez passa a ser espaço produtivo para umas – empregadas domésticas – e reprodutivo para outras – as mulheres dona de casa.

(SANTOS, 2014, p. 23)

Ou seja, por mais que estejam inseridas no mercado de trabalho da lógica capitalista, produzindo mais-valia e capital, as mulheres ainda são obrigadas a reforçar a argumentação que delimita o trabalho doméstico para si, assumindo uma jornada de trabalho dupla e/ou tripla, corroborando inconscientemente com “a divisão tradicional do homem como provedor e da mulher como cuidadora do espaço doméstico. A permanência de mulheres nesse ambiente continua sendo vista como seu direito e dever.” (SANTOS, p. 25, 2014).

Não há consentimento acerca da inserção do trabalho doméstico enquanto produtivo ou improdutivo, mas é claro enquanto as donas-de-casa exercem uma atividade reprodutiva. A divisão sexual se apoia “nas condições biológicas da maternidade, mas, também, nas representações que a sociedade construiu destas como cuidadoras, pautadas nos dispositivos amor e materno” (ZANELLO, 2018) para desfavorecer as mulheres e designá-las ao confinamento de um local que não possui valor econômico, “Torna-se necessário, portanto, compreender o espaço privado como o espaço sem valor e, por conseguinte, o trabalho e a pessoa que o exerce também.” (SANTOS, 2020).

A repressão das mulheres ao espaço privado, em exercício de trabalho árduo não pago e isento de direitos trabalhistas garante a manutenção do patriarcado e do capitalismo, sem tal obrigatoriedade em exercer o papel de dona-de-casa embasado em suas características biológicas e papéis socialmente construídos, as mulheres estariam livres para ocupar espaços públicos.

O fato é que esse trabalho “invisível” desonera o Estado, uma vez que seria impraticável criar mecanismos que dessem conta de promover o bem-estar e equilíbrio necessários à vida familiar e aos agentes do trabalho reprodutivo, ao passo que deixam o acesso desigual ao espaço público, ao tempo livre e a renda, e limitam a participação das mulheres na política.(...) Dessa forma, o trabalho reprodutivo não é pago e não fornece qualquer direito trabalhista às mulheres – desonerando a máquina econômica. Se não fosse conferido às mulheres o “trabalho de cuidados”, nem Estado nem trabalhadores(as) teriam condições econômicas para custear o nascimento e o desenvolvimento de novos membros para a sociedade. Logo, é remetida à mulher, à mãe, à dona de casa – trabalhadora gratuita – essa responsabilidade

(SANTOS, 2014)

A falta de valor sobre o trabalho doméstico o torna desvalorizado também socialmente, “há um ocultamento da quantidade e da qualidade das atividades que são desempenhadas por elas, causando uma ‘cegueira social’.” (SANTOS, 2020). As mulheres enquanto trabalhadoras restritas, cuidadoras e consumidoras são ignoradas e subordinadas a estigmatização de protetoras do lar e da família, submetidas a uma eterna função cujo ‘fim’ nunca é visualizado, muito menos palpável; “a mulher fica

marcada pela servidão e pela manutenção de uma jornada de trabalho exaustiva por dívida.” (SANTOS, 2020), esses processos comprometem a integridade da saúde mental das mulheres.

Posto isto, após toda a contextualização feita, podemos adentrar na análise central da discussão: quais os impactos do trabalho não pago na saúde das mulheres? Quão adoecidas mentalmente estão as filhas, mães e esposas cuidadoras e provedoras dos lares e das famílias?

Diversos são os fatores que podem conduzir ao sofrimento psicossocial, mas aqui nos limitaremos a enxergar a experiência feminina no espaço doméstico enquanto condição central para um quadro de adoecimento mental.

(...) a domesticidade feminina, as relações assimétricas de poder, processos de subjetivação envolvidos e, inevitavelmente, a influência desses fatores na saúde, especialmente após a compreensão da divisão sexual do trabalho e da multiplicidade de papéis femininos.

(TALES, 2014)

A funcionalidade dos corpos, as realidades sociais e as opressões sobre os corpos expõem e oferecem maiores riscos de sofrimento/adoecimento psicossocial para as mulheres, além de que fatores genéticos e biológicos também podem vir a influenciar na condução e agravamento das doenças. Andrade, Viana e Silveira (2006) apontam que as condições orgânicas somada a realidade social submetem as mulheres ao um quadro de favorecimento aos problemas psicológicos, como: depressão, ansiedade, distúrbios alimentares, transtornos associados ao ciclo reprodutivo, ao puerpério, à perimenopausa e à menopausa.

Como já dito anteriormente, o trabalho doméstico é uma atividade que congrega fatores de marginalização por ser majoritariamente feminina, não necessitar de qualquer especialização para realizá-la, ser desprendida de valor econômico e é realizada, em sua maioria, por mulheres negras e de baixa escolaridade de forma exclusiva e incessante. A junção de todos os fatores expostos até então servem para demonstrar que as mulheres, principalmente aquelas que estão excluídas da esfera pública, ou seja, ‘só’ exercem o trabalho doméstico, não possuem apoio social para sua construção e estão inseridas em uma realidade social de menor qualidade de vida e maiores demandas no que diz respeito ao cumprimento do seu papel a partir das expectativas construídas socialmente, o que resulta em, maior vulnerabilidade e prevalência de doenças psíquicas que não são tratadas de forma adequada devido a falta de aparato do sistema público de saúde.

A analogia entre saúde mental e gênero se mostra evidente nas mais diversas pesquisas que, em sua totalidade, apresentam resultados nítidos sobre a sobrecarga do trabalho doméstico e o alto índice de adoecimento mental nas mulheres. A presença dos transtornos está altamente interligada a questões socioeconômicas e marcadores sociais

(...) como classe, raça/etnia, sexualidade, geração, sistemas sociais simbólicos e estruturais desvelam o fato que os sistemas de opressão estão interligados e moldam as identidades, a conjugalidade, e a vida familiar. Tal cenário aprisiona a subjetivação em processos e contextos normativos que têm o potencial de gerar adoecimento físico e mental.

(ZANELLO, 2018)

Exercer o papel social de mulher, e corresponder às expectativas criadas sobre isso, insere as mulheres em uma ordem onde os cuidados dos demais se sobressaem aos seus em todos os aspectos. Antes de seres individuais, as mulheres são filhas, mães e esposas, responsáveis pelos cuidados de tudo e todos a sua volta, sem direito a olhar para si própria e satisfazer seus próprios desejos, enclausurada dentro de si mas vivendo em função do outro. Ignorando suas necessidades pessoais e, assim, favorecendo o malefício causado pelo adoecimento.

3. CONCLUSÃO

Desta forma, do que é digno o feminino e as mulheres? Sob o capitalismo engrenhado a categoria histórica do patriarcado, tais seres são destinadas ao trabalho assíduo e ininterrupto, a invisibilidade, ao enclausuramento, a eterna abdicação de suas vontades, a infundável negação de direitos e a todas as formas de violência e o adoecimento.

(...) Entre os aspectos potencializadores de danos estava a jornada repetida e inacabada das atividades realizadas; o contato com produtos tóxicos e objetos perfuro-cortantes; a falta de lazer e descanso; a falta de autonomia econômica; e, muitas vezes a repressão sexual e/ou submissão ao domínio do marido, o que pode interferir inclusive na satisfação conjugal. Relação esta que muitas vezes é atravessada por experiências de violência doméstica. (...) essas experiências de violência sofrida por mulheres na relação afetiva-sexual, no contexto privado, é causadora de adoecimentos psíquicos, como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, transtornos alimentares, distúrbios sexuais e de humor, sintomas de dissociação, congelamento e hipervigilância, podendo afetar as mulheres, as filhas e filhos desta e a toda a família. Embora, raramente, a violência seja reconhecida como um fator de risco para a saúde mental. Há pesquisas que evidenciam, ainda, a redução da qualidade de vida e diminuição de autoestima (...) Há também os riscos de traumas físicos, infecções sexualmente transmissíveis, gravidez resultante do estupro, além de ideias paranóides, psicóticas, dificuldades em gestão do cotidiano, perfil reservado e afetabilidade em capacidades familiares e laborativas.

(SANTOS, 2020; SOUZA, 2013; SANTOS, 2018; DREZETT, 2003)

Em síntese, pode-se dizer que a história da humanidade é a história da opressão e adoecimento feminino; doenças essas acarretadas pela violência e opressão, antecedentes do capitalismo mas fortemente intensificadas por ele. Ser dona-de-casa é carregar o vazio, o cansaço, a incompreensão acerca do trabalho exercido, não ser produtiva nem improdutiva, apenas reprodutiva. Não ter valor econômico mesmo exercendo suas atividades de maneira ininterrupta, sem apoio ou reconhecimento, e ter suas violências justificadas a partir da construção social sobre papéis de gênero agregados ao falso embasamento nas condições biológicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cristiane N. ; SOUZA, Natália L. De; MORATO, Nathália M. . **SAÚDE MENTAL DA MULHER**: Reflexão sobre os conflitos das mulheres trabalhadoras que articulam trabalho doméstico e trabalho não doméstico. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/26361/1/SAU%cc%81DE%20MENTAL%20DA%20%20MULHER%20.pdf>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

ALVES, Tahiana Meneses . **SOFRIMENTO PSÍQUICO NA TOTALIDADE CAPITALISTA**: experiências de mulheres. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Universidade do Minho, 2022. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4674>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

BARBOSA, Carolina Marques. **As mulheres sob o capital**: o papel do trabalho doméstico na relação entre a opressão das mulheres e a exploração capitalista. 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32873>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz ; ANDRADE, Ana Carolina Marra De . **QUAL O PAPEL DO TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA? UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS INTERPRETAÇÕES DE SILVIA FEDERICI E ROSWITHA SCHOLZ**. 1. ed. Salvador: Germinal: Marxismo e Educação em Debate, 2018. 51-62 p. v. 12. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/36647/21813>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

DUARTE, Bárbara Almeida. **A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO COMO FENÔMENO SOCIAL**: uma crítica feminista ao trabalho doméstico. Dissertação (Mestrado) - Direito, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-BAMJYT>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

GARCIA, Rubya Souza. **GÊNERO, TRABALHO DOMÉSTICO E DE REPRODUÇÃO SOCIAL**: UMA ANÁLISE SOBRE A EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO DE MULHERES NO CAPITALISMO. Dissertação (Mestrado) - Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <<https://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/21131>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

LESSA, Sergio. **PARA COMPREENDER A ONTOLOGIA DE LUKÁCS**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

SANTOS, Cristina Vianna Moreira Dos (ORG). **Perspectivas interdisciplinares em promoção da saúde e diversidade**: Domesticidade feminina e impactos na saúde mental. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2020. 72-80 p. Disponível em:

<<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/9273>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. **O poder do macho**. 11. ed. São Paulo: Moderna, 2001. 8-40 p.

SANTOS, Luciana Da Silva ; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling . **Saúde mental de mulheres donas de casa: um olhar feminista-fenomenológico-existencial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018. 37-59 p. v. 30. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/2910/291057851003/291057851003.pdf>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

SANTOS, Luciana da Silva. **Donas de casa, donas da própria vida?: problematizações acerca do trabalho (in)visível e da saúde mental de mulheres (des)valorizadas**. 2014. xii, 128 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18355>>. Acesso em: 28 de dezembro de

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E JORNADA CONTÍNUA: FATOR DETERMINANTE NO PROCESSO DE ADOECIMENTO PSICOSSOCIAL DAS MULHERES

Ellen Beatriz Morais Pinto⁹⁶

Joyce Moura de Queiroz⁹⁷

Resumo

Neste artigo, busca-se discutir e compreender de que forma as extensas jornadas de trabalho afetam a saúde mental das mulheres, tomando-se, como eixo, a divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega a mulher com uma jornada de cerca de 7,5 horas a mais que a masculina, conforme mostra estudos de 2015 realizado pelo IBGE. Dessa forma, apreendendo a realidade a partir de múltiplos fatores, visa examinar os problemas encarados puramente como psicológicos e/ou genéticos, para além dessa dimensão. Para a construção do artigo, utilizou-se análise documental de dados e revisão bibliográfica para melhor discussão e aprofundamento da problemática.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho. Extensas jornadas de trabalho. Saúde mental. Adoecimento psicossocial. Mulheres.

1. Introdução

Historicamente, o ideário conservador e dominante estabeleceu a função da mulher na sociedade a partir de uma divisão de papéis, em que os homens seriam os provedores da casa e as mulheres as responsáveis pelo cuidado do lar e da família. Diante de transformações sociais, econômicas e políticas, o capital incorpora a força de trabalho feminina e, portanto, a mulher também ganha espaço no mercado de trabalho, passando a realizar atividades profissionais fora de casa.

Contudo, a categoria “trabalho” desenvolvida em nossa sociedade é marcada por uma ligação das relações de poder, econômicas, políticas e sociais. Logo, as trabalhadoras não estão distantes dessa complexa relação do mundo do trabalho, pelo contrário, encontram-se

⁹⁶ Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
ellenbeatriz.morais@gmail.com

⁹⁷ Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
@joycemq021@gmail.com

no centro dela, na medida em que precisam se dividir em diversos trabalhos. A respeito disso, Cisne afirma que:

“É necessário perceber que a feminização do trabalho, explícita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e para a reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma superexploração sobre o trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres, tanto na esfera pública quanto privada” (CISNE, 2015, p. 120).

Observa-se, então, que a inserção feminina nesse mercado de trabalho tem um objetivo capitalista, que se comprova com a exploração da mulher no âmbito público e privado. Logo, o que deveria ser uma conquista para as mulheres torna-se mais um fardo, visto que a participação feminina no mercado produtivo vem com a condição de conciliação com as atividades domésticas. Nessas circunstâncias, a mulher é exposta a jornadas de trabalho duplas ou triplas, mas que podem ser entendidas como uma jornada contínua, pois só termina quando a mulher dorme.

Assim, em um contexto neoliberal, de precarização das condições de trabalho, de desemprego, salários injustos, exploração da mão-de-obra e todas as exigências impostas pelo sistema capitalista, as mulheres ainda precisam lidar com o desgaste físico e emocional do trabalho doméstico. Em um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde e a Organização Internacional do Trabalho (Estimativas conjuntas da OMS e da OIT sobre o ônus de doenças e lesões relacionadas ao trabalho, 2000-2016), o principal risco ocupacional foi a exposição a longas horas de trabalho, que correspondia a cerca de 750.000 das 1,9 milhões de mortes relacionadas ao trabalho.

Nesse sentido, a exposição a longas jornadas de trabalho se constitui como um fator preocupante a saúde física e mental da trabalhadora. Partindo do entendimento de que a sociedade pode até reconhecer a sobrecarga laboral feminina, mas não se atenta o suficiente para o adoecimento psicossocial⁹⁸ das mulheres decorrente disso, esse trabalho tem como objetivo discutir e compreender criticamente de que forma as extensas jornadas de trabalho afetam a saúde mental das mulheres. Para isso, busca fazer uma apreensão da realidade a partir de múltiplos fatores, visando examinar os problemas encarados puramente como psicológicos e/ou genéticos, para além dessa dimensão.

2. Divisão sexual do trabalho – a jornada contínua

Apoiando-se na concepção de que é necessário investigar e entender os problemas a partir da totalidade, é preciso fomentar o debate acerca da divisão sexual do trabalho, visto

⁹⁸ Adoecimento psicossocial: termo utilizado pelo Serviço Social em substituição aos termos “transtorno mental” e “doença mental”, pois estes reforçam preconceitos e a ideia de um sujeito em desequilíbrio e perigoso para a sociedade.

que se trata de um fator determinante da jornada contínua feminina e que, portanto, gera inúmeras consequências a saúde mental da mulher.

Nesse sentido, cabe iniciar com a perspectiva de que “analisar a exploração do capital sobre a força de trabalho exige perceber a particularidade da exploração do trabalho da mulher. Essa exploração não se dá de forma diferente e, sim, acentuada com relação à exploração do homem” (CISNE, 2015, p. 119). Isso ocorre porque o modo de produção capitalista, além de produzir um sistema de opressão próprio, também aproveita aquelas que já existiam, como as resultantes do patriarcado e racismo. Assim, em uma ordem onde todos são explorados, as mulheres ainda superam tal exploração.

Dito isso, observa-se que a construção sócio-histórica a respeito do papel feminino na sociedade ainda é dominante e utilizada para a superexploração da mulher. Nesse sistema patriarcal, a mulher acaba assumindo múltiplas funções no decorrer da construção de uma sociedade que sempre esteve sujeita a dominação masculina. Ao transpor essa estrutura, para assumir um lugar de voz e vez, a mulher se sobrecarrega em distintos papéis: no trabalho assalariado, na criação dos filhos, cuidado com a casa e marido. Essas são funções que precedem a ideia de “como se enxergar mulher” em uma sociedade que define suas tarefas e sua rotina.

A mulher sempre ocupou o posto de cuidadora, desde a formação das primeiras civilizações, quando os homens saíam para caçar e as mulheres cuidavam dos mais novos. Com o passar do tempo a imagem de “ternura” e “delicadeza” da mulher como “sexo frágil” alimentou falas e discursos machistas e opressores. Com isso, em um contexto capitalista, os estereótipos acerca de profissões ditas como femininas, tais como, doméstica, babá, assistente social, pedagoga, enfermeira e outras, se dão diante da necessidade do cuidado vinculado a imagem da mulher, que perpassa o próprio comportamento social dada essa relação. Nesse sentido,

“A construção dos papéis sexuais direciona, inclusive, a escolha profissional, estabelecendo que a mulher, atendendo ao condicionamento recebido desde a infância, escolhe uma carreira condizente com a sua condição feminina, como professora primária, secretária, enfermeira, dentre outras, que são consideradas por muitos como pouco qualificadas e competitivas no mercado de trabalho” (APERIBENSE; BARREIRA, 2008, p. 475).

Com isso, pode-se considerar que o fenômeno da divisão sexual do trabalho existe desde que se dividia as funções do homem e da mulher dentro da procriação, por exemplo. Contudo, na ordem do capital esse fenômeno ganha novas roupagens, gerando para a mulher uma sobrecarga exorbitante. Conforme Cisne, a superexploração vivenciada pelas mulheres diante dessa divisão do trabalho se dá de duas formas:

“Na esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia da reprodução social, o que possibilita a produção social ser realizada com um custo menor; na esfera pública pela desvalorização, subordinação, exploração intensificada (por exemplo, baixos salários) e desprestígios presentes no mundo produtivo” (CISNE, 2015, p.120).

Sendo assim, a análise da divisão sexual do trabalho possibilita a identificação de uma exploração que quase sempre passa despercebida devido a naturalização da condição subalterna e inferior da mulher nessa sociedade, bem como dos trabalhos realizados por ela. Logo, é comum a noção de que atividades domésticas são especificidade feminina, de que o talento e habilidade para essas funções são naturais à mulher, algo que nasceu com ela. Consequentemente, o trabalho doméstico não é entendido como trabalho, pois como afirma Lobo (1991, p. 150) “uma vez feminilizada, a tarefa passa a ser classificada como ‘menos complexa’” (apud CISNE, 2015, p. 122). Nessas circunstâncias, as mulheres são sentenciadas a desempenhar diversos afazeres de forma gratuita e desvalorizada, expondo-se a um tempo de trabalho extenso e sem o discernimento da sociedade sobre tal problemática.

Desse modo, é preciso ultrapassar as barreiras da naturalização acerca do duplo trabalho feminino, identificando o uso diferenciado da força de trabalho das mulheres na acumulação de capital. Somente com um olhar amplo e crítico, será possível apreender a exploração e adoecimento psicossocial das mulheres resultante da divisão sexual do trabalho.

3. O excesso da jornada de trabalho e a saúde mental da mulher

O principal enfoque desse estudo está nos danos à saúde mental da mulher provenientes do excesso de jornada de trabalho. Nesse caso, torna-se imprescindível não somente entender a definição de “jornada de trabalho”, mas também reconhecer quando ela está sendo excedida.

Conforme a definição expressa no Decreto-lei nº 5.452, que dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho, em seu artigo 4º:

Art. 4º Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

Portanto, “jornada de trabalho” expressa a ideia do tempo diário que o trabalhador está disponível para a execução de suas funções. Dito isso, vale lembrar também a quantas horas equivalem essa jornada de trabalho. Conforme a limitação imposta na Constituição Federal de 1988, no artigo 7º, incisos XIII e XIV, as horas de trabalho não podem ultrapassar as oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, nem ser superior as seis horas em turnos ininterruptos.

A necessidade de limitar essa jornada de trabalho não é em vão, pois é imprescindível garantir tempo livre ao trabalhador, proporcionando momentos de descanso não somente físico, mas também mental. Para Santos (2012, p. 2 apud LORENZEN, 2015, p. 27),

“Limitar a jornada de trabalho é, indiretamente, garantir tempo livre para o ser humano. A Constituição possui diversas regras limitadoras da jornada de trabalho, tornando ainda mais explícita a intenção do legislador de garantir o direito humano fundamental ao lazer que deve ser respeitado pelo empregador”.

As leis seguem claras e objetivas, mas quanto a realidade que as mulheres vivenciam, como proteger sua saúde física e mental quando são expostas ao perigo das atividades laborativas e ao excesso das cargas horárias que extrapolam a própria Constituição? A sobrecarga lançada sob a mulher gera um acúmulo de sentimentos e frustrações que adoecem lentamente sua vida psicossocial. Enquanto sujeito, ela demanda emoções, desejos e anseios como qualquer outro ser humano, mas ao contrário do sexo oposto (masculino), acaba sendo reprimida, já que sua rotina “abarrota” de tarefas não lhe permite sequer um tempo para si mesma. Diferente do que se estabelece no imaginário social, a mulher não apresenta superpoderes e muito menos são dotadas de uma fonte de força infinita. A verdade é que essa romantização do excesso de trabalho, que coloca a mulher como uma “guerreira”, contribui para a naturalização da jornada contínua e adoecimento mental de mulheres.

Compreende-se, então, que existe um entrave na vida da mulher que a impede de viver até mesmo aquilo que está assegurado em lei. Como já foi discutido, esse obstáculo pode ser explicado pela divisão sexual do trabalho, que aprisiona mulheres em cargas horárias sem fim e tira delas o tão precioso tempo livre que é essencial a sua saúde mental.

O estudo “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”, feito com base em séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que em 2015 a jornada total média das mulheres era de 53,6 horas e a dos homens, de 46,1 horas, demonstrando que o trabalho feminino compreendia cerca de 7,5 horas a mais que o masculino. Além disso, no que se refere ao trabalho doméstico, uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2019 alertou que as mulheres dedicaram 21,4 horas semanais enquanto os homens dedicaram apenas 11 horas semanais.

Observa-se, com base nos dados, que a dupla jornada feminina é uma realidade antiga. Contudo, esse dilema ainda tende a piorar em momentos de crises, como aconteceu na pandemia, por exemplo. A pesquisa “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, realizada pelas organizações Gênero e Número e SOF (Sempreviva Organização Feminista), mostra dados mais recentes que relatam que 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém durante a pandemia. Esses dados comprovam, estatisticamente, o que já é

observável no cotidiano de uma sociedade cuja tendência é jogar para a mulher as responsabilidades e afazeres que foram naturalizados como femininos.

Essa realidade exclui do dia a dia feminino a existência de uma carga horária delimitada, levando a mulher a uma continuidade de diversas tarefas e, conseqüentemente, ao seu desgaste físico e mental. Dito isso, em um cenário de adoecimento psicossocial de mulheres, torna-se necessário também discutir sobre a concepção de saúde mental e o sofrimento psíquico gerado pelas longas jornadas.

Nesse viés, cabe começar buscando uma apreensão de saúde mental para além da perspectiva biológica/psicológica. Isso porque, partindo de uma análise crítica da realidade, entende-se que a dimensão de saúde mental também está relacionada a fatores econômicos, políticos, culturais e sociais. Logo, o assunto “saúde mental” deve ser visto e tratado como uma questão coletiva e não somente como casos subjetivos e individuais. Sendo assim, é preciso ultrapassar a ideia de que saúde mental é apenas a ausência de doenças psíquicas e um estado de bem-estar emocional, para que se possa compreender o processo de sofrimento psicossocial a partir de suas particularidades.

Dessa forma, entende-se que o adoecimento mental possui diversos vetores, tais como: influência da genética, fatores psicológicos, sociais e até mesmo ambientais. Logo, percebe-se que

“A experiência do sofrimento psíquico é construída socialmente e traz em si a conformação dos valores e normas de uma determinada sociedade e época histórica. Em outras palavras, aquilo que parece ser algo extremamente individual, ou seja, a vivência de um conjunto de mal-estares no âmbito subjetivo, e também a vivência de cada um como mulher ou como homem, expressa regularidades que são moldadas por uma dada configuração social” (SANTOS, 2009, p. 1178)

Portanto, por mais que o sofrimento psíquico seja comum a todas as pessoas, especialmente diante do modelo de sociedade em que vivemos, suas origens e impactos são diferentes para alguns grupos, pois cada grupo sofre uma interferência diferente dessa ordem social. No caso das mulheres, o adoecimento psicossocial possui diversos atravessamentos, que vão desde os processos biológicos até, e principalmente, as relações sociais. Num sistema capitalista e patriarcal, a mulher e sua saúde mental são alvos e vítimas mais fáceis, pois, de maneira geral, a mulher está susceptível a um sofrimento psicossocial por diversos motivos.

Por isso, antes de discutir o adoecimento proveniente da jornada contínua feminina, cabe mencionar também os demais processos causadores de sofrimento psicológico na mulher, visto que eles não somente estão relacionados entre si, mas também se configuram como agravantes na rotina de trabalho da mulher. Em primeiro plano, é necessário lembrar que a mulher, na estrutura social em que vivemos, pode ter sua saúde mental afetada pelo

padrão cultural imposto pela sociedade. Na canção “Triste, Louca ou Má”, da banda “Francisco, el Hombre”, os trechos a seguir refletem essa relação de imposição:

“Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal

A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina”

Nota-se, então, que não somente existe uma receita de como a mulher deve ser, que por si só já pode provocar um conflito psicológico, mas também que aquela que se recusa a seguir essa receita sofre com uma pressão que a rotula como “triste, louca ou má”. Esse processo provoca na mulher um desgaste psicológico, pois além de ser taxada com tais características, a mulher vive em um conflito interno por não se reconhecer nas expectativas da sociedade e, conseqüentemente, não se reconhecer em torno de suas expectativas individuais.

Além do mais, a maneira como a sociedade enxerga a mulher, é uma descrição clara de como o outro projeta nela uma extensão para além de sua pessoa física, incorporando um ideal de “beleza” que se estende para sua casa e filhos, pois, para que a mulher seja considerada “bela”, sua casa também deve atender padrões de organização. Aliás, o ideário “bela, recatada e do lar”, demonstra padrões de beleza e comportamento que são estabelecidos para as mulheres, retirando delas a liberdade e sujeitando-as a uma pressão social que também pode ocasionar um processo de adoecimento.

Além de todas essas condições socialmente construídas que adoecem a mulher, com a jornada contínua de trabalho essa realidade tende a se agravar. Sabe-se que no decorrer do tempo, o acúmulo de uma grande quantidade de atividades afeta a qualidade do descanso e que, apesar de haver uma recomendação geral de 7 a 9 horas de sono, nota-se que para as mulheres esse tempo de descanso é quase uma utopia. Além disso, a energia direcionada para desenvolver atividades laborativas e do cotidiano, já não é a mesma ao final do dia para desempenhar pequenas atividades pessoais, que possam promover o mínimo de conforto e relaxamento. Assim, a mulher vai perdendo o tempo e a disposição para o autocuidado, deixando de realizar atividades voltadas para o seu bem-estar e caindo em um processo de esgotamento, baixa autoestima e, conseqüentemente, adoecimento psicossocial.

Para além desses problemas, o desgaste vivenciado no mercado de trabalho precarizado, bem como a tensão gerada pelo trabalho doméstico que é desvalorizado, repetitivo e enfadonho, resultam, ao longo do tempo, em diferentes formas de adoecimento psíquico. Segundo pesquisas epidemiológicas da população geral dos EUA, o sexo feminino tem maior probabilidade a desenvolver transtornos psicológicos do que os homens, conforme os dados a seguir mostram.

“[...] transtorno do pânico (7,7% x 2,9%), TAG⁹⁹ (6% x 3%) ou TEPT¹⁰⁰ (12,5% x 6,2%) ao longo da vida. Ainda que de forma menos pronunciada, esses estudos também sugerem uma diferença em termos de gênero no risco de desenvolver TOC¹⁰¹ durante a vida (3,1% nas mulheres x 2,0% nos homens) e FS¹⁰² (15,5% nas mulheres x 11,1% nos homens)” (KINRYS; WYGAN. 2005, p.44).

Nota-se que as mulheres têm, aproximadamente, duas vezes mais probabilidade de apresentarem algum desses tipos de sofrimento psíquico. De acordo com Kinrys e Wygan, “o TAG caracteriza-se por ansiedade e preocupação excessivas, relacionadas a diversos eventos ou atividades [...]” (2005, p. 44), podendo estar associado, dentre outros fatores, a rotina desgastante das mulheres que são submetidas a jornadas contínuas de trabalho. Dentre os sintomas estão agitação, fadiga, dificuldade de concentração, irritabilidade, tensão muscular e/ou transtornos do sono. Observa-se então, que essa sintomatologia é uma realidade para as mulheres, que estão constantemente expostas a exploração e sobrecarga laborativa.

Além disso, outro sofrimento psicossocial fortemente vivenciado pelas mulheres, em decorrência das jornadas de trabalho contínuas, é a Síndrome de Burnout. Em uma tradução simples, o termo “burnout” pode ser entendido como “combustão completa” e é utilizado para nomear uma reação de esgotamento físico e mental dos trabalhadores.

“O burnout foi tradicionalmente definido como uma síndrome psicológica composta de três dimensões: exaustão emocional (sensação de esgotamento de recursos físicos e emocionais), despersonalização ou cinismo (reação negativa ou excessivamente distanciada em relação às pessoas que devem receber o cuidado/serviço) e baixa realização pessoal (sentimentos de incompetência e de perda de produtividade)” (MASLACH; SCHAUFELI; LEITER, 2001 apud VIEIRA; RUSSO, 2019, p. 2).

Segundo a pesquisa “Women in the Workplace 2021”, 42% das mulheres sofriam com sintomas de burnout, enquanto entre os homens a taxa foi de 35%. Em 2020 e 2019, os índices eram de 32% e 28%, respectivamente. Conforme os dados, os números tornaram-se

⁹⁹ TAG: transtorno de ansiedade generalizada

¹⁰⁰ TEPT: transtorno de estresse pós-traumático

¹⁰¹ TOC: transtorno obsessivo compulsivo

¹⁰² FS: fobia social

mais alarmantes com a chegada do contexto pandêmico, o que é compreensível, pois a mulher que já lidava com uma rotina desgastante foi imersa em um cenário de esgotamento total. Isso acontece porque até mesmo as poucas tarefas que a mulher conseguia dividir – como o ensino dos filhos que estavam sob responsabilidade das escolas – recaem sobre ela durante o isolamento social. Assim, o trabalho remoto, as aulas online dos filhos, as tarefas domésticas, o cuidado com os pais etc., são tarefas que foram potencializadas nesse período.

Além disso, de acordo com a mesma pesquisa, uma em cada três mulheres considera sair do mercado de trabalho ou mudar de carreira em razão do stress. Nota-se, então, que para além dos diversos sintomas que afetam a vida e saúde da mulher, o burnout – e outros tipos de adoecimento – interferem também na própria realização profissional das mulheres, que diante do sofrimento psíquico se veem, muitas vezes, forçadas a escolher entre o trabalho doméstico e o privado, já que prosseguir com os dois torna-se inviável ao longo do tempo.

Para além desses casos mais específicos, as mulheres sofrem também, de maneira geral, com outros processos de adoecimento, tais como:

“Além dos sintomas depressivos, entre os transtornos mentais que predominam entre as mulheres, estão aqueles relacionados aos fatores psicossociais e ambientais, como transtornos de ansiedade, transtornos de ajustamento, insônia, estresse, transtorno da alimentação e anorexia nervosa” (BERTOLOTE, 2001 apud ALMEIDA; ARAÚJO; PINHO, 2005, p. 338).

Vale ressaltar que todos esses processos de adoecimento provocam repercussões negativas em outras esferas da vida feminina. Isso porque, como já foi tratado aqui, o campo da saúde mental não é restrito e, conseqüentemente, o sofrimento psíquico influi também na saúde física, nos índices de mortalidade etc.

4. Considerações finais

Diante do exposto, entende-se que a estrutura capitalista e patriarcal da sociedade explora a força de trabalho feminina e expõe a mulher a jornadas contínuas de trabalho. Portanto, as relações históricas que situam o papel da figura feminina na sociedade, submetem a mulher a várias atividades, seja no âmbito doméstico ou no espaço privado. Com isso, sujeita a cargas horárias sem fim, a mulher fica mais vulnerável ao processo de adoecimento psicossocial proveniente dessas relações de trabalho. Como foi visto nos dados apresentados, o desgaste do mercado de trabalho e a responsabilidade pelo cuidado do lar, dos filhos e companheiros, resultam em diversos sofrimentos psicossociais para a mulher, como a Síndrome de Burnout que se origina justamente pelo excesso de trabalho.

Nota-se, também, que identificar e reconhecer o sofrimento psicológico da mulher vítima de longas jornadas de trabalho é uma tarefa difícil na sociedade atual. Isso porque a construção acerca da rotina sobrecarregada da mulher foi normalizada e, portanto, a sociedade não somente acha comum, como também aceitável, que a mulher chegue do trabalho remunerado e realize sozinha outras diversas tarefas. Como consequência disso, o adoecimento psíquico que possui causas sociais, de relações de gênero e poder, acaba sendo associado somente a pré-disposição genética, a algum acontecimento marcante da vida da mulher etc.

Portanto, fica o desafio de problematizar e compreender o sofrimento psicossocial da mulher em suas diversas facetas. É preciso entender, por exemplo, que condições de trabalho dignas, jornadas de trabalho justas, tempo livre para o autocuidado, ajuda na realização de tarefas domésticas etc., são aspectos imprescindíveis para a garantia de saúde mental de qualquer ser humano. Cabe, então, um questionamento: como e quando iremos promover melhores condições de trabalho e vida para a mulher, livrando-a de um sistema de adoecimento psíquico? Refletir acerca dessa problemática é imprescindível para a proteção da saúde mental das mulheres.

Referências:

APERIBENSE, P. G. G. DE S.; BARREIRA, I. DE A. Nexos entre Enfermagem, Nutrição e Serviço Social, profissões femininas pioneiras na área da Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 42, n. 3, p. 474–482, set. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/bPVKfLfxRPXYhqScw9bhRfK/?lang=pt#>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; ALMEIDA, Maura Maria Guimarães de. Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil** [online], 2005, v. 5, n. 3, pp. 337-348. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/6vSkSdfMXfDsWj9q9RFymcd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2022.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943**. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRITO, Sabrina. Sobrecarregadas, mulheres são as principais vítimas da síndrome de Burnout. **Veja**, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/sobrecarregadas-mulheres-sao-principais-vitimas-da-sindrome-de-burnout/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 152p.

FRANCISCO EL HOMBRE. **Triste, Louca ou Má**. La Habana, Cuba. 2016. Danza Voluminosa. (4,29 min).

FRANCO, Karin. Dupla jornada de mulheres aumenta durante a pandemia. **Jornal Hoje Centro Sul**, 2021. Disponível em: <https://hojecentrosul.com.br/dupla-jornada-de-mulheres-aumenta-durante-a-pandemia> . Acesso em: 17 dez. 2022.

KINRYS, G.; WYGANT, L. Transtornos de ansiedade em mulheres: gênero influencia tratamento? **Rev Bras Psiquiatr**. 2005; 27 (Supl II): p.43-50. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/BFx4r3BVv54Vy9Hh7FfmJnk/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Resumo%20Mulheres%20apresentam%20um%20risco>. Acesso em: 18 dez. 2022.

LORENZEN, Jamile. **Dano existencial: o excesso de jornada de trabalho e a saúde mental do trabalhador**. Orientador: Paulo Marcelo Scherer. 2015. 47 f. TCC (Graduação) – Curso de Direito, Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/3592>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Organização Internacional do Trabalho (2016). **"Estimativas conjuntas da OMS e da OIT sobre o ônus de doenças e lesões relacionadas ao trabalho, 2000-2016"**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_820318/lang--pt/index.htm

SANTOS, Anna Maria Corbi Caldas dos. Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2009, v. 14, n. 4. pp. 1177-1182. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400023> . Acesso em: 16 dez. 2022.

VERDÉLIO, Andreia. Mulheres trabalham 7,5 horas a mais que homens devido à dupla jornada. **Agência Brasil**, 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/mulheres-trabalham-75-horas-mais-que-homens-devido-dupla-jornada>. Acesso em: 17 dez. 2022.

VIEIRA, Isabela; RUSSO, Jane Araújo. Burnout e estresse: entre medicalização e psicologização. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online], Rio de Janeiro, v. 29, n. 02, p 1-22, mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290206>. Acesso em: 26 dez. 2022.

A IMBRICAÇÃO ENTRE RACISMO ESTRUTURAL, VIOLÊNCIAS

E DISCRIMINAÇÕES CONTRA AS MULHERES NEGRAS

Hanna Héli da Oliveira Silva¹⁰³

Ana Clara Guedes¹⁰⁴

Fernanda Marques de Queiroz¹⁰⁵

RESUMO: O artigo discute as repercussões que o racismo estrutural e as relações patriarcais de gênero e classe têm sobre a vida das mulheres negras no Brasil. Para tal, voltamos nossa atenção para os indicadores: condições de trabalho, violência doméstica e familiar e feminicídio contra esse segmento. Os dados expostos foram extraídos de sites de instituições governamentais e não governamentais se constituindo numa pesquisa de natureza quanti-qualitativa e de tipo bibliográfica e documental. Os mesmos foram analisados à luz do materialismo histórico-dialético adensando as discussões de autores/as como Almeida (2019), Saffioti (2011), Gonzales (1984), Federici (2019), Queiroz (2015), dentre outras.

PALAVRAS-CHAVE: Relações patriarcais de gênero. Raça. Classe.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo versa acerca da imbricação entre racismo estrutural, classe e relação patriarcal de gênero, bem como suas repercussões na vida das mulheres negras, sob os indicadores: condições de trabalho, violência doméstica e familiar e feminicídio. Destacamos ainda que trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa com recorte temporal de dados de 2016 a 2022.

A sociedade brasileira se erigiu sobre sólidos pilares, onde prevalecem o racismo, o patriarcado e as classes. Dessa forma, para que se construa uma discussão acerca dos reflexos destes sobre a vida das mulheres negras em contexto brasileiro, é primordial que os compreendamos, mesmo que de maneira sucinta.

Partiremos da concepção de Saffioti (2004) que compreende o patriarcado como uma relação desigual e hierárquica onde se concedem direitos e dominação dos homens sobre as mulheres. A autora pontua ainda que a sociedade é impregnada por essa ideologia e, dentro dessa ordem, o gênero exerce poder, portanto, tem na figura do homem, branco e

¹⁰³ Estudante do curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); email: oli.hanna27@gmail.com

¹⁰⁴ Estudante do curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); e-mail: claraguedes@alu.uern.br

¹⁰⁵ Professora da Faculdade de Serviço Social da UERN, Doutora em Serviço Social pela UFPE. Líder do Grupo de Pesquisa sobre as relações patriarcais de gênero e feminismo – GEF e-mail: fernandamarques@uern.br

heterossexual a efígie de soberania. Acrescentamos ainda a dimensão de classe como fator de dominação da sociedade e da constituição dessa como um todo.

Como pontuado anteriormente, a questão da raça também se faz bastante presente na constituição do Brasil como o conhecemos hoje. Sendo um dos últimos países a abolir a escravidão, os povos colonizadores, bem como a sociedade que se constituiu posteriormente “acomodou-se” a exploração dos povos não brancos, sendo em primeiro momento um massacre dos povos originários e posteriormente a exploração desenfreada dos escravizados, arrancados a força de sua terra natal para servir aos senhores brancos em terras brasileiras.

Encoberto pelo mito da democracia racial, o racismo brasileiro é, como bem pontua Lélia Gonzales (1984) vergonha para si mesmo e, de acordo com Almeida (2019, p.22) trata-se de uma: “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”.

Mediante o mencionado, compreendemos que o racismo tem caráter sistêmico, não apresenta-se unicamente como um ou vários atos de discriminação, mas privilégio e subalternidade se diferem e distribuem de acordo com a raça a qual pertença determinado indivíduo, e estes se reproduzem nos vários âmbitos da vida (político, econômico, educação, saúde, dentre outros). Ainda, segundo Almeida (2019), o racismo está relacionado com a segregação racial, que trata-se da divisão espacial de raças em localidades específicas. Tal afirmação responde a indagação feita por Gonzáles (1984, p.238) “Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados?”.

Sendo raça e gênero tão fortes em nossa sociedade, são, portanto, fatores determinantes das classes dominantes e dessa forma é impossível dissociar a análise do que Saffioti (2011) chamou de nó imbricado. Dessa forma, como bem destacado por Silveira e Costa (2012, n.p)

[...]o sexo feminino é o principal afetado pelas três contradições fundamentais que embasam a sociedade. A mulher é, primeiramente, discriminada por ser mulher, como se essa condição a tornasse incapaz, incompleta ou falha. Se não pertencer à cor branca, sofrerá ainda mais preconceito. A herança histórica do escravismo ainda é dominante em uma sociedade onde a cor da pele, muitas vezes, vira sinônimo de caráter. Da mesma forma, a mulher pertencente às classes mais baixas da sociedade é ainda menos valorizada como mulher, mais discriminada se for negra, e igualmente excluída pelo seu baixo poder aquisitivo.

2 AS MULHERES NEGRAS NA ESFERA DO TRABALHO

Para iniciarmos a discussão, é preciso destacar que “a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a

riqueza social” SAFFIOTI (1976, p. 32). Pensando nisso, refletimos nas seções a seguir, acerca do trabalho realizado pelas mulheres negras, mais especificamente a divisão sexual do trabalho, a remuneração, a informalidade e os diversos tipos de assédio sofrido no âmbito de trabalho.

2.1 Trabalho de homem, trabalho de mulher: a repartição desigual das atividades

Iniciemos, portanto, esta seção abordando o trabalho para os diferentes gêneros. Desde que se tem notícia e principalmente em uma sociedade que se fundamentou sobre o pilar patriarcal e sexista, atribuiu-se como funções de mulher os afazeres domésticos e os cuidados com o outro, seja este familiar ou não, mas o certo é que enquanto mulheres, carregamos essa perspectiva desde muito jovens, acreditando sempre que é de nossa “natureza” tais papéis. Entretanto, como bem pontua Federici (2019, p.43) não há naturalidade em ser dona de casa “tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamentos diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a filha para este papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida”.

Em consonância com essa perspectiva, Cisne (2012, p.110) destaca ainda que, “A educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas, também, desigual, levando muitas mulheres a crerem que possuem uma essência que as tornam naturalmente mais aptas para determinados trabalhos”. Tal pensamento que nos é passado de geração após geração nos leva a aceitar, muitas vezes sem questionar, “nosso lugar de atuação”, objetivando, desde a infância, atender a perspectiva socialmente construída do que é ser uma “mulher de verdade” e de como agir para alcançar tal propósito.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) contínua (2019, p.9) expressam de maneira objetiva tais funções:

Enquanto as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais a afazeres e/ou cuidados, os homens dedicaram 10,9 horas. A Região Nordeste teve a maior diferença de horas entre homens e mulheres (em média 11,5 horas) e a Região Norte, a menor (8,5 horas).

A divisão sexual do trabalho, pode, portanto, ser compreendida como uma ferramenta de manutenção de exploração e dominação por meio da naturalização e da obrigatoriedade do trabalho doméstico, tornando-o invisibilizado, reforçando o modelo patriarcal-racista, conforme mencionado por Nogueira (2018, p.36)

Esta divisão se manifesta no trabalho doméstico, tido como invisível, mas sem o qual seria impensável a reprodução da família, onde as mulheres diariamente são responsabilizadas pelas tarefas do lar. Essa relação é legitimada pelo modo de produção capitalista vigente, que se apropria do trabalho não pago das mulheres, no âmbito do trabalho doméstico. Ou seja, não remunerar o trabalho doméstico é subtrair seu custo na reprodução da vida do trabalhador.

A PNAD contínua (2019), acrescenta ainda que no ano de 2019, 146,7 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 14 anos, realizaram atividades domésticas em sua própria residência ou na residência de parentes. Enquanto 92,1% das mulheres realizaram alguma atividade doméstica, esse número reduz para 78,6% entre os homens. A pesquisa acrescenta ainda que no ano de 2019, afazeres relacionados à limpeza, cuidados com roupas, sapatos e domicílio estavam muito centrados na mulher, enquanto ao homem atribuíam-se os pequenos reparos. No que diz respeito a esses dados, observamos que este trabalho “[...] foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina” (FEDERICI, 2019, p.4 *apud* ABREU, MARQUES e DINIZ 2020, p.4).

Existe ainda em torno desse cenário o mito de que a mulher ocupa-se do trabalho doméstico porque não trabalha fora, mas o que há na realidade é um acúmulo de jornadas de trabalho as quais denominamos de intensas, extensas e intermitentes, na qual as mulheres supostamente “conciliam” trabalho remunerado com o não remunerado, como aponta dados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2020), a qual explicita que a necessidade de conciliação faz com que sejam dedicadas menos horas ao trabalho remunerado, fazendo com que as mulheres recebem salários inferiores¹⁰⁶ aos dos homens e, é sobre isso que discorreremos a seguir.

2.2 A mulher negra, o mercado de trabalho, a desigualdade salarial e a informalidade

De acordo com o IBGE (2022, p.3), no ano de 2021 “o rendimento médio mensal de pessoas ocupadas brancas (R\$ 3.099) foi bastante superior ao de pretas (R\$ 1.764) e pardas (R\$ 1.814)”. Já em relação ao ano de 2022, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) 2022, o homem branco mantém a vantagem salarial sobre os demais indivíduos que compõem a pirâmide social. Os dados do departamento, nos apresenta ainda que a mulher negra no ano de 2022 recebia o equivalente a 46,3% do salário do homem não negro, não atingindo sequer metade do valor.

Desde o período colonial o país se fundamentou na escravização de raças, a qual o homem branco considerando-se “evoluído”, sequestrou, traficou, comercializou, feriu e matou aqueles considerados “selvagens”. Dessa forma, restava ao negro e em maior evidência, a mulher negra, a subalternidade, sujeição e a salubridade. Era obrigada a atender os desejos do “dono” e as “necessidades” da “dona”, engravidava de seus senhores como máquinas criadoras de mão de obra, mas não os criava, ou via-lhes crescer, isso se fazia com os filhos das sinhás, amamentava, limpava, ensinava-lhes brincadeiras ou mesmo sobre a vida. A

¹⁰⁶ No segundo trimestre de 2022, enquanto o homem não negro recebeu R\$ 3.708 e a mulher não negra, R\$ 2.774, a trabalhadora negra ganhou, em média, R\$ 1.715, e o homem negro, R\$ 2.142.

negra, escravizada ou não, não era vista como mulher, era máquina, era objeto, como bem evidencia Sojourner Truth em seu discurso *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher?¹⁰⁷

As mulheres negras há muitas gerações, tenta superar a realidade de uma sociedade racista, machista e patriarcal, que a coloca em épocas de carnaval, como a rainha, a deusa da beleza, hiperssexualizada e fomentadora da ideia de democracia racial (Gonzales,1984), entretanto quando passada a época do brilho é essa mesma mulher que retorna ao lugar de faxineira, copeira, cozinheira, porque parece impensável uma mulher preta ocupando espaços que socialmente demonstram poder.

A inserção da mulher negra em trabalhos precarizados nos serve de objeto de provocação reflexiva acerca do trabalho formal e informal. Quantas mulheres, em grande maioria pretas, têm a sobrevivência de si e suas famílias mediante trabalhos informais e sem qualquer proteção social? Porém, essa informalidade que lhes sustenta, também é aquela que não lhe dá acesso a direitos, à medida que “os direitos trabalhistas se voltavam exclusivamente para o trabalhador assalariado produtivo, ou seja, os homens” Marques e Diniz (2020, p.10).

Em pesquisa realizada em 2020 pelo DIEESE, 504 mil mulheres se tornaram desempregadas e a taxa de mulheres negras desempregadas subiu 3,2 pontos percentuais, enquanto entre as mulheres brancas o aumento foi de 2,9 pontos percentuais. A maioria das mulheres negras estão inseridas no trabalho doméstico, sem vínculo formal, e estas foram as mais afetadas durante o período pandêmico, 1,2 milhões se viram desempregadas tendo que recorrer a procura de outros trabalhos.

Ainda que a informalidade perpassa o trabalho dos homens e mulheres na realidade brasileira, a intensificação desse quadro atinge em sobremaneira as mulheres negras, que continuam apresentando a taxa mais elevada, ultrapassando, inclusive, a média nacional, como bem apontam os dados do PNAD (contínua) (2021, apud Feijó 2022) “No 1º tri de 2022 43,3% das mulheres negras ocupadas estavam em postos de trabalho informais, taxa superior à média nacional (40,1%), dos homens brancos/amarelos (34,8%) das mulheres brancas e amarelas (32,7%)”.

¹⁰⁷ O texto pode ser lido na íntegra em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>.

2.3 Local de trabalho ou local de assédio? A mulher negra como alvo preferencial

Para além dos baixos salários, dos trabalhos precarizados, informais e/ou invisibilizados, as mulheres têm ainda que lidar com as mais variadas formas de assédio em seu ambiente de trabalho. Quando afunilamos essa perspectiva para as mulheres negras, vemos que a situação também se intensifica. Isso ocorre, porque em uma sociedade que além de racista é também patriarcal, o homem negro pode ser vitimado pelo racismo, entretanto, o fato de ser homem, lhe permite poder e domínio sobre as mulheres, enquanto a mulher branca, não será atingida pelo racismo, mas será atingida pelo sexismo. Nessa perspectiva, entende-se que o gênero e a raça são fatores discriminatórios que mantêm e reforçam desigualdades, pois, como menciona Rodrigues (2019, p.33) “a naturalização do processo de violência contra a mulher, em particular no que tange ao assédio, serão percebidos e/ou sentidos de maneiras diferentes, vai depender do lugar racial e de classe que essa mulher ocupa na sociedade”.

A exemplo do mencionado, podemos citar os dados coletados em 2020 pelo Instituto Patrícia Galvão, apontando que 92% das mulheres entrevistadas sofreram assédio em seus trabalhos. Dentre essas mesmas mulheres temos que 40% já foram xingadas ou ouviram gritos e 40%, tiveram seus trabalhos extremamente supervisionados. Pode-se ainda, mencionar as narrativas colhidas por Lage e Souza (2017) que apontam o tipo de cabelo como um dos principais alvos de discriminação das mulheres negras no ambiente de trabalho. Ações como a necessidade de prender, mantê-los alisados e adequar-se aos padrões “tidos como de beleza” são formas de racismo, as “piadas” geradas pelas diferenças da mulher negra, assédio. Acrescemos ainda, a hipersexualização, a subalternidade, a inferiorização e as mais variadas formas em que o assédio pode se apresentar, seja de forma sutil, seja de maneira escancarada.

Segundo pesquisa realizada em 2020 pelo Think Eva¹⁰⁸ em parceria com LinkedIn, apontou que entre as mulheres que afirmam já ter sofrido assédio sexual no ambiente de trabalho tem em seu alvo preferencial as mulheres negras em cargos assistenciais, como bem constatou o Instituto Patrícia Galvão (2022, p.13) “[...] as mulheres negras representam 52% e, as que recebem até dois salários mínimos são 49%, enquanto apenas 8% das vítimas ganham mais que seis salários mínimos”. Tais dados confirmam que o assédio é um abuso de poder e que “o assediador escolhe as vítimas mais vulneráveis, a maioria ocupa cargos de assistente (32,5%), estagiária (18,1%) e júnior (13,4%)”.

A referida pesquisa apontou ainda que 51% das mulheres que apresentam insegurança no trabalho estão entre mulheres com renda de até 2 salários mínimos, das participantes, 54%

¹⁰⁸ Consultoria de inovação social voltada ao mundo corporativo atuante na busca por soluções a desigualdade de gênero e intersecções. A pesquisa pode ser lida em: <https://thinkeva.com.br/estudos/o-ciclo-do-assedio-sexual-no-ambiente-de-trabalho/>.

pretas e pardas são maioria em afirmar que “[...]sentem vergonha por serem vítimas de assédio sexual”. Essa sensação de vergonha e temor acaba causando danos a vida da vítima, como bem destaca a Comissão Para Igualdade no Trabalho e no Emprego¹⁰⁹, que nos diz que o assédio pode acarretar “estresse pós-traumático, perda de autoestima, ansiedade, depressão, apatia, irritabilidade, perturbações da memória[...]” dentre outros. Dessa forma, a vítima que por vezes acabam não denunciando, opta pela evasão do mercado de trabalho e seu agressor acaba não sofrendo quaisquer punições.

A discussão levantada pelo Instituto Patrícia Galvão (2022, p.13-14) destaca ainda que as empregadas domésticas em 2019 tratar-se-iam de cerca de 6 milhões, dentre este número 92% eram “mulheres, negras e pobres, vítimas preferenciais de violações de direitos”. Mesmo aquelas que estão devidamente contratadas e recebem todos os direitos trabalhistas ainda são vítimas dos mais diversos tipos de violência, seja no ambiente de trabalho, seja na esfera doméstica e familiar.

Pensando nesse cenário é primordial que reflitamos também, acerca da violência contra mulher, incluindo os feminicídios e como tais violências têm se tornado o cotidiano na vida dessas mulheres.

3 O ALVO NA COR E NO GÊNERO: AS MULHERES NEGRAS COMO FOCO DAS MAIS VARIADAS FORMAS DE VIOLÊNCIA

As discussões levantadas nesta seção, têm por intuito refletir sobre os dados referentes à violência doméstica e familiar, o feminicídio e como estes têm sido constantes na vida das mulheres negras no Brasil.

Para tal, se faz necessário conceituar a violência contra mulher que, como bem pontua Queiroz (2015) “ [...] trata-se de um fenômeno que atinge todas as mulheres, de diversas classes, geração , raça/etnia, orientação sexual e de gênero. A vítima na maioria das vezes mantém laços de afetividade com o agressor, o que as torna mais vulneráveis às diversas práticas de violência, que ocorrem na maior parte dos casos no âmbito doméstico. É pertinente que mencionemos também que, a violência contra a mulher é multiforme e abarca todas as formas de ameaça e/ou atos que “as infligem, na vida privada ou pública, bem como, os sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos e discriminações com a intenção de intimidar, punir e humilhar, ferindo a integridade física e subjetiva das mulheres agredidas”.

A violência doméstica se constitui numa violação dos direitos humanos da mulher e um grave problema de saúde pública, que resulta de relações complexas, hierarquizadas e sobretudo sexistas. Queiroz (2015) menciona ainda, que a violência contra mulher ganhou

¹⁰⁹ Disponível em: <https://assedio.cite.gov.pt/o-assedio-no-trabalho/algumas-consequencias-do-assedio/#:~:text=O%20ass%C3%A9dio%20pode%20provocar%20stresse,podendo%20at%C3%A9%20conduzir%20ao%20suic%C3%ADdio.>

foco por meio das lutas feministas da década de 1970, se ampliando na década de 1980 acarretando na criação de serviços de proteção às mulheres vítimas de violência.

Atualmente o Brasil conta com a Lei 11.140/06 que se popularizou como a lei Maria da Penha. A mesma tipifica cinco tipos de violência: física, sexual, psicológica, patrimonial e moral e, em se tratando de Brasil, a mulher negra é o alvo preferencial.

Para além do já mencionado, é preciso (mesmo que pareça óbvio) que pontuamos que nenhuma mulher “apanha porque quer ou gosta”, nenhuma mulher “escolheu viver assim” e nenhuma mulher “mereceu apanhar”. Frases como estas, ditas corriqueiramente no meio de uma conversa, como se não representasse nada, são bem comuns e fomentam diariamente o ciclo de violência dificultando a denúncia e a realização de ações preventivas.

Questiona-se então, por quais razões a vítima não afasta-se de seu agressor e, sobre isso, Queiroz (2015, p.7) nos diz que:

[...]é importante compreendermos que as mulheres não são vítimas passivas da violência. Para serem cúmplices da violência, as mulheres teriam que ter a mesma quota de poder de que goza o homem na sociedade. Elas, de uma forma ou de outra, reagem à violência, variando as estratégias e sonham com um mundo em que elas sejam valorizadas e respeitadas, um mundo sem violência. Detendo parcelas inferiores de poder; as mulheres, na maioria das vezes, não têm sequer condições de barganha.

A mulher que vivencia um relacionamento abusivo, não conhece de imediato seu agressor, ao contrário, este encoberto nas “vestes” de “bom moço” demonstra ser seu “príncipe encantado” fazendo com que a mulher se apaixone e não perceba que sutilmente ele domina todos os âmbitos de sua vida. E esta, quando percebe-se vitimada pelas mais variadas formas de violência não consegue libertar-se tão facilmente. O cenário é bastante complexo para a mulher, que na maioria das vezes encontra-se em desvantagem, essa realidade pode ser percebida nos números apresentados na seção anterior deste texto, no qual as mulheres têm salários mais baixos, são a grande maioria em taxa de desemprego ou de empregos informais e, acrescentamos ainda, a dificuldade de alcançar cargos de chefia, muito embora sejam maioria no sistema educacional.

Pontuamos ainda que a violência não acontece do “dia para a noite”, mas na realidade, trata-se de um ciclo que ocorre de forma lenta e compassada, na qual divide-se em três fases, sendo a primeira o momento de acúmulo da tensão, onde ocorrem ofensas, humilhações e provocações, o segundo, o momento da explosão da tensão, marcado pelas violências físicas e sexuais e a terceira, denominada de “lua de mel” (QUEIROZ, 2008) que é o momento dos pedidos de desculpas, no qual o agressor utiliza-se da manipulação para convencer a vítima a não denunciar e muitas vezes as culpabiliza.

Mediante a manipulação e o afastamento das mulheres em situação de violência de sua rede de sociabilidade, seja de amigos e/ou de familiares, torna-se mais difícil romper laços com seu agressor. Em inúmeros casos a mulher tem filhos/as e teme perdê-los ou não

conseguir provê-los, tem-se ainda sobre si as marcas de uma sociedade machista e opressora que lhes diz desde jovem como deve ser, como deve agir, quais suas obrigações e etc.

3.1 Mulheres negras e o ciclo de violências: da “lua de mel” ao feminicídio.

O assédio sexual, não pode deixar de ser visto também como um tipo de abuso e, em se tratando da violência, as mulheres negras carregam um alvo na cor desde seu nascimento. Adentramos mais especificamente nas violências domésticas e familiares e o feminicídio¹¹⁰. Em termos gerais, a violência motivada pelo sexo engloba, segundo Queiroz (2015, p. 7), “[...] todos os atos que pela ameaça, ou força, as infligem, na vida privada ou pública, bem como, os sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos e discriminações com a intenção de intimidar, punir e humilhar, ferindo a integridade física e subjetiva das mulheres agredidas”.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), os feminicídios correspondem a 29,6% dos homicídios dolosos entre mulheres no ano de 2018. Traçando-se ainda um perfil, tem-se como vítima de maior vulnerabilidade a mulher negra, sendo elas 61% contra 38,5 brancas. O Atlas da Violência de 2021, registrou que no ano de 2019, 3.737 mulheres foram vítimas fatais de violência, sendo 66% mulheres negras. Em 2018, no Brasil, uma mulher foi assassinada a cada duas horas, o que significa um total de 4.519 vítimas. Percebemos a partir desses dados, uma redução no número de mortes entre os anos, entretanto, essa diminuição ocorre somente entre mulheres não negras, expressão direta do racismo estrutural, como bem apresenta os dados. “Analisando-se o período entre 2008 e 2018, a diferença fica ainda mais evidente: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%” (ATLAS, 2020, p.37).

De acordo com o Atlas da Violência de 2018, os dados também são impactantes e que nos direcionam a outro tipo de violência, a sexual. De maneira breve, temos que:

“Em relação à raça/cor das vítimas, a proporção de casos de estupro cuja pessoa se identifica como branca caiu de 2011 até 2014. [...] Todavia, entre vítimas que se identificam como pessoas pardas, os casos cresceram em uma variação de 4,5%, envolvendo 45,3% dos casos” (ATLAS, 2018, p. 64).

Dados similares aos apresentados até aqui, são reafirmados pelo Instituto Sangari que demarca um perfil preferencial, sendo elas meninas e mulheres negras. O Censo IBGE (2018) aponta que, “Entre as mulheres, as pretas ou pardas tinham maiores taxas de homicídio que as mulheres brancas, tanto no domicílio, quanto fora dele” (IBGE, 2018, p.11).

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) nos traz que no ano de 2021 foram registradas 230.861 agressões por violência doméstica; 66.020 estupros; nesse mesmo ano

¹¹⁰ Assassinato de mulheres em contexto discriminatório. “O feminicídio é a expressão fatal das diversas violências que podem atingir as mulheres em sociedades marcadas pela desigualdade de poder entre os gêneros masculino e feminino e por construções históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais discriminatórias”. (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2016). A Lei que penaliza este ato de violência extrema e o torna crime hediondo é a LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015. (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm).

“Os casos de assédio somaram 4.922, aumento de 2,3% e, importunação sexual foram 19.209, aumento de 9% em relação ao ano anterior”. A pesquisa acrescenta ainda que “Foram registrados 1.341 casos de feminicídio, sendo que 68,7% das vítimas tinham entre 18 a 44 anos, 65,6% morreram dentro de casa e 62% eram negras”.

No que diz respeito ao ano de 2022, o Monitor de Violência¹¹¹, demonstra que o Brasil teve um aumento de 5% nas taxas de feminicídio em comparação a 2021. Foram 14,1 mil mulheres mortas, o que é uma mulher morta a cada 6 horas, dos 3.930 assassinatos que ocorreram neste mesmo ano, 1.410 são registros de feminicídios.

No que diz respeito ao perfil étnico, o FBSP (2023, p.26) destaca que “O perfil étnico racial indica maior prevalência de violência entre mulheres negras (29,9%) do que entre brancas (26,3%)”, a pesquisa pontua ainda que as mulheres negras também são as vítimas mais recorrentes no que diz respeito à violência severa “espancamento (negras com 6,3% e brancas com 3,6%) e ameaça com faca ou arma de fogo (negras com 6,2% e brancas com 3,8%)”.

Percebemos que a mulher é sempre destino da violência, contudo, essa centralidade se aprofunda ainda mais quando se trata das mulheres negras. Esta última, mediante sua cor e parafraseando Carneiro (2003), são acometidas de violências que constroem sua imagem, inibem sua sexualidade, exilam sua representatividade e são quase, senão tão, cruéis quantos as que se popularizaram e foram mencionadas no início dessa discussão.

3 CONCLUSÃO

Mediante o levantamento de dados realizado foi possível apreender por meio dos dados coletados e à luz das categorias que o fundamentam que, as mulheres negras ao longo da história foram marginalizadas e violentadas das mais diversas formas, sendo submetidas a trabalhos insalubres e subalternizados, sofrendo assédios e importunações, realizando jornadas de trabalho extensiva e intensivas para garantir sua sobrevivência e de sua família, recebendo salários inferiores que os homens e mulheres brancas, bem como são as principais de vítimas de violências e feminicídios.

Apesar de na atualidade termos uma maior visibilidade social em torno destas problemáticas, podemos inferir mediante os dados expostos, que as mulheres negras continuam sendo o alvo preferencial de violências e discriminações, sendo este segmento o que tem mais dificuldade de acesso aos seus direitos, podendo, inclusive serem revitimizadas ao tentar acessá-los, tendo suas dores amenizadas ou invalidadas, fruto do racismo e patriarcado estruturais que fundamentam a sociedade brasileira.

¹¹¹ Parceria entre a Globo, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O racismo e a discriminação estão consolidados na nossa sociedade, na forma que o Estado organiza suas relações de poder, de tal forma que há uma naturalização. Com base no esforço e manutenção dos privilégios da branquitude, é que o racismo estrutural se solidifica e perpassa todo o inconsciente coletivo, podendo ser observado nas relações pessoais, nas desigualdades, no acesso às políticas públicas e aos direitos sociais. Sendo o racismo um dos fatores estruturantes da nossa sociedade, as mulheres negras ao serem perpassadas também pelo sexismo, é o grupo que sofre mais com a discriminação e violência.

REFERÊNCIAS

- ABREU DE OLIVEIRA, F.; MARQUES DE QUEIROZ, F.; DINIZ, M. I. **Divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres no contexto da pandemia da Covid 19**. Revista Inter-Legere, [S. l.], v. 3, n. 28, p. c21486, 2020. DOI: 10.21680/1982-1662.2020v3n28ID21486. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21486>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo. Pólen, 2019. Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 12/04/2023.
- BRASIL. **LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006** - Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 20/04/2023.
- CARNEIRO, S. (2003). **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, 17(49), 117-133. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2018** Rio de Janeiro: FBSP, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2018>.
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2020**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>.
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>.
- DIEESE. **A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho**. São Paulo. Novembro, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/boletimPopulacaoNegra2022.html>. Acesso em: 27/04/2023.
- FEIJÓ, Janaina. **A participação das mulheres negras no mercado de trabalho**. In: FGV IBRE. Julho, 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 28/04/2023.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, edição 2019, n. 13. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em 10 fev. 2022.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível E Invisível: a Vitimização De Mulheres No Brasil**. 4ª EDIÇÃO - 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 29/04/2023.
- GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1984, p. 223-244.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA & FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Orgs.) **Atlas da violência** (2019). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_20.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas . Informação demográfica e socioeconômica Nº 41. ISBN 978-85-240-4513-4. IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatística de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e sócioeconômica Nº 38. ISBN 978-65-87201-51-1 IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2ª ed. Nº48, ISBN 978-85-240-4547-9. IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **A pauta é violência e assédio contra mulheres no trabalho**. Ratifica. C190. Fevereiro, 2022. Disponível em: https://www.naosecale.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/IPG_Guia_ApautaeViolenciaeAssedioContraMulheresNoTrabalho_2022.pdf. Acesso em: 18/04/2023.

IPEA; FBSP. **Atlas da violência** 2019. Orgs. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível Em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf Acesso em 10 março. 2019.

LAGE, Mariana Luísa da Costa; SOUZA, Eloisio Moulin de. Da cabeça aos pés: racismo e sexismo no ambiente organizacional. **Revista de Gestão Social e Ambiental** - São Paulo, p. 55-72, dez. 2017. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/1378/pdf>.

LINHARES, Kleiton. O CORPO DA MULHER NEGRA: a dualidade entre o prazer e o trabalho. In: **IV Simpósio Internacional de Educação Sexual: feminismos Identidade De Gênero E Políticas Públicas**. Unioeste. 2015, Paraná.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de et al. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. **J. Hum. Growth Dev.**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 139-146, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822016000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 abr. 2023. <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.119238>.

MARQUES, Léa et al. **Informalidade**: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. 26 p. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/sites/5/2018/08/Informalidade-final.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

NOGUEIRA, Leonardo. As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista. In: Leonardo Nogueira, Erivan Hilário, Thaís Terezinha Paz e Kátia Marro (orgs.). **Hasteamos a bandeira colorida – diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO Contínua (PNAD Contínua). **Outras Formas de Trabalho 2019**. IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf.

PNAD (contínua). **Outras formas de trabalho 2018**. IBGE, 2019. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/05/relatorio-ibge-outras-formas-de-trabalho-2018.pdf>. Acesso em: 20/11/2022.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Violência contra a Mulher**: o “pessoal é político”. Mossoró, Mimeo. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1976. 384p.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo. 2a ed. - Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SILVEIRA, Clara Maria Holanda; COSTA, Renata Gomes de. **Patriarcado e Capitalismo**: Binômio Dominação-Exploração nas Relações de Gênero. 2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/PATRIARCADO_E_CAPITALISMO_BIN%C3%94MIO_DOMINA%C3%87%C3%83O-EXPLORA%C3%87%C3%83O.pdf. Acesso em: 14/04/2023.

VELASCO, Clara; GRANDIN, Felipe; PINHONI, Marina; FARIAS, Victor. Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>. Acesso em: 24/04/2023

DIEESE. **A inserção das mulheres no mercado de trabalho**, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html>. Acesso em: 24/04/2023.

PNAD (contínua). **Distribuição de pessoas desocupadas por idade 2022**. IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=36340>. Acesso em: 24/04/2023.

CAPITALISMO E PATRIARCADO NA VIDA DE MULHERES NEGRAS: A IMPORTÂNCIA DO FEMINISMO NEGRO

Damylle Cristiane de Oliveira Lima¹¹²

Gabriela Soares da Silva¹¹³

Ligya Pereira Rocha¹¹⁴

Resumo: O presente artigo busca dissertar e problematizar sobre o cotidiano da mulher negra diante uma sociedade que a discrimina e exclui, destacando o contexto histórico e as principais opressões presentes diariamente na vida dessas mulheres. Ao discorrer sobre o assunto é perceptível que há desafios e conquistas na luta contra o capitalismo, patriarcado e o racismo. Por meio de pesquisa bibliográfica, este estudo discute os rebatimentos desses sistemas na vida das mulheres negras e como o feminismo negro se coloca como ferramenta de organização e enfrentamento.

Palavras-chave: Capitalismo; Patriarcado; Racismo; Feminismo negro.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como principal objetivo abordar sobre a resistência das mulheres negras face a opressão dos sistemas capitalista, patriarcal e racista, destacando o papel do feminismo negro na representação dessas mulheres, dando ênfase na verdadeira história da sociedade brasileira, mostrando que desde os primórdios pessoas negras são exploradas e marginalizadas. No Brasil, a abolição da escravidão ocorreu no ano de 1888, mas isso não significou que negros deixassem de ser explorados, excluídos, oprimidos e silenciados no meio social, tendo em vista que o racismo não é unicamente estruturado pela economia, mas culturalmente. Desse modo, o racismo se tornou estrutural na sociedade brasileira. Almeida (2018) defende a discussão sobre racismo a partir de três perspectivas: *individualista*, que compreende essa opressão como patologia; *institucional*, que aponta o racismo como algo relacionado à forma como funcionam as instituições; e, por último, *estrutural*, que além de

¹¹² Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); E-mail: damyllecristiane@gmail.com

¹¹³ Assistente Social. Professora do Curso de Serviço Social (UERN). Mestre em Serviço Social e Direitos Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGDSSS/UERN). Graduada em Serviço Social (UECE). E-mail: gabrielasoaes@uern.br

¹¹⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); E-mail: ligyapereirarochoa@gmail.com

compreendem a opressão racial como violência que está além de uma ação individual, entende que o funcionamento das instituições responde à necessidade de manutenção da ordem.

Partindo para a realidade da mulher negra no Brasil, configura-se que além do racismo, o sexismo é uma expressão tão presente quanto. Ambos tendo como principais mediadores o capitalismo e o patriarcado, no qual são sistemas que juntos intensificam as explorações e opressões. Sistemas esses que têm a desigualdade de gênero, raça/etnia e classe como funcionais para o seu desenvolvimento e que estruturam uma pirâmide sociorracial, demarcada por determinantes de uma desigualdade na qual a mulher negra se encontra na base e precisa lutar para mudar a condição de vida que as desvantagens sociais lhe impõem e, como disse Angela Davis (2017): "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo".

O presente estudo tem como metodologia uma pesquisa bibliográfica, com base em leituras de autoras feministas que debatem acerca do assunto. Desse modo, objetiva discutir sobre a realidade das mulheres negras no capitalismo e a importância que o feminismo negro representa na organização e luta por direitos básicos e essenciais na vida dessas mulheres.

2 CONTEXTO HISTÓRICO: CAPITALISMO, PATRIARCADO, RACISMO

Capitalismo¹¹⁵, patriarcado¹¹⁶ e racismo¹¹⁷ são sistemas que possuem uma correlação, operando de várias formas e níveis para manter a desigualdade, opressão e exploração que afetam diretamente grupos marginalizados. "Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação, exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo" (SAFIOTTI, 1987).

O capitalismo tornou evidente as desigualdades que permeiam nossa sociedade na medida em que foi crescendo, apontando a divisão entre classes, gênero e raça, mantendo

¹¹⁵ O capitalismo é um modo de organizar a economia, isto é, a produção e a troca de bens e serviços. Uma economia capitalista reúne três elementos-chave, que a definem: a propriedade privada dos meios de produção, o mercado de trabalho e a troca de produtos num mercado visando ao lucro (BOITEMPO, 2012).

¹¹⁶ Saffioti (2004) considera que o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. A ordem patriarcal de gênero admitiria então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina.

¹¹⁷ Grada Kilomba (2019) define racismo lhe atribuindo três características: a primeira é a construção *de/da diferença*. A pessoa é vista como "diferente" devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa. A segunda característica é: essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos. Não só o indivíduo é visto como "diferente", mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade. Por fim, ambos os processos são acompanhados pelo poder histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o racismo é a supremacia branca.

uma ordem social na qual trabalhadores, mulheres e pessoas negras estão sempre em desvantagem por não possuírem muitos bens, direitos sociais básicos como alimentação, educação, saúde, trabalho digno, acesso a políticas públicas. Conforme demonstra a Síntese dos Indicadores Sociais (2022), documento elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que analisa as condições de vida da população brasileira:

Em 2021, a população ocupada de cor ou raça branca ganhava, em média, 73,4% mais do que a de cor ou raça preta ou parda e os homens, 25,0% mais que as mulheres (Gráfico 10 e Tabela 1.38). Os resultados indicam uma desigualdade estrutural, dado que esses diferenciais, salvo pequenas oscilações, foram encontrados em todos os anos da série, de 2012 a 2020. Destaca-se também que as atividades econômicas que, historicamente, apresentam os menores rendimentos médios – Serviços domésticos, agropecuária e Construção – são as que possuem, proporcionalmente, mais pessoas ocupadas de cor ou raça preta ou parda (IBGE, 2022, p. 24).

Dialogamos com esses dados, especificamente, embora o documento nos forneça uma gama de outros elementos, por entendermos que em uma sociedade na qual o capital dita a ordem das coisas, quem tem menos não tem lugar.

O patriarcado possibilita aos homens privilégios e poder sobre a mulher, ou seja, a supremacia masculina é notável dentro desse sistema, já que os homens têm mais oportunidades de adentrar ao mundo do trabalho e ascender socialmente do que as mulheres, que acabam restritas a figura de “mãe”, “dona de casa”, “cuidadora da família”, sempre inferiorizadas e subordinadas, sem possibilidade de crescimento social. Mas quando as mulheres sobressaem os homens, os ataques misóginos bombardeiam a vida dessas mulheres; as que decidem sair da condição que lhes foi imposta ao nascer, a de subserviência. Somando a isso, em sua totalidade, o patriarcado, assim como no sistema capitalista e toda a sociedade, tem uma supremacia branca.

A sociedade não comporta uma única contradição. Há três fundamentais, que devem ser consideradas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi-se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais (SAFFIOTI, 2000).

O racismo é um sistema de discriminação e opressão baseado na crença na superioridade de pessoas de determinada raça ou cor de pele. O racismo tem sido usado historicamente como uma ferramenta para justificar a exploração e opressão de pessoas de cor preta, parda ou outra etnia e tem sido fomentado pela ideia de que certas raças possuem características inatas superiores a outras.

O racismo trata de reunir em seu bojo um conjunto de noções preconcebidas que dão valor maior a certos seres humanos de acordo com sua matriz racial. Tal crença foi utilizada como justificativa nos processos de escravidão de muitos povos e pelo complexo de inferioridade que hoje encontramos na sociedade, de um povo com relação a outro. Assim, o racismo é uma ideologia que, em linhas gerais, classifica e hierarquiza indivíduos em função de seu fenótipo, numa escala de valores que tem o

modelo branco europeu ariano como o padrão superior e, do outro lado, o modelo negro africano como o padrão inferior (THEODORO, 2014 *apud* SILVA, 2018, p. 32).

3 HIERARQUIA DE GÊNERO E RAÇA: COMO SE ESTRUTURA A PIRÂMIDE SOCIORRACIAL

A sociedade é estruturada com base em fatores raciais e étnicos, na qual a distribuição desigual do poder, recursos e oportunidades entre os diferentes grupos raciais ou étnicos em uma sociedade determina como o indivíduo é visto e tratado, ou seja, é naturalmente estruturado pelas classes. No entanto, existe uma hierarquia dentro dessas classes que se concretiza diante dos determinantes poder e raça, podemos chamar de pirâmide sociorracial, que se apresenta assim; homens brancos, homens negros, mulheres brancas e mulheres negras, evidenciando que sempre será mais difícil para a mulher negra sair da condição que lhe é imposta.

Cada uma das particularidades estruturantes da classe -sexo- -"raça"/etnia, dialeticamente, imprime determinações e implicações diferenciadas para as mais variadas frações que compõem a classe trabalhadora. Assim é que as mulheres brancas ganham salários inferiores aos dos homens brancos e superiores aos das mulheres negras e aos dos homens negros. Há, portanto, uma nítida hierarquia que revela desigualdades no interior de uma mesma classe. Tal hierarquia da estrutura da desigualdade social segue a seguinte ordem: homens brancos, mulheres brancas, homens negros (e pardos) e mulheres negras (CISNE, 2018, p. 37).

Notoriamente, no topo da pirâmide, estão os indivíduos com mais poder, privilégios e recursos, enquanto na base estão aqueles com menos acesso a esses recursos e oportunidades. Esta pirâmide pode ajudar a destacar as disparidades entre grupos étnicos e raciais em relação à educação, emprego, renda, moradia, justiça criminal e outras áreas importantes da vida social e inclusive destaca como o gênero e a raça passam a ser condições determinantes para entendermos a situação de vida dos sujeitos.

Desde o período escravocrata, mulheres negras são inferiores aos homens negros. O homem escravizado era mais caro, as mulheres eram usadas como objetos sexuais, em forma de subve. O homem negro escravizado foi primordialmente explorado como trabalhador do campo, porém a mulher negra foi explorada como trabalhadora do campo, em atividades domésticas, como reprodutora e como objeto para assédio sexual perpetrado pelo homem branco (HOOKS, 2020, p. 47).

Dado o exposto, ao analisar sobre como a mulher negra é oprimida tanto pelo racismo, quanto pelo sexismo, é notório como a desigualdade sexual se torna bastante forte e presente na vida delas. Tendo em vista que muitas vezes se idealiza que elas sofrem somente pelo preconceito étnico racial, essas mulheres enfrentam dificuldades que vão além do racismo, pois sofrem duplamente, por ser mulher e por ser negra. Essa base sexista era a forma de explorar as mulheres sexualmente, pois na escravidão elas eram vítimas de abusos sexuais, seus corpos eram explorados tanto quanto sua mão e obra, desse modo, sempre sendo

associadas como reprodutoras. Até os dias atuais as mulheres negras são vistas como mães, empregadas domésticas, dificilmente ocupam espaços de trabalho em áreas profissionais, são altamente exploradas e sexualizadas. A supremacia branca é palpável quando percebemos que na nossa sociedade as mulheres negras podem ser vistas como figuras importantes, mas nunca como “estrelas”.

No ensaio “Mulher Negra no Brasil”, Lélia Gonzalez traz ao centro da discussão quais são as experiências atribuídas e, por vezes, as únicas acessíveis às pessoas negras brasileiras, as quais partem de um posicionamento cultural/estrutural. No que se refere especificamente às mulheres, a autora afirma:

Nesse contexto, as experiências das mulheres negras são bastante significativas: não é raro que uma dona de casa negra de classe média, quando atende a porta, seja surpreendida por um vendedor que insiste em falar com sua patroa. Ou, ainda mais comum, quando porteiros de prédios de classe média alta ou burguesa impeçam mulheres negras de usarem a entrada principal, insistindo para que usem a porta de serviço. Em ambos os exemplos, o estereótipo estabelece a relação: mulher negra = trabalhadora doméstica. O ditado “branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar” é exatamente como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha e é superexplorado economicamente, ela é a faxineira, arrumadeira e cozinheira, a “mula de carga” de seus empregadores brancos; como um corpo que fornece prazer e é superexplorado sexualmente, ela é a mulata do Carnaval, cuja sensualidade recai na categoria do “erótico-exótico” (GONZALEZ, 198-, p.170).

4 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A LUTA CONTRA A OPRESSÃO

Tendo como base o artigo “Racializando o feminicídio e a violência de gênero: reflexões sobre a experiência brasileira”, da autora Márcia Bernardes, podemos destacar que os movimentos feministas transnacionais e brasileiros lutaram por décadas para que os direitos das mulheres fossem compreendidos como direitos humanos, e, nessa luta, a discussão sobre violência de gênero se tornou uma das mais importantes pautas dentro dos diversos movimentos feministas, exigindo o reconhecimento das mulheres como sujeitas de direitos humanos, pois, até então a mulher era vista pela ótica da servidão, sem ser portadora de nenhum direito, apenas de deveres. Os movimentos exigiam a formação de políticas públicas eficazes, capazes de superar de fato as discriminações e violências contra as mulheres, presentes nas práticas, nas mentalidades e nos costumes das sociedades.

O movimento feminista no Brasil, a partir da década de 70 foi marcado por oposições vinculadas as políticas do país desde a ditadura militar. Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU), promoveu o Ano Internacional da Mulher, onde as atividades e reuniões foram voltadas para as mulheres acerca da posição da mulher na sociedade, como ressalta Leila Barsted:

Com a inauguração, em 1975, pelas Nações Unidas da chamada década das mulheres e a realização da I Conferência Internacional das Mulheres, no México,

esses grupos feministas se empenharam para provocar, no Brasil, a repercussão da temática dos direitos das mulheres (BARSTED, 2016, p.18).

Em meio às diversas lutas e reivindicações dos movimentos feministas, a mulher pôde expressar-se e ocupar espaços, até então, ocupados por homens. Além de, conquistar direitos igualitários, o reconhecimento e o respeito às diferenças existentes entre homens e mulheres.

No Brasil o feminismo negro surge no final da década de 1970, sendo um movimento social que busca combater as opressões e a discriminações sofridas por mulheres negras. O seu surgimento se dá quando mulheres negras passam a questionar sua invisibilidade no movimento feminista, tendo em vista que as pautas deste movimento não abordavam suas especificidades, pois tinha uma visão racista, sem discussões de recorte social, sendo totalmente voltado a pautas que contemplavam apenas mulheres brancas.

A mulher negra se insere na sociedade sofrendo o peso da dupla discriminação, raça e gênero, visto que a tomada de consciência de que a mulher negra experimenta um conjunto de desvantagens sociais que resultam em uma posição social inferior à da mulher branca. Desse modo, as lutas e necessidades das mulheres negras são divergentes, pois suas opressões são além de gênero, engloba o racismo e o sexismo. Assim, a criação de um movimento que discuta as questões de mulheres negras se fez necessário para o combate ao racismo e ao sexismo, além da luta por direitos básicos e essenciais que são cotidianamente negligenciados, como educação, saúde, mercado de trabalho e entre outros, de qualidade.

As opressões racistas e sexistas se operam de maneiras multifacetadas e provocam injustiças de natureza cultural e econômica, atingindo a autoestima, autorrespeito e a plena satisfação dos direitos fundamentais civis, políticos, sociais, econômicos e culturais das mulheres negras (ALMEIDA, 2020, p. 5).

Com isso, em 1988 foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) no Rio de Janeiro, onde estiveram presentes 450 mulheres negras de vários Estados do País, voltado para os debates e reflexões sobre a temática, deixando em evidência a necessidade da participação da mulher negra na sociedade, segundo Carneiro:

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. "Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados (CARNEIRO, 2003, p. 01).

Assim, temos a importante participação das mulheres negras na luta por seus direitos, e a quebra dos paradigmas sociais que elevavam as mulheres de cor ao patamar de serviçal. E trazendo para o âmbito político as demandas e contradições em torno da mulher negra, que carrega consigo a carga de uma dupla opressão. Dessa forma, discutir o peso da questão

racial na configuração dessa sociedade desigual tornou o movimento feminista mais representativo quanto ao conjunto de mulheres brasileiras.

A partir dessa organização das mulheres negras foi possível considerar um avanço nas articulações e diálogos no interior do movimento feminista, verificando o reconhecimento em cessar com a invisibilidade negra, e conscientizando a respeito das diferenças femininas. A militância negra foi ganhando corpo, rompendo com a não representação e fazendo história, grandes ativistas como Thereza Santos e Sueli Carneiro engajadas na luta feminista e anti-racista se dedicaram a produção de conteúdo que fomentava discussões desconsideradas pelas mulheres brancas (COELHO *apud* GOMES, 2015, p. 8-9).

Sobre essa desconsideração, Carneiro (2013) visualizava a urgência de mudanças, tendo em vista a perspectiva estrutural da opressão racial, essencialmente para as mulheres negras, conforme já demarcado anteriormente nesta produção. Para a autora:

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (CARNEIRO, 2013, p. 3).

Assim, corroboramos com os elementos acima apontados, reconhecendo que a organização das mulheres negras e o surgimento do feminismo negro representa um conquista e, também, uma possibilidade de re-existência; do pensar e construir uma outra possibilidade de construção para essas mulheres que se encontram em suas similares e, muito além disso, ultrapassam a “sororidade”, unindo-se pela “dororidade”, conceito cunhado por Vilma Piedade, que identifica o encontro das mulheres negras a partir “de dores que só elas reconhecem”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher tem que lutar durante toda a vida por seus direitos, como alimentação, educação, saúde, moradia, dentre tantas outras coisas, a mulher negra tem sua particularidade e chega nessa luta com uma carga bem maior, pois, enquanto a mulher branca luta por tudo isso, a mulher negra primeiramente vai ter que lutar por sua liberdade da condição de servil. A supremacia branca está presente dentro do movimento, precisa-se extinguir o classismo entre as mulheres, no qual a mulher branca adquire direitos e poder sem criticar o racismo que existe na sociedade. É necessário saber reconhecer que para além da luta por direitos comuns, a luta por igualdade racial tem que ser de todas, para uma sociedade que é justa independentemente da cor da sua pele.

Todavia, na contemporaneidade, os movimentos feministas seguem se reinventando a cada dia na pele de mulheres que encorajam umas às outras para mostrar como são afetadas pela desigualdade social, política, histórica e econômica. Embora tenham conquistado inúmeros direitos, percebemos que a luta não parou e continua sendo uma luta pela igualdade social. Uma luta que ainda busca, sanar com os diversos tipos de desigualdades, preconceitos e discriminações associadas à figura da mulher.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ceila. **Feminismo Negro: luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil**. Belo Horizonte: Dialética, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.
BARSTED, L.L. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, C.M.B.; TAVARES, M.S. comps. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 17-40.

BERNARDES, Márcia. **Racializando o feminicídio e a violência de gênero: reflexões sobre a experiência brasileira**. p. 1 - 28. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/serie_anais_de_seminarios/volume2/anais_de_seminarios_da_emerj_volume2_163.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, vol-2. 2018.

COELHO, Andreza; GOMES, Sansarah. **O movimento feminista negro e suas particularidades na sociedade brasileira**. São Luís, p. 2 - 8. agosto, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/o-movimento-feminista-negro-e-suas-particularidades-na-sociedade-brasileira.pdf>. Acesso em: 03 mai 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Pernambuco, NEABI, 2020, p. 1 - 10. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2023.

COSTA, Renata Gomes da; SILVEIRA, Clara Maria Holanda. **PATRIARCADO E CAPITALISMO: BINÔMIO DOMINAÇÃO-EXPLORAÇÃO NAS RELAÇÕES DE GÊNERO**. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/PATRIARCADO_E_CAPITALISMO_BIN%C3%94MIO_DOMINA%C3%87%C3%83O-EXPLORA%C3%87%C3%83O.pdf. Acesso em: 04 mai. 2023.

DAVIS, Angela. **Angela Davis ao vivo - “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”**. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador. 2017. 1 vídeo (2h36min45s). Publicado por TVE Bahia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2vYZ4IJtgD0&feature=emb_title. Acesso em: 03 mar. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

PESCHANSKI, João Alexandre. **Capitalismo, uma definição**. Boitempo, 21. Jun. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/05/21/capitalismo-uma-definicao/> Acesso em: 04 mai. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?** Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 73.

BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÓFONO: UMA APROXIMAÇÃO¹¹⁸

Antoinette Madureira¹¹⁹

RESUMO: O artigo trata sobre algumas das bases teórico-metodológicas do feminismo materialista francófono, em especial um elemento de cunho epistemológico – o *rapport sociaux de sexe* e um conjunto de elementos de base antropológica – em especial questões elencadas por Maurice Godelier em torno da dominação e hierarquia de homens sobre mulheres em sociedades ditas igualitárias, presente em simbolismos mitológicos nativos. O trabalho defende que tanto o *rapport sociaux de sexe* quanto as proposições de Godelier podem ser apreendidos enquanto elementos fundacionais do pensamento do feminismo materialista francófono, não obstante operem em lugares de análise distintos: epistemológico e simbólico, respectivamente.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo Materialista Francófono; Epistemologia; Mitologia; *Rapport Sociaux de Sexe*; Godelier.

1 INTRODUÇÃO

Neste texto apresento uma primeira aproximação ao meu estudo em torno das bases teóricas do feminismo materialista francófono. Ele é parte de uma proposta de pesquisa mais geral, em torno da contribuição de Jules Falquet para a atualidade do debate epistemológico feminista¹²⁰. No entanto, antes de me deter especificamente na apreensão do pensamento

¹¹⁸ Trata-se de proposta de estudo para curso de pós-doutoramento em Serviço Social. O estudo se encontra em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN.

¹¹⁹ Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Doutora em Antropologia. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS da UFRN. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais - PPGSSDS da UERN, sob a supervisão da Profa. Dra. Fernanda Marques de Queiroz. E-mail: antoinette.madureira@ufrn.br

¹²⁰ Jules Falquet é uma pesquisadora francesa da área de ciência política; é também feminista materialista, lésbica, militante feminista e professora do Departamento de Filosofia da Universidade de Paris 8. Suas reflexões abrangem uma complexidade de temas, sempre sob um ponto de vista situado e trazendo como baliza o feminismo materialista francófono, que fecunda as suas análises sobre a realidade das mulheres. Dentre as muitas temáticas abordadas por Falquet estão reflexões sobre os processos de colonização e seus impactos sobre mulheres de povos originários, em especial da América Latina. Ela busca também apreender a presença de mulheres em processos revolucionários armados em contextos de colonização perpassados por situações de guerras, pós-guerras e de redemocratização, assim como discutir as diferentes tentativas de domesticar o movimento das mulheres e instrumentalizar "gênero". Seus estudos trazem uma preocupação em situar tais contextos sob o pano de fundo da mundialização neoliberal. Suas análises sobre epistemologia feminista versam de maneira geral em torno da imbricação e rearticulação dinâmica das *rapports sociaux de sexe*, classe e raça, entendendo-as em sua consubstancialidade e coextensividade e dentro da estrutura que a autora denomina de *combinatória straight* (FALQUET, 2019).

desta autora, entendendo como importante a tarefa de mapear as bases teórico-metodológicas do feminismo materialista francófono, sendo este o objeto deste texto¹²¹.

2 DAS BASES EPISTEMOLÓGICAS: A IDEIA FUNDAMENTAL DO *RAPPORT SOCIAUX DE SEXE*

O pensamento feminista materialista francófono surge entre as décadas de 1970 e 1980 na França num efervescente contexto de lutas feministas e é desenvolvido inicialmente em torno dos trabalhos de Christine Delphy, Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu, Monique Plaza, Monique Wittig, Colette Capitan, Emmanuelle de Lesseps, Paola Tabet¹²² dentre outras estudiosas que formam um "conjunto histórico-político específico" em torno da revista *Questions Féministes* (FERREIRA et.al., 2014; CISNE E GURGEL, 2014).

Este pensamento "fecundo, originário e radical" (FERREIRA et.al., 2014) buscou examinar o lugar das mulheres a partir de uma abordagem antinaturalista articulada a uma análise materialista (ABREU, 2014) e neste processo foi pioneiro em perceber a subordinação das mulheres a partir de uma análise de classe. A ideia principal desenvolvida pelo feminismo materialista francófono é a de que homens e mulheres não são grupos naturais, ou seja, não podem ser definidos a partir de sua biologia (corpos e hormônios, por exemplo), não detendo, pois, nenhuma essência que lhes assinale alguma identidade específica, devendo, sim, ser definidas/os historicamente e materialmente, ou seja, em termos de relações sociais concretas, aqui definidas como *rappports sociaux de sexe* (FERREIRA et.al., 2014).

Nos termos propostos neste debate, há que se evidenciar uma distinção entre *rappports sociaux* e *relations sociales*. Ainda que em português as duas expressões signifiquem *relações sociais*, em francês a diferença é que enquanto a expressão *relations sociales* designa relações interpessoais, cotidianas, que se dão em nível micrológico, em geral nos grupos de intimidade, familiares e de amizade, onde os conflitos podem de alguma maneira ser resolvidos de forma individual, as *rappports sociaux* designam relações que se dão em nível macro, amplo, em termos coletivos e impessoais, ou seja, em termos estruturais de uma sociedade. Para as autoras deste pensamento, importam, na análise destas *rappports* a organização social do trabalho das mulheres (FERREIRA et.al., 2014).

A partir da ideia de *rapport sociaux*, desenvolve-se a noção de que estas *relações* entre os dois grupos acima estabelecidos e entendidos como *realidades sociológicas* são relações

¹²¹ Em um momento seguinte, pretendo apontar o lugar de Jules Falquet na atualidade do feminismo materialista francófono, buscando evidenciar a especial contribuição desta autora em torno das discussões sobre patriarcado, modo de produção doméstico e apropriação dos corpos e do trabalho das mulheres (FALQUET, 2017).

¹²² Ainda que Paola Tabet produza mais recentemente, seus estudos dialogam com a atmosfera onde se faz a revista *Questions Féministes* (cf. FERREIRA et.al., 2014).

de classe. Aqui temos, pois a presença de duas *classes de sexo*: mulheres e homens, que mantêm uma relação antagônica e irremediável entre si, um antagonismo que só se poderá resolver com a dissolução das duas classes em uma futura sociedade, radicalmente distinta da nossa (FERREIRA et.al., 2014).

Esta proposição aparece nos trabalhos de Wittig et al. (1970), Delphy (1970) e Mathieu (1971), e defende, fundamentalmente, que mulheres e homens são, como já assinalado, realidades sociológicas, devendo ser estudados não isoladamente, e sim de maneira dialética e relacional (CISNE E GURGEL, 2014).

É a partir daí que temos o desenvolvimento de uma análise em torno especificamente do *trabalho* da classe das mulheres. Delphy (1970) defende que esta classe se constitui a partir de seu trabalho (reprodutivo, procriativo, sexual, emocional) no ambiente doméstico, a partir da instituição do matrimônio. Esta situação se encontra estruturada sob o que chama de modo de produção doméstico, a base do sistema patriarcal (ou patriarcado), que existe em paralelo com o modo de produção industrial, base do sistema capitalista (FERREIRA et.al., 2014).

Tomando também o mote da existência das mulheres enquanto classe social explorada, Colette Guillaumin (2014) defende que esta exploração se situa não apenas no ambiente privado da casa, sob o matrimônio, mas também no ambiente público, e para tanto desenvolve o conceito de *sexagem* (*sexage*, em francês). *Sexagem* é um termo que alia *servidão* (*servage*, em francês) e *escravidão* (*esclavage*, em francês), traduzindo o fato de que, para Guillaumin, as mulheres enquanto classe são apropriadas coletivamente por todos os homens enquanto classe, sendo esta uma apropriação que perpassa todas as dimensões de existência das mulheres, se fazendo tanto no corpo quanto no espírito e estando, por fim, próxima ao tipo de apropriação sofrido das pessoas escravizadas trabalhadoras das plantations no século XVIII na América do Norte (FERREIRA et.al., 2014).

É desta mesma autora a preocupação – também pioneira – em entender *raça* enquanto uma construção social – material – originada no processo histórico de escravização de populações levado a cabo pelo colonialismo desde o século XVIII, e fundado em processos de alteridade e naturalização destas populações (CISNE E GURGEL, 2014).

Se aproximando das proposições de Guillaumin, temos o trabalho de Monique Wittig (1992) em torno do que chama de "pensamento straight". Para ela, o *rapports sociaux de sexe* está fundado na heterossexualidade ou "pensamento straight", que seria tanto um sistema político quanto um dispositivo ideológico, e seria o responsável pela falsa ideia de que a natureza está cindida entre fêmeas e machos que se atraem mutuamente – a assim chamada

ideologia da diferença natural dos sexos¹²³. Para ela, tanto heterossexualidade quanto lesbianidade são escolhas e posições políticas. (CISNE E GURGEL, 2014).

Aqui já é possível dizer que o pensamento destas autoras se aglutina em torno do conceito de *rapports sociaux de sexe* e de sua centralidade na análise material (CISNE E GURGEL, 2014). Ora, a preocupação com a materialidade nas análises destas autoras deve-se muito à crítica que em seu conjunto efetuam ao essencialismo. Elas enfrentam o entendimento essencialista de que seria supostamente uma "base biológica" (fundada na capacidade que algumas mulheres têm de engravidar e parir) a raiz da subordinação das mulheres pelos homens, e a responsável por uma também suposta *diferença* entre os sexos.

O argumento essencialista é o de que esta base biológica (e, portanto, natural) estaria "por baixo" do gênero, e que este último, sim, seria social. Christine Delphy contra-argumenta com o fato de que, para ela, não há nada, na sociedade humana que possa ser afirmado como natural; nada "por trás" ou "por baixo" da realidade social: "o ser humano é social ou não é: este é o mundo que encontramos ao nascer e não há outro. (...) Não é que uma construção social [...] tenha efeitos sobre uma realidade social que existiria antes dela: [ela] é a realidade". (DELPHY s/d apud FERREIRA et.al., 2014).

Assim, bem antes de Judith Butler discutir criticamente a noção de natureza atravessando as análises sobre gênero, um conjunto de feministas francesas na década de 1970 já havia desenvolvido um fecundo e radical pensamento questionando a naturalização tanto do gênero quanto do sexo (CISNE E GURGEL, 2014)¹²⁴.

3 DAS BASES ANTROPOLÓGICAS: O PENSAMENTO DE GODELIER

Há ainda um conjunto de autores que me são caros aqui, por entender a importância de sua presença em algumas das teses do feminismo materialista francófono. Estes são Maurice Godelier – antropólogo marxista francês, crítico de Lévi-Strauss e de Freud – e Meillassoux, antropólogo francês. Aqui, trato brevemente da contribuição de Godelier para as teses de algumas das autoras do feminismo materialista francófono, deixando a contribuição de Meillassoux (1977 e 1995) para trabalhos futuros.

¹²³ Há um outro campo de pensamento, o do assim chamado "french feminism". Mantendo proximidade com autores como Barthes, Deleuze, Foucault e Lacan, este campo é formado por pesquisadoras diferencialistas-essencialistas, cujos nomes mais conhecidos são os de Luce Irigaray, Hélène Cixous e Julia Kristeva. Este campo defende a diferença natural entre os sexos, o que o leva, segundo Delphy a defender a heterossexualidade (CISNE e GURGEL, 2014).

¹²⁴ Um outro elemento central para as feministas materialistas é o seu entendimento de trabalho enquanto uma atividade complexa, que atravessa diferentes dimensões consubstanciais, e neste sentido as autoras analisam não apenas o trabalho produtivo, mas também o reprodutivo, o emocional, o sexual, o procriativo. Para tal, comparece em suas análises uma preocupação com a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe como pressuposto para o desvelamento das relações sociais que se dão no âmbito do trabalho. Para tanto, cf. Kergoat (2010).

Na verdade, é possível afirmar que o feminismo materialista francófono dialoga com o marxismo, ainda que nem todas as autoras que reivindicam este pensamento se identifiquem como marxistas. Porém, o que me interessa nesta sessão é o fato de que este pensamento traz desde seu surgimento certo imbricamento entre marxismo e antropologia; penso que deste diálogo resultam sínteses distintas.

Godelier busca apreender de que maneira em sociedades tradicionais, onde não há Estado e classes sociais, existem e operam as hierarquias sociais, em particular hierarquias no âmbito da família e particularmente a subordinação de mulheres por homens. Ainda que Godelier seja antropólogo, ele passa boa parte de sua carreira acadêmica se identificando ao marxismo¹²⁵, e neste sentido é que penso ser possível ler em Godelier seu desejo em tomar estas sociedades – em especial coletoras e caçadoras – para, sob certa inspiração engelsiana pensar as possíveis **origens** da subordinação de gênero.

Para o que importa aqui, vale elencar que para Godelier, a) relações de parentesco são também relações de produção (GODELIER, 1981) e b) há dominação de homens sobre mulheres mesmo em sociedades onde não existem classes sociais e nem Estado, e onde o que existe são diferenças entre famílias – ou clãs (GODELIER, 1969 e 1982). Mas Godelier vai mais além e tenta estabelecer de que maneira dentro mesmo das sociedades de coletores e caçadores – novamente: sem classes sociais, portanto sem propriedade privada – há a dominação de homens sobre mulheres.

Para tanto, ele toma um conjunto de mitos e de ritos de diferentes sociedades, analisando sobretudo os Baruya, de Nova Guiné exprimindo uma “centralidade original” das mulheres (em um suposto “passado distante”), o que teria então mudado – a partir de uma certa “incapacidade” das mulheres, o que teria desembocado então na justificativa em torno de seu atual disciplinamento e controle (GODELIER, 1982).

Em geral, os mitos Baruya afirmam que, “no passado”, as mulheres possuíam poderes muito superiores aos dos homens, em razão de serem “criativas”, já que tinham o “poder de criar” (isto é, gerar) e “alimentadoras” (por terem o poder de alimentar), e em razão destes poderes elas teriam inventado: a) as flautas (símbolos do poder de fazer “nascer e crescer crianças”, de onde tiravam lindos sons) e b) o arco e a flecha (que proporcionaria a caça de animais para o alimento do grupo) (GODELIER, 1982).

O mito continua relatando que os homens em determinado momento teriam sentido a “necessidade” de roubar as flautas das mulheres, pois estas “tocavam errado e as crianças não cresciam direito”, e também de se apropriar dos arcos e das flechas destas, sob a

¹²⁵ Considerando aqui uma perspectiva histórica e fundada na totalidade, e não em uma análise estática e a-histórica da realidade, como o faz Lévi-Strauss.

justificativa de que as mulheres “seguravam o arco de maneira torta” e acabavam não alimentando bem o grupo. Os homens então passaram a usar estes instrumentos “de maneira certa”, sendo as mulheres proibidas de os usar, e daí em diante tanto a criação da vida quanto a alimentação vingaram; a vida teria entrado nos eixos (GODELIER, 1982).

O que dizem estes mitos? Godelier nota que esses mitos atribuem às mulheres uma criatividade fabulosa, porém desorganizada, caótica e perigosa. Por isso, segundo os Baruya, os homens teriam sido “forçados a intervir”, isto aparecendo como o meio de estabelecer a ordem no universo. Ora, os mitos tentam justificar as violências sofridas pelas mulheres, mas não são suficientes para acalmar os medos masculinos, isto porque a dominação dos homens aqui se faz sobre um grupo social sabidamente poderoso, ainda que enfraquecido. As mulheres são tidas pela sociedade Baruya como detendo reais poderes, e em razão disso uma possível rebelião feminina é sempre temida (GODELIER, 1982).

Godelier dá um exemplo deste poder patente: para os Baruya, o sangue menstrual se opõe ao esperma, e ele é uma condição indispensável para a manifestação do poder da procriação nos ventres das mulheres, o que faz com que estas possuam, ao deter esta substância, um poder distinto daquele dos homens e também necessário à reprodução da vida (GODELIER, 1982).

Algumas das autoras do feminismo materialista francófono tomam as teses de Godelier como contribuição para pensar a realidade de dominação das mulheres. Aqui devo lembrar de Paola Tabet (2014) e sua discussão sobre instrumentos e armas na dominação de homens sobre mulheres em sociedades de coletores e caçadores. A autora efetua cerrada crítica à comum assertiva de que em sociedades de coletores e caçadores tenderiam a existir relações sociais de cunho igualitário – ou menos hierárquicas – entre homens e mulheres. Tabet nos diz que mesmo em sociedades existentes na atualidade e tidas como “igualitárias”, não temos relações de “reciprocidade e complementaridade, mas de dominação”, e que “este caráter de dominação está na própria instituição da divisão do trabalho” (TABET, 2014, pp.107/108).

Dialogando com Godelier temos também Nicole-Claude Mathieu (2014, pp. 202), que efetuava seus estudos antropológicos na mesma época de Godelier, e que dialoga com este autor em torno dos mitos envolvendo a antinomia entre leite das mulheres e esperma dos homens entre os Baruya e o seu significado em relação ao fato de que nesta sociedade a superioridade dos homens é constantemente sentida como ameaçada, o que se traduz na tradição oral, nos mitos elencados pelo autor.

Me parece que tanto Tabet como Mathieu tomam Godelier (mas também um amplo conjunto de outras/os antropólogas/os) para responder à antiga questão da origem da subordinação de homens sobre mulheres, mas além disso elas estão preocupadas em

entender como estes elementos, aparentemente isolados em sociedades em muito distintas das nossas, nos ajudam a entender nossa própria realidade, na medida em que levantam questões que também nos são caras.

Arrisco dizer que estas questões giram em torno, em primeiro lugar, da historicidade da subordinação, da ideia de que esta subordinação se inscreve na história (ainda que apareça sob termos simbólicos em mitos e ritos), e presente mesmo em sociedades conhecidas comumente por estarem supostamente “fora da história” – este é o caso de algumas sociedades tradicionais, camponesas ou simplesmente periféricas (cf. RIBEIRO, 1984; AUGUSTO et al., 2020; ÁLVARES, 2019).

E em segundo lugar, outra questão que me parece central é a noção de que há entre as mulheres Baruya, sempre latente o perigo de uma insurreição. Este elemento, o do *perigo* representado pelas mulheres, denotando *resistência* à sua subordinação, me parece importante para as nossas autoras, que ao fim e ao cabo buscam não apenas apreender como em nossa sociedade a materialidade da existência das mulheres é constituída, mas sobretudo entender como nossos estudos podem contribuir na luta das mulheres por sua emancipação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve artigo buscou apresentar alguns elementos de discussão presentes na tradição de pensamento do feminismo materialista francófono. O primeiro, de ordem epistemológica, é o *rapport sociaux de sexe*, que talvez seja a ideia seminal deste pensamento, pois que traz em seu bojo a preocupação com necessidade de desnaturalização e desbiologização das análises sobre a subordinação das mulheres, assinalando a radical materialidade de sua abordagem.

O segundo, de ordem simbólico-etnológica, diz respeito a um conjunto de noções elencadas por Maurice Godelier em torno da dominação de homens sobre mulheres em sociedades tradicionais, noções estas que se fazem presentes em elaborações de estudiosas como Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu.

Trata-se de uma preliminar aproximação às bases conceituais do feminismo materialista francófono, aproximação que deve ser ampliada no decorrer do processo de pesquisa, considerando que esta tradição de pensamento se pauta por um amplo e fecundo diálogo com um considerável conjunto de autores e autoras, o que impõe a necessidade de apreender outros elementos de análise concernentes a estas bases.

5 REFERÊNCIAS

ABREU, Maira. **Politizando a anatomia: antinaturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980)**. Tese de Doutorado. Orientadora: Angela Maria Carneiro Araújo. UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2016.

ÁLVARES, Lucas Parreira. **Flechas e Martelos: Marx e Engels como leitores de Lewis Morgan**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, PPGDCE/ UFMG, 2019.

AUGUSTO, André Guimarães [et al.] *Marx e os povos sem história*. **Nova Economia**. v.30 n.1 p.69-93, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/5036>

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. *Os Atuais Desafios Para o Feminismo Materialista: Entrevista com Jules Falquet*. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 245-261, jan./jun. 2014.

CISNEROS, Leandro Marcelo. *A guerra de baixa intensidade contra as comunidades zapatistas de Chiapas-México*. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 58 -84, set./dez. 2015.

CRESS/RN. **"Estamos vivendo a violência como ferramenta", diz pesquisadora Jules Falquet**. Matéria do CRESS/RN sobre Aula Inaugural do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/noticias/ver/1345>>

DELPHY, Christine. *L'ennemi principal*, In: *L'exploitation patriarcale*, n. 1: **L'exploitation économique dans la famille**, Paris: Féministes Révolutionnaires, 1970.

FALQUET, Jules. *A combinatória straight. Raça, classe, sexo e economia política: análises materialistas e decoloniais*. **Crítica Marxista**, nº 48, p. 127 a 145. IFCH/ UNICAMP: Campinas, 2019.

FALQUET, Jules. **Pax neoliberalia: perspectivas feministas sobre (la reorganización de) la violencia contra las mujeres**. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Madreselva, 2017.

FERREIRA, Veronica et al. **O Patriarcado Desvendado: Teorias de Três Feministas Materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu**. Organizadoras: FERREIRA, V., ÁVILA, M.B., FALQUET, J., ABREU, M (orgs). Recife (PE), Edições SOS Corpo, 2014.

GODELIER, Maurice. **Las sociedades primitivas y el nacimiento de las sociedades de clases según Marx y Engels: Un Balance Crítico**. Bogotá: La Oveja Negra, 1969.

GODELIER, M. *A Parte Ideal do Real*. In: **Coleção Grandes Cientistas Sociais - Godelier**. Organizador: Edgard de Assis Carvalho. SP: Ática, 1981.

GODELIER, Maurice. **La Production des Grands Hommes: pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guinée**. Paris, Fayard, 375 p. (L'Espace du politique), 1982.

GODELIER, Maurice. *Prácticas sexuales y orden social*; **Mundo científico** 237: 64-69. ISSN 0211-3058, 2002.

GUILLAUMIN, Colette. *Prática do Poder e Ideia de Natureza*. In: FERREIRA, Veronica et al. **O Patriarcado Desvendado: Teorias de Três Feministas Materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu**. Organizadoras: FERREIRA, V., ÁVILA, M.B., FALQUET, J., ABREU, M (orgs). Recife (PE), Edições SOS Corpo, 2014.

KERGOAT, Danièle. *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais*. Tradução de Antonia Malta Campos. **Novos Estudos CEBRAP**. No.86 São Paulo: USP. março/2010.

MARX, Karl. *Introdução [à crítica da economia política]*. In: **Marx. Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATHIEU, Nicole-Claude. **Notes pour une définition sociologique des catégories de sexe**. Relatório do Congresso Mundial de Sociologia. Varna, 1970; publicado em 1971 na revista *Epistémologie Sociologique*.

MATHIEU, Nicole-Claude. *Identidade sexual/sexuada/de sexo? Três modos de conceitualização da relação entre sexo e gênero*. In: FERREIRA, Veronica et al (orgs). **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu** / organizadoras: Verônica Ferreira, Maria Betânia Ávila; Jules Falquet e Maira Abreu – Recife: SOS Corpo, 2014. 188 p.: il

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MEILLASSOUX, Claude. **Mulheres, Celeiros & Capitais**. Coleção Crítica e Sociedade. 7. ed. Edições Afrontamento São Carlos: UFSCAR; 271 páginas, 1977.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Para uma antropologia mundial: Eric Wolf e os povos sem história*. **Anuário Antropológico**, ISSN 2357-738X, ISSN-e 0102-4302, Vol. 8, Nº. 1, 1984, págs. 257-269.

SCHIAVONE, Patricia Kreibohm de. *La doctrina de la Guerra de Baja Intensidad: del intervencionismo norteamericano a la formulación de una nueva categoría de conflicto*. **Revista Electrónica de Relaciones Internacionales** (REDRI), abr. 2003. Disponível em: <http://www.redri.org/Archivos_articulos/guerra%20baja%20intensidad-kreibohm.pdf>.

Acesso em: 10 jan. 2014.

TABET, Paola. *Mãos, Instrumentos, Armas*. In: FERREIRA, Veronica et al (orgs). **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu** / organizadoras: Verônica Ferreira, Maria Betânia Ávila; Jules Falquet e Maira Abreu – Recife: SOS Corpo, 2014. 188 p.: il

WITTIG, Monique et al. **Combat Pour la Libération de La Femme**. Mensuel N° 6. Paris/London: L'Idiot International, maio/1970.

WITTIG, Monique. **The Straight Mind and Other Essays**. Boston: Beacon Press, 1992.

DUPLA PANDEMIA: UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM TEMPOS DE COVID-19

Jaisllam Ranilton da Silva¹²⁶

Lígya Pereira Rocha¹²⁷

Resumo

O presente artigo objetiva analisar e problematizar o adoecimento psicossocial das mulheres e a psiquiatrização da violência doméstica e familiar historicamente existente, com ênfase nos impactos gerados pela necessidade do isolamento social durante a pandemia da COVID-19. Partindo de uma análise bibliográfica-documental, de um resgate histórico acerca da dominação patriarcal e da desigualdade de gênero, analisando os impactos de diagnósticos que invisibilizam a historicidade das violências contra as mulheres, as enquadrando de forma supérflua como Transtornos Mentais Comuns (TMC), além de observar a relação direta entre a ampliação da violência doméstica durante a pandemia e aumento do sofrimento psicossocial das mulheres.

Palavras-chave: Violência Doméstica e Familiar. Isolamento Social. Adoecimento Psicossocial. Pandemia.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia do covid-19 iniciada em 2020 foi causada por um vírus, porém, antes dessa, já havia uma outra pandemia em curso, sendo causada não por um vírus ou uma bactéria, mas pelo próprio ser humano, majoritariamente pelos homens, sendo ela a pandemia da violência doméstica e familiar contra a mulher, no qual podemos dizer que desde 2020 estamos vivendo uma dupla pandemia, sendo as mulheres as principais afetadas, tanto fisicamente quanto mentalmente, no qual o isolamento social agravou os casos de violência e consequentemente os casos de adoecimento psicossocial¹²⁸ nas mulheres. Nessas circunstâncias, sabemos que com o avanço do capital e consequentemente do poder dos

¹²⁶ Graduando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); E-mail: raniltonjaisllam321@gmail.com

¹²⁷ Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); E-mail: ligyapereirarocha@gmail.com

¹²⁸[...] utilizamos o termo sofrimento ou adoecimento psicossocial para nos remetermos àqueles que sofrem intensamente, permitindo que a experiência-sofrimento não seja reduzida a uma desordem e/ou periculosidade. Além disso, reconhecemos que a produção do sofrimento e adoecimento é constituída pelas relações de gênero, raça e classe, inclusive as formas de abordagem e intervenção se diferenciam a partir disso. (CFESS, 2022, p. 13)

homens, as mulheres sempre se submetem a situações de exploração, violência e abuso, sujeitas ao patriarcado.

Assim, “[...]quando utilizamos patriarcado, necessariamente estamos nos referindo às relações de dominação, opressão e exploração masculinas na apropriação sobre o corpo, a vida, e o trabalho das mulheres.”(CISNE, 2018). Um sistema que marca as desigualdades sociais de gênero. Para chegarmos a esse debate, a inclusão nas discussões sobre a mulher que acontece no Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), foram primordiais para a escolha, além do debate na disciplina de Saúde Mental que nos instigou a juntar os debates, levando em consideração a importância da temática para a nossa formação, pois a violência doméstica e familiar atingir uma grande gama de mulheres e estas chegam até as/os assistentes sociais nos mais diversos espaços sócio ocupacionais, dessa forma sendo necessário compreender a realidade dessas mulheres e conseqüentemente saber atendê-las, com uma escuta qualificada, para que elas sejam encaminhadas e acompanhadas da melhor maneira possível.

2. OS CAMINHOS ATÉ A VIOLÊNCIA

A violência é um fenômeno social, complexo e multifatorial, compreendida em uma sociedade capitalista, patriarcal e racista como sendo uma demanda estrutural dos dispositivos de dominação. Quando se adentra nas múltiplas violências é possível fazer alguns recortes, como o recorte de gênero, e aí que encontramos com destaque, a violência doméstica sustentada pelo patriarcado, que exerce historicamente as relações de poder e opressão em detrimento às mulheres.

O patriarcado coloca o homem como figura central na sociedade, ocupando sempre o espaço público, detendo hegemonia política, autoridade familiar, superioridade moral e vantagens sociais, fortalecidos no sistema capitalista, no qual apenas eles se favorecem em qualquer âmbito principalmente quando se considerado as questões de raça e sexo; se é branco, heterossexual e cisgênero. Ou seja, quando se é homem você possui uma posição de privilégio, poder social, econômico e político, melhores oportunidades e benefícios na sociedade, isenção das atividades que envolve casa e criação de filho, são considerados mais fortes, aptos para tudo, diante das mulheres que sempre são marginalizadas, rebaixadas, submissas, reclusas aos ambientes domésticos, no entanto, com pouco poder dentro dele, reféns a agressões físicas, abusos sexuais, muitas vezes colocadas como loucas, fracas e preguiçosas perante a sociedade.

A ofensiva patriarcal retira e deslegitima os direitos das mulheres, politicamente e economicamente, mas, principalmente no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, exercendo um controle sobre seus corpos. A criminalização do aborto é um exemplo disso, são desconsiderados os diversos fatores que levam essas mulheres ao aborto, como o feto ser fruto de um estupro ou a mulher ser uma adolescente, a sociedade que carrega em seu ceio o pensamento patriarcal, irá sempre culpabilizar e criminalizar a mulher.

Nesse sentido, entende-se que a violência contra a mulher apresenta-se de várias formas, como física, moral, estrutural, psicológica, material, simbólica, sexual, patrimonial, obstétrica e social; embora a violência emocional e moral apresenta-se em todas elas (CISNE; SANTOS, 2018; JOHAS, 2020; SAFFIOTI, 2004)

O conceito de gênero é de extrema importância para que possamos visualizar o mundo para além da naturalização biológica, pois é a partir dele que à uma desnaturalização do binarismo, pois torna o gênero como uma construção sociocultural, levando a compreensão de que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1949), desta forma entendemos que não nascemos já com nosso gênero definido, sendo por meio de todo um processo de socialização que ele é construído. Este conceito se mostra também de extrema importância por possibilitar maiores estudos acerca das sexualidades humanas saindo da heteronormatividade e levando o questionamento dos diversos papéis sociais impostos a mulheres e homens desde o seu nascimento, desta forma podemos dizer que este conceito possibilita um debate crítico acerca das opressões historicamente direcionadas às mulheres e as pessoas que não seguem um padrão de heterossexualidade e de gênero.

O termo consubstancialidade demonstra total vinculação entre as relações sociais de sexo, raça/etnia e classe, no qual permite compreender que nenhuma destas relações possuem mais importância que a outra, e sim, que uma se faz na outra. Assim, consubstancialidade refere-se a compreensão que as relações sociais de sexo, raça/etnia e classe são inseparáveis, ou seja, o desenvolvimento dessas estão sempre interligados, e todas essas relações sociais possuem o mesmo grau de importância para a sociedade. Uma categoria importante para entender como a violência acontece na sociedade e como está ligada a essas relações. Dessa forma, a interseccionalidade é absolutamente necessária para que possamos entender que enquanto mulher, somos vítimas de opressões distintas e que apesar de sermos atingidas pelo mesmo machismo, algumas ainda são vítimas do racismo, da transfobia, capacitismo, entre outras problemáticas. Categoria bem apresentada por Mirla Cisne, com base em Kergoat:

As relações sociais são consubstanciais: elas formam um nó que não pode ser sequenciado ao nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são coextensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de “raça”, se reproduzem e se coproduzem mutuamente (2012, p. 126-127; tradução nossa). (CISNE, 2018, p. 79)

Segundo Saffioti, em sua obra “O poder do macho” (1987), o capitalismo foi um dos principais geradores da desigualdade em nossa sociedade, acentuando as diferenças de gênero e raciais, mostrando que o homem sempre sobressairá a mulher em qualquer âmbito, e principalmente se for homem branco, tornando notório o racismo, pois, sabemos que se uma mulher sofre, a mulher negra sofrerá ainda mais, com a pobreza, sexualização do seu corpo, baixa escolaridade, abandono e etc.

A autora aborda no primeiro capítulo nomeado de “*Papeis sociais atribuídos às diferentes categorias de sexo*” as distintas relações de gêneros entre homens e mulheres no Brasil, bem como apresenta diferenças entre as próprias mulheres. A sociedade impõe e acentua as contradições nas relações de gêneros no momento em que determinam atribuições particulares à homens e mulheres, tendo como exemplo, as atividades domésticas que deveriam ser compartilhadas entre ambos, mas que, de acordo com apontamentos da autora ainda é visto como deveres unicamente femininos, assim como a criação e educação dos filhos, nas quais os homens não são considerados como responsáveis por instruir e direcionar as crianças.

Nesse sentido, a autora examina a naturalização no que diz respeito aos afazeres domésticos serem considerados responsabilidade apenas das mulheres, isso irá acentuar ainda mais as distinções entre gêneros, ocasionando um cenário no qual a desigualdade salarial e subestimação do trabalho feminino é persistente, retratando a inferioridade feminina. Diante disto, as mulheres vêm-se submetidas ao jugo constante em relação a sua carreira profissional, no qual, os homens quando ocupam cargos maiores que as mulheres submetem-se às ameaças frequentes por intermédio de assédios sexuais, aos quais elas se sujeitam para não perderem o emprego, evidenciando os problemas das relações de poder entre o homens e mulheres impostas pela sociedade, nestas os homens sempre tiram proveito do privilégio que detém.

No segundo capítulo denominado “*A quem serve a relação de dominação da mulher pelo homem*”, aborda sobre como a classe dominante se privilegia das relações de dominação e discriminação. Nestas condições, as mulheres sofrem com os baixos salários, sujeitando-se a essa realidade devido a necessidade de complementar a renda familiar. No entanto, apenas os patrões se beneficiam destas segregações impostas à classe dominada, resultado do machismo empregado nas classes inferiores, este que não deixa de existir na classe dominante, na qual se apresenta de maneira mais sutil. Isso resulta no empecilho do desenvolvimento das lutas sindicais, ocasionando desemprego, fome e desigualdade no Brasil.

A classe entendida como dominante torna-se refém do poder que a sociedade dispõe a ela, e na maioria das vezes acabam por se tornarem pessoas doentes, reprimindo seus desejos e sentimentos. Os homens conduzem suas vidas com intuito de servir ao trabalho, patrões e indústrias que comandam toda sua existência, utilizando todo seu tempo em atividades relacionadas a geração de lucro e poder, abandonando o prazer das relações sexuais, que se baseiam apenas em extravasar tensões relacionadas ao seu poder de domínio, o que conduz a considerar que, para existirem mudança das situações vivenciadas por mulheres é necessário entender e redefinir os papéis dos homens.

Tenta-se velar a posição de inferioridade atribuída às mulheres, responsabilizando muitas vezes o baixo índice de desenvolvimento econômico, mas não é válido responsabilizar o subdesenvolvimento social pela desigualdade de gênero, essa desigualdade é estruturada e definida durante muitos anos através da educação, a qual estabelece preconceitos sociais e ideias de discriminação. O papel das mulheres muitas vezes é diminuído e suas necessidades postas em segundo lugar pelas mesmas, induzidas socialmente a se considerarem fracas e culpadas diante de situações que os homens lhes impõe, se submetendo a traições, humilhações e perda de autoridade no âmbito familiar, onde sempre irá recorrer à figura masculina para castigar um filho, moldando os pensamentos e ações destes indivíduos que estão sempre atentos ao modo como os papéis de gênero são imposto na família, transmitindo essa percepção para o mundo.

2.1 Pandemia de Covid-19 e o aumento da violência doméstica e familiar

A desigualdade de gênero foi acentuada nos últimos tempos pela pandemia da covid-19. Os primeiros casos da doença foram revelados na China, no final do ano de 2019, mas nos primeiros meses de 2020 a doença já havia alcançado todo o mundo. O covid-19 é uma doença a qual sua transmissão ocorre na maioria dos casos de pessoa para pessoa, por meio de gotículas respiratórias expelidas pelo doente ao tossir ou espirrar, por exemplo.

Como não existiam vacinas e/ou remédios para a doença ainda desconhecida, algumas medidas preventivas foram adotadas, como suspensão de shows, aulas, eventos para grandes públicos, e todo tipo de aglomeração, principalmente em locais fechados. Os cuidados iam desde coisas básicas, como práticas de higiene, até o mais complexo para a sociedade, como o isolamento social.

Essa prática, de acordo com o ministério da Saúde tem o objetivo diminuir a disseminação da doença e a sua transmissão, visto que a doença é predominantemente transmitida pelo contato direto a pessoas infectadas:

Considerando que o isolamento de casos suspeitos e confirmados, bem como a quarentena dos seus contatos caracterizam-se como uma das medidas não farmacológicas de prevenção e controle da pandemia, ao lado de outras, tais como, distanciamento físico, etiqueta respiratória, higienização das mãos, uso de máscaras, limpeza e desinfecção de ambientes, e que seu tempo deve ser definido a partir de bases científicas de conhecimento do comportamento do vírus e suas variantes levando em consideração as potencialidades de período de transmissão; (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2022)

Contudo, o distanciamento social adotado como medida preventiva ao covid-19, acarretou outros sérios problemas na saúde da população brasileira, sobretudo nas mulheres. Essa medida que apesar de necessária, impossibilitava atos comuns entre as pessoas: beijar, abraçar, aperto de mãos, e isso também gerou tristeza e adoecimento mental, mas não somente isso, o distanciamento social acabou deixando as pessoas “presas” em suas próprias casas, aumentando ainda mais a violência contra as mulheres, como aponta:

Desde a introdução de medidas de isolamento social para impedir a propagação da covid-19, quatro bilhões de pessoas em todo o mundo estão se abrigando em casa (UN, 2020). Com grande parte do mundo sob quarentena, começa-se a ouvir que um dos efeitos da pandemia é o aumento na violência contra as mulheres, especialmente a violência doméstica perpetrada por parceiros íntimos, pois muitas mulheres agora estão “presas” em casa com seus agressores (BARBOSA et al, 2021, p. 02).

Além disto, durante a pandemia os “olhos” da sociedade e todo o suporte social ficaram atentos a essa doença, e a como o vírus estava se espalhando e contaminando o mundo, e nisto outras questões ficaram sem atenção devida, exemplo disso, na saúde os atendimentos deram prioridade aos casos de covid, gerando um déficit no suporte de outras questões manifestadas cotidianamente na sociedade, como a violência, houveram também reduções na carga horária de trabalho dos serviços de proteção a mulheres.

Nesse contexto, manter o isolamento social se tornou ainda mais difícil para as mulheres, outras questões foram impactadas em suas vivências, a pandemia trouxe consigo a insegurança de se manter em casa sob os “cuidados” dos seus parceiros. É sabido, que a violência contra a mulher é estrutural, e que não é algo novo em nossa sociedade, mas a pandemia favoreceu o espaço para os agressores, como apresenta a pesquisa “DataSenado”

Assim como nos anos anteriores, os principais responsáveis pelas agressões relatadas são companheiros e ex-companheiros - incluídos (ex)namorados e (ex)maridos. A principal diferença que vem aparecendo desde o começo da série histórica é o crescimento do volume de agressões cometidas pelos ‘ex’. Em 2011, 13% das mulheres vítimas de violência apontaram um ‘ex’ como agressor, enquanto em 2019 esse número subiu para 37% (DATASENADO, 2019, p. 9).

Destarte, esse aumento da violência ocorre nesse contexto pandêmico devido a um maior convívio forçado, entre agressores e vítimas, no qual os homens enxergam o isolamento como um meio para exercer poder e domínio sobre suas companheiras, e também esse contexto gerou ainda mais dificuldade para a mulher buscar redes de apoio, efetivar denúncias, e etc.

3. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O ADOECIMENTO PSICOSSOCIAL

A partir de uma pesquisa feita no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de uma capital brasileira pelas pesquisadoras Campos e Zanello em 2016, observamos como as demandas de saúde mental chegam a esse CAPS e como as mesmas são configuradas e diagnosticadas. A pesquisa girou em torno de dados clínicos coletados por meio de fichas de acolhimento e da anamnese psiquiátrica de todos aqueles admitidos entre os anos de 2012 e 2013, em um total de 234 prontuários (169 mulheres - 72,2% e 65 105-118 homens-27,8%). Com esse primeiro dado já é possível identificar um maior número de mulheres atendidas, o que nos leva a compreender que as políticas sociais são majoritariamente utilizadas por mulheres, esse fato não é mero acaso, historicamente as mulheres sofrem com a desigualdade de gênero que as levam a situações de baixos níveis de escolarização e renda, desemprego, além do enfrentamento da violência. De acordo com a Organização Mundial de

Saúde (OMS) como problema de saúde pública, a violência contra a mulher (VCM) é uma epidemia mundial, o que podemos interpretar com uma verdadeira pandemia, atingindo todas as partes do mundo.

Quando a violência é apontada de forma recorrente nos prontuários do CAPS, é feito um detalhamento dessas violências e seus agravos à saúde mental, os episódios violentos foram encontrados em 55 mulheres, o que totalizou um percentual de 32,54% e, em 12 homens, de 18,46%.

Nas mulheres, a incidência maior foi de violência física (em 28 mulheres, 35,9%), seguida de sexual (em 24 mulheres, 30,8%), psicológica (em 21 mulheres, 27%) e urbana (em 5 mulheres, 6,3%). Já entre os homens, predominaram situações de violência urbana (em 7 homens, 46,7%), seguidas pelas violências psicológica (em 4 homens, 26,7%), física (em 3 homens, 20%) e sexual (em 1 homem, 6,6%). (CAMPOS, ZANELLO, 2016, p.112)

A luz disso, fica claro o recorte de gênero que há dentro das múltiplas violências destacadas, o homem mesmo quando violentado não é por sua condição de homem.

Não se está, de forma alguma, afirmando que as mulheres são santas. Ao contrário, elas participam da relação de violência, chegando mesmo a desencadeá-la. Nem por isto, porém, a mulher detém o mesmo poder que o homem, não podendo, por conseguinte, consentir com seus desmandos ou com ele acumpliciar-se. Trata-se de uma correlação de forças, que muito raramente beneficia a mulher. Socialmente falando, o saldo negativo da violência de gênero é tremendamente mais negativo para a mulher que para o homem. (SAFFIOTI, 1994, p.446)

Ao analisar o perpetrador da violência dentro do CAPS em todas as categorias de violência encontradas (física, psicológica e sexual) há uma variável que se repete, o perpetrador está dentro de suas casas ou de suas famílias, são atuais(ex) companheiros, atuais(ex) cônjuges, pais, filhos, o que se compreende na chamada violência doméstica e familiar.

Constituíram diagnósticos atribuídos às mulheres nesse Serviço: depressão, ansiedade ou a associação entre ambos, apresentando alta correlação com os Transtornos Mentais Comuns (TMCs), cujos sintomas são: insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldades de concentração e queixas somáticas. (CAMPOS, ZANELLO, 2016, p.113)

Os diagnósticos quando colocados como Transtornos Mentais Comuns, apagam e deslegitimam todo um processo histórico e material vivido por essas mulheres, não se fazendo uma análise crítica e transversal baseada na estrutura socioeconômica, nas relações de gênero e o histórico da violência delas, seus problemas são apenas diagnosticados e medicalizados, visando à sua supressão. Diante disso, temos dois grandes problemas de forma hegemônica, o sofrimento psicossocial gerado pela violência doméstica e familiar e a invisibilidade dessa violência.

Durante a pandemia do Covid-19 os casos de ansiedade, depressão e outros processos de adoecimento mental se apresentaram mais acentuadamente nas mulheres, no

qual antes do indicativo do distanciamento e isolamento social, as fragilidades emocionais femininas estavam mais intimamente ligadas às pressões e opressões relacionadas ao gênero, alterações hormonais ligadas a menstruação, parto, menopausa e pressão estética. Todavia, dados mostram que lado a lado ao início do isolamento social houve um aumento significativo dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, violência sexual e casos de gravidez indesejada, já que os homens passaram a permanecer mais tempo em casa, logo tais casos contribuem para que a saúde mental das mulheres fique mais fragilizada. (SOUZA, SOUZA, PRACIANO, 2020, p. 663)

Segundo a FIOCRUZ (2020):

Na China, os números da violência doméstica triplicaram; na França houve um aumento de 30% das denúncias e, no Brasil, estima-se que as denúncias tenham aumentado em até 50%. A Itália, assim como os demais países, também indicou que as denúncias de violência doméstica estão em ascensão (CAMPBELL, 2020).(FIOCRUZ, 2020)

Dessa forma podemos correlacionar o aumento dos casos de violência doméstica contra a mulher com a prevalência dos casos do sofrimento psicossocial nas mulheres, no qual mesmo diante de outros marcadores; medo constante da infecção, reorganização da rotina familiar, como as crianças fora da creche/escola, as atividades domésticas, trabalho remoto ou a ausência do trabalho, medo sobre o futuro financeiro que causam estresse e agravos na saúde mental, as violências físicas, psicológicas e sexuais se apresentam como marcadores centrais para o aprofundamento da saúde das mulheres.

Diante do pressuposto do isolamento social as mulheres possuem uma barreira para demonstrar os sinais de violência para amigos e familiares, além de maior dificuldade para realizar denúncias, logo é de extrema importância que as redes de atendimento (UBS, CAPs, CREAS, etc,...) estejam preparadas para identificar e acompanhar, no qual:

Os profissionais que atuam nas políticas públicas têm papel estratégico na prevenção das violências e podem ser os únicos a terem contato com as pessoas vulneráveis neste momento de pandemia. Por isso, é importante estar atento para as diferentes expressões da violência e as estratégias de cuidado disponíveis durante as possíveis fases da pandemia, a fim de possibilitar o acolhimento e a escuta, viabilizando a ajuda e formando uma rede de apoio.(FIOCRUZ, 2020)

Sendo assim as redes públicas têm um papel fundamental na identificação e realização dos encaminhamentos necessários, porém o acolhimento, o apoio e as orientações são extremamente importantes para que a mulher se sinta segura e confiante para falar e denunciar os casos de violência que vem sofrendo.

Reconhecer a violência como um agravante para saúde mental das mulheres é necessário, pois a abordagem, às formas acompanhamento serão diferenciadas, sendo assim a rede de atenção psicossocial deve está preparada para lidar com tais casos, evitando um atendimento superficial e medicalizante, afastado da realidade concreta dessas mulheres,

proporcionando assim um atendimento especializado, porém os estudos e pesquisas acerca do tema ainda são poucas, sendo necessário maiores aprofundamentos científicos sobre a temática e as suas formas de enfrentamento.

4. CONCLUSÃO

Levando-se em consideração todos os aspectos mencionados, o debate acerca dessa temática tem como finalidade contribuir com uma maior discussão teórica ressaltando informações e discussões acerca da “Dupla pandemia”, e seus rebatimentos e impactos sobre a sociedade, sobretudo as mulheres. Para além disso, o artigo busca intensificar o reconhecimento que o sofrimento/adoecimento é advindo de uma construção estrutural da sociedade sob as relações de gênero, raça e classe. Antes da violência física, outros tipos de violências acontecem, fato esse que provoca medos, tristezas, traumas, e na pandemia da covid-19 esses aspectos foram acompanhados de solidão, gerando e/ou agravando o adoecimento psicossocial das mulheres, sobretudo com o distanciamento social que gerou maior proximidade a vítimas e seus possíveis agressores aumentando também a violência em suas mais diversas formas (como física, moral, psicológica, material, sexual, patrimonial, obstétrica e social).

Sabe-se da importância dos cuidados à saúde mental, e como de fato deveria ser dada uma total atenção às mulheres em situação de violência, com o intuito de diminuir os danos causados à saúde. Mas será que houve na pandemia uma escuta qualificada nos equipamentos “preparados” para receber essas mulheres? Os serviços de saúde estavam com os olhos voltados apenas para a pandemia da covid-19, e acabaram por não se atentar que estávamos vivenciando uma “dupla pandemia”? Os questionamentos são muitos, e a sua maioria não possuem respostas concretas, mas a questão principal é a luta constante de mulheres vítimas todos os dias, vítimas de seus agressores e da sociedade que tenta silenciar, e na maioria das vezes culpabilizar. Na verdade, na pandemia muitos equipamentos de assistência a mulheres passaram a realizar os atendimentos totalmente de maneira online, gerando o distanciamento entre os profissionais e os usuários desses equipamentos, e na maioria das vezes inviabilizando o atendimento e acompanhamento de qualidade a mulheres vítimas de violência. Essa realidade de atendimentos remotos, se deu de forma emergencial com intuito de continuar o atendimento das mais diversas demandas, mas sabe-se que os atendimentos online apesar de se fazer necessário naquele momento, ampliou estruturalmente os danos causados a mulheres vítimas de violências, visto que na maioria dos casos a violência ocorria em suas próprias casas às impossibilitando de procurar atendimento online por está na maioria das vezes acompanhadas pelos seus companheiros/agressores.

5. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jeanine Pacheco Moreira et al. **Interseccionalidade e violência contra as mulheres em tempos de pandemia de covid-19: diálogos e possibilidades**. Saúde e Sociedade [online]. 2021, v. 30, n. 2. Acesso em: Dez. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200367>>. Epub 09 Jun 2021. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200367>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Violência doméstica e familiar na Covid-19**. Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/41121/Sa%c3%bade-Mental-e-Aten%c3%a7%c3%a3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-viol%c3%aancia-dom%c3%a9stica-e-familiar-na-Covid-19.pdf?sequence=2&isAllowed=y> . Acesso em 09 dez. 2022.

BRASIL. Boletim-Senado. **Mulheres e seus Temas Emergentes. Violência doméstica em tempos de COVID-19**, abr. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/violencia-domestica-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em: 22 jun. 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. **Recomendação Nº 001, De 27 De Janeiro De 2022**. Conselho Federal de Saúde, 27 jan. 2022. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/2309-recomendacao-n-001-de-27-de-janeiro-de-2022#:~:text=Recomenda%20a%20intensifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20ado%C3%A7%C3%A3o,atual%20contexto%20da%20Covid%2D19.&text=Considerando%20as%20atribui%C3%A7%C3%B5es%20conferidas%20ao,de%20setembro%20de%202008%2C%20Art.> Acesso em: 07 dez. 2022.

CAMPOS, Ioneide; ZONELLO, Valeska. **Saúde mental e gênero: o sofrimento psíquico e a invisibilidade das violências** mental health and gender: psychological distress and invisibility of violences. Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, n. 48, p. 105-117, 2016.

CISNE, Mirla. Fundamentos teóricos-políticos do feminismo: uma contribuição indispensável ao socialismo In: **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, vol. 2, p.69-160, 2018.

CFESS. **Discriminação contra a população usuária da saúde mental**. Série: Assistente social no combate ao preconceito. Brasília (DF), 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/CFESS-Caderno08-SaudeMental-Site.pdf> Acesso em: 20 dez. 2022.

GOMES, K. S. **Violência contra a mulher e Covid-19**: . Revista Espaço Acadêmico, v. 20, n. 224, p. 119-129, 21 set. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. Papeis sociais atribuídos as diferentes categorias de sexo. In: SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. p. 08-20.

SAFFIOTI, Heleieth. A quem serve a relação de dominação da mulher pelo homem? In: SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. p. 21-40.

SAFFIOTI, Heleieth IB. **Violência de gênero no Brasil atual**. Estudos feministas, p. 443-461, 1994.

SOUZA, Alex. SOUZA, Gustavo. PRACIANO, Gabriella. **A saúde mental das mulheres em tempos da COVID-19**. Ano, 2020 p, 663-665. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/jxZhPTbgdcGMYcCPYtgDfNx/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 07 dez. 2022.

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À DIVISÃO SOCIOSSEXUAL DO TRABALHO E SOBRECARGA DAS MULHERES

WICTORIA KAROLAYNE DE SOUZA TARGINO¹²⁹

VERONICA MARIA FERREIRA¹³⁰

RESUMO: Este artigo tematiza a ação do Estado frente à sobrecarga de trabalho das mulheres produzida pela divisão sociossexual do trabalho sob as determinações da ordem capitalista-patriarcal-racista. Parte-se do entendimento de que o sistema de explorações vivenciadas pelas mulheres se expressam e são consequência da desvalorização do trabalho, do acúmulo de tarefas e da responsabilização familiar, não sendo objeto de políticas públicas. O intuito desta elaboração é a abordagem crítica e exploratória de como a sociedade capitalista foi construída a partir da desigualdade de atribuição de tarefas nas esferas do trabalho.

Palavras-Chave: Patriarcado. Divisão Sexual do Trabalho. Estado. Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

A produção presente analisa as desigualdades de gênero, conforme a sua expressão em desigualdades no campo do trabalho vividas pelas mulheres e como são mediadas pela ação do Estado. Nesse percurso, traz a necessidade de explicitar as construções desiguais produzidas pelas relações sociais e suas consequências, viabilizadas pela formação da estrutura social capitalista-patriarcal-racista.

Tem como objetivo geral identificar como as desigualdades entre homens e mulheres se expressam na divisão desigual do trabalho, assim podendo especificar a compreensão de como se dá a construção e permanência do sistema patriarcal e capitalista, pontuando nesse sentido, as questões acerca das políticas públicas e sua interferência na vida das mulheres, sobretudo frente à sobrecarga contínua. Trataremos também de como se apresenta a mediação do Estado como reprodutor das relações patriarcais e capitalistas nas políticas públicas, buscando caracterizar os elementos centrais que configuram sua intervenção frente à realidade da injusta e desigual divisão do trabalho.

Para isso, foi realizada pesquisa de caráter exploratório e bibliográfica, em autoras que discutem a divisão sexual do trabalho e sua interface com as políticas sociais. Além da pesquisa bibliográfica, nosso estudo se ancorou em dados secundários de estudos atuais

¹²⁹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

¹³⁰ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte,

(entre 2020 e 2022, período em que ocorreu a pandemia) sobre a divisão desigual do trabalho, quais foram: pesquisa realizada pela SOF – SempreViva Organização Feminista e GeN no ano de 2020 sobre a jornada de trabalho das mulheres no contexto da pandemia de Covid19, dados do IBGE/PNAD, fonte oficial de informações sobre o tema e sobre as políticas públicas. As condições objetivas levaram a concentrar esse artigo numa análise exploratória e assim reconhecer os limites do trabalho em aprofundar tão densa e complexa realidade.

Nesse viés, o trabalho é construído por dois tópicos. O primeiro apresenta a discussão sobre a divisão sexual do trabalho, mediada pela apresentação de categorias e conceitos, como a própria temática, o patriarcado, racismo e a reprodução social. No segundo, será apresentada a discussão sobre Estado e as políticas públicas e como responde na atualidade brasileira e servem às mulheres no que se relaciona com a situação de sobrecarga no trabalho doméstico e de cuidados. Ademais, são apresentados dados quantitativos sobre a realidade em que as mulheres foram introduzidas mediante contexto pandêmico e as resultantes do desamparo estatal, que agravou a desigual jornada de trabalho, sem a correspondente ação do Estado.

2. DESENVOLVIMENTO

Tendo em vista que o foco da discussão é ter contato com a categoria da divisão social e sexual do trabalho, nada mais necessário do que explicitar o sistema patriarcal como produtor de desigualdades de gênero. As práticas que expressam tais estruturas se materializam no exercício de opressão e exploração das mulheres, no sentido em que reduz a experiência das mulheres como marcada por violências sofridas ao longo de sua trajetória de vida e, em muitos casos, pelo apagamento ou obstáculos no acesso a determinadas vivências sociais, como a política e no próprio mundo do trabalho.

O patriarcado se mantém de pé a partir do momento em que se entende que aliado ao sistema de produção capitalista e racista, produz mecanismos de manutenção da exploração e dominação sobre as mulheres que são funcionais a esse sistema. Na ordem patriarcal capitalista e racista, são expressões da dominação-exploração das mulheres as demais dimensões: interdição à constituição como sujeito político e a não participação das mulheres nos espaços de poder; a divisão sexual do trabalho, que produz as atribuições domésticas em demasia sobre as mulheres e produz a dependência econômica das mulheres; a prática da violência e o controle sobre o corpo, da sexualidade e reprodução das mulheres (CAMURÇA, 2007, p. 20-21).

Nos interessa identificar as razões estruturais da permanência da desigual divisão do trabalho entre homens e mulheres, que produz como consequências a acentuação do

adoecimento, a sobrecarga sobre as mulheres, no contexto do desamparo público frente aos determinantes patriarcais-capitalistas-racistas na sociedade atual.

Vê-se que a origem do patriarcado não se deu há poucas décadas comparado a sua origem enquanto objeto de estudo. Segundo Saffioti (2004), o patriarcado remonta há milênios da história da humanidade. Foi parte do processo de explicitar o sistema patriarcal, especialmente no sistema capitalista, o que se busca entender sobre a dicotomização de trabalhos entregue às mulheres e aos homens.

É fácil observar que as mulheres, mesmo tendo conquistado o “lugar fora de casa”, continuam com determinadas demandas como responsabilidade superior, hoje sobrecarregadas ainda mais que antes, pelo fato de terem as atividades domésticas pré-estabelecidas à frente de sua profissão, carreira acadêmica, atuação política etc. Os homens que antes eram entendidos como seres superiores, autônomos, de poder e força, hoje fortalecem entre si um sistema que lhes atribui conforto e lhes dá espaço de poder e liberdade ano após ano, expandindo seu espaço e cerceando as mulheres de conquistá-lo.

Manter a divisão desigual do trabalho está no centro do antagonismo das relações patriarcais de gênero. Nesse sentido, ao falarmos de poder, autonomia, direitos, liberdade, entre outros aspectos cerceados no contexto do sistema patriarcal, consideramos a análise de que as mulheres estão sujeitas em antagonismo com o grupo social homens nas relações sociais.

A organização da vida social reflete o poder dos homens como grupo social, haja vista o vasto espaço de atividades exercidas pelos próprios. As leis, o exercício público, o comando político ainda é hegemonizado pelos homens, sobretudo os homens brancos. As mulheres sustentam majoritariamente o espaço reprodutivo, ou seja, são responsáveis pelas atividades do lar, da família e do cuidado, penalizadas historicamente com o encargo diário de um ambiente que carrega não só o aspecto de sobrecarga, como também constantes formas de violências frente à desigualdade de atividades e valores recebidos.

Collete Guillaumin (2014), feminista materialista francófona, propõe a categoria apropriação, sendo esta condição central das mulheres no jugo patriarcal. A apropriação que se faz do tempo das mulheres leva à sobrecarga e a apropriação da individualidade delas. Diz a autora:

O tempo é explicitamente apropriado no “contrato” de casamento, dado que não há nenhuma medição desse tempo, nenhuma limitação ao seu emprego, quer expressa sob forma horária, como é o caso nos contratos clássicos de trabalho, assalariados ou não (os contratos de locação, ou em troca de sustento, especificam um tempo de trabalho ou de liberdade – feriados, dias de descanso etc.), quer sob forma pecuniária: nenhuma avaliação monetária do trabalho da esposa é prevista. Além disso, não se trata somente da esposa, mas sim de membros do grupo de mulheres em geral. Afinal, são as mães, irmãs, avós, filhas, tias etc., que não assinaram nenhum contrato individual com o esposo, o “chefe de família”, que contribuem para o sustento e a conservação dos bens, vivos ou não, deste último (GUILLAUMIN, 2014, p. 35).

Nas palavras de Ávila (2007), no patriarcado, “[...] o trabalho das mulheres é visto como um recurso elástico e inesgotável, como a natureza. [...] é tratado como serviço, considerando que as mulheres estão à disposição para servir” (ÁVILA, 2007, p. 45). Tais condições reafirmam a categoria defendida por Kergoat (2009), quando sintetiza o conceito de *divisão sexual do trabalho* como “a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, [é] simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticos, religiosos, militares, etc.)” (KERGOAT, 2009, p. 67).

A divisão sociossexual do trabalho gera desafios quanto à participação das mulheres em espaços mais valorizados, ao mesmo tempo que leva estas a serem direcionadas às atividades do campo reprodutivo, tratadas por sua vez como inferiores. Isto se reflete em uma situação no mundo do trabalho marcada por jornadas contínuas no trabalho remunerado e não remunerado (Ávila, 2007), trabalhos precarizados, jornadas extensivas de trabalho e com baixa ou sem remuneração. Com isso, o tempo das mulheres é consumido de forma banalizada e naturalizada, seja no trabalho doméstico seja na produção capitalista de mercadorias.

Sendo assim, “convém lembrar que o patriarcado serve ao interesse das classes dominantes e que o sexismo não é meramente um preconceito, sendo também o poder de agir de acordo com ele” (SAFFIOTI, 2015, p. 131). O capitalismo se vale das fragilidades sociais que ele mesmo cria e faz com que permaneçam existindo. Para além disso, a sub remuneração se realiza culminando na violação dos direitos das mulheres, mais uma vez priorizando os homens, culpabilizando as próprias por desejarem ocupar espaços que originalmente não era delas e ainda afirmando que, por terem “conquistado”, é obrigatório enfrentar as dificuldades postas.

A sociedade tem como sistemas de exploração, opressão e subordinação o capitalismo em sua expansão de recursos mediante exploração de força de trabalho, o patriarcado a partir da subordinação das mulheres ao poder masculino e o racismo, que subjuga indivíduos negros conforme a crença de raça dominante, por viezes históricos que ainda predominam na atualidade, resultando em opressão e desigualdade racial.

A organização do sistema capitalista-patriarcal-racista se pauta pela reprodução social baseada em controles sociais violentos e violadores dos indivíduos. As mulheres como sujeitas à divisão sexual do trabalho acabam responsabilizadas por atividades que as destacam como produto de subordinação e exploração. Por sua vez, as mulheres negras, como consequência da imbricação das relações sociais de opressão-exploração-dominação, são também atingidas pela divisão sociosexual e racial do trabalho, dessa forma sendo a massa com maior nível de precarização em suas vidas, ou seja, são as que mais trabalham

e menos recebem, além de serem mais atingidas em questão de saúde física e mental (SILVA, 2007).

Almeida afirma que por motivos históricos da condição dos resultados da escravidão, “após a abolição da escravidão adolescentes e jovens negras continuaram a trabalhar em “casas de famílias” em troca de casa e comida, como crias de casa” (ALMEIDA, 2017, p. 106). As diversas formas de opressão levam a que os sujeitos sociais mais impactados pela subalternização, desvalorização e precariedade sejam sobretudo negros e mulheres da classe trabalhadora. Como refletido, a imbricação desses sistemas gera mais condições de desigualdade, tornando o enfrentamento do dia a dia mais pesado e angustiante.

A divisão sexual do trabalho se evidencia a partir de relações sociais de opressão que colocam as mulheres no lugar de vulnerabilidade, de sobrecarga contínua, de violação de direitos e da própria fala. É mediante a divisão de tarefas por gênero, raça e classe que se faz expressar as relações de opressão e exploração e, no caso das mulheres, colocando sobre suas costas as atividades não remuneradas, que exigem força e jornada contínua (CISNE e FALQUET, 2020, p. 432), sem valorização, e lhes impondo as atividades remuneradas mais precárias, também desvalorizadas.

Para o modo de produção vigente, quanto mais desvalorizadas as atividades domésticas e do cuidado, cotidianamente produzidas, melhor lhe serve ampliando a acumulação de capital e garantindo a existência da sua mercadoria mais valiosa, a “força de trabalho”. Interessa ao capitalismo, portanto, manter as mulheres realizando estas atividades incessantes, que requerem tempo e força de trabalho para serem exercidas, sem nenhuma remuneração.

[...] por meio da apropriação advinda das relações sociais de raça e sexo, o capitalismo amplia um grande contingente humano disponível para os mais baixos salários, aumentando, portanto, a sua capacidade de exploração associada às apropriações de tempo, do corpo e do trabalho não pago das mulheres. Não é possível, assim, separar as relações de produção das relações sociais, das quais as relações de sexo e raça são, indiscutivelmente, parte constitutiva (CISNE, 2018, p. 224).

Assim, se mantém o caminho para a manutenção da exploração de força de trabalho, mas não preocupa, antes interessa ao capitalista, que não haja a valorização ou sequer reconhecimento de dadas atividades. Cabe às mulheres ocupar os espaços de estudantes, trabalhadoras, mães e cuidadoras, em jornadas contínuas, sem o merecimento de remuneração válida para o seu exercício. Sem, quanto ao sistema dominante ter a necessidade de preocupação com a saúde das mulheres que após tamanha exposição a exploração física e psicológica são levadas facilmente ao adoecimento.

Homens em detrimento das mulheres, mesmos estes estando localizados em grupos de vulnerabilidade social, não chegam a vivenciar o espaço de subordinação e exploração física e psicológica ao qual as mulheres são expostas, pois a eles, é viável o descanso, a

programação de seu tempo para manter a destinação de foco para determinada atividade, não preocupando a manutenção do lar e do cuidados com os filhos e familiares, justo por ser posto como uma atribuição das mulheres: assim faz-nos crer as relações sociais de opressão presentes no patriarcado.

Para tanto, é válida a busca pelo papel do Estado frente a tais questões, para entender os motivos para a conservação dessa desigualdade e dos valores a ela vinculados, assim como a não mudança de tais valores reacionários.

O Estado reflete os antagonismos, disputas e lutas de vida e morte entre classes, mulheres, povos frente ao capital, com prioridade para este. Dada a força do capital sobre o Estado, demandando deste recursos públicos para servir a acumulação, tem sua ação para atender as demandas da população sempre limitadas. As políticas públicas firmadas nesse contexto, trazem consigo o caráter de manutenção do desamparo, ou seja, as políticas não assumem o papel de resolução ou de impulso para o desenvolvimento social, assumem o papel de controle da pobreza.

Quanto à desigualdade de gênero, vale ressaltar que o caráter capitalista-patriarcal-racista que o Estado carrega, determina que sua intervenção na formação social brasileira, empregue e mantenha as mulheres frente a divisão sexual do trabalho. Ou seja, somente agrave por meio das atividades reprodutivas, a sobrecarga das mulheres no caminho em que se amplia a visão de que a mulher deve estar ligada à assistência.

O Estado, com gestão de orientação neoliberal e conservadora, acirra suas características históricas de implementação de políticas públicas de baixo custo, ainda mais no contexto de crise, quando o fundo público é expropriado para os interesses do capital. Assim, a ação do Estado acaba por ser condutor de um cenário de sucateamento e precarização, sobretudo na hegemonia neoliberal que vivenciamos nas últimas décadas e que se agravou desde 2016, no caso brasileiro.

Salienta-se, assim, a exclusão das mulheres do espaço de poder, pois como supracitado, são expropriadas de suas próprias individualidades. Não se gera políticas públicas que possam fornecer às mulheres amparo no campo profissional ou acadêmico, como creches e outras demandas, pois assim, violaria os recursos capitalistas-patriarcais. Assim, garantindo ao Estado e ao neoliberalismo presente na conduta capitalista da sociedade, a apropriação e exploração da força de trabalho das mulheres, como recurso de manutenção para o sistema.

A falta dessas políticas atinge fortemente as vidas das mulheres, sobretudo aquelas inseridas em contexto periférico e na ausência de rede de apoio. Para sustentação da temática discutida, serão apresentados também dados quanto à realidade vivida pelas mulheres durante a pandemia do Covid-19 e o operante descaso político frente às demandas

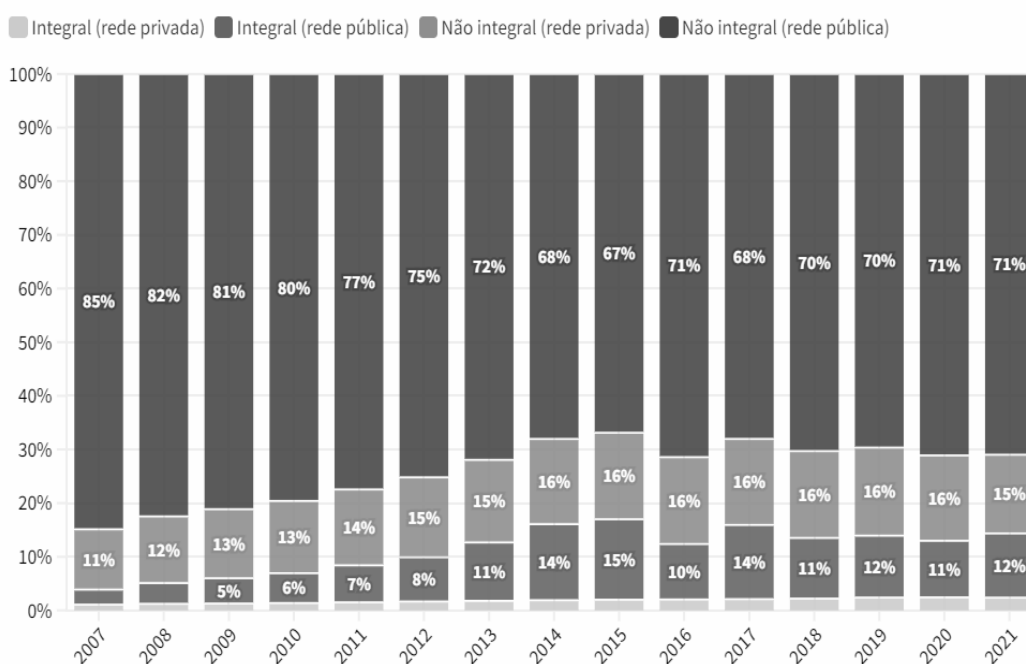
enfrentadas por estas, que continuaram exercendo suas atividades reprodutivas, adoecidas e em constante preocupação e cuidado com os seus entes.

Segundo a OIT (2018), 76% do trabalho de cuidados no mundo é realizado por mulheres, o que equivale a 16.000.000.000 de horas trabalhadas diariamente. (OIT, 2018 apud RED GENERO E COMERCIO, 2022). A PNAD 2019/IBGE, nos apresenta que no Brasil, em 2019, cerca de 35,6% das crianças de 0 a 3 anos estavam matriculadas em creches. No Nordeste, essa percentagem é de 31% e no Norte, de somente 17,6%. A situação já insuficiente se agravou na pandemia: em 2022, mais de 650 mil crianças de 0 a 3 anos deixaram o ensino infantil. Destas vagas, 76% são garantidas pela rede pública.

Estes dados evidenciam as lacunas e insuficiência na provisão de serviços para o enfrentamento da divisão sociosexual do trabalho e sobrecarga das mulheres. O estudo do Instituto Feminista SOS Corpo, realizado em 2013, desvela que as mulheres demandam creches como sua primeira necessidade na condição de trabalhadora (ÁVILA e FERREIRA, 2013). Esta situação se torna ainda mais grave conforme analisamos o ensino integral: apenas 12% de todas as matrículas da Educação Básica são realizadas nesta modalidade oferecida pela rede pública (INEP, 2021). É o que se pode ver nos dados do quadro abaixo:

Matrículas em turmas de tempo integral por rede de ensino

Considerando as matrículas em todas as etapas de ensino em todo o país



Fonte: Censo Escolar - Inep

Outra possibilidade para lidar com as demandas da maternidade pelas mulheres trabalhadoras são as licenças quando têm filhos, porém este direito é limitado àquelas que

têm carteira assinada, protegidas pela seguridade, e servidoras públicas. Se trata de um benefício previdenciário e não propriamente uma política efetiva e universal do Estado.

Estudo bastante importante e de repercussão, de Machado e Neto (2016), da FGV, mostrou a realidade de que mais uma desigualdade se coloca para as mulheres que vivem o legítimo direito da licença maternidade. Cerca de 51% daquelas com mais baixa escolaridade perdem o emprego formal até 12 meses após a licença maternidade. Segundo estes autores, “o estudo indica que, no Brasil, a licença-maternidade de 120 dias não é capaz de reter as mães no mercado de trabalho, mostrando que outras políticas (como expansão de creches e pré-escolas) podem ser mais eficazes para atingir tal objetivo, especialmente para proteger as mulheres com menor nível educacional” (MACHADO e NETO, 2016, s/p.).

Tal condição deficitária se agravou notoriamente no contexto da pandemia do Covid-19, em prol da realidade vivida pelas mulheres. Visto que no contexto de pandemia, passaram a atuar com mais demandas e degradação de sua existência, sem a articulação de políticas que as amparasse, e ainda com a ampliação de demandas em torno de seus trabalhos remunerados.

Referente ao discutido, a pesquisa quali-quantitativa das organizações Gênero & Número e SOF Sempre Viva Organização Feminista, realizada no ano de 2020, referente ao “trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, na qual 2.641 mulheres foram entrevistadas, teve por objetivo evidenciar a desigualdade de gênero e apresentar as resultantes da divisão sexual do trabalho no contexto da pandemia do Covid-19.

Partindo disso, mediante as perguntas apresentadas pelo grupo de pesquisa, obtiveram como resultados as seguintes percentagens: 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia; 72% afirmaram que aumentou a necessidade de monitoramento e companhia; 41% das mulheres que seguiram trabalhando na pandemia com a manutenção de salários afirmaram trabalhar mais na quarentena; 40% das mulheres afirmaram que a pandemia e a situação de isolamento social colocaram a sustentação da casa em risco; 58% das mulheres desempregadas são negras; 8,4% das mulheres afirmaram ter sofrido alguma forma de violência no período de isolamento; dentre outros.

Não apenas o empobrecimento das mulheres se agravou, como também demonstrado na pesquisa, houve o aumento das violências contra as mulheres. Veja, desempregadas e em isolamento social, uma realidade pela qual atribui aos seus violadores segurança e conforto. Assim surtindo sobre as mulheres, extrema subordinação às relações de opressão com seus parceiros. À vista disso, o acréscimo aos dados de violência foi observado por meio de opressão e exploração das mais diversas formas, agravando o espaço de sobrecarga e situação de risco.

Para tanto, os números foram apresentados para a representação da realidade epidêmica, mas temos de refletir e ter ideia de que a pandemia não é a origem de todas as

desigualdades e nem da insuficiente ação do Estado. Este que sempre adotou medidas imprecisas para com a classe trabalhadora, e no sentido da divisão sexual do trabalho, mantém a sobrecarga das mulheres, seja por omissão e insuficiência de serviços, seja por repassar tarefas a estas.

GN e SOF problematizam a condição de superexploração das mulheres, fazendo mais clara a falta de priorização a sustentação da vida, por meio de medidas políticas que visem à reorganização econômica e a construção da igualdade e justiça social. Pontos em que, na presença do sistema capitalista-patriarcal-racista, será por muitos anos dificultoso de se engendrar, por isso a necessidade da persistência da luta presente em movimentos sociais, sobretudo o feminista, para que o Estado mude e passe a conduzir a viabilidade de suas políticas em condição de equiparação as verdadeiras necessidades da classe que lhe sustenta, a trabalhadora. E para as mulheres: a autonomia econômica, a ampliação dos direitos sociais e justiça redistributiva (FERREIRA, 2007).

3. CONCLUSÃO

A divisão sexual do trabalho expressa em categoria que explica a exploração das mulheres, subalternizadas às relações de opressão e exploração de sua força física e psicológica. Frente a esta realidade e ao se evidenciar a tendência de retração da ação do Estado frente a esta problemática e, ao contrário, sua atuação na sua reprodução, identifica-se que tem cabido às próprias mulheres a responsabilidade por enfrentar a divisão sociosexual do trabalho e sua própria sobrecarga, empregando seu tempo, recursos e redes de apoio. Isto significa que as mulheres enfrentam essa situação na sua maioria por suas próprias estratégias, pelas dinâmicas familiares ou através do mercado de serviços; o Estado supre insuficientemente essa demanda e, ainda, esse Estado atua na conservação de atribuições e tarefas reprodutivos, ou seja, na ampliação de atividades dirigidas às mulheres, numa tendência de apropriação de seu tempo de trabalho não remunerado na realização de políticas sociais (FERREIRA, 2020).

Em consonância a esta questão, mencionamos a pandemia como realidade precarizadora dessas desigualdades e trouxemos os dados disponíveis sobre as políticas de Estado para o cuidado, ainda que limitadas no âmbito da educação e das licenças parentais. A pandemia evidenciou a situação crítica da sobrecarga das mulheres, sendo o contexto em que se aumentou sobre as mulheres a exploração de sua força de trabalho, lhes entregando nada mais do que a reconfiguração de suas demandas e preocupações diárias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janaiky Pereira. **Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina.** (Tese doutorado em política social). Brasília:

UNB, 2017.

ÁVILA, Maria Betânia. Notas sobre o trabalho doméstico. In: **Cadernos de Crítica Feminista**, v. 1, n. 0, p. 38-53, 2007.

CAMURÇA, Sílvia. Nós mulheres e nossa experiência comum. In: **Cadernos de Crítica Feminista**, v. 1, n. 0, p. 12-23, 2007.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

_____.; FALQUET, Jules. Economia política sob uma análise feminista materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. In: **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 22, n.2, p. 425-440, jan./jun. 2020.

FERREIRA, Verônica. Trabalho e Previdência Social na pauta da luta por direitos. In: **Cadernos de Crítica Feminista**, v. 1, n. 0, p. 74-82, 2007.

FERREIRA, Verônica. **Apropriação do Tempo de Trabalho Não Remunerado das Mulheres nas Políticas de Saúde e Reprodução Social: uma análise de suas tendências**. E-book. Recife: Editora UFPE, 2020.

GENERO E NUMERO; SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **SEM PARAR: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. Relatório. São Paulo; Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://mulheresnapanademia.sof.org.br/relatorio>. Acesso em: 14/11/2022.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação – MEC. **Censo Escolar 2021: Divulgação dos Resultados**. Brasília: INEP/MEC, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf. Consulta realizada em 20.11.2022.

INSTITUTO EQUIT; REDE DE GENERO Y COMERCIO. **A mulher malabarista: manutenção da vida e economia do cuidado**. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: <https://www.equit.org.br/novo/?p=3500>. Acesso em: 28/11/2022.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA Helena; LABORIE Françoise; DOARÈ, Le Héléne; SENOTIER (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Fundação Editora da UNESP. São Paulo, 2009.

_____. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos de pesquisa 37** (2007): 595-609.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
_____. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir. Editora Limitada, 1979.

FEMINISMO E EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE ESTA RELAÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL

Maria Aparecida Elias Pereira¹³¹

RESUMO: O trabalho tem como objetivo relacionar feminismo e educação, aspectos que tornam esta relação necessária, destacando particularidades da Educação Básica do Brasil na atualidade. Dialogamos por meio do método histórico-dialético e de uma pesquisa bibliográfica, defendemos a concepção de feminismo materialista e da pedagogia crítica e popular ao confrontar as perspectivas políticas, econômicas e sociais desenvolvidas neste contexto, que unem conservadorismo e neoliberalismo na implementação das políticas públicas, especificamente na educação, atuando na contramão da construção emancipatória humana de todas as formas de opressão e exploração de classe, sexo, raça/etnia e outros determinantes.

PALAVRAS-CHAVES: feminismo; educação; políticas de educação

1 INTRODUÇÃO

O objeto desta análise parte da realidade empírica apreendida sobre a vida das mulheres na atualidade do Brasil, uma realidade factual de desigualdade social que se expressa em variadas formas de opressão, exploração e violência contra as mulheres. Nos últimos anos as desigualdades de gênero foram aprofundadas em virtude do avanço do conservadorismo e da diminuição de políticas públicas para as mulheres.

Nesse sentido, é preciso compreender que tais expressões de desigualdade e violências estão relacionadas a manutenção do patriarcado (FERREIRA *et. al.*, 2014), enquanto esse sistema de dominação e exploração masculina constituído historicamente, e a cultura, como suporte ideológico necessário para que se consolidem as estruturas dominantes e estas pareçam imutáveis, naturais, a partir da estruturação de mecanismos de reprodução em todas as instâncias da vida social.

Assim localizamos o lugar que ocupa a educação, em suas diferentes concepções. No sentido ontológico, enquanto essencial para a humanidade, na capacidade humana de aprender e transmitir conhecimentos necessários a manutenção e desenvolvimento contínuo de nossa existência, bem como, no sentido específico da educação dentro do modo de

¹³¹ Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; E-mail: aparecidaelias2@gmail.com

organização capitalista, responsável por atuar na formação dos indivíduos das classes sociais permeada pelas relações de sexo e raça/etnia, como destacam análises feministas.

O encontro com a temática vem de vivências e estudos anteriores em que desenvolvemos reflexões sobre a relação entre feminismo e educação na particularidade das Escolas Cidadãs Integrais de Sousa/PB (PEREIRA, 2023), onde são traçadas análises desde a constituição do patriarcado até a especificidade das contribuições das Escolas Cidadãs Integrais de Sousa.

Para responder os objetivos do trabalho articulamos o materialismo histórico-dialético com as contribuições da teoria feminista materialista, crítica e pedagógica (SAFFIOTI, 2015; CISNE, 2014; HOOKS, 2013, 2018), bem como com as teorias da educação em sentido ontológico e popular (MÈSZÁROS, 2008; FREIRE, 1987, 2001, 2014; ARROYO, 2014; GADOTTI, 2009).

Recorremos a uma revisão de literatura para sustentar nosso entendimento acerca das conexões entre feminismo e educação, destacando particularidades que apontam para o fortalecimento do conservadorismo das últimas duas décadas, intensificado ainda mais no Governo Bolsonaro (2019-2022), combinando-se à lógica neoliberal atuante nas políticas sociais, entre elas, as políticas de educação.

Por fim, traçamos algumas considerações acerca dos enfrentamentos necessários dos movimentos feministas, profissionais da educação e da sociedade em geral para a defesa da educação pública direcionada à defesa dos direitos das mulheres e demais grupos sociais afetados pelo capitalismo-racista-patriarcal dominante.

1 FEMINISMO E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

Neste item, abordamos a relação das categorias feminismo e educação para a construção de um projeto de emancipação humana, em específico na promoção dos direitos das mulheres. Ressaltamos a concepção de feminismo na perspectiva que compreende as opressões de classe-raça-sexo como materiais, estruturais e históricas, e por isso, entende, também, a importância de disputar no campo ideológico, na cultura, visando a transformação desta sociedade constituída e reprodutora de desigualdades de classe-raça-sexo, entre outros determinantes.

Nascemos inseridas/os em uma cultura muito fortalecida de desigualdades sociais, que dificulta a nossa visão de como esta foi e continua sendo construída, de quem se beneficia, em como está estruturada a sociedade e trabalha para mantê-la, ocultando, distorcendo e combatendo, inclusive, de forma violenta indivíduos e movimentos sociais que lutam pela construção de uma outra sociabilidade, livre de todas as formas de exploração e opressão. Atuando historicamente no Brasil como sistemas consubstanciados de classe-raça/etnia/sexo

de dominação e exploração (CISNE, 2014), a ideologia dominante se reproduz na tentativa de ocultar e naturalizar as expressões de desigualdades e violências.

Com relação às mulheres, Saffioti (2015) também vai explicar utilizando da categoria patriarcado como se dá esse processo, assim como hooks (2013), que de sua experiência de mulher negra e pedagoga (mesmo de outro contexto social, sendo norte-americana) vai trazer a necessidade de reconhecer e ampliar o conhecimento desse sistema de dominação e exploração para toda a sociedade a fim de transformá-la, conectando radicalmente a educação e a cultura no embate pela construção de uma perspectiva de mundo feminista-emancipatória de todas as formas de opressão.

Pois, como Freire (2001, p. 49) vem mostrando, se existe uma regra inerente ao ser humano e sua história - uma programação - está no fato de que somos “‘programados para aprender’, mas não determinados”. O autor ressalta que existe sim um condicionamento, determinantes das condições de classe, raça/etnia, sexo, entre outros, mas revela também uma compreensão da história é desta enquanto possibilidade (FREIRE, 2001), ou seja, passível de transformação histórica.

Este é o sentido ontológico que constitui a educação em si (MÈSZÁROS, 2008). Então, nesta análise educar é um ato contínuo e relacional inerente aos seres humanos, que assim como o trabalho, possuem a característica fundamental de estar intrinsecamente relacionado ao humano, em sua capacidade de criar a partir do trabalho, primeiramente para a satisfação de suas necessidades primárias, mas também na sua necessidade de transcender, de imaginar, um entendimento bem traduzido pela cultura quando canta que “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”¹³².

Por outro lado, no sistema capitalista, a mercadoria assume uma posição central regulando todos os aspectos da vida social, então o trabalho e a educação passam por essa apropriação e transformação na sua base, assumindo também o aspecto de mercadoria, a educação se afasta do seu sentido ontológico e passa a ser utilizada para fins de reprodução da estrutura de produção capitalista.

Mészáros (2008) detalha como as determinações do sistema capitalista são irreformáveis, ou seja, não é possível alcançar uma emancipação humana plena dentro de uma estrutura que tem na própria condição de existir os mecanismos de desigualdade, exploração e apropriação da riqueza produzida pela classe trabalhadora. No entanto, nesta compreensão não significa dizer que devemos abandonar a luta pela garantia de direitos dentro desse sistema, uma vez que por meio do acesso aos direitos as condições materiais e

¹³² Música “Comida”, lançada em 1987 pela banda de rock brasileira “Titãs”. Compositores: Antunes / Frommer / Britto. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/blog/analise-musica-comida-titãs/#:~:text=Uma%20delas%20%C3%A9%20Comida%2C%20lan%C3%A7ada,de%20forma%20po%C3%A9tica%20pelo%20grupo.>

subjetivas se alteram e consequentemente a vida das pessoas ou grupos envolvidos. Porém, ressaltando que a própria noção de garantia de direitos já implica, por outro lado, na exclusão de direitos, reafirmando a estrutura de desigualdade do modo capitalista.

Portanto, a educação formal está nesse processo como um instrumento em disputa, uma vez que, enquanto política social organizada pelo Estado capitalista, ao mesmo tempo é constantemente tensionada pelos interesses da classe trabalhadora, no sentido de uma transformação radical que de fato possa refletir os ideais emancipatórios contidos no conceito ontológico de educação, não podendo ocorrer, como afirma Mészáros (2008, p. 59),

[...] sem um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como 'a nossa própria vida', a educação formal não pode realizar as suas muito necessárias aspirações emancipadoras.

Por este ângulo, conscientes do lugar da educação neste terreno de disputa e de significados, podemos questionar quais meios teríamos para empreender a construção de um novo mundo possível, sabendo da necessidade urgente de construir bases para novas formas de habitar o planeta e reconhecendo que esse construir passa, necessariamente, por processos educativos, compreendemos o sentido de buscar transformar as práticas educativas na direção de uma educação crítica, feminista e popular.

É nesse sentido da educação enquanto reflexão e atuação diante do que está posto e do que virá adiante, que Freire (1987) vai construir sua crítica à educação formal, cujo modelo cunhou de “educação bancária”, em que essa unidade de teoria e práticas não acontece, uma vez que há um distanciamento entre os sujeitos, enrijecidos nos papéis de professores e alunos, onde os primeiros detêm o saber e repassam conteúdos, conhecimentos que não correspondem, muitas vezes, à realidade e aos interesses dos/das educandos/as. E esta perspectiva, para Freire (1987, p. 34) “satisfaz os interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação”, pois, uma vez que,

[...] os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos (FREIRE, 1987, p. 34).

E que sujeitos são esses que compõem a escola? Arroyo (2014) vai trazer essa discussão para compreender os sujeitos pertencentes a coletivos subalternizados, como são os grupos de mulheres, étnico-raciais, trabalhadoras/es do campo e da cidade, que estão presentes na comunidade escolar, enquanto “Outros Sujeitos”, que já trazem em si, nas suas vivências de resistências, outras pedagogias, bem como demandam seu reconhecimento.

Por isso que, além da denúncia das desigualdades latentes na sociedade brasileira, para Freire (2014), é necessário ressaltar que a educação formal, no modo como vem sendo historicamente posta pelo Estado brasileiro, se apresenta como um vetor de reprodução desse

sistema de exclusão, pois nesse modelo não é dado aos indivíduos a possibilidade de uma educação crítica, emancipatória, mas servindo aos interesses da classe dominante. A educação formal é utilizada para a formação da classe trabalhadora enquanto força de trabalho necessária para o capital, bem como para garantir os melhores lugares nas escolas e universidades para filhos/as da classe dominante.

Uma inversão em que os indivíduos, dentro de suas realidades, muitas vezes não conseguem distinguir e perceber o quanto as determinações de classe, raça/etnia, sexo afeta não apenas as oportunidades de acesso aos bens materiais e imateriais produzidos pela humanidade, mas também subjetivamente há um não acesso a perspectivas que não são parte da realidade de grande parte da classe trabalhadora.

No Brasil, portanto, podemos articular as leituras das feministas materialistas e marxistas às análises das mulheres negras para pensar as estruturas de raça/etnia, sexo/gênero, classe, para assim traçar o panorama no qual precisamos atuar coletivamente para transformar. Nesse contexto, se tomamos como referência a história recente do Brasil, nos últimos vinte anos, pesquisas demonstram para além das desigualdades e violências contra as mulheres, seu aspecto de naturalização, resultado da estrutura ideológica patriarcal que impera sobre a cultura dominante.

Saffioti (2015), em análise de dados de 2001 sobre a condição das mulheres na sociedade, investigando sobre esse aspecto ideológico, traz dados demonstrando que nem sempre as violências são diagnosticadas ou assumidas pelas vítimas. Quando estimuladas a relatar, entre os tipos de violência física, psicológica e sexual, constituíam “quase metade das brasileiras”, sendo que a outra metade “deve também ter sofrido alguma modalidade de violência, não as considerando, porém, como tal” (SAFFIOTI, 2015, p. 50).

Toda a materialidade de exploração e opressão sobre as mulheres tem seu aspecto ideológico que também é violento, está posto na cultura racista, patriarcal e classista que molda a cultura do país. Se expressa por meio de práticas misóginas de apropriação dos corpos femininos, em suas multiplicidades, em que nenhuma está isenta dos rebatimentos em suas vidas em termos materiais e psicológicos.

Nesse sentido, voltamos a nos encontrar com a perspectiva de feminismo crítico pedagógico que temos defendido aqui com base em hooks (2013; 2018). Esta autora faz questão de trazer para sua teoria sua perspectiva de transformação pessoal com o feminismo, demonstrando como o patriarcado, o racismo e elitismo recaiu sobre sua vida, seu desenvolvimento humano e como sua experiência com uma educação crítica e feminista foi capaz de transformar sua relação consigo e com o mundo.

2 O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO: REBATIMENTOS NA VIDA DAS MULHERES

No que se refere à condição das mulheres no âmbito dos direitos na educação básica, podemos refletir sobre alguns dos marcos legais das políticas de Educação e Direitos Humanos no Brasil que orientam e normatizam o ensino médio, demonstrando como a luta de classe-raça-sexo se reflete na instituição desses documentos e como podemos nos apropriar das conquistas formais para fortalecer os movimentos de luta pela sua materialização, assim como identificar as disputas nesse campo com as forças políticas conservadoras que se privilegiam das desigualdades de classe-raça-sexo e lutam para mantê-las e aprofundá-las no domínio das políticas públicas e sociais.

A Constituição Federal de 1988, cunhada de constituição cidadã e resultante da luta pela redemocratização (1964-1985) representou o fortalecimento político da classe trabalhadora na conquista de direitos. A partir da sua promulgação foram sendo implementadas legislações específicas para regular o que estava estabelecido na Constituição, assim se constrói aparelhos importantes para a classe trabalhadora como os Sistemas de Saúde (SUS), de Assistência Social (SUAS) e de Seguridade Social. Quanto ao Sistema de Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9394/96).

Importante destacar que desde a sua implantação a LDB vem sofrendo alterações com emendas em seus artigos, isto significa que a lei pode se alterar para se adaptar ao movimento da sociedade, mas também que faz parte do terreno de disputa política e ideológica. Em termos gerais, a LDB traz conceitos de educação e princípios para orientar a prática educativa e vincula a educação escolar ao mundo do trabalho e a prática social (Art. 1º, § 2º), tendo como um dos seus princípios a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Art. 3º, inciso I).

Teremos uma menção explícita em relação a violência contra a mulher, enquanto problemática a ser enfrentada também pela educação no Artigo 26 que trata da composição dos currículos, quando uma emenda recente com a Lei 14164 de 10 de junho de 2021, altera a LDB-9394/1996 “para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher” (BRASIL, 2021), proposta do senador Plínio Valério (PSDB-AM), passando a incluir “conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher, como temas transversais” (§ 9º).

Contraditoriamente, esta emenda é aprovada em um período de forte retrocesso político do Brasil (2016-2022), em que um golpe institucional, seguido de um governo reacionário, ultraconservador, promoveu discursos abertos carregados de misoginia, racismo, homofobia, entre outros desrespeitos aos direitos humanos, além do esfacelamento das políticas públicas

sociais, de proteção ao meio ambiente, entre outros retrocessos, resultado de um movimento de intensificação do conservadorismo dos últimos 20 anos, quando grupos conservadores religiosos fazem *lobby* na política institucional atacando a conquista e manutenção de direitos das mulheres e da população lgbtqia+¹³³, especialmente.

Este movimento reacionário impediu avanços nas políticas de combate a homofobia, com a justificativa ideológica de que o enfrentamento à desigualdade e violência de gênero e sexualidade serviriam para influenciar na orientação sexual e identidade de gênero de crianças e adolescentes, criando uma série de distorções de sentido e propagandas enganosas sobre uma suposta “ideologia de gênero” promovida pelos movimentos sociais e os partidos de esquerda, confundindo a população com notícias falsas sobre distribuição pelo governo do Partido dos Trabalhadores de um “kit gay” que não existiu.

Mas existindo, de fato, o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual - Brasil Sem Homofobia (2004) e em 2011 o projeto Escola Sem Homofobia, tentativas de execução de uma política pública de combate à violência homofóbica em um país que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo.

Dessa forma, qualquer crítica ao que é tradicionalmente violento neste modelo de sociedade capitalista-racista-patriarcal é alvo de campanhas difamatórias, que confundem os sentidos dos conceitos e das práticas, sejam pedagógicas ou políticas, aliando feminismo e marxismo em torno de criações mitológicas bizarras sobre comunistas e feministas “destruidoras da família” para gerar medos e ocultar os reais responsáveis pelas violências de classe, raça/etnia, sexo.

A escola como espaço de pluralidade e debate vem sendo território para essa ofensiva de ocultamento da realidade por meio de mais um engodo criado pelas forças políticas conservadoras, na ideologia de uma escola sem partido, que se tornou um projeto articulado de perseguição e silenciamento de qualquer crítica ao estabelecido.

Outra mudança importante de ser destacada foi a destituição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, criada e tornada Ministério nos Governos Lula, (2003-2010) que também criou o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (2005), neste último governo Bolsonaro passa a ser incorporada ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, com a Ministra Damares Alves.

Com uma perspectiva ultraconservadora, governo e ministérios do Governo Bolsonaro promoveram uma série de medidas, não apenas ineficazes na promoção da educação sexual e no enfrentamento das problemáticas decorrentes, como gravidez na adolescência, prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (IST's), etc, como também

¹³³ Sigla para representar a população não-heterossexual, de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras identidades.

reafirmadoras das desigualdades entre homens e mulheres.

Um exemplo disso é o caso da promoção da abstinência sexual realizado como política de governo, individualizando a responsabilidade, ou ainda as ações do governo frente aos direitos sexuais e reprodutivos já conquistados, como no aborto nos casos legais, em que meninas e mulheres têm o processo dificultado em exemplos emblemáticos de como regride a defesa a vida e os direitos das mulheres no Brasil.

De caderneta da gestante¹³⁴ promovendo práticas de violência obstétrica, ao invés de combatê-las, à flexibilização de posse e porte de armas, foram medidas desse governo, que promoveram um desmonte das políticas públicas de saúde para mulheres e colaboraram para o aumento das violências contra a mulheres, crianças e adolescentes empobrecidos, em um movimento contínuo do Estado e da sociedade patriarcal que tomou força nos últimos 20 anos no Brasil, em reação às conquistas dos movimentos feministas junto aos governos mais progressista do Partido dos Trabalhadores.

Nesse sentido, esta ofensiva conservadora disputou no campo da educação pelo embargo na construção de uma educação crítica, participativa, em favor dos direitos humanos e, do contrário, promovem o fortalecimento de uma educação autoritária, punitivista, buscando enquadrar a sociedade em valores conservadores patriarcais e racistas, uma realidade já conhecida por mulheres, crianças e adolescentes, mas que vem sendo questionada pelos movimentos feministas e lgbtquia+.

Com isso, utilizando do discurso ideológico de que professores são doutrinadores, fortalece-se o movimento político conservador sob a bandeira de Escola Sem Partido e investem contra os planos nacional, estaduais e municipais de educação, com a retirada de termos como igualdade de gênero, raça/etnia e orientação sexual das diretrizes do Plano Nacional de Educação (2014-2024), assim como ocorreu com Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), documento normativo que regula a educação básica brasileira.

Diante do exposto, podemos refletir que a luta por direitos desempenhada por mulheres e demais grupos subalternizados, nessa estrutura, se dá em muitos planos. Uma retirada ou substituição por termos genéricos, por exemplo, “todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014) representa mais do que uma questão semântica, oculta uma problemática fundamental relacionada a um sistema e uma cultura de opressão e exploração de mulheres e outras populações, os quais precisam ser enfrentados.

E apesar de alguns avanços no campo legal, como a PEC das domésticas e a Lei do

¹³⁴ Lançada pelo Ministério da Saúde, neste ano de 2022, com discurso do secretário de Atenção à Saúde Primária Raphael Câmara promovendo uma série de retrocessos na política de saúde para as mulheres, entre eles, indicando o abandono do termo violência obstétrica, conforme reportagem da agência de notícias Intercept Brasil. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/05/09/ministerio-da-saude-raphael-camara-violencia-episiotomia/> Caderneta da gestante disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_gestante-versao_eletronica_2022.pdf

Feminicídio (2015), a “adoção de políticas educacionais para igualdade entre os gêneros (Programa Brasil sem homofobia e Programa Mulher e Ciência)” (SOARES, 2019, p. 119), bem como a Lei de Importunação Sexual (2018), pesquisas atuais (IBGE, 2021) demonstram que esses dispositivos pouco transformaram de forma estrutural a realidade das mulheres, como também estão sempre no fogo cruzado quando setores conservadores assumem o poder.

Basta lembrar do que foi o governo Bolsonaro no esvaziamento das políticas para as mulheres e no ataque aos direitos já conquistados, como alertou Simone de Beauvoir (1949) em sua máxima conhecida de “que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”.

A presença das mulheres jovens e negras no ensino superior, em 2019, era 22,3%, enquanto as mulheres brancas representam 40,9%, quase o dobro, sendo ao todo minoria entre estudantes “nas áreas ligadas às ciências exatas e à esfera da produção” (IBGE, 2021). Recebem cerca de 77% dos rendimentos dos homens e dedicam o dobro do tempo que os homens às tarefas domésticas e de cuidado. Outro dado importante é que, quando há crianças de até 3 anos no domicílio, a ocupação das mulheres negras é também a menor, de 49,7%, em relação às mulheres brancas com 54,6% e os homens com 89,2% de taxa de ocupação (IBGE, 2021).

Além desses aspectos da vida material das mulheres, há outro que impacta diretamente sobre a existência da vida destas que é o aspecto da violência contra as mulheres, em todas as suas formas de expressão, que continua se manifestando em larga escala e em crescimento, especificamente, no Brasil nestes últimos de governo de orientação misógina e suas políticas correspondentes.

Aliada a esta realidade de conservadorismo, observamos a escola pública sendo inserida na dinâmica do neoliberalismo, a educação como bem público tornada cada vez mais mercadoria a serviço da reprodução das condições ideais para a sociabilidade neoliberal, na tentativa, como define Laval (2019) de transformar a escola em uma empresa. Por meio do avanço de uma “racionalidade neoliberal” (LEITE, 2019).

A essa organização neoliberal pertence a lógica de corresponsabilidade social, e de uma linguagem “empregando na escola uma cultura empresarial” (LEITE, 2019, p. 13), que mais tende a ocultar o desmanche das políticas sociais para recair no repasse das verbas públicas ao domínio das empresas privadas, favorecidas na opinião pública neoliberal com o discurso da eficiência e eficácia que o Estado não oferece, em setores como saúde, educação, entre outros.

Esta perspectiva de educação a serviço do capitalismo-racista-patriarcal se contrapõe à construção de uma “escola pública popular” (GADOTTI, 2009), promovendo ao contrário, a

constante fragmentação da classe trabalhadora, individualizada em suas demandas sociais, estimuladas a concorrência por trabalhos insuficientes, precários e segurança legal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos, portanto, necessário compreender continuamente a educação neste movimento de contradições, da disputa entre os interesses dos/as trabalhadores e do Estado burguês que precisa promover políticas de educação para desenvolver mecanismos para os/as estudantes se estruturarem ao modo de trabalho fragmentado, multifacetado, da era neoliberal, em que os indivíduos precisam desenvolver e trabalhar em diferentes funções, no ritmo das tecnologias e cada vez mais de modo autônomo, conforme o trabalho formal com garantias legais a/os trabalhadores/as foi desestruturado com as contrarreformas trabalhistas das últimas décadas.

Da mesma forma, podemos relacionar à questão de sexo e raça/etnia. Na forma como o neoliberalismo se apropria de pautas feministas, configurando uma caricatura de feminismo, o feminismo liberal, construindo a ideia de empoderamento das mulheres, em uma perspectiva individualizante que não colabora para a luta coletiva destas, uma vez que não são apenas as mulheres que se destacam e avançam na carreira profissional e nas condições de vida dentro do sistema capitalista-racista-patriarcal que merecem ter suas necessidades e direitos atendidos, mas todas as mulheres em toda a sua diversidade, assim como, evidentemente, todas as pessoas.

Portanto, é preciso trabalhar na ampliação das relações das escolas com os movimentos sociais, na formação continuada de professores/as e inserção efetiva no trabalho escolar de outras categorias profissionais, como do Serviço Social e da Psicologia, bem como o alargamento dos debates para toda a comunidade escolar. Podemos pensar ainda em mecanismos atuantes no enfrentamento institucional diante de casos de violência, assédio e outras posturas autoritárias ocorridos no ambiente escolar ou em relação as/os estudantes e profissionais, dando visibilidade à problemática e aos enfrentamentos necessários.

Buscando com isso somar esforços na defesa de uma educação pública, crítica e de qualidade social, reconhecendo a não-neutralidade da educação formal e por isso pretendendo provocar na comunidade escolar (da qual participamos todos/as) outros questionamentos e análises sobre a realidade, sobre como podemos construir uma educação emancipatória, o que é, em última análise, o que todos/as almejamos, enquanto classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

FERREIRA, V. et. al. (Orgs.) **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu Recife: SOS CORPO, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1970-pedagogia-do-oprimido.pdf/view>. Acesso em: 3 fev. 2022.

_____. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo** / Moacir Gadotti. -- São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. - (Educação Cidadã; 4). Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org/xmlui/bitstream/handle/7891/3079/FPF_PTPF_12_076.pdf. Acesso em: 14 out. 2022

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/sele%C3%A7%C3%A3o_2020.1/hooks_-_Ensinando_a_transgredir.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

_____. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBGE, Brasil. **Estatísticas de Gênero**: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>. Acesso em: 02 ago. 2021.

LAVAL, Christian. "A escola não é uma empresa". O neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEITE, Maria Eduarda Pereira. **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NA PARAÍBA**: uma análise da política educacional sob a égide da racionalidade neoliberal. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17122?locale=pt_BR. Acesso em: 16 nov. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. – 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, Maria Aparecida Elias. **Feminismo e Educação**: contribuições das Escolas Cidades Integrais de Sousa/PB para a cidadania das mulheres. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOARES, Suamy R. **FEMINISMO NO SERTÃO**: as particularidades da Frente de Mulheres no Cariri cearense. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

PACTO DA BRANQUITUDE, MOBILIDADE SOCIAL DO NEGRO E COTAS RACIAIS NO BRASIL

GENDERSON KAIO COSTA DE SOUZA¹³⁵

Resumo: O negro no Brasil enfrenta historicamente resistência a sua ascensão social, sendo, assim, havendo uma delimitação dos lugares de negros e lugares de brancos. Assim, temos o objetivo discutir como a branquitude brasileira age para manutenção do seu status quo. Focamos em refletir sobre a formação social do Brasil e a política de cotas raciais das universidades públicas com o materialismo-histórico-dialético enquanto lente. Postas as reflexões, nota-se que a mobilidade social do negro brasileiro acontece de forma lenta devido a busca da branquitude em manter seus privilégios utilizando-se do passado, do aparelho estatal e novas ferramentas.

Palavras-chave: pacto da branquitude; formação social do Brasil; cotas raciais.

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a mobilidade social do negro brasileiro é uma tarefa que requer pensar como se deu a formação social brasileira, haja visto que desde a invasão dos europeus em terras tupiniquis, o movimento de alocar tanto a população indígena que aqui vivia, quanto de construir um lugar social do negro no país por meio da exploração e subalternização é fator marcante e nos ajuda a compreender como se constitui o pacto da branquitude no Brasil.

Assim, para entendimento da formação social do Brasil nos voltamos para as contribuições de Clóvis Moura (2020) enquanto centrais para compreendermos as bases do nosso país, a qual o autor defende que fora vivenciado um modo de produção específico, o modo de produção escravista. Nos detemos também as reflexões de Florestan Fernandes (2006) que nos ajuda a entender sobre a constituição do capitalismo no Brasil e Caio Prado Jr (2011) que nos traz ao centro do debate o sentido da colonização nas Américas. Ressaltamos que tais autores nos orientam para debater sobre como a branquitude age historicamente para manutenção de seus privilégios.

¹³⁵ Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais - PPGSSDS/UERN; gendersonkaio.gk@gmail.com.

Como forma de delimitar e na busca de refletir sobre a ação da branquitude para barrar cotidianamente a mobilidade social do negro, nos deteremos a pensar sobre cotas raciais no Brasil trazendo exemplos de ações afirmativas que não vingaram, assim como exemplos que se concretizaram. Sendo assim, para pensar como a branquitude interage diante a implementação de política de cotas raciais, em especial, nas universidades públicas, nos determos às contribuições de Cida Bento (2022) e Silvio Almeida (2019). O materialismo histórico dialético será nossa lente na tentativa de compreendermos as contradições que envolvem as resistências da branquitude de almejar que a mobilidade social no negro não ocorra.

2 FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL: POPULAÇÃO NEGRA E MOBILIDADE SOCIAL

Compreendemos que as cotas raciais são uma importante ferramenta para acesso de pessoas negras às instituições de ensino superior do Brasil e que possibilitam a mobilidade social por via da educação, mesmo que não consideremos o suficiente para romper com os interesses da branquitude e com as marcas de um passado escravista que se mostra tão presente no cotidiano dessa população. Desta forma, para entender como a branquitude age para coibir a ascensão social do negro e como as cotas raciais contribuem para essa mobilidade, consideramos importante nos deter a alguns elementos da formação social brasileira, a qual partiremos das contribuições centrais de Clóvis Moura em sua obra *Dialética radical do Brasil negro*, Florestan Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil*, e Caio Prado Junior

Para entendimento da formação social do Brasil, é necessária a compreensão de que não há um modelo único de transformação capitalista, sendo essencial identificar os elementos que constituem a realidade de cada país, sejam eles econômicos e extra-econômicos da situação histórico-social, ou seja, como acontece o diálogo para atendimento das demandas das classes internas e externas, como as características da formação social, política, econômica e cultural interagem com essa transformação, e com qual capacidade a dominação burguesa introduz os elementos centrais dessa ao mesmo passo que a transformação capitalista consegue se enraizar diante características diferenciadas (FERNANDES, 2006).

Logo, a partir das explicações de Fernandes (2006), podemos apontar que não podemos considerar as manifestações da revolução burguesa como somente os casos clássicos - como a Inglaterra ou a França -, desconsiderando os casos a qual essa revolução está vinculada a disseminação do capitalismo maduro ou outras formas diferenciadas, ou seja, não há como analisar o Brasil a partir do desenvolvimento do capitalismo na europa, não há como se ter uma “repetição da história” ou um “desencadeamento automático” sem considerar os elementos que constituem economicamente e histórico-socialmente o país.

Ao refletirmos sobre o processo de colonização do Brasil, percebemos que ele se deu pelos interesses da Europa, em especial a Inglaterra e Portugal, no desejo de facilitar o comércio de mercadorias, mas não somente isso, essa facilitação e colonização estava perpassada pelo tráfico de mercadorias, sendo essas especiarias, madeiras, minérios, grãos e escravizados. Além desses elementos citados, a colonização também teve outros sentidos como o de proporcionar aos europeus a busca por uma melhor vida que o seu país/continente de origem não poderia proporcionar, esses vindo para o território do Brasil com a intenção de ser um dirigente e grande proprietário rural (PRADO JR, 2011).

Dito isso, Clóvis Moura (2020) traz em seus estudos uma importante pontuação: o Brasil não vivenciou o modo de produção feudal, e sim, o modo de produção escravista que é caracterizado por dois momentos, sendo o primeiro a partir de 1550 encerrando em 1850, a qual o autor intitula de escravismo pleno, e um segundo momento, a partir do ano de 1851 que ele chama de escravismo tardio, que se encerra com a abolição da escravatura de 1888. O modo de produção escravista brasileiro não se configura enquanto síntese dos modos de produção preexistentes nesse momento histórico, ou seja, não é uma combinação entre o feudalismo europeu e as práticas econômicas que existiam no país, mas sim, um modo de produção que surgiu e se desenvolveu para atender os interesses econômicos europeus, em determinado tempo e espaço (GORENDER, 2016).

No modo de produção escravista, os senhores e os escravos são as classes sociais fundamentais, e não estamos aqui ignorando a existência de outras classes, mas identificando as duas que regem a dinâmica da social, o que se expressa nas contradições e conflitos a partir da rebeldia dos escravizados em não aceitar a condição de propriedade privada ao mesmo tempo que os senhores agiam de forma a acumular riquezas e manter os seus privilégios de raça (MOURA, 2020). Caio Prado Jr (2011) destaca, como pontuei anteriormente, que os europeus brancos que se deslocaram para as Américas com interesse na melhora de vida, vinham com a mentalidade de serem proprietários rurais, e que somente iriam se colocar na condição de trabalhador se fosse extremamente necessário, mas que por pouco tempo. E quando se trata de espanhóis ou portugueses, se deslocar para o Brasil em condições de trabalhador não era uma opção diante das pequenas populações que os países de origem desses tinham. Podemos perceber, a partir do cruzamento desses apontamentos, que o modo de produção escravista e os senhores reproduzem a lógica de dominação colonialista da branquitude europeia.

Retomando ao modo de produção escravista do Brasil, para que o mesmo se sustentasse, era necessário todo um aparato repressivo, ideológico, administrativo e militar para manter a ordem da estrutura social, seja por meio da difusão de valores sociais, a exemplo da cristianização forçada, ou via ferramentas para garantia que os escravizados se contivessem de suas rebeldias, a exemplo do tronco, do açoite e tortura de duas mais diversas

formas. A partir desses apontamentos, mesmo que esse momento histórico e social não se inclua no que Ernest Mandel (1986) coloca como as funções do capitalismo tardio, as funções repressoras e integrativas estão bem evidenciadas. A função repressora do Estado se apresenta na legitimidade que é dada a utilização da coerção contra os escravizados quando estes ameaçam o modo de produção escravista. Já a função integradora, visualizamos quando se utiliza da cristianização forçadas desses sujeitos subalternizados, pois percebe-se que há um movimento para garantir que a ideologia da sociedade vigente continue sendo a da classe dominante, sendo assim, dos senhores, e mais, que os dominados aceitem serem explorados sem contestarem e não seja necessário o uso da repressão.

Já tratando em linhas gerais sobre as características do escravismo pleno, Clóvis Moura (2020) destaca a produção de artigos para exportação, o monopólio comercial da metrópole em conjunto com total submissão dos interesses econômicos a ela, o uso de legislação altamente repressiva contra os escravizados e grande contingente de escravizados que eram propriedade privada. Conseguimos observar que o estado colonial brasileiro age de forma subserviente aos interesses dos países do capitalismo central, nos revelando os traços que iriam consolidar com o capitalismo maduro, o desenvolvimento desigual combinado com dominação imperialista externa (FERNANDES, 2006).

O marco que rompe com o primeiro estágio do modo de produção escravista, o escravismo pleno, e dá abertura para o escravismo tardio é a Lei Eusébio de Queiroz no ano de 1850, lei essa que proíbe o tráfico negreiro, rompendo significativamente com o processo histórico da retirada de negros africanos de suas famílias e territórios, mas que gerou para o sistema uma perda para sua manutenção, haja visto que não havia como repor o contingente de escravizados nas funções necessárias, e não estamos aqui afirmando que não se tenha ocorrido tráfico negreiro de forma ilegal, mas que ao mesmo tempo, não era o suficiente para repor toda força de trabalho escravizada diante que muitos não sobreviviam muitos anos diante as longas jornadas de trabalho de forma precarizada e com a repressão sempre como elemento presente no cotidiano; e mesmo sem a permissão do tráfico negreiro, não acarretou em uma ruptura com o modo de produção escravista, mas sim, uma combinação acentuada das relações capitalistas a partir de uma base escravista (MOURA, 2020).

O que conseguimos evidenciar com o processo acima destaca, segundo Moura (2022), é que ocorreu nessa “transição” do escravismo pleno para o escravismo tardio uma modernização sem mudança, pois não alterou as bases econômicas, culturais e tecnológicas sem necessariamente modificar as bases e a substância do modo de produção escravista, corroborando para a manutenção das elites no poder e com as práticas de exploração dos negros africanos escravizados, destacando que havia uma resistência da branquitude para que ocorresse uma mudança social que retirasse o negro da condição de subserviência.

O escravismo tardio também é marcado por uma economia dependente e que atende aos interesses europeus, principalmente da Inglaterra que estruturou os setores fluviais, ferroviários, industriais e bancários, esses que são essenciais para que o Brasil tivesse sua própria autonomia (MOURA, 2020). Vale ressaltar que esse processo evidencia que a burguesia nacional em formação não participou do processo de modernização do país e esse movimento de ausência de participação local do avanço do capitalismo no Brasil corresponde aos interesses da burguesia internacional. Ou seja, a burguesia do capitalismo central movimentou-se para esvaziar economicamente, socialmente e politicamente o papel da burguesia nacional ao drenar o máximo da capacidade econômica, produtiva e de autonomia visando atender os interesses da Europa (FERNANDES, 2006).

Retomando o processo de modernização sem mudanças no Brasil, visualizamos que os senhores utilizam-se do mesmo para perpetuar seus interesses em continuar a exploração da força de trabalho escravizada, mesmo que um movimento de ruptura com o modo de produção escravista estivesse à vista. Um dos mecanismos utilizados para corroborar com essa manutenção foi a instituição da Lei de Terras em 1850 que tirou a distribuição de terras a partir de interesses públicos, transformando-as em propriedade privada, sendo assim, somente podendo adquiri-las quem dispusesse de dinheiro (CORATO, 2020), o que demonstra que a lei atende aos interesses da não socialização das terras com os escravizados diante ao processo de abolição que estava eminente.

Podemos perceber com a Lei de Terras o quanto a classe dos senhores de escravizados se constituíam de forma racista, pois visou tanto o negro não possuir terras, mas além disso, contribuiu em direcionar a compra de terras para os trabalhadores livres europeus que estavam a chegar no Brasil, ou seja, a lei que foi constituída antes da abolição da escravidão estava em total diálogo com o que se tinha enquanto projeto para o Estado brasileiro, haja visto que “[...] privilegiou e fomentou uma política de branqueamento da população baseada no racismo científico, nas teorias deterministas e evolucionistas, o que contribuíram para atribuir um lugar social ao negro” (MOCELIN, 2020, p. 103).

Quando Mocelin (2020) expõe a necessidade da branquitude de criação de uma lugar social do negro, ela denuncia movimentos como a vinda de imigrantes europeus brancos para ocupar os espaços de força de trabalho que estão sendo requisitados pelo processo abolicionista diante que os senhores não tinham interesse algum de promover uma mobilidade do negro para o local de trabalhador livre, restando a esse o espaço de subalternidade, violência, esquecimento e trabalho precarizado, o que resulta numa [...] histórica divisão social e racial do trabalho na sociedade brasileira. Ao segmento negro, sobraram e ainda continuam “a sobrar” apenas as posições de trabalho inferiores e rejeitadas pelos trabalhadores brancos” (MOCELIN, 2020, p. 103). Percebemos aqui, nesse movimento de debate sobre o escravismo no Brasil que há o que a Cida Bento (2022) convencionou a

chamar de pacto da branquitude, um modo que as instituições agem para que as pessoas brancas se mantenham em lugares socialmente constituídos de poder e privilégios, e é o que podemos observar com a Lei de Terras.

Notamos, a partir das reflexões feitas, que a Lei de Terras se coloca enquanto um elemento para possibilitar a não mobilidade social do negro, o que evidencia que a branquitude se utiliza do apoio estatal para garantir seus privilégios e seu grupo no poder em detrimento da subalternização de não brancos (ALMEIDA, 2019). Ao mesmo tempo, percebemos que não seria necessariamente a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888 que iria romper com os interesses arcaicos da classe senhorial branca, sendo assim, essa se movimenta para manter-se e preservar seu status quo, evidenciando que “a abolição consolidou aquilo a que as elites brasileiras já se antecipavam desde meados do século XIX: excluir a população negra de quaisquer possibilidades de reparação econômica e social pelos quase 400 anos de condição escravizada” (CORATO, 2020).

Podemos observar a afirmação anterior a partir das reflexões Lélia Gonzalez em conjunto com Carlos Hasenbalg na obra *Lugar de Negro*, a qual os autores restaram sobre qual o lugar que a população negra foi alocada no período do golpe militar de 1964 no Brasil, assim como expõe qual o modelo econômico foi implementado. Os autores apontam que o golpe se sustentou a partir da classe média e que esse tinha a funcionalidade de auxiliar que o capitalismo tomasse de conta do Estado a partir da aliança entre o militarismo, a classe industrial e as multinacionais, um interesse dos países do capitalismo central, corroborando com o que Caio Prado Jr (2011) coloca que a organização econômica da sociedade brasileira se voltou, se construiu e se organizou para atender os interesses externos.

Internamente, o modelo econômico implementado pela ditadura militar atendeu aos interesses da burguesia branca, pois os camponeses que estavam à procura de trabalho se mobilizaram rumo aos grandes centros, trazendo uma grande população para suprir as necessidades da força de trabalho, mas compreendemos que é importante pontuar que os camponeses negros foram descartados e direcionados as favelas, ou seja, não foram admitidos nos espaços de trabalhos assalariados, restando a esses os trabalhos precarizados ofertados nas comunidades, sem direitos e com baixa valorização salarial (GONZALEZ, HASENBALG, 2022), demonstrando que mesmo após os mais de 70 anos do pós-abolição, observamos a reprodução a mesma lógica, fazendo a manutenção dos lugares socialmente constituídos para brancos e para negros; e o milagre econômico está imersa nessa lógica, pois aloca o negro em lugar de subalternidade. Sendo assim, a burguesia branca movimenta-se para sua manutenção a partir da preservação e fortalecimento de condições socioculturais, políticas e econômicas para que ela possa manter, renovar e revigorar seu projeto utilizando-se do controle do Estado (FERNANDES, 2006).

Gonzalez e Hasenbalg (2022) também evidenciam alguns elementos que constituem a formação brasileiro quando se diz respeito à atuação das polícias nas periferias e nos bairros nobres, apontando que no primeiro, as ações são truculentas e agem com violência que resulta na morte de vários sujeitos, principalmente negros, sendo assim, o lugar do negro também é a morte. Já no segundo, o elemento polícia tem o papel de fazer a segurança do espaço, preservando os seus bens privados e suas vidas. Tais ações relatadas pelos autores reproduzem/produzem as práticas racistas da escravização no Brasil no presente, a qual os escravizados eram propriedade privada dos senhores que tinham o direito de espancá-los, corroborando com o que a autora Grada Kilomba (2019) discorre em sua obra *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, a ela aponta que o presente e passado coexistem e que as práticas racistas executadas pelas branquitude no presente são movimentos para recuperar e rememorar o que ocorrera no passado a partir de valores, ações e objetos.

As explanações acima servem como orientação para nossa percepção sobre o debate da formação social brasileira, a qual não temos aqui nenhuma pretensão de esgotá-lo, mas sim, de utilizar o mesmo como caminho para discussão de como a branquitude realiza movimentos para manutenção do seu status quo, ou seja, de garantir seu poder e seus privilégios, agindo para barrar a mobilidade social do negro a partir da utilização de instrumentos legais como as leis e o uso do Estado para atender suas demandas. Neste sentido, no tópico a seguir, iremos focar na relação entre o pacto da branquitude, a mobilidade social do negro e as cotas raciais no Brasil.

3 A BRANQUITUDE NA BUSCA PELA NÃO MOBILIDADE SOCIAL DO NEGRO

As cotas raciais serão o nosso fio condutor deste tópico, logo percebemos ser necessário apontar inicialmente sobre a Lei de Terras do ano de 1850, que se constitui enquanto ferramenta que direciona a compra de terras para aqueles que tinham dinheiro, assim como para os europeus que vinham para o Brasil, ou seja, na iminência da abolição, colocou-se as terras como propriedade privada e não permitiu a distribuição dessas para ex-escravizados no pós-abolição. Observamos aqui uma conjunção entre o Estado, a classe dos senhores e a burguesia que estava se formando para garantir a manutenção das condições objetivas e controle sobre os sujeitos que farão a reprodução da lógica colonialista (ALMEIDA, 2019). Tais reflexões nos revelam dois elementos: 1. que as cotas já existiam no Brasil no período do escravismo, mas sendo voltado para a branquitude e; 2. nos permite pensar as resistências da branquitude na implementação das cotas raciais, haja visto que como aponta Cida Bento (2022), essa branquitude vem a se utilizar de meios para que as instituições use de mecanismos para tornar homogêneo e uniforme os perfis de quem as compõem, ou seja, um perfil majoritariamente branco e masculino.

Compreendemos que é necessário deixar explícito que as cotas raciais são instrumentos necessários para inclusão de pessoas negras no ensino superior, mas que não podemos cair na armadilha que ela por si só irá ser o suficiente para romper com uma trajetória histórica de exploração da população negra e que as mesmas possibilitam romper com a lógica capitalista. Mas pontuamos que as cotas raciais surgem em um contexto de conflitos sociais e opinião pública presente no interior e exterior do país que apontam o quão necessária essas são, fazendo que o Estado aja de forma a não atender somente os interesses da classe burguesa branca, mas também, atender aos interesses de outras parcelas da sociedade, e nesse caso, da população negra (PAULINO, 2017).

Dada essas explanações, destacamos que em 1968 fora registrado no Brasil uma primeira tentativa de ação afirmativa para negros, a qual o Ministério do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho apontaram que era preciso obrigar as empresas privadas a terem em seu quadro de funcionários uma porcentagem de trabalhadores negros, sendo que não vingou diante a resistência da classe empresarial branca. A mesma negação ocorreu em outra tentativa de inclusão do negro nos quadros das instituições do Estado e na literatura escola em 1983, ação essa promovida pelo então deputado federal Abdias Nascimento (MOEHLECKE, 2002). Observamos aqui o movimento a qual branquitude não consegue reconhecer que os locais sociais que os negros estão são resultados de uma herança escravocrata marcada por violência, subalternização e expropriação, e logo, para conseguirem permanecerem no lugar que estão, os brancos ascionam um componente narcísico, a autopreservação (BENTO, 2022). E por que autopreservação? A partir da ação de negação da ação afirmativa para que sujeitos negros adentrarem no mercado de trabalho formal, a branquitude reproduz um modo de funcionar do escravismo colonial, a qual naquele período não designou ao negro o espaço do trabalho livre, e sim, ao europeu branco.

Em relação às primeiras universidades públicas do Brasil a implementarem cotas raciais, temos a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF em 2001 perante a sanção da Lei Estadual n. 3.708/2000 que garantia 50% das vagas para estudantes provenientes de escolas públicas e que posteriormente foi alterada pela Lei Estadual 3.708/2001, modificando o texto e designando 40% das vagas para cotas raciais. A disposição de vagas para cotas raciais nessas instituições não considerava o perfil socioeconômico, o que acarretou críticas ao modelo porque havia a argumentação que a ferramenta estava privilegiando uma classe média negra, o que ocasionou na alteração na lei e conformou em 20% das vagas para estudantes oriundo de escolas, 20% para negros e 5% para pessoas com deficiência, indígenas, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária mortos ou incapacitados em razão do serviço (FERES JÚNIOR, CAMPOS, DAFLON, VENTURINI, 2018).

Compreendemos a importância de destacar dois fatores no que diz respeito às exposições sobre as reações da branquitude em relação às cotas raciais na UERJ e UENF: 1. fica nítido que a branquitude se utiliza da lei como ferramenta para diminuir a porcentagem de vagas destinadas para negros com a justificativa de inclusão de sujeitos com perfil socioeconômico vulnerável; 2. a branquitude reforça qual o local que ela projeta para a negritude quando teme um suposto privilégio para classe média negra e requer que seja inserido o perfil socioeconômico para acessar a instituição por via das cotas raciais. Notamos aqui uma reação negativa da branquitude ao observar um mecanismo que permite o acesso de pessoas negras no ensino superior, sendo assim, podemos notar, a partir das reflexões de Bento (2022) que os negros são vistos como invasores, que esses não devem ocupar espaços de prestígio social, poder ou mando, haja vista que os brancos enquadram a universidade enquanto seu espaço primitivo, seu território, ao mesmo passo que apontam o lugar de subalternidade que o negro deve estar.

Já a primeira instituição federal a instituir cotas raciais foi a Universidade de Brasília - UNB em 2003, a qual a mesma implementou a destinação de vagas de acesso para negros em curso de graduação de forma autônoma, ou seja, sem a existência de uma legislação externa específica. Essa ação da universidade contribuiu significativamente para o debate sobre as cotas raciais a nível nacional, tornando-se referência no debate e modelo. Mas além disso, um importante elemento chamou atenção e voltou-se aos olhares da instituição: as fraudes no acesso à universidade por essa ação afirmativa. Como forma de coibir as fraudes, ou seja, o acesso de pessoas brancas em vagas destinadas para negros, a UNB previa em edital a criação de uma comissão de verificação que “conferia” a negritude dos candidatos, o que gerou bastante polêmica na academia e nos grupos midiáticos, pois grupos apontavam o caráter racista das ações afirmativas e outros faziam comparações com práticas nazistas de classificação racial (FERES JÚNIOR, CAMPOS, DAFLON, VENTURINI, 2018).

O elemento fraude no acesso às cotas raciais da UNB revela o que já apontamos anteriormente sobre a branquitude agir para garantir sempre a manutenção dos seus privilégios e status quo. Sendo assim, a fraude se apresenta enquanto negação do negro em um espaço que é socialmente e historicamente para o branco. Logo, o branco visualiza que não se pode permitir colocar ele e o negro em espaço de igualdade, como concorrentes, não levando em consideração que os sujeitos negros, mesmo ao ocuparem o espaço da universidade, ainda enfrentam problemáticas diversas para ali estarem (BENTO, 2022).

Ainda sobre o que concerne às fraudes, a Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP criou em 2018 a comissão de heteroidentificação racial, tendo no centro do debate o fortalecimento da política de ação afirmativa das cotas raciais na instituição, sendo assim, não apenas coibindo o uso indevido de cotas pelas pessoas brancas, mas também cumprindo um papel pedagógico de ofertar formação para futuros membros da comissão e possibilitando um

diálogo sobre relações étnico-raciais com a comunidade interna e externa à instituição (SANTOS, CAMILLOTO, DIAS, 2019). A função pedagógica da comissão da UFOP vem a contribuir positivamente para uma percepção que as cotas raciais são necessárias para que se possa construir equidade numa sociedade socialmente desigual no que diz respeito aos brancos e negros, assim como o diálogo com a comunidade interna e externa à universidade traz a possibilidade que os negros que por cotas raciais acessarem ou já acessaram a instituição não tentem projetar sua mobilidade social a partir da branquitude, debate esse que o Fanon (2008) nos faz refletir em sua obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*.

Ainda se tratando de universidades, nos voltamos para a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, que implementou em 2002 cotas socioeconômicas, importante instrumento para inclusão de estudantes de escolas públicas, mas que não necessariamente garantiu a integração efetiva de negros na instituição. Já as cotas étnico-raciais da universidade somente foram criadas no ano de 2019 e implementadas no ano de 2020, 17 anos que marcam uma distância significativa para que se reconhecesse a necessidade dessa modalidade de acesso à instituição. Percebemos assim que os elementos do não dito, do acordo tácito, do não formal e do não verbalizado, que agem para manter os privilégios dos brancos no acesso à instituição foram acionados, ou seja, ocorreu uma promoção de uma “diversidade”, essa que continuasse entre os brancos e brancas e não modificasse os valores da branquitude, sendo assim, um pacto coletivo de perpetuação desses em lugares de privilégios (BENTO, 2022).

Mesmo diante aos diversos desafios colocados para mobilidade social do negro diante as ações da branquitude para se manter em espaços que esse considera como seu, as denúncias e movimentações dos coletivos de promoção da igualdade racial em articulação com entidades do movimento negro deram e dão visibilidade que mesmo conquistando direitos mínimos com muita resistência dos brancos e da classe burguesa nacional que age para atender os interesses arcaicos, há muitas lutas pela frente. Mesmo com os avanços nos governos petistas (2003 - 2015), que beneficiou, mesmo que de forma tímida a população negra, conseguimos observar resultados de acesso desta nas universidades públicas, mas não sendo o suficiente para romper com os mais de 400 anos de escravização que o povo negro vivenciou, mesmo que de certa medida esses governos tenham se descolado das orientações gerais do neoliberalismo, o que gerou impactos positivos para a classe trabalhadora, mas não gerou uma ruptura substancial com os interesses do capitalismo, sendo assim, um reformismo lento (BEHRING, 2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, nos detemos a debater sobre como a branquitude age diante ao processo de mobilidade social do negro no Brasil, a qual nos debruçamos sobre alguns elementos da formação social brasileira para entender como se estrutura nossa sociedade, assim como se deu o fomento de políticas públicas para promoção da ascensão social do negro, sendo nesta ocasião, as cotas raciais para acesso as universidades federais e estaduais, tais como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, a Universidade de Brasília - UNB, a Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Nas reflexões no que diz respeito a formação social do Brasil, notamos que o negro que foi tratado enquanto subalterno, escravizado, propriedade privada do homem branco, no modo de produção escravista, com a iminência da abolição da escravatura, os senhores de escravizados se mobilizam para que não se rompa com seus privilégios, assim fazendo que as terras não fossem socializadas com os negros africanos no pós-abolição, mas que somente tivesse acesso a esse bem essencial pessoas que tinham dinheiro ou os europeus brancos que vinham para o país trabalhar de forma livre, o que não era o caso dos negros. Sendo assim, observamos que a branquitude agiu para fazer a manutenção de seus privilégios, manter o lugar do branco, assim como alocar o negro ao lugar de negatividade, de subjulgado e subalterno.

Já quando nos detemos a refletir sobre a implementação das cotas raciais nas universidades federais e estaduais, percebemos que há resistências da branquitude para que essas se efetivem de fato, haja visto as fraudes no acesso a essa modalidade de acesso ao ensino superior no Brasil, um movimento que busca recuperar um espaço que na mentalidade do branco, o negro não deve ocupar. E não somente isso, os discursos de brancos se colocando contra as cotas raciais e a não promoção de políticas para permanência de negros nas instituições são mais alguns exemplos de como a branquitude se mobiliza para que não seja alterado, seja utilizado do aparato estatal por meio da repressão, seja por meio de leis ou meios não-formais para conformar e manter o status quo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. Estado no Capitalismo: notas para leitura crítica do Brasil recente. In: Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez Editora, 2006. p. 39 - 71.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CORATO, Carmem. Formação Social Brasileira: interface com as relações raciais. **Em Pauta**. Rio de Janeiro. v. 18, n. 46, p. 38-51, abr./jun. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. História da ação afirmativa no Brasil. In: **Ação afirmativa: conceito, história e debates** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 65-89. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7. <https://doi.org/10.7476/9786599036477.0006>.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006. p. 337 - 424.

GONZALÉZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GORENDER, Jacob. **Escravidão Colonial**. 6.ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. In: **Os Economistas**, 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 333-350.

MOCELIN, Cassia Engress. Uma análise marxiana da política de cotas no ensino superior brasileiro. **Revista Katálisis**. Florianópolis. v. 23, n. 1, p. 101-110, jan./abr. 2020.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 3.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

PAULINO, Robério (Org.). **O Estado como opressor e civilizador**. Natal: EDUFRN, 2017. p. 11 - 58.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p.19 - 32.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CAMILLOTO, Bruno; DIAS, Hermelinda Gomes. A heteroidentificação na ufop: o controle social impulsionando o aperfeiçoamento da política pública. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 11, n. 29, p. 15-40, ago. 2019. ISSN 2177-2770. Disponível em <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/749>

TRANSFEMINISMO E MARXISMO: uma aproximação revolucionária

Michel Douglas da Silva Saraiva¹³⁶

O presente artigo tem, como objetivo, trazer elementos para a reflexão acerca do potencial revolucionário da aproximação entre marxismo e transfeminismo. De caráter bibliográfico a abordagem qualitativa, a pesquisa aqui proposta objetiva, ainda, evidenciar as contribuições do materialismo histórico-dialético para a construção de uma agenda sobre diversidade sexual e de gênero anticapitalista, antirracista e anticapacitista, bem como refletir sobre a importância dessa agenda para a construção de um marxismo menos economicista e que compreenda o potencial subversivo e antissistêmico dos estudos trans na construção de uma sociedade mais justa e humanamente emancipada.

PALAVRAS-CHAVE: Transfeminismo, Marxismo, Cisheteropatriarcado

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, temos observado, no âmbito da tradição marxiana, o aumento de pesquisas voltadas às questões da diversidade humana. Em linhas gerais, esses estudos compreendem que a relação capital vs trabalho - elemento fundante da luta de classes - também é mediada por relações de “raça” e de sexo/sexualidade, ou seja, que essas dimensões da vida humana também são apropriadas nas relações de produção e de reprodução social que estruturam o sistema capitalista. Nesse cenário, o marxismo tem se apresentado, cada vez mais, como um campo de disputas por parte de diferentes correntes de pensamento - menos ou mais ortodoxas - dialogando, inclusive, com outras perspectivas teóricas.

Em relação às pautas da diversidade sexual e de gênero, temos assistido ao aumento das produções na área do transfeminismo, que pode ser compreendido com uma corrente do feminismo contemporâneo que se constitui a partir da ação política do movimento das pessoas trans¹³⁷. Embora seja considerada uma corrente política, sua base epistemológica é bastante diversa, sendo construída a partir das contribuições de autoras/es de diferentes perspectivas teóricas, inclusive, de bases marxistas. Amanda Palha e Jaqueline Gomes de Jesus são

¹³⁶ Bolsista CAPES, mestrando em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e pós-graduando em Serviço Social, Política Social e Seguridade Social pela Faculdade do Maciço de Baturité (FMB). E-mail: michelsaraiva@alu.uern.br

¹³⁷ Trans é um termo “guarda-chuva” comumente utilizado para designar as/os sujeitas/os que não se identificam com as identidades de gênero que lhes foram atribuídas ao nascimento, a exemplo de mulheres e homens trans, travestis, pessoas transmaculinas e transfemininas e pessoas trans não binárias.

exemplos de pesquisadoras trans que contribuem com a produção teórica transfeminista e uma perspectiva socialista. Letícia Nascimento, autora do livro “Transfeminismo”, embora não intitule sua obra como sendo de viés marxista, também constrói os seus textos em uma perspectiva crítica, analisando questões como a da transfobia a partir das relações patriarcais de gênero que estruturam o capitalismo, conferindo-a, portanto, base material.

Nesse sentido, o presente artigo tem, como objetivo, trazer elementos para a reflexão acerca do potencial revolucionário da aproximação entre marxismo e transfeminismo. De caráter bibliográfico a abordagem qualitativa, a pesquisa aqui proposta objetiva, ainda, evidenciar as contribuições do materialismo histórico-dialético¹³⁸ para a construção de uma agenda sobre diversidade sexual e de gênero anticapitalista, antirracista e anticapacitista, bem como refletir sobre a importância dessa agenda para a construção de um marxismo menos economicista e que compreenda o potencial subversivo e antissistêmico dos estudos trans na construção de uma sociedade mais justa e humanamente emancipada.

2. MARXISMO E CISHETEROPATRIARCADO

A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas (Karl Marx).

Nas leituras feitas da obra de Karl Marx, o que conhecemos por teoria marxiana, encontramos uma diversidade relativamente grande de interpretações acerca de diferentes temas, sobretudo em relação às chamadas agendas identitárias, a exemplo das lutas das mulheres, das pessoas negras e da comunidade LGBTI+¹³⁹. Algumas dessas interpretações acreditam que a absorção dessas pautas pelo marxismo deveria ser secundária, visto que atrapalharia a luta de classes. Em outras palavras, em uma abordagem economicista do marxismo, primeiramente seria necessário realizar a revolução, para, somente depois, se pensar nas questões relativas à diversidade humana.

Entretanto, havemos de nos perguntar: quem compõe a luta de classes? Como nos dizem Cisne e Santos (2018, p. 75), “a classe trabalhadora é una e diversa: há sexo, sexualidade e raça”. Em outras palavras, os sujeitos que protagonizam a luta de classes são pessoas reais, que se constituem a partir de relações materiais concretas em diferentes contextos sócio-históricos.

¹³⁸ Em linhas gerais, o materialismo histórico-dialético constitui um método de análise da realidade social proposto na obra de Karl Marx que parte das relações materiais para a análise das relações sociais, econômicas e políticas na sociedade capitalista.

¹³⁹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e outras possibilidades de expressão do gênero e sexualidade humanos.

É preciso compreender, portanto, que as classes não são abstrações, mas resultam de relações sociais concretas. Além disso, não são apenas personificações econômicas, e sim compostas por pessoas e grupos de pessoas, que são marcadas por ideologias que naturalizam inferiorizações e desvalorizações em torno da sua diversidade (CISNE; SANTOS, 2018, 9. 75).

Segundo Ferreira (2018), o sujeito para Marx é “um ser humano real e total, feito de carne e osso”, portanto, que não é produto de idealizações e/ou abstrações. Compreender a materialidade do sujeito não significa, entretanto, defender qualquer perspectiva de base naturalista e/ou essencialista, pelo contrário. O próprio materialismo histórico-dialético nos mostra que o sujeito não existe dissociado das relações sociais que o constituem.

Ele não é somente as ideias que ele produz sobre si mesmo, mas é feito a partir das condições concretas em que se insere. Feito da sua vida concreta, está sempre sendo, produzindo a realidade e a si mesmo a partir do seu fazer histórico, que é a sua capacidade de intervir sobre o que está no mundo (que é, consequentemente, produto social). Aqui reside um equívoco sobre o pensamento marxiano, que é a premissa de que se os seres humanos são feitos de carne e osso, existiria então uma verdade natural sobre eles, assim como o gênero e a sexualidade poderiam ser pensados também de maneira fixa e como uma verdade do sujeito (FERREIRA, 2020, p. 154).

Na lógica de uma sociabilidade estruturada pelo sistema capitalista, as diferenças que são inerentes à diversidade humana - como a cor da pele, a orientação afetiva/sexual, a identidade de gênero e a presença de deficiências-, são apropriadas pela lógica do sistema, sendo transformadas em desigualdades. Nessa lógica, sistemas de opressão e exploração como o racismo, o machismo, a LGBTIfobia e o capacitismo passam a ser compreendidos como estruturais, uma vez que se tornam funcionais à reprodução dos antagonismos de classe e à própria manutenção do sistema.

[...] as diferenças, próprias da diversidade humana, em uma sociedade racista, heterossexista e patriarcal, são transformadas em desigualdades naturalizadas. São essas expressões da diversidade transformadas em desigualdades que particularizam as condições de vida e de trabalho de uma mesma classe. (CISNE; SANTOS, 2018, 9. 75).

Nos estudos de gênero, em uma perspectiva crítica, compreendemos que questões como o machismo, por exemplo, são expressões de um sistema cisheteropatriarcal¹⁴⁰, possuindo, portanto, bases históricas, políticas e, sobretudo, econômicas. Acerca da definição de patriarcado, o Dicionário Crítico do Feminismo (2009) nos traz:

[...] o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres. [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai (HIRATA et al, 2009, p. 173-174).

¹⁴⁰ A utilização dos prefixos “cis” e “hetero” junto ao termo é feita por autoras como NASCIMENTO (2021) e AKOTIRENE (2019), para dar visibilidade às dimensões cissexista e heterossexista que também estruturam o patriarcado. Neste sentido, o cisheteropatriarcado pode ser entendido como um sistema de opressão e exploração que incide negativamente sobre a vida das mulheres, das pessoas não heterossexuais e não cisgêneras.

Embora o cisheteropatriarcado seja anterior ao capitalismo, é nesse sistema que passa a ser incorporado como uma ferramenta de exploração e de dominação masculina a serviço do acúmulo de capital. Segundo Federici (2017), a apropriação do corpo da mulher, seja por meio do trabalho doméstico não remunerado, seja pela exploração do trabalho sexual e reprodutivo, foi essencial para a instituição e manutenção do capitalismo, desde a sua fase primitiva até a contemporaneidade.

[...] na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 34).

Embora o cisheteropatriarcado atinja centralmente as mulheres, também é fonte de opressões e explorações para outros/as sujeitos/as associados/as ao sexo feminino, a exemplo das pessoas trans. Assim, em uma perspectiva crítica, consideramos que opressões como o machismo e a LGBTIfobia são expressões de um sistema que é, ao mesmo tempo, cisheteropatriarcal, racista e capitalista.

Assim, ainda que atinja outros sujeitos, a lógica que estrutura o patriarcado é de privilégio e dominação masculinos relacionados à subalternização e à invisibilização das mulheres e do que é associado ou considerado e identificado como feminino, a exemplo das travestis e das mulheres transexuais. Logo, ainda que o exercício do poder patriarcal não se restrinja ao sexo biológico da mulher, permeia a construção social do sexo feminino, que se associa ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o “modelo” patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação (CISNE; SANTOS, 2018, p. 43).

Até aqui, vimos que a teoria marxiana não é homogênea, sendo constituída por vozes que ecoam em diferentes perspectivas, mais ou menos economicistas. Vimos também que o capitalismo, como sistema que prevê o antagonismo entre as classes - uma detentora dos meios de produção e outra que vende a sua força de trabalho - também é estruturado pelo cisheteropatriarcado, um sistema pautado na inferiorização social da mulher e dos/as sujeitos/as associados/as ao sexo feminino.

Os elementos apresentados até aqui nos permitem concluir que opressões como a transfobia¹⁴¹ possuem uma base que é estrutural, vinculada às ideologias cisheteropatriarcais das classes dominantes, que se expressam por meio da naturalização do padrão do homem branco, cisgênero¹⁴² e heterossexual. Desse modo, acreditamos que as lutas pelos direitos das pessoas trans - e da comunidade LGBTI+ como um todo - devem estar articuladas à luta

¹⁴¹ Em linhas gerais, a transfobia consiste em situações de preconceito, discriminação e em violências em geral cometidas contra pessoas trans em razão de suas identidades e/ou expressões de gênero.

¹⁴² O prefixo “cis” vem do latim e significa “do mesmo lado” ou “ao lado de”. Assim, o termo cisgênero é comumente utilizado para designar os sujeitos que se reconhecem na identidade de gênero que lhes foi designada no nascimento, sendo o oposto de transgênero.

anticapitalista, visto que o sistema do capital tem, no cisheteropatriarcado, uma de suas bases estruturantes.

Por fim, acreditamos, também, que a teoria marxiana deve conferir atenção especial aos estudos de gênero e sexualidade, sobretudo àqueles que partem de uma perspectiva crítica, no sentido de compreender o potencial epistemológico dessas pesquisas, bem como da ação política de seus sujeitos, diante da necessidade de construção de uma sociedade mais justa e humanamente emancipada.

3. TRANSFEMINISMO E A LUTA REVOLUCIONÁRIA

Isso de querer ser exatamente aquilo que a gente é ainda vai nos levar além (Leminski).

Em linhas gerais, podemos dizer que o transfeminismo constitui uma corrente do feminismo voltada às questões das pessoas trans. Suas bases datam da segunda metade do século XX, sendo considerado um movimento relativamente novo, que surge a partir da ação política de grupos de sujeitos frente à invisibilização - e mesmo à exclusão - de mulheres trans e travestis dentro do movimento feminista, sobretudo após a chamada segunda onda.

Nos Estados Unidos, o transfeminismo tem, como um dos seus marcos históricos, a publicação, em 1987, do artigo *The Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto* (O Império Contra-Ataca: Um Manifesto Pós-Transexual), de autoria da pesquisadora Sandy Stone. O texto consiste em uma resposta ao livro *Transsexual Empire*, da feminista radical Janice Raymond, publicado em 1979, que menciona a existência de um “império transexual”, financiado pela comunidade médica e que reforçaria os estereótipos de gênero por meio de intervenções cirúrgicas. Em resposta presente no artigo, Stone desconstrói concepções biologicistas e essencialistas atribuídas aos corpos considerados “femininos”, denunciando, ainda, o apagamento histórico das/os transexuais nos estudos de gênero.

Outro importante marco na construção histórica do transfeminismo foi a publicação, em 2001, do texto *Manifesto Transfeminista*, de autoria de Emi Koyama. No ensaio, a autora traz um breve resgate histórico acerca do transfeminismo, apontando estratégias para o movimento, no que se refere à política do movimento e à necessidade de articulação com as mulheres cisgêneras e outros sujeitos.

O transfeminismo é, primariamente, um movimento de e para mulheres trans que vêem a sua libertação como intrinsecamente ligada à libertação de todas as mulheres (e além). Está também aberto a queers, pessoas intersexo, homens trans, mulheres não-trans, homens não-trans, e outros/as que se revêem na luta destas mulheres e que consideram uma aliança com estas como essencial para a sua própria libertação. [...] Especificamente os movimentos de mulheres transexuais e das travestis, parcelas mais visíveis da população trans, têm na aproximação com o pensamento feminista um referencial teórico e prático poderoso para resistirem e construir suas próprias

forças quando confrontadas, no cotidiano, com vivências de opressão impostas pela dominação masculina (KOYAMA, 2001, p. 2-3).

No Brasil, a literatura transfeminista conta com a publicação de livros, artigos e diversas publicações em sites e nas redes sociais, que têm sido bastante referenciadas nos estudos de gênero e sexualidade, a partir de perspectivas teóricas variadas. Segundo Jaqueline Gomes de Jesus, professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), o transfeminismo:

[...] pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que, em síntese, rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero hysterectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou emasculados; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivos sexuais divergentes do tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas (JESUS, 2014, p. 5).

Compreendemos que uma das maiores contribuições do transfeminismo aos estudos de gênero diz respeito à desnaturalização e à desessentialização da categoria “sexo”. Em muitos desses estudos, é comum observarmos a defesa da dicotomia sexo-gênero, sendo o primeiro visto um dado biológico, e o segundo, como uma construção social. Na verdade, em uma perspectiva transfeminista, ambas as categorias são construídas socialmente, o que não significa negar a presença de fatores biológicos e/ou anatômicos na constituição dos corpos.

A concepção do sexo como construção social, entretanto, não é inaugurada pelo transfeminismo, já sendo defendida por autoras como Judith Butler. Em sua obra “Problemas de Gênero”, a filósofa estadunidense critica o binarismo sexo-gênero, difundido, inclusive, dentro próprio movimento feminista, no tocante à existência de um sujeito “mulher” de base universal e essencialista.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2021, p. 27).

Outra importante contribuição do transfeminismo frente à luta contra as formas de opressão e exploração observadas no sistema do capital diz respeito ao seu caráter interseccional. Ao dialogar com outros movimentos, o transfeminismo se insere, por exemplo, nas lutas antirracista e anticapacitista, fortalecendo o seu potencial de transformação política. Segundo NASCIMENTO (2021):

[...] o transfeminismo dialoga com o feminismo negro, o feminismo interseccional e o feminismo decolonial, entendendo a necessidade de compreender as opressões em suas correlações estruturais. As opressões de gênero se interceptam com os preconceitos e discriminações de raça/etnia, classe, orientação sexual, localização geográfica, origem, idade, religião, gordofobia, capacitismo, entre outras (NASCIMENTO, 2021, p. 81).

Em uma perspectiva epistemológica, outra contribuição do transfeminismo aos estudos de gênero - e à sociedade como um todo - consiste na ampla disseminação do conceito de cisgeneridade, utilizado para designar os/as sujeitos/as que não se reconhecem no gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. A utilização do termo contribui para a desconstrução das noções biologicistas de mulher-homem, expressas, por exemplo, em expressões como “mulher biológica”, ou, ainda, “mulher de verdade”. Consideramos a última expressão demasiadamente problemática, ao conceber a existência de determinadas identidades de gênero como “verdadeiras” ou “originais” e outras como “falsas” ou “parodísticas”.

Para Butler, os gêneros são, na verdade, atos performáticos, sendo constituídos por meio de práticas discursivas repetidas. Nesse sentido, para a filósofa, o gênero não possui “status ontológico separado dos vários atos que constituem a sua realidade” (BUTLER, 2021). Segundo a autora:

[...] o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância - isto é, constituinte da identidade que supostamente é (BUTLER, 2021, p. 56).

Concordamos com Butler quanto à dimensão performativa do gênero. Entretanto, em uma perspectiva crítica, consideramos importante nos questionarmos: Quais são as bases materiais que dão sustentação à produção dos gêneros? Por que determinadas performances são mais ou menos prestigiadas do que outras? Ou, ainda, a que interesses atendem os padrões de gênero socialmente produzidos?

Em uma sociedade capitalista, compreendemos que o binarismo homem-mulher atende a interesses econômicos das classes dominantes, que se expressam na defesa da família nuclear monogâmica, da propriedade privada e na disseminação de padrões de masculinidade e de feminilidade. Esses padrões, por sua vez, são funcionais à lógica do capital, por meio da divisão sexual do trabalho, categoria que, segundo Kergoat (2012), consiste na:

[...] forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é modulada histórica e socialmente. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). (KERGOAT, 2012, p. 67).

Embora a divisão sexual do trabalho, em sua formulação original, não fizesse menção às pessoas trans, trouxe elementos importantes para a realização de estudos subsequentes acerca de como a organização do trabalho por sexo também atinge as pessoas trans de maneira particular.

Para além das questões enfrentadas por toda a classe trabalhadora, decorrentes da financeirização do capital e da reestruturação produtiva, tais como a precarização das relações de trabalho e o desemprego, a população trans está sujeita a uma série de opressões e explorações particulares. Dentre elas, podemos citar: privação de acesso no uso dos banheiros, desrespeito ao nome social em crachás e documentos, situações de assédio, discriminação no ambiente de trabalho etc. Já no mercado informal, local onde se encontra a grande maioria dessa população, uma das maiores questões observadas tem sido, sem dúvidas, a prostituição compulsória¹⁴³.

Na sociedade capitalista, o binarismo de gênero, base para a divisão sexual do trabalho, é instituído a partir de interpretações biológicas e/ou anatômicas, que visam catalogar e justificar as diferenças entre os corpos humanos. Nesse sentido, consideramos que as experiências laborais trans contribuem, de forma significativa, para elucidar o caráter sexuado e assimétrico das relações no mundo do trabalho, por meio da desnaturalização da categoria sexo e pela subversão dos padrões de gênero socialmente impostos.

Nesse sentido, concordamos com Palha (2019), acerca do potencial revolucionário do transfeminismo.

É nesse ponto que a ação transfeminista guarda imensa potência. Ainda que na dimensão mais imediata sua busca pela legitimação implique a afirmação do sistema de gênero, a ilegitimidade combatida apoia-se justamente no caráter social-social da relação sexo-gênero. Combater a ilegitimidade do gênero reivindicado por pessoas trans implica pôr sob os holofotes o que o fetiche encobre. Para os movimentos sociais de pessoas trans, o caráter socialmente determinado do sexo, bem como a natureza da sua relação com o gênero, ocupa papel central. A ação política transfeminista, independente de intencionalidade, impõe aos movimentos feministas e socialistas dispostos à aproximação a retomada e o destaque de uma chave teórica imprescindível para a construção de qualquer estratégia revolucionária que se pretenda anticapitalista e que esteja disposta a tratar o gênero com a seriedade que merece (PALHA, 2019, p. 40).

Para a autora, embora haja uma tendência de organização do movimento em torno de suas pautas mais imediatas, como o reconhecimento social de suas identidades e a garantia de direitos via políticas públicas, é na desconstrução do caráter natural do sexo que o transfeminismo constrói as bases para a sua inserção na luta anticapitalista.

¹⁴³ Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2022, cerca de 90% da população de travestis e transexuais sobrevivia da prostituição, sendo a maioria expulsa de casa por volta dos 13 anos de idade. O tempo “compulsório” é utilizado para evidenciar que, para grande parte das pessoas trans, a prostituição não é algo dado à escolha, mas fruto da exclusão social vivenciada na família, nas instituições escolares e no mercado de trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecer diálogos entre discussões de diferentes perspectivas teóricas e/ou métodos de análise da realidade social nem sempre é uma tarefa fácil. Faz-se necessário traçar pontos em comum, a fim de encontrar interconexões que possibilitem uma aproximação que seja, ao mesmo tempo, potente e transformadora.

Em relação à agenda da diversidade humana, consideramos que o marxismo ainda se apresenta como um campo de disputas. Enquanto uma parte das esquerdas tem se fechado no debate em torno da luta de classes, em uma perspectiva ortodoxa e economicista, outras vertentes do pensamento marxiano tem tentado se inserir nesses debates, demonstrando que a classe trabalhadora é diversa e que essa diversidade é constitutiva das relações de produção.

Em síntese, destacamos três importantes contribuições do transfeminismo para a luta revolucionária: (1) a desnaturalização da categoria “sexo” e a subversão dos padrões de sexo-gênero, pilares centrais do cisheteropatriarcado e, por conseguinte, do sistema capitalista; (2) o seu potencial interseccional, ao beber das fontes do feminismo negro, do feminismo lésbico e das lutas de outros movimentos políticos e (3) a ampliação das discussões em torno da categoria divisão sexual do trabalho, a partir das experiências laborais trans.

Nesse sentido, acreditamos que a pauta da diversidade de gênero deve ser anticapitalista, se inserindo na luta pela construção de um novo modelo de sociedade, mais livre e igualitário. Por outro lado, acreditamos que a luta de classes deve ser, ao mesmo tempo, (trans)feminista, antirracista, antilgbtfóbica e anticapacitista, compreendendo que, nesta sociabilidade, as diferenças inerentes à diversidade humana são apropriadas no modo de produção de forma assimétrica e transformadas em desigualdades.

Por fim, compreendemos que a produção teórica, bem como a ação política transfeminista tem muito a contribuir não só com o movimento feminista mais amplo, mas também com todas/os/es que acreditam na possibilidade de construirmos uma sociedade livre de todas as formas de opressão e exploração.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022* / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) - Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana. *Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social*. Biblioteca Básica do Serviço Social; vol. 8. São Paulo: Cortez, 2018.

DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009b.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa. Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Guilherme. *A classe nos une e a sexualidade nos divide? A noção de sujeito no marxismo e nos movimentos queer*. Dossiê Temático; Revista Brasileira de Estudos da Homocultura. Vol.3 nº 10, 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014b.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009b.

KOYAMA, Emi. *The Transfeminist Manifesto*. In: DICKER, Rory; PIEPMEIER, Alison (Orgs.). *Catching a wave: reclaiming feminism for the 21st Century* Boston: Northeastern University Press, 2003.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PALHA, Amanda. *Transfeminismo e construção revolucionária*. Margem Esquerda, v. 33, 2019

UM ENSAIO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O FEMINISMO E O MÉTODO MONTESSORI NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS

Mickaelly Moreira de Araújo¹⁴⁴

O método Montessori versa sobre a necessidade de enxergarmos a criança enquanto sujeito possuidor de voz ativa e dimensão própria de mundo. Ou seja, potencializa as suas percepções de vida em sociedade. Desse modo, a criança precisa explorar, interagir e refletir dentro do seu ritmo de desenvolvimento. Pensar o método Montessori a partir de uma reflexão feminista, é reconhecer que o estímulo à liberdade, ao conhecimento e, sobretudo, à independência se torna fundamental para a formação de sujeitos autônomos e responsáveis por si. O principal objetivo deste ensaio, consiste na possibilidade de exploração do método supracitado a partir de uma base de discussão feminista.

Palavras-chave: Educação; Montessori; Feminismo.

1. INTRODUÇÃO

Imagine que você vai morar com alguém e que esse alguém tem necessidades específicas para conseguir alcançar objetos e adentrar cômodos da casa que vocês vão dividir. É alguém mais baixo, mais alto, mais gordo, mais magro, com algum tipo de limitação para enxergar ou para se locomover, alguém com um desenvolvimento intelectual distinto do seu ou simplesmente com gostos diferentes. O que normalmente você faz? Imagino que você adapte a moradia de modo que ambos se sintam confortáveis e consigam respeitar a autonomia um do outro. É o que deveria acontecer com a chegada de uma criança.

Ao não considerar um espaço adequado e acessível para as crianças, nós as condicionamos a um mundo adulto em que tudo o que elas desejam e/ou necessitam, precisam solicitar, o que resulta em uma sobrecarga desnecessária para quem a atende e uma limitação na autonomia e independência dela.

Até o acesso à arte é prejudicado nas residências montadas e decoradas para adultos. Os quadros nas paredes não alcançam os olhos infantis que tudo absorvem para a formação da consciência. Possibilitar à criança a experiência de ver, tocar e explorar o mundo ao redor resulta em experiências positivas na construção dos saberes e no fortalecimento da independência.

¹⁴⁴ Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela UERN. Especialista em Gestão Pública pelo IFRN. Bacharel em Serviço Social pela UERN.

Os desafios em propor um estudo dessa natureza, consistem na dificuldade em encontrar materiais que apresentem a relação entre o feminismo e o método desenvolvido por Maria Montessori como uma alternativa para uma educação capaz de facilitar o desenvolvimento da independência, liberdade e autonomia das crianças.

Ao realizar buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações por palavras como “método Montessori e feminismo” e “educação Montessori e feminismo”, nenhuma resposta foi encontrada. Já no site de buscas *Google*, os artigos acessados dizem respeito a vida pessoal e política de Maria Montessori - e não precisamente ao método desenvolvido - já que as suas posturas e aproximações com o ativismo feminista, desafiaram os costumes da época.

A relevância deste ensaio consiste na proposta inovadora de pensarmos uma educação voltada ao protagonismo da criança e ao desenvolvimento de habilidades que as auxiliem na construção de uma postura crítica e autônoma, reconhecendo a contribuição que estes elementos tem para a formação de sujeitos livres e com bases feministas.

Ora, é necessário admitir que a possibilidade desta relação depende de que estas crianças tenham outras vivências no mundo político-social. A sugestão apresentada é a de uma alternativa possível para que cuidadoras feministas e cuidadores que consigam perceber a importância do feminismo como fundamental para a construção de uma sociedade igualitária, tenham direcionamentos acerca do desenvolvimento físico, psicológico e social das crianças, “partindo de um método educacional que tem por base a autonomia, liberdade e criatividade de sujeitos em constante desenvolvimento” (OMB, 2023).

2. MARIA MONTESSORI E A CRIAÇÃO DO MÉTODO MONTESSORI

Maria Tecla Artemisia Montessori nasceu em 1870 em Chiaravalle, próximo à Ancone, na Itália e foi a primeira mulher a receber o diploma de medicina da Itália unificada. Advinda de família de classe média alta, sempre recebeu apoio da mãe para adentrar o mundo das ciências. Trabalhou por dois anos como assistente na clínica psiquiátrica da Universidade de Roma, estudando especificamente um grupo de crianças com retardos mentais. Já no seu primeiro contato com o grupo, Maria Montessori percebeu que o desejo por brincar - mesmo não sendo atendido pelos cuidadores da clínica - permanecia intacto naquelas crianças. (SALOMÃO, 2020)

Na busca pelo atendimento das suas inquietações, Maria Montessori observava a interação das crianças com as migalhas de pão que sobravam no quarto onde elas ficavam. A necessidade de brincar, mesmo nas condições precárias em que viviam, despertou a cientista para uma conduta diferenciada. (SALOMÃO, 2020)

A biografia da vida da autora narra fatos importantes para a construção e consolidação do método Montessori. Já que ela, em 1900, começa a trabalhar na *Scuola Magistrale Ortofrenica* - instituto responsável pela formação dos educadores das escolas para crianças deficientes e retardadas mentais¹⁴⁵ (MONTESSORI, 2017).

Maria Montessori aprofundou as suas teorias nos cursos de Filosofia e Psicologia Experimental, em Londres e Paris. Ela seguia acreditando que um dos motivos pelo atraso no desenvolvimento dessas crianças era a falta de interação com os materiais adequados, o que impossibilitava a compreensão de individualidade desses sujeitos (MONTESSORI, 2017).

A contribuição da autora para o movimento feminista foi principalmente mostrar para as mulheres a importância da autonomia financeira e da identidade intelectual, já que sendo a primeira italiana a entrar no mundo das ciências, ela atacou o monopólio masculino. Montessori destacou, em sua participação no Conselho Internacional das Mulheres, que:

As mulheres elas mesmas devem entrar nos ramos da ciência positiva [exatas e biológicas], devem argumentar com seus cérebros, e não seus corações. Mulheres... devem confrontar os homens, debater com eles, trabalhar ao seu lado, se juntar a eles na descoberta da verdade (1899, Conselho Internacional de Mulheres, em Londres apud SALOMÃO, 2020, p.1)

Foi necessário, além do conhecimento científico, muito ativismo feminista para que Montessori conseguisse reconhecimento para estruturar o método educacional que leva o seu sobrenome e é defendido por muitos estudiosos como uma educação revolucionária.

Além disso, ela se mostrou radical ao defender a escolha das mulheres entre ter ou não filhos, a questão na época, era levantada apenas por uma minoria dentro do partido anarquista. Para aquelas que escolhiam ter filhos, Montessori defendia a “maternidade social”, em que o trabalho de criar e educar as crianças fosse compartilhado com a escola, de forma que a escola funcionasse também como um fator libertador (SALOMÃO, 2020).

3. O MÉTODO MONTESSORI

Respeitando as limitações físicas, intelectuais e psicológicas das crianças, o método Montessori tem como objetivo estimular a independência, liberdade e autonomia. Maria Montessori defende que as crianças precisam “*realizar por si mesmas*” e que esse processo para ser bem sucedido, deve ser desenvolvido de forma livre, junto com a disciplina e a responsabilidade (RÖHRS, 2010). As crianças compreendem de forma intuitiva a plenitude da atividade independente e sentem satisfação ao conquista-la, considere que,

As crianças são desde o nascimento naturalmente abertas ao mundo. Por isso, elas correm constantemente o risco de se perder, diferentemente dos animais que têm um

¹⁴⁵ Termo utilizado na época para definir crianças com deficiência e com deficiência intelectual.

estoque de reações instintivas que lhes garante um desenvolvimento apropriado; por outro lado, os animais não são livres porque a liberdade não é um estado natural, mas uma condição a ser conquistada (RÖHRS, 2010, p.29).

A liberdade é, portanto, uma conquista consciente e possível, desde que todos os envolvidos estejam dispostos a se solidarizar e reforçar as faculdades necessárias para a auto realização. É preciso considerar, sobretudo, que, mesmo estando um processo de desenvolvimento físico e intelectual constantes, as crianças já nascem dotadas de muita inteligência.

Um dos conceitos centrais da pedagogia montessoriana é o de que todo ser humano tem capacidade de auto educar-se. Para isso, as crianças não podem ser forçadas, perseguidas ou dirigidas. Não deve haver recompensas, punições ou correções. É preciso respeitá-las sem interferências (RÖHRS, 2010).

Os espaços devem ser preparados de modo que as crianças consigam acessar materiais e atividades que são pensados a fim de promover habilidades específicas e autonomia e os benefícios consistem no desenvolvimento da independência e autoconfiança; Estímulo à criatividade; Desenvolvimento da coordenação motora e habilidades cognitivas; Auxilia na habilidade de resolução de problemas e conflitos; Promove boa autoestima; Ajuda no controle da ansiedade; Aumenta a sensibilidade; Desenvolve um bom senso de comunidade e compartilhamento (DAVIES, 2021).

Para isso, Brito e Cavalcante (2014) destacam que o sistema educacional desenvolvido por Montessori é representado por seis pilares:

1 – autoeducação: A criança tem curiosidade de conhecer o mundo que a rodeia. Dessa forma, o método montessoriano considera que o ambiente deve ser preparado de modo a atender a necessidade das crianças. Os materiais precisam ser interessantes e facilitadores do auto-aprendizado.

2 - Educação cósmica: As crianças precisam explorar a natureza, conhecer a história do planeta em que habitam, dos oceanos, da fauna e da flora. Esse conhecimento precisa vir de forma concreta, a partir dos elementos naturais que compõem o cotidiano - o que colabora para que elas aprendam a importância da manutenção e preservação do mundo.

3 - Educação como ciência: Para conhecer a criança é preciso analisá-la de forma individual, permitindo que se desenvolva uma educação mais efetiva ao considerar as particularidades delas e buscar a melhor forma de ensiná-las.

4 - Ambiente preparado: Os ambientes preparados, tanto nas escolas quanto nos lares montessorianos, devem ser pensados para as crianças, de modo a atender as suas necessidades biológicas e psicológicas. É neles que elas irão desenvolver a autonomia e compreender a liberdade. A mobília deve ser do tamanho adequado e os materiais estruturados devem estar sempre à disposição.

5 – Adulto preparado: Os profissionais que auxiliam as crianças devem conhecer cientificamente as fases de desenvolvimento delas. Utilizando assim, as ferramentas educativas necessárias para a condução desse processo.

6 - Criança equilibrada: Com o ambiente organizado e o adulto preparado, as crianças estarão livres para se desenvolver de forma equilibrada e feliz, capazes de expressar as suas próprias características. Uma criança equilibrada se torna empática, responsável e autônoma.

4. RELAÇÃO ENTRE O MÉTODO MONTESSORI E O FEMINISMO

Pensar em conquistas como liberdade, autonomia e independência, principalmente para as mulheres, requer muito mais do que considerar um modelo educacional alternativo ao tradicional, capaz de transformar a relação social com as crianças. Ninguém consegue libertar as amarras impostas aos grupos historicamente explorados, de forma isolada.

Faz muito tempo que as mulheres lutam para romper com as estruturas de uma sociedade patriarcal, machista e excludente, em que prevalecem as relações comerciais baseadas no lucro e na exploração.

Consideramos o processo de consciência como fundamental para a organização dos grupos e das lutas sociais, corroborando com o Cisne afirma quando diz que, “para que os indivíduos existam como classe, é necessário que travem uma luta contra a sua classe antagonica, o que, por sua vez, demanda algum nível de consciência” (CISNE, 2013, p.34)

A educação se torna, portanto, uma forte aliada na luta por transformação social, já que é a partir dela, que os sujeitos conseguem (ou deveriam conseguir) pensar e questionar criticamente as suas condições de existência. Assim,

Segundo Valeria Babini, Montessori enxergava na educação “a verdadeira finalidade do feminismo, por que era o ponto de partida para a verdadeira revolução pedagógica que viria a alterar as próprias raízes das relações entre os sexos e a partir daí a sociedade em si”. Por isso, por um lado, Montessori incitava as mães a “educarem seus filhos tendo em vista a criação do ‘novo ser humano’ de amanhã” (SALOMÃO, 2020).

Já que as mulheres são as principais cuidadoras das crianças, a elas também recai grande parte da responsabilidade pela educação, convívio social e colaboração no desenvolvimento intelectual delas – E aqui, não dispensamos a discussão que considera a sobrecarga materna como uma das consequências da desigualdade entre os sexos. Salienta-se, portanto, o que Cisne (2013) destaca a respeito da reprodução da educação patriarcal quando diz que,

O poder hegemônico do patriarcado nas relações sociais vigentes permite que o mesmo se efetive até na ausência do homem, uma vez que as mulheres, também, incorporam-no e o reproduzem, seja ente si ou na educação de seus filhos e filhas. Isso não ocorre devido a concordância ou à convivência consciente das mulheres, mas

devido ao fato do patriarcado funcionar como um sistema regido pelo medo e embebido de ideologia, concretizado em uma sociedade permeada de relações de alienação (p.126)

Se as feministas, no entanto, conseguem ter dimensão dos efeitos negativos do patriarcado, estariam seus filhos e filhas imunes à reprodução dessa educação patriarcal? É certo que não, já que estamos diante de relações sociais que se estabelecem e se repetem entre os grupos sociais que convivem e se relacionam.

Além disso, a educação dos filhos e filhas não ficam exclusivamente sob responsabilidade da família, recorre-se a uma educação tradicional que, em sua grande maioria, repete padrões de exercícios e práticas aceitas e cobradas, historicamente, mas que em nada considera a criança como capaz da autoeducação.

Ao falar sobre a ausência do incentivo à independência e autonomia por parte das crianças, isso fica ainda mais evidente quando se trata de crianças mulheres, já que “desde a infância, meninos e meninas recebem uma educação sexista, ou seja, aquela que não apenas diferencia os sexos, mas educa homens e mulheres de forma desigual”. (CISNE, 2013, p.139). Ou seja, se o método Montessori versa sobre o desenvolvimento da autonomia e o incentivo à liberdade, considerando a individualidade dos sujeitos, é ainda mais relevante a prática desse modelo educacional com as meninas.

5. CONCLUSÃO

Segundo a Organização Montessori do Brasil (OMB), cerca de 45 escolas utilizam o método Montessori no país. A maioria destas, estão na região sudeste e sul. No nordeste, apenas 10 escolas utilizam o método.

Diferente da proposta inicial de Maria Montessori, em que as mais privilegiadas eram as crianças vítimas da guerra, pobres e órfãs, as mais beneficiadas, atualmente, são as crianças oriundas de famílias ricas, capazes de arcar com as altas despesas para que os seus filhos acessem uma educação exclusiva e potencialmente melhor que a tradicional.

Além disso, o mercado se apropriou dos materiais pensados e desenvolvidos pela cientista. Brinquedos, móveis de quarto e mesinhas montessorianas viraram itens de luxo, já que altos valores são cobrados pela aquisição destes objetos. No entanto, é possível adaptar os espaços domésticos e preparar os/as cuidadores/as e educadores/as para a construção de uma educação libertadora, capaz de considerar a criança em sua individualidade.

A importância do método montessori se dá, sobretudo, no potencial desenvolvimento de seres humanos, críticos, independentes e livres.

Torna-se possível assim, considerar que o método educacional apresentado é uma alternativa para feministas que desejam proporcionar às suas crianças uma proposta de

educação pautada no desenvolvimento de habilidades necessárias para que estas consigam se aproximar de características individuais de modo respeitoso e capaz de fomentar a criatividade e a capacidade de realizar, desde cedo, a autoeducação.

REFERÊNCIAS

BRITO, L.; CAVALCANTE, L.M. Inclusão escolar: uma análise a partir da pedagogia montessoriana. Atlante. Cuadernos de Educación y Desarrollo, abril 2014 Disponível em: [Inclusão escolar: uma análise a partir da pedagogia Montessoriana | Semantic Scholar](#) . Acesso em: 07 maio 2023.

CISNE, Mirla. **FEMINISMO, LUTA DE CLASSES E CONSCIÊNCIA MILITANTE FEMINISTA NO BRASIL**. 2013, 408f. Tese (doutorado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2013.

DAVIES, Simone. **A CRIANÇA MONTESSORI**. São Paulo: nVersos Editora, 2021.

LAR MONTESSORI. A educação como uma ajuda à vida. Maria Montessori - biografia. 2021. Disponível em: [Maria Montessori – Lar Montessori](#). Acesso em: 07 de maio de 2023.

MONTESSORI, Maria. A formação do homem. Trad. de Sônia Maria Braga. São Paulo: CEDET, 2017.

OMB. **ESCOLAS MONTESSORIANAS**. Disponível em: [Nordeste > Categorias de escolas > OMB](#). Acesso em: 07 de maio de 2023.

RÖHRS, Hermann. **Maria Montessori**. tradução: Danilo Di Manno de Almeida, Maria Leila Alves. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

SALOMÃO, Gabriel. **MARIA MONTESSORI**. Lar Montessori, 2020. Disponível em: [Maria Montessori – Lar Montessori](#). Acesso em: 07 de maio 2023.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UM RECORTE PERANTE A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DOS APENADOS E OS VIOLENTOS ATAQUES OCORRIDOS NO RIO GRANDE DO NORTE.

João Batista de Lima Martins Neto¹⁴⁶

Luanna Bezerra de Freitas¹⁴⁷

Resumo: o presente trabalho é fruto de uma série de inquietações proposta pela disciplina de Fundamentos Históricos teóricos-metodológicos do Serviço Social do curso de graduação em Serviço Social da UFRN e busca refletir sobre os principais fatores que acarretaram a superlotação do sistema prisional, as ondas de violências e as reivindicações de apenados e seus familiares no contexto atual como também propõe a reflexão perante as atividades laborais de parte da categoria profissional que atua nos espaços sócio ocupacionais do sistema penitenciário.

Palavras-chaves: Sistema Penal, Direitos Humanos, Drogas, Criminalidade e Serviço Social.

1. INTRODUÇÃO

Antigamente não existiam códigos de regulamentação social e os meios de reclusão utilizados eram tortura e execução, negando aos privados de liberdade o direito de reintegração e ressocialização. O fato histórico da Revolução Industrial, eclodiu o desenvolvimento do capitalismo e o crescimento exacerbado do estado de pobreza. Este último, contribuiu para o aumento da criminalidade em diversos países europeus. Diante dessa realidade, houve a necessidade da criação de um grande movimento de racionalização do Direito, da Execução Penal e muito mais recente o reconhecimento dos direitos humanos e dos jusnaturalismos, agregando a exigências da ética, respeito moral e dignidade do indivíduo. Apesar de todos esses feitos, somente em 1830 que se foi possível regulamentar as penas de prisão e individualização das penas no Código Criminal.

¹⁴⁶ Graduando em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

¹⁴⁷ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

No Brasil, sabemos que o sistema prisional está saturado. Sua história é marcada por muitos casos que pontuam descasos. A relação do sistema de cárcere com a integração a outras políticas públicas, na prática, é inexistente, o sistema penitenciário no Brasil já foi tido como alojamento para escravizados, casa de acolhimento para menores e crianças em situação de rua e até mesmo manicômio para pessoas acometidas de doenças mentais. Hoje, já podemos considerar esses espaços como máxima construção da exclusão social e negação de direitos mínimos. Servindo como abrigo de práticas conhecidas de tortura, maus-tratos e vícios.

Este país faz parte dos cinco países com a maior população carcerária do mundo, ou seja, o Brasil se encontra em crise quando o assunto é prisão. Na maior parte das penitenciárias os privados de liberdade vivem em condições desumanas, má infraestrutura com a superlotação, falta de investimento, falta de condições básicas como assistência médica e higiene pessoal, e descaso do poder público que, perante a lei, deveria ser o responsável pela ressocialização e a punição desses indivíduos, para que, por meio da reclusão, estes sujeitos deixem de ser um “risco” para a sociedade.

No entanto, pela falta de ressocialização por parte do Estado, a precariedade e as condições desumanas que as pessoas privadas de liberdade vivem atualmente, os presos consequentemente acarretam a reincidência, voltando a cometer crimes pelo simples fato de que o Estado não inseriu este indivíduo de maneira adequada a sociedade entrando em contradição com a lei.

Contudo, se a população carcerária fosse tratada com dignidade, iríamos conseguir reinseri-los, de forma adequada, na sociedade através da garantia constitucional, do princípio da dignidade da pessoa humana, do artigo 1º, III, da Constituição Federal de 1988,¹⁴⁸ que assegura o mínimo de direitos que devem ser respeitados pela sociedade e pelo poder público, para preservar a valorização do ser humano. Assim, a ressocialização, como função principal da pena, é de suma importância tanto para os condenados como também para a sociedade.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 VIOLÊNCIA

O contexto de violência em nossa sociedade é marcada pela desigualdade e pela exclusão dos mais vulneráveis, assumindo proporções alarmantes, que vai além dos atentados cometidos contra a propriedade privada, a violência é praticada e legitimada pelo Estado (LEMOS, 2015). As relações humanas apresentam consequências ao seu convívio, a

¹⁴⁸ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

heterogênea construção da sociedade atravessa aspectos econômicos, de gênero, cor e raça provocando o que conhecemos como Questão Social.

A desigualdade social brasileira deixa nítida a discriminação da população pobre, sendo rotulados como criminosos. Segundo (ZALUAR, 1996, p. 50) “no Brasil, essa desigualdade social se dá não apenas pela péssima distribuição de renda do país, mas também pela distribuição desigual de conhecimentos sobre os direitos do cidadão e de acesso à justiça”. A criminologia tem estudado as concentrações espaciais da violência. A teoria da desorganização social ressalta a ineficiência do controle social na comunidade como germinadora de violência, centrando-se nas relações da comunidade (SHAW e MCKAY, 1942).

Um fator importante a se destacar, é a consolidação da política neoliberal no Brasil nos anos 90, a institucionalização do neoliberalismo marca e legitima a ausência do Estado diante das questões sociais, voltando-se a atender as demandas do mercado de capital, garantindo sua volatilidade. De acordo com (LEMOS, 2015, p. 71) “Nas últimas três décadas, o Estado social vem sendo substituído progressivamente por um Estado Penal que trata as demandas sociais via repressão e marginalização dos pobres”.

Dessa maneira, a violência é uma expressão da questão social formada pela: desigualdade, o desemprego estrutural, o aumento da pobreza, a degradação das relações sociais e a precarização do trabalho. Tratando-se de um fenômeno histórico e cultural (JUNQUEIRA, 2010. p.23). A expansão do Estado Penal em detrimento do Estado Social. Ao invés de investimentos em políticas sociais universais e emancipatórias, que atendam a necessidade dos indivíduos a fim de superar essas questões. O Estado prefere, mediante políticas focalizadas de combate à pobreza ou nas expressões da violência, atuar como órgão de repressão e transformando a problemática social das classes subalternas em caso de polícia.

2.2 CÁRCERE E EXECUÇÃO DA PENA

A primeira tentativa de codificação de uma lei de Execução penal no Brasil foi em 1933, quando se elaborou um projeto de Código Penitenciário, que tinha como objetivo a defesa social, regeneração e dando ênfase às questões psíquicas dos presos, mas acabou sendo desconsiderada pela baixa de eficácia. Assim, nas décadas seguintes, outros projetos foram elaborados, como o projeto da atual Lei de Execução Penal nº 7.210/1984, que dispõe sobre a execução das penas no Brasil, este afirma que a execução penal tem como finalidade

efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.¹⁴⁹

Os objetivos da execução penal são: punir, humanizar e realização da integração social do condenado, conforme a teoria mista adotada pelo nosso ordenamento jurídico, “a natureza retributiva da pena não busca apenas a prevenção, mas também a humanização” (MARCÃO, 2012, p. 29). Desse modo, a interpretação desses objetivos tem como finalidade demonstra a ineficácia da lei e do sistema prisional, visto que tenta garantir o caráter ressocializador e humanizador, de integração social.

A Lei de Execução Penal adotou os postulados na Nova Defesa Social, destinadas à proteção dos bens jurídicos (penas e medidas de segurança), como também tinha a função de reinserção do preso no seio social, objetivando a prevenção criminal e a humanização da execução da pena (MIRABETE, 2004, p.27).

Diante disso, o cumprimento da pena deve ter caráter justo e compatível com a gravidade do crime e de prevenção, para que o autor não cometa novos crimes, quanto à sociedade, para terem consciência de que a lei deve ser respeitada. Ainda assim, o apenado deve ter direito a ressocialização, para quando em liberdade, possa manter o convívio social e não praticar outros delitos, garantindo práticas sociais, educacionais e profissionalizantes para ser inserido no meio social.

Para piorar o cenário, o Brasil, seja sob perspectiva da sociedade, ou do ponto de vista político-jurídico, influenciados por informações que veiculam na mídia perante a criminalidade, muitas vezes equivocadas, alimenta a sensação de insegurança e impunidade, adota uma política de encarceramento, utilizando a prisão como solução para as “mazelas sociais” como a criminalidade, pobreza e segregação social. No entanto, o Brasil necessita de uma política criminal e penitenciária que vise alcançar as diretrizes propostas pela ordem jurídica e direitos humanos.

Portanto, as soluções apresentadas à sociedade, como a redução da maioria penal para controle da criminalidade e a construção de mais presídio, não conseguirão resolver a problemática, pelo contrário, agrava o caos e os malefícios advindos do cárcere, uma vez que ampliará a superlotação. Evidenciando, mais ainda, a falência do sistema prisional que é fruto da péssima política criminal e social.

¹⁴⁹ PEREIRA, Cristiane. **O Contexto Histórico da Lei de Execução Penal**. Conteúdo Jurídico. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/57082/o-contexto-historico-da-lei-de-execues-penais>. Acesso em; 10, abr. 2023.

2.3 SUPERLOTAÇÃO PENITENCIÁRIA

Não é novidade a afirmativa que o sistema penitenciário brasileiro vive em constante crise, seja de violação de direitos, ressocialização ou superlotação carcerária. A realidade na qual se encontram esses espaços, de forma recorrente, são expostas nos noticiários e nas mídias sociais, propagando errôneos entendimentos acerca do assunto e pela ausência de intervenção dos órgãos competentes a discriminação e as propostas desumanas tornam-se verdades ortodoxias.

A já citada Lei de Execução Penal, foi dita como a solução para o sistema carcerário brasileiro, apresentando-se através da legitimidade social. Os espaços de reclusão ganharam diversas variações, para que se tivesse um melhor controle da população carcerária, mesmo assim, a atual gestão desses equipamentos sociais corroboram com a não aplicabilidade dos direitos sociais mínimos e universais.

Se encontrando em total desacordo com a lei, o sistema prisional, deveria garantir que os estabelecimentos penais fossem preenchidos conforme sua estrutura e finalidade, mas, sem necessidade de muita busca, sabemos que a realidade é muito diferente. As celas comportam além da sua capacidade de pessoas, além das condições desumanas, com indivíduos dormindo no chão ou no banheiro, sem nenhuma salubridade, refletindo o total descaso das autoridades com esses humanos.

Desta forma, rompe-se com todos os direitos garantidos à população, pois, os privados de liberdade, devem ter apenas o direito de mobilidade retido, cabendo ao Estado garantir e prover os direitos fundamentais inerentes aos seres humanos. Essas ações respaldam o que desejamos pontuar, que é a afirmação que a superlotação dos sistema penitenciário viola direitos, além dos permitidos e põe em risco a vida de encarcerados, funcionários e a sociedade.

Mas quais direitos estamos falando? O primeiro que propomos destaque está presente na Constituição Federal de 1988, mais precisamente em seu Art. 5º que diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Outro documento que rege o Brasil é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, alguns artigos tratam sobre a liberdade civil, merecendo destaque o 19º artigo que afirma o direito à liberdade sem fronteiras, opiniões ou expressão.

Apesar dos constantes avanços perante os entendimentos do cotidiano dos apenados, ainda há muita coisa a se construir para que se garanta mínimas condições de sobrevivência, pois além das precárias condições em que vivem, as pessoas privadas de liberdade também passam pelo juízo de valor da sociedade, como afirma Espina:

A situação da superlotação de presídios é uma verdadeira afronta aos direitos e garantias individuais do recluso, mais do que isso os presos não são respeitados dentro ou fora do ambiente carcerário, não são tratados como pessoas humanas pela sociedade, são sim coisas amontoadas em um verdadeiro campo de concentração. [...] A superlotação é, portanto, uma violação aos direitos humanos, já que pode chegar a constituir uma forma de trato cruel, desumano e degradante, vulnera o direito à integridade pessoal e outros direitos humanos reconhecidos internacionalmente. (ESPINA,2019)

Ao comparar o que está escrito na Constituição com a realidade carcerária, pode-se compreender que no sistema prisional brasileiro a violação de direitos integra-se às práticas de ressocialização, pois são ditas como “normais” pela gestão e pela sociedade, pois o tratamento degradante e indigno a pessoas que se encontram sob custódia são apontadas como penas alternativas para os que não “andam na lei”.

Quando entramos na discussão sobre a superlotação do sistema prisional, nos deparamos com os fatores estruturantes do debate. E, apesar de muito se culpabilizar a população, o maior responsável por esse processo é o Estado, é ele que desencadeia as ações provocadoras da superlotação carcerária, vejamos:

O primeiro fator, abrange a política de encarceramento e sua insuficiência social, pois a adoção de políticas de encarceramento sem a integração a políticas e programas de ressocialização aumenta os índices de reincidência. No Brasil, culturalmente, implica-se sobre a aplicabilidade das penas aos privados de liberdade, nesses espaços há muitas falas como “só pegou isso? Tinha que ser mais, é por isso que matam e roubam.” ou “deveria pegar prisão perpétua.” porém, esses comentários além de violar direitos demonstram que a sociedade enxerga o sistema carcerário como uma verdadeira “Caixa de Pandora¹⁵⁰” na qual todos os problemas sociais devem ser inseridos e esquecidos para que tenhamos uma sociedade “limpa”.

Apesar do rigor, visto dentro do sistema prisional no Brasil, este existe apenas para quem é preto e pobre, para eles há o encarceramento, os brancos e pessoas com poder aquisitivo raramente vistos nesse “pente fino” do juizado social, pelo contrário, a esse seletivo grupo sempre há um histórico subjetivo de proteção utilizado como álibi.

Outro fator que acarreta os elevados índices de ocupação nas penitenciárias e presídios é a burocratização no sistema judiciário, isso permite que a reclusão provisória¹⁵¹ - quando ainda não há pena definida - seja aplicada em menor tempo hábil, o que o ultrapassar os limites de tempo estabelecidos para tal além expandir a ocupação do sistema carcerário também reforça os estigmas sociais, uma vez que a grande maioria destes apenados são pessoas negras, pobres, de baixa escolaridade oriundo de regiões periféricas. Conforme apresenta o censo carcerário de 2022

¹⁵⁰ A “caixa de Pandora” é uma metáfora usada para caracterizar ações que, menosprezando o princípio de precaução, desencadeiam consequências maléficas, terríveis e irreversíveis, sendo associada à mitologia grega.

¹⁵¹ Apreensão preventiva onde a liberdade é restrita antes do término do processo.

O perfil da população carcerária ainda é negra. Até 2021 eram 429,2 mil pessoas negras em cárcere, representando 67,5% do total. Esse número vem aumentando ano a ano, enquanto a população carcerária branca tende a diminuir, em 2021 representavam 184,7 mil, o que seria 29% do total (MEIRELES, 2022)

Logo, faz necessário, que o sistema realize a devida aplicação da lei de execução penal, utilizando de todas as esferas possíveis no que tange a aplicação dos regimes e das medidas alternativas da pena.

Por fim, o último grande fator é a atuação da política de combate a drogas, a criação da Lei 11.343/2006, conhecida popularmente como a nova política de combate às drogas, institui a diferenciação entre usuários e traficantes, ordenando que, quando apreendidos, o decorrer do processo realize a análise e confirme qual a relação do indivíduo com a droga ilícita. Assim, se define a pena de acordo com o potencial ofensivo,¹⁵² possibilitando penas alternativas aos usuários, enquanto aos definidos como traficantes se é aplicada a pena carcerária.

Apesar de ser considerada um ótimo modelo de combate a drogas, essa medida, na prática, apresenta dois grandes elementos do assunto drogas. O primeiro é o reforço da construção do preconceito contra a população periférica, uma vez que todo preto e pobre apreendido é definido como traficante, enquanto os mais elitizados são socialmente tidos como meros usuários. Assim, se preconiza a afirmativa apontada como segundo elemento, sendo a falsa guerra de combate às drogas.

2.4 COLAPSO DO SISTEMA PRISIONAL

Recentemente, mais precisamente em março de 2023, o Rio Grande do Norte sofreu com diversos ataques criminosos em todo o estado, ataques estes feitos como forma de “protesto” pela população carcerária que reivindicavam direitos básicos nos presídios que estavam sendo negligenciados. Essa realidade, levou o estado a realizar atos semelhantes aos do *Lockdown*¹⁵³ da pandemia. Com redução da carga horária de trabalho, menor mobilidade urbana e suspensão de atividades em equipamentos de produtos e serviços ditos como não essenciais.

Segundo, o Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura do Rio Grande do Norte:

O RN tem um conjunto de fatores que agravam a situação da segurança pública: unidades prisionais superlotadas; policiais penais insuficientes, mal remunerados e com agravos psicossociais diante do cotidiano de tensão; ausência de políticas de ressocialização; pessoas privadas de liberdade sem contato com o mundo exterior; agravos em saúde física e mental em decorrência da insuficiência das equipes e do

¹⁵² Apesar de estar presente no Art. 98 da Constituição Federal de 1988, as definições foram estabelecidas na Lei 9090/95 e ampliada, de forma posterior, na Lei 10.259/2001 apresentando mudanças no direito penal, onde instituiu os juizados especiais cíveis e criminais para solucionar os conflitos de menor danos a sociedade.

¹⁵³ Lockdown é um termo em inglês sem correspondência exata para o português. Em tradução livre, significa algo como “trancar as portas”. realizada em nível global no ano de 2020 como medida preventiva para combater a pandemia do vírus COVID-19

baixo atendimento de saúde; condições de detenção insalubres; ações e práticas cotidianas e coletivas de maus tratos, torturas e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, como os chamados “procedimentos”, entre outras condições que fazem do Sistema Prisional do RN um Estado de Coisas Inconstitucionais.(CEPCT/RN, 2023)

Ademais, é de responsabilidade do Estado garantir aos presídios serviços socioassistenciais para que seja possível amparar os presos e internados para o seu retorno à liberdade. Como inserido na *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984* no Art. 23 é atribuído a assistência social:

Art. 23 - Incumbe ao serviço de assistência social: I - conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames; II - relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido; III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias; IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação; V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade; VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho; VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Como já apresentado, a grande parte da população carcerária brasileiras é composta por negros, pobres, jovens, ou seja, boa parte dessa população são aqueles que se encontra em vulnerabilidade social, um problema que enraizado no nosso país, como também a uma ausência de uma política pública que atendam as questões sociais direcionadas a esses sujeitos. Assim, esses sujeitos são trabalhadores denominados exército industrial de reserva, sem empregos, para sobreviver passam a trabalhar de maneira informal e temporária, Muitos encontram, na criminalização, um meio de garantir sua sobrevivência e de sua família (ENGELS, 2010).

O modelo capitalista e a falta de efetivação das políticas públicas têm aumentado a violência no Brasil, utilizando de ideias neoliberais para privatizar as instituições públicas como os presídios brasileiros, que vem mostrando ser fracasso provocando motins (brigas de facções), fugas, entre outras condições precárias em que o preso se encontra. Conforme Duarte (2017) em sua entrevista feita pelo CRESS/RN:

“[...] o que temos na contemporaneidade são ações voltadas exclusivamente para pensar na construção de presídios e em aumentar o efetivo de guarda [...], passagem presídios construídos às pressas, superfaturados, com promessas de consolidar o que preconiza a Lei de Execuções Penais, mas, na prática, construídos com estrutura inadequada. O grande exemplo é o Presídio de Alcaçuz, que foi construído sob um terreno de dunas. Quanto aos guardas formados por agentes penitenciários e policiais militares, estes trabalham em um número efetivo bem aquém do necessário e em condições de insalubridade, afetando inclusive a saúde. Desse modo, as penitenciárias brasileiras vêm sendo utilizadas em tempos de crises (como o atual), como espaço para expressões populistas de um governo que pensa apenas de modo imediatista e em números, sem pensar na raiz do problema, que é o agravamento da criminalidade e da violência enquanto expressões da questão social.”

Diante destas informações não percebemos nenhuma surpresa, visto que, infelizmente as condições precárias no sistema carcerário é uma realidade de todo país. Sendo evidente

que, o Estado precisa cumprir com seu papel como estabelecido por lei. Assim, na Lei de Execução Penal nº 7.210/1984 em seu Art. 10:

Art. 10 - A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Ainda nesse sentido, a Lei de Execução Penal nº 7.210/1984 em seu Art. 41:

Art. 41 - Constituem direitos do preso: I - alimentação suficiente e vestuário; II - atribuição de trabalho e sua remuneração; [...]; V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena; VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; [...] ; X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados; [...]; XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito [...].

Dessa forma, é preciso relatar que o direito a dignidade, a saúde, a segurança, ao trabalho e a educação é a essência dos direitos humanos, são assegurados para todos os cidadãos, inclusive para aqueles que se encontram privados de liberdade, porém o Estado não tem conseguido assegurar essas garantias à toda a população, seja ela privada ou não de liberdade. Em meio a isso, emergem discussões sobre a privatização do sistema penitenciário, que apesar de aparecer como solução torna-se, tão somente, mais uma lacuna de inserção do capital privado em ações públicas que, historicamente, é mais um enredo burocrático do que efetivo.

Ao voltarmos a realidade enfrentada no RN, de acordo com o CEPCT/RN “o Plano de Governo apresentado pelo Poder Executivo estadual tem sido sistematicamente descumprido”¹⁵⁴. Isto porque, se o Estado atendesse às recomendações feitas pelos órgãos competentes, respeitando os direitos dos apenados no sistema prisional garantidos perante a Lei de Execução Penal, a população norte-rio-grandense e o povo brasileiro, não vivenciaram este cenário. Logo, é de suma importância destacar que, é obrigação do Estado a garantia de direitos essenciais à população carcerária. Assim, considerando a pauta, seria evitado os constantes conflitos oriundos do sistema prisional.

CONCLUSÃO

Feitas essas considerações, sabendo que o sistema prisional também é um espaço sócio ocupacional da categoria profissional. Podemos compreender que o fazer profissional nesses espaços envolve diversas temáticas, sendo as principais - e mais importantes - a garantia de direitos e a ressocialização. Pois, a grande função do sistema penitenciário é a

¹⁵⁴ CEPCT/RN. 2023. **Nota Pública do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura / RN sobre os recentes acontecimentos na segurança pública do Rio Grande do Norte e a situação do Sistema Prisional.**

UNODC. **Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.** Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf>. Acesso em: 28, mar. 2023.

ressocialização do apenado unindo a punição e o aprendizado, de forma que o egresso possa retornar ao convívio em sociedade de forma pacífica.

Contudo, a calamidade da situação dos presídios, torna esse processo ineficaz e o coloca em um estágio de utopia, sendo incrivelmente bela no papel e inútil na realidade. Pois, de acordo com as Regras Mínimas para o Tratamento de Pessoas Presas da ONU, “Regras de Mandela”¹⁵⁵, devem ser garantidos a assistência educacional, profissional, jurídica social e a saúde.

Dentre essas prerrogativas, destaca-se as relacionadas à educação e ao trabalho, pois a Lei de Execução Penal concede a possibilidade de remição da pena, desde que sejam atendidos os pré-requisitos. Além disso, esses benefícios visam assegurar, de maneira eficiente, a reinserção do apenado ao meio social, bem como garantir todos os direitos não cerceados pela execução da pena, como também preservar o princípio da Dignidade da Pessoa Humana disposto na CF/88.

Portanto, o Assistente Social no sistema prisional trabalha como mediador de conflitos e também na efetivação dos direitos das minorias, nesse território, assegura os direitos ao apenado e sua família tendo como posicionamento a equidade e a justiça social. Contribuindo com a ressocialização social, e a concretização da defesa dos direitos humanos que consta no Código de Ética Profissional nos princípios fundamentais e no Art. 13 que afirma os deveres do assistente social, assim lutando sempre por uma vida mais justa e igualitária para todos, na busca por uma efetivação de direitos de forma real e não utópica.

¹⁵⁵As Regras de Mandela são diretrizes mínimas a serem observadas pelo Estado para o tratamento de reclusos. As Regras de Mandela foram criadas pela ONU e passaram por uma importante revisão no ano de 2015, nas quais foram incorporadas mais garantias com o intuito e foco de assegurar tratamento digno às pessoas em situação de privação de liberdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1984.

CEPCT/RN. 2023. **Nota Pública do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura / RN sobre os recentes acontecimentos na segurança pública do Rio Grande do Norte e a situação do Sistema Prisional**.

CFESS, 2017. **Código de Ética do/a Assistente Social: Lei 8662/93**. 10º. Ed. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2017. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 29, mar. 2023.

COUTINHO, S. P., BONIFACIO, C. R., RODRIGUES, S. (2017). **O debate sobre o Estado capitalista e o Sistema Prisional**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. UFMA, centro de ciências humanas., Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo7/estadoecarcereodebatesobreoestadocapitalistaeosistemaprisional.pdf>>. Acesso em: 28, mar. 2023.

CRESS/RN. Cress **Entrevista Claudia Gabriele Duarte sobre a crise no sistema prisional, 2017**. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/noticias/ver/976>>. Acesso em: 29, mar. 2023.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Bomtempo, 2010.

ESPINA, Antonia López. **Superlotação carcerária e respeito aos direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade**. 2019.

JUNQUEIRA, Maíz Ramos. **Prestação de Serviços à comunidade: impacto e (in)visibilidade no cumprimento da pena/medida alternativa**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

LEMOES, Amanda dos Santos. **Criminalização da pobreza e a culpabilização do pobre**. In: PUNIÇÃO e Prisão: Ensaio crítico. 2015

MACHADO, Nicaela Olímpia; GUIMARÃES, Issac Sabbá. **A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 566-581, 1º Trimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/ricc - ISSN 2236-5044. Acesso em: 29, mar. 2023.

MARCÃO, Renato. Curso de Execução Penal. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MIRABETE, Julio Fabiani. Execução Penal: Comentários à lei n. 7210 de 11-07-1984. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PEREIRA, Cristiane. **O Contexto Histórico da Lei de Execução Penal**. Conteúdo Jurídico. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/57082/o-contexto-historico-da-lei-de-execues-penais>. Acesso em: 10, abr. 2023.

PEREIRA, Evelyne Medeiros; DE FRANÇA, Gabrielly Souza. **Oito notas sobre formação social brasileira e renovação crítica do Serviço Social**. *Temporalis*, v. 21, n. 42, p. 143-157, 2021.

SHAW, Clifford; MCKAY Henry. **Juvenile Delinquency and Urban Areas**. Chicago: University of Chicago Press, 1942

UNODC. **Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime**. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf>. Acesso em: 28, mar. 2023.

ZALUAR, Alba. **O condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Ed: UFRJ, 1994.

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS IDOSAS NA CASA DE PASSAGEM OLGA PEREIRA: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL.

Laura Pollyanna Rodrigues de Melo¹⁵⁶
Luana dos Santos Nogueira Freitas¹⁵⁷

Resumo: O presente relato contextualiza o trabalho do Serviço Social na unidade de acolhimento temporário Casa de Passagem Olga Pereira, destacando as contribuições e desafios enfrentados pelos profissionais no cotidiano, especificamente no atendimento às necessidades das pessoas idosas institucionalizadas. O envelhecimento populacional e a complexificação das manifestações da questão social que fragilizam as condições de vida e de sociabilidade da população idosa está associada a essa crescente e urgente demanda. O assistente social, nesses casos, mesmo enfrentado limites, se torna um profissional de referência no acesso e garantia de direitos, e para desenvolver um trabalho na perspectiva da reintegração familiar.

Palavras-chave: Acolhimento institucional. Pessoa idosa. Serviço Social.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social, enquanto profissão integra o processo da divisão sociotécnica do trabalho. Está inserida na conjuntura histórica de expansão do capitalismo, e, por conseguinte, da relação incongruente entre capital-trabalho, tendo destarte enquanto objetivo o enfrentamento das várias manifestações da questão social e o empoderamento dos indivíduos dos distintos segmentos sociais.

Conforme preconizado por Iamamoto (2012):

Os assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas (IAMAMOTO, 2012, p. 19).

¹⁵⁶ Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), pós-graduada em Saúde Mental pela Faculdade Nova Esperança (FACENE). Atua como Assistente Social da Prefeitura Municipal de Mossoró lotada na Casa de Passagem Olga Pereira. E-mail: laurapollyannab@gmail.com.

¹⁵⁷ Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), pós-graduada em MBA em Gestão de Pessoas pela Universidade Potiguar (UNP) e Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais (UERN). Atua como Assistente Social da Prefeitura Municipal de Mossoró lotada na Casa de Passagem Olga Pereira. E-mail: luana.ssosocial@yahoo.com.br.

Diante do crescente envelhecimento da população brasileira, as manifestações da questão social nas pessoas idosas tornam-se cada vez mais desafiadoras, uma vez que apresenta uma série de discussões socioeconômicas. O envelhecer, que antes era privilégio de poucos, transformou-se na maior conquista do século XX. Trata-se de um fato que gera grandes e constantes variações sociais, culturais, econômicas, institucionais e familiares, aumentando-se a probabilidade de dependência entre pessoas idosas e por sua vez, exigindo ações intersetoriais na elaboração e execução de políticas públicas eficazes de forma a garantir direitos a esse grupo geracional.

Dentre as leis, direitos e políticas garantidoras de proteção integral ao idoso, instituídas após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social destaca-se enquanto relevante política pública que busca a melhoria das condições de vida e de cidadania dessa parcela populacional. Isso porque, com a Constituição vigente, promulgada em 1988, a Assistência Social também ganhou nova institucionalidade, que a fez pautar-se pelo paradigma da cidadania ampliada, concretizadora de direitos sociais básicos particularmente de crianças, idosos, portadores de deficiência, famílias e pessoas social e economicamente vulneráveis.

O Assistente Social está inserido nas mais diversas áreas profissionais e possui um espaço privilegiado frente à política pública de Assistência Social, em que atua com diversas expressões da questão social. Constitucionalmente, a assistência social é um direito do cidadão e dever do Estado, instituída como política pública não contributiva, integrante da seguridade social.

O trabalho do Assistente Social sempre foi uma das dimensões debatidas pela profissão, tendo em reflexão a Política Nacional de Assistência Social na qual admite a sua inclusão em vários espaços ocupacionais, destacando-se neste os serviços vinculados a proteção social de alta complexidade.

A presença dos assistentes sociais nos espaços de acolhimento institucional, enquanto profissionais que procuram concretizar a garantia de direitos aos usuários, apresenta-se como elemento de basilar importância, pensando no ingresso, acompanhamento e encaminhamentos destes usuários para acesso aos seus direitos sociais.

O presente relato se desenvolve a partir da experiência profissional vivenciada na Casa de Passagem Olga Pereira, instituição pública de acolhimento temporário do município de Mossoró/RN, destacando as contribuições e desafios postos aos profissionais do Serviço Social.

2. DESENVOLVIMENTO

A preocupação com o processo de envelhecimento da população é uma atitude recente na sociedade brasileira. Tradicionalmente, a assistência às pessoas idosas estava vinculada a instituições filantrópicas assistenciais e confessionais. Segundo Rodrigues (2001), a preocupação pública com as necessidades acarretadas pelo processo do envelhecimento foi forçada em grande parte pela organização social dos idosos, realçando-se o protagonismo deste movimento.

Dentre os marcos legais que regem os direitos sociais para pessoas idosas, destacamos: A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) e o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), reconhecem a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado no cuidado com a pessoa idosa. De acordo com o Estatuto, “é obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa, a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL, 2003).

A assistência social como política pública de direitos voltada à prevenção, proteção, inserção e promoção social, desenvolvida em conjunto com outras políticas públicas, busca reverter o paradigma de caráter clientelista, imediatista e assistencialista que historicamente marcou essa área. Além disso, também assegura que qualquer cidadão brasileiro tem direito aos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais sem qualquer caráter contributivo, o que, em tese, permitiria eliminar ou reduzir os níveis de vulnerabilidade e/ou fragilidade social do cidadão, inclusive do idoso.

O Sistema único de Assistência Social - SUAS desenvolve ações específicas para pessoas idosas (maiores de 60 anos), em situação de vulnerabilidade social, com vivências de isolamento social por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário, bem como em casos de rompimentos de vínculos familiares e situações de violação de direitos, cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço de proteção social especial de alta complexidade, por meio de acolhimento em instituições temporárias e ou de longa permanência.

Na organização estrutural da Proteção Social Especial (PSE) é conciso entender que a conjuntura socioeconômica, política, histórica e cultural pode se refletir sobre os arrolamentos familiares, comunitários e sociais, motivando conflitos, crises e rupturas, fazendo-se necessário, destarte, a efetivação de trabalho social especializado.

Conforme consta na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013), o acolhimento institucional funciona como um espaço de reconstrução para muitos usuários atendidos, independente da modalidade ofertada (abrigo institucionais, casas-lares, casas de passagem, residências inclusivas ou repúblicas).

Respalhando-se nestas considerações, adentra-se na Proteção Social Especial de alta complexidade, com ênfase no serviço de acolhimento institucional que por sua vez pode ser de natureza provisória e excepcional, que é aquela onde todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares estão esgotadas. Ou seja, onde os vínculos familiares estão fragilizados ou rompidos.

Entendemos que os riscos e as vulnerabilidades dos usuários assistidos por esses serviços, em geral, são mais agravados do que nos demais níveis de proteção e complexidade. Os direitos desses indivíduos foram violados ou ameaçados, e podem se encontrar em uma situação de abandono, negligência e violência, necessitando de acolhimento provisório fora do seu núcleo familiar de origem.

O novo arranjo da sociedade brasileira, com a complexificação das expressões da questão social, traz à tona a intensificação da necessidade de institucionalização das pessoas idosas, provocando reflexões de cunho social e político que busquem ações que tenham a sua efetividade projetada nas reais necessidades destes usuários.

O aumento deste segmento populacional e seus efeitos sociais requer a viabilização de direitos sociais fazendo-se necessário que o Assistente Social passe cada vez mais a atuar na área do envelhecimento e suas complexidades. Avaliar as políticas sociais e as probabilidades de garantia de direitos no contexto de mundialização do capital configura-se tarefa desafiadora, conquanto necessária. Sobretudo quando se trata do Serviço Social, profissão que atua com as expressões da questão social e sente os rebatimentos da reestruturação produtiva em seus espaços sócio-ocupacionais, demandas, atribuições e formação.

A assistência social e as demais políticas sociais têm como desígnio a garantia de direitos e melhoria das condições de vida de seus usuários, sendo o assistente social um profissional estratégico na apreciação crítica da realidade e na instrumentalidade das políticas sociais locais.

As competências e atribuições dos assistentes sociais na Política de Assistência Social demandam um profissional que compreenda o contexto sócio histórico que se situa sua intervenção, que atue com enfrentamento das situações e demandas sociais de seu cotidiano.

O desafio da profissão é criar alternativas e possibilidades para a atuação no cenário atual e formular propostas para enfrentar as expressões da questão social e tragam respostas adequadas à realidade daqueles que a vivenciam. “Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo” (IAMAMOTO, apud SANTOS, 2008b, p.59).

O acolhimento representa o início de um processo de mudança extremamente significativa na vida daqueles que são inseridos nesse serviço. Ao ingressar, seja mediante requisição dos serviços da assistência social ou de políticas públicas setoriais como, Ministério

Público ou pelo Poder Judiciário, busca-se, para o usuário idoso, a garantia do direito a uma vida digna enquanto cidadão e ainda promover o fortalecimento de vínculos comunitários, familiares e sociais.

No tocante ao acolhimento de pessoas idosas, tanto as instituições públicas quanto as de cunho não governamental devem atender as normas regulamentadas e se incluem enquanto serviços de Proteção Social Especial Alta Complexidade vinculados a Política de Assistência Social, tendo em vista que são serviços destinados a famílias e/ou indivíduos que perderam seus vínculos familiares ou que estejam em situação nas quais não tenham condições de convívio familiar ou comunitário.

Particularizando esse debate, no âmbito do município de Mossoró/RN, a Casa de Passagem Olga Pereira é um órgão vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMASC/PMM. Foi implantada em 20 de abril de 2018, e está regimentado conforme publicado no Jornal Oficial de Mossoró nº 517/2019, sendo um órgão público integrante da Proteção Social Especial de Alta Complexidade no âmbito da gestão municipal da Assistência Social em Mossoró/RN.

Esta tem como objetivo geral acolher, em caráter excepcional e temporário (provisório), famílias e/ou pessoas adultas com direitos violados, seja em situação de rua, desabrigo por abandono, migração, ausência de condições de autossustento e residência ou em trânsito no município de Mossoró-RN, destacando o número elevado de pessoas idosas acolhidas desde sua institucionalização.

Nesse sentido, a instituição oferece moradia provisória, proteção, alimentação, assistência psicossocial e trabalha na perspectiva de atender a demanda específica, a partir da situação apresentada e assim realizar os devidos encaminhamentos avaliados pela equipe e nos termos regimentados.

Levando-se em consideração a prática atual enquanto membras integrantes da equipe técnica atuante nesta unidade, buscaremos descrever nossa experiência profissional, enquanto Assistentes Sociais, justificando-se pela importância de compartilhar a abordagem da práxis voltadas ao resgate do vínculo familiar a idosos institucionalizados.

A atuação do profissional de Serviço Social é fundamentada no atendimento às demandas atinentes ao acolhimento de pessoas idosas no tocante aos aspectos sociais. Destarte, o papel do Assistente Social frente à citada instituição, prever o fortalecimento de vínculos familiares na perspectiva de desinstitucionalização e garantias de direitos.

Efetivado o acolhimento, cabe ao profissional realizar triagem, seguido de elaboração de estudo social, preenchimento dos prontuários com registros de informações pertinentes a história de vida destes, expondo os dados referentes aos seus vínculos familiares, comunitários e sociais, e se necessário, esboçando seu histórico de violações sofridas e

levantamento dos atendimentos em serviços já realizados pela rede, para planejamentos das intervenções e estratégias de ação futuras.

O Serviço Social faz uso de instrumentais técnicos que subsidia suas ações, dentre elas: Observação; Entrevista, preenchimento de prontuário individual, construção relatórios e parecer social, dinâmicas grupais, contatos institucionais, visita domiciliar, encaminhamentos para acesso a outros serviços, atendimentos individual e familiar, reunião com a rede socioassistencial e com profissionais pertencentes a outras políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direitos.

A intervenção por meio de visita domiciliar proporciona uma aproximação entre família, comunidade, rede e instituição. De acordo com Iamamoto (2011), os assistentes sociais são capazes de decifrar a realidade, e a partir dessa realidade construir sua proposta de trabalho de forma criativa, preservando e efetivando direitos, a partir das demandas que surgem no cotidiano.

Dentre outras atividades diárias do assistente social vinculado ao serviço de acolhimento temporário, destacamos a necessidade de diálogo na mediação de conflitos familiares e comunitários, avaliando a condição desses vínculos. Além disso, destacamos a participação em audiências concernentes aos acolhidos, quando convocado pela autoridade judiciária e/ou ministério público, participar do processo de desligamento institucional dos usuários acolhidos e buscar priorizar, sempre que possível, à reintegração familiar.

A atribuição do Assistente Social frente a Casa de Passagem Olga Pereira, propende a garantir que as pessoas idosas acolhidas sejam reconhecidos como sujeitos de direitos, desempenhando sua cidadania em conjunto com seus familiares, bem como com a comunidade em geral. No tocante aos casos em que os idosos não possuem referencial familiar, o profissional possui igualmente o papel de garantir a preservação de todos os seus direitos, sejam estes relacionados aos mais variados campos e políticas (jurídico, saúde, assistência social, previdência, cultura, lazer, etc, respectivamente), propiciando articulações com a rede competente, perante as necessidades postas e particularizadas.

Destacamos ainda as orientações prestadas aos idosos e suas famílias sobre os programas e projetos que venham a ser realizados na instituição, bem como também o planejamento e preparo de atividades que objetivem promover a melhoria da qualidade de vida na velhice, referentes a direitos sociais, políticos, culturais, econômicos etc.

Essa abordagem busca minimizar os impactos que o próprio acolhimento institucional trás para a vida desses usuários, que são inerentes a essa intervenção. Desenvolver o sentimento de pertencimento, respeitar a sua autonomia, contribuir para uma melhor qualidade de vida e consequentemente da autoestima, permeiam as nossas intervenções.

A percepção dos profissionais do Serviço Social se atrela ao que se recomenda na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2013) quando assegura que

no acolhimento institucional precisa ser desenvolvido um trabalho social, no qual os profissionais precisam acolher os usuários, ouvi-los, proporcionar o desenvolvimento do convívio familiar, comunitário e social.

O Serviço Social, dessa forma, estimula e viabiliza redes de relações sociais e familiares de modo que o envelhecimento seja tomado como processo de sociabilidade e visando garantir o direito do idoso a partir do fortalecimento das políticas de atenção dos idosos. (RIOS; REIS, 2016).

Consideramos de suma importância que o profissional deve pautar suas ações com estratégias que colaborem com a intersectorialidade para que possa proporcionar à garantia integral de direitos as pessoas idosas acolhidas, entretanto, no dia a dia, para exercermos a profissão em sua plenitude, constatamos a fragilidade e alguns limites nas políticas públicas dificultando as ações que são imprescindíveis para o alcance dos seus direitos.

Dentre os desafios destacamos, a dificuldade da articulação com a rede de atendimento a saúde (principalmente no que concerne aos serviços especializados de saúde), com a previdência social (pontuando a morosidade e burocracia nos atendimentos e agendamentos), políticas de habitação com atenção à pessoa idosa, a baixa quantidade de instituições de longa permanência – ILPI a nível de estado, se considerar a demanda existente e no tocante ao âmbito municipal, a inexistência de uma ILPI governamental, sendo por vezes, necessário o acionamento do Ministério Público e ou outros órgãos da justiça para que se garanta o acesso e atendimento necessário.

Somado a isso enfatizamos a baixa compreensão por parte da rede local do papel e perfil dos usuários a serem acolhidos, o que consecutivamente gera solicitações indevidas de acolhimentos, provocando um desgaste nas relações profissionais.

Internamente visualizamos enquanto limites e desafios, a ausência no quadro da equipe técnica, conforme preconizado em regimento interno e na NOB SUAS RH, do profissional de Psicologia, além da insuficiência de cuidadores sociais devidamente qualificados para atender a demanda. Destacamos ainda as condições precarizadas de trabalho, no que concerne a ausência de materiais e espaço físico adequado e necessário para atendimentos às demandas postas ao Serviço Social, como por exemplo, a falta de computador de uso privativo do Assistente Social, comprometendo as questões de caráter sigiloso e ético.

Cabe destacar que o papel exercido pelo assistente social nas instituições de acolhimento é de extrema relevância, por buscar a garantia de um acolhimento digno, a proteção e o acesso a direitos sociais ora violados, prezando sempre pelo vínculo familiar, pois, o intuito desse serviço não é separar a pessoa idosa de sua família-base, mas, acompanhá-la quando em situação de vulnerabilidade, de modo que o afastamento ocorra somente em caso de risco à integridade física ou psicológica.

As demandas atinentes ao acolhimento institucional exige um profissional que busque o aprimoramento técnico contínuo e manter-se atualizado com as normativas vigentes, que tenha capacidade de refletir sobre a realidade e intervir de maneira criativa sobre ela. Além disso, um profissional que conheça a rede de atendimento e consiga estabelecer um bom diálogo entre os demais órgãos, evitando encaminhamentos desnecessários e/ou facilitando o acesso aos serviços.

Por conseguinte, a atuação profissional do (a) assistente social pressupõe uma formação de qualidade, crítica e continuada objetivando atender as demandas da sociedade, do Estado e das instituições públicas e privadas no mercado de trabalho. Tal posicionamento se ancora na defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social como estratégia de enfrentamento do modelo neoliberal que se configura em nosso país (BEHRING; BOSCHETTI, 2008; CFESS, 2011).

3. CONCLUSÃO

Embora tenha se registrado avanços na perspectiva dos direitos, por meio de legislações específicas, da formulação de políticas públicas direcionadas para a velhice, com o desígnio de expandir a cidadania destes, na prática, faz-se imperativo que os direitos instituídos dispostos em leis sejam concretizados e que os idosos sejam protagonistas de sua própria história. Neste interim, destacamos a relevância dos profissionais de Serviço Social perante a mediação e construção desta emancipação.

O acompanhamento à pessoa idosa institucionalizada se materializa em um desafio que requer do Assistente Social uma capacidade criadora para se efetivar ações interventivas que visem a garantia e concretização de direitos bem como, estratégias de (re) construção dos vínculos familiares e comunitários.

A intervenção do Assistente Social deve buscar continuamente responder as necessidades sociais e afiançar o acompanhamento, pautado no projeto ético-político em relação à pessoa idosa, visando viabilizar o acesso a direitos sociais cogentes aos idosos, fortalecendo os vínculos com a família e a comunidade.

É nesse contexto complexo e desafiador que se deve resgatar e reafirmar o compromisso ético-político dos (as) assistentes sociais na defesa das políticas públicas, dos direitos da população e da qualidade dos serviços prestados aos usuários, inclusive as pessoas idosas, na medida em que “a longevidade é uma conquista da civilização humana contemporânea. Todo cidadão tem direito ao envelhecimento, e a proteção desse direito engloba o compartilhamento de responsabilidades entre a família, o Estado e a sociedade” (SILVA, 2016, p. 222-223).

Por fim, consideramos que apesar dos inúmeros limites e desafios, destacamos a importância desse equipamento para atendimento da demanda emergencial de acolhimento de idosos em situação de risco, com destaque para o papel do Assistente Social, que através de sua ação profissional proporciona a proteção e garantia de direitos da pessoa idosa inserida no contexto de institucionalização.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti. Política Social no contexto da crise capitalista. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília, DF. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.842. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm#:~:text=1%C2%BA%20A%20pol%C3%A%20tica%20nacional%20do,de%20sessenta%20anos%20de%20idade.&text=Art.,-3%C2%B0%20A. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 1074/2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A%20ncias.&text=Art.,a%2060%20\(sessenta\)%20anos](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A%20ncias.&text=Art.,a%2060%20(sessenta)%20anos). Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/Suas). Brasília: MDS, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 02 mai. 2023.

BRASIL. Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília, DF: MDS, 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

BRASIL. O Trabalho e os Trabalhadores do SUAS: O enfrentamento necessário na Assistência Social. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. NOB-RH/SUAS: ANOTADA E COMENTADA. Brasília, DF. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

CFESS, Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social. Brasília: CFESS, 2011.

CFESS. O CFESS na Luta pela Assistência Social: sentido e compromisso. CFESS Manifesta, 2005.

HOLANDA, 2019.

IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 3ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 36 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RIOS, Thamiris Inoué; REIS, Josefina Maria dos. A Assistência da família no cuidado do idoso sob a ótica do Serviço Social, 2016.

RODRIGUES, N. C. Política Nacional do idoso - retrospectiva histórica. Revista do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento, Porto Alegre, v. 3, p. 149-158, 2001.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Envelhecimento e Proteção Social: aproximação entre Brasil, América Latina e Portugal. Revista Serviço Social e sociedade [on line]. São Paulo: Cortez, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/Social>.

YASBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

DAS RUAS A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS VIOLÊNCIAS QUE ASSOLAM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Emanuel Caionário Dantas¹⁵⁸

Lara Raquely Alves de Oliveira¹⁵⁹

Vitória Lima de Oliveira¹⁶⁰

RESUMO

A violência contra crianças e adolescentes apresenta-se como um fenômeno social e cultural, que se perpetua desde os tempos primitivos até o presente. No Brasil, as expressões mais fortes destas violências podem ser percebidas no trabalho infantil, que muitas vezes é normalizado e apoiado pela grande massa da população, bem como na exploração sexual, violência doméstica e delinquencial, em que as crianças são tanto vítimas como autores. Este artigo visa, por meio de uma análise bibliográfica, discutir acerca destas violências que assolam as crianças e adolescentes no Brasil desde os tempos mais remotos, principalmente o trabalho infantil e por intermédio desta discussão, encontrar meios de combatê-las.

Palavras chaves: Criança e Adolescente. Violência. Exploração.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

No Brasil Colônia, a economia brasileira da época dependia das exportações de riquezas naturais, como madeira, ouro e produtos agrícolas e para que o lucro fosse cada vez maior, havia a necessidade de uma mão-de-obra barata: a criança escrava. Mesmo depois da Lei do Ventre Livre, 1871, a criança podia ser utilizada pelo senhor desde os 8 até os 21 anos de idade para o trabalho braçal, e se torna importante frisar que antes dessa lei, as crianças começavam bem mais cedo a trabalhar. Fazendo um recorte histórico sobre a infância, observa-se que no século XIX a adolescência passa a ser delimitada, identificada e controlada. (CAVALCANTE, 2014).

De acordo com Cavalcante (2014), crianças e adolescentes são alvos de violência desde muito tempo. Na época do Brasil Império (1821-1825), devido ao alto índice de

¹⁵⁸ Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

¹⁵⁹ Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

¹⁶⁰ Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

mortalidade infantil e de crianças e adolescentes abandonados, em situação de rua, em um contexto de naturalização e exploração do trabalho precoce, cria-se o cenário propício para que inúmeros adolescentes se envolvam com práticas delinquentes.

Na industrialização, a exploração do trabalho infantil cresceu exarcebadamente, mediante a explicação de ajudar na renda familiar, devido a baixa renda familiar, advinda do trabalho de seus pais/responsáveis. Os industriais conceituam a exploração como sendo uma justificativa de proteção dos menores para evitar “que ficassem nas ruas”, e foram contra o primeiro Código de Menores, que autorizava o trabalho a partir dos 12 anos, se o menino estivesse frequentando o ensino primário, ou, caso contrário, a partir dos 14 anos. Apesar de que o século XX tenha demarcado a intensa exploração do trabalho infantil, a partir da Revolução Industrial, este marcou também o surgimento de políticas para a proteção de crianças e adolescentes.

No Governo de Getúlio Vargas foram criadas delegacias de menores, para onde eram enviados os meninos encontrados nas ruas e considerados suspeitos de vício e crime. Em 1941 foi criado o Serviço de Assistência aos Menores (SAM). No SAM, predominava a ação repressiva e o desleixo contra os internos, ao invés de uma ação educativa. As crianças eram violentadas, surradas e torturadas ao invés de serem protegidas. O SAM foi extinto em 1964 dando lugar para a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). (CAVALCANTE, 2014).

No paradigma da situação irregular vigente nos Códigos de Menores, os adolescentes que viessem cometer atos infracionais ou estivessem em situação de pobreza, ameaça moral ou risco eram considerados marginais ou marginalizados. Pode-se perceber, então, que todas as políticas ofertadas para as crianças e os adolescentes ao longo da história estavam relacionadas a uma perspectiva positivista, de ajustamento do indivíduo às normas da sociedade, marcada por uma série de violências camufladas em preocupações com o futuro do país. (RIZZINI, 2005). A violência está no seio dessas políticas por vitimizar principalmente meninos negros e de baixa renda, de modo que, nesse período, estas possuem um caráter punitivo e não de garantia de direitos para as crianças e adolescentes.

Somente após a adoção da perspectiva de proteção integral legitimada por meio da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que se contrapôs esta perspectiva de disciplinamento e dominação das crianças, a partir deste ponto, crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direito.

A violência contra crianças e adolescentes esteve presente na sociedade desde os mais antigos registros. A história da infância é um pesadelo, que recentemente começamos a despertar e entender o quão esse público é negligenciado e violentado. Quanto mais regressamos à história da infância, mais é perceptível o nível de mal cuidados com as crianças, é possível notar a naturalização de violências, torturas e abusos.

As crianças e adolescentes foram inseridas em um processo sócio-político de trabalho precoce, futuro subalterno, controle político, disciplina e obediência vigiada, quadro que, no olhar de hoje, mostra-se completamente inadequado para o desenvolvimento de crianças e adolescentes saudáveis. A doutrina de Proteção Integral formulou e propôs respostas para essa problemática, garantindo todos os direitos às crianças e adolescentes. Desse modo, o presente estudo objetiva analisar as multifaces da violência contra criança e adolescente dentro da perspectiva histórica brasileira em cenário de exploração do trabalho infantil.

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Uma análise conceitual desta problemática histórica

A relação violenta e desigual, estrutura-se num processo de dominação, sendo assim, o dominador, utilizando-se de coação e agressões, faz do dominado um objeto para seus “ganhos”, no qual está relacionada à hierarquia, a assimetria das relações e ao poder existente e perpetuado nestas (Russo *et al*, 2022). A relação violenta nega os direitos do dominado e desestrutura sua identidade. Já sobre os tipos de violência, cabe ressaltar que, essas diferentes formas não são excludentes, mas sim cumulativas. Na exploração sexual comercial, encontram-se presentes, além da exploração econômica, as violências estrutural, física, psicológica, social e moral. Por fim, a violência simbólica estimula todas as formas de violência.

Neste âmbito, é necessário a conceituação do termo violência, dessa forma consideramos aqui o conceito trazido por Chauí, que aborda como sendo:

violencia es un acto de brutalidad, sevicia y abuso físico y/o psíquico contra alguien y caracteriza relaciones intersubjetivas y sociales definidas por la opresión, intimidación, el miedo y el terror. La violencia se opone a la ética porque ésta trata seres racionales y sensibles, dotados de lenguaje y de libertad como si fuesen cosas, es decir irracionales, insensibles, mudos, inertes o pasivos. (CHAUÍ, 1998, p. 33)

São exemplos de violência: A violência institucional, que se manifesta de diferentes formas (física, psicológica e/ou sexual), se caracteriza por estar associada às condições específicas dos locais onde ocorre, como instituições de saúde, escolas, abrigos. A violência física contra crianças e adolescentes é uma relação social de poder que se manifesta nas marcas que ficam principalmente no corpo, machucando-o, causando-lhe lesões, ferimentos, fraturas, queimaduras, traumatismos, hemorragias, desnutrição e até morte. De acordo com Margarido:

Ocorre quando uma pessoa, que está em relação de poder em relação à outra, causa ou tenta causar dano não acidental, por meio do uso da força ou de algum tipo de arma que pode provocar ou não lesões externas, internas ou 43 ambas. Segundo concepções mais recentes, o castigo repetido, não severo, também é considerado violência física, podendo manifestar-se: Amarrar; Arrastar; Arrancar a roupa; Tapas; Empurrões; Socos; Mordidas; Chutes; Queimaduras; Cortes; Estrangulamentos; Leões por armas ou objetos; Obrigar a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados, álcool, drogas ou outros; Forçar a ingerir substâncias, inclusive alimentos; Tirar de casa à força; Abandonar em lugares desconhecidos; Causar danos à integridade corporal decorrentes de negligência (omissão de cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros). (MARGARIDO, 2010, p.61).

A violência psicológica é uma relação de poder desigual entre adultos dotados de autoridade e crianças e adolescentes dominados. Provocando traumas psicológicos que afetam o psiquismo, as atitudes e as emoções, traduzindo-se até mesmo na incapacidade da criança em interagir socialmente dentro das condições consideradas próprias de sua idade, podendo tornar-se passiva ou agressiva. Incluem-se nesse conceito: Insultos, humilhação, desvalorização, chantagem, isolamento de amigos e familiares, ridicularização, manipulação afetiva, exploração, negligência e outros (MARGARIDO, 2010).

A violência sexual contra crianças e adolescentes é inaceitável, além de ilegal. Ela nega a dignidade do outro, do ponto de vista de sua integridade física e psicológica. Violência sexual é o abuso delituoso de crianças e adolescentes, em especial de sua sexualidade, negando, inclusive, o direito das crianças e adolescentes a sua sexualidade em desenvolvimento. É considerada um crime na nossa legislação, garantido pela Lei 8.069/1990 e Constituição Federal de 1988.

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é um relacionamento interpessoal sexualizado, privado, de dominação perversa, geralmente mantido em silêncio e segredo. Os episódios de abusos sexuais, longe de serem idênticos, distinguem-se profundamente, seja pelo autor da violência sexual, seu grau de parentesco com a vítima, autoridade e responsabilidade em relação ao vitimizado, idade e sexo da vítima e do abusador, tipo de violência cometida, duração e frequência e o local em que sucedem. Conforme os autores demonstram, o abuso ocorre quando:

[...] crianças ou adolescentes são usados para gratificação de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, com base em uma relação de poder que pode incluir desde manipulação da genitália, mama, ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p. 39).

Existe também a negligência que configura-se como um tipo de relação entre adultos e crianças ou adolescentes baseada na omissão, na rejeição, no descaso, na indiferença, no descompromisso, no desinteresse, na negação da existência.

Além disso, outra forma de violência é a exploração sexual de crianças e adolescentes que trata-se da produção, exibição, distribuição, venda, compra, posse e utilização de material pornográfico. A pornografia encontra-se presente não só em material normalmente considerado pornográfico, mas também na literatura, fotografia, publicidade, cinema, quando apresentam ou descrevem com claro caráter pedófilo situações envolvendo crianças desejadas, expostas e usadas sexualmente por adultos.

O turismo sexual pode ser autônomo ou vendido em excursões e pacotes turísticos, que prometem e vendem prazer sexual “organizado”. É o comércio sexual, em cidades turísticas, envolvendo turistas nacionais e estrangeiros e, principalmente, mulheres jovens, de setores pobres e excluídos, de países do Terceiro Mundo. Crianças e adolescentes que trabalham no turismo sexual em geral são pouco escolarizadas e vivenciaram situações de abandono, negligência, violência sexual, pobreza e exclusão.

A exploração econômica ocorre quando crianças e adolescentes são constrangidos, convencidos ou obrigados a exercer funções e a assumir responsabilidades de adulto, inapropriadas à etapa de desenvolvimento em que se encontram. Essa exploração é uma das piores formas de violência, porque expõe suas vítimas a muitas outras violências: negligência, agressões físicas e psicológicas e torturas que, muitas vezes, resultam em morte. Crianças e adolescentes que vivenciam esse tipo de relação parental são levadas a crer que têm obrigação de se deixar explorar porque estão ajudando os pais.

CRIANÇA NÃO TRABALHA, CRIANÇA DÁ TRABALHO: Legislação e consequências

A prática de violência contra a criança e o adolescente é sempre um ato que fere os direitos preconizados pelo ECA, considerando que o público em questão se trata de seres indefesos e seus resultados são sentidos com maior intensidade, vez que ainda estão em fase de desenvolvimento físico e mental e, portanto, todas as manifestações da violência afetam seu caráter e personalidade. Abordaremos aqui especificamente o trabalho infantil, que apesar dos avanços no arcabouço jurídico brasileiro ainda é recorrente e preocupante. Para Veronese:

O Estatuto da Criança e do Adolescente garante sua proteção integral. E nessa proteção entra a garantia do não-trabalho. Isso nos leva a compreender a infância como um período muito especial da existência humana, período que deve ser preenchido com a escola, o esporte, a cultura e o brincar, jamais com a servidão do trabalho. É o direito de ser criança que deve ser respeitado, em benefício da adequada formação daqueles que serão os futuros adultos (VERONESE, 1997, p.42).

A discussão no âmbito constitucional no Brasil, foi definida na Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança, adotada em 20 de novembro de 1989, na Consolidação

das Leis do Trabalho de 1943, na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e na Lei 10.097/00 sobre o adolescente aprendiz.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), juntamente com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, também estabeleceu, em 2000, diretrizes para o enfrentamento do problema, e, em 2004, foi feito um Plano Nacional 58 de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção do Trabalho do Adolescente pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), reativada pela Portaria nº 952 de julho de 2003 do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2003).

No entanto, ainda enfrenta-se barreiras no combate ao trabalho infantil, sendo fundamental a compreensão de fatores que impulsionam o fenômeno. De acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) sobre Trabalho de Crianças e Adolescentes, referente ao ano de 2019, havia 1,768 milhão de crianças e adolescentes de cinco a dezessete anos em situação de trabalho infantil no Brasil, o que representa 4,6% da população (38,3 milhões) nesta faixa etária. Sendo 377 mil crianças de 05 a 13 anos, 442 mil de 14 e 15 anos e 950 mil entre 16 e 17 anos (IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019).

Analizando os dados mostrados, entende-se a preocupação com o combate ao trabalho infantil devido ao seu alto índice no Brasil. No entanto, é necessário pontuar que nem todo trabalho exercido por menores deve ser classificado como exploração de mão de obra infantil, visto que a definição denomina-se como todo trabalho que é mental, física, social ou moralmente perigosa e prejudicial para o adolescente e que, de alguma forma, interfere em seu desenvolvimento escolar (Nascimento, 2021).

Configura-se como fundamental destacar que o trabalho infantil não se limite apenas a pobreza e vulnerabilidade econômica, porém a situação de pobreza intensifica o quadro, na medida em que obriga os pais tanto a utilizar os filhos como mão-de-obra doméstica, quanto a oferecê-los no mercado de trabalho para aumentar a renda familiar. Como uma das expressões da pobreza e da injusta distribuição de renda, o trabalho infantil sempre se fez presente em nossa sociedade.

As crianças trabalhadoras desenvolvem atividades penosas, perigosas, em ambientes insalubres, que também se configuram como inadequadas também para os adultos. Vários desses aspectos podem ser mais facilmente identificados no campo, na cultura da cana de açúcar, nas carvoarias, no sisal e nas pedreiras, dentre outros, assim como na cidade como os vendedores de picolé, fruta, cigarro, biscoito, doces e balas; são guardadores de carro, jornalheiros ou engraxates, dentre outras tantas atividades.

O trabalho na infância marca, quando não destrói, a vida digna e saudável de crianças e adolescentes, tratados como sujeitos que não possuem o direito a ter direitos, mesmo os

mais essenciais. O combate ao trabalho infantil também precisa estar associado a outras políticas que tenham como objetivo intervir na diminuição da pobreza, e garantir o acesso a direitos básicos como uma educação de qualidade.

A rede de proteção de crianças e adolescentes se configura como o conjunto de entidades, profissionais, instituições e organismos governamentais e não governamentais que atuam para garantir os direitos das crianças e adolescentes brasileiros. Esta rede pode ter abrangência municipal, estadual, nacional ou internacional. As instituições atuam de forma conjunta, através da articulação dos diversos órgãos, a fim de que as decisões sejam tomadas de forma conjunta, e os conflitos sejam resolvidos democraticamente, para o melhor funcionamento da rede.

O marco de referência das redes de proteção das crianças e adolescentes é o sistema de garantia de direitos estabelecido no Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), através da lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Com a promulgação do estatuto, crianças e adolescentes passaram a possuir direitos garantidos pela lei, sendo assim, reconhecidos como sujeitos. O Estatuto prevê direitos humanos fundamentais para este grupo, como educação, lazer, saúde, dignidade e convivência familiar e comunitária.

É necessário um amplo reordenamento institucional e engajamento dos diversos órgãos que compõem esta rede, para que se obtenha êxito nas ações e que as mais diversas situações que virão a surgir sejam atendidas, independente de sua complexidade, gravidade ou natureza. Podemos citar como exemplo aqui a Rede de Proteção de Adolescentes em Conflito com a Lei, a Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e a Rede de Proteção dos Meninos e Meninas de Rua.

Concomitantemente, podemos contar também com os organismos do sistema de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, como os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, que são órgãos do poder executivo, com caráter deliberativo e que é composto tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil, em uma composição paritária meio a meio. Outros exemplos são os Conselhos Tutelares, Fundos dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Varas da Infância e da Juventude, Promotorias da Infância e Juventude, Delegacias de Proteção (DPCA) e Organizações não Governamentais (ONG's). Nesse sentido, é válido ressaltar que a proteção da infância e adolescência também é responsabilidade da sociedade civil, como preconiza a Constituição Federal de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber, portanto, que apesar do aparato legal que determina os direitos das crianças e adolescentes no Brasil, essa população ainda é atingida por vários tipos de violência. Paradoxalmente, a maioria dos violadores compõem a família da criança e/ou

adolescente, constituindo-se majoritariamente por violência intrafamiliar. Nesse sentido, quem deveria ser responsável por possibilitar a concretização dos seus direitos, juntamente com o Estado e a sociedade, e prover o seu bem estar, torna-se um potencial agressor.

Nessa esteira, compreendemos a necessidade da superação de práticas e ações arcaicas, autoritárias e violentas que são mantidas no cenário hodierno, principalmente com a utilização da mão de obra barata dessa população marginalizada e violentada.

Com a criação dos aparatos legais em defesa da criança e do adolescente por intermédio da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente acarretou a oportunidade de reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direito que precisam ser respeitados e protegidos, estabelecendo especificamente limites de idade mínima para o trabalho e as condições em que podem ser realizadas, entendendo as consequências dessa prática para o desenvolvimento físico e psíquico desta categoria (NASCIMENTO, 2021).

Desse modo, é necessário fortalecer a rede socioassistencial de proteção às crianças e adolescentes com o intuito de efetivar os direitos à população citada, juntamente com a participação popular no processo de fiscalização das políticas públicas realizadas pelo estado para efetivação de seus direitos. Além disso, mobilizar as instituições de ensino infantil, fundamental e médio, que possuem contato direto com estes, visando combater as violências ou até mesmo identificar possíveis violações, intensificando a articulação com a rede.

REFERÊNCIAS

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Ministério da Educação, 2007.

CAVALCANTE, Carmem Plácida Souza. **Fundamentos dos cuidados com crianças e adolescentes: um olhar sobre o Rio Grande do Norte entre 1964 e 1988**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Ética y violencia. **Nueva Sociedad**. Aproximaciones a la globalización. nº 163, set./out., 1999

RUSSO, Gláucia Helena Araújo; OLIVEIRA, Lara Raquely Alves de; SOARES, Mariana Dantas; BARBALHO, Millena Soares. LAR DOCE LAR? OS CASOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA NO CREAS MOSSORÓ-RN (2014-2019). **Políticas Sociais, Direitos e Serviço Social: debates, desafios e resistências na particularidade brasileira**. Mossoró, RN: Edições UERN: 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, São Paulo, Saraiva, 1989.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, Brasília, Ministério da Justiça, 1995.

MARGARIDO, A. **O muro do silêncio: a violência familiar contra crianças e adolescentes**. São Paulo: CIEDS, 2010.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irmã. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

VERONESE, J. R. P. Temas de direito da criança e do adolescente. São Paulo: LTr, 1997.

PNAD Contínua 2016: Brasil tem, pelo menos, 998 mil crianças trabalhando em desacordo com a legislação. Agência IBGE, 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/18383-pnad-continua-2016-brasil-tem-pelo-menos-998-milcriancas-trabalhando-em-desacordo-com-a-legislacao>>. Acesso em: 26 de abril de 2023

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Teresinha. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Gabinete do Ministro. Portaria nº 952, de julho de 2003.

NASCIMENTO, Altair Júnior Iduino do. **O trabalho infantil em tempos de pandemia no Brasil: do mal necessário à ilegalidade e suas consequências**. Pontifícia Universidade Católica De Goiás. Goiânia, 2021.

DISCUTINDO A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO CONTRIBUIÇÃO PARA PROTEÇÃO E AUTOPROTEÇÃO DE CRIANÇAS CONTRA O ABUSO SEXUAL

Nádja Grazielly Bezerra da Silva¹⁶¹

RESUMO: Associar infância e sexualidade é um dos tabus da sociedade. Mas os dados acerca do Abuso Sexual contra crianças têm demonstrado que “evitar falar sobre a temática” não tem resultado na prevenção. O Abuso Sexual contra crianças é uma violência brutal, pois além da violência física propriamente dita, implica também no abuso emocional, acarretando prejuízos psicológicos para a vítima. Esse estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, sendo produto de uma pesquisa e escrita de monografia, traz um único elemento de pesquisa de campo: busca identificar como profissionais que atuam em políticas sociais da cidade de Mossoró-RN entendem “Educação Sexual”, como conceito e prática. A “Educação Sexual” ao mesmo tempo em que se propõe trabalhar com crianças, desafia profissionais a pensarem caminhos metodológicos, linguagem e estratégias lúdicas, e diz respeito também ao trabalho com famílias e sociedade como um todo.

Palavras-chave: Educação Sexual. Infância. Sexualidade.

ABSTRACT: Associating childhood and sexuality is one of society's taboos. But data about Sexual Abuse against children have shown that “avoiding talking about the issue” has not resulted in prevention. Sexual Abuse against children is brutal violence, because in addition to physical violence itself, it also involves emotional abuse, causing psychological damage to the victim. This study is a bibliographical research, being the product of a research and writing of a monograph, it brings a single element of field research: it seeks to identify how professionals who work in social policies in the city of Mossoró-RN understand “Sexual Education”, as a concept and practice. “Sexual Education”, at the same time that it proposes to work with children, challenges professionals to think about methodological paths, language and playful strategies, and also concerns work with families and society as a whole.

Keywords: Sex Education. Infancy. Sexuality.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Sexual engloba não somente à questão da prevenção e combate ao abuso sexual; é um universo temático que abarca e aborda diversas questões (Infecções

¹⁶¹ Discente de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (FASSO) da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: graziellynadj1@gmail.com.

Sexualmente Transmissíveis – IST's com adolescentes; temáticas de sexualidade direcionadas às pessoas idosas e pessoas com deficiência, geralmente invisibilizadas; etc.).

No que toca este trabalho, nos cabe dizer que situações de abuso sexual não são afastadas de crianças por não falarmos sobre o tema. Ao contrário, “[...] fala-se muito de falta de dados, de subnotificação, o que é mesmo uma realidade, mas o fato é que este dado – mais de 4 meninas de menos de 13 anos estupradas por hora no Brasil – existe. Por que não estamos falando disso cotidianamente?” (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 9).

Com esse dado, reiteramos a abordagem da temática da Educação Sexual como sendo de grande valia, tendo em vista que, na sociedade, há violações contra crianças e adolescentes tão presentes e, ao mesmo tempo, tão ocultas. Ocultas pelo silenciamento, medo, opressão, constrangimento, e consequentemente, pela subnotificação.

O “fazer educação sexual” com crianças não é o mesmo que o “fazer educação sexual” com adultos. Entendemos que é possível encontrar possibilidades de fazê-la, com linguagem, temas, e metodologias para cada idade, e assim haver o fortalecimento da proteção e autoproteção contra abusos, implicando também na abordagem familiar. Outra hipótese é que há políticas sociais fazendo isso. Então, nos interessa saber quais caminhos estão sendo encontrados, e quais dificuldades estão sendo enfrentadas.

O presente artigo tem natureza qualitativa. Foi realizado por meio de releitura da monografia da autora, a qual foi baseada em revisão bibliográfica (acerca das categorias Infância; Abuso Sexual e Educação Sexual) e por pesquisa de campo com seis profissionais¹⁶² que trabalham com a temática no cotidiano de seus serviços, nas seguintes áreas: 1. Atenção Primária à Saúde (APS); 2. Proteção Social Básica da Política de Assistência Social (PSB); 3. Proteção Social Especial da Política de Assistência Social (PSE). Além disso, fizemos uso também de aportes documentais: cartilha de Pipo e Fifi, de autoria de Caroline Arcari, e a música “Nisso e aquilo”, da educadora Nívia Cavalcanti. O percurso metodológico para a realização deste artigo se desenvolveu priorizando a pesquisa bibliográfica acerca da categoria “Educação Sexual”, tendo como principais aportes: Campos (2019); Figueiró (2009); Silva (2019). Além disso, sendo produto de uma pesquisa e escrita de monografia, traz um único elemento de pesquisa de campo: busca identificar como profissionais que atuam em políticas sociais da cidade de Mossoró-RN entendem “Educação Sexual”, como conceito e prática.

¹⁶² Para assegurar o sigilo e a confidencialidade das identidades dos(as) profissionais entrevistados(as), fizemos uso de codinomes e entregamos uma cópia assinada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para cada um(a). As gravações e transcrições serão guardadas por cinco anos. Ademais, os codinomes dos sujeitos de pesquisa fazem referência a personagens e as respectivas autoras de cartilhas que já vimos ser utilizadas como metodologias para a Educação Sexual com crianças e adolescentes, no município de Mossoró-RN. Com isso, os codinomes são: Pipo, Fifi, Caroline, Tuca, Juba e Julieta.

Tendo como método o Materialismo Histórico Dialético, partindo de três categorias principais: totalidade, mediação e contradição. Conforme Netto (2011), “[foi] articulando estas três categorias nucleares - a totalidade, a contradição e a mediação -, [que] Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe propiciou o erguimento do seu edifício teórico” (NETTO, 2011, p. 58).

Desse modo, com este artigo, há a expectativa de analisar a contribuição e relevância social do estudo da Educação Sexual, com o intuito de ampliar a visão acadêmica e de urgência da temática, a fim de conceder e fortalecer a proteção e a autoproteção de crianças.

2. EDUCAÇÃO SEXUAL

A educação faz parte do processo de construção do ser social; a socialização do conhecimento construído nas relações sociais entre homens e mulheres com a natureza, entre homens e mulheres com outros homens e mulheres que estão no mundo, repassam os conhecimentos, os costumes, a cultura, as ideias (e também as ideologias) construídas pela humanidade. (TONET, 2005; CFESS, 2013)

Nesse sentido, entendemos a educação como um processo pedagógico de ensinar e aprender, seja pelo ensino formal (institucional), seja pelos espaços informais (fora de instituições, no processo global) de formação humana. Assim como consideramos a existência de espaços formais não-escolares de educação: ações, atividades e grupos socioeducativos, que acontecem nos serviços de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS's), Unidades Básicas de Saúde (UBS's) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS's), por exemplo. Dessa forma, consideramos a educação um mediador para a reprodução das relações sociais, especialmente daquelas “formas de pensar e viver” tidas como padrão, hegemônicas.

Relacionado a isso, Tonet (2005) afirma a existência de um papel ontológico de conservação da educação (que não significa, necessariamente, conservadorismo). Com base nas ideias de Tonet (2005), ao tempo em que a educação repassa o que foi construído pela sociedade, conserva. Se esses princípios, valores e relações não forem conservadores, não necessariamente ela assumirá um papel de conservadora, apenas de conservação. No entanto, se estamos falando de uma sociedade com recortes e desigualdades de classe, de raça/etnia, de gênero e geracionais, a educação, como uma das mediadoras das relações sociais, pode se reafirmar, por vezes, com papel de conservadorismo.

É importante refletir também que a educação não é apenas “transmissão” (TONET, 2005). Ela também pode ser questionamento, pesquisa, exercício questionador de estar no mundo (mesmo que em um mundo com suas relações preestabelecidas). A educação é

primordial para uma infância saudável. São diversos os conteúdos essenciais para o desenvolvimento infantil, dentre eles, destacamos a Educação Sexual, sendo ela adequada à faixa etária e trabalhada de maneira lúdica e didática.

Figueiró (2009) considera a Educação Sexual como sendo "toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja ao nível do conhecimento de informações básicas, seja ao nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual" (FIGUEIRÓ, 2009, p. 64 *apud* FIGUEIRÓ, 2001, p. 17).

Chauí, Kehl e Werebe (1981, p. 106) indicam que há dois tipos de Educação Sexual:

- A educação sexual informal, processo global, não intencional, que engloba toda a ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual;
- A educação sexual formal, deliberada, institucionalizada, feita dentro ou fora da escola (CHAUÍ; KEHL; WEREBE, 1981, p. 106).

A Educação Sexual trabalha os saberes dentro do processo individual e coletivo dos indivíduos. Em seus trabalhos iniciais, era voltada para o prisma biológico: tendo como ponto de partida problemas que começaram a surgir e a mudar os conceitos e maneiras de vivenciar a própria sexualidade. São exemplos deles a gravidez na adolescência, a preocupação de pais e educadores com o aparecimento do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e da Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS), e não por acreditarem que seria importante para o desenvolvimento integral do indivíduo. Figueiró (2006 *apud* Campos, 2019, p. 65) faz um breve histórico da Educação Sexual no Brasil:

As primeiras experiências em escolas datam da década de 1960, principalmente na cidade de São Paulo. Foram experiências que obtiveram êxito e estavam impulsionando o aparecimento de mais trabalhos, quando surgiu a repressão militar do período de 1968 a 1976, aproximadamente. Isso fez com que vários desses trabalhos fossem interrompidos e alguns continuassem a ser desenvolvidos de maneira sigilosa. Na década de 1980 deu-se uma nova abertura e experiências começaram a ser realizadas em maior número, em várias partes do país. Contudo eram experiências isoladas e que encontravam ainda resistências. A década de 1980 e, com mais intensidade a de 1990 caracterizaram-se por uma postura de conhecimento da importância e da necessidade de que a educação sexual fosse desenvolvida pela escola (FIGUEIRÓ, 2006, p. 46-47 *apud* CAMPOS, 2019, p. 65).

No decorrer de todos esses anos, houve significativos avanços e grandes retrocessos no percurso da Educação Sexual na sociedade, tanto no âmbito escolar quanto no familiar, além de inúmeras dificuldades¹⁶³. Na atualidade, apesar dos avanços na discussão da

¹⁶³ O Brasil, um país marcado estruturalmente pela violência, detém elementos estruturais que norteiam o avanço de ideias conservadoras. O Estatuto do Nascituro é um desses elementos. Consideramos que trata-se de um Projeto de Lei (PL) que aponta um dos legados mais misóginos de uma sociedade patriarcal. Busca retirar a

temática, ainda se faz presente um forte contexto de conservadorismo e limitações legais¹⁶⁴, acarretando inúmeros desafios quanto à Educação Sexual. Como exemplo, a questão de legislações municipais quanto a não discussão de gênero nas escolas que rebatem diretamente nos desafios postos a Educação Sexual.

Outro debate importante acerca da temática é refletir que, apesar de importante, o entendimento biológico é insuficiente para a compreensão total do indivíduo. “A sexualidade humana tem componentes biológicos, psicológicos, sociais e culturais e ela se expressa em cada ser humano de modo particular, em sua subjetividade individual e coletiva, em padrões sociais, que são aprendidos e apreendidos durante a socialização” (MAIA; RIBEIRO, 2011, p. 75).

A Educação Sexual fundamenta-se no reconhecimento das multiplicidades sexuais e dos valores a eles associados, com reflexões acerca da singularidade e inserção cultural de cada indivíduo, com base na ideia de que não há uma verdade absoluta sobre as concepções e práticas de como viver a sexualidade, também deve buscar desmistificar os estereótipos sexuais (MAIA; RIBEIRO, 2011); fornecendo informações e organizando espaços nos quais possam ser feitas reflexões e questionamentos com uma postura crítica e atitudes preventivas que envolvam a sexualidade e a responsabilidade com o próprio corpo e o corpo do outro, através de conhecimentos, palavras e metodologias específicas, levando em consideração as diferenças de idades e particularidades.

Como expressa Figueiró (2009, p. 163 *apud* MAIA, *et al.* 2011, p. 79),

[...] a educação sexual tem a ver com o direito de toda pessoa de receber informações sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual e, também, com o direito de ter várias oportunidades para expressar sentimentos, rever seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores sobre tudo que é ligado ao sexo. No entanto, ensinar sobre sexualidade no espaço da escola não se limita a colocar em prática, estratégias de ensino. Envolve ensinar, através da atitude do educador, que a sexualidade faz parte de cada um de nós e pode ser vivida com alegria, liberdade e responsabilidade. Educar sexualmente é, também, possibilitar ao indivíduo, o direito a vivenciar o prazer. (2009, p. 163 *apud* MAIA, *et al.* 2011, p. 79).

Para Figueiró (2006 *apud* CAMPOS, 2019, p. 67) quando a Educação Sexual faz parte de um programa educacional, deve abranger tanto o componente informativo

laicidade do Estado, e excepcionalmente o direito da mulher sobre o seu próprio corpo, através de valores religiosos e conservadores, por entre um discurso controverso à defesa da vida - a vida de quem?! O Estatuto é o retrocesso diante dos avanços da legislação brasileira e da luta dos direitos das mulheres, e em nenhum artigo consta a punição ao abusador. O PL também concede ao estuprador a possibilidade de requerer direitos paternos, fazendo assim com que a vítima seja obrigada a conviver com seu abusador, o qual poderia exercer a paternidade, registrando a criança e possuindo direito a visitas. Além de todo constrangimento e violação, oferta à vítima da violência a “bolsa estupro”, e tornaria o aborto ilegal mesmo em casos de estupro de crianças. Para um maior aprofundamento sobre o tema, recomendamos a leitura de Santos (2021).

¹⁶⁴ Como fruto de um movimento político conservador com o discurso ideológico de “ideologia de gênero” surgem vários projetos de leis em municípios para a discussão de gênero nas escolas, dentre eles, o projeto de Lei 4893/20; lei a qual Mossoró aprovou municipalmente, na câmara de vereadores.

(informações sobre o tema), quanto o formativo (abordagem através de disciplinas educativas). Tratando a temática com a devida seriedade e objetividade, havendo a compreensão integral, ética e psicossocialmente significativa e consciente; contribuindo com esclarecimentos, e orientações que visem quebrar tabus e promover autocuidado e autoproteção necessária à garantia dos direitos dos infantes. (CAMPOS, 2019).

Para Campos (2019), a participação coletiva e qualificada para tratar à temática é indispensável, tanto no âmbito social e familiar, quanto no escolar; essa participação coletiva auxilia a percepção dos pais com relação à necessidade de tratar o assunto e aceitar as curiosidades sobre sexo e sexualidade vindas das crianças e adolescentes que estão no processo de desenvolvimento e de descobertas, promovendo o entendimento de que a escola é um espaço para intervenção preventiva.

Silva (2019) afirma que a sexualidade é um tema fundamental e global, que necessita estar em debate, principalmente entre os pais e responsáveis pelas crianças. A infância é o alicerce da nossa vida, a partir dela desenvolvemos a vida cognitiva, social e afetiva, bem como a vida sexual. (SILVA, 2019). A autora destaca, ainda, que mesmo com todos os estudos que apontam a existência da sexualidade infantil, preconceitos e tabus ainda são recorrentes, o que acarreta na dificuldade dos pais, responsáveis e profissionais em lidarem adequadamente com a curiosidade natural das crianças.

A construção social da sexualidade está presente desde antes do nascimento. Como exemplifica Silva (2019), ela surge no desejo de se ter um filho, na fecundação do embrião em uma relação sexual; está presente no imaginário materno e paterno quanto à constituição desse sujeito, se será menina ou menino, cor dos olhos, a construção de expectativas sobre quem será. “As marcas culturais da construção social da sexualidade, na montagem da identidade de gênero, já começam a ser impressas desde aí, no lugar a ser destinado ao futuro do bebê. A sexualidade é construída nas primeiras experiências afetivas, no contato do bebê com quem o cuida”. (SILVA, 2019, p. 18).

Sobre isso, podemos destacar que, geralmente, há nesse momento uma relação intrínseca entre as expectativas, as escolhas dos símbolos e cores para meninos e meninas, influenciadas pelos papéis sociais de gênero definidos pela sociedade. Já vimos, no decorrer deste trabalho, que gênero e sexualidade, por vezes, são temas que se atravessam. Ademais, tratando-se ainda da sexualidade, Silva (2019) destaca:

[...] É pelo corpo que sentimos o mundo. Os primeiros contatos da mãe com o bebê no banho, na amamentação e todos os outros carinhos, as trocas de olhar e o ninar fazem com que ele sinta muito prazer e se sinta vivo. Tudo isso vai contando as primeiras sensações sensuais e será a base para o desenvolvimento da resposta aeróbica da capacidade de construir os vínculos amorosos e do desejo de aprender. Esse prazer, se não nos “robotizarmos” demais com a vida adulta dura que vivemos, vai se manifestar num corpo todo erótico. (SILVA, 2019, p. 18).

“A curiosidade sexual é a principal responsável pelo despertar da aprendizagem”. (SILVA; 2019, p. 18). Para Silva (2019) através da curiosidade sexual e o desejo de saber que se manifestam no início da nossa vida, compreendemos de onde e como viemos ao mundo; desse modo, começamos a conhecer e a pensar. A partir de hipóteses e construção de teorias, dá-se início ao pensar. E com isso, conhecemos e estabelecemos relações afetivas, que são ligações que resultam do anseio de saber e de conhecer o outro. (SILVA, 2019).

A sexualidade é expressa ao longo de toda a vida dos sujeitos, suas expressões vão desde conversas e brincadeiras até os relacionamentos, e deve ser pautada no respeito. Manifesta-se em momentos de interações afetivas ou até mesmo quando o sujeito se encontra sozinho ou em momentos reflexivos.

Na infância, a curiosidade sexual se expressa por meio de perguntas e brincadeiras. A curiosidade é notória na “fase dos porquês”, na qual surgem perguntas constantes por parte das crianças: “O que é isso? Para que serve aquilo? Como faz isso? De onde vem isso?”. Partindo das reflexões de Silva (2019), refletimos que é indispensável primeiramente compreender o que a criança quer saber e, após compreendermos a amplitude e o conteúdo da pergunta devemos dar uma resposta correta e objetiva, retificando informações errôneas, e sempre respondendo, mesmo que seja para dizer que não sabemos.

As perguntas feitas pelas crianças, partem do interesse de saber como as coisas funcionam, questionam desde como nascem os bebês até o porquê as pessoas morrem. Consoante à Silva (2019), concordamos que questionar é algo natural, principalmente na infância, a fase inicial da vida.

Silva (2019) ressalta o interesse da criança em desvendar o que é real e o que está em sua imaginação, posto que compreende o mundo através de fantasias, de uma forma não elaborada e não amadurecida de pensamento. É somente com o tempo e por meio do confronto entre a fantasia e a realidade que a criança vai poder crescer e se desenvolver, sendo esse um processo lento que vai se desenvolvendo durante vários anos de sua vida (SILVA, 2019).

A criança interage e se comunica através do brincar, o mundo da fantasia está sempre presente; diante das brincadeiras, as crianças vivenciam conflitos, expressam sentimentos. O brincar faz parte do processo de construção das relações sociais (LIMA, 2019). Silva (2019) assegura que o brincar e a curiosidade sexual são sinais de um desenvolvimento infantil sadio e criativo. Se uma criança apresenta dificuldade no brincar, no aprendizado, ou no contato social, é um sinal de alerta.

2.1 CONCEPÇÕES DOS SUJEITOS DE PESQUISA ACERCA DA “EDUCAÇÃO SEXUAL”

Empenhamo-nos em dialogar com a realidade atendida por nossos(as) entrevistados(as). Com isso, em nosso roteiro de entrevista semiestruturada, optamos por uma das perguntas ser uma pergunta não diretiva, colocando apenas uma palavra, a Educação Sexual; e perguntando o que vinha na cabeça das pessoas entrevistadas quando falávamos essa palavra. Como respostas a essa nossa colocação, percebemos diversos elementos que demonstram suas concepções acerca da Educação Sexual, ou seja, como estes e estas entendem o que é Educação Sexual.

Na nossa pesquisa entrevistamos seis profissionais, a maioria entende Educação Sexual como prevenção. As ideias foram muito parecidas, assim, trouxemos aqui uma fala de uma das pessoas entrevistadas, que de forma geral, sintetiza as ideias gerais deles(as) quanto à temática: “São os três termos que vêm: proteção, cuidado, garantia de direitos [...]” (Fifi). Outros elementos de destaque (diferentes, mas não divergentes) trazidos nas falas dos(as) entrevistados(as) foram organizados por nós no quadro ilustrativo abaixo, de forma que na primeira coluna sintetizamos a concepção e, na segunda, trouxemos um recorte de fala que a represente:

Quadro 01 – Recortes de falas: para chegar a uma síntese sobre as concepções de Educação Sexual dos(as) entrevistados(as)	
Conhecimento da criança quanto ao seu corpo.	“[...] deve ser trabalhada, é, de acordo com a faixa etária de cada criança, de cada adolescente, né, pra que possa orientar eles, é... de modo a eles conhecerem o corpo, de modo a eles saberem quem pode tocar, essas coisas [...]” (Caroline).
A importância de se trabalhar a Educação Sexual desde a infância.	“[...] deve começar desde a infância, né, essa questão, até porque se você não se conhece, você não sabe o que você tem que proteger, né?” (Tuca). “[...] se eu não tiver essa prevenção, provavelmente aconteça essa violação” (Juba).
Educação Sexual como suporte para a saúde sexual e a saúde reprodutiva.	“[...] são demandas que a gente expande como promoção e prevenção à saúde” (Pipo).

Fonte: elaboração própria.

Campos (2019) ressalta que a Educação Sexual é um dos grandes temas da sociedade moderna. É um tema complexo, ainda mais quando associado à fase da infância. Essa junção, muitas vezes, gera “desconforto”, bem como é remetido à repressão e à pedofilia.

No Brasil existia antigamente, em algumas regiões, o costume de levar jovens meninos aos motéis para terem sua iniciação sexual com uma prostituta. As moças sofriam com o machismo e a repressão social em relação à mulher, pois a maioria delas só aprendiam realmente sobre sexualidade com o marido, que em muitos casos não eram bons professores (CAMPOS, 2019, p. 62).

O autor ressalta que, atualmente, houve uma “evolução” e a sociedade vem desmistificando a temática da sexualidade. Muitos pais e mães passam a buscar esclarecer dúvidas e orientar seus filhos quanto a isso. Esse autor aponta, ainda, que é necessário

que se tenha conhecimento teórico e didático para responder à maioria das dúvidas levantadas e os pontos a serem ensinados às crianças.

Partindo das colocações dos sujeitos de pesquisa, apreendemos que em seus entendimentos acerca da Educação Sexual há um enfoque na prevenção e na informação e diálogo para autoproteção das crianças. Há compreensão quanto à importância de se trabalhar a Educação Sexual desde os anos iniciais da vida para o conhecimento da criança sobre o seu próprio corpo e, nesse sentido, o entendimento delas sobre consentimento, a fim de garantir a vivência plena da infância, com a garantia de uma vida saudável e sem traumas.

Em diálogo com isso, trazemos aqui a música “nisso e naquilo”, da educadora Nívea Calvalcanti, que ficou muito conhecida recentemente nas redes sociais:

Várias partes o meu corpo tem: cabeça, boca, pé e pernas também/Algumas partes ficam bem escondidinhas e uma delas fica embaixo da minha barriguinha/Nelas ninguém pode tocar não, se não tiver a minha permissão/Se desobedecer e nelas tocar, vou correndo pra mamãe contar/Se não resolver eu tenho que pensar quem é a pessoa que pode me ajudar/Titia, vovó, professora ou irmão, um deles terão a solução/Nisso e naquilo ninguém pode mexer, nisso e aquilo eu tenho que proteger/Nisso e naquilo ninguém pode tocar não, porque eu sou corajoso e não aceito não. (Música “Nisso e naquilo”. Nívea Cavalcanti. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YFTbPF51roE>. Acesso em: 09 Abr. 2023).

A música citada afirma a importância de a criança conhecer as partes do seu corpo, e de quais delas as pessoas podem tocar para se comunicar (tocar no ombro para chamar, por exemplo), e assim ter o discernimento do que é “público”, e do que é “privado”.

Assim, entendemos a necessidade, possibilidade e potencialidade de se trabalhar a autoproteção com crianças em todos os espaços, e promover reflexões e questionamentos dos próprios profissionais quanto a isso. O fortalecimento do debate contribui com o desenvolvimento de ações e visibilidade quanto ao dever da sociedade em proteger e auxiliar na autoproteção (a qual embasa as ações diretas de Educação Sexual) das crianças sobre todo e qualquer tipo de violência.

3. CONCLUSÃO

Compreendemos que a Educação Sexual se propõe a ser um instrumento de informação e, nesse sentido, de defesa da criança. Ao tempo em que busca promover sua autoproteção e também consciência quanto a pedir ajuda ou denunciar o agressor. Por isso, ela pode proporcionar uma abordagem individual e coletiva, que contemple à criança e à família, assim como educadores escolares e sociedade como um todo, assim como profissionais que atuam nas políticas sociais, com ações, atividades e grupos socioeducativos.

Acreditamos que uma das contribuições da Educação Sexual se define pela conscientização que se busca trazer acerca do que é violência sexual e que não há culpa da criança/adolescente quando essa violação ocorre.

A Educação Sexual engloba a autonomia do sujeito e a capacidade de denunciar cenários de repressão e violência sexual. Contribui para o futuro exercício da sexualidade com consciência e responsabilidade, sendo vinculada ao exercício da cidadania, trabalhando o respeito a si e ao outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília-DF, 2013.

CHAUÍ, Marilena; KEHL, Maria Rita; WEREBE, Maria José. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? **Cadernos de pesquisa**, n. 36, p. 99-110, 1981.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A educação sexual presente nos relacionamentos cotidianos.** Educação Sexual: em busca de mudanças. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 63-104, 2009.

LIMA, Sabrina Ferreira de. **Brincando no tempo:** um olhar sobre brincadeiras infantis na praia de Quixaba-CE. 2019. 57f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2019.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marcal. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa**, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. **São Paulo: expressão popular**, v. 2012, 2011.

SILVA, Maria Cecília Pereira. Características da sexualidade infantil de zero a seis. *In*: SILVA, Maria Cecília Pereira (org.). **Sexualidade Começa na Infância.** Belo Horizonte: Artesã Editora. 2019. P. 51-72.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Unijuí, 2005.

“TENHO DEZ ANOS DE IDADE/NÃO SEI O QUE É BRINCAR/EU PASSO NECESSIDADE/PRA MINHA MÃE SUSTENTAR”¹⁶⁵: OS IMPACTOS DO TRABALHO PRECOCE NA SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Carla Geovana Batista Almeida¹⁶⁶

Resumo: No presente artigo, desenvolve-se um esforço no sentido de apresentar e discutir a problemática que perpassa o trabalho precoce, enquanto um produto das relações contraditórias da sociedade capitalista, perpassando pela evolução da compreensão da infância na história e entendendo o contexto histórico do trabalho precoce nas relações sociais, de modo a explicitar as razões pela qual ocorre a inserção de crianças e adolescentes no âmbito do trabalho. Propõe-se a finalidade de compreender seus possíveis comprometimentos e efeitos negativos no desenvolvimento e na saúde física e mental na infância e adolescência. Para elaboração e aprofundamento do discorrer do trabalho, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, além de fazer o uso de toda a carga teórica adquirida no Núcleo de Estudos e Ações Integradas na Área da Criança e Adolescente (NECRIA) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Palavras-chave: Adolescente. Criança. Saúde mental. Trabalho precoce.

1. Introdução

Historicamente o trabalho esteve intrinsecamente relacionado às relações sociais e econômicas e é eminentemente entendido como um sinônimo de excelência e dignidade e trata-se do meio pelo qual o ser humano adquire seu sustento para a sua existência. Nesse sentido, como uma maneira de utilizar a força de trabalho, crianças e adolescentes estão inseridos dentro do âmbito do trabalho, enquanto uma mão de obra barata e como um meio de contribuir para a subsistência de suas famílias.

Dessa maneira, estando a sociedade em uma conjuntura de mundialização do capital, onde ocorre a exaltação do mercado e que traz elevados índices de desigualdade social e, paralelamente, uma imensa concentração de renda e desigualdade social, o trabalho precoce se expressa enquanto uma realidade mundial e histórica, de maneira que está expresso enquanto um produto do processo de exploração e que há a evidente violação dos direitos

¹⁶⁵ Trecho retirado da canção “Garoto do Amendoim” de Ary Lobo.

¹⁶⁶ Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

das crianças e adolescentes, que na dinâmica contraditória do capitalismo, caracterizam-se por serem invisíveis enquanto as suas condições sujeitos pobres e explorados:

A utilização da mão de obra da criança e do/a adolescente ocorre numa forma de sequestro da infância, em uma imposição da situação de pobreza na qual vivem, em condições precárias e prejudiciais ao seu desenvolvimento, como uma estratégia de sobrevivência. Vítimas da exigência de trabalhar, seja pela necessidade de gerar renda, seja pelo disciplinamento e prevenção à marginalidade, as crianças pobres são levadas a trocar o lazer e a escola pelo ingresso precoce no mundo adulto.” (CFESS, 2014, p.02).

Assim, tal forma de exploração e violação de direito é e sempre foi interpretada enquanto uma forma legítima de existência e crescimento econômico, de maneira a invisibilizar os danos causados e os direitos fundamentais violados, dentre eles o educacional, social, a saúde e a proteção. Apesar de toda essa problemática, seus efeitos não são levados em consideração para que haja a extinção de tal violação.

O assunto é ainda matéria para diversas obras artigos científicos, além de obras artísticas, como é o exemplo do título deste trabalho, em que fora retirado versos de uma canção de Ary Lobo, intitulada “Garoto do Amendoim” e versa acerca de um menino de 10 anos de idade tentando vender amendoim para que possa tirar o sustento da sua mãe que é viúva. Sendo a arte uma interpretação da vida, entende-se que diversas famílias ao redor do mundo passam pela mesma situação em que não tem modos de como conseguir a subsistência da família e todos são obrigados a trabalhar, independente da idade, para que possam existir.

Dessa forma, o presente trabalho visa a construção de um entendimento acerca das condições dos impactos que as crianças e adolescentes sujeitas a exploração do trabalho estão expostas, de modo a explicitar a trajetória histórica do entendimento acerca da infância e seu impacto para a inserção desse grupo no âmbito do trabalho, além de compreender acerca das razões pelas quais há a inserção da infância e adolescência no trabalho, bem como as consequências físicas, sociais e psicossocial em que esses grupos estão sujeitos.

O propósito do questionamento para a construção desse trabalho fundou-se por meio das inquietações acerca do assunto da problemática e pelo entendimento da sua relevância para a sociedade e a necessidade da partilha acerca de tal problema. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado dados bibliográficos e documentais, bem como fez-se a utilização de todo o arcabouço teórico fundamentado na graduação em Serviço Social e discussões e leituras feitas a partir da vivência no Núcleo de Estudos e Ações Integradas na Área da Criança e Adolescente (NECRIA) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), além da participação no Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), intitulado “Infâncias roubadas: Adultização e trabalho infantil no Instagram”.

2. Exploração infantil e o trabalho precoce em pauta.

Sabe-se que trabalho se constitui como a categoria que forma o ser social, sendo a base ontológica primária da vida social e sendo o modo como o homem age sob a natureza e a transforma conforme as necessidades determinadas, fazendo com que ele se desenvolva e crie uma realidade estando propenso a criação do novo e se constituindo como um ser de liberdade, de modo que sua essência ontológica se expressa pela impossibilidade de realizar o processo de humanização sem o seu intermédio nesse meio. Entende-se, portanto, que a categoria trabalho caracteriza-se por se tratar de uma ação do ser humano que está presente no processo de existência do ser social e propõe vivências e situações que contribuem para a formação de sua identidade enquanto sujeito, onde ele se enxerga naquilo que produz, possuindo uma perspectiva de pertencimento.

Nesse sentido, o trabalho configura-se enquanto um instrumento de construção e desenvolvimento e, em contrapartida, pode se configurar como um elemento negativo. Assim, esse processo está propício a ocasiões de prejuízos em diversas questões ao ser social, de modo que exposições, situações embaraçosas e constrangimentos podem propiciar um desenvolvimento negativo da identidade do sujeito. Dessa forma, entende-se que:

O trabalho é um elemento fundante da sociabilidade humana. Mas, no capitalismo, o que prevalece é a exploração e a alienação, que assumem uma particularidade no trabalho infantil, respondendo a demandas do mercado de trabalho, a uma estrutura do capitalismo que promove e legitima esse trabalho, à revelia de legislações e de mobilizações de segmentos da sociedade civil na defesa dos direitos das crianças. (CFESS, 2014, p.02).

O trabalho em idade precoce se denomina por ser uma realidade que se sucede a lógica da sociedade desde as civilizações antigas. A infância não era percebida ou enxergada e esse processo fez com que ela fosse constantemente tratada enquanto inferior e excluída. Desse modo, Ariès (1981) traz em seus estudos acerca da infância que esta assumiu significações divergentes a partir dos diferentes panoramas sociais, econômicos, políticos e culturais do contexto histórico em que esteve inserida. O autor realizou um estudo e trabalho a respeito de explicitar o método pelo qual a Europa do século XI até o XIX reconheceu as crianças e constatou, a partir das obras de pinturas, que as crianças da época eram reproduzidas com aspectos e particularidades do mundo adulto.

Dessa forma, as crianças passaram muito tempo sendo interpretadas enquanto seres substituíveis e possuíam, a partir dos 7 anos, quando entendidas e caracterizadas como adultas, a incumbência de se tornar mais uma mão-de-obra dentro da lógica capitalista, possuindo a obrigatoriedade de realizar os ofícios designados.

Seguindo essa perspectiva de uma significativa inexistência da infância, com o advento da Revolução Industrial, no século XIX, tem-se o aumento exponencial de processos de exploração e trabalho infantil. Tal fato se sucedeu em razão de a infância se particularizar como uma mão-de-obra ainda mais barata e por estarem suscetíveis a maiores processos de

violência e exploração pela inexistência de aparato legal de sua proteção durante esse período histórico, sobretudo crianças de origem pobre. Segundo Rizzini (2007):

O Brasil tem uma longa história de exploração da mão de obra infantil. As crianças pobres sempre trabalharam. Para quem? Para seus donos, no caso das crianças escravas da Colônia e do Império; para os “capitalistas” do início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas a partir do final do século XIX; para os grandes proprietários de terras como bóias-frias; nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola; nas casas de família; e finalmente nas ruas, para manterem a si e as suas famílias. (RIZZINI, 2007, p. 376).

Portanto, o trabalho em idade precoce se denomina por ser uma das expressões da questão social¹⁶⁷ e trata-se de uma realidade que se sucede a lógica da sociedade desde as civilizações antigas, entretanto, esse processo não isenta a atualidade de ainda prosseguir com tal prática. Entende-se e é definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) que o trabalho infantil pode ser indicado enquanto um uma totalidade de atividades que possam estar sujeitas ao prejuízo da saúde física e mental e ao desenvolvimento moral, social, mental e físico das crianças e adolescentes, além de comprometer a educação deles, de modo a privá-los do direito ao estudo.

Segundo a Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no ano de 2020, no mundo foram contabilizadas um total de 160 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos que foram vítimas de trabalho infantil, onde cerca de 97 milhões desses eram meninos e 63 milhões meninas. Tal dado retrata que uma em cada dez crianças e adolescentes se encontravam em situação de trabalho infantil no mundo em 2020. Segundo as pesquisas, aproximadamente metade desse número de crianças e adolescentes (79 milhões) possuíam um vínculo com formas perigosas de trabalho, de modo a situar-se em posições de risco à sua saúde, segurança e desenvolvimento moral. Com a COVID-19, em 2020, durante a crise da pandemia que assolou o mundo, houve um processo de regressão do progresso em contexto mundial no que concerne a luta contra o trabalho infantil.

É sabido que o maior determinante de tal fato se dá pela pobreza, que se configura por ser extremamente comum a sociedade contemporânea, dados as implicações inerentes ao sistema capitalista. Assim, seguindo o entendimento de que o trabalho se configura enquanto uma espécie de mediador que está entre a necessidade e a sua satisfação, diversas famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade social enxergam o trabalho precoce enquanto uma possibilidade que irá produzir a chegada ao desenvolvimento, sendo também uma maneira para produzir o seu próprio sustento. Assim, com a entrada ao mundo do trabalho precocemente, as crianças passam a ter a incumbência desde cedo de ter responsabilidades não só de contribuir para a subsistência das famílias, mas de possuir

¹⁶⁷ Segundo Iamamoto, questão social pode ser compreendida pelo “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (2015, p. 27).

imposições e deveres relativos ao âmbito do trabalho. O trabalho precoce também se caracteriza por se tratar de um componente que perpassa a sociedade contemporânea enquanto uma peça importante da inclusão social, a partir do propósito de ter a possibilidade de aquisição de bens que propiciem a subsistência, de modo a se desvincular da situação do pauperismo e haver a diligência de obter-se uma ascensão econômica:

Para suprir as necessidades econômicas das famílias, crianças e adolescentes são privadas de seus direitos básicos, como educação, direito de brincar, direito de convivência com crianças de sua idade, direito à saúde física e mental. Tais sacrifícios são vistos pela família e pela sociedade como necessários para a obtenção de outros direitos relativos ao crescimento econômico, garantia da subsistência, e, portanto, visto como suportáveis no que se pode denominar custo-benefício. (SILVA, 2014, p. 09).

Dessa forma, os fatores econômicos, políticos e sociais são determinantes essenciais para a inserção de crianças e adolescentes no âmbito do trabalho e relacionam-se a fatores como o avanço exacerbado da tecnologia, da concentração de renda, inerente a lógica do capital e os contínuos desmontes às políticas públicas e direitos sociais.

Além disso, a ideologia que respalda toda a construção dessa problemática traz um aspecto de aceitação social, contestável naturalização desse processo e disseminação de sua lógica por meio manutenção de uma perpetuação de princípios pró-trabalho infantil. Assim, para a vida da classe trabalhadora, acarretadas pela lógica de seu estilo de vida inerente ao capital, à medida em que as crianças e adolescentes crescem e passam a ter condições de fazer certas tarefas, traz-se uma ideologia da cultura do trabalhador, de modo que ação de trabalhar, independente de se caracterizar como precoce, se denomina por ser um método de ocupação de tempo e de auxílio às demandas da família.

Historicamente, as crianças e os adolescentes foram alvos de discriminações e violências em decorrência do pensamento higienista, que disseminava o entendimento de que esse grupo etário fomentava a criminalidade e a delinquência. Em decorrência das incessantes lutas e movimentos propagados pelas massas populares e classe trabalhadora em detrimento da criação de amparos para as crianças e adolescentes somada a consolidação da Constituição Federal de 1988, foi fundamentado o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que visa a proteção dos direitos sociais intrínsecos a esses sujeitos, de modo a preconizar a garantia de direitos tais como saúde, educação, lazer e habitação.

O trabalho infantil, portanto, é proibido pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional brasileira, considerando os princípios valorativos da universalidade dos direitos fundamentais. Dessa forma, no que concerne o princípio da Proteção Integral, está posto pela norma constitucional, que possui a finalidade de afirmar e certificar os direitos fundamentais da criança e do adolescente, em seu artigo 227, caput, instituindo que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo

de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, art. 227).

Evidencia-se, portanto, o dever compartilhado que está posto entre a família, a sociedade e o Estado na efetivação da Doutrina da Proteção Integral dos direitos das crianças e dos adolescentes com absoluta prioridade por parte destes. Assim, como ferramenta da concretização de tal princípio, a Constituição Federal de 1988 expressa a proibição do trabalho infantil, em seu artigo 7º, inciso XXXIII, de maneira a estabelecer a idade mínima de 16 anos para o trabalho, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Paradoxalmente, apesar de todo o aparato legislativo existente que gere um novo paradigma ético-político que estabelece a proteção de crianças e adolescentes acerca de sua exploração como uma opção de mão-de-obra, reverbera-se ainda uma realidade de uma conjuntura que, infelizmente, apresenta números significativos. Apesar de ter-se a visão desse público enquanto sinônimo de vulnerabilidade e cuidado, os mesmos ainda se caracterizam por tratarem-se de ser um objeto que enfrenta todos os tipos de violência. Portanto, apesar de o Estatuto da Criança e Adolescente ser uma verdadeira conquista e avanço na luta pela efetivação dos direitos e proteção desse público, ele não caracteriza o fim desse processo e não significa que há a eliminação da violência:

[...] O ECA nasceu em resposta ao esgotamento histórico-jurídico e social do Código de Menores de 1979. Nesse sentido, o Estatuto é processo e resultado porque é uma construção histórica de lutas sociais dos movimentos pela infância, dos setores progressistas da sociedade política e civil brasileira, da “falência mundial” do direito e da justiça menorista, mas também é expressão das relações globais internacionais que se reconfiguravam frente ao novo padrão de gestão de acumulação flexível do capital [...] O ECA não é uma dádiva do Estado, mas uma vitória da sociedade civil, das lutas sociais e reflete ganhos fundamentais [...]. Ocorre que foi uma conquista obtida tardiamente nos marcos do neoliberalismo, nos quais os direitos estão ameaçados, precarizados e reduzidos, criando um impasse na “cidadania das crianças”, no sentido de tê-la conquistado formalmente, sem, no entanto, existir condições reais de ser efetivada e ser usufruída (SILVA, 2005, p. 36).

Ademais, tal processo acarreta consequências severas na formação física e social desses sujeitos, tais como implicações físicas, psicológicas e psicossociais, vulnerabilidade às doenças e acidentes de trabalho, adultização¹⁶⁸ e defasagens educacionais, de modo a

¹⁶⁸ Segundo Weber e Francisco-Maffezzoli, “da Idade Média ao Século XXI, a sociedade passou por inúmeras transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. A organização social foi se modificando, assim como seus conceitos e significados. (...) Diante dessas transformações, assim como com o fácil acesso a informações e conteúdos que permitem a tecnologia, observa-se uma difusão de fronteiras entre os mundos adulto e infantil (BUCKINGHAM, 2006; POSTMAN, 2012; PROUT, 2010). Essa nebulosidade entre fases faz com que estímulos adultos atinjam crianças das mais diferentes idades, gêneros e classes sociais. Esses estímulos muitas vezes contribuem para que crianças internalizem comportamentos, atitudes, hábitos, formas de lazer, cuidados, responsabilidades e ações típicas de uma vida adulta. Quando essa apropriação acontece, compreende-se o fenômeno da adultização, manifestado por meio da ação social.” (2016, p. 01).

trazer uma perspectiva de restrição a inserção em processos que fomentam o desenvolvimento.

2.1. O brincar roubado: Trabalho precoce e as repercussões na saúde mental de crianças e adolescentes.

São diversos os fatores que determinam o desenvolvimento humano de cada pessoa, é um processo extremamente complexo e singular, havendo divergentes elementos que o compõem e apresentam os mais diferentes resultados. Esse processo irá depender de fatores subjetivos e objetivos, desde condições de vida, o ambiente em que vivem e as relações familiares e interpessoais que estão postas. Segundo os autores Ayala e Rondon (2004):

Interações negativas entre as condições de trabalho e fatores perturbação humana podem levar a problemas emocionais, alterações neuro-hormonais e apresentando comportamentais e bioquímicos riscos adicionais de doenças mentais e físicas. Também podem ser fornecidos efeitos nocivos sobre a satisfação e desempenho no trabalho. (AYALA; RODON, 2004, p. 276).

Portanto, o trabalho precoce incide diretamente sobre a formação social e pessoal desses seres humanos em desenvolvimento. O ambiente de trabalho pode se caracterizar enquanto um espaço que provoca diversos danos à criança e adolescente, seja pela sua perspectiva coercitiva, a partir da pressão pelo empregador, pelos pais ou pela função exercida dentro do trabalho, seja por conta das condições do ambiente em si, que, por vezes, trata-se de locais de extrema precariedade no que tange a questão física, trazendo repercussões na saúde tanto mental, quanto física dos indivíduos.

A Organização Internacional do Trabalho, por meio da Convenção Internacional nº182, desenvolveu e definiu as categorias de trabalho que mais fomentam prejuízos e nocividade aos jovens e que deveriam ser explicitamente e estritamente combatidas: a exploração sexual, o trabalho escravo, pornografia, trabalho doméstico, atividades ilícitas e as que provoquem riscos a integridade, saúde e segurança desses indivíduos. Dessa maneira, por intermédio do Decreto 6.481/2008, o Governo Federal regulamentou a Convenção Internacional nº 182, de maneira a aprovar a lista que conta com as piores formas de trabalho infantil. Os prováveis riscos iminentes vão de exposição a solventes orgânicos e neurotóxicos, até esforço físico intenso, tracionamento da coluna vertebral, sobrecarga muscular, à radiação solar e frio, de maneira a provocar diversos problemas na saúde física.

Entendendo que o desenvolvimento humano sempre foi interpretado enquanto um processo que constitui-se pela internalização de regras, valores e modos de viver, pensar e se comportar que advém do intermédio das interações sociais às quais cada indivíduo está envolvido durante a sua rotina do dia a dia, o processo que envolve o trabalho tem consequências severas no âmbito da saúde mental das crianças submetidas a tal exploração. Por estarem sujeitas a processos de submissão a cargas horárias de trabalho exorbitantes e estarem obrigados a possuir uma responsabilidade enorme, têm-se o comprometimento da

organização psicológica das crianças, de modo a prejudicar e afetar o equilíbrio emocional quando estes atingirem a fase adulta, de modo a comprometer as atividades e obrigações futuramente postas. (CAMPOS, FRANCISCHINI, 2003). Dessa maneira, “à debilitação da sua condição física acrescenta-se um estado de fadiga e falta de disposição (e tempo) para engajamento em outras atividades, déficit de atenção e de concentração e restrições às possibilidades de relações sociais.” (CAMPOS, FRANCISCHINI, 2003, p. 123).

Pela presença e obrigatoriedade de diversas responsabilidades relativas ao trabalho, havendo a limitação do tempo livre para a criança, tem-se a ausência do brincar em suas vidas, onde o tempo originalmente destinado às brincadeiras e estudos tem seu direcionamento para o trabalho. O ato de brincar entende-se como um momento de aprendizagem social e trata-se também de uma ocasião em que há a interação tanto entre crianças, quanto crianças e adultos. Trata-se, portanto, de uma atividade que tece o desenvolvimento saudável das crianças nos âmbitos físicos, cognitivos e sociais, de modo a desenvolver a maturação de determinadas necessidades referentes à infância. Sua ausência, portanto, compromete o andamento do desenvolvimento das crianças, de maneira a trazer danos à identidade e autonomia das crianças, de modo a afetar diretamente a saúde mental desses sujeitos. Segundo Marques (2004):

Afinal, trata-se de uma questão existencial e política: ser ou não ser criança. Nas ruas, durante o trabalho infantil, entre uma mesa de bar e outra, brincam de pegador, fazem piadas para os clientes, dançam coreografias junto com a rapaziada de classe média ao som dos toca-fitas dos seus carros. E, de bar em bar, improvisam brincadeiras de esconde-esconde, dentre outras. São várias tentativas de reapropriação do próprio gesto na sua relação com o objeto lúdico. (...) Tais estratégias representam defesas criativas contra a doença mental. (MARQUES, 2004, p. 39).

O autor ainda discorre, a partir de sua pesquisa realizada para elencar e identificar os possíveis danos à saúde mental das crianças em decorrência do trabalho precoce, que é possível constatar e perceber que, por todas as características provenientes dos processos de trabalho, esses sujeitos desenvolvem uma identidade negativa, de maneira a constituir processos de insegurança, desconfiança e negatividade (MARQUES, 2004). Além desse processamento, “o trabalho infantil ameaça a saúde em razão da má formação da personalidade, tanto pela ausência de uma convivência familiar saudável, como também por estar frequentemente em ambiente que favoreça maus exemplos de valores morais.” (SILVA, 2014, p.12). Dessa maneira, estão ainda sujeitos, dentro do âmbito do ambiente de trabalho que estão inseridos, a processos de trabalho repetitivos, exaustão e estresse, de modo que os compromissos exercidos pelas crianças podem provocar processos de danos à saúde, educação, desenvolvimento e formação social.

Além do que já fora previamente elencado, ainda há situações de perigo eminente presente no âmbito das ruas, que já acometem diretamente os adultos e as crianças e adolescentes estão ainda mais vulneráveis e sujeitos a risco nas suas subjetividades, de

maneira a estarem a mercê de problemas como a exposição a exploração sexual, criminalidade, drogas, estupro, roubos, sequestros e assédios. Segundo Marques,

A desconfiança gerada em relação ao comportamento dos demais frequentadores de ruas (fregueses promíscuos, traficantes, transeuntes, outras crianças e adolescentes em situação de rua, etc) passa a ser uma ameaça constante ao sentimento necessário de preservação da integridade do próprio eu. (MARQUES, 2004, p.39-40).

Portanto, o trabalho precoce infere diretamente nos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, tais quais o da saúde, educação, proteção e segurança, pondo esses sujeitos a isenção de sua infância e juventude integral, de modo a estarem à mercê dos impactos físicos, mentais, educacionais e sociais já mencionados anteriormente.

3. Conclusão

O trabalho constitui-se enquanto a maneira pela qual tem-se a realização de uma atividade econômica de modo a gerar renda e emprego. O direito ao trabalho trata-se de um direito socioeconômico e é a forma em que o mundo capitalista gira e se renova, através da exploração. Nesse sentido, a inserção de crianças e adolescentes dá-se pela pobreza e precarização em que suas famílias se encontram e o seu trabalho produtivo dá uma perspectiva de acréscimo na renda familiar, como efeito das relações contraditórias advindas da realidade social do capitalismo.

É possível perceber os efeitos comprometedores na vida das crianças e adolescentes sujeitas ao trabalho precoce, em função de extensas jornadas de trabalho, privação do seu direito de ser criança e adolescente, a exposição aos perigos gerados pelos ambientes de trabalho, formação de uma identidade baseada nas explorações e violações das situações vivenciadas, evasão escolar, baixa autoestima, adultização e a quebra da dignidade humana pela violação dos direitos sociais, educacionais, protecionais e da saúde.

Mesmo sendo uma prática ilegal e condenada nacionalmente e internacionalmente, o trabalho precoce ainda se revela em números altos e trata-se da realidade de aproximadamente 160 milhões de crianças no mundo, tratando-se de uma problemática muitas vezes invisível ou relevada, muitas vezes pela ideologia vigente ou não associarem a prática as consequências geradas. A entrada público infantil e juvenil no trabalho gera reflexos em adultos que apresentam problemas e distúrbios psicológicos, traumas e sequelas físicas, além de possuir efeitos sociais, com a inserção na criminalidade.

Tratando-se de ser um produto do capital descontrolado e pela defasagem das políticas públicas, em decorrência dos efeitos da ideologia neoliberal que espreitou-se pelo mundo na década de 90, ainda há um longo caminho com diversas limitações a ser percorrido no sentido de sua superação e enfrentamento, seja em razão do crescente desmonte das políticas públicas, seja pela maneira em que o trabalho precoce é visto e interpretado na sociedade capitalista, de modo que é preciso socializar a compreensão de que o caminho

para a anulação desse processo dá-se pela luta social, no sentido de uma construção de uma transformação societária.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

AYALA, L. B.; RONDÓN, A. M.P. **Efectos del Trabajo Infantil en la Salud del Menor Trabajador**. Rev. Salud Pública, 2004.

BARBOSA, A. A.; MAGALHÃES, M. G. S. D. **A Concepção de Infância na Visão Philippe Ariès e sua Relação com as Políticas Públicas para a Infância**. EXAMÃPAKU: Revista Eletrônica das Ciências Sociais, História e Relações Internacionais, Roraima, v.01, n.01, 2008.

CAMPOS, H. R.; Francischini, R. **Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano**. Psicologia em Estudo, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Brincar e estudar: é preciso garantir esses direitos, CFESS MANIFESTA**. Brasília, 2014.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Child Labour: Global estimates 2020, trends and the road forward**. 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipecc/documents/publication/wcms_797515.pdf>. Acesso em: 22 de dezembro de 2022.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MACEDO, J. N. A.. **Trabalho infantil: representações sociais nos media**. Dissertação de Mestrado em Sociologia das Organizações e do Trabalho. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

MARQUES, W. E. U. **Trabalho infantil, família, identidade e saúde mental: Indagações construídas diante de um fenômeno familiar transgeracional**. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 29–42, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho infantil**. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **C182 - Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236696/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 22 de dezembro de 2022.

RIZZINI, Irma. **Pequenos trabalhadores do Brasil**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2007. p. 376-406.

SCHWARTZMAN, S. **Trabalho infantil no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2001.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. **O estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de menores: discontinuidades e continuidades.** In Serviço Social e Sociedade. N° 83, 2005.

SILVA, Waldimeiry Corrêa da. **O trabalho infantil e o dano à saúde mental: Uma realidade além da existência digna.** Derecho y Cambio Social, Peru, ed. 38, 2014.

UNICEF Brasil. **Perspectivas e percepções sobre o trabalho infantil na iniciativa Crescer com Proteção (CCP): Notas para reflexão.** 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/18266/file/perspectivas-e-percepcoes-sobre-trabalho-infantil-na-iniciativa-crescer-com-protecao.pdf>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2022.

WEBER, T. B.; FRANCISCO-MAFFEZZOLLI, E. C. **Mídia, Consumo e a Adultização de Crianças: Uma Reflexão Macrossocial.** Curitiba, 2016.

A SOLIDÃO NA TERCEIRA IDADE: UMA ANÁLISE DA SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS IDOSAS E O CARÁTER SOCIAL AGEÍSTA

Carlos Gabriel Gouveia de Queiroz¹⁶⁹

“Há muitas maneiras de matar uma pessoa. Cravando um punhal, tirando o pão, não tratando sua doença, condenando à miséria, fazendo trabalhar até arrebentar, impelindo ao suicídio, enviando para a guerra, etc. Só a primeira é proibida por nosso Estado.”

(Bertolt Brecht)

Resumo

O artigo, ora exposto, faz uma abordagem teórica a partir das transformações sociais, a transição demográfica e a epidemiológica, bem como suas consequências que exigem novos modos de adaptabilidade, principalmente no âmbito da saúde. Foi elaborado uma análise bibliográfica e documental, partindo de raízes históricas desde a Idade Antiga até a contemporaneidade, refletindo os elementos que levam o adoecimento psicossocial das pessoas idosas e a sua solidão na sociedade capitalista, além de uma trajetória dos direitos legais desses indivíduos de forma global até focar o Brasil. Contudo, sustenta-se os valores da emergência da gerontologia social crítica.

Palavras-chave: Envelhecimento; Saúde da pessoa idosa; Capitalismo; Solidão; Adoecimento psicossocial.

1. Introdução

As experiências no âmbito acadêmico da Faculdade de Serviço Social (FASSO) na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) são enriquecedoras, propiciando pesquisa, projeto e extensão. Exemplos de oportunidades que conseguiram agregar uma bagagem teórica para a formação profissional foi o Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Terceira Idade (NEPTI), além da disciplina de Velhice e Serviço social. Um adendo também para as contribuições da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS), através dos seus cursos: “Cuidadores e a Atenção Domiciliar” pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); “Envelhecimento da População Brasileira” da Escola Fiocruz de Governo e “Atenção à Pessoa Idosa com Deficiência” da UNA-SUS da

¹⁶⁹ Graduando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Todas essas experiências teóricas favoreceram a aproximação da temática e como consequência, a construção deste artigo.

É sábio que envelhecer na sociedade é um processo biológico, que ocorre naturalmente na vida das pessoas a partir do momento de sua chegada ao mundo. A transição demográfica e epidemiológica são dois fatores que resultam no envelhecimento populacional, propiciando uma realidade que ocorre ao redor do mundo, estando atrelado aos índices da taxa de fecundidade que decai ao longo das décadas, procedendo ao fato de que para uma população se tornar mais velha, é necessário que a proporção dos seres jovens se reduza.

Tanto o Brasil como o mundo estão envelhecendo, e segundo a Fundação Oswaldo Cruz – Brasília, as pessoas com faixa etária de 60 anos ou mais seguem aumentando de forma rápida ao se comparar com os outros intervalos etáticos, estimando-se que em 2050 a população mundial terá em média 2 bilhões de pessoas idosas, exigindo do Estado, da sociedade e da família, condições para se adaptarem a realidade, respeitando a diversidade humana.

Essas transições se aliam aos processos de transformações sociais que ocorrem na sociedade e ao redor do mundo, bem como a ordem societal do capital. Mas, para analisar e compreender os elementos existentes na relação entre a velhice e o capitalismo, além das diversas formas de expressão, é importante articular a totalidade de múltiplas dimensões para entender como a pessoa idosa vivia diante da dimensão de sua cidadania, quais direitos humanos existiam e quais desses eram violados, exemplo da violência.

A realidade social bem como suas expressões no cotidiano de vida das pessoas idosas resulta em diversos processos de adoecimento mental e agravamento nas condições de saúde física, bem como a insuficiência no quesito de assegurar uma vida digna aos indivíduos. A solidão é uma resposta das construções sociais de padronização das pessoas e dos modos de se viver, além do adoecimento ou sofrimento psicossocial¹⁷⁰.

2. Desenvolvimento

Na Idade Antiga, a ideia do que significava ser idoso estava atrelada ao poder do mais velho dentro da esfera política e o seu papel enquanto ou diante do Estado, com habilidades para conduzir determinada sociedade, como a Grécia ou a Roma. Registra-se sobre a velhice na literatura grega diversos conflitos em suas relações, que ocorria entre os filhos jovens e os seus pais que eram anciões, um contexto que parte do pensamento de que o tempo conferia experiência, mas que por outro lado existia o enfraquecimento das condições físicas do corpo (FEIJÓ; MEDEIROS, 2011).

¹⁷⁰ “Utilizamos o termo sofrimento ou adoecimento psicossocial para nos remetermos àqueles que sofrem intensamente, permitindo que a experiência-sofrimento não seja reduzida a uma desordem e/ou periculosidade. Além disso, reconhecemos que a produção do sofrimento e adoecimento é constituída pelas relações de gênero, raça e classe” (CFESS, 2022, p. 13).

Os filósofos Platão e Aristóteles da Grécia antiga compartilhavam de concepções totalmente divergente sobre o ser velho na sociedade. Respectivamente, o primeiro enxergava a velhice como sinônimo de conhecimento, adquirido através da educação com uma alma “puro intelecto”, acreditando na gerontocracia (gestão feita por anciões). Já a perspectiva aristotélica, entendia que “a alma é a forma do corpo, e os males que afetam o corpo atingem o indivíduo como um todo” (FEIJÓ; MEDEIROS, 2011, p. 112), ou seja, para envelhecer bem é necessário cuidar do corpo físico.

Para mais, Aristóteles com ideias divergentes ao do filósofo Platão, julgava as pessoas idosas e os afastava do poder por considerá-los fracos, os enxergando como maus, seguindo uma linha de raciocínio de que por terem tido um longa vida, enfrentaram diversos atos enganosos, momentos de humilhação, e que “são egoístas, pusilânime e frios. São imprudentes: desprezam a opinião. “Vivem mais da lembrança do que da esperança”. Estão abertos à piedade, não por grandeza da alma, mas por fraqueza” (Beauvoir, 1990, p.136). Essas concepções resultavam em conflitos geracionais, pondo os jovens como os únicos responsáveis capazes para administrar uma gestão social.

Ao que confere a Idade Média, existia-se elementos moldados em um modelo de sociedade baseado em hierarquia, embora com condições de inviabilização, violação e ausência dos direitos humanos inerentes a pessoa idosa, tais como a impossibilidade de mobilidade social, falta de acesso a água, moradia, higiene, desigualdades sociais, econômicas, etc. As relações de trabalho durante o modelo de sociedade feudal possuíam horas de serviço exacerbadas, com ações fragmentadas dentro da agricultura. Durante esse período, são os jovens que detém o poder, o sistema e as instituições estáveis não asseguravam direitos na velhice, os tornando seres desprotegidos, discriminados e vulneráveis.

2.1 Marcos legais de proteção à pessoa idosa: caminhos entre desafios e conquistas

O grupo de pessoas idosas possuem nas raízes de vida social, traços de vulnerabilidades – físicas, emocionais, econômicas, etc. – resultantes da estrutura do modelo de sociedade vigente. Com isso, a história dos direitos da pessoa idosa inicia-se de maneira positiva com o reconhecimento da constituição de 1988 no capítulo VII: da família, da criança, do adolescente e do idoso, em seu art. 230, diz que a “família, sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando-lhes participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”.

A Organização das Nações Unidas (ONU) também teve papel fundamental, decidindo durante uma assembleia geral ocorrida em 1990, o marco legal intencionalmente para proteger e promover os direitos dos idosos. Logo em seguida, no ano de 1991, ocorreu a instituição da Carta de Princípios para Pessoas Idosas, com caráter emancipatório baseado em pilares: independência, participação, assistência, realização pessoal e dignidade.

Outros marcos legais que visam assegurar os direitos sociais a esse determinado grupo populacional, são a política nacional do idoso (Lei nº 8.842, de 4 janeiro de 1994), que se dispõe a assegurar condições para promover a autonomia, participação efetiva e integração na sociedade, bem como tende as diretrizes, princípios, ações governamentais ou outras atitudes políticas. A portaria nº 1.395, de 10 dezembro de 1999 refere-se à primeira Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI) no Brasil, sendo revogada pela Portaria MS/GM nº 2.528, de 20 de outubro de 2006 para Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI).

Em 2002 ocorreu o plano de ação internacional para o envelhecimento, responsável também pela ONU, com o plano de garantir que a população possa envelhecer de forma segura, digna e participativa socialmente, com três medidas: a criação de ambientes propícios e favoráveis; a promoção da saúde e bem-estar até a chegada da velhice; e os idosos e o desenvolvimento. Em seguida, houve a aparição do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de outubro de 2003), instrumento para a materialização da cidadania, que regula e reconhece os direitos daqueles com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, responsabilizando para a asseguarção dos direitos a tríade: Estado, sociedade e família.

O Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI), junto ao governo federal e os movimentos sociais, conseguiram conquistar o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa (subsecretaria de direitos humanos) em 2005, com o estabelecimento de estratégias sistêmicas de ação para o controle, acompanhamento e avaliação de prevenção no enfrentamento da violência contra a pessoa idosa. A Lei nº 11.433, de 28 de dezembro de 2006, institui o Dia Nacional do Idoso no dia 1º de outubro, para promover e valorizar a pessoa idosa na sociedade.

No dia 23 de fevereiro de 2006 através da Portaria MS/GM nº 399, houve o Pacto pela Saúde, com um conjunto de reformar institucionais pactuando entre as três esferas: União, Estados e Municípios, que são parte da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo inovações nos instrumentos e processos de gestão, pensando na pessoa idosa como uma prioridade. No ano seguinte, passa a existir o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, com o decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, garantindo tanto a pessoa idosa (com idade de sessenta e cinco ou mais) como a pessoa com deficiência – em geral aqueles incapazes de prover seu sustento – assegurando um salário mínimo mensal.

Foram várias conquistas no decorrer dos anos, como o Plano de Ação sobre a Saúde das Pessoas Idosas, incluindo o Envelhecimento Ativo e Saudável (OPAS, Washington, 2009), o Fundo Nacional do Idoso (Lei nº 12.213 de 20 de janeiro de 2010), o Programa Nacional de Imunizações (Portaria nº 1.498, de 19 de julho de 2013), o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo (decreto nº 8.114, de 30 de setembro de 2013), a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos (15 de junho de 2015), a Portaria de Consolidação nº 2, com normas sobre políticas nacionais de saúde do SUS

presente no anexo XI (Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa), além do decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019 que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre temática envolvendo pessoa idosa, e o projeto de Lei nº 3.646, de 2019 que foi sancionado em 2022, que substitui em toda Lei as expressões “idoso (s)” para “pessoa(s) idosa (s)” visando maior inclusão.

O Estatuto da Pessoa Idosa responsabiliza a tríade – Estado, sociedade e família – de forma legal para assegurar uma vida digna aos sujeitos de direitos da terceira idade, de acordo com o art.3º (Lei Nº 10,741, de 1º de outubro de 2003): “é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

Todos esses elementos refletem avanços direcionados ao grupo de pessoas idosas, e mesmo com todas essas conquistas, a contemporaneidade é repleta de desafios e de violação de direitos. O capital, o trabalho e o Estado possuem mecanismos nas relações de produção e reprodução social, que direcionam para a pessoa idosa uma sociabilidade capitalista permeada por políticas de descartabilidade da força de trabalho, retirando a subjetividade do (a) trabalhador (a) velho (a).

2.2 Envelhecimento e saúde mental na contemporaneidade: a morte subjetiva como expressão do sofrimento psicossocial

O cenário atual é de estratégias baseadas no neoliberalismo, desresponsabilizando o Estado de suas obrigações com os indivíduos sociais, construindo ideias culturais e estereótipos de que a terceira idade é a “melhor idade”, idealizando modos de vida que fomentam a acumulação capital. A sociedade de hoje possui um caráter ligado a gerontofobia¹⁷¹, estruturada no pensamento de prolongar a longevidade e ocultar as marcas da velhice através de produtos e procedimentos estéticos. Além das perspectivas de classe, gênero, raça/etnia e outros elementos que são expressados na Questão Social¹⁷², com a expropriação e privação de direitos, repletos de burocratização do acesso aos direitos constitucionais, como a própria aposentadoria, refreando e impedindo um envelhecimento saudável baseado nos três pilares: saúde, participação e segurança.

¹⁷¹ “Gerontofobia é o medo de envelhecer, podemos associá-lo a insegurança relativa à assistência e apoio familiares e sociais, especialmente, se comparado a pessoas ao seu redor que tenham dificuldades para estes enfrentamentos” (ISTOE; MANHÃES; SOUZA, 2018).

¹⁷² “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (CARVALHO; IAMAMOTO, 1983, p.77).

Com esse processo de envelhecer no modelo de sociedade vigente, a população brasileira se encontrou em um cenário de tentativas de adaptação nos diversos tipos de práticas e sistemas sociais, devido a um maior grau de exposição nos tipos de violência e vulnerabilidade da pessoa idosa, tornando-se um desafio assegurar e garantir a esses indivíduos uma longevidade saudável e uma vida humanamente digna. Ao falar de vulnerabilidade, se faz necessário a compreensão de que se trata de “um constructo multidimensional, onde condições comportamentais, socioculturais, econômicas e políticas interagem com os processos biológicos ao longo da vida” (Barbosa; Oliveira; Fernandes, 2019, p. 357), esse processo natural é o próprio envelhecimento, imbricado às perdas físicas, emocionais e também psicológicas que tornam a pessoa idosa mais exposta e vulnerável a violência.

As consequências sociais são os estereótipos, o preconceito, o comprometimento de uma longevidade de qualidade e a violência, enquanto as expressões individuais estão ligadas aos problemas emocionais e o declínio funcional com a perda de autonomia. A fragilidade enquanto elemento da vulnerabilidade perpassa múltiplas dimensões, desenvolvendo para as pessoas idosas um fortuito cenário propício ao comprometimento do seu envelhecer diante da precarização dos serviços essenciais à vida, como saúde, segurança, educação, etc.

A fragilização durante a velhice perpassa a totalidade em meio ao que o capitalismo e suas expressões produzem e reproduzem socialmente. Enquanto o capital existir, existirá a chamada Questão Social e suas múltiplas expressões, com um processo estrutural de culpabilização dos indivíduos por sua realidade insegura, com condições e processos ideológicos que impossibilitam o desenvolvimento reflexivo para uma criticidade a partir da consciência de classe, raça, etnia, gênero e outras características particulares, universais e singulares da diversidade humana.

A ideologia capitalista corrobora para o sentimento de invalidez na terceira idade ao considerar apenas trabalhadores ativos que contribuem com a acumulação do capital, alimentando uma ideia de que ao chegar na idade de sessenta anos ou mais, essas pessoas se tornam invisíveis para o Estado e precisam, segundo a sociedade, repousar pelo resto de suas vidas por ter vivido durante muitos anos de sua vida. É uma linha social dividida entre estereótipo e incapacidade na vida da pessoa idosa, com distintas consequências de exclusão e sentimento de não sentir mais útil no meio social (NETO, 2016). Em síntese:

O que vemos na realidade do sistema capitalista é, nada mais nada menos, uma transfiguração de direitos em benefícios que são massificados e absorvidos como tal pelos idosos e sociedade em geral. Onde o Estado cria respostas mínimas, possibilitando, ilusoriamente, que o idoso se identifique como integrante dessa sociedade. Fazendo com que ele se perceba como um ator social que não atua mais, mas que já atuou e “merece” ser recompensado por isso (OLIVEIRA et.al. 2011, p.3).

Essa cultura da pessoa idosa não servir mais para o mundo do trabalho é contraditória por recusar a mão de obra, mas aceitar o poder de compra, sendo o grupo da terceira idade

o que mais gera lucro para as indústrias farmacêuticas e a que mais faz uso de medicamentos na sociedade. A polifarmácia faz parte do cotidiano de vida de muitas pessoas idosas por possuírem uma ou mais doenças ou sintomas que exigem o uso desses medicamentos para manutenção da vida, embora exista uma forte tendência de automedicação, expressando preocupação no que diz respeito aos efeitos colaterais dos medicamentos e os riscos que podem ocorrer.

As transições demográfica e epidemiológica junto as transformações sociais que ocorrem na sociedade e no mundo, se aliam ao capitalismo e a longevidade exige modos de adaptação para a sobrevivência das pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. O envelhecimento é inevitável, junto dele ocorre o aumento progressivo de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), atingindo principalmente a população da terceira idade e aqueles indivíduos mais vulneráveis socioeconomicamente.

A saúde mental é fragilizada por inúmeros fatores, uma vez que o Estado não supre a necessidade de cuidadores, e isso faz com que familiares ou responsáveis da pessoa idosa alterem totalmente o seu cotidiano e rotina de vida para cuidar do indivíduo com declínio funcional físico, da pessoa idosa com deficiência ou outros fragmentos atrelados a perda da autonomia dos seres. Isso desenvolve muitas vezes, o sentimento de se sentir um fardo como resultado da perda de sua autonomia, ligado à insuficiência do Estado através das políticas sociais e públicas, da sociedade com tendências ageístas¹⁷³ e a família com a falta de preparo para lidar com esses indivíduos.

O envelhecer saudável de hoje depende da capacidade da geração anterior de pensar e planejar a velhice. Contudo, reflete o inverso na contemporaneidade, através da morte subjetiva¹⁷⁴ dos indivíduos idosos e com o adoecimento psicossocial intenso. Doenças como a depressão é o resultado da ausência da articulação e preocupação social, onde a desordem da sociedade vigente desvaloriza os indivíduos idosos e os negligenciam. Afinal, “as desordens mentais comprometem 20% da população idosa, entre as quais se destacam a demência e a depressão como prevalentes.¹ No Brasil, aproximadamente 10 milhões de idosos sofrem de depressão” (BENEDETTI et al., 2007, p. 303), o que apenas reforça a exigência de adaptação dos cuidados no âmbito da saúde – principalmente a mental – no processo das transições demográficas e epidemiológicas.

Essas expressões do sofrimento psicossocial perpassa os diversos segmentos da classe trabalhadora. As mulheres idosas nesse processo, se encontram em uma posição de

¹⁷³ “O termo Ageísmo foi cunhado em 1969, pelo gerontólogo Robert Butler, para definir o preconceito relacionado à idade, abrangendo todos os grupos etários que lhe são suscetíveis. Posteriormente, Palmore (2004) como citado em Couto, Koller, Novo e Soares (2009) definiu ageísmo como forte preconceito e discriminação contra pessoas idosas. Segundo o autor, trata-se do terceiro grande ‘ismo’ identificado nas sociedades ocidentais após o racismo e o sexismo” (COSTA, 2021, p. 5).

¹⁷⁴ Refere-se ao impedimento de sentir e expressar emoções dos indivíduos, os reduzindo apenas a um adoecimento solitário.

atribuição dos encargos domésticos e os cuidados com a família durante todo o percurso de sua vida, sem aposentadoria e valorização. Enquanto os homens com uma cultura patriarcal¹⁷⁵ estruturada socialmente, se encargam do próprio sustento da família, a valorização enquanto trabalhador ativo e contribuinte da acumulação capital, até a chegada oportuna de sua aposentadoria. Junto ao momento de se aposentar do ser idoso e o seu “deixar de ser trabalhador ativo”, surge um sentimento: não servir mais para a sociedade e aguardar o seu decesso, uma vez que a tendência do capital insiste na ideia de que a classe trabalhadora é uma classe que não precisa viver por muito tempo, em razão de seu único papel se basear em servir o sistema.

É como se a realidade social que perpassa a totalidade de múltiplas dimensões colocasse as pessoas idosas no fio da navalha, apenas esperando a morte. O sentimento de invalidez, o ocultamento da subjetividade e a recusa do direito de liberdade se tornam elementos presentes na vida desses indivíduos.

A consequência dessas expressões é o próprio sentimento de desconexão com o meio que cerca os indivíduos idosos. Para Peplay e Perlman (1982), citado por Neto, existe uma definição de solidão dada por vários autores: sentir-se só não é sinônimo de estar só; a solidão pode surgir como consequência de um isolamento imperfeito; vivenciar a solidão é sempre uma experiência psicologicamente desagradável e angustiante para quem a sente, podendo levar à exclusão social; a solidão é subjetiva, expressando a insatisfação da pessoa com esses contatos sociais e a sua realidade. Para Kamiya et al., fatores como agravos de saúde, baixa autoestima e a rejeição social podem estar ligados ao surgimento de sentimentos da solidão, podendo também ser influenciado pelo passado do indivíduo ou por sua religiosidade (AZEREDO; AFONSO, 2016).

A solidão é um sentimento penoso e angustiante, que conduz a um mal-estar em que a pessoa se sente só, ainda que rodeada de pessoas, por pensar que lhe falta suporte, sobretudo de natureza afetiva. Segundo Neto, é uma experiência dolorosa, desagradável, pela qual se pode passar, sendo por isso um conceito intuitivo. Para este autor, há um sentimento de não pertença e de desinteresse nas relações mantidas, que resulta frequentemente de uma discrepância entre a realidade e as expectativas que a pessoa tem quanto a suas relações sociais. É um sentimento difícil de expressar, sendo um constructo complexo e subjetivo que muitas vezes é confundido com o estar só ou isolado (AZEREDO; AFONSO, 2016).

Pensar a solidão da pessoa idosa diante da dimensão de totalidade que perpassa os sujeitos sociais e as inúmeras expressões de negligência, violência, discriminação e a própria violação de direitos, é, substancialmente, analisar e compreender que mesmo diante de um mar de marcos legais, não se sustenta e materializa na realidade, a garantia e a efetivação de assegurar aos indivíduos de idade igual ou superior a sessenta anos, o direito de viver uma

¹⁷⁵ Para aprofundamento e aproximação com a temática, indicação de leitura: Gênero, patriarcado, violência – Heleieth Saffioti, 2004.

vida digna, de um envelhecer saudável que compreenda que o envelhecimento seja, de fato, heterogêneo.

3. Conclusão

A classe trabalhadora na terceira idade enfrenta inúmeros desafios não apenas posto na epiderme do real, mas estruturalmente enraizado no modelo de sociedade vigente, ao ponto de naturalizar e padronizar modos de se viver a vida no percorrer da velhice. Se a solidão pode ser entendida como a resposta da ausência de suporte – financeiro ou psicológico – então deve-se pensar toda a conjuntura expressa na contemporaneidade que espelha diversos fatores que corroboram para o adoecimento psicossocial das pessoas idosas. O envelhecer na perspectiva da solidão se torna angustiante partindo dos fatores existentes, como a negligência do Estado, as lacunas de insuficiência da sociedade no preparo para lidar com as pessoas na terceira idade e a falta de preparo das famílias para lidar com estes indivíduos.

O envelhecimento é entendido como um fenômeno social através do crescimento dessa parcela da população, o que justifica as discussões diante dos desdobramentos no mundo capitalista e as diversas novas e antigas formas de expressão da Questão Social, além da inviabilização das bases do envelhecer saudável (saúde, participação e proteção). É de suma importância para a sociedade não apenas a proteção dos direitos legais das pessoas idosas, mas a constante luta por sua ampliação, a não reprodução do etarismo¹⁷⁶, o combate contra o ageísmo e o preparo das famílias para cuidar desses indivíduos.

Estudar a velhice e ter um olhar crítico é pensar nos conflitos geracionais e a importância de ir para mais do que se encontra posto a realidade, partindo da consciência crítica contra a tendência conservadora que recusa a igualdade social e acredita que somente a política jurídica é suficiente. É com esses aspectos que se particulariza o termo “gerontologia social crítica”, considerando em sua essência a negação da ideologia responsável por homogeneizar a velhice, com consequências e danos irreparáveis à saúde física, moral e psicológica através da culpabilização dos indivíduos por sua realidade e por seu envelhecimento distante dos moldes criado por uma sociedade capitalista caracterizada pelo idadismo¹⁷⁷.

Contudo, é fundamental se reconhecer no processo biológico chamado de envelhecimento, uma vez que é pertinente aos seres e independe de suas vontades. Analisar

¹⁷⁶ O termo etarismo tem sua origem na Gerontologia e significa preconceito direcionado às pessoas idosas (BUTLER, 1969).

¹⁷⁷ Segundo Butler (1969, p.243), idadismo é o processo de “estereótipos e discriminação sistemática contra as pessoas por elas serem idosas, da mesma forma que o racismo e o sexismo o fazem com a cor da pele e o gênero”

o ser velho é pensar na sua própria condição de vida, é considerar que para um envelhecer saudável se exige todo o preparo de uma geração anterior

REFERÊNCIAS

TJDFT (DF). Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Direitos assegurados ao idoso: Constituição Federal. **Abrigamento de idoso em entidade de longa permanência – diagnóstico de doença mental – necessidade de estabilização do quadro psiquiátrico**, Brasília, 13 out. 2020.

COSTA, Filipa Cardoso. **A SOLIDÃO COMO FATOR DE RISCO PARA A DEPRESSÃO, NA TERCEIRA IDADE**. Orientador: João Carlos Major. 2013. 1-90 p. Dissertação (Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde) - Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2013.

DRAGO, Susana Margarida Mestre dos Santos. **A DEPRESSÃO NO IDOSO**. Orientador: Doutora Rosa Martins. 2011. 1-85 p. Dissertação (Curso de Mestrado em Enfermagem de Reabilitação) - ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DE VISEU, Viseu, 2011.

BARBOSA, Keylla Talitha Fernandes; OLIVEIRA, Fabiana Maria Rodrigues Lopes De; FERNANDES, Maria Das Graças Melo. **Vulnerabilidade da pessoa idosa: análise conceitual**. 2. ed. Paraíba: Reben, 2019. 352-360 p.

PAIVA, Sálvea De Oliveira Campelo e. **ENVELHECIMENTO, SAÚDE E TRABALHO NO TEMPO DO CAPITAL**: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social. 2012. Tese (Doutorado) – Curso de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

NASRI, Fabio. **Demografia e epidemiologia do envelhecimento**: O envelhecimento populacional no Brasil. 6. ed. São paulo: Eistein, 2008. 4-6 p. v. 1.

CAMARANO, Ana Amélia. **ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA: UMA CONTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 1-26 p. ISBN 1415-4765.

FEIJÓ, Maria Das Candeias Carvalho; MEDEIROS, Suzana De A. Rocha. **A sociedade histórica dos velhos e a conquista de direitos de cidadania**. 14. ed. São Paulo: Kairós Gerontologia, 2011. 109-123 p. v. 14. ISBN 2176-901.

AZEREDO, Zaida de Aguiar Sá; AFONSO, Maria Alcina Neto. Solidão na perspectiva do idoso. **Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, p. 313-324, 2016.

NETO, CLAUDIO ALVES VACCAREZZA. **ENVELHECER FAZ PARTE DO TEMPO: O Envelhecimento no Recôncavo Baiano, Um Olhar Sobre Muritiba**. 2016. TCC (Graduação de serviço social) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, Bahia, 2016.

“PEQUENOS/GRANDES TALENTOS”: UMA ANÁLISE ACERCA DA GLAMOURIZAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO DE INFLUENCIADORES DIGITAIS MIRINS NO INSTAGRAM.

Antonia Thainá Evelyn Moraes Holanda¹⁷⁸

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar a partir de uma perspectiva crítica o trabalho infantil de influenciadores digitais mirins no Instagram, incluindo os processos de omissão, naturalização e romantização que permeiam a nossa sociabilidade, com ênfase na categoria adultização. Sua construção se deve a revisões de literatura, que variam entre documentos do conjunto CFESS-CRESS, aproximações com o NECRIA (Núcleo de Estudos e Ações Integradas na Área da Criança e do Adolescente) e observação sistemática de perfis de “mini” influenciadores digitais. Como fruto dessas análises, apontamos a desproteção a infância e abertura que o trabalho infantil vivencia nocivamente em ambientes virtuais.

Palavras-chave: Trabalho infantil artístico. Mídia. Adultização. Serviço Social.

1. Introdução:

De acordo com o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente, “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz (BRASIL, 1990).” Neste sentido, o trabalho infantil em suas diversas categorias é considerado uma vedação e se expressa como uma violação dos direitos previamente estabelecidos no ECA, uma vez que não leva em conta a peculiar condição de desenvolvimento que dispõe a infância.

Não é novidade, portanto, que o trabalho infantil no Brasil passa por uma mistificação e naturalização muito grande, e esse processo que é perpassado dentro da nossa sociabilidade é imbuído de conservadorismo, que é sobretudo permeado na ideia de trabalho como objeto de dignidade humana. Dentro desse contexto, identificamos o processo de aproximação entre a infância e mídias sociais¹⁷⁹, que ao ser provocado pela imersão na modernidade e avanço exponencial das tecnologias, permite uma maior facilidade de introdução no mundo do trabalho precocemente, oportunizando assim a formação de mais uma esfera do trabalho

¹⁷⁸ Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

¹⁷⁹ As mídias sociais são compreendidas como um veículo descentralizado de transmissão da comunicação, com as quais possibilitam uma interação e conexão entre os emissores e receptores. Esse novo formato de transmissão expedido na era moderna acontece nas redes sociais, o que inclui Instagram, Facebook, Twitter, Youtube, WhatsApp, TikTok, LinkedIn, Kwai, dentre outros. Neste trabalho, portanto, nos debruçaremos sobre a rede social Instagram.

infantil, o artístico, que rende produtores de conteúdos digitais, youtubers mirins, atrizes, atores, influenciadores digitais mirins, e dessa forma, o trabalho passa a ser visualizado como diversão, pretensão, objetivo para a fama e essencialmente como normalidade.

Segundo o CFESS (2014 p.1), o trabalho infantil se caracteriza como uma violação ao ser social, o que faz com que a infância, fato histórico que é, seja negada. Além disso, o conselho alimenta a necessidade de enfrentamento à omissão estatal, que por manter esse caráter omissivo, acaba elucidando, na verdade, uma permissão de venda da força de trabalho infantil para atender aos interesses mercadológicos e financeiros.

Quando trazemos esse movimento para a realidade, compreendemos que é exatamente desta maneira que o trabalho infantil é atravessado: como mais uma forma de manutenção a lógica capital; uma vez que, apesar de se configurar como uma atividade ilegal, muitas são as crianças vítimas de trabalho infantil artístico que possuem emissões de autorizações judiciais concedidas por o ordenamento jurídico brasileiro, o que reafirma a irresponsabilidade e desserviço com os direitos de crianças e adolescentes, bem como representa uma dinâmica contraditória, onde o Estado, um dos órgãos encarregados de promover o acesso integral aos direitos infantojuvenis, acaba sendo o promotor de uma lógica antagônica, concedendo alvarás e sendo permissivos à essa modalidade, o que fere profundamente os direitos fundamentais.

Assim, pensando na necessidade de fortificar o embate acerca desta nova modalidade, que apesar de não ser tipificada como a mais degradante, lesiona o direito à infância, desprotege-a e reproduz perdas relevantes ao ser, o que inclui a vulnerabilidade às situações vexatórias, bullyings, cyberbullyings¹⁸⁰ e à intimidade/privacidade violada, bem como, tencionando contribuir para o debate, o artigo articula uma análise acerca do trabalho infantil de influenciadores digitais mirins na Rede Social Instagram e toma como base o Instagram de Andrielly Mendes, trazendo uma perspectiva crítica pautada substancialmente na problematização e erradicação do trabalho infantil sob o qual o Serviço Social se debruça e alia profissionalmente.

Por isso, as reflexões têm como metodologia a revisão bibliográfica, que se manifestaram a partir de aproximações com o Núcleo de Estudos e Ações Integradas na Área da Criança e do Adolescente (NECRIA), pertencente ao âmbito de formação acadêmica da Faculdade de Serviço Social (FASSO) e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), assim como em considerações emitidas por o Conselho Federal de Serviço Social

¹⁸⁰ Cyberbullying tem origem inglesa e se configura como uma variação do bullying tradicional. Esse termo está associado ao bullying que acontece através das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), ou seja, é realizado geralmente nas redes sociais, consistindo em ofensas, ameaças e críticas proferidas a um indivíduo ou grupo de pessoas no ambiente virtual.

(CFESS), demais autores que aludem o objeto de estudo e, por fim, em observações sistemáticas que possibilitaram vinculação maior com a temática abordada.

Logo, levando em consideração as variadas ramificações presentes nesta esfera, o trabalho apresenta foco central no processo de adultização precoce¹⁸¹, que tem se respaldado de maneira frequente nesta categoria, no entanto, ratificamos que esta produção não proporciona o esgotamento da discussão, mas colabora com a essencial aplicação do direito de proteção integral das crianças e adolescentes, considerando que atualmente se encontra fragilizado e ameaçado, o que permite, respectivamente, a intensificação dos abusos de direitos de crianças e adolescentes no ambiente virtual. Por fim, o debate está dividido em dois subtópicos, que trazem a discussão do trabalho infantil artístico aliado as novas tecnologias de informação e comunicação e o fenômeno da adultização nas mídias sociais, com vistas a proteção integral a infância pela qual defende o ECA, respectivamente.

2. O trabalho infantil nas novas tecnologias de informação e comunicação: Breves considerações

O trabalho infantil, entendido por qualquer execução de serviços produzido por crianças antes da idade mínima estabelecida por Lei, nasce antes da Revolução Industrial, no entanto, a exploração deste trabalho foi identificada de forma alarmante em meados do séc. XIX, onde crianças de idade entre quatro a seis anos eram submetidas a uma intensa jornada de trabalho, sendo requisitadas principalmente nas minas de carvão, fábricas, domicílios, assim como limpadoras de chaminés, justamente por sua baixa estatura possibilitar que adentrassem nos locais menores onde o adulto não alcançaria. De acordo com Postman (1999 p. 67), a industrialização capitalista que se estabeleceu neste momento, se caracterizou como uma grande ameaça, já que se utilizou da mão de obra barata da população infantil para seu próprio benefício, impedindo a vivência estudantil e sobretudo cerceando a liberdade da infância em sua plenitude.

Parafraseando Rizzini (2007, p. 46), o público infantil trabalhava por muitas horas sem levantar nenhuma reclamação, apesar de não possuírem nenhum tipo de direitos trabalhistas. Ou seja, além de serem trabalhadores que recebiam pouco em detrimento dos adultos, as crianças não possuíam uma capacidade de organização de classe, eram tidos como facilmente adaptáveis a jornada de trabalho e não dispunham de um potencial reivindicatório, nem muito menos contavam com a proteção de associações e corporações trabalhistas, e

¹⁸¹ Entendemos por adultização precoce a transgressão das fases da vida de uma criança, onde são incentivados e estimulados comportamentos, atitudes, hábitos, desejos e linguagens que pertencem a vida adulta, assim como, a exposição a situações incongruentes com a infância, com as quais a criança ainda não obtém condições psicológicas, físicas e sociais para lidar.

isso era formidável aos empresários que os empregavam. Em consonância com o autor, naquela época o trabalho era tido como distração para que a população infantojuvenil não se deixasse levar por “o dinheiro fácil”, procedente da “sedução das ruas”.

Hoje, posterior a criação do ECA¹⁸², o trabalho infantil é proibido, no entanto, o capitalismo continua a ameaçar a possibilidade de uma infância protegida, essencialmente porque encontramos diversas circunstâncias que acabam permitindo que este ainda esteja presente em nossa sociabilidade, entre elas, as inúmeras expressões da questão social¹⁸³ que, advindas do sistema do capital, incubem a responsabilidade do trabalho desde muito cedo as crianças, como diria Rizzini (2007, p.49) elas continuam sendo “um alicerce importante de apoio econômico de suas famílias”, já que cercados por a miséria e o enorme quadro de insegurança alimentar e nutricional do núcleo familiar, não veem outra saída a não ser que todo o grupo familiar trabalhe, o qual geralmente acontece nas ruas, como vendedores de balas nos semáforos e guardadores de carros nos supermercados. Essa realidade, conforme o CFESS (2014, p. 1) reafirma o ciclo que se autoalimenta, o qual é perpassado pela evasão escolar e a lei da sobrevivência, onde as crianças não estudam para trabalhar e posteriormente se tornam adultos que não trabalham de forma digna, mal remunerados em virtude da falta de qualificação profissional.

Para além disso, é necessário afirmar que o pensamento conservador e reacionário contribui muito para que este processo de trabalho infantil continue a acontecer, sobretudo porque a transmissão do entendimento do trabalho como privilégio, absorção de experiências, prevenção à marginalidade e produto de dignidade humana acaba permitindo que a sociedade mais uma vez “feche os olhos” e naturalize constantemente essa dimensão. E quando observamos a realidade do trabalho infantil no Brasil, em que segundo dados da PNAB (2019, p.1), antes da pandemia 1,8 milhões de crianças e adolescentes estavam inseridos na lógica trabalhista, afirmamos, portanto, que o cenário que se apresenta no país deveria possibilitar à população a visualização desta problemática não de forma naturalizada e romantizada, mas sim desvendar uma concretude inquietante que poderia e deveria ser combatida, erradicada.

E essa naturalização que ocorre, por sua vez, é intrinsecamente aliada ao trabalho infantil artístico, que surge na chamada Terceira Revolução Industrial, a partir do enorme

¹⁸² O Estatuto da Criança e do Adolescente teve sua gênese no ano de 1990, como fruto das diversas lutas dos movimentos sociais em prol da proteção da infância e juventude. Anterior a este movimento, identificamos como importantes marcos históricos o Código de Menores, a Frente Parlamentar da Infância e o II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que caminharam em direção a conquista do ECA, o qual nasce para reconhecer a população infantojuvenil como sujeitos de direitos, imputando as instituições: Família, Sociedade e Estado o dever de proteção integral.

¹⁸³ Questão Social é o que dá materialidade a profissão de Serviço Social, suas expressões se apresentaram no processo de formação da classe operária após a instalação do capitalismo monopolista. Sendo assim, se caracteriza como o acesso desigual a riqueza que é socialmente produzida.

crescimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), assim como das mídias sociais, que neste momento passam a conduzir e ter um “controle” da sociabilidade, como bem explicado a seguir:

“As mediações desencadeadas a partir das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC), características da sociedade pós-industrial, complexificam-se, rompem as relações sociais tradicionais, instaurando uma nova dinâmica de fenômenos, incluindo o trabalho infantil. Tal processo, antes restrito aos segmentos populares, agora atinge crianças de todos os segmentos sociais, mesmo que de diferentes formas.” (NETO. 2007, p. 41)

Apesar da internet ter sido criada antes dos anos 2000, foi este o ano marcado por a ascensão das redes sociais no mundo, nele foram criadas grandes plataformas como o Orkut, Facebook e Twitter, respectivamente. Ainda neste período foram introduzidos outros aplicativos como o Yahoo, Pinterest, Tumblr e Youtube, com destaque para o Instagram, que ao se lançar no ano de 2010, em um curto período de três meses atingiu o marco de um milhão de usuários. Sendo assim, o Instagram surge como um novo conceito de redes sociais, e com o avanço dessa plataforma o acesso permitiu além do compartilhamento de fotos e vídeos, a monetização¹⁸⁴ aos perfis identificados como criadores de conteúdos digitais e os chamados “stories”, que viabilizam a publicação durante o período de 24h aos seus seguidores¹⁸⁵, o que pode variar entre boomerangs (vídeos com efeitos de vai e volta), e montagens de fotos.

Assim sendo, com o espraiar desse aplicativo os usuários começaram a utilizar a plataforma como meio para divulgação dos seus negócios, e é a partir desse momento que o Instagram adquire caráter trabalhista. Com o advento da chegada dos muitos seguidores ao perfil, aliado ao chamado “boom” das redes sociais, os usuários iniciaram o seu manuseio como um espaço de divulgação, vendas online, publicidades e até mesmo para criação de conteúdos digitais. Neste sentido, a espécie de monetização que gera uma renda através da quantidade de engajamento nos conteúdos publicados nesta rede, passa a ser uma grande aliada dos perfis que querem iniciar uma carreira na Internet, já que possibilita uma diversidade de esferas, como o faturamento através de lojas online, post patrocinados, marketing de influência, parceria com outras marcas e outros.

É nesse universo complexo que o trabalho infantil artístico inicia suas aparições no Instagram, ou seja, é com a entrada das novas tecnologias que o trabalho infantil artístico

¹⁸⁴ Monetização é a utilização de bens e serviços para geração de renda. Atualmente esse modelo de rentabilidade é muito utilizado em redes sociais, as quais pagam os criadores de conteúdo a partir de grande número de visualização e curtidas, entre elas: Youtube, TikTok e Instagram.

¹⁸⁵ Seguidor foi a linguagem adquirida por a plataforma Instagram para identificação dos usuários que se interessam por o conteúdo ao qual o indivíduo apresenta. Sendo assim, na referida plataforma o usuário tem a opção de seguir, para ver os conteúdos de outrem; e ser seguido, para que outras pessoas acompanhem o seu conteúdo.

adquire mais uma categoria: os influenciadores digitais mirins; que neste momento não vão abarcar somente as crianças da classe trabalhadora, mas também as da classe burguesa. No entanto, a percepção da sociedade acerca dessa modalidade de trabalho infantil é que esta não passa de uma manifestação artística natural, com fins recreativos. Todavia, o que se estabelece é justamente o contrário, pois apesar de transparecer espontaneidade nos vídeos, essas crianças apresentam uma rotina totalmente roteirizada e cheia de responsabilidades, onde todos os dias necessitam aparecer nas redes para que o engajamento (fator promissor a monetização) não diminua, são instigadas a manter uma interação com milhares de pessoas desconhecidas e até mesmo a condicionar as escolhas da sua vida pessoal aos seguidores.

De acordo com os Termos de Uso da plataforma Instagram, os quais estabelecem um acordo e definem as obrigações da rede social com usuários e vice-versa, para cadastrar-se na rede o indivíduo necessita ter treze anos, mesmo que os seus pais e/ou responsáveis estejam de acordo, consentam e permitam a criação da conta. Dessa maneira, se algum usuário estiver utilizando o aplicativo de forma indevida, ou seja, com faixa etária menor que treze anos ou ainda registrando-se com data de nascimento falsa, estaria violando a política de uso da ferramenta, o que pode resultar na eliminação da conta. No entanto, concluímos que a política direcionada a inspeção desses casos é demasiadamente falha, pois basta acessar a rede social por alguns minutos que encontramos diversas contas infantis, inclusive catalogadas como criadores de conteúdos e pessoas públicas, tal qual as de influenciadores digitais mirins.

Compreendemos, neste aspecto, que a banalização do trabalho infantil no Instagram é muito latente, isso porque inúmeras são as contas que são utilizadas para esses fins que não apresentam nenhuma averiguação e banimento da respectiva rede social. Atualmente existem cerca de dois bilhões de contas ativas nesta rede, e é por causa da utilização indevida em que se falseiam a data de nascimento das crianças, que não conseguimos dados concretos da utilização da rede social como trabalho pela população infantil. Por isso, evidenciamos a desproteção em que essa população está submetida ao ingressar em ambientes virtuais tão cedo, sobretudo quando se trata de uma tipificação do trabalho infantil que proporciona além de uma redução a infância, uma exposição e perda da privacidade muito grande.

2.1 Adultização precoce nas mídias sociais: Repercussões para proteção integral da infância

Durante a infância, as crianças são estimuladas por uma série de comportamentos relacionados a vida adulta, sejam formas de se vestir, se portar, e até mesmo a maneira de falar. E quando relacionamos esse fator estimulante aliado ao excesso de mídias sociais

presentes no seu dia a dia, compreendemos que crianças que trabalham como influenciadores digitais mirins no Instagram estão ainda mais expostos a essa adultização, ao fetiche do mercado e a sexualização precoce. Esse processo de adultização, portanto, pode ser melhor explicado por Neto, quando afirma:

“Na relação entre ser criança (idade biológica) e ter infância (tempo de brinquedo), a criança tem infância quando brinca, e se adultiza quando tem muita responsabilidade, controle, rigidez. Quando passa a ter horário para tudo, para ir ao balé, à escola, para aprender a praticar esportes, para estudar outras línguas, para aprender teatro, piano, ela ocupa maior parte do tempo com o trabalho do que com o brinquedo.” (NETO. 2007, p. 57)

Essa inserção precoce na vida adulta possibilita, além da adultização, processos como sexualização e erotização infantil, haja vista que ao ser inserido em ambientes virtuais que não são adequados ao público infantil, estes estão propensos a acessar conteúdos não condizentes com sua faixa etária e até mesmo serem influenciados por eles, para que realizem atividades adultizadas e de cunho sexual. Isso acontece justamente no processo de criação da conta, onde os responsáveis omitem a idade da criança e a plataforma não solicita a comprovação, gerando assim a possibilidade de crianças circularem livremente em um ambiente virtual carregado de riscos. Veja, não estamos aqui culpabilizando a família por não manterem uma relação de controle, mas reafirmando a importância do cuidado e restrição da inserção de crianças nas redes sociais, especialmente quando se trata de trabalho infantil de influenciadores digitais mirins.

Como grande exemplo do trabalho infantil de influenciadores digitais mirins na plataforma Instagram, trazemos Andrielly Mendes (@andriellymendess), pernambucana de apenas sete anos que ficou conhecida após aparecer no Instagram do Carlinhos Maia¹⁸⁶. Andrielly é uma criança que se lançou na internet com apenas dois anos de idade, mas seu reconhecimento não se deu logo após o ingresso no Instagram, a “mini influenciadora” ficou realmente famosa após a aproximação entre sua Mãe, Joyce Mendes, e o Influenciador de sucesso Carlinhos Maia, o qual identificou na criança potencial para iniciar o trabalho nas redes. Andrielly é uma criança de origem simples, tem uma composição familiar monoparental, e a sua rotina nas redes consiste em realização de parcerias, provadores, “arrume-se comigo”, publicidades, vídeos de humor, dancinhas e até mesmo presença vip em eventos através da sua assessoria, que determina os contratos publicitários.

Para melhor compreendermos o dia a dia da blogueira mirim, realizamos uma observação sistemática do seu Instagram durante o período de vinte e quatro horas. Durante

¹⁸⁶ Carlinhos Maia tem origem alagoana e ficou mais conhecido no ano de 2016 como humorista. Hoje Carlinhos é ator, empresário e influenciador, onde publiciza o dia a dia na vila, lugar onde cresceu. Nos seus stories, o influenciador da vida a personagens reais que convivem com ele, sempre com tom humorístico.

esse espaço de tempo identificamos uma linguagem muito adultizada, assim como que a maior motivação para que a criança apareça na rede social se deve a tentativa de manter a interação com os seguidores. Andrielly aparece na rede social desfilando com sandálias de salto alto, as quais provavelmente pertencem a sua mãe, reiterando que as pessoas podem a criticar, mas que ao aprender a caminhar com este tipo de calçado iria usá-los com continuidade. Posterior a isso, visualizamos uma sequência de stories de tutorial de maquiagem, neles a criança se destina a reproduzir uma maquiagem utilizada por modelos internacionais, as quais demonstra grande admiração e inspiração e, ainda neste mesmo espaço, Andrielly decide ensinar aos seguidores a produzir uma outra maquiagem, desta vez de Halloween.

Na realização do acompanhamento do seu dia, percebemos uma vida bem agitada. Logo cedo a criança e sua família viajaram a trabalho, para a realização de um ensaio fotográfico, com vistas a publicá-lo no Instagram. Com algumas horas sem postar, a mini blogueira paralisa o ensaio fotográfico para atualizar os seguidores e divulga um vídeo dançando. Após a realização das fotos, Andrielly realiza uma espécie de parceria paga, grava um storie agradecendo a fotógrafa por recebe-las e pede aos seguidores para seguir a profissional e conhecerem o seu trabalho, como um meio de divulgação a partir da utilização da sua imagem.

Mais tarde, a criança faz publicidade para uma grande marca de cosméticos em parceria com sua mãe. Apesar do produto não poder ser utilizado por ela, a mini influenciadora aparece recomendando o uso e fornecendo cupom de desconto para que os seguidores se sintam instigados a comprar. Com isso, destacamos algumas restrições em que, segundo o Conselho Nacional de Justiça devem ser levadas em consideração quando se tratar de anúncios publicitários que utilizem a imagem infantil; entre elas, a proibição deferida por o Ordenamento Jurídico Brasileiro, que veda a ação de crianças e adolescentes anunciando produtos, bem como a participação proibida em anúncios que o artista mirim não seja essencial, como o caso supramencionado. Além disso, ainda se enquadra neste momento, a proibição destinada a aplicação da imagem desse público como apelos ou sugestões de consumo. Assim, ao visualizar essa problemática, percebemos o quanto a imagem das crianças pode ser vantajosa a manutenção da lógica mercantil, como bem explicita Weber (2016, p. 2) quando fala da alta atratividade que os investimentos em marketing do segmento infantil trazem para as empresas.

No fim do dia, Andrielly aparece em um salão se produzindo, o que deixa claro a preocupação precoce imbuída nela em torno da sua aparência e imagem. Além disso, corrobora com o pensamento de Weber (2016, p.3) quando discute as fronteiras que se

estabelecem entre a infância e o mundo adulto, as quais estão seriamente indefinidas. O autor afirma que a infância está passando por uma reinstitucionalização, assim sendo, o lugar social determinado para as crianças está sendo mudado, e que a modernidade tem trazido consigo muitos estímulos referentes a vida adulta. Por fim, a influencer mirim publica na plataforma o quão cansativo foi o seu dia, mas ainda assim destina alguns minutos do seu tempo para postar outro vídeo dançando, e soltar algumas fotos nos stories. Além disso, ela posta vídeos vendada em que aparece se alimentando com hamburguers, a mini blogueira, portanto, afirma que o que os olhos não veem o coração não sente, e que no outro dia voltaria para a dieta. A partir disso, identificamos mais uma vez um comportamento adultizado vindo da criança, que demonstra sérias preocupações com a estética corporal.

Segundo Lupa (2023, p. 1), agência de notícias, Andrielly chega a fechar mais de doze contratos mensais, que se dividem entre marcas de maquiagem infantil, lojas de roupas e cosméticos, e é a partir do entendimento da grande proporção da agenda da criança que identificamos o caráter trabalhista disfarçado de brincadeira. Dessa forma, com um cachê de aproximadamente vinte mil reais por contrato, Andrielly reclama do cansaço que permeia seu dia a dia, sobretudo por não poder ter momentos de privacidade. A partir disso, reiteramos que além de transformar a rotina, comportamentos e personalidade, a perda da privacidade é mais uma das inúmeras consequências dessa modalidade de trabalho infantil, tendo em vista que a exposição demasiada ali presente, acaba influenciando no desenvolvimento da infância saudável, possibilitando assim uma condição de estresse em virtude das interações forçadas.

Em depoimento para o R7 (2023, p.1) a mãe de Andrielly, Joyce Mendes, afirma: “Carlinhos Maia abriu as portas. No primeiro dia que ele a mostrou nos stories, a menina estourou. Ela passou a ser reconhecida nas ruas e tudo mais. Ela não consegue nem mais tomar sorvete.” Além disso, a influencer mirim alega que se incomoda com tirar fotos, e que não consegue mais realizar nenhuma atividade sem que sua privacidade seja violada, por isso, os momentos de lazer na praia acabam sendo cansativos, essencialmente porque em todo lugar que está presente, é ovacionada e reconhecida. E apesar de se mostrar incomodada em alguns momentos, os investimentos na criança se estenderam também para a plataforma TikTok, onde publica vídeos dançando, bem como para o Youtube, onde possui cerca de 200 mil escritos e grava vídeos de receitas, desafios e até mesmo apostou no lançamento de uma música, intitulada de “meu deboche”¹⁸⁷.

¹⁸⁷ Música lançada na plataforma Youtube no ano de 2022, possuindo cerca de 175 mil visualizações, bem como, 11 mil curtidas. Sua letra, portanto, é curta, e contém trechos como “cheguei lacrando tudo sou rainha e vou causar”, “você não viu nada/ isso já vem de berço/não sabe o que apronto lá nos meus stories” “já vem de berço/ já vem de berço/ o deboche da garota menina já vem de berço.”

Percebemos, desta maneira, que os investimentos na carreira da criança estão a todo vapor, e que o tempo do brincar, do lúdico e do ócio de que toda criança deve dispor para que se desenvolva de maneira livre é quase inexistente. A incumbência de tantas responsabilidades, bem como o incentivo massivo a ser uma pessoa pública e adultização precoce imbuída no seu dia a dia, são formas de tencionar e lesionar o seu direito de ser criança, não respeitando assim as suas necessidades enquanto ser social em formação. Para tanto, a imposição de enfrentamento e embate a esta modalidade de trabalho infantil é indispensável, já que compromete veementemente os momentos de lazer e diversão sem maiores preocupações, e abrevia as demais fases da vida em momentos inoportunos.

Por fim, respaldando-se no discurso do ECA, que profere o direito ao respeito e a preservação da imagem das crianças, destacamos a importância de combate a esse processo de reinstitucionalização da infância e de trabalho infantil de influenciadores digitais mirins, que compreende o espaço das mídias sociais como territórios indefinidos, em que os aspectos da vida adulta estão em consonância com os da infância, permitindo assim a visibilidade da imagem do público infantil como crianças adultizadas, abarcadas por uma sexualização precoce. Neste sentido, evidenciamos a relevância da proteção integral de forma efetiva, que leve em consideração a realidade de submissão nociva ao trabalho infantil artístico nas redes sociais que muitas crianças estão, e que priorize sobretudo os direitos relativos à infância, garantindo a declarada prioridade absoluta no que se refere a disponibilidade de políticas públicas e ações governamentais com vistas a eliminação integral do trabalho infantil de influenciadores digitais mirins e as demais coadunações referentes, como a adultização, naturalização e romantização aqui trabalhadas.

3. Considerações finais

Concluimos, portanto, que o trabalho infantil artístico de mini influenciadores digitais na modernidade tem sido comum, e que não tem apresentado grandes impactos devido a sua glamourização. No entanto, reafirmamos a capacidade danosa que ele apresenta ao acesso integral à infância e por isso, determinamos a necessidade de embate a essa nova categoria, e principalmente que esse embate não fique somente no plano ideal, mas que ele chegue diretamente nas crianças que estão situadas nesta lógica. Mais que isso, defendemos a possibilidade de socialização do entendimento do trabalho infantil artístico de forma analítico crítica, percebendo a demasiada exploração presente nessa realidade que ceifa os direitos infantis, bem como a alteração das fronteiras adulto-criança, em que a criança passa a ser a provedora do lar.

Dessa maneira, reiteramos que a manifestação artística dos “pequenos/grandes talentos” seja feita de forma espontânea, verdadeira e autêntica, e não permeada por

contratos, parcerias, publicidades e presenças vips. Por isso defendemos, em concordância com os preceitos do ECA, uma infância livre de prejuízos às condições físicas, psicológicas e sociais que o trabalho infantil artístico pode vir a fomentar, em que nenhuma criança deve ser alvo de exploração dos seus direitos fundamentais, que abrangem: a sua saúde, que é violada quando se depara com situações de fadiga, medo, depressão e estresse; a preservação da imagem, que é anulada quando se expõe demasiadamente; a educação, quando tem seu desempenho encurtado; a sua integridade psíquica e moral, quando é alvo de situações vexatórias, cyberbullyings e ataques virtuais.

Compreendendo, então, a importância da intervenção profissional do Assistente Social no que tange a temática aqui apresentada, acordamos a necessidade urgente de erradicação do trabalho infantil artístico de influenciadores digitais mirins no Instagram, o qual abarca toda atividade realizada por este público que esteja situada no mercado e que tenha por finalidade o lucro. Assim, partindo do entendimento de que a garantia da cultura não envolve a sua mercantilização, defendemos essencialmente a proteção integral desse público, assimilando-a como um conjunto de ações que imputam as instituições Estado, Sociedade e Família responsabilidades do cuidado compartilhadas. Por fim, alimentamos a necessidade do conhecimento dessa modalidade de trabalho infantil como uma negação ao lúdico e ao tempo do brinquedo para seguirmos rumo a sociedade emancipatória na qual defendemos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União: ano 1990. Disponível em: <https://cutt.ly/yECVBmB>. Acesso em: 18 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Dia mundial de combate ao trabalho infantil: estudar, brincar, é preciso garantir esses direitos**. CFESS manifesta, Brasília: CFESS, 2014. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2014cfessmanifesta-diaCombateTrabalhoInfantil.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Trabalho infantil artístico e as novas tecnologias: o caso dos influenciadores digitais mirins**. Brasília: 2022. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/=infantil-art%C3%ADstico-e-as-novas-tecnologias_o-caso-dos-influenciadores-digitais-mirins-Sandra-Regina.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

GINIPPER, Patrícia. **A evolução das redes sociais e seu impacto na sociedade**. São Paulo: 2018. Disponível em: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/a-evolucao-das-redes-sociais-e-seu-impacto-na-sociedade-parte-1-107830/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

LUPA. **Influencer mirim vira fenômeno na internet; fatura R\$ 20 mil por contrato**. Teresina: Piauí, 2023. Disponível em: <https://lupa1.com.br/noticias/entretenimento/influencer-mirim-vira-fenomeno-na-internet-fatura-r-20-mil-por-contrato-23296.html>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MAIS, Nd. **‘Não gosto de tirar fotos’, admite influenciadora de 7 anos que fatura R\$ 20 mil por contrato.** São Paulo: R7, 2023. Disponível em: <https://ndmais.com.br/internet/admite-influenciadora-de-7-anos/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

NETO, Honor de Almeida. **Trabalho infantil na terceira revolução industrial.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho Infantil.** Brasília: 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 22 abr. 2023.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da Infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

RIZZINI, Irma. **Pequenos trabalhadores do Brasil.** In: PRIORE, M. del (org). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2007.

WEBER, Tiziana Brenner B; FRANCISCO-MAFFEZZOLLI, Eliane Cristine. **Mídia, Consumo e a Adultização de Crianças: Uma Reflexão Macrossocial.** Intercom Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul –Curitiba -PR –26 a 28/05/2016.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES LGBTIA+ EXISTEM: EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO NO CENTRO MUNICIPAL DE CIDADANIA LGBT DE NATAL

Leovictor Alves Porto Mendonça¹⁸⁸

Vitoria Alice Paulista de Melo¹⁸⁹

Heloise Stefani Nascimento da Silva¹⁹⁰

Resumo

Este trabalho compreende o relato da experiência de estágio no Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal\RN. Objetivou-se a apreensão da diversidade enquanto um direito humano, o combate à LGBTfobia e a importância dessa discussão na perspectiva da defesa e da garantia do direito à sexualidade e identidade de gênero na infância e adolescência. O fruto do processo de estágio foi o *Seminário Crianças e Adolescentes LGBTIA+ existem: A diversidade sexual e identidade de gênero na infância e adolescência* no qual ocorreu a formação de profissionais com objetivo de introduzir e adensar esse debate objetivando a garantia dos direitos.

Palavras-chave: Diversidade; Direitos Humanos; Centro LGBT

1. INTRODUÇÃO

A sociabilidade brasileira, a partir do decurso histórico determinado pelas particularidades do capitalismo tardio; colonialismo e exploração, se expressa no sistema heterocispatriarcal-racista-capitalista, o qual tem como instrumentos para funcionalidade, reprodução e controle do modo de produção capitalista a lgbtfobia junto às demais violações da diversidade humana.

O histórico de desenvolvimento capitalista não apaga a contradição inerente a esse processo. A resposta da classe trabalhadora na luta de classes concretiza conquistas que,

¹⁸⁸Graduando de Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos e estagiário no Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio da UFRN. E-mail: leovictoralvesporto@gmail.com

¹⁸⁹Graduanda de Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos e estagiária no Instituto de Previdência do Rio Grande do Norte. E-mail: alicepaulista8@gmail.com

¹⁹⁰Graduanda de Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, integrante do Observatório das Desigualdades, integrante do Direito por Elas e estagiária no Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio da UFRN. E-mail: heloise.stefani.707@ufrn.edu.br

ainda limitadas e insuficientes à funcionalidade do Capital, garantem a viabilização de direitos básicos. Historicamente, o movimento LGBTIA+ constrói a luta por sua sobrevivência e dignidade. Nesse sentido, organizaram-se e se mantêm organizados coletivamente na construção de sujeitos coletivos que politizam a diversidade.

Por intermédio dessas lutas, os indivíduos politizam a diversidade, sendo esta algo que é próprio da individualidade, que se expressa no desenvolvimento das forças produtivas, considerando as objetivações/ exteriorização do ser social que demandam respostas cada vez mais complexas. Com isto, os indivíduos, no decurso da história, apresentam as mais variadas distinções de classe, geração, raça/ etnia, orientação sexual, identidade de gênero, dentre outras. São distinções que particularizam o modo de ser e estar no mundo dos indivíduos, que explicitam o seu pertencimento como ser singular à universalidade do gênero humano (Santos, 2016, p. 14).

A politização da diversidade parte da luta de sujeitos diversos que se organizam coletivamente nos Movimentos Sociais. Nesse sentido, a concepção da individualidade, enquanto categoria central na luta pelo direito de ser, expressa aspectos da dimensão individual e, também, dialeticamente, enfatiza a genericidade do ser social que, na mesma medida que se mostra diverso, se mostra uno.

Como conquista histórica dos Movimentos Sociais, o Centro LGBT de Natal surge como uma contradição inerente ao Estado capitalista. O Centro LGBT foi instituído por decreto em março de 2020, durante a gestão federal de Bolsonaro, na gestão Álvaro Dias que, conforme Oliveira(2022) expressa o “bolsonarismo natalense”. A tradição coronelista e o histórico de oligarquia da família Alves no Estado do Rio Grande do Norte caracterizam essa gestão municipal.

Não é nosso objetivo adentrar na análise conjuntural e contraditória da conformação do Centro LGBT no contexto de avanço do neoliberalismo e neoconservadorismo, no entanto, existem aspectos que devem ser evidenciados. A criação de um equipamento de referência para população LGBT no município de Natal por uma gestão conservadora demonstra que a incorporação do discurso dos Direitos Humanos funciona, também, para fins eleitoreiros. Junto a isso, cabe ressaltar que a lógica de apoio e cooptação dos ativistas dos movimentos sociais ocasionam diminuição da tensão política entre sociedade civil e Estado.

É inegável a importância do Centro LGBT que, mesmo surgido enquanto resultado desse processo de contradição do Estado, tem um potencial significativo na mudança da realidade do município de Natal. As potencialidades do equipamento no enfrentamento à LGBTfobia partem não somente da política da instituição baseada nas atribuições expressas no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), mas, também, pelo perfil da equipe de profissionais que compõem o serviço, tendo atuação profissional comprometida com defesa intransigente dos DH.

A violação da diversidade dos corpos LGBTIA+ é vivenciada nas diversas fases da vida e em diferentes espaços. Assim, a partir do pressuposto que reconhecer a diversidade sexual e identidade de gênero é também defender e garantir o direito ao desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes, cabe discorrer sobre o processo de estágio e o seu resultado: O Seminário Crianças e Adolescentes LGBTIA+ existem. Durante o processo de estágio, a análise da realidade foi fundamental para compreensão da problemática evidenciada no projeto de intervenção. Nesse sentido, foi percebido por nós, estagiários e equipe técnica do Centro LGBT, a violação dos Direitos Humanos na infância e adolescência na realidade de Natal-RN.

Considerando as opressões vivenciadas pelos indivíduos diversos como expressões da questão social que tem seu cerne no capitalismo, traremos no decurso desse trabalho, (I) a apresentação breve do Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal, (II) as categorias que são fundamentais para compreensão da diversidade enquanto dimensão constituinte do ser social e a relação entre limites e potencialidades dos direitos no Estado capitalista, além de (III) acionar a atuação profissional orientada eticamente na defesa intransigente dos direitos humanos como instrumento de enfrentamento à lgbtfobia no período da infância e adolescência, por fim, (IV) tratar acerca do seminário.

2. DESENVOLVIMENTO

O Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal/RN localiza-se na Av. Nascimento de Castro, no bairro de Lagoa Nova, em Natal/RN, possui uma natureza governamental instituída através do Decreto Municipal Nº 11. 909, publicado em 05 de março de 2020 pelo prefeito Álvaro Dias (PSDB). Dessa forma, é um espaço que busca delinear e concretizar as ações de proporcionar o acolhimento; o atendimento psicossocial por meio da escuta qualificada abrangente não apenas aos usuários, mas também às suas famílias; reconhecer e assimilar as vulnerabilidades do público LGBT e operar sobre elas; articular conexo às outras instituições o acesso dessa população a benefícios e recursos socioassistenciais, dentre outras atribuições. Entretanto, consolida sua inauguração como serviço apenas em 30 de setembro do mesmo ano, embora perceba-se a necessidade e o serviço como previsto a partir do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3) de 2009, transversalmente à gênese do estímulo para o desenvolvimento das redes de proteção dos Direitos Humanos do segmento LGBT, sobretudo consoante à constituição de Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia. Logo, a sua vinculação é compreendida à Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SEMIDH) e subdivide-se de forma compartilhada com mais outras três (3) secretarias: de Direitos Humanos, Segurança Pública e Defesa Social

(SEMDES), no âmbito do Departamento de Direitos Humanos, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMTAS) e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Composto por uma equipe que divide-se em: coordenação técnica (assistente social) e duas (2) equipes interdisciplinares de atendimento (cada dupla dispõe de assistente social e psicóloga, respectivamente). Os profissionais que integram a equipe técnica transitaram por uma seleção curricular, com critérios destacados pelo Conselho Municipal LGBT.

O trabalho efetivado no Centro LGBT de Natal, ainda que esteja no contexto de ultraneoliberalismo e avanço do neoconservadorismo, se situa nas trincheiras de luta contra a lgbtfobia na cidade de Natal. E o seminário “Crianças e Adolescentes LGBTIA+ existem: A diversidade sexual e de gênero na infância e adolescência” representa o movimento importante no avanço do debate sobre direitos na infância e adolescência.

2.1. A diversidade enquanto dimensão constituinte do ser social: uma breve análise sobre o projeto de intervenção “Crianças e Adolescentes LGBTIA+ existem: A diversidade sexual e de gênero na infância e adolescência”

O seminário “Crianças e Adolescentes LGBTIA+ existem: A diversidade sexual e de gênero na infância e adolescência” partiu da necessidade do adensamento desse debate na realidade social das diversas instituições que compõem a rede de proteção social de alta e média complexidade, além de escolas e outros espaços que lidam com crianças e adolescentes. Dessa forma, partimos do pressuposto que reconhecer a diversidade sexual e identidade de gênero é também defender e garantir o direito ao desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes e, assim, é, também, dever do Estado.

O desenvolvimento do planejamento e da efetivação do projeto de intervenção necessitou de um embasamento teórico que se fundamenta no materialismo histórico dialético, assumindo-se o compromisso com a apreensão crítica do processo histórico como totalidade, ao situar o objeto de estudo na realidade do capitalismo contemporâneo, objetivando a apreensão dos fundamentos ontológicos para o entendimento da diversidade humana, da concepção e violação dos direitos humanos e a sua função social na sociedade capitalista.

Para apreender o objetivo do projeto de intervenção, necessita-se construir um fio condutor que parte da concepção de diversidade humana com enfoque na diversidade sexual e identidade de gênero, posteriormente analisar brevemente a contradição presente nos direitos humanos e, por fim, apreender a importância do serviço social no processo promoção da diversidade.

Pode-se compreender a diversidade humana como dimensão constituinte da individualidade do ser social. Nesse sentido, partimos de dois pressupostos. O primeiro é que

a diversidade sexual constitui-se como expressão da individualidade e só pode ser entendida nas trilhas do processo histórico (SANTOS, 2018).

O segundo pressuposto é que o trabalho é essencial para o desenvolvimento e reprodução dos indivíduos e que, a partir do trabalho, o indivíduo constrói e é construído. Portanto, o ser, a partir do trabalho, e por um processo bastante mediado, torna-se simultaneamente genérico e singular. Assim como a partir do trabalho o indivíduo transforma a natureza, ele também é transformado, ou seja, a partir do trabalho, o salto ontológico forma o ser social. Por isso, torna-se clara a compreensão das características dos sujeitos de épocas diferentes uma vez que conhecemos os seus meios de trabalho, como afirma Cisne e Santos (2018). Compreendendo que, portanto, o trabalho exerce um papel fundamental na construção de cada indivíduo e nas relações sociais que esse sujeito está inserido, cabe analisar o processo que advém do trabalho, a individuação, como afirma Cisne e Santos:

O que implica entendê-la - a individuação - como processo de busca permanente, sob dadas condições concretas, em que o indivíduo, inserido na divisão social do trabalho, amplia suas capacidades humanas mediante as respostas dadas para consecução da finalidade estabelecida no ato de objetivação do trabalho. São respostas que o desafiam a cada momento. Ao enfrentá-las, o indivíduo define finalidades, faz escolhas entre as alternativas postas e criadas objetivamente; reelabora instrumentos; desenvolve a criatividade; atende a determinadas necessidades; e se abre continuamente para novas necessidades e respostas. (CISNE E SANTOS, 2018, p. 30)

A partir desse processo, o ser social se desenvolve como um indivíduo com peculiaridades e escolhas, uno, que agrega qualidades e conquistas históricas na sua individualidade. Logo, vivencia o processo de individuação, assim aprendendo, selecionando, superando e avaliando as suas respostas anteriores que foram estabelecidas por outros indivíduos anteriormente e as atualizando com novas necessidades e respostas. Logo, o sujeito, por um conjunto de mediações, e a partir da centralidade do trabalho desenvolve a individualidade, tornando-se diverso. Há, portanto, relação de determinação entre as relações sociais e a individualidade.

No processo de individuação há uma relação dialética entre o gênero humano, a formação sócio-histórica e a sociabilidade na qual o sujeito está inserido. Ou seja, o indivíduo não possui peculiaridades inatas à existência, pois não existe a possibilidade da existência de uma essência humana que não seja construída nas relações sociais, como posto por Cisne e Santos (2018). Contudo, isso não deduz que os seres humanos sejam mecânicos e influenciáveis, pelo contrário, o legado marxista recusa as modalidades de simplificação como o economicismo, o qual reduz o materialismo histórico a área econômica, na compreensão da individualidade. É primordial para a apreensão da individualidade entender que não há uma divisão entre o indivíduo singular com todas as suas peculiaridades e a sociedade com suas questões particulares. O enfoque nessas divisões não permite compreender a individualidade,

sabendo que é justamente o foco da discussão a estruturação do indivíduo e trabalho com o gênero humano.

Portanto, podemos concluir que a partir do trabalho não só a matéria natural é modificada, como também o sujeito que está inserido nessa atividade e todas as relações que o ser social possui, assim, o trabalho afeta, por intermédio das singularidades expostas, em toda sociedade e nas formas de ser, alterando padrões ou os fortalecendo. A atividade do trabalho traduz a complexidade do ser social que se expressa em classe, gênero, sexualidade, raça e etnia formando, assim, a individualidade de um ser que é singular e genérico.

Nesse sentido, a diversidade, no decurso histórico, sofre determinações sociais. No modo de produção capitalista, a diversidade é não só negada como expropriada dos indivíduos. A violência LGBTfóbica é uma expressão de violação da diversidade humana, essa violação nega a natureza dos indivíduos de forma a combater as práticas disfuncionais à apropriação privada dos bens construídos socialmente. Ou seja, a sociedade heterocis-patriarcal-racista-capitalista tem a violência à diversidade como estruturante nas suas relações. A contradição presente na concepção de direitos humanos se dá pela realidade dos direitos representarem conquistas das diversas mobilizações e lutas da classe trabalhadora no decurso histórico, mas também, se constituírem, em determinadas conjunturas, estratégia de controle do capital sob a classe trabalhadora. A conquista de direitos pela classe trabalhadora parte da resistência à superexploração da força de trabalho e a violação da diversidade humana impostas pela classe dominante, a qual instrumentaliza os direitos em uma perspectiva regressiva. Vale salientar que os direitos já conquistados historicamente pela classe trabalhadora seguem, cotidianamente, sendo ameaçados já que o neoconservadorismo e o neoliberalismo se intensificam no contexto atual da dominação burguesa.

A relação intrínseca dos direitos humanos com o Estado expressa a legalidade presente na concepção de Direitos Humanos no capitalismo. O Estado é instrumentalizado pelos que dominam os meios de produção resultando em direitos limitados e funcionais à produção e reprodução do capitalismo sendo expressos nas leis. Ou seja, os direitos humanos estão tensionados pela luta de classes em cada momento histórico. As lutas históricas da classe trabalhadora em sua heterogeneidade buscam enfrentar a desigualdade social e a violação da diversidade humana, na perspectiva de ampliar condições mínimas de sobrevivência, no entanto, não são suficientes numa conjuntura de crise que resulta na acentuação das expressões da questão social. As ações do Estado expressas em leis que regulamentam as políticas públicas e sociais exprimem a contradição da concepção dos direitos humanos, os quais partem de conquistas históricas mas são condicionados às limitações postas pelo modo de produção capitalista. Sobre o Estado:

Surgido porque existe a sociedade de classes é, por sua essência, necessariamente

um direito de classe: Um sistema para ordenar a sociedade segundo os interesses e o poder da classe dominante. (LUCKÁCS, 1981, p 208; XCIII)

Por fim, cabe analisar de forma breve o compromisso do Serviço Social com a diversidade humana e, assim, com a luta pela garantia de direitos da classe trabalhadora. O Serviço Social apesar de possuir sua gênese em valores conservadores funcionais ao modo de produção capitalista e como instrumento também de dominação da classe dominante sobre a classe trabalhadora, constitui avanço a partir do seu processo de reconceitualização dispondo mudança gradual e composta por contradições à profissão. Após esse processo, o Serviço Social passa a ser orientado por uma perspectiva crítica e compreende como objetivo central a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, se aliando à classe trabalhadora na luta de classes. Contraditoriamente, a função do Serviço Social de dentro do Estado, é na viabilização de direitos. No decurso histórico, essa mudança na perspectiva do serviço social é fundamental para compreensão da atuação dessa profissão. A análise crítica do processo histórico, partindo da perspectiva da totalidade social, compreende o capitalismo como fonte de opressão e o Estado enquanto instrumento de controle mas que, também, é determinado na luta de classes. Portanto, o Estado é dominado pelo Capital e, ao mesmo tempo, é determinado no processo histórico sendo fonte, também, de conquistas da classe trabalhadora.

É nessa contradição que a função principal do assistente social se determina: a luta pela defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora. A partir do compromisso ético-político, a categoria de assistentes sociais objetiva a superação do modo de produção capitalista, compreendendo que a construção de uma nova ordem societária se apresenta no cotidiano, na contradição histórica e como resultado da luta de classes. O projeto ético-político do Serviço social expressa:

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p. 104-5).

A partir da síntese das categorias centrais para compreensão do objetivo do projeto de intervenção, cabe relacioná-las com o projeto de intervenção. O cenário se baseia na interdisciplinaridade que objetiva compreender a problemática da diversidade sexual e de gênero na infância e adolescência em sua complexidade. Nesse sentido, as/os palestrantes convidadas/os para construir essa discussão são profissionais inseridas/os nessa realidade. As áreas abordadas no seminário foram assistência social, psicologia, educação e o embasamento teórico acerca da diversidade sexual e identidade de gênero. Por entender que cada área é ampla e contempla discussões densas dentro do tema da diversidade sexual e

identidade de gênero, foram delimitados eixos para o adensamento do objetivo da discussão, preservando a autonomia da profissional convidada.

Por compreender a possibilidade de diversidade presente no público-alvo do projeto de intervenção, a linguagem clara e o apego à realidade do cotidiano da atuação profissional se impôs como necessidade na discussão. Nesse sentido, a delimitação inicial de discussão é a teoria relacionada à prática profissional interligada às reflexões do cotidiano buscando a aproximação do público-alvo a partir das questões discutidas no seminário. Além disso, denota-se indispensável evidenciar como foi desenvolvida a delimitação de tema em cada área presente no seminário. Sendo assim, a assistência social enquanto área desse seminário discutiu a experiência do Centro na atuação com pessoas LGBTIA+ dessa faixa etária buscando trazer reflexões do cotidiano para construção do debate. A psicologia desenvolveu a discussão acerca do atendimento das crianças e adolescentes LGBTIA+ no cotidiano profissional e as consequências da violação de direitos dessa população no seu aspecto psicossocial. A educação presente no seminário discutiu a instrumentalização da pauta da diversidade de forma partidária e a correlação de forças nas escolas, bem como o fortalecimento dos profissionais da educação contra o avanço do conservadorismo e, por fim, o embasamento teórico presente neste momento contribuiu para discussão acerca da apreensão da realidade, da ética do fazer profissional e da concepção e violação dos direitos humanos da população LGBTIA+.

O seminário, como já compreendido, parte da necessidade apreensão dos objetivos de promover o debate acerca da diversidade sexual e identidade de gênero na infância e adolescência no âmbito das instituições do município de Natal/RN, garantir o direito à diversidade sexual e de gênero nesta faixa etária, desconstruir os estigmas dos profissionais acerca da diversidade sexual e identidade de gênero e combater LGBTfobia no âmbito institucional. O projeto foi executado dentro do calendário promovido pelo Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal/RN, a partir da indicação do Ministério Público do Rio Grande do Norte, na busca pela efetivação das orientações às instituições acerca da diversidade sexual e identidade de gênero na infância e juventude. O evento ocorreu no CEMURE (Centro Municipal De Referência Em Educação), a localização escolhida estrategicamente por já ser utilizada em capacitações e orientações, assim, facilitando a participação de mais profissionais. O público-alvo foram profissionais que atuam nas diversas políticas sociais que compõem a assistência social do Município de Natal/RN, além de profissionais da educação, no entanto, o evento foi aberto e contou com a participação significativa, também, de estudantes. As ações foram planejadas no âmbito do Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal/RN em articulação com a SEMTAS (Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social) a partir da solicitação do Ministério Público do RN.

A organização do Seminário foi realizada pelo Centro LGBT, o qual é um equipamento do município e, como política pública e social, sofre, também, com o desfinanciamento do Governo. A falta de recursos financeiros próprios na instituição fez a organização depender de financiamento das secretarias que são responsáveis pelo Centro. Dessas, a responsável pelo financiamento dos materiais distribuídos (como cartilha, pastas, canetas) e lanche foi a SEMTAS (Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social). Entretanto, a meta do produto final do Projeto de Intervenção foi alcançar como resultado a efetivação da introdução e adensamento da discussão acerca da existência da diversidade sexual e da identidade de gênero em crianças e adolescentes com objetivo da garantia e ampliação de direitos da população LGBTIA+, a partir do alcance à maior quantidade de profissionais presentes na realização da atividade. O objetivo desse projeto de intervenção é estimular a apreensão da diversidade enquanto um direito humano, bem como o combate à LGBTfobia nas instituições. Junto a isso, estimular a produção de conhecimento no âmbito acadêmico do Serviço Social.

A natureza polêmica do projeto de intervenção que trata da discussão acerca da diversidade sexual e identidade de gênero na fase de desenvolvimento do indivíduo realizado em contexto de avanço do conservadorismo e de instrumentalização partidária da pauta da diversidade humana resultou em críticas (Figura 1) e ataques desde sua veiculação.

Figura 1 - Título de notícia acerca do Seminário



Fonte: Guia-me Notícias, 2022.

Por fim, cabe relacionar a construção e a efetivação do projeto de intervenção à instrumentalidade da profissão. O projeto de intervenção expressa o caráter da defesa dos direitos humanos e a direção emancipadora da profissão, uma vez que é norteado pelo princípio da liberdade enquanto valor ético central. Junto a isso, o projeto buscou orientar a atuação profissional das participantes baseada na democratização do acesso à direitos, na justiça social e na reflexão crítica da realidade.

3. CONCLUSÃO

Esse seminário, fruto do projeto de intervenção de estágio, bem como demais atividades que objetivam embasar teoricamente as ações do cotidiano são fundamentais por partir do pressuposto que a atuação profissional orientada eticamente na defesa intransigente dos direitos humanos é um instrumento de enfrentamento à lgbtfobia no período da infância e adolescência.

Por fim, no âmbito da sociedade capitalista, há a necessidade de reivindicar a garantia e ampliação dos direitos humanos por entender que os direitos ainda que conquistados historicamente são completamente frágeis e podem a qualquer momento deixarem de existir. O capitalismo coloca-se completamente avesso às necessidades humano-genéricas. Nesse sentido, o fim da expropriação da classe trabalhadora e, assim, da violação de direitos humanos é o fim do capitalismo, por isso, deve-se objetivar a construção de uma nova ordem social que supere o modo de produção capitalista, as formas combinadas de exploração da força de trabalho e de opressão.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. S. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.

BOSCHETTI, I. **Trabalho, direitos e Projeto Ético-Político Profissional**. In: Inscrita. Brasília: DF: CFESS. Ano VIII, n. XI, p. 37-44, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em . Acesso em: 02 jul. 2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei Federal n 8.069/90. Diário Oficial da União, Brasília, 16 Jul.1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília. 23 dez. 1996.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2020**. Brasília: Ipea; FBSP, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 11 de jul. 2022.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília, CFESS, 2011. CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara dos. Feminismo, diversidade sexual e serviço social. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 8).

“Erotização precoce”: **Prefeitura de Natal faz evento sobre crianças e adolescentes LGBTQI+.** Guia-me Notícias, Natal, 23 de setembro de 2022. Disponível em: <https://guiame.com.br/gospel/noticias/erotizacao-precoce-prefeitura-de-natal-faz-evento-sobre-criancas-e-adolescentes-lgbtqi.html>

GUERRA, Y. O ensino da prática no novo currículo: **elementos para o debate**. 2002..

KONDER, L. **O que é dialética?** 6 reimpr. da 28. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. Coleção Primeiros Passos.

LEITE, J. **Aumento de crianças LGBTQIA+ acende alerta contra bullying.** Terra, 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/aumento-de-criancas-lgbtqia-acende-alerta-contr-bullying>.

LUKÁCS, G. I. **O Trabalho.** In: Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 41 – 158.

LUKÁCS, G. **Marxismo e questões de método na ciência social.** In: NETTO, José Paulo (org.). Lukács. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1992.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022.

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. Rio de Janeiro: UERJ. **Revista em Pauta.** 2007. n. 19, p. 134-170.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético- político contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

OLIVEIRA, Natália Vilma Monteiro de. Diversidade Sexual e de Gênero no avanço ultraneoliberal e neoconservador: uma análise da conformação do Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal/RN. 2022. 99f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SANTANA, N. M. O Processo de Supervisão na Formação Profissional do Assistente Social. Disponível em: <http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/07/03.pdf>. Acesso em 23 de novembro. 2022

Santos, S. M. M. dos. (2017). Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. Argumentum, 9(1), 8–20. <https://doi.org/10.18315/argum.v9i1.15773>.

SILVA, M. V. Diversidade Humana, relações sociais de gênero e luta de classes: emancipação para além da cultura. In: Revista em pauta n.28 - Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, 2011.

SILVA, M. M. O desmonte da assistência social no governo Bolsonaro. In: ZIMMERMANN, Clovis Roberto; CRUZ, Danilo Uzeda da (Orgs.). Políticas sociais no governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Salvador: Pinaúna, 2022. (p. 253 - 278).

TRENTIM, R. H. S.; VIEIRA, Tereza Rodrigues. CRIANÇA E ADOLESCENTE: DIREITO À EDUCAÇÃO SEXUAL E DE GÊNERO. Simpósio Internacional em Educação Sexual: saberes\trans\versais currículos identitários e pluralidades de gênero, 26 abr. 2017.

**APLICABILIDADE DO PROJETO DE INTERVENÇÃO NO ESTAGIO
SUPERVISIONADO NO CREAS DE ASSÚ/RN: ADOLESCENTES E
JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO
ABERTO: COMPREENDENDO A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA
DOS ATORES.**

Tereza Raquel Carlos de Araújo¹⁹¹

Resumo

As reflexões tecidas neste relato de experiência visam explicar as vivências da aplicabilidade do projeto de intervenção durante o estágio supervisionado no CREAS de Assú/RN. Para tanto, o relato fundamentasse em uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, tendo em vista a vivência no campo de estágio, onde se buscou aprofundamentos teóricos acerca da participação dos profissionais da rede socioassistencial na viabilização do acesso aos direitos dos atores de atos infracionais. Entretanto, vale lembrar que, as medidas socioeducativas não são penas, ambas possuem natureza jurídica. E, apesar da previsão de proteção os atores devem ser responsabilizados ao cometerem atos infracionais.

Palavras-chaves: Medida Socioeducativa; Política de Assistência Social.

1. Introdução

O relato tem a intencionalidade de indicar a importância da participação ativa dos profissionais da rede socioassistencial no acesso aos direitos e no processo de ressignificação na vida dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, fazendo com que os mesmos possam além de, cumprir com os afazeres estabelecidos pelas instituições, possam também, construir aprendizados e métodos para a reinserção na sociedade.

¹⁹¹ Graduanda do curso de Serviço Social na Faculdade do Complexo Educacional Santo André – FACESA. E-mail: tereza.raquell.56@gmail.com

A priori, se apropriou de objetivos que enfatize a articulação dos profissionais no processo socioeducativo dos adolescentes e jovens, além de trabalhar sobre as medidas e a importância de recebê-los nas unidades, oferecendo atividades que somem ao cumprimento de medida.

As medidas socioeducativas estão elencadas no Artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990) e são aplicadas a jovens que tenham cometido ato infracional antes de adquirir 18 anos de idade, mas que quando do cumprimento da medida, possua entre 18 e 21 anos. Foi levado em consideração para construção desse tema a dificuldade na inserção desses adolescentes nas instituições, como também, a necessidade de um acompanhamento mais específico, que possa oferecer oportunidades para o desenvolvimento socioeducativo dos mesmos.

Levando em conta que, o serviço social é uma profissão de caráter interventista, é de grande importância que a rede socioassistencial, sendo ela, perspectiva de redimensionamento de intervenção, possa assumir um compromisso de efetivação de atividades desenvolvidas com os adolescentes e jovens que cumprem ou venham a cumprir medida, buscando contribuir para reflexão e aprendizagem, bem como na reinserção dos mesmos na sociedade e âmbito familiar.

A temática apresenta grande relevância social, uma vez que busca contribuir para reflexão dos profissionais da política de assistência social a respeito do comprometimento com a intervenção pedagógica dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa que são encaminhados para os serviços da assistência. Vale ressaltar que as medidas são aplicadas com vista na mudança pessoal e social dos adolescentes e jovens levando os mesmos a pensar e refletir sobre os atos e, para isso, é de suma importância que os profissionais enxerguem a medida como objeto de reflexão e possam ter um comprometimento para com o processo de reeducação.

2. Desenvolvimento

2.1 Política Nacional de Assistência Social – PNAS

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS dá início a efetivação da política pública apresentando as diretrizes para a efetivação da assistência social como um dever do Estado e um direito a todo cidadão que dela precisar. A PNAS tem

por objetivo: prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitam; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária.

A PNAS é uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades sócio territoriais, visando seu enfrentamento, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais.

A proteção social é hierarquizada em básica e especial. Na proteção básica pode-se ressaltar o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, o CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Já a proteção social é destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus tratos, abuso sexual, cumprimento de medida socioeducativa, entre outros aspectos.

Dentro da proteção social especial, encontramos a Proteção Social Especial de Média Complexidade onde podemos ressaltar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Os serviços oferecidos pelo CREAS são aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, requerendo estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada e/ou de acompanhamento sistemático e monitorado, dentre eles vale destacar as medidas socioeducativas em meio aberto (Prestação de Serviços à comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA).

A partir da CF/88, as crianças e adolescentes tornam-se sujeitos de direitos e em relação de sua condição peculiar de desenvolvimento, devem ter assegurados, com prioridade absoluta, a proteção integral pela família, pela sociedade e pelo Estado. Entende-se que tal prioridade também deve ser garantida junto às políticas integrantes da Seguridade Social nas destinações de recursos para a oferta de serviços que garantam seis direitos fundamentais (BRASIL, 2016).

De acordo com a Lei nº 8.742/1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a Assistência Social atuará de forma integrada com demais políticas setoriais, visando a garantia dos mínimos sociais e à universalização dos direitos sociais.

Outrossim, a LOAS estabelece princípios e diretrizes que orientam e norteiam a Política de Assistência Social como política pública e fundamenta para o exercício da proteção social, visando à garantia de direitos dos indivíduos e famílias.

A PNAS (2004) estabelece que a rede socioassistencial tem como parâmetro a oferta integrada de serviços, programas, benefícios. Entre os eixos estruturantes da PNAS, destaca-se a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. É a partir disto, que o Serviço de MSE em Meio Aberto deve ser ofertado nos CREAS, destinados ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos.

Os adolescentes e jovens que recebem medidas são encaminhados para os CREAS e lá, os mesmos juntamente com a sua respectiva família vão ser acompanhados pela equipe técnica. É no CREAS que as técnicas fazem os atendimentos e entrevistam –os. Também acontecem atividades, oficinas, palestras e os encaminhamentos para os locais onde os adolescentes e jovens deveram cumprir a Prestação de Serviço Comunitário. Os locais onde esses adolescentes e jovens podem estar sendo encaminhados estão dentro da rede de atendimento vinculados ao CREAS, podendo ser: unidades de saúde, educação e a própria rede socioassistencial. O orientador que ficar responsável pelo acompanhamento deverá estar sempre dialogando com o CREAS para perceber se a PSC está funcionando bem ou se necessitar modificar alguma coisa.

A PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (PNAS, 2005). Desencadear a discussão e o processo de reestruturação a respeito da relevância da rede socioassistencial no acesso aos direitos e a ressignificação dos valores da vida dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida é algo muito importante, uma vez que os profissionais tem a oportunidade de contribuir de forma significativa no processo de reeducação e reflexão dos adolescentes e jovens que recebem nas unidades da política de assistência para cumprir medida, além de, viabilizar acesso aos direitos e contribuir para reinserção dos mesmo na sociedade.

2.2 Estatuto da criança e do Adolescente – ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, define as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e Estado.

O ECA prevê três níveis de garantias de direitos inspirados na Constituição Federal. O primeiro nível estabelece um conjunto de direitos fundamentais destinados a todas as crianças e adolescentes; o segundo nível, destina-se às crianças e adolescentes com violação de direitos que são vítimas ou correm risco de sofrer violência, maus-tratos, negligência; e o terceiro nível, corresponde à responsabilização dos adolescentes (SARAIVA, 2002).

Contudo, o ECA, com normas que traz a Doutrina da Proteção Integral dos direitos da criança e do adolescente evidencia no artigo 112 as medidas socioeducativas. São medidas elencadas e que visam a reflexão e aprendizagem sobre os atos cometidos, como também, contribui para o desenvolvimento socioeducativo e trabalho no processo de reinserção dos adolescentes e jovens no contexto familiar e social.

O ECA prevê a íntegra operacional dos órgãos e instituições públicas e entidades da sociedade civil, visando a proteção, à responsabilização por ação ou omissão de violação dos direitos, à aplicação dos Instrumentos postulados pelo sistema e a interação entre os atores desse sistema.

Entretanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA traz, além de direitos, deveres para que possa responsabilizar o adolescente que comete algum ato infracional:

Para o adolescente, a submissão a uma medida socioeducativa não é só responsabilização, mas, também um respeito à equidade (no sentido de dar tratamento adequado e individual a cada adolescente a quem se atribua um ato infracional), bem como, considerar as necessidades sociais, psicológicas do adolescente, e como preconiza o SINASE, o objetivo da medida é possibilitar a inclusão social de modo mais célebre possível e, principalmente, o seu pleno desenvolvimento como pessoa (BRASIL, SINASE 2006, p.28).

As Medidas Socioeducativas não são penas, ambas têm natureza jurídica e finalidades diversas. Apesar da previsão de proteção, os adolescentes devem ser responsabilizados quando cometem atos infracionais e com base no ECA recebem a aplicação de Medidas Socioeducativas. As medidas socioeducativas possuem caráter pedagógico, com particularidades em seu processo de aplicação e execução.

2.3 Medidas em meio aberto: Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA

A medida socioeducativa em meio aberto é o serviço de proteção social a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas nas modalidades de Prestação de Serviços à comunidade e Liberdade Assistida. De forma mais explícita, as medidas socioeducativas são atribuídas à adolescentes e jovens que tenham cometido ato infracional antes de adquirir 18 anos de idade, mas que quando do cumprimento da medida, possua entre 18 e 21 anos.

Ao invés desses adolescentes e jovens irem para a prisão, eles recebem uma medida socioeducativa que, mesmo sendo uma resposta da sociedade a infração cometida, tem o objetivo de ajudar a refletir sobre o ato que cometeu e passar a pensar sobre o futuro.

O Ministério do Desenvolvimento Social enumera seis objetivos das medidas:

1. Proteger de qualquer forma de tortura, maus-tratos, vingança ou outras formas de violência; 2. Auxiliar a relação com a sua família, com o bairro e com a comunidade. Ajudar nas relações com a escola, até mesmo encontrar uma escola caso ainda não esteja matriculado, como também, questões relacionadas à saúde; 3. Trabalhar para que entenda que somos todos responsáveis pelo que fazemos, nossas ações têm consequências para nossa vida e de outras pessoas; 4. Construir planos para o futuro; 5. Trabalhar as potencialidades; 6. Ajudar em encaminhamentos para cursos profissionalizantes, oficinas e programas oferecidos na cidade.

Quando o juiz determina uma Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) o acompanhamento deve ser de, no máximo, seis meses. Esse acompanhamento é feito pelo CREAS que os encaminhará para prestar serviços em alguma instituição. As tarefas são de no máximo, 08 horas por semana não podendo atrapalhar outras atividades que possuírem. As tarefas não são consideradas formas de trabalho, entretanto, são pensadas para que contribuam para o desenvolvimento das potencialidades.

Na Liberdade Assistida, o adolescente vai ter que frequentar o CREAS por pelo menos seis meses e não há a obrigatoriedade de prestar serviços à comunidade. Parecido com a PSC, vão receber todo apoio da equipe técnica para voltar ou permanecer na escola, ir ao posto de saúde ou começar um curso profissionalizante, melhorar a relação com a família, entre outras coisas.

Tanto a Liberdade Assistida quanto a Prestação de Serviços a Comunidade podem ser renovadas, reduzidas ou substituídas por outra medida a qualquer momento pelo juiz.

3. Metodologia

O relato proposto é de cunho bibliográfico, documental e de campo, tendo em vista a vivência de experiência no campo de estágio, mas especificamente, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de Assú/RN, onde o objetivo de estudo em questão foi: Adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto: compreendendo a importância da política de assistência social no processo de ressignificação da vida desses atores.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p.122).

A coleta de dados se baseou em análise de leituras e compreensão de textos apresentados, visando a identificação e compreensão dos discursos que permeiam a efetivação dos direitos de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas bem como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA, como também, a importância da política de assistência social na atuação da rede socioassistencial na participação ativa dos profissionais no processo socioeducativo dos atos de atos infracionais. Além de, na aplicabilidade do projeto de intervenção que reuniu profissionais da rede socioassistencial para dois momentos de diálogos e repasse de conhecimento.

A proposta interventiva do projeto de intervenção foi indicar a importância da rede socioassistencial no acesso aos direitos e a ressignificação dos valores da vida pessoal e social dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa. O projeto foi aplicado em duas etapas, nas quais, foram realizadas oficinas temáticas, trabalhando o conceito de medidas e incentivo a oferta de atividades que contribuam na ressignificação dos adolescentes, objetivando a

articulação dos profissionais da política de assistência no processo socioeducativo dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida em meio aberto.

No primeiro momento, foi realizado uma palestra com a participação e colaboração da advogada do CREAS de Assú/RN que na oportunidade trouxe discussões a respeito das medidas socioeducativas que estão elencadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afim de explicar o conceito e finalidade das medidas. Dando continuidade, foi realizada uma oficina dinâmica com os profissionais, visando a interação e compreensão dos objetivos do projeto.

Da mesma forma, o segundo encontro foi realizado mais uma oficina com o objetivo de ressaltar a compreensão dos participantes no trabalho de viabilizar o acesso dos adolescentes e jovens aos direitos, como também, contribuir no processo de reinserção na sociedade. Os encontros aconteceram no auditório do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e, contou com a participação de profissionais da rede socioassistencial do município de Assú/RN.

4. Resultados e Discussão

A aplicabilidade das medidas socioeducativas seguindo de seus resultados é de suma importância, porque é por meio da análise da eficácia das medidas que saberemos se elas estão sendo eficientes para recuperar os adolescentes e jovens, ou se estão lhes proporcionando chances reiteradas de persistir no mundo do crime.

Nesse contexto, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, é o programa que recebe, acompanha e encaminha os adolescentes para cumprir tal medida estabelecida pelo juiz, sejam elas de categoria meio aberto: Prestação de Serviço à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA.

Dentro dos programas ofertados pela PNAS e a LOAS, os profissionais que nela atuam, trabalham na intervenção das demandas que recebem. É então que, as medidas socioeducativas precisam ser vistas por outros olhos, não por medo dos adolescentes e jovens que cometeram tais atos mas, pela oportunidade de trabalhar na mudança da vida desses atores.

No entanto, o comprometimento dos profissionais da rede socioassistencial é de extrema importância, uma vez que atuam diretamente com a garantia de direitos e efetivação da garantia integral de direitos a todos que necessitarem da política de assistência social.

As medidas socioeducativas contribuem para o desenvolvimento das potencialidades do adolescente que está apto a cumpri-la, e diante disso, devem ser pensadas e estrategicamente planejadas (dentro das possibilidades) visando a reiteração pessoal e social, trabalhando com o ator do ato infracional a ressignificação do mesmo e sua reinserção no contexto familiar e comunitário.

5. Considerações Finais

Quando abordamos a temática da ressignificação, falamos em dar um novo sentido a alguma coisa. E então podemos refletir no quão forte esse significado se torna quando os remetemos a pessoas, a seres humanos, a adolescentes, a jovens. “Dar um novo sentido à vida de um adolescente”, com possibilidades, oportunidades, investimento de tempo e estratégia de atuação. Sua responsabilização pelo ato não vai ser tirada nem invalidade, o mesmo estará à mercê de uma medida para retificar seus atos.

Entretanto, levamos em consideração que através do cumprimento da medida, surge as inúmeras chances de se trabalhar para que os mesmos possam ser inseridos na sociedade diferentes, contribuindo para os aspectos familiares e comunitários, bem como, comprovando a eficácia da medida aplicada.

Diante do exposto, a aplicabilidade das medidas socioeducativas trabalhadas na perspectiva de ressignificar a vida desses adolescentes, para além do aspecto punitivo. Há que se reconhecer as marcas da vida, suas trajetórias por vezes difíceis, mas buscar caminhos que lhes permitam ressignificar e construir seus projetos de vida.

6. Referências

BRASIL. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Secretária Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal, 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.** Brasília: MDS, 2011.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social.** Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, 1993.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.** Brasília, 1990.

SARAIVA, João Batista Costa. **Desconstruindo o Mito da Impunidade: Um Ensaio de Direito (Penal) juvenil.** Brasília: Saraiva, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. Revista e Atualizada. São Paulo. 2007.

SINASE. **Sistema Nacional Socioeducativo.** Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.

SNAS. **Cartilha Medidas Socioeducativas.**

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL COMO NORTE PARA O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM UM CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL (2020-2021)

Anna Beatriz Valentim de Souza¹⁹²

Juciara Gomes de Matos Souza¹⁹³

Resumo: Este trabalho objetiva evidenciar a relação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS) com o trabalho do/a assistente social desenvolvido no âmbito da reabilitação de pessoas com deficiência. Enquanto relato de experiência, resulta da inserção no Centro Especializado em Reabilitação - CER, localizado em Macaíba/RN, habilitado pelo Ministério da Saúde como serviço de reabilitação na modalidade física, intelectual, auditiva e visual, do Sistema Único de Saúde (SUS). Tal experiência, articulada a revisão crítica de literatura, permitiu elucidar a importância de resgatar os fundamentos da profissão, seus princípios e valores; de realizar as mediações necessárias ao trabalho junto ao segmento PcD, na perspectiva da luta anticapacitista; de apreender que são esses referenciais que subsidiam um agir profissional ético e crítico.

Palavras-chave: Deficiência; Serviço Social; Trabalho profissional; Projeto ético político; Reabilitação.

1 Introdução

Nos últimos anos, observa-se no campo da produção de conhecimento do Serviço Social uma ampliação do debate em torno do segmento das Pessoas com Deficiência (PcD), protagonizado, notadamente, pelo Conjunto CFESS-CRESS e suas recentes publicações. Nessa direção, também há o movimento de pesquisadoras/es brasileiras/os que buscam adensar essas produções a partir dos diferentes espaços que ocupam na sociedade.

Esse trabalho foi produzido com objetivo de evidenciar a relação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS) com o trabalho do/a assistente social desenvolvido no âmbito da reabilitação de pessoas com deficiência. Situado no eixo do trabalho profissional, enquanto relato de experiência, resulta da inserção no Centro Especializado em Reabilitação

¹⁹² Assistente social, especialista no Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência – Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi, mestranda pelo PPGSS/CCSA – UFRN, na área de sociabilidade, serviço social e política social. E-mail: anna.b.valentim@gmail.com

¹⁹³ Especialista no Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência – Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi, mestranda pelo PPGSS/CCSA – UFRN, na área de sociabilidade, serviço social e política social. E-mail: juciaragmatos@gmail.com

- CER ISD¹⁹⁴, localizado no município de Macaíba/RN e habilitado pelo Ministério da Saúde (MS) como serviço de reabilitação do Sistema Único de Saúde (SUS), na modalidade CER IV
- física, intelectual, auditiva e visual.

A aproximação com o referido espaço sócio-ocupacional se deu no curso do Programa de Residência Multiprofissional no Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência, no período entre 2020-2021, caracterizada enquanto formação pelo trabalho, em nível de pós graduação. O CER ISD desenvolve suas ações no contexto da 7ª Região de Saúde¹⁹⁵ e atua através de diferentes linhas de cuidado (também denominadas de clínicas)¹⁹⁶, que contam com equipe multiprofissional e interdisciplinar.

A partir da dimensão da experiência/atividade profissional, articulada criticamente com a revisão de literatura, estruturou-se o trabalho artigo da seguinte forma: na sua primeira sessão, resgatamos o projeto profissional, evidenciando seus elementos materializadores que se articulam diretamente com a prática profissional cotidiana; na segunda parte, avançamos o debate sobre como esse projeto se apresenta como um norte fulcral para a luta anticapacitista; já na terceira, evidenciamos alguns elementos do cotidiano e o crucial “caminho de volta” às nossas bases profissionais, responsáveis por nos subsidiarem para um fazer qualificado e crítico.

2. Projeto Ético-Político profissional: componentes, princípios e valores constitutivos

O Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS), conforme explorado por Netto (2009), apresenta uma *“auto-imagem da profissão, com valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc”* (p.7). Nesse sentido, Teixeira e Braz (2009) apontam elementos que o constituem e componentes que o materializam, sistematização essa importante para ampliar a apreensão da unidade teoria e prática profissional.

Destacam-se **quatro elementos constitutivos do PEPSS**: a) a explicitação de princípios e valores ético-políticos; b) a matriz teórico-metodológica em que se ancora; c) a crítica radical à ordem social vigente; d) as lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria. No tocante aos seus componentes, são estes: a) produção de conhecimento dentro do Serviço Social; b) Instâncias político-organizativas da profissão; e c) dimensão jurídico-política da profissão (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

¹⁹⁴ O CER é uma das unidades do Instituto Santos Dumont (ISD), uma Organização Social (OS) que atua nas áreas de educação, saúde materno-infantil e da pessoa com deficiência, neurociências e neuroengenharia.

¹⁹⁵ Compreende os municípios de Macaíba, Natal, Parnamirim, Extremoz e São Gonçalo do Amarante.

¹⁹⁶ Quais sejam: epilepsia farmacorresistente (infantil e adulto), doença de parkinson, transtorno do espectro do autismo, lesão medular (infantil e adulto), microcefalia, deficiência auditiva (infantil e adulto), prematuridade, neurodesenvolvimento, bexiga e intestino neurogênicos.

Laconicamente, esses componentes (ou dimensões) podem ser assim compreendidos: **da produção do conhecimento** destacam-se as sistematização de informações das práticas profissionais, bem como o próprio processo reflexivo da atuação que demonstra, assim, a dimensão investigativa tão importante ao nosso fazer profissional. Das **instâncias político-organizativas** destacam-se tanto os fóruns quanto os espaços deliberativos da profissão, como o próprio conjunto CFESS-CRESS, a ABEPSS, Centros Acadêmicos e ENESSO. Já a **dimensão jurídico-política** se apresenta como todo o arcabouço legal institucional da profissão, constituído por leis, resoluções, tanto próprias do Serviço Social (Código de Ética e Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS) quanto externas à profissão como o conjunto das legislações sociais (IDEM).

Ocorre pensar que o projeto ético-político profissional se desenvolve em meio às contradições econômicas e políticas engendradas pela sociedade de classes, o que, evidentemente impõe desafios à sua materialidade. Apesar disso, os/as assistentes sociais podem, desde que em espaços democráticos, construir estratégias político-profissionais, escolher caminhos e definir os rumos da atuação. Em suma, podem projetar ações que demarquem os compromissos ético-políticos defendidos pelo conjunto da categoria (IDEM).

Em face disso, evidencia-se o Código de Ética Profissional, uma vez que explicita o reconhecimento da **liberdade** como valor ético central; a defesa intransigente dos **direitos humanos**; a ampliação e consolidação da **cidadania**; a defesa da **democracia**; o posicionamento em favor da **equidade** e **justiça social**; o empenho na **eliminação de todas as formas de preconceito**; a garantia do **pluralismo**; a opção por um projeto profissional que vise a construção de uma **nova ordem societária**; a **articulação com os movimentos** de outras categorias profissionais; o compromisso com a **qualidade dos serviços** prestados à população; o **exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar** por questões de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física¹⁹⁷ (CFESS, 1993).

Tal referência ao Código de Ética se fundamenta nas argumentações de Netto (2009), ao elucidar que o tratamento dos componentes dos projetos profissionais requer sempre uma fundamentação de valores de natureza explicitamente ética, expressa no Código, mas não apenas. Considerando que os elementos éticos de um projeto profissional *“não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais”* (p.8), uma indicação ética só adquire existência real, no plano histórico-concreto, quando combinada a uma direção político-profissional.

¹⁹⁷ Cabe ampliar para a discriminação e/ou preconceito em razão de deficiência. Ver a Resolução CFESS N. 922, de 22 de março de 2022.

2.1. O Projeto Ético-Político e a luta anticapacitista: uma articulação possível

A luz dos pressupostos que permitem apreender o significado do Projeto Ético-Político do Serviço Social, ressalta-se o compromisso assumido pela categoria no tocante às lutas feministas, antirracistas, anti-LGBTfóbicas, anticapitalistas e, particularmente, na luta anticapacitista. No âmbito das instâncias representativas da profissão, notadamente o Conjunto CFESS-CRESS, essa bandeira de luta ganha força e o debate se qualifica, sobretudo nos últimos dois triênios, mediante aproximação intensa e atuação de assistentes sociais com deficiência, nos espaços e gestões dos CRESS no país (CFESS, 2023).

É o que aponta o *“Livro Anticapacitismo e exercício profissional: perfil de Assistentes Sociais com Deficiência”*. Apesar de tratar-se de uma pesquisa em torno do perfil dos/as assistentes sociais com deficiência que compõem a categoria, no tocante às condições éticas e técnicas do trabalho, essa publicação também subsidia a categoria com conceitos teóricos importantes para a compreensão crítica da deficiência, com o indicativo de incorporação do debate da deficiência na formação e no cotidiano profissional. Além disso, sinaliza a importância da Resolução 992/2022¹⁹⁸ e demais orientações do Conjunto. Igualmente importante desta publicação, é o levantamento do arcabouço jurídico normativo acerca das legislações trabalhistas e os direitos das PcDs nesse campo (CFESS, 2023).

Cabe elucidar que o reconhecimento dos direitos e liberdades fundamentais às pessoas com deficiência só foi possível mediante um longo processo de luta social e histórica, que permitiu alterar o quadro de exclusão e segregação, nos diferentes espaços da vida em sociedade. Este processo se materializa, notadamente, através de avanços conceituais, protetivos e afirmativos de direitos, fundamentais ao exercício da cidadania e ao princípio da dignidade humana (CFESS, 2019).

Recorrendo novamente a Teixeira e Braz (2009), um dos elementos que materializam o PEPSS é a dimensão político - organizativa da profissão efetivado através dos espaços de deliberação e também de reafirmação dos nossos compromissos e princípios nos quais debatemos nossas bandeiras de lutas aliadas aos movimentos sociais. Tal compreensão ratifica o que é posto em conformidade com nosso Código de Ética de 1993, que em um dos seus onze princípios coloca a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (BARROCO, 2012, p. 125).

Desta forma, ao alinhar nossa atuação profissional a esse princípio, especialmente, estamos empenhados na ampliação e consolidação da cidadania, compreendida como um

¹⁹⁸ Esta Resolução estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social, regulamentando os princípios II, VI e XI inscritos no Código de Ética Profissional.

produto das lutas historicamente travadas pela classe trabalhadora para acessar as políticas sociais em seus programas e benefícios. Assim, é necessária a apreensão de todo o histórico de luta das PcDs¹⁹⁹ na busca pelo pleno exercício da cidadania e seus devidos desdobramentos na perspectiva de conhecer para respeitar, escutar qualificadamente para viabilizar, e agir crítica e eticamente.

Nessa linha, fica evidente a necessidade de aprofundarmos o debate acerca da deficiência, pois não nos cabe mais condicioná-la apenas na sua compreensão biomédica. Tal conduta, apresenta-se como “ultrapassada” frente aos significativos avanços da categoria no reconhecimento das pautas do segmento das pessoas com deficiência, expresso tanto no posicionamento da representação profissional quanto na produção do conhecimento que vem crescendo consideravelmente sobre o tema.

É importante elucidar, com base no chamado modelo social, que a deficiência passou a ser compreendida como experiência de desigualdade compartilhada por pessoas com diferentes tipos de impedimentos. Dessa forma, a deficiência não está localizada exclusivamente no sujeito (ou no impedimento do corpo), mas relacionada a estruturas históricas, sociais, culturais que legitimam a desigualdade imposta pelo modo como a sociedade (capitalista) se organiza e se reproduz, permeada por barreiras que impedem a participação plena e efetiva das pessoas com deficiências, em igualdade de condições (DINIZ, 2006).

Por sua vez, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI)²⁰⁰ considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Art.2). Com efeito, para fins de avaliação da deficiência, esta será sempre biopsicossocial e conduzida por equipe multiprofissional e interdisciplinar, que considerará: I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação (§ 1º) (BRASIL, 2015).

Cabe pontuar que a referida avaliação é baseada no modelo proposto pela CIF - Classificação Internacional de Funcionalidades e Incapacidades, ferramenta criada em 2001 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) com o objetivo de ampliar o enfoque sobre a deficiência abrangendo diversas dimensões do indivíduo e do contexto onde está inserido. A CIF é bastante utilizada por equipes multiprofissionais em diferentes setores da saúde, como no âmbito da reabilitação. Mas também é aplicada, conforme Cfess (2019), na implementação

¹⁹⁹ Cujo lema da ONU diz: “Nada sobre nós, sem nós” (CFESS, 2023).

²⁰⁰ Também conhecida por Estatuto da Pessoa com Deficiência.

de algumas políticas públicas, como é o caso da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) da política de assistência social, além das aposentadorias por idade e tempo de contribuição das PcD, geridas pela política de previdência social.

Em face disso, discorreremos mais adiante acerca da atuação profissional do Serviço Social no âmbito da reabilitação de pessoas com deficiência, objetivando não só aprofundar o debate acerca da práxis profissional nesse espaço sócio-ocupacional, socializando um pouco do processo de trabalho, como também demonstrar a partir de alguns elementos em destaque a intrínseca relação entre o projeto ético-político do Serviço Social e o trabalho desenvolvido.

3. Fundamentos do trabalho no âmbito da reabilitação de pessoas com deficiência

Segundo Yazbek (2018), os fundamentos do Serviço Social consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, e são constituídos por múltiplas dimensões, quais sejam: históricas, teórico-metodológicas, éticas-políticas e técnico-operativas. Esses fundamentos se expressam na abordagem histórico-crítica, fundada na teoria social de Marx. Com efeito, a categoria trabalho é essencial para analisar o Serviço Social na sociedade capitalista, especialmente, no processo de reprodução da totalidade das relações sociais, que sendo complexo, *“contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança”* (p. 49). Ou seja, uma totalidade que, num movimento permanente de reelaboração, cria as condições de manutenção das classes mas também as possibilidades de sua superação.

Tendo esse entendimento como ponto de partida, evidenciamos que o trabalho do/a assistente social se desenvolve em situações sociais que afetam as condições de vida da classe trabalhadora, com a projeção de atender às necessidades postas pelos sujeitos e assegurar os seus direitos sob variados aspectos, tendo na política social a mediação fundamental para esse exercício (YAZBEK, 2018). No âmbito da política de saúde, atuam os/as profissionais de Serviço Social, em diferentes serviços que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), nos três níveis de atenção à saúde pública no Brasil²⁰¹.

No que concerne a atenção em saúde às pessoas com deficiência, assume centralidade a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída no SUS pela Portaria nº 793 de 2012. De maneira sucinta, a Rede se propõe a desenvolver um conjunto de ações voltadas, dentre outras, aos cuidados em saúde para a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, através de Centros Especializados em Reabilitação (CER), serviço

²⁰¹ Os níveis de atenção e assistência à saúde no Brasil são estabelecidos pela Portaria 4.279 de 30 de dezembro de 2010, que estabelece as diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo eles: atenção primária, atenção secundária e terciária.

de referência no território para a atenção ambulatorial especializada, responsável por realizar diagnóstico, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de tecnologias assistivas²⁰².

Além disso, o CER deve dispor de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, que desenvolverá suas ações a partir das necessidades de cada indivíduo e conforme o impacto da deficiência sobre sua funcionalidade, com vistas a promover e garantir melhor adaptação, qualidade de vida e autonomia para o desempenho de atividades e habilidades de forma integral e independente (BRASIL, 2020). Discorreremos a seguir sobre o trabalho do/a assistente social nesse campo de atuação, a luz de pressupostos teóricos e críticos.

3.1. Elementos constitutivos do trabalho do Serviço Social dentro da Reabilitação e o conservadorismo: notas para o debate

Enquanto assistentes sociais inseridos nesse espaço sócio-ocupacional evidenciamos, em primeiro momento, a necessidade de conhecer previamente a legislação social que viabiliza o acesso à direitos provenientes de um processo de luta histórica dos movimentos sociais. Em outras palavras, é importante conhecer o arcabouço jurídico legal: a (CF/1988), considerada um marco para a luta das pessoas com deficiência e um referencial de proteção social; a Lei 7.853/1989 e o Decreto nº 3298/1999 que tratam da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU (2006); a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Lembrando que há outros decretos.

Além destas, somam-se outras de igual a importância como toda a legislação voltada para a Seguridade Social (leis orgânicas da saúde, assistência e da seguridade; decretos, políticas nacionais e demais leis específicas) e toda as outras normas especialmente voltadas para grupos mais vulneráveis (idosos, crianças, adolescentes e mulheres).

Associado a esse vasto entendimento teórico, não é inoportuno resgatarmos o que foi colocado em parágrafos anteriores quanto a necessidade de articular o saber acumulado das normas jurídicas à produção do conhecimento já consolidado pelo Serviço Social como, por exemplo, o caderno intitulado: “*Discriminação contra a pessoa com deficiência*” (2019), a Resolução 489/06²⁰³, nosso Código de Ética (1993) e a própria Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Nº 8.662 de 1993), os quais ressaltam os compromissos assumidos pela categoria que dialogam diretamente com as pautas levantadas pelas PcDs.

Reiteramos que há ainda uma infinidade de outras legislações e produções dentro e fora do Serviço Social que são de igual importância para o processo laborativo. Porém, em decorrência

²⁰² Envolve produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2020).

²⁰³ Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional.

do tipo do trabalho ora apresentado, nos deteremos apenas a menção dessas neste momento. Assim, de posse de todo o conhecimento anteriormente supracitado somado à prática profissional, é necessário ao assistente social conhecer bem a rede em que o serviço está inserido.

Essa afirmação se sustenta por compreendermos que a instituição não opera de modo isolado, mas sim articulado, imbricado, de maneira a viabilizar o acesso do usuário a um tratamento integralizado e longitudinal em seu território. Para isso, é possível que ocorram visitas agendadas previamente às instituições que compõem a rede socioassistencial, com a intenção de conhecer os profissionais que a compõem e como o serviço é operado (fluxos, critérios de elegibilidade, contatos possíveis entre os setores de Serviço Social, dentre outros).

Assim, quando houver necessidade de encaminhamentos para determinados equipamentos da rede, o usuário já saberá quais profissionais que o poderão receber, bem como terá as informações necessárias para que não passe por uma verdadeira *via sacra* de ir à cada serviço sem uma devida orientação concreta.

Para além disso, o trabalho do Serviço Social no CER, é o de atender demandas socioassistenciais de modo espontâneo e as programadas. Nos dizeres de Vasconcelos (2015), as primeiras são também conhecidas como *explícitas* pois,

[...] aparentemente forçam o movimento institucional em determinada direção, na realidade, são demandas forjadas pelas instituições a partir dos bens e serviços que disponibilizam (ou anunciam disponibilizar) para os trabalhadores, através das políticas sociais, públicas ou privadas e que, nesse sentido, favorecem o obscurecimento das demandas substantivas que expressam as necessidades fundamentais de interesses históricos, individuais e coletivos, dos diferentes segmentos da classe trabalhadora. (VASCONCELOS, 2015, p.512)

Compreendemos que quando o autor aponta para o *obscurecimento das demandas substantivas*, nos revela a necessidade de um olhar crítico sobre a “necessidade” de maior urgência que, na verdade, demonstra uma manifestação latente da questão social ao trazerem para o Serviço Social inúmeras solicitações pontuais e focalizadas como por exemplo: a orientação de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), atualização de dados no CadÚnico, encaminhamentos e orientação para acesso à transporte sanitário, bem como obtenção do Cartão de Estacionamento para usar vagas reservadas à esse público; entrada e acompanhamento em serviços que compõem a rede de saúde especializada como as Oficinas Ortopédicas²⁰⁴.

Já concernente às demandas programadas, resgatamos os dizeres de Friedrich e Pierantoni (2006) que as conceituam como aquelas que podem ser previamente agendadas como as visitas domiciliares, acolhimento, a realização de grupos educativos e aqueles mais voltados para a atividade burocrática e administrativa como o preenchimento de formulários, por exemplo.

²⁰⁴ Oficinas Ortopédicas são serviços que oferecem, gratuitamente, acesso a órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPMs), através da dispensação, confecção, adaptação, manutenção, ajustes e pequenos consertos (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, no caso do Serviço Social inserido especialmente no CER de Macaíba, as demandas programadas estão mais voltadas para o planejamento de atividades voltadas para os grupos de pacientes atendidos para tratamento e reabilitação do Parkinson, da Lesão Medular adulta e infantojuvenil, da saúde auditiva, materno-infantil, transtorno espectro autista (TEA). Geralmente, o atendimento programado era realizado depois de uma avaliação global, da qual o Serviço Social já estava inserido e já pré agendava uma outra data e horário para dar continuidade ao atendimento já com os devidos encaminhamentos para a rede quando necessários.

Somado a isso, também se faz possível a realização de salas de espera concernentes a assuntos de interesse da população usuária para que obtenham informações de modo mais sucinto e deixando o espaço aberto para que busquem o Serviço Social posteriormente em caso de maiores esclarecimentos. Também é possível a realização de palestras não só para os usuários como para os demais profissionais que compõem a equipe multiprofissional, na perspectiva de que compreendam ainda melhor a importância do contexto social no processo de reabilitação do usuário.

Elencamos ainda as visitas domiciliares como de suma importância para o conhecimento *in loco* do contexto social em que o usuário e sua família estão inseridos. Tal vista é importante para desvelar questões que muitas vezes não são possíveis de identificar no atendimento realizado *intramuros*. Todavia, sempre é relevante destacar que as visitas domiciliares devem ser realizadas quando forem extremamente necessárias, associadas a um bom roteiro e previamente agendadas. Na política de assistência social, acaba que esse fazer é bem mais comum que na política de saúde, dado ao caráter mais próximo que os profissionais da assistência possuem com a comunidade. Porém, isso não quer dizer que os assistentes sociais inseridos na reabilitação não a possam realizar, pois é uma das nossas atribuições profissionais.

Por fim, destacamos a importância das visitas institucionais que auxiliam no processo de fortalecimento da rede socioassistencial para que os encaminhamentos sejam melhor realizados e garantam a viabilidade do acesso aos serviços dos quais os usuários necessitam. Destacamos ainda mais a importância dessa demanda programada, muito em função do que já falamos em parágrafos anteriores: é necessário conhecer a rede para que os serviços atuem de forma imbricada, intersetorialmente, pois só dessa forma é que conseguiremos coletivamente desfazer os gargalos historicamente construídos e até hoje presenciados na rede de atenção, sobretudo na saúde e assistência social.

Porém, é diante dessa contradição a qual estamos inseridos que se faz tão importante recorrer ao PEPSS e aos nossos fundamentos para que não recair em um dos extremos já apontados por Iamamoto (2015) seja o messianismo seja o fatalismo, recaindo na fragmentação e pulverização da questão social. Sem a volta constante aos fundamentos,

compreendendo a realidade para além do aparente e estamos fadados a desenvolver um trabalho que mais oprime que viabiliza, pois só reproduz um viés conservador e tecnicista da profissão.

Essas e tantas outras demandas revelam as necessidades do usuário e seus familiares de elencar aquilo que é urgente dentro do mais urgente, pois não há como modificar uma estrutura social já consolidada, mas sim contribuir para uma reprodução de contradições inerentes ao Capitalismo. Todavia, destacamos aqui que não nos cabe julgar as escolhas daqueles que atendemos, haja vista que conforme já tão explorado por Iamamoto, compreendemos que nossa profissão está inserida no “bojo das relações sociais” que por sua vez revelam o próprio caráter contraditório da atuação.

Frente ao conjunto de contradições postas no âmbito da reabilitação de pessoas com deficiência, faz-se necessário apontar para o compromisso do/a assistente social no que se refere ao enfrentamento às expressões do conservadorismo. Esclarece Barroco (2015 apud Yazbek, 2015) que o conservadorismo como forma de pensamento restaurador encontra na contemporaneidade, sobretudo nas vertentes irracionalistas, as bases de manutenção da ordem (capitalista). Em face disso, verifica-se o confronto de valores democráticos, a eliminação de direitos sociais, a legitimação da repressão dos trabalhadores e suas pautas, dentre outros.

Essas expressões do conservadorismo podem aparecer de maneira multifacetadas no âmbito da reabilitação. A responsabilização das famílias frente ao cuidado às pessoas com deficiência constitui uma dessas, visto que para alguns sujeitos - varia conforme prognóstico funcional, nível de autonomia e independência - se impõe a situação de completa ou parcial dependência para as atividades de vida diária. O que configura uma situação de sobrecarga de trabalho que recai sobre as famílias, especialmente para as mulheres, a quem são atribuídas historicamente as tarefas de cuidado no âmbito privado de reprodução das relações sociais.

O Estado neoliberal reforça esse quadro, conforme apontam os estudos de Souza, Alcântara e Acquaviva (2021) sobre como a família vem se constituindo “parceira” do poder público no que se refere às práticas de cuidado, vinculadas à política de saúde. É o caso do “*Guia Prático do Cuidador*”, o qual identifica o papel da família como agente primordial ao desempenho desse cuidado, na medida em que naturaliza e desvaloriza as implicações e condições objetivas que envolvem tal atribuição às famílias brasileiras. Há ainda o “*Programa Melhor em Casa*”, que integra a redefinição da atenção domiciliar pelo SUS e prevê, dentre as atribuições da equipe multiprofissional dos serviços, capacitação do cuidador seja membro ou não da família.

4 Considerações finais

É indissociável ao trabalho do/a assistente social no âmbito da reabilitação de pessoas com deficiência as dimensões constitutivas e materializadoras do PEPSS, para um agir profissional ético e crítico, alinhada com os interesses do segmento PcD e com os compromissos defendidos pela categoria de Serviço Social. Com efeito, um trabalho fundamentado na práxis, que realiza as devidas mediações entre teoria e prática, a fim de não incorrer em armadilhas do cotidiano. Crucial estar atenta/o ao arcabouço jurídico-normativo do Serviço Social, como também resgatar os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão, seus princípios e valores. Além disso, é fundamental sintonizar o agir profissional aos recentes debates fomentados não só pela categoria como por outros segmentos críticos. É preciso lutar em prol dos interesses da população atendida nos serviços, enfrentar as expressões de conservadorismo, assumir os compromissos que conduzem a uma nova sociedade.

Referências

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Brasil, 06 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Instrutivo de Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual e Visual: centros especializados em reabilitação e oficinas ortopédicas**. Brasil, 2020.

CFESS. **Resolução CFESS Nº 992, de 22 de março de 2022**, Brasília - DF, 2022a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/rescfess992.pdf>.

CFESS. **Anticapacitismo e exercício profissional: perfil de Assistentes Sociais com Deficiência**. Brasília, 2023.

CFESS. **Assistente social no combate ao preconceito: discriminação contra a pessoa com deficiência**. Brasília (DF): Conselho Federal de Serviço Social, Caderno 7, 2019.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência?**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos; 324. 2007.

FRIEDRICH, D. B. DE C.; PIERANTONI, C. R.. **O trabalho das equipes da saúde família: um olhar sobre as dimensões organizativa do processo produtivo, político-ideológica e econômica em Juiz de Fora**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 16, n. 1, p. 83–97, jan. 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26°. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional/ Ana Elizabete Mota... [et.al.], (orgs). - 4ª

edição.- São Paulo: Cortez; Brasília - DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009, p. 141-160)

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

TEIXEIRA, J; BRAZ, M. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009. p. 1 - 19.

YASBEK. M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social**. In: GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MOLJO, Carina Berta; SILVA, José Fernando Siqueira da (orgs.). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas (SP): Papel Social, 2018.

SOUZA, Bruna Cristina Faustino; ALCÂNTARA, Ana Maria Santana; ACQUAVIVA, Graziela. **Política social de saúde e família: entre a proteção e a responsabilização**. Temporális, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 270-285, jan./jun. 2021.

STTU (org.). **Cartão de Estacionamento**. [2023]. Serviços para o trânsito. Disponível em: https://www.natal.rn.gov.br/sttu/servicos_cartao_de_estacionamento. Acesso em: 06 maio 2023.

SERVIÇO SOCIAL E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE HISTÓRICO SOBRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA REALIDADE BRASILEIRA

Juliana Silva Lima²⁰⁵

Resumo: Este artigo²⁰⁶ objetiva apreender sobre a gestão pública, bem como a realidade do cotidiano do trabalho dos assistentes sociais profissionais na gestão de políticas públicas. pode agregar no processo de democratização na gerência das políticas. A metodologia aborda a pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica e pesquisa documental e utiliza-se o método crítico-dialético para investigação do objeto. O desenvolvimento explana sobre as etapas do ciclo da gestão da política pública e a atuação dos assistentes sociais nos espaços de gestão. Nos resultados obtidos, destaca-se a importância da etapa de avaliação no ciclo das políticas públicas.

Palavras-chave: Serviço Social. Políticas Públicas. Gestão Pública.

1. Introdução

O debate sobre a gestão de políticas públicas ganhou mais destaque no Brasil na década de 1990, principalmente por causa da reforma gerencial do Estado brasileiro iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), bem como devido à necessidade de se implementar as políticas sociais recém estabelecidas pela Constituição Federal. A reforma gerencial do governo FHC consistia em restrições orçamentárias, principalmente para as políticas sociais, decorrentes do ajuste fiscal imposto pelo neoliberalismo em nível global.

Esse ressurgimento deve-se, em grande parte, às restrições financeiras e políticas que estão sendo impostas aos governos, gerando demandas pela elaboração de políticas públicas eficientes e efetivas. Vários fatores contribuíram para o crescimento da importância do campo da política pública, tanto nos países industrializados como

²⁰⁵ Bacharel em Serviço Social - UFRN. Pós-graduada em Trabalho com Famílias e Sociedade e Políticas Públicas, Planejamento e Gestão. Email: julianalima623@gmail.com

²⁰⁶ Artigo para apresentação no VI Seminário Estadual de Serviço Social e Direitos Sociais do Rio Grande do Norte, Maio/2023.

nos em desenvolvimento. O primeiro fator foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. (SOUZA, 2002, p. 1)

A Constituição Federal de 1988 determina a descentralização da administração pública, com isso, cabe à União, aos estados federativos e aos municípios do Brasil. Com isso, cresce o desafio de se ter o conhecimento sobre a gestão no serviço público, pois saber como dominar o exercício do ciclo de políticas públicas, é fundamental aos gestores públicos (sendo também o assistente social um profissional qualificado para exercer essa competência). Isso se faz necessário para que a sua atuação da gestão pública consiga “desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população.” (SOUZA, 2002, p.1).

2. Metodologia

A metodologia valer-se-á pela utilização do método crítico-dialético, justificando-se seu uso por ser centrado nas categorias historicidade, contradição, mediação e totalidade.

A investigação no processo de pesquisa para a construção deste trabalho está vinculada às abordagens da pesquisa qualitativa com utilização de revisão bibliográfica, e por coleta em pesquisa documental. A abordagem qualitativa, utilizada na pesquisa, é ancorada no método crítico-dialético de Marx, uma vez que este método analisa a problemática da pesquisa sob a visão histórico-dialética-estrutural e busca conhecer a realidade social, levando em conta seus processos dinâmicos e complexos (TRIVIÑOS, 2007, p.117).

3. Resultados e Discussões

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 a seguridade social passa a ser garantido por lei à população brasileira como um direito. Até então, a atuação dos profissionais do Serviço Social atuantes no atendimento das necessidades sociais da população tinha caráter de benemerência e não como um direito.

No capítulo que aborda sobre as disposições da ordem social, o artigo 194 do texto constitucional assegura que “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 1988)

Inicialmente, a partir da década de 1930, as respostas às expressões da questão social recorriam à via cristã da igreja católica para buscar a “harmonia social”. A assistência era

pautada pela doutrina social que defendia que “Deus é a fonte de toda justiça, e apenas uma sociedade baseada nos princípios da cristandade pode realizar a justiça social.” (CARVALHO; IAMAMOTO, p.168, 2014)

Nas décadas de 1940-1950 a expansão da industrialização no Brasil desencadeou a urbanização e conseqüentemente a formação da classe operária nos grandes centros urbanos. Período de crescente chamamento ao Estado, principalmente após a segunda guerra mundial que teve fim em 1945, para disciplinamento da classe trabalhadora, pois temia-se que as ideias anarquistas dos movimentos sindicais da Europa influenciassem o proletariado do país.

A partir desse período, o Serviço Social passa a não ter apenas mais atuação ligada à igreja católica, embora a igreja não tenha perdido sua influência na profissão nesse primeiro momento. O Serviço Social é uma das categorias profissionais requisitadas para atuação em instituições estatais que oferecerão serviços das políticas sociais que complementarão as necessidades tanto para a reprodução da força de trabalho e controle da classe trabalhadora, quanto para manutenção das taxas de lucro do capital. O Estado adota a ideologia desenvolvimentista, que visa o crescimento econômico do país com cooperação dos indivíduos, e que claro reverberou na atuação profissional do Serviço Social na época.

A ideologia desenvolvimentista se define, assim, por meio da busca da expansão econômica, no sentido de prosperidade, riqueza, grandeza material, soberania, em ambiente de paz política e social, e de segurança - quando todo o esforço de elaboração de política (política econômica) e trabalho são requeridos para eliminar o pauperismo, a miséria, elevando-se o nível de vida do povo como consequência do crescimento econômico atingido. O problema central a atacar seria, nesse sentido, o atraso, do qual decorre a posição secundária ou marginal ocupada pelo Brasil dentro do sistema capitalista; e a superação do atraso - a expansão econômica - se integra à expansão do próprio sistema capitalista global. (CARVALHO; IAMAMOTO. p.359-360, 2014)

No final dos anos 1960, o cenário econômico passava pela difusão do “fordismo à brasileira” - processo de produção de em massa de eletrodomésticos e automóveis para o consumo nacional. Esse período ficou conhecido como Milagre Brasileiro, por conta das altas taxas de crescimento do PIB nos últimos anos daquela década, que estava entre 11% e 14% (FONTES; MENDONÇA, 2006).

No tocante às políticas sociais, foi incentivado uma política habitacional com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), com construções de moradias populares pela construção civil, com recursos advindos do Estado. Foi criado, em 1966, o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), unificando e centralizando o sistema previdenciário de todas as categorias laborais. Em 1967, os trabalhadores rurais foram incluídos na proteção previdenciária com a criação do Funrural. Quanto à saúde, os trabalhadores vinculados à previdência social, eram atendidos pelo Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS).

No entanto, não se sustentam por muito tempo, e a economia entra em crise. Decorrente do rebaixamento salarial dos trabalhadores, e como eram os principais consumidores da produção interna, não há circulação das mercadorias. Além disso, a falta de retorno dos investimentos realizados pelo Estado brasileiro para implantação das empresas de capital estrangeiro, que quando só se concede isenções para recebimento de empresas, e também as isenta de pagamento de impostos, como eram alguns dos requisitos para recebimento dessas empresas no país.

Com a crise econômica, também entra em derrocada a gestão governamental da ditadura militar, resultado também da expressiva pressão popular, reação da classe trabalhadora devido às precárias condições de vida e trabalho às quais estavam submetidos. Cientes de que o regime autoritário seria insustentável e não seria possível mantê-lo por muito mais tempo, os militares optaram por fazer uma auto-reforma no governo.

A auto-reforma mencionada, trata-se de uma transição gradual, segura e de forma lenta para o processo de eleições democráticas. Os militares deixam de estar diretamente no poder executivo da União, mas sem perder o espaço de poder conquistado. No entanto, esse processo precisava de aceitação popular, porém não foi bem aceito pela organização operária. Sendo necessário, portanto, também realizar concessões para a classe trabalhadora, e não apenas tratar a questão social com medidas repressivas.

Com o movimento de auto-reforma e posterior fim da ditadura militar e organização e fortalecimento da classe trabalhadora, o processo de redemocratização trouxe à sociedade a discussão de uma nova Constituição que abarcasse as necessidades sociais dos cidadãos, e em 1988, se instituirá um novo texto constitucional.

O Serviço Social, para ganhar visibilidade e legitimação para a sua atuação visando garantir a requisição da profissão na divisão social do trabalho, passa a se qualificar tecnicamente, no entanto preocupa-se apenas com os instrumentais e uma excessiva burocratização.

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico metodológicos e princípios ético-políticos. (GUERRA, 2000, p.11)

Hoje, o projeto ético político que orienta a atuação do serviço social está alinhado com uma perspectiva de construção de uma atuação que busca a garantia de direito, com objetivo de alcançar uma sociedade livre de miséria, de preconceitos, de toda forma de discriminação,

de opressão e de exploração, no horizonte de algo oposto do que nos está posto atualmente na sociedade.

É equivocado pensar que a garantia dos direitos serão garantidos apenas com uma atuação qualificada dos profissionais, pois é preciso o Estado garantir boas condições de trabalho, no entanto, as políticas sociais recebem a menor parte de investimentos dos recursos do fundo público. O descaso é visível nas instalações físicas da maioria das instituições, bem como na baixa remuneração e maus planos de carreira dos servidores públicos.

Com as crises econômicas advindas após o período chamado de Milagre Brasileiro, passa a adotar medidas econômicas de ajuste fiscal. Foram muitas as justificativas para convencer a sociedade da necessidade de adoção de um Estado Neoliberal, com menor intervenção estatal na economia e redução de recursos para as políticas públicas para equilíbrio do orçamento público.

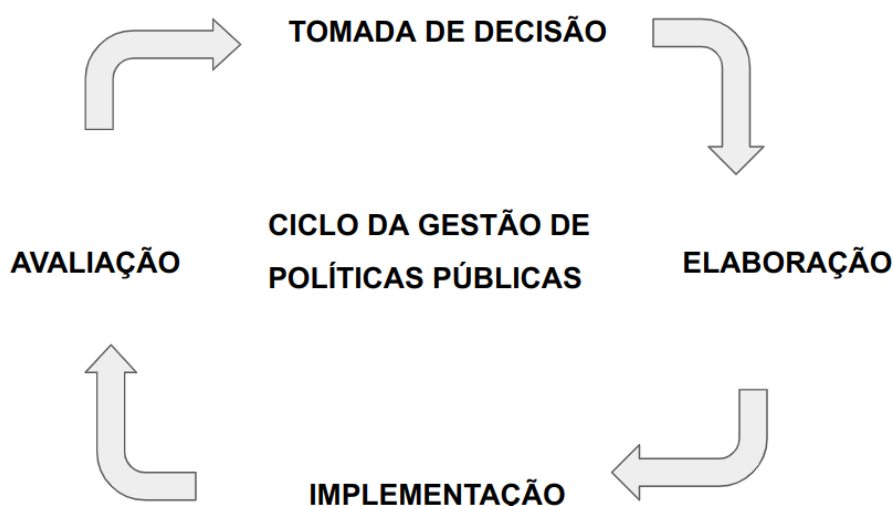
Para citar algumas, a chamada crise da dívida externa, ocorrida no final da década de 1970, início da década de 1980; a crise gerada pelo Plano Collor no início dos anos 1990 com o bloqueio de ativos financeiros impactando na produção; o desequilíbrio das contas públicas e crescimento do endividamento público, somado à perdas de reservas (mesmo num contexto de privatizações dos bancos estatais e serviço de telecomunicações, eletricidade e mineração) e dificuldades nas exportações; a chamada crise cambial 1997/98; sem deixar de mencionar os acordos com o FMI, característicos desse período. Alguns autores referenciam que esse período, em especial a década de 1990, foi de adoção de um modelo econômico de corte neoliberal, período este marcado pelas privatizações, pela liberalização do comércio e a desregulamentação que se caracterizou pelo aumento da competitividade com a anulação de decretos e leis que restringiam alguns setores, por meio de monopólios ou controle de preços. (GONÇALVES; KAUCHAKJE; MOREIRA, 2015, p.136)

Há várias definições para a gestão social. Kauchakje define a Gestão de Políticas Sociais como "gestão de ações sociais públicas para o atendimento de necessidades e demandas dos cidadãos, no sentido de garantir os seus direitos por meio de políticas, programas, projetos e serviços sociais"(KAUCHAKJE, 2007, p.27).

O processo de gestão é composto por funções gerenciais básicas: direção, organização, planejamento e controle. Para exercer a função gerencial, seja no âmbito de uma "organização, política, programa, projeto, serviço e/ou atividade - é necessário realizar essas quatro funções gerenciais... elas não são etapas estanques e encadeadas de forma sequencial" (GURGEL; SOUZA FILHO, 2016, p. 205). Cabe ressaltar que as funções não são etapas descoladas umas das outras, todas estão relacionadas entre si durante todo o processo gerencial. Ser gestor público no Brasil não é tarefa fácil, pois em seu trabalho o profissional depara-se com muitos fatores da realidade social:

vasta área territorial; desigualdades territoriais; desigualdade social, profundas diferenças culturais, aceleração do crescimento das grandes cidades, aglomerações, metrópoles e macro-metrópoles, concentração de renda, variadas e sucessivas crises num passado recente. (GONÇALVES; KAUCHAKJE; MOREIRA, 2015, p.136)

A gestão da política pública é composta por várias etapas, dentre elas: decisão, elaboração, implementação e avaliação.



Fonte: elaboração da autora(2023)

O Serviço Social desde sua gênese foi responsável apenas pela etapa de execução das políticas públicas. As outras etapas gestão pública passa a ser espaço para atuação dos assistentes sociais passa a se expandir na década de 1990, quando essa competência passa a ser reconhecida na lei que regulamenta a profissão:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; ... (BRASIL, 1993)

O serviço social gradualmente ganha espaço nas outras áreas de atuação na gestão, e se amplia para além da execução das políticas públicas. Toda atividade profissional possui intencionalidade, e a práxis profissional do assistente social deve ter como finalidade garantir o direito dos usuários. Apesar do pensamento tradicional ainda persistir na profissão, o projeto ético-político do assistente social direciona que a ação profissional seja comprometida com o acesso aos direitos da classe trabalhadora, tanto em questão de assistência, previdência, saúde, educação e habitação, dentre outros.

Dentre os modelos de gestão, o mais coerente com o projeto ético-político é a gestão democrática, pois o código de ética considera a democracia um princípio fundamental para o Serviço Social. Esse modelo objetiva “tratar a gestão como uma das dimensões do processo de democratização voltada para a construção de uma sociedade efetivamente emancipada.” (GURGEL; SOUZA FILHO, 2016, p. 59). As instituições representativas da profissão precisam enfatizar entre a categoria profissional que

A contribuição dos assistentes sociais para fazer avançar a esfera pública no campo das políticas sociais é irrecusável. Mas, impõe-se à profissão e aos profissionais a colaboração cada vez mais qualificada, tanto do ponto de vista teórico-metodológico como sobretudo ético-político, para atuar nos Conselhos e Fóruns, em seus vários níveis, notadamente no plano municipal, onde a força das elites locais se faz mais presente.

Para tanto, é fundamental a ação do Serviço Social em dupla direção:

. Impulsionar e ampliar o movimento que se organiza em torno da defesa de direitos e das políticas sociais, propondo novas estratégias para o enfrentamento das demandas sociais, no interior do aparato institucional aonde os assistentes sociais são cada vez mais requisitados a transcender funções executivas para desempenhar papéis de formulação e gestão de políticas e programas sociais 13 ; . Ao mesmo tempo, colaborar para o adensamento da pesquisa e da produção teórica no âmbito das políticas sociais, articulada à análise das tendências macrosociais que iluminem estrategicamente os rumos a ser perseguidos. (RAICHELIS, 2000, p. 14-15)

Entre as funções gerenciais, o processo de avaliar uma política pública é uma etapa fundamental. É necessário para compreender o contexto de implementação, compreender a realidade em que se atua. Avaliação de Políticas Públicas consiste numa reunião de procedimentos e técnicas com coleta constante de dados para verificação do alcance dos objetivos que esta se propunha em seu planejamento.

A ampliação do escopo e escala das políticas sociais, conjugando programas de natureza universal – na educação, saúde, trabalho e assistência social – com ações de cunho redistributivo e de promoção de acesso aos direitos sociais – como o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, as Políticas de Promoção de Igualdade Racial e Gênero, entre outras – têm ensejado a produção de informações e desenvolvimento de estudos de avaliação para melhor conhecimento dos públicos-alvo de cada programa, do processo de implementação desses e dos resultados e impactos das intervenções. (JANUZZI, 2014, p. 24)

Avaliar constitui um vasto levantamento de informações que contribua para aprimorar ações realizadas. No Brasil, ainda há desafios a serem enfrentados, pois a avaliação de Políticas Sociais ainda não é tratada com a importância que deveria. Ainda existe uma forte raiz clientelista e patrimonialista na administração pública, e devido a isso, o processo de avaliação é quase sempre deixado de lado.

Os profissionais devem entender que avaliação não é instrumento de punição, e sim de reflexão e compreensão para que se atinjam os resultados planejados. É preciso mudar essa ideia de que “é melhor fazer isso, mesmo sendo pouco, do que não fazer nada”, porque a

população brasileira contribui e muito com altos impostos e deve ter o respeito das gestões públicas.

4. Conclusão

Foi visto que os assistentes sociais são profissionais com competência técnica, teórico-metodológica para atuar nos muitos espaços no campo das políticas públicas. Essa atuação deve ser orientada também pela dimensão ético-política da profissão, com horizonte a garantia dos direitos da classe trabalhadora.

Ressaltou-se que dentre as funções gerenciais, não se pode deixar de lado a fase de avaliar uma política pública, visto que é por meio da avaliação que se verifica que se o objetivo foi alcançado, e se teve o resultado e o impacto desejado na realidade, e é de interesse de toda a sociedade a avaliação, pois é a certeza do retorno do seu imposto que investido e está tendo a transparência do que vem sendo executado.

Um dos maiores desafios para a avaliação de políticas públicas é que ela deixe de ser algo tratada por política de governo A ou B e passe a ser tratada a ser como política de Estado independente do governante que estiver no poder, é importante que o que foi prestado à população em governo anterior seja analisado e melhorado continuamente pelos governantes que estiverem na administração pública.

Fica, portanto, como profissionais dos Serviço Social, compromissados com o projeto ético-político da profissão de trabalhar com uma orientação de gestão democrática, em busca por uma sociedade consciente em que escolham políticos que pensem não apenas nas políticas de governo e nos interesses próprios, mas que passem a votar em políticos que priorizem as políticas de Estado, priorizando o interesse do povo e da nação, superando assim nossa raiz paternalista e clientelista na avaliação das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

Behring, Elaine Rosseti; Boschetti, Ivanete. **Política Social fundamentos e história**. 9ª edição. São Paulo:Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993 - Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Brasília, DF. 1993.

CARVALHO, Raul de. IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41ª edição. Cortez Editora. São Paulo. 2014.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 12ª edição. Cortez Editora. São Paulo. 2011.

MENDONÇA, Sonia; FONTES, Virginia. **História do Brasil recente (1964-1992)**. 5 ed. São Paulo: Atica, 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Gestão Social: Um Conceito em Construção**. In: IX Colóquio Internacional Sobre Poder Local - II Colóquio Internacional El Análisis De Las Organizaciones Y La Gestión Estratégica: Perspectivas Latinas. Salvador-Bahia-Brasil, 16 a 18 de Junho de 2003

GONÇALVES, Maria Tereza, KAUCHAKJE, Samira; MOREIRA, Tomás Antonio. **Modalidades de Gestão Social no Brasil**. In Situ (São Paulo), Vol.1 N.2, p. 131- 154, 2015.

GUERRA, Yolanda. **A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**. 2000.

GURGEL, Claudio; SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão Democrática e Serviço Social**. São Paulo: Editora Cortez. 2016.

JANNUZZI, P.de M. **Avaliação de Programas sociais: Conceitos e Referenciais de quem realiza**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, maio/ago. 2014.

KAUCHAKJE, Samira (2007). **Gestão pública de Serviços sociais**. Curitiba: Ibpx.

RAICHELIS, Raquel. **Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil**. CFESS, ABEPSS, CEAD/NED-UNB. 2000.

SILVA, M.R.F. **Atuação do Serviço Social no Processo de Gestão e Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. Revista de Políticas Públicas, v. 22, 2018.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. Dezembro de 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **ABNT para trabalhos acadêmicos.** Programa de Competência de Informação - Biblioteca Central. Brasília-DF. Agosto/2021.

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO HOSPITALAR PEDIÁTRICO E O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA PROFISSÃO NECESSÁRIA!

Francisco Daniel Coelho Viana²⁰⁷

Lorena Loiola Batista²⁰⁸

Resumo: Este estudo tem por objetivo relatar a partir das vivências na residência multiprofissional em saúde a experiência e contribuição de assistentes sociais no atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Construiu-se um relato de experiência descritivo, com abordagem qualitativa a partir da atuação profissional nos casos dessa violação de direitos. Evidencia-se que o trabalho realizado tem sido imprescindível na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, no que concerne ao rompimento com o ciclo de violência e não revitimização, além do direito à saúde como promotor da superação dos eventos pós-traumáticos dessa violência.

Palavras-chave: Adolescente. Criança. Violência Sexual. Serviço Social. Direito à Saúde.

1. INTRODUÇÃO

O trajeto histórico no que diz respeito às crianças e adolescentes, nos leva a reflexões que apontam para diferentes formas de considerá-los dentro da sociedade, bem como no seu desenvolvimento psicossocial. Isso porque quando analisamos a extensa literatura construída por estudiosos/as da infância e juventude em detrimento a essas questões observam-se múltiplas visões.

Na saúde, para o trato do seu processo saúde-doença especificamente às crianças e adolescentes já foram considerados adultos em miniatura (o que ainda se apresenta em alguns resquícios da sociedade), mas diante das mudanças societárias, com lutas e mudanças na forma de vê-los, obtivemos a consecução de uma doutrina que deve lhes proteger integralmente por serem sujeitos em desenvolvimento (ARAGÃO; CARLOS, 2020).

Ao mencionar esse histórico, pretende-se aqui estabelecer um paralelo entre esse histórico ao fato de que independentemente de as formas da sociedade vislumbrá-las, às

²⁰⁷ Assistente social residente multiprofissional em Pediatria. Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), danielcoelho.viana@gmail.com.

²⁰⁸ Doutoranda em Estudos Interdisciplinares de Gênero e Políticas de Igualdade. Universidade de Salamanca (USAL/Espanha), loreloiola@hotmail.com.

crianças e adolescentes sempre estiveram no cerne de uma problemática expressão da questão social que impacta negativamente no seu desenvolvimento, atingido essa população tanto no ambiente intrafamiliar quanto extra familiar, motivadas de silenciamento e morosidade para revelar-se, conhecida como o fenômeno da violência sexual.

A violência sexual contra crianças e adolescentes pode ser definida como todo o exercício de ações sexuais inapropriadas para sua idade e desenvolvimento psicosssexual, se manifestando de diferentes formas, tais quais sedução, ameaça, chantagem, uso da força. (GRACIANI, 2013). Essa definição se faz relevante na medida em que conhecer as formas dessa violência, torna-se um agente motivador para as intervenções no seu enfrentamento.

É importante ponderar que nesta violência existe em “uma relação em que o adulto obriga a criança e/ou adolescente a realizar atos de caráter sexual para sua satisfação própria ou de outros, mediante uma relação desigual de força, poder e violência psicológica, sob constante ameaça” (BEZERRA; PIANA; JACINTO, 2020, p. 182). São mediante tais mecanismos que essa violência tende a cada vez mais se ocultar, gerando danos muitas vezes irreversíveis.

Este tipo de violação da proteção à criança e adolescente é complexo, é um desafio histórico carecido de análises, reflexões e de maiores ações no campo estratégico de enfrentamento, envolvendo o estado, famílias e sociedade. O que torna oportuno o diálogo sobre a temática na medida em que se faz cada vez mais recorrente na realidade desses sujeitos.

É preciso demonstrar em dados como essa violência vem se manifestando, e no “*Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*”, apresentado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), considerando o período de 2017-2020, demonstra que houveram 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos, desse total, 62 mil com até 10 anos. Aproximadamente 80% eram do sexo feminino, sendo a maioria desse percentual com idade de 13 anos. Sobre a autoria do crime, em sua maioria (86% dos casos) eram conhecidos da vítima e a ocorrência se deu em ambiente familiar (UNICEF, 2021).

Dados mais recentes mostram as ocorrências no ano de 2021, presentes no “*Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022)*”, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Este por sua vez, pontua três tipos de ocorrências: pornografia infanto-juvenil, exploração sexual e os casos de estupro. Os dados demonstram que se perpetua a noção de que preponderantemente é uma violência que se dá no contexto intrafamiliar e a maioria das vítimas são meninas. Além disso, os casos de pornografia infanto-juvenil tem sido cada vez mais preocupantes na medida em que se registra o aumento dos casos (FBSP, 2022).

Destarte, os dados trazem consigo uma análise sistematizada, mas, sobretudo é imprescindível ponderar que ainda existem fragilidades e lacunas para que estes dados

tenham completude de fato, já que nem todos os estados brasileiros preenchem completamente as pesquisas, bem como fenômeno da subnotificação de casos. Para uma melhor compreensão, “[...] evidencia-se que a subnotificação nos casos de violência contra crianças e adolescentes é um problema grave, sobretudo quando se sabe que em dados epidemiológicos baseiam-se às ações e políticas públicas para o enfrentamento da questão” (ARPINI et al., 2008, p.98).

Outro fato é o advento da pandemia do vírus COVID-19 (SARS-CoV-2), houveram implicações da pandemia para o contexto intra e extra familiar das crianças e adolescentes, na medida em que o distanciamento e isolamento social se colocou como principal medida para conter o avanço do vírus, mas expôs crianças e adolescentes a vulnerabilidade do lar com o crescimento da violência (CLUVER et al., 2020).

Esse quadro societário traz à tona uma realidade incoerente ao sentido estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente quando afirma que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, online).

A legislação brasileira instituiu através da lei 12.845 de 1º de agosto de 2013 a obrigatoriedade e integralidade do atendimento às pessoas em situação de violência. Neste seguimento, os hospitais devem prestar este atendimento de forma imediata com “[...] atendimento emergencial, integral e multidisciplinar, visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social” (BRASIL, 2013, online).

Desse modo, especificando aqui a categoria do Serviço Social no contexto hospitalar pediátrico, esse relato surge como parte dos estudos que vêm sendo desenvolvidos no trajeto da residência multiprofissional (2022-atual) em um hospital pediátrico de referência do Ceará. Sendo também uma bandeira de luta e resistência a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Espera-se que diante da socialização desse relato, possa se disseminar as experiências desse tipo de atendimento, demonstrar possibilidades interventivas e bases para fundamentar as intervenções profissionais, em busca da proteção integral à infância e juventude.

2. DIALOGANDO SOBRE O ITINERÁRIO DE ATENDIMENTO DO/A ASSISTENTE SOCIAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

A instituição hospitalar em que foram vivenciadas as experiências de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, faz parte da Rede de Atenção às Mulheres, Adolescentes e Crianças em situação de violência – Ponto de Luz, desenvolvida

pela Secretaria Estadual de Saúde do Ceará (SESA-CE) e iniciando suas atividades em novembro de 2019, em que se estabeleceu a estruturação do atendimento a esse público, com ações de prevenção e proteção por meio de serviços de referência (SESA-CE, 2019).

Neste contexto, uma série de instituições da política de saúde compartilham o atendimento em rede, com articulação intersetorial almejando incidir com ações protetivas, preventivas e de recuperação dos eventos traumáticos, nos eixos de: assistência em urgência e emergência e atendimento em assistência psicossocial, destacando aqui um hospital de referência em atendimento de urgência e emergência pediátrica, vinculado a essa rede, a saber - Hospital Infantil Albert Sabin - HIAS²⁰⁹ (SESA-CE, 2021). Além desses serviços é importante pontuar que as Áreas Descentralizadas de Saúde mantêm pactuação com essa rede para desenvolverem ações estratégicas.

Conforme mencionado, o HIAS está inserido nessa assistência e enquanto parte dessa rede o atendimento prestado no hospital às vítimas de violência é reconhecido como parte do Programa Ponto de Luz desenvolvido no HIAS, e que leva o mesmo nome da rede, contando com “[...] articulação intersetorial para auxiliar na proteção, no acolhimento, orientação e apoio necessário em tempo hábil às vítimas de violência, além da prevenção de novas situações de agressão (CEASS-HIAS, 2022, p. 23).

Dentro dessa perspectiva, sendo prestado atendimento emergencial 24 horas por dia, os sete dias da semana, sistematizado por protocolo de atendimento envolvendo “[...] acolhimento, profilaxias de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), como HIV, contracepção de emergência, orientações sobre a rede de segurança e proteção social até o encaminhamento para acompanhamento nas unidades da rede de apoio” (NOGUEIRA, 2021, online).

Levando em consideração a descrição do formato de intervenção do programa na atuação do hospital enquanto parte da rede. Quando se pensa no atendimento do/a assistente social no contexto hospitalar às crianças e adolescentes, este deve estar atrelado à postura ética e aos pressupostos das atribuições e competências profissionais, construídas sócio historicamente pela profissão, materializadas através do Código de Ética de 1993 e Lei de Regulamentação da Profissão, do Projeto Ético-político nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), bem como em se tratando da saúde - considerar os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (CFESS, 2015), e dos direitos da criança e do adolescente - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enquanto mecanismos de defesa e disseminação da profissão na saúde.

²⁰⁹ Fazemos menção e identificamos a instituição por estarmos trabalhando com dados publicizados e experiências dos/as próprios profissionais.

Tendo como fenômeno específico tratado aqui às vítimas de violência sexual que buscam atendimento no hospital, considera-se como ponto de partida que este atendimento pressupõe a realização de acolhimento e escuta qualificada das vítimas e do/a responsável por ela/e que chegam na emergência da unidade pediátrica.

Ressalta-se que o acolhimento é uma tecnologia em saúde fruto da Política Nacional de Humanização, indispensável para realização do cuidado independente do seu nível e categoria profissional, objetivando principalmente humanizar os serviços de saúde tendo como resultado a melhoria da qualidade da relação entre o/a trabalhador/a de saúde e os/a usuário/as (LOPES et al., 2021).

Já a escuta qualificada, constitui-se de forma ampla, já que ressignifica o sofrimento e oportuniza espaço para um novo olhar às demandas que são postas pelos/as usuários/as sendo “[...] um processo mental mais sofisticado que o ouvir, trazendo clareza ao objeto de trabalho do Assistente Social, além da reflexão sobre a importância do silêncio sensível à demanda alheia (ARAÚJO, 2020, p. 06).

No cotidiano das atividades profissionais, são utilizados instrumentais específicos do Serviço Social, estes por sua vez, visam apreender o contexto social da população atendida para que se possa compreender esse contexto e não menos importante registrar essas informações em bancos de dados seguros do Serviço Social do hospital.

Estes documentos, ao levarem em consideração a especificidade das ações profissionais, devem sempre estarem sintonizados com o arcabouço teórico, se valer da ética para além da técnica, superando as armadilhas do cotidiano e imediatividade, tendo objetivo, meios e finalidade. Articulados às dimensões teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do Serviço Social (CFESS, 2022).

Em abril de 2017, foi promulgada a lei 13.431, estabelecendo o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Esta por sua vez inova na medida em que implementa mecanismos mais eficazes para a atuação das instituições públicas trazendo a necessidade de organização do sistema, celeridade, humanização e qualificação, principalmente para a realização da escuta especializada e depoimento especial à vítima (BRASIL, 2017).

Dentro dessa magnitude, a articulação interinstitucional com esse Sistema de Garantia de Direitos – SGD também é uma intervenção importante realizada pela categoria profissional, vale ressaltar que:

As articulações interinstitucionais do/a assistente social tem promovido o relacionamento entre instituições, profissionais e famílias, corroborando para o aprimoramento do cuidado em saúde e principalmente para a construção de um fluxo assistencial que atenda às demandas do paciente e sua família, isso mediado por ferramentas do próprio arsenal profissional, tais quais nos valemos recorrentemente de diálogo, comunicação, mediação e conhecimento das legislações e políticas públicas pertinentes aos direitos sociais (VIANA; ARAÚJO; PATRÍCIO, 2022, p. 11).

Com a ação profissional é possível vislumbrar o sistema de proteção a vítima sendo acionado e estruturado, compreender que não é apenas no locus da saúde que às crianças e adolescentes vítimas da violência sexual serão, ou melhor dizendo deverão ser acompanhadas, também que os profissionais de Serviço Social necessitam conhecer a rede socioassistencial para realizar tal tarefa e, trabalhando assim os diversos determinantes que envolvem o contexto social, sendo uma ponte de comunicação entre eles e as demandas do/a paciente, instituições e políticas públicas.

Dando continuidade na reflexão das nossas atividades, além disso é preciso entender que no atendimento na medida em que a demanda emergencial como denúncia, segurança à vítima, profilaxias, contracepção e orientações de articulação com a rede são realizadas. O trabalho não acaba por aí.

A criança e ao adolescente vítima de violência sexual convivem com os denominados eventos pós-traumáticos, estes por sua vez “além de transtornos psicopatológicos [...] podem apresentar alterações comportamentais, cognitivas e emocionais (LIMA; MOTA; PINTO, 2019, p. 55).

Pensando por este segmento, o hospital dispõe de serviço em que o/a assistente social realiza a articulação e encaminhamento das vítimas que já tiveram o atendimento emergencial para o atendimento ambulatorial, para que a vítima possa ser acompanhada por equipe multiprofissional trabalhando esses sintomas pós-traumáticos que impactam na saúde e no cotidiano. Pensando por esse âmbito de atuação com a equipe multiprofissional, compreende-se que:

Nos casos de crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, é curial uma atuação multidisciplinar composta por profissionais de várias áreas com o objetivo de elucidar os fatos e dar o devido amparo a essas vítimas que se encontram em condição de pessoas em desenvolvimento (ARAÚJO; DEMERCIAN, 2021, p. 146).

Por este segmento, é perceptível diante das ações profissionais nos casos atendidos que é necessária uma constante sensibilização do/a assistente social com as outras categorias profissionais da unidade, para que priorizem esses tipos de demandas conforme a legislação já regulamenta e os fluxos de atendimento humanizado e seguro pré-estabelecidos, e evitando atitudes que possam levar a revitimização.

É imprescindível refletir sobre o fenômeno da revitimização, enquanto uma ampliação das consequências danosas da violência sofrida pela vítima, por parte dos serviços de atendimento que compõem o sistema de justiça e políticas públicas (ARAÚJO; DEMERCIAN, 2021). Complementar a esta perspectiva de pensamento, entende-se que:

Até mesmo as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar, nos locais em que passam por atendimento, além de terem que relatar o que aconteceu a outras pessoas, ocorre muitas vezes o fato de não acreditarem no que dizem, de pensarem que é algo que “inventaram” para prejudicar aquele familiar. Algumas vezes o próprio local da denúncia e atendimento pode significar uma violência novamente (BEZERRA; PIANA; JACINTO, 2020, p.185).

Isso ocorre quando por exemplo, as abordagens dos/as profissionais tende a lançar questionamentos julgadores, refazer perguntas sobre a situação de violência que já estão registradas, assim como também expor as vítimas e seus acompanhante e/ou familiares a constrangimento, preconceito, discriminação diante do caso de violência sexual.

Dentro do fluxo de atendimento às vítimas é possível visualizar na realidade da experiência relatada, a interação do Serviço Social com categorias como Psicologia, Medicina e Enfermagem, além das ações intersetoriais com encaminhamento a rede de proteção e políticas públicas que forem necessárias como segurança pública, educação e assistência social.

Ao buscar essa interação multiprofissional e intersetorial, o/a assistente social tem a visão de que é um trabalho que a partir do momento que se compreende os determinantes sociais da saúde enquanto aspectos que envolvem questões biopsicossociais, as demandas das vítimas que chegam ao ambiente hospitalar são trabalhadas de tal modo, mantendo uma preocupação da atuação com um olhar ampliado que compreende o/a paciente como uma pessoa de direitos que não se resume a violência vivenciada, compreendendo suas relações sociais, interações e necessidades.

Percebeu-se a relevância da intervenção do/a assistente social que socializa informações, até então desconhecidas, pela maioria dos/as responsáveis que acompanham a vítima até a unidade de saúde e que são de suma importância para a proteção da vítima, como canais de denúncia, medidas que devem ser tomadas para proteção da criança e/ou adolescente.

Na maioria dos casos conforme a literatura expressa se tratar de um crime realizado pelo familiar ou alguém conhecido da criança e do adolescente, o SGD deverá articular e garantir que a vítima retorne para um lar seguro e sem violência, daí a indissociabilidade entre o atendimento a vítima e sensibilização junto à família para registro de denúncia e a importância do acionamento da rede.

As experiências no tipo de atendimento têm fortalecido a formação e atuação dos profissionais de Serviço Social residentes em saúde, principalmente aos que estão inseridos no contexto de primeira experiência profissional, pois existe o suporte dos/as profissionais preceptores/as no serviço para compartilhar os saberes e práticas.

A Residência Multiprofissional em Saúde (RMS) enquanto educação permanente em saúde é uma pós-graduação *latu-sensu*, na modalidade ensino em serviço, colaborando com

a perspectiva do trabalho multiprofissional e interprofissional e repercutindo em profissionais especializados/as com novos perfis de trabalho no SUS (CASTRO et al., 2019). Nesta direção,

O processo de aprendizado na RMS caracterizado pela formação por meio do trabalho nos serviços ocorre dentro de um contexto complexo de interações e relações entre preceptores, residentes, coordenadores, tutores e demais profissionais de diferentes áreas do conhecimento, usuários dos serviços e instituições (SILVA; GOMES, 2018, p. 112).

No que concerne discutir a relevância da parceria com a preceptoria enquanto importante atividade para a formação do/a profissional residente, pode-se dizer que:

Com o fortalecimento da integração ensino-serviço-comunidade e do ensino em serviços de saúde, se estabelece a figura do preceptor. O preceptor é o profissional com formação superior na área de saúde que não está vinculado à Instituição de Ensino Superior (IES), e sim ao serviço de saúde. (PAULA; TOASSI, 2021, p.127).

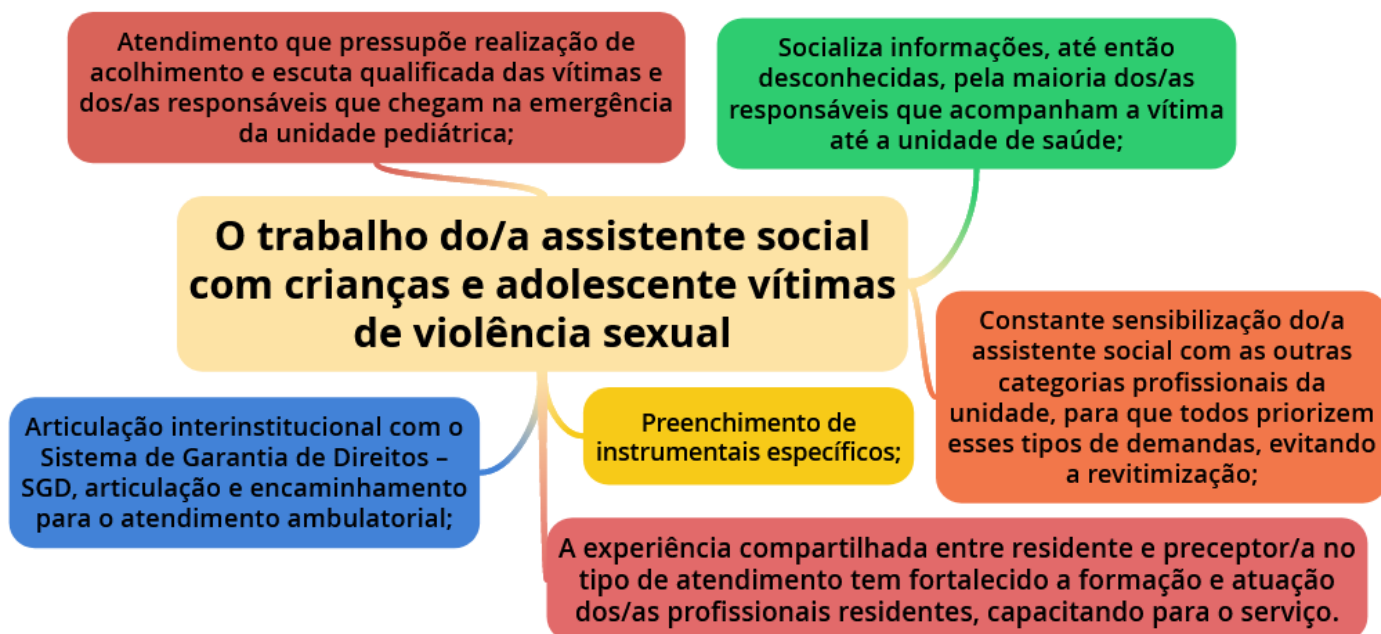
Na relação de preceptoria é possível encontrar diversas atitudes que aliam teoria e prática e são imprescindíveis na compreensão das violências e na forma de atendimento a estas, estão presentes ações de orientação, apoio, ensino-aprendizagem, visando um compartilhamento de experiências que repercute na formação do/a profissional de saúde e nas suas relações com a equipe, os/as usuários/as e suas famílias.

É diante do processo de trabalho apontado e como ele repercute para a viabilização da proteção de crianças e adolescente vítimas de violência sexual, que as reflexões elencadas tendem a sinalizar um determinado fim cuja as intervenções profissionais se destinam que é a garantia de direitos.

Isto posto, é preciso se apropriar do panorama da violência sexual que atinge tal grupo, para que se possa trabalhar alternativas de enfrentamento diante da complexidade que é esse fenômeno, onde crianças e adolescentes tenham a proteção assegurada, tanto no contexto intra quanto extra familiar.

Ademais, sistematizando as principais intervenções profissionais realizadas durante o atendimento, as mesmas estão compreendidas conforme demonstrado abaixo:

Figura 01- sistematização das atividades profissionais no atendimento pediátrico às vítimas de violência.



Fonte: elaboração própria, 2023.

Destarte, o trabalho profissional do/a assistente social junto às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, deve ser realizado a partir de uma reflexão dos pressupostos profissionais, dos mecanismos jurídicos e normativos de proteção integral desse público; e por via do trabalho multiprofissional e interdisciplinar, fortalecendo a rede de atendimento a essas vítimas e com enfoque na garantia de direitos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato teve o objetivo de relatar a partir das vivências na residência multiprofissional em saúde a experiência e contribuição de assistentes sociais no atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Nesse sentido, proporcionando o reconhecimento do processo de trabalho do/a assistente social no contexto hospitalar pediátrico, sendo este/a um/a profissional necessário a proteção integral à criança e ao adolescente, reconhecendo a realidade social e os determinantes sociais da saúde que atravessam o contexto intra e extra familiar.

Dado o exposto, destacou-se a importância do/a assistente social e o trabalho interdisciplinar na instituição de saúde, buscando promover a recuperação da condição de saúde da criança e adolescente e seus/suas cuidadores/as, na medida em que os eventos desencadeados pelo ciclo de violência sexual devem ser contornados por via de um caráter multidimensional com intervenções de diferentes instituições de proteção social.

Ressalta-se a relevância do fazer profissional do/a assistente social nesse campo de atuação, tendo em vista a capacidade que este profissional desenvolve durante sua formação

de articular as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, possibilitando uma análise para além do que está exposto, promovendo articulação com a equipe de trabalho, rede de proteção e da sensibilização junto a família diante desse complexo fenômeno.

Evidenciou-se como essa experiência vivenciada e discutida pelos/as profissionais residentes atrelada a reflexão e relação com a preceptoria por parte dos/as profissionais da instituição, ressignifica a formação profissional e as práticas em saúde, buscando o rompimento de ciclos de violência vivenciados por crianças e adolescentes à luz do enfoque para a garantia de direitos e não revitimização.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adelina Almeida Moreira de. O trabalho do assistente social na saúde mental: revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 59, p. e4250-e4250, 2020.

ARAUJO, Juliana Moyses Nepomuceno; DEMERCIAN, Pedro Henrique. O DEPOIMENTO ESPECIAL E A PREVENÇÃO DA REVITIMIZAÇÃO. **Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo**, v. 19, 2021.

ARAGÃO, Ailton Souza; CARLOS, Diene Monique. Saúde da criança e do adolescente: das pesquisas às políticas públicas. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 8, p. 672-673, 2020.

ARPINI, Dorian Mônica et al. A revelação e a notificação das situações de violência contra a infância e a adolescência. **Psicologia em Revista**, v. 14, n. 2, p. 95-112, 2008.

BEZERRA, Mayara Simon; PIANA, Maria Cristina; JACINTO, Adriana Giaqueto. A violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes e o trabalho profissional do assistente social. **Social Review** - Revista Internacional de Ciências Sociais/Revista Internacional de Ciências Sociais, v. 9, n. 3, pág. 181-190, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13431-4-abril-2017-784569-publicacao-original-152306-pl.html>. Acesso em: 07 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm. Acesso em: 07 jan. 2023.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.html. Acesso em: 07 jan. 2023.

CEASS-HIAS. Centro de Assistência Social do Hospital Infantil Albert Sabin. Relatório anual sobre crianças e adolescentes com direitos violados atendidos pelo Setor de Serviço Social do Hospital Infantil Albert Sabin – 2021, Fortaleza, 2022. Disponível em: <http://www.hias.ce.gov.br/index.php/ensino-e-pesquisa/biblioteca>. Acesso em: 12 jan. de 2023.

CLUVER, Lucie; LACHMAN, Jamie M; SHERR, Lorraine, et al. Parenting in a time of COVID-19. **Lancet**, v. 395, n. 10231, 2020.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social (2022)**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCfess-DocOpinioTecnica2022Final.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2023.

CASTRO, Marina Monteiro de et al. Residência multiprofissional em saúde e Serviço Social: concepções, tendências e perspectivas. **Libertas**, v. 19, n. 02, p. 460-481, 2019.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2020.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Crianças e adolescentes têm direitos: conheça o Sistema de Garantia de Direitos e saiba como participar**. CONDECA: Manufatura de ideias. São Paulo, 2013.

LIMA, Rodrigo Sousa; MOTA, Thainá Nascimento; PINTO, Natália Bitu. Violência sexual contra crianças e adolescentes: caracterização, consequências e desafios. In: **Violência na perspectiva da saúde pública**. [livro eletrônico] / Nivea Mabel de Medeiros, Anúbes Pereira de Castro, Aissa Romina Silva do Nascimento, Leandro Nonato da Silva Santos (Orgs). Belo Horizonte: Poisson, 2019.

LOPES, Juliana Rodrigues Silva et al. Acolhimento como tecnologia em saúde: revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 4, n. 2, p. 172-183, 2021.

PAULA, Gabriel Brasil de; TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti. Papel e atribuições do preceptor na formação dos profissionais da saúde em cenários de aprendizagem do Sistema Único de Saúde. **Saberes Plurais: Educação na Saúde**, v. 5, n. 2, p. 125-142, 2021.

SESA-CE. Pontos de Luz: crianças e adolescentes vítimas de violência têm assistência em rede integrada, 2021. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/05/18/pontos-de-luz-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencia-tem-assistencia-em-rede-integrada/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SESA-CE. Secretaria da Saúde inicia atendimento da rede de atenção às mulheres em situação de violência, 2019. Disponível em: <https://www.saude.ce.gov.br/2019/11/26/secretaria-da-saude-inicia-atendimento-da-rede-de-atencao-as-mulheres-em-situacao-de-violencia/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SILVA, Luciana da Conceição e; GOMES, Márcia Regina Botão. Residência multiprofissional em saúde: desafios e possibilidades para o serviço social. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 2, n. 2, p. 107-128, 2018.

UNICEF. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. Publicação proposta pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

VIANA, Francisco Daniel Coelho; ARAÚJO, Liliane Batista; PATRÍCIO, Carlos Marcelo Silva. O/A assistente social no hospital pediátrico e a articulação interinstitucional para a continuidade do cuidado em saúde: relato de experiência na perspectiva da residência multiprofissional. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2022**.

SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO COM FAMÍLIAS: LIMITES E POSSIBILIDADES

Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva²¹⁰

RESUMO

Este artigo reflete sobre o trabalho social com famílias no âmbito do Serviço Social. Analisa as particularidades deste trabalho desenvolvido historicamente por assistentes sociais, desde o surgimento do Serviço Social enquanto profissão, à contemporaneidade. Caracteriza-se como um estudo de revisão bibliográfica, guiado pelo método crítico dialético, uma vez que há uma busca por sair da aparência e da imediatez, indo em direção à essência do fenômeno. Conclui que se faz necessário o adensamento do debate, numa perspectiva crítica, em torno do trabalho social com famílias, vislumbrando suas potencialidades de defesa de direitos e luta por uma nova ordem societária.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Trabalho Social com Famílias. Conservadorismo.

1- INTRODUÇÃO

No Brasil, em virtude das particularidades do seu processo de formação social e política, nunca se vivenciou um Estado de Bem Estar Social. Contrário a isso, têm-se um processo que acompanha o surgimento das políticas sociais marcadas pela seletividade e fragmentação, com forte apelo à participação das famílias como forma de ajustamento e controle.

As primeiras respostas do Estado às expressões da questão social datam a década de 1930, marcando também o surgimento do Serviço Social, enquanto profissão interventiva. O/a assistente social passa a ser um/a profissional requisitado/a a atuar profissionalmente com famílias. Inicialmente através de uma prática de viés conservador, doutrinário, moralizante, evangelizador, que objetivava adequar os indivíduos à ordem imposta. As expressões da questão social eram compreendidas como problemas individuais das famílias e de ordem moral e/ou religiosa, sendo esses os elementos que direcionavam o trabalho social desenvolvido com famílias naquele momento.

²¹⁰ Assistente Social, graduada pela UFRN; especialista em Instrumentalidade do Serviço Social, pela POSFAR e mestranda em Serviço Social pelo PPGSS/UFRN.

Com o próprio processo de desenvolvimento do Serviço Social e as exigências postas pelo Estado, a profissão passa a executar um trabalho social com famílias com perfil mais técnico, sem, contudo, abandonar o conservadorismo.

Será apenas na década de 1980, através da aproximação do Serviço Social com a teoria marxista, que os/as profissionais repensam suas práticas, abordagens conservadoras e redefinem seu objeto de trabalho. Com isso, compreende-se que a questão social é o objeto de trabalho da profissão, a qual passa a se vincular politicamente em favor da classe trabalhadora e na defesa de direitos e luta pela superação do modo de produção capitalista, dando início ao processo de construção do que se convencionou chamar de projeto ético-político.

No entanto, esse processo de repensar crítico da profissão só será extensivo ao trabalho social com famílias, de forma mais significativa, a partir dos anos 2000, quando constata-se um maior direcionamento para a produção teórica, realização de eventos e debates sobre a natureza, limites e possibilidades deste trabalho no tocante à construção de uma outra sociabilidade.

Assim, o presente artigo se propõe a contribuir com as reflexões sobre o trabalho social com famílias, desenvolvido por assistente sociais, a partir da análise histórica do desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho.

2- SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: UMA VINCULAÇÃO HISTÓRICA

Analisando a literatura sobre o Serviço Social no Brasil, é possível considerar que a sua vinculação ao trabalho social com famílias é histórica, uma vez que, desde o seu surgimento, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, ocorrido na década de 1930, pode-se constatar a intervenção de assistentes sociais junto a famílias. Tal intervenção se caracterizava por um perfil missionário, evangelizador, doutrinário e caritativo, direcionado a desmobilização social e controle social. (IAMAMOTO, 2000)

Segundo Mioto (2004, p. 02), os/as “assistentes sociais são os únicos profissionais que têm a família como objeto privilegiado de intervenção durante toda sua trajetória histórica, ao contrário de outras profissões que a privilegiam em alguns momentos e, em outros, a tiram de cena.”

As contradições trazidas com o desenvolvimento (mesmo que tardio) do capitalismo no Brasil, através da industrialização ocorrida na década de 1930, ecoam no acirramento das desigualdades sociais, expressas pelo agravamento das expressões da questão social.

Conforme Iamamoto (2000), o acirramento das expressões da questão social, ocasionado pela industrialização do Brasil, era visto pela Igreja e, portanto, pelo Serviço Social como problemas de cunho moral e religioso e não como consequências das contradições

entre o capital e o trabalho. Tal compreensão marca a leitura da realidade que dominava a profissão nesse período, direcionando as ações desenvolvidas, que possuíam um forte cunho ideológico para ajustamento à ordem imposta. Assim,

Diferenciado da caridade tradicional, vista como mera reprodutora da pobreza, o Serviço Social propõe uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais. (...) Atuando através de entidades filantrópicas privadas e através do Estado, o Serviço Social orienta-se para uma individualização da proteção legal, entendida como assistência educativa adaptada aos problemas individuais. Desconhecendo o caráter de classe dos antagonismos sociais, os efeitos desses antagonismos são considerados motivos relevantes para um tratamento socioeducativo da “clientela”, tratamento de cunho doutrinário e moralizador, amplamente haurido no senso comum da classe de origem desses profissionais. (IAMAMOTO, 2000, p. 20-21)

Neste período, assim como em outros da história do Brasil, é importante destacar a importância do Serviço Social, no cenário político e social, enquanto garantidor do consenso, através de um exercício profissional pautado em bases acríticas e aclassista.

Nas décadas seguintes, a implementação das políticas sociais veio exigir um aprofundamento técnico para a profissão, de modo que a mesma se distanciasse das bases doutrinárias da Igreja Católica e aproximasse-se ao Serviço Social norte-americano, em especial nas abordagens de caso, grupo e comunidade, permanecendo, no entanto, na perspectiva de controle, ajustamento de indivíduos e famílias à ordem imposta pelo capital. (MIOTO, 2010)

De acordo com Miotto e Horst (2017), o trabalho com famílias, desenvolvido por assistentes sociais, nesse período, incidia sobre o modo de vida dos indivíduos, suas condições de higiene, condutas sociais, familiares e nos laços familiares. Os instrumentos e técnicas empregadas se vinculavam a julgamentos morais do/a próprio/a assistente social, que direcionava sua atuação a processos de averiguação e controle dos modos de vida das famílias.

Corroborando com a discussão, Duarte (2018) afirma que as expressões da questão social permaneciam sendo consideradas pelos/as assistentes sociais como sendo problemas individuais e de famílias “desajustadas e desestruturadas”.

Como subsídio para essa atuação higienista, Miotto e Host (2017) destacam publicações realizadas pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais), entre os anos 1950 e 1960, as quais trabalhavam com uma perspectiva estrutural funcionalista de família.

Assim, é consensual na literatura estudada, considerar essas características, voltadas ao ajustamento e controle, como hegemônicas no trabalho desenvolvido por assistentes sociais com famílias. O que vai sofrer modificações apenas com a interlocução do Serviço

Social com a teoria social crítica, o que impulsiona a construção do que se convencionou chamar de projeto ético-político.

De acordo com Yazbek (2009), a década de 1980 é profundamente significativa para o Serviço Social brasileiro. Em meio ao repensar da profissão, teoricamente há a aproximação com a teoria marxista, o que contribui para novas interpretações do/a assistente social sobre a realidade que atua, bem como para a vinculação com a classe trabalhadora e a um projeto societário que vislumbra a superação do modo de produção capitalista.

Portanto, será a partir da adoção da teoria marxista, e desenvolvimento do projeto ético-político, que a profissão passa a questionar a sua atuação; a função do Estado; as políticas sociais, contribuindo significativamente para a produção de conhecimento nessas áreas.

Para Mito (2010), a aproximação do Serviço Social com a teoria marxista foi bastante profícua, principalmente para o amplo desenvolvimento da profissão entre os anos 1970 e 2000, em que se destaca o seu reconhecimento enquanto área de produção do conhecimento, avanço nas discussões sobre seus fundamentos e sua inserção nas políticas sociais. No entanto, a autora supracitada, evidencia que tal desenvolvimento não foi extensivo aos debates em torno da família e trabalho social com famílias.

Como os/as profissionais continuavam atuando com famílias e, não encontrando subsídios para atuação e debate dentro da teoria social crítica, recentemente adotada pelo Serviço Social, os/as assistentes sociais se lançam no que Mito (2010) denomina de uma verdadeira “migração”, em busca de outros referenciais teóricos, distantes da teoria social marxista, hegemônica na profissão.

Destarte, dentro dessa “migração”, Mito (2004) aponta a aproximação com o campo da psicologia, principalmente no que tange às terapias familiares, o que marca um exercício profissional voltado para a “psicologização dos problemas sociais”.

Através destas abordagens, as demandas postas pelas famílias eram vistas pelos/as assistentes sociais como “casos individuais”, com capacidade de resolutividade interna, a partir de mudanças de comportamentos.

Já na década de 1990, segundo Mito (2010), em meio às produções intelectuais do Serviço Social, o debate sobre família e trabalho social vai ganhando impulso, mesmo que timidamente se comparado a outras temáticas, como políticas sociais e direitos sociais, por exemplo.

De acordo com a autora citada acima, será por volta dos anos 2000 que a temática do trabalho social com famílias passa a ganhar mais espaço no Serviço Social, passando a ser objeto de estudos, produções, debates e análises. Isso se deu, pelas próprias exigências postas pela/na realidade, em que numa conjuntura política de minimização das funções protetivas do Estado, as famílias adquirem centralidade nas políticas sociais.

Ganha corpo na profissão as produções que visam oferecer elementos para que haja um entendimento de que, apesar da centralidade atribuída às famílias nas políticas sociais brasileiras, o objeto de trabalho do/a assistente social continua sendo as expressões da questão social e não a própria família. Destarte, o movimento que se observa no interior da profissão, à luz do projeto ético-político, é de tentativa de superação do conservadorismo no desenvolvimento do trabalho social com famílias.

No entanto, apesar de tal tentativa, o conservadorismo na atuação profissional com família persiste. Para Duarte (2018, p. 204):

As manifestações do conservadorismo no trabalho social de assistentes sociais com famílias podem se expressar sob diversos conteúdos e formas: seja pela psicologização e individualização da “questão social”; na despolitização da pobreza; na redução de direitos e políticas sociais a benefícios; na submissão do acesso das famílias a testes de meios e critérios de elegibilidade; pela via do moralismo, preconceito, racismo, machismo, da misoginia; no aprisionamento das ações profissionais a manuais e a convicções religiosas; na negação das contradições das relações familiares; nas relações hierarquizadas, privando o usuário da vez e da voz; na ausência da historicidade e a totalidade das ações profissionais.

A permanência e avanço do conservadorismo no Serviço Social, no âmbito do trabalho social com famílias, se dão por diversos elementos. Pode-se salientar o já citado distanciamento, na perspectiva marxista adotada pela profissão, das discussões e produções sobre famílias e trabalho social com famílias, o qual passa a ganhar maior impulso apenas nos anos 2000. Outro elemento se refere ao próprio direcionamento adotado pelas políticas públicas e as exigências por um “perfil profissional” que atenda às exigências impostas por elas.

Essa estreita relação, entre o direcionamento dado pelo Estado às políticas sociais e o trabalho de assistentes sociais, se dá pelo fato do Serviço Social ser considerada uma profissão interventiva e que, segundo Guerra (2016), tem como principais espaços sócios ocupacionais justamente as políticas sociais. Políticas essas que exigem profissionais técnicos, capazes de alimentar sistemas e seguir os manuais propostos, compreendendo, assim, um exercício profissional de controle e práticas disciplinares, oposto a uma perspectiva de acesso a direitos e participação social, como defende o projeto profissional crítico. Desta forma, autora supracitada destaca que:

Nessa direção, entrevistas, visitas, cadastros, estudos e exames são realizados com base em padronização e técnicas de caráter manipulatório que indicam o que e como arguir os usuários, o tipo de pergunta a ser feita, a entonação da voz etc, muitas vezes com fim investigatório. (...) Ao utilizar estratégias de aferição da verdade e de individualização dos sujeitos para aliviar tensões e insatisfações, como orientação da política e lógica dos serviços, submetendo-os ao controle institucional, tais técnicas e

procedimentos se convertem em atribuições socioprofissionais das assistentes sociais. (GUERRA, 2016, p. 101)

Compreende-se que, a forma como as políticas sociais se organizam e demandam exigências aos/às profissionais, limitam sua atuação a determinados “padrões” a serem seguidos. Diante do exposto na citação acima, apreende-se que a própria instrumentalidade do Serviço Social é posta ao controle do capital. As dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica ficam presas a determinados procedimentos, com valorização técnica “do que” e “do como fazer”, perdendo-se a capacidade teleológica sobre a natureza do trabalho executado.

Nessa mesma perspectiva, Mito (2004) considera importante, para além da análise crítica da realidade e da compreensão dos limites impostos pelos serviços direcionados às famílias, a superação das contradições existentes entre os conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e as ações concretas dos/as assistentes sociais com famílias, expressas através da realização de mediações.

Os/as assistentes sociais têm sido chamados/as a intermediar a relação que se dá entre os serviços prestados através das políticas sociais e os sujeitos que a demandam. Nessa relação de intermediação, Guerra (2016) afirma que tais profissionais têm assumido competências que culminam com justificativas quanto aos limites institucionais para o atendimento, ou não, do que seria do/a usuário/a por direito; convencimento, através de estratégias de coerção e adesão, para que os/as usuários/as aceitem determinados critérios de elegibilidade e condicionalidades de determinada política.

Além disso, a autora mencionada, destaca o trabalho socioeducativo desenvolvido no âmbito do repasse de valores, reforço moral, visando adequação de comportamentos e atitudes dos sujeitos aos padrões determinados pela política. “Com isso, o Estado minimizado no que diz respeito à implementação de serviços e políticas sociais se converte no Estado maximizado em medidas de controle sobre a população pobre.” (GUERRA, 2016, p. 102)

Exemplos desse controle e intervenção exercidos pelo Estado sobre as famílias são apontados por Gueiros (2010), à exemplo de medidas de caráter jurídico (como a legislação de proteção à criança, adolescente, idosos, deficientes, entre outras); econômicas (controle sobre o trabalho) e institucionais (controle no que se refere à saúde, escolarização).

A partir daí é que situa-se o trabalho desenvolvido por assistentes sociais com famílias, o qual se materializa através de uma política social focalizada, compensatória e altamente seletiva. Trabalho social esse, compreendido por Teixeira (2017, p. 34) como: “um trabalho especializado, técnico, portanto fundamentado teórico-metodologicamente, ético e técnico-operacional, desenvolvido por equipes interdisciplinares no contexto da materialização da política social, junto à família e seus membros ou em prol dessa.”

Enquanto trabalho, o trabalho social com famílias exige uma instrumentalidade e, portanto, desenvolvimento das três dimensões que a compõem. Com isso, requer uma intencionalidade, uma finalidade que são mediadas pelas relações que se dão na própria realidade, em que as determinações postas pelas próprias políticas sociais agem como determinantes.

Mesmo assim, diante do cenário de regressão das funções protetivas do Estado e do perfil profissional demandado pelas políticas sociais, as quais exigem profissionais técnicos e que, de posse de uma razão formal abstrata, organizem seu processo de trabalho, deve-se considerar que, mesmo nesse espaço antagônico e contraditório, há espaços para a afirmação e materialização do que se defende hegemonicamente através do projeto ético-político do Serviço Social.

Sobre isso, Teixeira (2017) remete às discussões sobre a questão da “relativa autonomia”, para afirmar que, mesmo diante de uma política social seletiva, focalizada, compensatória, com viés familista, há possibilidades para defesa de uma finalidade crítica para o trabalho social com famílias, caminhando na luta por direitos, cidadania e participação social dos sujeitos.

Tem-se, portanto, a materialização dos princípios expressos no Código de Ética do Serviço Social, enquanto defesa de direitos, da democracia e da cidadania e luta por uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de uma classe sobre a outra.

Ao defender um trabalho social com famílias, numa perspectiva crítica, é importante refletir também sobre a própria concepção do que seja família, que orienta tal trabalho. Para Teixeira (2016, p. 29), “a família não é uma instituição natural, mas social e histórica, podendo assumir configurações diversificadas em sociedades ou no interior de uma mesma sociedade, conforme as classes e grupos sociais heterogêneos”.

Já Gueiros (2010, p. 128) apresenta uma compreensão de que “a noção de família remete a relacionamento entre pessoas, que não necessariamente compartilham o mesmo domicílio e os mesmos laços sanguíneos ou de parentesco”.

O trabalho social com famílias requer, assim, uma concepção de família que leve em consideração a totalidade social, ou seja, as transformações sociais, econômicas, culturais e políticas diante das quais vivem as famílias. Além disso, se faz necessário considerar a heterogeneidade das famílias; suas diferenciações de gênero; geração; classe, raça, dentre outros, como também a compreensão de que “o termo unitário família alude a uma forte unidade e homogeneidade, porém oculta uma realidade marcada por interesses divergentes, modelos hierárquicos, relações de poder e força, mas também processos de negociação, de cooperação e de solidariedade”. (TEIXEIRA, 2016, p. 31)

Segundo Miotto (2010), para o desenvolvimento do trabalho social com famílias se faz necessária uma estruturação, em pelo menos três linhas: processos político-organizativos; processos de planejamento e gestão e processos sócio assistenciais.

Os *processos político-organizativos* no trabalho social com famílias, segundo a autora acima mencionada, se dão de modo a privilegiar o debate entre família e proteção social na esfera pública, de modo a privilegiar a defesa de direitos e rompimento com práticas e ideologias que trazem a família como responsável pela proteção de seus membros. Tal processo se dá de forma coletiva, valorizando-se canais de participação social, como os espaços de controle social e os movimentos sociais.

Os *processos de planejamento e gestão* são responsáveis pelo deslocamento do centro de interesse institucional para a defesa das necessidades das próprias famílias. São operacionalizados através do trabalho intersetorial, os quais devem objetivar oferecer suporte às famílias, revertendo o processo de culpabilização e responsabilização individual, ainda muito impregnadas no âmbito das políticas sociais.

Já os *processos sócio-assistenciais*, são apresentados por Miotto (2010), como sendo as próprias ações profissionais desenvolvidas com as famílias, compreendidas enquanto sujeitos possuidores de necessidades e não como objetos terapêuticos. No atendimento dessas demandas/necessidades, busca-se a construção da autonomia e participação política dos sujeitos.

Tais processos são importantes para a construção da metodologia do trabalho social com famílias, o qual, a partir do método crítico dialético, deve partir para a defesa de direitos e construção de sujeitos participativos, buscar o atendimento das demandas/necessidades postas pelas famílias, situando-as enquanto expressões da questão social, sem cair na culpabilização, individualização e psicologização.

O trabalho social com famílias, se tomado numa perspectiva crítica, exige a análise da totalidade, das contradições sociais e compreensão de que as demandas postas pelas famílias não são “casos de família” e sim expressões da questão social. Requer a superação da dimensão conservadora, disciplinadora e que culpabiliza as famílias pelos problemas por elas enfrentados. Como bem alerta Teixeira (2016, p.207) requer que se “procure romper com os referenciais teóricos funcionalistas das famílias ‘desestruturadas’, ‘disfuncionais’, ‘incompletas’ pelo não atendimento ao modelo-padrão, ideal de família”.

Diante da conjuntura atual, de desmonte das políticas públicas, o trabalho social com famílias enfrenta alguns desafios, quando se vislumbra sua possibilidade de intervenção crítica, como acima mencionado. Desta forma, o próprio direcionamento dado pelo Estado às políticas sociais, a partir do ajuste neoliberal, bem como os atuais cortes nos orçamentos, constitui-se num limite à potencialização deste trabalho.

Mesmo diante dos desafios expressos ao trabalho social com famílias, é preciso reconhecer também as suas potencialidade e possibilidades. Enquanto trabalho socioeducativo, se utilizado numa perspectiva crítica, pode colaborar para o desvelamento da realidade, potencialização da participação social e, portanto, caminhar no fortalecimento das lutas coletivas em favor da defesa de direitos, autonomia e emancipação social dos sujeitos.

Assim, no âmbito do Serviço Social é possível vislumbrar possibilidades ao trabalho social com famílias, tomando-se como horizonte o projeto ético-político, munido dos seus compromissos com a classe trabalhadora, com a defesa de direitos e com a luta pela superação do modo de produção capitalista; por uma nova ordem societária sem dominação, exploração ou discriminação.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defender e buscar materializar o projeto ético-político do Serviço Social não é tarefa fácil, principalmente quando se analisam as limitações postas pelo atual perfil adotado pelo Estado no desenvolvimento das políticas sociais, as quais não são extensivas a todas as pessoas que delas necessitam.

Assumir uma postura crítica diante do trabalho social com famílias também parece ser algo desafiador, uma vez que tal trabalho vem sofrendo os reflexos da minimização do Estado e passa a ser orientado, pelos órgãos estatais, muito mais com uma função de controle, fiscalização e adequação, do que um trabalho que vise o acesso a direitos.

Assim, a complexa realidade exige dos/as assistentes sociais, capacidade teórica, ética e política para lidar com o agravamento das expressões da questão social, num mesmo contexto de negação de direitos por parte do Estado.

Diante dessa conjuntura adversa é que visualiza-se as potencialidades do trabalho social com famílias no âmbito do Serviço Social, como um trabalho que une as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, capaz de contribuir com a defesa de direitos; participação dos sujeitos nos espaços de controle social e com a luta pela superação do modo de produção capitalista.

Considera-se que, mesmo diante das contradições postas, é possível encontrar espaços, no desenvolvimento do trabalho social com famílias, para a materialização do projeto ético-político do Serviço Social. Necessita-se, para tanto, a partir de uma perspectiva crítica, romper com as práticas conservadoras e que cerceiam as liberdades e a autonomia dos sujeitos, bem como deve-se potencializar tal trabalho rumo a uma nova sociabilidade.

3- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, Joana Maria Gouveia Franco. Trabalho social com famílias no Serviço Social: determinações sócio-históricas na reconfiguração das políticas sociais contemporâneas. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (orgs). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e Trabalho Social: intervenções no âmbito do Serviço Social. Revista Katálisis, V.13, n.1, p. 126-132, jan/jun 2010.

GUERRA, Yolanda. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (org.) Cenários, contradições e pejeas do Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

HORST, Cláudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Célia. Serviço Social e o trabalho social com famílias: renovação ou conservadorismo? Revista Em Pauta. Rio de Janeiro, V. 15, n. 40, p. 228- 246, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. Serviço Social em Revista, Londrina, V.12, n.2, p. 163-176, 2010.

_____. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. Revista Virtual Textos e Contextos, n.3, dez. 2004.

TEIXEIRA, Solange Maria. A família na política de Assistência Social: concepções e as tendências do trabalho social com famílias no CRAS de Teresina-PI. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2016.

_____. Trabalho social com família: fundamentos históricos, teórico-metodológicos e técnico-operativos. Teresina: EDUFPI, 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. IN: CFESS/ ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, 2009.

SERVIÇO SOCIAL E PRÁTICA PROFISSIONAL: UM MARXISMO DECOLONIAL É POSSIVEL?

Jaqueline Maria Ribeiro da Silva²¹¹

Resumo

O Serviço Social tem como um marco o Congresso da Virada, nesse momento, imprime a profissão uma teoria que busca a emancipação do ser humano e da subsídios para desvendar a realidade. Porém, empiricamente é notório, que a profissão enfrenta hoje um dilema em torno da teoria marxista e os marcadores sociais como raça, gênero e sexualidade que tem ligação direta com a forma do qual o Brasil foi estruturado. Trazendo aqui uma breve pesquisa sobre prática profissional, marxismo e decolonialidade.

Palavra-Chave: Serviço Social, Marxismo, Decolonialidade.

1 INTROUÇÃO

A presente pesquisa visa fazer uma breve relação, entre a prática profissional, teoria marxista e a decolonialidade. Compreendendo que vivenciamos um momento de questionamentos a cerca das histórias que nos foi ensinada. Importada a partir de uma visão eurocêntrica, que desconsidera as historias da população negra, povos originários e tantas outras etnias, como se a história de toda uma população, se iniciasse a partir dos marcos civilizatórios europeus. O que faz com que, por mais de quatrocentos anos, sofrêssemos com a europeização.

O serviço social tem um histórico revolucionário, de uma profissão que pensa a sociedade igualitária, na defesa intransigente do direito para todas/os. Que não teve medo, quando em um país, ainda no sistema ditatorial, assumiu a teoria marxista para pensar a leitura dos desafios que estavam postos, indo para além do que era apresentado, mas buscando sobretudo, a essência.

Essência essa, que ao estudar sobre a sociedade brasileira e as expressões da questão social, que são colocados para a/o assistente social em seu cotidiano, deve-se ressaltar a

²¹¹ Graduada em Serviço Social (UNINABUCO). Pós- Graduada em Políticas Públicas e Políticas Sociais (ESUDA). Graduanda em Letras – PORT/ING (FCE). Aluna especial na disciplina eletiva: Serviço Social, Ética e Sociedade, do programa de Mestrado em Serviço Social (UFPE). Integrante do Grupo de Pesquisa em raça, gênero e sexualidade Audre Lorde (UFRPE). Chefe de Divisão da Gerência de Igualdade Racial na Prefeitura da Cidade do Recife. E-mail: jaquelineoribeiro2212@gail.com.

especificidade do país, que foi estruturado em um sistema colonial e paternalista, trazendo para os dias atuais ainda, um ranço muito forte desse processo histórico.

Para desvendar esse processo as/os assistentes sociais se tornam eternas/os alunas/os, buscando ferramentas de compreensão da realidade, haja posto que Marx deixou um método para análise dessa realidade, afirmando que a história de todas as sociedades, é a luta de classes. Conhecido hoje a luta de duas classes principais, a Burguesa e Trabalhadora (Marx e Engels, 2011).

O Serviço Social se posiciona a partir dessa apreensão em um lado da história, ao mesmo tem em que se percebe enquanto classe trabalhadora. Daí então, se torna fundamental a busca pelas ferramentas de combate ao conservadorismo e reacionarismo. Que inclusive no Brasil mata, seja por falta de políticas sociais, por bala e até mesmo com o epistemicídio.

Considerando o cenário em que cada vez mais, a desigualdade e a negação dos direitos mais básicos do ser humano são agudizados, engolidos por um sistema capitalista que a cada nova crise, faz com que a classe trabalhadora pague o preço com a venda da sua mão de obra, tempo e até mesmo da vida. E como separar quem é esse homem que detém os meios de produção e perpetua a exploração da classe trabalhadora e quem é o porco, seguindo a lógica do livro “Revolução dos Bichos” em que ao final ouvindo;

Doze vozes que gritavam, cheias de ódio, e eram todos iguais. Não havia dúvida, agora, quanto ao que sucedera à fisionomia dos porcos. As criaturas de fora olhavam de um porco para um homem, de um homem para um porco e de um porco para um homem outra vez; mas já era impossível distinguir quem era homem, que era porco. (Orwell, 2007, p.111)

A seguir, a pesquisa se concentra em buscar elementos que possamos compreender Marx para além de uma visão eurocêntrica, como suas teorias, assim como seu método ainda são atuais ou não, para refletir a sociedade brasileira, considerando suas especificidades e unir isso a prática profissional, ao dia a dia com os usuários, não perdendo no horizonte, o objetivo maior que é uma mudança radical de projeto societário.

2 DESENVOLVIMENTO

Enquanto profissionais de Serviço Social que lidam diretamente com as mazelas do capitalismo, estarmos atentos e alinhados com o código de ética, o projeto ético político, e a teoria que da luz a nossa prática, é essencial para dar respostas as demandas que se apresentam. Porém, falar em marxismo diante dos marcadores sociais como gênero, raça e sexualidade que estão intimamente imbricado com a formação da nossa sociedade, tem causado diversas dúvidas.

Como o marxismo lida com essas questões? Como relacionar teoria e prática com as

mudanças constantes de um mundo globalizado? Como a/o assistente social enquanto pertencendo da classe trabalhadora, muitos carregados, com esses marcadores, conseguem no espaço de tempo, entre trabalho e sobrevivência, se debruçarem sobre as leituras de Marx e marxista para dar resposta as demandas imediatas? Para Silva (2011):

(...) um desafio que hoje se coloca para o Serviço Social é avançar no próprio resgate do marxismo, como uma fecunda perspectiva de análise, no desvendamento da sociedade brasileira. Nesse sentido, precisa apropriar-se da lógica marxista, em suas categorias básicas, e desenvolver uma reflexão crítica em termos de ampliação conceitual, a partir das exigências históricas. (Silva, 2011, p.311)

Como Silva (2011) pontua é importante a apropriação das teorias básicas da lógica marxista, para a partir disso considerando as exigências históricas, possa ampliar o conceito. E nesse processo de exigências históricas, é inevitável não nos depararmos com as urgências de uma visão decolonial compreendida aqui como um,

(...) pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erege um exterior a fim de assegurar sua interioridade. (Mignolo, 2008,p.304)

Pensar de forma decolonial exige dedicação e pesquisa. Para alguns, por Marx ser um homem branco, hetero, europeu, acredita-se que sua teoria é eurocentrada e que não “daria conta” das especificidades da América Latina, em especial o Brasil. Tendo nessa afirmativa a razão da divisão e confusão no seio da prática profissional em Serviço Social, consonante com as mudanças sociais e até mesmo epistemológica do qual vivenciamos.

Contudo Marx não tomou o processo histórico europeu como métrica, para compreender o mundo, mas deixou uma fórmula universal para leitura das mais diversas realidades e tido para alguns autores, como Anderson (2019) e Manoel (2019) um teórico que permite através do método materialista histórico-dialético, analisar o projeto societário posto, sendo de fundamental importância;

(...) para todas e todos os que lutam pela emancipação humana. Um pensador radicalmente universal porque compreendeu as particularidades do mundo em que viveu. (Manoel, 2019, p.4)

Para além da Europa Marx experienciou segundo Anderson (2019) um ativismo político intenso após sua saída da Alemanha em 1849 quando ajudou a fundar a Primeira Internacional, uma associação internacional de trabalhadores. Quando no ano de 1960 surgiram novos conflitos de classes, e com ela a opressão nacional e racial nos mais diversos países. O autor afirma ainda, que para Marx a Guerra Civil que se instaurou nos Estados Unidos (1861 – 1865) foi uma das principais batalhas para a emancipação humana, uma guerra em que fez com que trabalhadores brancos seja nos Estados Unidos ou na Inglaterra

se posicionassem contra a escravidão.

Para Marx:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras, marcam a aurora da era de produção capitalista. (Marx, 1984, I,2, p.285)

A acumulação capitalista ela se dá também através da escravidão, nesse período os mais ricos não eram senhores de açúcar ou ouro, mais sim contrabandistas de pessoas escravizadas. Para Passos (2021) a partir da ontologia marxista, é possível compreender como se desenvolveu o histórico da humanidade, e a partir do legado dele podemos concluir que as relações sociais, são pautadas pela produção, e o grau desta determinará essas relações, sendo assim o modo que se produz da vida material, acaba por limitar a vida social, política, bem como intelectual. A autora sinaliza que,

A necessidade de entendemos como a concepção de ser social foi forjada na modernidade, sem levar em consideração a colonialidade e o racismo. (...) a modernidade compõe uma forma de colonização do tempo, centrando os adventos históricos em solo europeu, ocasionando uma leitura fragmentada e parcial da realidade. (Passos, 2021, p.57)

Esta concepção de colonialidade do ser, não pode estar desassociada da colonialidade do saber, do poder e do gênero (Passos, 2021). Pensando a questão de gênero, Karl Marx escreveu um livro intitulado: Sobre o Suicídio (2006), no qual relata a história de três mulheres, salientando a opressão vivida por elas em suas vidas privadas, e para tanto, fazendo uma crítica à sociedade burguesa:

(...) quando se vê a quantidade incrível de classes que, por todos os lados, são abandonadas na miséria, e os párias sociais, que são golpeados com um desprezo brutal e preventivo, talvez para dispensar-se do incômodo de ter que arrancá-los de sua sujeira; quando se vê tudo isso, então não se entende com que exigir do indivíduo que ele preserve em si mesmo uma existência que é espezinhada por nossos hábitos mais corriqueiros, nossos preconceitos nossas leis e nossos costumes em gerais. (Marx, 2006. p. 27)

Esses ensaios foram escritos a partir de memórias de um ex-arquivista Jacques Peuchet, policial curioso no que diz respeito a mortes por suicídio ocorrido na França. Foi a partir da reflexão dele que Marx realiza o estudo em especial analisando a condição de mulher na sociedade capitalista, como nos relata Rodrigues (2009) em relação a esses escritos Marx faz uma,

...análise da vida privada para realizar uma crítica social

contundente, buscando enfatizar os males como a miséria, a prostituição e a injustiça social como causas do suicídio, ocupando-se de apresentar dramas do cotidiano da vida das pessoas, independente da classe social, dirigindo seu olhar para as angústias da existência humana e, ao fazê-lo, nos apresenta suas reflexões sobre temas que ainda permanecem, nos dias de hoje, atuais – como o direito ao aborto, a questão da mulher e a opressão familiar, entre outros. Desta forma embora não se delimite aos estudos econômicos e políticos, a sua obra continua tendo relação com estes campos (MARX apud RODRIGUES, 2009).

Inclusive por causa desta obra, muitos coletivos, grupos feministas, utilizam de suas teorias, para trabalhar a questão social, patriarcado, opressão, vida privada, e outros fatores que são considerados importantes para os movimentos sociais, que fazem análise da realidade a partir dessa fundamentação.

Porém como introduzir isto no cotidiano profissional, principalmente após vivenciar quatro anos dos mais diversos retrocessos e desmonte desleais das políticas públicas, com o domínio ideológico nefasto do conservadorismo e do neoliberalismo, com um país que volta ao mapa da fome, ressaltando aqui que as/os profissionais do Serviço Social enquanto classe trabalhadora também são vítimas das mazelas sociais. Precisamos ter o entendimento de que

(...) a agudização da exploração de uma parcela da massa trabalhadora com a noção de recorte racial, a opressão de homens contra mulheres e a discriminação de grupos por causa da origem nacional ou do credo religioso são aspectos que não devem deixar de ser avaliados por meio do materialismo histórico, pois constituem elementos da realidade que podem potencialmente promover novos ciclos de desenvolvimento da luta de classes. (Almeida, 2016, p.11)

A autora Mustafá (2020) também nos deixa um norte para seguir esse caminho, e pensando na transformação real. Ela afirma, assim como Silva (2011) que é necessário fazer o resgate histórico, pensando aqui no Congresso da Virada, como um momento singular para a profissão.

Marco esse que se caracteriza pela mediação das relações, classe trabalhadora e o Estado, encontrando nas políticas sociais, uma forma de potencializar a atitude profissional, que não limite sua atuação a instituição, mas que possa ir além, em busca recursos necessários, para alcançar um instrumental técnico-metodológico, que segundo a autora, possa criar uma identidade de classe entre os usuários.

Tal instrumental técnico refere-se especificamente ao debruçar-se sobre a documentação exigida pela própria instituição para reconhecimento do perfil do usuário e para o atendimento de suas reais necessidades, realização de reuniões ou atendimentos coletivos que permitam a visibilidade desse perfil pelos próprios usuários e a interpretação dos direitos sociais e encaminhamentos requerido em cada caso, a partir de um processo de formação que considere a história de luta por tais direitos e a necessidade indispensável de continuar lutando para recuperá-los. Em outras palavras trata-se de inserir no exercício profissional dimensão ético-política, capaz de fomentar uma atitude crítica por parte da população. (Mustafá, 2020, p. 243)

A/o Assistente Social é de fato uma/o eterna/o aluna/o, tendo o compromisso ético com a emancipação humano, buscando o conhecimento para si, e conseqüentemente acaba por levar esse conhecimento ao usuário. Que a leitura crítica da realidade se faça presente, como

forma de amenizar os efeitos da alienação, principalmente com a fragmentada histórica ocidental, colonial que nos faz ver apenas uma parte da história do nosso próprio país e povo. Percebendo que possuímos uma população tão diversa e na mesma proporção, sofrem com as expressões da questão social.

3 CONCLUSÃO

Longe de sanar o debate nesse artigo. Na verdade, são indagações e prováveis caminhos a percorrer, numa reflexão a partir de bibliografias cuidadosamente selecionadas nesse primeiro momento, junto a anseios que surgem no cotidiano na prática profissional que tornaram possível escrever essa pesquisa.

Se percebe, a necessidade e urgência de um marxismo para além dos muros acadêmicos, de um marxismo palpável, tendo negritado, mais do que nunca, quanto sua teoria e seu método é fundamental, para desvendar a realidade, pensar em um projeto societário diferente do que vivenciamos (com o acirramento das desigualdades), para superação do capitalismo, por um projeto complexo, que visa a emancipação humana e política, tida aqui como uma luta anticapitalista e antirracista para chegar um dia ao socialismo.

Importante ressaltar, que é considerado aqui, a realidade do qual o profissional está inserido, quer seja no espaço de trabalho, ou na vida social, que parece a cada dia mais tornar o tempo escasso que nos deixa muitas vezes, sem os recursos necessários para a leitura, reflexão, condições de pensar de maneira efetiva a resposta para os usuários. Porém, são nas inquietudes, nos questionamentos, que a/o profissional se vê desafiada/o a compreender a realidade que está posta, propondo aqui, uma leitura marxista decolonial, como forma de se aproximar da totalidade.

BIBLIOGRAFIA

Anderson, Kevin B. **Marx nas Margens: Nacionalismo, Etnias e Sociedades não Ocidentais**. São Paulo, Boi Tempo, 2019.

EURICO, Márcia C. Et al. **Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos**. Campinas, Edt. Papel Social, 2021.

MANOEL, Jones. **Sobre Marx nas margens**. The International Marxist-Huanist, 2019. Disponível em: <https://imhojournal.org/articles/marx-era-um-pensador-eurocentrico-e-racista/>. Acesso em: 15 març. 2023.

MARX, Karl e Friedrich Engels. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1984.

MARX, Karl – Sobre o suicídio – Boitempo, São Paulo, 20106.

MIGNOLO, Walter D. **DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA: A OPÇÃO DESCOLONIAL E O SIGNIFICADO DE IDENTIDADE EM POLÍTICA**. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

MUSTAFÁ, Alexandra, **Ética no serviço social brasileiro: filosofia, política e formação profissional: um olhar geral para divulgação no serviço social italiano**. Recife, Edit. UFPE, 2020.

OWELL, George. **Revolução dos Bichos**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. Suicídio e sociedade: um estudo comparativo de Durkheim e Marx. Rev. latinoam. psicopatol. fundam., Dez 2009, vol.12, no.4, p.698-713. ISSN 1415-4714.

SILVA. Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura**. São Paulo, Cortez, 2011.

SILVIO, Almeida. **Marxismo e Questão Racial**. São Paulo, Boi Tempo, 2016.

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À LEI 13.935/2019: SUA COMPOSIÇÃO LEGISLATIVA E O ATUAL CONTEXTO.

*Raína Beatriz dos Santos Melo*²¹²

RESUMO

O Serviço Social e sua atuação na educação tiveram um dos primeiros passos a serem oficializados em termos legislativos: a lei 13.935/2019, que possibilitou formalizar esse campo sócio-ocupacional. O presente artigo busca expor e atualizar os impasses e perspectivas diante da legislação que garante assistentes sociais em escolas públicas. Busca também analisar opiniões de alguns profissionais da área, ressaltando a importância da resistência para efetivação da lei. Caracteriza-se aqui, uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo, baseando-se em análises da realidade na qual estamos inseridos e de dados documentais. Leva também em consideração a essência da análise crítica, na perspectiva da sua totalidade.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação Básica. Legislação.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, é importante destacar que a trajetória do Serviço Social na educação está voltada primordialmente para as condições de garantia do acesso e da permanência dos alunos nas escolas. Apesar de não ser um espaço sócio ocupacional considerado novo e, as primeiras formas de inserção das/os assistentes sociais no âmbito da educação serem mais voltadas para assistência, entendemos que houve um avanço, especialmente no âmbito da educação superior. Isto porque o Serviço Social, ao conservar o mesmo viés de funcionalidade, passa a atuar na garantia do acesso e permanência dos estudantes, com centralidade na política de assistência estudantil.

A categoria profissional e seu perfil investigativo tem o dever de priorizar essa intervenção a fim de garantir o direito à educação de forma mais plena possível para os usuários, com a finalidade de entender a realidade social de cada indivíduo e o que pode interferir no seu acesso e na sua permanência nas instituições, visto que alguns fatores como as condições socioeconômicas e situações de violência possuem efeitos drásticos no cotidiano dos usuários da educação.

²¹² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. ORCID - 0000-0002-6220-6421. E-mail: raina.melo@ufpe.br

Visto isso, neste artigo será abordada a atuação do Serviço Social nas redes públicas de ensino básico e o contexto em que a Lei nº 13.935/2019 foi aprovada, trazendo tanto as motivações quanto os empecilhos que a cercaram, assim como o que a antecedeu e como estão seus trâmites atuais. Para tanto, é importante ressaltar também as principais atribuições e competências do assistente social, neste âmbito, de acordo com documentos oficiais e norteadores da profissão já existentes.

O CONTEXTO DA LEI 13.935/2019 E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Inicialmente, é importante entender que o contexto da caracterização da atuação do serviço social nas escolas surgiu de acordo com essa necessidade de investigar as expressões da questão social que funcionam como aspectos limitantes em relação ao processo educativo e de socialização dos estudantes que impactam no desenvolvimento humano destes. Porém, não se tornou obrigatória a presença de um profissional do serviço social nas escolas até o momento em que a lei 13.935/2019 foi aprovada. Esta dispõe sobre a presença de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de educação básica, e, ambas as profissões, podem agora trabalhar de forma interdisciplinar de acordo com as necessidades das famílias e dos alunos, inseridos/as em uma rede de atendimento ampliada, levando em consideração que os caminhos para possíveis encaminhamentos estarão mais próximos.

Dessa forma, entende-se que a conjuntura que antecede a aprovação da lei está diretamente ligada em como o assistente social atua inserido na política de educação para garantir esse acesso e permanência dos usuários. É válido ressaltar também que, para a garantia dessa formação educacional, o profissional do Serviço Social nem sempre atuava diretamente²¹³ com o usuário dentro do ambiente escolar e sim na formulação e execução da política social com o objetivo de trabalhar na possível garantia de outros direitos para com esse público, como benefícios sociais, a exemplo dos mecanismos de garantia de renda²¹⁴ que exigem diretamente uma frequência mínima dos alunos para sua concessão. Isso, no entanto, não tem sido suficiente para a garantia do acesso à política de educação, bem como a permanência.

Diante disso, de acordo com a experiência relatada por Moreira (2020), a partir da realidade do Serviço Social carioca, considerando a perspectiva em relação ao acesso dos discentes à escola, outra estratégia para aumentar a frequência destes seria o benefício do

²¹³ Apesar desse apontamento, de acordo com Soares (2021), historicamente desde o início do Serviço Social brasileiro houve a presença dos/as Assistentes Sociais trabalhando com educação popular através do método de Desenvolvimento de Comunidade, o qual estava focado na alfabetização e na conscientização das comunidades, como já detalhado no item anterior.

²¹⁴ A exemplo do Bolsa família, substituído como Auxílio Brasil, após a modificação e junção das políticas públicas de assistência, saúde, educação, emprego e renda.

ônibus escolar, este que, incentivado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, criou um programa que possibilita a circulação do transporte de forma gratuita e em horários específicos para alunos que residem longe de pontos de ônibus ou no caso de escolas que também não possuem boa localização.

Já no que diz respeito à realidade na qual se situa o nosso estudo, segundo dados publicados em novembro de 2021 no Portal de Notícias G1, na cidade de Recife, a política de acesso a creches e escolas vem se tornando uma dificuldade para as mulheres mães em relação à garantia de vagas para seus filhos, sendo em torno de 3.800 crianças sem vagas nas escolas e creches, segundo o levantamento realizado por oito conselhos tutelares. No caso de vagas que ficam disponíveis, a localização na maioria das vezes não é favorável à família, gerando transtornos para aqueles que não possuem poder aquisitivo para arcar com os custos do transporte.

Em relação ao último citado, existe o benefício do “Passe Livre”, o qual o Governo do Estado de Pernambuco cede um cartão com créditos aos estudantes da rede pública estadual, não se aplicando para pais que possuem filhos em creches, levando em consideração que a maioria destas são de cunho municipal. Evidencia-se, portanto, que o profissional do serviço social foi/é essencial para trabalhar na formulação destas políticas, assim como na viabilização para as famílias do direito ao acesso.

Outro relato que vale o destaque diz respeito à experiência junto aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFEs). De acordo com Maria Borges (2019), houve a possibilidade de uma maior aproximação do/a assistente social frente à educação, porém ainda de forma direcionada ao acesso e permanência desses estudantes de acordo com a nova modalidade de ensino tecnológico que, por sua vez, é composta por alunos que também fazem parte da classe trabalhadora, tornando o ambiente com perfil heterogêneo. Diante disso, é necessário destacar aqui o quanto frequentemente o trabalho da/o profissional pode ficar restrito à gestão de benefícios em detrimento do desenvolvimento de atividades socioeducativas, podendo gerar uma sobrecarga de atividades administrativas e burocráticas as quais muitas vezes não compete ao profissional.

Em vista disso, é notório a divisão social (e sexual) do trabalho como um possível fator prejudicial ao desenvolvimento de autonomia profissional, visto que muitas vezes, os sujeitos que executam as ações não participam de suas elaborações e planejamento, sendo assim, o/a assistente social, assim como muitos outros profissionais, estão inseridos numa hierarquia organizacional ainda fundamentada numa lógica de reprodução do poder institucional, econômico e político dos setores dominantes da sociedade. Logo, a demanda disposta ao assistente social nem sempre estará “prestes a ser resolvida” diante de elementos conflitantes em seu espaço de atuação (MOREIRA, 2020).

APONTAMENTOS E ANÁLISES ATRAVÉS DE OUTRAS PERSPECTIVAS

Ao ampliarmos a perspectiva, evidencia-se que a atuação do assistente social frente à educação superior e tecnológica se dá muito por intermédio da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Esta que, por sua vez, tem o objetivo de democratizar a permanência dos estudantes no ensino superior através de subsídios a estes fornecidos, como alimentação, moradia, transporte, atenção à saúde, entre outros. Sendo assim, a atuação do Serviço Social, de acordo com essa política, pode estar voltada para identificar as vulnerabilidades de cada indivíduo, tendo potencial também para selecionar os alunos de acordo com os critérios e metodologia daquela instituição federal na qual o/a assistente social está inserido/a (BRASIL, 2010).

Além disso, nota-se também a importância de o profissional do serviço social estar inserido numa articulação intersetorial com outras áreas, como a pedagogia e a psicologia, assim como outras políticas, podendo mediar e facilitar processos de viabilização dos direitos sociais. Essa relação interdisciplinar pode ter facilitado o entendimento de cada uma dessas áreas de atuação, possibilitando melhor orientações e atuações diante do objetivo de mitigar as expressões da questão social. Visto isso, é importante frisar que:

A atuação interdisciplinar, incluindo nas equipes das escolas o profissional do Serviço Social, pode ser decisiva para a superação de problemas socioeducacionais contemporâneos porque o assistente social, por meio de sua prática, amplia, contribui e está comprometido com a democracia e o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos. (SANTOS, 2012, p.131)

Já no âmbito da inserção da/o assistente social na educação básica, é possível perceber, conforme Ney Luiz Teixeira (2021), que esse espaço profissional demanda mais atenção para o fornecimento de informações mais sólidas e detalhadas para o melhor entendimento em relação à atuação do profissional do Serviço Social no ensino básico e de como o/a assistente social utilizaria sua prática interventiva nesse quesito.

Porém, entende-se que a função do/a assistente social neste ambiente corresponde a um conjunto de possibilidades de atuação junto às demandas mais espontâneas, bem como mais prolongadas e permanentes, no âmbito do conjunto das expressões da questão social que se reproduzem particularmente no ambiente escolar e acadêmico através da violência, evasão, preconceitos e etc. Mesmo existindo a possibilidade de outros profissionais lidarem com essas demandas, o Serviço Social e seus órgãos representativos trabalham em conjunto para articular com outras profissões no sentido de reforçar sua legitimidade e autonomia profissional junto à política de educação como profissão fundamental na garantia de direitos. Dentre essas iniciativas, destacamos o dispositivo legal, já citado anteriormente, que torna uma exigência a inserção desses profissionais na política de educação. Referimo-nos à Lei 13.935/2019, bem como a outros requisitos que serão melhor explicados mais adiante.

Assim, além dos *Subsídios para atuação dos Assistentes Sociais na Política de Educação*, publicados na gestão de 2011 a 2014 do CFESS, a referida Lei tem sido um importante parâmetro para o entendimento sobre a importância da inserção e atuação do Serviço Social na política educacional no país. A articulação entre as duas profissões (Serviço Social e Psicologia) e seus respectivos Conselhos Federais e órgãos representativos da categoria (CFESS, CRESS, Sistema de Conselhos de Psicologia, ABEPSS, entre outros) foi de extrema importância para o desenvolvimento dessa luta, desde seu projeto de lei até o momento de sua aprovação, pois houve a necessidade emergencial de contribuir para o enfrentamento da violação dos direitos humanos dentro das escolas, de forma direta e para além da garantia do acesso e permanência. Aqui destacamos a importância do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), por exemplo, de priorizar a defesa e demanda da categoria profissional, frente a suas necessidades, levando em consideração o exercício profissional de acordo com o Art. 7 da Lei nº 8662, a qual regulariza a profissão.

Art. 7º O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional. [...]

2º Cabe ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), **representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos Assistentes Sociais, no cumprimento desta lei.** (BRASIL, 1993, grifo nosso).

Nesse sentido, a lei aprovada em 2019, em meio a um cenário de conjuntura contraditória, devido ao avanço das forças mais conservadoras e reacionárias expresso na vitória eleitoral presidencial de Jair Bolsonaro, que instituiu um governo de viés fascista e autoritário, se depara com diversas adversidades na sua implementação e legitimação. Além disso, desde as eleições em 2018, as narrativas de ódio do presidente Jair Bolsonaro se fizeram mais recorrentes com o passar dos anos, porém, o governante foi além de seus discursos e colocou em prática possivelmente um dos maiores desmontes das políticas e direitos sociais na história do Brasil. Podemos destacar uma de suas alterações a mudança no Art. 6º da Constituição Federal, que define eixos dos direitos sociais, como a educação, a saúde, a alimentação, entre outros, adicionando um parágrafo único o qual ordena que todo brasileiro em situação de vulnerabilidade terá direito à garantia da sua renda básica familiar, de acordo com a legislação fiscal e orçamentária do país (BRASIL, 2021). Ou seja, a priorização de sacrificar importantíssimos setores de desenvolvimento básico e humano para realização de pagamentos de dívidas públicas, desprezando e ignorando uma das conquistas mais importantes da história da Constituição Federal: a educação.

Além disso, de acordo com dados publicados no site do ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior), em janeiro deste ano (2022), o sancionamento do orçamento atual foi um ponto “alto” no que diz respeito a cortes super significativos para a

educação, sendo R\$ 740 milhões a menos para o Ministério da Educação e um corte de aproximadamente R\$ 400 milhões na educação básica que poderiam fazer extrema diferença neste ano no que diz respeito a reestabelecer a “rotina pós pandemia”. Ademais, possivelmente não se levou em consideração a aprovação da PEC-241 nos últimos anos do Governo Temer, emenda institucional esta que já exige grandes cortes a longo prazo (período de dez anos), podendo ser prorrogado por mais dez, com o mesmo objetivo de quitar as dívidas públicas em detrimento das políticas públicas essenciais, incluindo a área educacional. Além de outras ameaças que permeiam a lei como três tramitações que, segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP):

Alteram dispositivos da Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – garantia de que a Lei nº 13.935/2019 seja, de fato, implementada. Entre as ameaças impostas por tais propostas legislativas está o risco de demasiada restrição ao que consta na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), como se a(o) gestora(or) tivesse que escolher entre cumprir a LDB ou a Lei do Fundeb, impactando severamente as ações de educação nos estados e municípios (CFP, 2021).

Cabe destacar aqui que será melhor detalhado o Projeto de Lei 3418/2021, o qual corresponde a uma destas tramitações. Sendo assim, a aprovação da Lei 13.935/2019 foi considerada uma surpresa em meio a essas adversidades no país.

Porém, apesar da contradição explícita, as categorias profissionais já vinham articulando essa luta a quase vinte anos após intensa mobilização. E, apesar da lei agora fazer parte do cotidiano dos profissionais, pode-se considerar que esta é genérica e um tanto imprecisa devido a ser considerada um serviço a ser prestado para os usuários (no caso dos alunos e famílias destes) a partir de organizações de equipes multiprofissionais. Logo, trata-se de uma questão desafiadora entender como irá se estruturar a inserção destes profissionais em relação à organização, condições de trabalho e contratação desta força para a prestação desse serviço.

Além disso, faz-se essencial respeitar os projetos político-pedagógicos de cada município e escola, como previsto no inciso segundo do primeiro artigo da lei. Isso deixa evidente que a particularidade da política de educação deve ser trazida como uma das pautas principais para o desenvolvimento do trabalho desses profissionais. Considere-se também uma das exigências da própria lei, qual seja:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para **atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação**, por meio de equipes multiprofissionais. (BRASIL, 2019, grifo nosso)

Outro ponto a ser observado é que, uma vez que as realidades de cada estado são distintas umas das outras, a área de atuação será heterogênea e não padronizada, visto que a intervenção será diferente de local para local, além da estrutura organizacional da educação

básica nem sempre ser igual. Porém, apesar disso, é importante destacar que há diretrizes existentes as quais possibilitam um eixo norteador, podendo ser produzido por cada estado de acordo com sua realidade, ou até mesmo a utilização de documentos oficiais que demonstram convergência na atuação, a exemplo dos *Subsídios para atuação dos Assistentes Sociais na Política de Educação (2014)* e a *Cartilha de Orientações para o Regulamento da Lei 13.935/2019 (2020)*.

Além disso, é importante frisar que não se trata apenas de uma regulamentação, mas também do reconhecimento do profissional do serviço social como integrante da classe trabalhadora, levando em consideração suas múltiplas possibilidades de lidar com diversas demandas. Desta forma, como explica Ney Luiz Teixeira de Almeida (2021), é necessário um maior aprofundamento das particularidades da trajetória da política de educação em cada realidade municipal, pois é preciso entender a forma de organização da educação daquele ambiente, a capacidade técnica de análise e o projeto político pedagógico das escolas. Logo, deixa-se evidente que outro desafio que diz respeito ao entendimento da lei e de suas características propostas para o profissional do serviço social é esclarecer o que de fato compõe o exercício profissional na atuação e quais as atribuições necessárias, assim como aquelas que não são.

Dessa forma, a lei 13.935/2019 pode ser considerada um tanto imprecisa. Um fator que deixa isso evidente diz respeito à sua fundamentação, a qual conta apenas com três artigos os quais explicitam sobre a presença da equipe multidisciplinar de assistentes sociais e psicólogos nas escolas de educação básica, porém, sem muitas especificidades e exigências. Fruto da articulação de ambas as profissões e seus devidos Conselhos, já foram criados alguns documentos norteadores com a finalidade de detalhar esse novo campo de atuação e informar a categoria profissional sobre como os profissionais podem utilizar-se de sua autonomia para realizar articulações com órgãos públicos, também responsáveis pela efetivação da lei.

É importante salientar que um desses documentos norteadores, como a cartilha nomeada como *Psicólogas(os) e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamento da Lei 13.935/2019*”, de 2020, possui uma gama de atribuições direcionadas ao/à assistente social, sendo uma das mais importantes o fato do profissional trabalhar diretamente com os usuários de forma integral e priorizando o processo de ensino-aprendizagem, algo até então não visto como responsabilidade anteriormente no campo sócio-ocupacional da educação, visto que essa área de atuação limitava-se a ações indiretas, como já citadas anteriormente.

Além disso, é tido como responsabilidade do/a assistente social a contribuição no fortalecimento das relações sociais, focadas na ampliação da participação das famílias e da comunidade dentro das escolas, ampliando, assim, o conceito de educação e de escola que

anteriormente separava ambas as instituições como setores isolados da vida social do indivíduo.

Ademais, sobre os desafios para implementação da lei aqui pleiteada, podemos elencar alguns fatores que merecem destaque. O primeiro deles é o contexto pandêmico. Como a lei foi aprovada em dezembro de 2019, não houve tempo suficiente para que os devidos Conselhos Profissionais pudessem exigir a implementação desta, de forma assídua, dos estados e municípios, visto que a maioria das mobilizações ocorreram através de transmissões de *lives*, assim como audiências públicas para discutir como seria feita a implementação, mas que pouco adiantaram em questões práticas, evidenciando uma “estagnação” de dois anos até então por parte dos gestores responsáveis. Além disso, esse contexto fez com que os profissionais priorizassem outras expressões da questão social que se encontravam mais atenuadas, como a fome e as desigualdades sociais, além de realizar campanhas de arrecadação de alimentos e utensílios básicos de biossegurança, visto que a média de falecimentos chegou a ultrapassar mil por dia, segundo dados publicados no site do Conselho Nacional de Secretários da Saúde - CONASS (2020).

O segundo fator é composto por três pilares os quais foram expostos em debate virtual no canal do CRESS/RJ, em agosto de 2021, para explicar os empecilhos argumentativos por parte da gestão para a inserção do Serviço Social e da Psicologia nas escolas. O primeiro empecilho é que até então não existia uma lei, mas a luta da categoria a fez acontecer. O segundo argumento era de que não existiam recursos suficientes para contratação desses profissionais, mas, com a aprovação da lei e a garantia do serviço de assistentes sociais e psicólogos nas redes básicas de ensino, garante-se verba para implementação desta, levando em consideração que, de acordo com o Art. 3º da Lei nº 13.935/2019, a lei entraria em vigor de acordo com sua data de publicação. O terceiro e último pilar argumentativo por parte dos gestores era de que não havia comprovações suficientes de que assistentes sociais e psicólogos poderiam mudar o cotidiano das escolas. Porém, além das produções de conhecimento já existentes, a luta se estendeu em âmbito virtual após a aprovação da lei, de acordo com o contexto pandêmico do país, deixando um legado o qual pode e deve ser usado como base para discussões acerca da implementação da lei, visto que os profissionais se prontificaram a debater sobre a importância desse novo espaço de atuação.

Além disso, outra ameaça recente que pode impedir a implementação da Lei, tal como já sinalizado anteriormente, corresponde à aprovação do Projeto de Lei nº 3418/2021, o qual dispõe sobre reformular as categorias profissionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). A proposta incentivada pela Deputada Professora Dorinha tem o objetivo de retirar algumas categorias profissionais do financiamento, afetando, atualmente, a conquista dos psicólogos e assistentes sociais que recentemente tornaram-se profissionais da educação de acordo com a lei aqui pleiteada

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021). Dessa forma, houve uma contradição no que diz respeito à conquista e à perda para os profissionais do Serviço Social e da Psicologia, visto que a lei 13.935/2019 os classifica como tal.

Diante desses retrocessos, considerando a realidade estudada nesta monografia, é importante destacar como está sendo o desenvolvimento da implementação da Lei em território pernambucano. De acordo com o relato apresentado pela psicóloga Alda Roberta Campos ao CRESS/PE (2021), a categoria de psicólogos e assistentes sociais, assim como suas devidas entidades representativas, estabeleceram Grupos de Trabalho para discutirem a viabilidade da lei, articulando-se também com deputados/as do estado e dos municípios de Pernambuco, com o objetivo de exigir dos gestores da educação a implementação desta lei com a presença desses profissionais nas escolas. Além disso, a ação conjunta com a Assembleia Geral Legislativa e a Câmara dos Deputados está voltada para esta implementação em níveis municipais e estaduais. Desta forma, nota-se que o dever de pressionar os gestores e a formação da mobilização articulada da categoria junto também aos representantes sindicais, vem sendo realizada a muitos anos, deixando evidente que, apesar da luta poder ter estagnado no momento da pandemia, não houve opções de desconsideração.

Por fim, no que diz respeito não só a implementação da lei de forma protocolada, mas também em relação à presença de assistentes sociais na escola, a única experiência na capital pernambucana, solicitada antes mesmo da aprovação da lei, e, que condiz com essa ótica é o Colégio de Aplicação do Recife, o qual mantém uma equipe multidisciplinar composta por uma assistente social e um núcleo de psicologia centrados nos discentes e em todas as suas demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerou-se ao longo do presente trabalho alguns pontos importantes acerca do Serviço Social na educação de acordo com a Lei 13.935/2019, que é responsável por reconhecer os/as assistentes sociais como profissionais instituídos na educação básica. Dessa forma, se fez necessário ressaltar a importância da trajetória da categoria profissional nessa dimensão para a construção de uma atuação democrática.

Foi entendido aqui a esfera da educação como algo que vai além dos muros da escola e consideramos a definição de educação de uma forma mais ampla, valorizando e refletindo sobre alguns apontamentos feitos por outros profissionais do Serviço Social, o que foi essencial para elucidar a importância dos processos de apreensão do conhecimento para a compreensão da realidade em sua forma mais aprofundada. Logo, concluímos que a atuação na área da educação se fundamenta no contato com conhecimentos já produzidos e a análise

dos elementos da realidade de forma a estimular novos conhecimentos a partir do desenvolvimento de uma visão crítica.

Foi possível entender também que algumas das contradições que mais se destacaram ao longo dos anos é o fato de que a quantidade de escolas existentes não corresponde necessariamente a um desempenho proporcionalmente qualitativo, deixando um público usuário à mercê de um setor que, para atuar com qualidade, deveria receber investimentos financeiros e humanos suficientes para atender às necessidades materiais e intelectuais do público usuário.

Assim, do ponto de vista do concreto real, constata-se que tal realidade está relacionada aos graves cortes orçamentários que a educação pública sofreu no governo de Jair Messias Bolsonaro, fazendo com que a limitação na contratação de profissionais seja uma das questões agravantes, que consequentemente enfraquece a qualidade da educação básica gratuita.

Esses impasses acarretaram um cenário de acúmulos de mazelas sociais as quais ainda precisam ser mitigadas. Mediante a isto, se fez necessário um alinhamento teórico e explicativo de como o profissional de Serviço Social estava inserido nesse espaço sócio-ocupacional e quais foram seus desdobramentos frente à conjuntura apresentada.

Chegamos à conclusão que, anterior à Lei 13.935/2019, a trajetória das atividades dos/as assistentes sociais na Política de Educação se dava por meio de uma relação distante para com a população usuária. E, dessa forma, fica evidente que a atuação do Assistente Social nesse meio estava focada apenas em assegurar a permanência escolar dos usuários. Com a aprovação e a implementação da lei, esta ótica passa por uma mudança no interior desse espaço sócio-ocupacional, passando-se a considerar uma visão muito mais ampla e próxima dos usuários, que contempla todo o arcabouço de cotidiano da escola e o acúmulo de expressões da questão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Lei nº 13.935/2019 e o processo de discussão sobre o Serviço Social na Educação Básica. CRESS/RR. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jknNDXO-yhc&t=2272s>>. Acesso em: 2 maio. 2022.

Atribuições da Psicologia e do Serviço Social na Educação Básica. CFESS. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jrmkdPxydc>>. Acesso em: 4 jan 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em 30 de maio de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Serviço Social na Educação. Brasília, 2001. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 11 jan 2023.

Dialogando sobre a Psicologia e o Serviço Social na Educação Básica. CRESS/PE. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_fDI2X8p3aM&t=1088s>. Acesso em: 10 jan 2023.

Educação Básica e a Lei 13.935/2019: Serviço Social e Psicologia nas Escolas. CRESS/RJ. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gwogxisx09Y>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

Educação básica. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/educacao-basica/>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Hora da Pressão: Lei 13.935/2019 em perigo! CFESS. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=824gh9g5ELk>>. Acesso em: 10 maio. 2022.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

Live Cá pra Nós | Existirmos, a que será que se destina?. CRESS/PE. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pfT1vc1CQ2w>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **Serviço Social na Educação Básica: particularidades do trabalho concreto de Assistentes Sociais no cenário carioca.** Serviço Social e Educação, Uberlândia – MG, v.1, n.1 p. (173-184), 2020.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo. Cortez, 2011.

O Ministério da Educação teve o segundo maior corte no Orçamento de 2022. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/ministerio-da-educacao-teve-o-segundo-maior-corte-no-orcamento-20221>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

A MATERIALIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS DO SERVIÇO SOCIAL EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CAMPO SÓCIOJURÍDICO: Um relato de experiência no Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade Potiguar – NP/UnP

Márcia Celiary Rodrigues Medeiros¹

RESUMO

O presente relato versa sobre a atuação do serviço social no NPJ UnP com foco no estágio supervisionado curricular obrigatório, a materialização dos princípios éticos da profissão e suas principais identificações com o campo sóciojurídico. O texto faz uma breve apresentação do núcleo que abrange a estrutura física, equipe, serviços ofertados, público alvo, inserção e atuação do serviço social neste espaço. Posteriormente são explanadas as atividades desenvolvidas e como estas são implementadas. Por fim, é apresentada conclusão abordando impacto do serviço social neste espaço os limites e possibilidades no exercício profissional.

PALAVRAS-CHAVES: Atuação Profissional; Supervisão de Estágio; Princípios Éticos.

1. UM POUCO SOBRE O NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DA UNIVERSIDADE POTIGUAR – NPJ/UNP E O INGRESSO DO SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO INSTITUCIONAL

O Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade Potiguar – NPJ/UNP está localizado no Centro Integrado de Cidadania – CIC/UnP – no campus da UnP – que fica endereço Rua João da Escóssia, sn, Bairro Nova Betânea, Mossoró RN.

O CIC/UNP é o laboratório de práticas da instituição onde os discentes - cursando determinados períodos da graduação - realizam atendimentos e acompanhamentos (sob supervisão docente) à população usuária dos serviços de forma gratuita. Oferta assistência à Saúde (com os cursos de Serviço Social, Fisioterapia, Enfermagem, Nutrição, Educação física), Psicológica (Curso de Psicologia) e Assistência Jurídica (cursos de Direito e Serviço Social) durante todo semestre letivo. De acordo com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9.394/1996 em seu Art. 43 que trata da Educação Superior, no §-VI afirma que este deve – “Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”. Nesse sentido, o CIC/UNP atua em busca de promover ensino, pesquisa e extensão primando pela qualidade na formação.

Fundado em Agosto de 2005, o NPJ/UnP tem como missão desenvolver ações sociais e proporcionar o acesso à justiça gratuita primando pelo zelo com a responsabilidade social da instituição ao mesmo tempo em que assume o compromisso com uma formação de qualidade. O núcleo assiste à população de Mossoró, Governador Dix-Sept Rosado e Serra do Mel. Atende pessoas vulneráveis socioeconomicamente, tendo por base a Lei nº 1.060/50 que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária gratuita afirma em seu que “Art. 18. Os acadêmicos de direito, a partir da 4ª série, poderão ser indicados pela assistência judiciária, ou nomeados pelo juiz para auxiliar o patrocínio das causas dos necessitados, ficando sujeitos às mesmas obrigações impostas por esta Lei aos advogados”.

Tem como objetivo ofertar aos usuários a promoção e efetivação de seus direitos por meio de resolução via judicial de demandas sóciojurídicas. Conforme mencionado, o ambiente é destinado a estágios e à assistência jurídica gratuita pelos Cursos de Direito e Serviço Social da UnP, Campus Mossoró.

Sobre a atuação dos NPJ's, Holanda afirma que:

“Para entender a função e o papel dos que Núcleos de Práticas Jurídicas desempenham no processo de garantia de direitos, é necessário compreender inicialmente que a assistência jurídica gratuita é um direito constitucional [...] A partir da Constituição de 1934, o Estado Brasileiro reconheceu pela primeira vez, como função social, a prestação de assistência jurídica gratuita à população de baixo poder aquisitivo.” (HOLANDA, 2020, p 269)

É perceptível que a oferta de serviços jurídicos está para além de abertura de processos em si, pois, boa parte da população apresenta demandas que são de orientações, uma vez que há um “tabu” no que tange a judicialização de alguma situação. Holanda (2020) afirma que “Apesar de ser um direito, acessar a justiça de forma gratuita ainda parece ser algo limitado para uma parcela significativa da população. Seja por ordem e econômica, social, cultural, ou falta de conhecimento, esse acesso ainda é restrito principalmente à população mais pobre”. Ressaltando ainda os NPJ's:

Desempenham função relevante no aprimoramento das instituições e prestam assistência gratuita, facilitando assim, o acesso da população à justiça. É nesse viés que está a função social, ou seja, uma contrapartida da instituição em contribuir, oferecendo atendimento à comunidade. Importante destacar que esta atividade não visa concorrer com a função estatal de promoção da assistência gratuita, mas, de complementar a assistência e o acesso à justiça. (HOLANDA, 2020, p 271)

Com foco também no papel social, o NPJ UnP conta com uma equipe multiprofissional que busca um atendimento para além de uma assistência jurídica, atuando no campo sóciojurídico visando compreender o indivíduo na sua totalidade compreendendo que o que o levou a buscar assistência jurídica imprime questões que estão para além do processo judicial, questões sociais e de saúde, em muitos casos estão mais palpáveis no primeiro contato. Nesse sentido, o CIC UNP atua de forma integrada sendo os demais serviços primeira via de

encaminhamento a ser referenciado caso identifique a necessidade de determinado atendimento específico.

Sobre o termo sóciojurídico e seu emprego enquanto “campo” e/ou “área”, Holanda traz a reflexão de que:

A utilização do termo ‘área’ é também uma contraposição à ideia de ‘campo jurídico’ enquanto espaço de disputa entre os operadores do direito (nesse caso encarnado nas figuras de juízes, promotores e defensores públicos – o tripé do sistema de justiça) que se reservam no direito de dizer o direito; espaço concentrado entre aqueles que acusam, os que defendem e os que julgam. Ou seja, pensamento controverso ao Serviço Social que não tem a intenção de disputar corporativamente essa função no judiciário (ainda que se trate de direitos sociais), mas compõe um tipo de especialização do trabalho capaz de revelar as contradições da sociedade burguesa. Uma tarefa árdua, complexa e cheia de desafios que se materializa habitualmente no exercício profissional. (HOLANDA, 2020, p 267)

Para interpretar o ‘sociojurídico’ é necessário o entendimento de uma visão ampliada da sua essência e significado, conforma Holanda (2020) “Para o Serviço Social, apresenta-se como uma personificação da própria profissão, ou seja, tornou-se característica da atividade social do Serviço Social, da assistência regulada por direitos”.

Os serviços ofertados no NPJ são orientações jurídicas em geral, ações judiciais voltadas para o direito da família, consumidor que compreendem:

- Execução de Alimentos;
- Divórcio (Consensual ou Litigioso);
- Adoção;
- Dissolução;
- Revisional de Alimentos;
- Alvará (jurídico);
- Registro de Óbito fora do prazo;
- Exoneração;
- Interdição;
- Pensão Alimentícia;
- Separação de corpos;
- Busca e Apreensão;
- Investigação de paternidade;
- Retificação de Registro;
- Curatela;
- Mediação e Conciliação de Conflitos.

A equipe Técnica é formada por Uma Coordenadora (Professora do curso de Direito e Advogada), Uma Advogada (contratada como esta função), Uma Assistente Social Tutora de práticas em Serviço Social (Contratada como Docente) e Uma Assistente Administrativo (que atua na recepção, contato e agendamentos).

Para além da equipe designada especificamente para atuar no núcleo, há outros entes envolvidos nos processos de trabalho que são coordenador de unidade, coordenadores de cursos (Direito e Serviço Social), Administração do Centro Integrado de Cidadania, equipe de suporte técnico como a T.I (Técnica em Informática) que oferecem apoio indispensável para o funcionamento do núcleo além das demais profissionais fundamentais como higienização e demais manutenção.

No que tange à estrutura física, o NPJ conta com três espaços de atendimento. O primeiro é a recepção, com assistente voltado/a para atender as demandas específicas do núcleo, o segundo é coordenação que contempla atividades administrativas de coordenação – sala de coordenação - , Atendimento de Serviço Social - onde ocorre o atendimento e consequentemente os estágios supervisionados - , Jurídico com Advogada/o do NPJ, Sala de audiência e conciliação, Sala de Extensão Universitária e Convivência e Arquivo, o terceiro são as cabines de atendimento jurídico, comando 12 (doze) espaços para atendimentos individualizados e a 13ª (décima terceira) que contempla a sala do/a docente que faz o acompanhamento da turma em atividade.

No próximo tópico, será feita uma abordagem sobre a inserção do Serviço Social no NPJ UNP bem como o trabalho desenvolvido no núcleo além de relatar a experiência de trabalho realizada entre os anos 2022 e 2023.

2. SERVIÇO SOCIAL NO NPJ/UNP E A MATERIALIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS DA PROFISSÃO

O Serviço Social foi inserido no NPJ UnP em 2015, dez anos após a sua implementação. Por se tratar de um laboratório de práticas acadêmicas a implementação deste serviço se deu após a formação da primeira turma do curso na universidade.

Sobre sua atuação neste espaço é relevante apreender a reflexão que traz Faria (2004) quando afirma que a justiça desempenha três funções básicas e as apresentam como sendo I. Instrumental, II. Política e III. simbólica, apontando que “Pela primeira, está o Judiciário e o Ministério Público – MP como principal localidade de conflitos, pela segunda exercem papel decisivo de controle social e a terceira disseminam um sentido de equidade e justiça social”.

Para compreender onde o serviço social entra neste trabalho, Holanda afirma que:

É exatamente nessa terceira função que o Serviço Social de ajusta, já que a profissão tem como princípios fundamentais a defesa da liberdade, da igualdade, da justiça social, do pluralismo e da cidadania, tendo em vista a superação da opressão, do desemprego, das desigualdades, fortalecendo a autonomia, com vistas a transformação social [...] Compreender as pessoas como seres sociais implica em se contrapor à ideologia dominante que alimenta o senso comum de que os valores são abstratos, idealizados, não realizáveis historicamente, omitindo ou invertendo seus significados, com objetivos estratégicos de desvalorizar e desmobilizar o potencial das lutas emancipatórias. (HOLANDA, 2020 p 275)

É nesta função citada que o serviço social materializa seu trabalho enquanto integrante do NPJ com base nos seus princípios éticos, com o objetivo de promover efetivação dos direitos de forma integral compreendendo aquele/a sujeito/a na totalidade para além da demanda jurídica.

Conforme o Código de Ética Profissional, os princípios éticos compreendem do Serviço Social compreendem:

- I - Liberdade
- II – Defesa Intransigente dos Direitos Humanos;
- III – Ampliação e consolidação da Cidadania;
- IV – Defesa da Democracia;
- V – Posicionamento em favor da Equidade e Justiça Social;
- VI – Empenho na Eliminação de todas as Formas de Preconceito;
- VII - Garantia do Pluralismo;
- VIII – Opção por um Projeto Profissional Vinculado ao Processo de Construção de uma Nova Ordem Societária;
- IX – Articulação com os Movimentos de Outras Categorias Profissionais;
- X – Compromisso com a Qualidade dos serviços Prestados;
- XI – Exercício do Serviço Social sem discriminar e sem ser discriminado. (BRASIL, 1993, p 23 e 24)

O presente relato visa explicar a materialização destes princípios na atuação do Serviço Social no NPJ, para isso, é necessário apresentar um pouco sobre as atividades desenvolvidas no setor.

A inserção do/a Assistente Social na equipe se deu pela necessidade de profissional para atuar na supervisão de estágio, parte do processo de formação acadêmica. Conforme preconiza o Código de Ética do/a Assistente Social (1993) em seu Art. 5º “Constituem atribuições privativas do Assistente Social: VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social”. Mesmo a profissional atuando no Núcleo tenha vínculo docente, é necessário estar cadastrada e regular junto ao conselho de classe.

Ainda sobre o estágio, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS afirma que:

O estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao(a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnicooperativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital. (CFESS, 2010, p 14)

Assim, o serviço social, partindo da premissa da supervisão de estágio, desenvolve atividades voltadas para o sóciojurídico sob norte da materialização dos princípios éticos. Para apresentar essa atuação é necessário abordar os serviços realizados.

Seguindo o fluxograma de atendimento, o Serviço Social atua no acolhimento do/a usuário/a para compreender a demandar, realizar atendimento e encaminhamentos que se fizeram necessários. Além do atendimento ao público no NPJ, também realiza atividades de educação permanente internas, externas e de extensão com demais profissionais do CIC. A atividades estão elencadas em:

- Atendimento no NPJ compreende:
- Acolhimento;
- Entrevista Social;
- Triagem Social;
- Inserção no Sistema por meio de criação de processo administrativo;
- Orientações;
- Encaminhamentos;
- Participação em audiências de conciliação.

No tocante as atividades extra NPJ realizadas internamente (dentro da universidade) e externa (equipamentos públicos, empresas e instituições parceiras) são:

- Visitas Técnicas à equipamentos e/ou instituições;
- Projetos de Extensão Universitárias;
- Salas de Espera Educativa;
- Rodas de Conversa;
- Ações de conscientização;
- Participação em Eventos Científicos;

Todas as atividades são realizadas com planejamento prévio, em conjunto da equipe, compartilhado com a coordenação acadêmica e articulada com demais entes envolvidos. Planejar é instrumento fundamental para atuação do serviço social nos NPJ's, assim, Holanda afirma que:

Ter um plano de ações definidas ao longo do ano é fundamental e indispensável para direcionar o trabalho técnico do/a assistente social. É necessário que as ações tenham propósitos específicos e que o/a profissional saiba exatamente o que pretende alcançar com cada uma delas. Faça relatórios, avalie as ações e passe e passe a anotar as demandas que não conseguir atender, pois essas informações são imprescindíveis para fundamentar os pleitos e também para direcionar ou redirecionar as ações do Serviço Social. É importante frisar que essas ações e/ou projetos devem estar articuladas ao projeto da profissão e a valores éticos, tendo como norte a emancipação humana. (HOLANDA, 2020 p 285)

Assim, as ações desenvolvidas são norteadas por planejamento semestral e mensal considerando situações imprevisíveis que possam acontecer, que visam o cumprimento do que foi estabelecido como meta e ao realizar, avaliado e redirecionado caso necessário.

Os atendimentos internos no NPJ bem como o acompanhamento das audiências destacam a materialização dando mais ênfase nos seguintes princípios de compreender Liberdade; Defesa Intransigente dos Direitos Humanos; Ampliação e consolidação da Cidadania; Articulação com os Movimentos de Outras Categorias Profissionais; Compromisso com a Qualidade dos serviços Prestados. Observados e reafirmados no cotidiano dos atendimentos.

O trabalho se divide em rotinas de atendimentos ao público no núcleo, ações internas e externas vinculadas as atividades de extensão num intervalo de 15 (quinze) dias. São estas

realizadas em equipamentos da assistência social, saúde, unidades escolares, sistema prisional, espaços públicos (praças) e empresas.

No atendimento interno, a assistência sociojurídica prestada está para além de ação processual possibilitando assim o encaminhamento para rede interna do CIC que oferece serviços de saúde e assistência psicológica como também o encaminhamento à demais equipamentos da rede.

Não são raras as vezes que uma pessoa que busca assistência jurídica voltada para o direito da família como alimentos, compartilhar guarda de um/a filho/a, reconhecimento de paternidade, em sua maioria estão com vínculos familiares rompidos necessitando de apoio para além do judicial. Casos como estes, são encaminhados para a rede de suporte que o CIC oferece, dando possibilidade mais palpável de realização de referência e contra referência de atenção.

Além dessa assistência, o Serviço Social também participa das audiências de conciliação, com equipe do direito e conciliador do sistema de justiça. Assim, os discentes têm a oportunidade de conhecer e participar dos processos judiciais de forma integral. As atividades internas são momentos de fomentar os serviços prestados, o papel do serviço social bem como promover integração entre as demais equipes e discentes da universidade sobre a importância da experiência prática vivenciada durante o estágio supervisionado.

As atividades externas são de fato, um marco nesse processo, no âmbito do estágio, ressaltando a relevância acadêmica, destaca-se as Visitas Técnicas realizadas como crucial, elas consistem em apresentar espaços de atuação profissional do/a assistente social em equipamentos que estão sempre em articulação com a política inserida independente do espaço de atuação.

No período mencionado para compilação deste relato, foram realizadas visitas técnicas aos seguintes equipamentos: Centro de Referência em Assistência Social – CRAS; Centro de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS; Plantão Social; Cadastro Único; Casa de Passagem Olga Pereira; Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – AIA; Unidade Básica de Saúde Prisional – Penitenciária Agrícola Dr. Mario Negócio; Centro Feminista 8 de Março – CF8; Serviço Social do Comércio – SESC. Estas visitas tem o objetivo de conhecer o espaço de atuação profissional, o trabalho que é desenvolvido e os serviços ofertados com o objetivo de aumentar o conhecimento discente sobre as possibilidades de referência à rede de apoio que transcendem as paredes do NPJ uma vez que cotidianamente os encaminhamentos são constantes, ao mesmo tempo que fortalece a vivência de estágio supervisionado. A ABEPS ressalta que:

O estágio supervisionado curricular, nas modalidades obrigatório e não obrigatório, é um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” (ABESSCEDEPSS,1997, p.62), um dos princípios das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Caracteriza-se pela atividade teórico-

prática, efetivada por meio da inserção do(a) estudante nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham os(as) assistentes sociais, capacitando-o(a) nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnicooperativa para o exercício profissional. (CFESS, 2010, p 14)

Assim, o estágio supervisionado no NPJ UNP busca promover uma vivência múltipla firmando compromisso com uma formação de qualidade e dinâmica fortalecendo o processo através do conhecimento de diversas frentes de atuação. Após cada experiência extra NPJ os/as discentes elaboram relatórios que em rodas de conversas são discutidos para avaliar a experiência.

Outro ponto forte são as atividades de extensão realizadas por meio do projeto NPJ Itinerante que acontece com o objetivo de levar o direito à comunidade através de ações sistemáticas com orientações sociais e jurídicas a população de forma livre, estas ocorrem em equipamentos e espaços públicos por meio de rodas de conversas e atendimentos à população que não conseguem chegar até ao núcleo. Outro modo de promover o acesso aos direitos ao mesmo tempo em que fortalece a experiência universitária de forma integral com ênfase no fortalecimento e aprimoramento das dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica.

Reforça-se que as atividades de extensão são desenvolvidas pelo serviço social do núcleo mas que não estão vinculadas ao estágio supervisionado, e sim, a projetos de extensão onde os alunos – em estágio no NPJ ou não - se cadastram de acordo com submissão em edital, conforme trata a ABEPS (2010), “articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, não devem se confundir com o estágio Supervisionado em si, merecendo aqui o tratamento devido ao Estágio em Extensão e o Estágio em Pesquisa”. Refletindo ainda que: “O Estágio em Extensão nos cursos de serviço social historicamente é desenvolvido como estratégia de aproximação da academia com a realidade social, busca-se nessas experiências o aperfeiçoamento de práticas profissionais em campos diversificados”. Firmando assim, a relevância das atividades desenvolvidas.

Nesse contexto, também consegue-se imprimir a materialização dos princípios éticos já citados bem como fortalecer positivamente a experiência no processo de estágio supervisionado que, muitas vezes consistem em o momento esperado pelo corpo discente com bastante expectativas.

A seguir, será apresentada a conclusão deste relato abordando sobre os limites e possibilidades para a realização do trabalho do serviço social na supervisão de estágio no NPJ.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado no decorrer deste Relato de Experiência, a atuação do Serviço Social no NPJ tem impacto positivo nos aspectos de prestação de serviço, no fazer profissional cotidiano bem como na supervisão de estágio curricular obrigatório.

É possível compreender a materialização dos princípios éticos da profissão, e, na relação teoria e prática refletir sobre as dimensões ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico, uma vez que as demandas apresentadas - em diferentes configurações - provocam uma atuação integralizada estimulando a busca por uma assistência que vise promover a efetivação dos direitos e com isso estimular a reflexão, leitura, estudo, compilação de dados, criação e implementação de instrumentais a serem utilizados para otimizar o trabalho e gerar resultados.

As possibilidades são inúmeras frente ao leque de atividade desenvolvidas que causam impacto positivo no processo de formação fazendo com que a vivência do estágio curricular seja permeada por ações e atividades de trabalho atuantes em diversos aspectos com o objetivo de assistir as pessoas.

A segurança sobre o fazer profissional e o conhecimento técnico são primordiais para o desenvolvimento de atividades que estão para além do atendimento e triagem social promove o estímulo aos discentes envolvidos a se engajarem no processo e compreender o serviço social como fundamental na assistência sóciojurídica.

A mobilização e divulgação dos serviços por meio de redes sociais também trouxe um diferencial ao NPJ, compreendendo as configurações da sociedade onde as pessoas vivem mais conectadas, numa página em um perfil social é feita divulgação dos serviços, ações e facilita o contato com a população.

Apesar dos avanços e conquistas alcançadas pelo serviço social no NPJ não se pode deixar de apontar os limites encontrados neste processo, assim, apresenta-se o perfil do/a aluno/a do curso, que em grande maioria é classe trabalhadora, que não tem condições de realizar o estágio supervisionado no turno diurno e com isso limita-se ao atendimento de rotina ao público apenas durante o período noturno, onde também atende a população no horário de saída do trabalho tendo menos tempo para apreender as questões acerca daquele/a indivíduo/a. Não que o atendimento seja realizado de forma diferente, mas que os/as sujeitos/as trazem demandas mais imediatistas.

Outro limite encontrado é a falta de conhecimento, por parte dos/as discentes do outro curso atuante no NPJ, o curso de Direito, que em grande parte desconhece o papel do Serviço Social no NPJ e muitas vezes chegam a tratar o/a profissional como “mero secretário”, mesmo sendo realizada apresentação prévia – antes de entrarem em campo - de toda a equipe que compõe o núcleo, seus papéis de atividades desenvolvidas, o que é chamado de “integração pré estágio”.

Mesmo com alguns pontos de melhoria, a atuação do serviço social tem sido positiva, gerado impacto na equipe docente, discente e população usuário buscando sempre pelo diálogo, atuação ética, técnica e compromisso com a prestação dos serviços prestando em observância com o Código de Ética Profissional alinhado ao Projeto Ético Político.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. V.; **A investigação em Serviço Social**. São Paulo. Veras. Lisboa – Portugal. 2006

BRASIL. **Presidência da República**. Brasília, DF: Casa Civil Subchefia para assuntos Jurídicos, 1950. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1060.htm > Acesso em 04 de maio de 2023 as 14h20m.

_____. **LEI Nº 8.662**, de 7 de junho de 1993. Lei da Regulamentação da Profissão. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. **LEI Nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Brasília, 1993

_____. **Lei Nº 9.394/1996**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5 ed. Brasília, 2021.

_____. Ministério da Previdência Social. **Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social**. Brasília, 1994.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética Profissional**. Resolução CFESS n. 273/93, 1993.

_____. Resolução CFESS Nº 493. Ementa: **Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social**. 2006.

_____. Diálogos do Cotidiano – **Assistente Social: Reflexões sobre o trabalho profissional**. Caderno 3. Brasília. 2022

_____. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. Brasília. 2010. Disponível em < http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf > acesso em 07 de maio de 2023 as 12h19m.

FARIA, José Eduardo. **O sistema Brasileiro de Justiça: experiência recente e futuro desafios**. Estud. Av. v. 18. N. 51. São Paulo. 2004

LOPES, C. F.; **Competências e Atribuições do/a Assistente Social: Requisições e Conhecimentos necessários**. Fortaleza. Socialis. 2018

LOPES, C.F.; CRUZ, E. B. (org); **Vade Macum do Serviço Social**. 13ª ed. Fortaleza. Socialis. 2023

HOLANDA, J. M; MAUX, A. A. B. (org), **Psicologia e Serviço Social: Referências para o trabalho no Judiciário**. 1ed. Porto Alegre, Nova Práxis, 2020.

MESQUITA, A. P. M; GUERRA, H.; GONÇALVES, A. M (org). **Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social**. Fortaleza. Socialis. 2019

DESVENDANDO AS CONTRADIÇÕES DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL SOB A ÓTICA DO RELATO DE PRÁTICA NO ÂMBITO DO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA.

Carmem Lúcia Néo Alves²¹⁵

Márcia Pereira Castro²¹⁶

RESUMO

Este texto apresenta uma reflexão sobre a importância do estágio de docência no processo de formação pedagógica de pós-graduandos em Serviço Social e Direitos Sociais da UERN. A experiência vivenciada durante o estágio permitiu a análise dos fundamentos históricos e metodológicos do Serviço Social, visando à formação de assistentes sociais críticos e capazes de propor ações transformadoras diante das expressões da questão social no contexto do neoliberalismo. O relato de prática incluiu a introdução do marco teórico, os objetivos, as metodologias utilizadas, a análise sobre as didáticas e, por fim, as considerações finais.

Palavras -chave

Formação Profissional; Fundamentos do Serviço Social; Estágio
Docência

1. INTRODUÇÃO

O neoliberalismo é uma das correntes do pensamento econômico que mais influenciaram o mundo nas últimas décadas, sendo ela uma expressão do capitalismo, que busca intensificar a exploração e a acumulação de capital em detrimento das necessidades e direitos da classe trabalhadora. Nesse sentido, o contexto contemporâneo, marcado pela globalização e pelo neoliberalismo, apresenta diversos desafios para a formação e o trabalho profissional do assistente social.

Essa corrente de pensamento defende a mínima intervenção do Estado na economia, o que pode levar à ampliação do desemprego e à precarização das relações de trabalho. Isso acontece porque a adoção de políticas ultraliberais, caracterizadas pela redução da proteção

²¹⁵Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social/UERN. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS/UERN). E-mail: carmemneoalves@gmail.com

²¹⁶Docente do Departamento de Serviço Social da UERN e do PPGSSDS/UERN). E-mail: marciasilva@uern.br

trabalhista e previdenciária, flexibilização das leis trabalhistas e diminuição da regulamentação e fiscalização por parte do Estado, abre espaço para o aumento das terceirizações e dos trabalhos informais, sem a devida proteção social.

Diante do exposto, é fundamental compreender que o cotidiano de trabalho do Assistente Social é permeado por inúmeros desafios, que exigem não apenas competências técnicas, mas também uma postura crítica e reflexiva diante das políticas e práticas sociais vigentes. A formação continuada é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento dessa postura crítica e reflexiva por parte do assistente social, uma vez que permite a atualização constante de seus conhecimentos e aprimoramento de suas habilidades e competências, além de possibilitar o questionamento das práticas e políticas sociais vigentes.

O exercício profissional requer um comprometimento com a formação continuada, como uma dimensão permanente do processo de trabalho, o que implica a apropriação crítica dos conhecimentos socialmente produzidos, sua aplicação aos casos concretos e a elaboração de novas respostas profissionais." (IAMAMOTO, 2011, p. 58)

A necessidade de uma atitude profissional comprometida com a formação continuada e o estudo intenso é fundamental para que o Assistente Social possa concretizar suas mediações na compreensão da totalidade e das particularidades de uma determinada situação. Isso permite que o profissional possa realizar intervenções criativas e críticas, de acordo com o Projeto Ético-Político da categoria, que visa a transformação das condições sociais e a garantia dos direitos humanos e sociais.

A formação continuada em Serviço Social está intimamente relacionada com a experiência de Estágio Docência, uma vez que ambos os processos visam o aprimoramento das competências e habilidades profissionais e acadêmicas do assistente social. Nesse sentido, o Estágio Docência contribui para o fortalecimento do Serviço Social como campo de conhecimento e prática profissional, ao formar novos profissionais qualificados para atuar na formação e qualificação de outros profissionais.

Diante ao exposto, este texto trata da explanação do relato da prática no contexto da realização do estágio de docência desenvolvido no âmbito do Mestrado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de Serviço Social, FASSO do Campus central, no 2º período do curso de Serviço Social da delineada universidade.

Essa vivência tem como finalidade fornecer subsídios e compartilhar conhecimentos teórico-metodológicos sobre as didáticas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, embasadas nos estudos dos fundamentos históricos e metodológicos do Serviço Social. Reconhecendo que essa prática contribui para a qualidade da educação, pois permite uma

compreensão mais aprofundada, uma vez que promove uma abordagem crítica e reflexiva em relação aos fundamentos históricos da profissão e suas implicações com os desafios impostos pela contemporaneidade.

2. REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA

Esta experiência acerca da vivência do estágio de docência, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN, Campus de Central, se deu no âmbito das disciplinas de fundamentos histórico-teórico-metodológico do Serviço Social II: 2º semestre do curso de Serviço Social, com relação ao 2º semestre do ano de 2022 e 1º semestre de 2023, no período matutino.

As ações delineadas e concretizadas no desenvolvimento do referido estágio de docência foram impulsionadas pela importância e necessidade da formação de Assistentes Sociais críticos e criativos, comprometidos com os princípios éticos e políticos da categoria diante das várias formas de expressões advindas da questão social, no âmbito do Neoliberalismo.

De acordo com Netto (2011), a formação teórica é indispensável para a qualidade da intervenção profissional do assistente social, pois permite ao profissional compreender os fundamentos da profissão e suas possibilidades de atuação na realidade social. Ou seja, a formação teórica possibilita ao assistente social uma reflexão sobre sua própria prática profissional e sobre o papel social da profissão. Isso pode ajudar a identificar as limitações e potencialidades da intervenção profissional e a buscar formas de aprimorá-la.

De acordo com a Lei de Diretrizes²¹⁷ e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, as exigências para exercer a docência universitária no Brasil se perpetuam na titulação vinculada às pesquisas associadas ao Mestrado e Doutorado. Nesse contexto, o estágio de docência no ensino superior se torna um espaço importante para a formação pedagógica do docente, como destaca a literatura especializada

Durante a vivência do estágio de docência delineado, as ações realizadas foram norteadas por estudos acerca do contexto do capital monopolista e sua consolidação

²¹⁷ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no Brasil. Essa lei define a organização da educação brasileira em seus diversos níveis e modalidades, desde a educação infantil até a pós-graduação, além de estabelecer as competências e responsabilidades dos entes federados (União, estados, Distrito Federal e municípios) na oferta da educação (BRASIL, 1996).

enquanto profissão na América Latina, e em especial no Brasil, assim como das influências teórico-metodológicas na formação profissional e das primeiras escolas de Serviço Social no país. Além disso, foram abordadas as especificidades das escolas de Serviço Social no Rio Grande do Norte.

A perspectiva de dimensionar o discente como ser ativo e central no processo de aprendizagem e o docente como mediador das relações no processo educativo é uma abordagem pedagógica que tem como objetivo valorizar a participação e o protagonismo dos estudantes em sua própria formação. Essa concepção de educação está diretamente relacionada à qualidade em educação, visto que a participação ativa do aluno pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a sua formação integral (FREIRE, 1996).

A formação de assistentes sociais comprometidos com o Projeto Ético-Político da profissão é essencial para o enfrentamento das diversas expressões da questão social no contexto do neoliberalismo. Para tanto, é fundamental uma formação teórica sólida que possibilite a construção de propostas e ações críticas e interventivas.

O assistente social deve ser capaz de compreender a dinâmica do capitalismo contemporâneo, que se apresenta de forma hegemônica na atualidade, e suas implicações nas formas de expressão da “questão social”²¹⁸. Além disso, deve estar preparado para atuar de forma interdisciplinar e intersetorial, considerando a complexidade e multidimensionalidade das demandas e problemas sociais. Uma formação que articule teoria e prática é fundamental para que o assistente social seja capaz de produzir conhecimento e intervenções que contribuam efetivamente para a transformação da realidade social e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.1 PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA FUNDAMENTOS HISTÓRICO-TEÓRICO-METODOLÓGICO DO SERVIÇO SOCIAL II: REFLEXÕES SOBRE A DISCIPLINA E SUA METODOLOGIA

Nesse processo, foram discutidos os planos de ensino das disciplinas, com o intuito de definir os conteúdos a serem abordados e avaliar a possibilidade de possíveis adaptações futuras, caso fossem necessárias.

²¹⁸ A questão social surge como resultado das contradições entre as necessidades sociais e as exigências do sistema capitalista. Esse fenômeno é compreendido enquanto o objeto central de intervenção do assistente social, pois é através dela que se evidenciam as desigualdades sociais, a opressão e a exclusão de certos grupos da sociedade. Segundo Iamamoto (2011, p. 69) O Serviço Social atua na resolução de problemas sociais, mas não se limita a isso. Seu objetivo é contribuir para a transformação da realidade social, promovendo a emancipação dos sujeitos sociais e a construção de uma sociedade mais humana e solidária.

Antes do início do estágio, foi realizada uma apresentação do programa geral do componente curricular (PGCC), para definir as diretrizes e objetivos das disciplinas. É importante ressaltar que essa etapa é fundamental para garantir uma boa organização do processo de ensino-aprendizagem e para que os objetivos sejam alcançados de forma clara e efetiva.

De acordo com o planejamento prévio da disciplina, os conteúdos a serem abordados foram delimitados com base nos objetivos estabelecidos nos planos de ensino da disciplina:

- Introduzir o debate histórico-teórico-metodológico do surgimento do Serviço Social no contexto latino-americano e na particularidade brasileira, com ênfase na conjuntura sócio-histórica de desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- Compreender o processo de profissionalização do Serviço Social no continente latino-americano, priorizando as especificidades e seu desdobramento no Brasil.
- Analisar os fundamentos teóricos-metodológicos do Serviço Social tradicional e suas determinações no processo de reprodução da perspectiva conservadora.
- Elucidar o processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil.

Levando em conta as informações apresentadas, a disciplina FHTM II apresenta uma abordagem metodológica voltada para a análise do processo educativo, com foco no processo de ensino-aprendizagem. No desenvolvimento do estágio de docência, foram objetivadas formas de construção do conhecimento que privilegiam o diálogo reflexivo entre os alunos e o professor, além da utilização de recursos pautados em investigações.

Durante as aulas ministradas, foram adotadas estratégias expositivas e dialogadas com o intuito de abranger uma série de conteúdos relevantes para o debate sobre o Serviço Social Latino-Americano, incluindo as condições históricas que deram origem a essa profissão. Além disso, também foram abordados temas como o papel da Igreja Católica e as primeiras escolas de Serviço Social, proporcionando uma visão ampla e aprofundada sobre a história e a evolução dessa área de atuação.

Durante as reflexões realizadas, também foram discutidos aspectos relevantes acerca da análise da questão social no contexto da Primeira República no Brasil, em um recorte temporal que compreende os anos de 1920 e 1930. Além disso, foi abordada a emergência das primeiras escolas de Serviço Social no país, bem como a importância dessas instituições para o desenvolvimento e aprimoramento da profissão. Em particular, foram tratadas as escolas de Serviço Social no Rio Grande do Norte, destacando-se suas especificidades e particularidades em relação a outras instituições de ensino da área em outras regiões do país. Essas reflexões visaram aprofundar o conhecimento dos alunos sobre a história e a evolução

do Serviço Social no Brasil, permitindo uma compreensão mais crítica e abrangente sobre a profissão e seu papel na sociedade.

Para estimular a participação e o diálogo crítico entre os alunos, foram promovidas rodas de debates ao longo do curso. Nessas atividades, foram selecionados temas relevantes para a discussão, de forma a envolver os estudantes em reflexões e trocas de ideias sobre questões fundamentais da profissão. Além disso, também foram realizadas dinâmicas em sala de aula, como a dinâmica do repolho, que consiste em uma atividade lúdica e participativa que permite trabalhar habilidades como a comunicação, a cooperação e a criatividade.

Essas estratégias pedagógicas contribuem para um aprendizado mais dinâmico e significativo, proporcionando aos alunos a oportunidade de desenvolverem habilidades e competências essenciais para a atuação profissional no campo do Serviço Social. Segundo Paulo Freire (1970), a prática pedagógica crítica deve trazer a reflexão sobre o mundo e sobre o papel do indivíduo na sociedade.

A realização deste estágio docência se perpetuou como espaço importante no processo de formação para exercer a docência universitária e oportunizou contemplar didáticas pedagógicas embasadas nas pesquisas e descobertas da Neurociência e suas contribuições para a educação, dessa forma, propiciou a utilização de metodologias com bases teóricas que contemplaram aos discentes adentrar ao processo de construção do conhecimento enquanto protagonistas.

No entanto, é importante destacar que propostas metodológicas enfrentaram dificuldades para serem implementadas e efetivadas. Em certas situações, é preciso ser flexível com a metodologia e as atividades planejadas, especialmente quando fatores externos podem prejudicar o desenvolvimento da disciplina. Por exemplo, devido à crise de segurança pública que ocorreu em março de 2023 no Rio Grande do Norte, algumas atividades presenciais previstas para a disciplina precisaram ser adaptadas para um formato remoto. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte aprovou essa alteração, para que o processo de ensino-aprendizagem pudesse continuar de maneira segura e eficaz. É crucial avaliar as possibilidades e ajustar a metodologia às circunstâncias para garantir a qualidade do ensino, apesar dos desafios do formato adotado.

Considerando também a necessidade da implementação ensino remoto emergencial pode ser visto como um método excludente para a formação em serviço social, especialmente quando consideramos as desigualdades socioeconômicas e tecnológicas que afetam grande parte da população brasileira. Nesse sentido:

O ensino remoto emergencial, embora possa ser visto como uma alternativa em situações de excepcionalidade, apresenta diversos desafios para a formação em Serviço Social. Entre eles, destacam-se a necessidade de garantir o acesso às tecnologias digitais e à internet para todos os estudantes, a adaptação dos métodos e estratégias pedagógicas aos formatos online, a manutenção do diálogo e da interação entre alunos e professores, e a preservação da qualidade e do rigor acadêmico na formação profissional." (BARROCO, 2021, p. 236-245)

A dimensão da produção de conhecimento envolve a produção de reflexões críticas e teóricas sobre a realidade social, as políticas públicas e as práticas profissionais, contribuindo para a construção de uma base teórica mais crítica e para a transformação da realidade social. Por fim, a dimensão da organização política da categoria profissional diz respeito à articulação da categoria em torno de projetos políticos e sociais comprometidos com a transformação social, por meio da criação de entidades representativas e da participação em movimentos sociais e políticos. Essas dimensões são interdependentes e estão relacionadas com a construção de uma profissão crítica e comprometida com a transformação social.

Segundo Iamamoto (2000), o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, o que implica em conflitos e tensões sociais que permeiam sua atuação. Diante dos fenômenos globais que afetam todas as estruturas e segmentos da sociedade, o assistente social é instigado a enfrentar as expressões da questão social, o que requer um posicionamento crítico e reflexivo frente às demandas do mercado e às políticas sociais neoliberais que reduzem direitos e intensificam as desigualdades. Nesse sentido, é fundamental que a formação do assistente social incorpore uma perspectiva crítica e comprometida com a defesa dos direitos humanos e a transformação social, a fim de fortalecer sua capacidade de intervenção e resistência diante das condições adversas do contexto atual.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dimensão da formação refere-se à construção de uma base teórica crítica e à formação de profissionais comprometidos com a transformação social. Esse processo envolve a crítica ao modelo tecnicista e a busca por uma formação mais crítica e reflexiva, que contemple a complexidade da realidade social e o compromisso com a promoção dos direitos humanos e da justiça social. A dimensão da intervenção se refere às práticas profissionais voltadas para a transformação das condições de vida da população, pautadas pelo compromisso ético-político com os sujeitos e a luta pela superação das desigualdades e exclusões sociais.

Assim, o estágio docência em Serviço Social deve ser pensado como um espaço de formação que contribua para a construção de um projeto profissional crítico e transformador, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela LDB. Esse projeto profissional deve estar voltado para a efetivação dos direitos sociais, para a superação das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Compreendendo que o assistente social deve estar comprometido com a formação de uma consciência crítica nos sujeitos sociais, estimulando o pensamento reflexivo e consciente sobre as condições de vida e trabalho, a partir da perspectiva de superação da ordem capitalista. Dessa forma, o assistente social tem como objetivo a promoção de uma sociedade livre das desigualdades e opressões, na qual os seres humanos possam se desenvolver plenamente em todas as suas dimensões.

Referências

BARROCO, M. L. S. **Desafios do ensino remoto emergencial para a formação em Serviço Social**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 236-245, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592021v24n2p236>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802021000200236&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07 maio 2023.

GÊ, Maria Zilda de Siqueira (Org.). Fragmentos da História do Curso de Serviço Social em Mossoró. FASSO 30 ANOS. Cadernos Nº 1. Série: Memórias da FASSO. Volume 1, 1995. GOUVEIA, Eliezer (et al.). Memória da Escola de Serviço Social de Natal. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria José da; SANTOS, José Eduardo dos. **A formação de Assistentes Sociais compromissados com o Projeto Ético-Político da profissão**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 122, p. 181-206, jan./mar. 2015.

PERÍCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UM BREVE RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO RN

Artur Fernandes de Moura²¹⁹

Resumo: Este trabalho busca problematizar de maneira preliminar e bastante incipiente sobre a atuação do Serviço Social no Núcleo de Perícias Judiciais (NUPEJ) do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) a partir da nossa experiência profissional enquanto perito social credenciado. Nesse sentido, refletimos sobre as demandas postas a profissão e os dilemas ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico presentes nesse espaço sócio-ocupacional. Assim, a partir de uma revisão bibliográfica combinada com a observação participante e sistemática, igualmente, percebemos que o(a) assistente social está submetido a lógica neoliberal de flexibilização e precarização das relações de trabalho.

Palavras: Perícia Social; Serviço Social; Sóciojurídico.

1. Introdução

O presente relato de experiência busca refletir sobre a dimensão técnico-operativa, ético-política e teórico metodológico que atravessa o nosso cotidiano de trabalho enquanto assistente social atuando como perito(a) social no Núcleo de Perícias Judiciais (NUPEJ) vinculado ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), desde janeiro de 2019.

Sem ousar apresentar respostas prontas para os dilemas e demandas que emergem nesse espaço sócio-ocupacional, este trabalho propõe-se a problematizar de maneira bastante preliminar sobre as expressões da “questão social” que permeiam o âmbito da justiça de família e suas repercussões no Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho.

Nesse sentido, a partir de uma perspectiva histórico-crítica, buscamos contextualizar brevemente a imersão da categoria profissional na área sociojurídica, problematizando sobre a interpretação e desvelamento das expressões da “questão social” presentes nos processos litigiosos onde a judiciário requisita a opinião técnica do assistente social materializada no estudo, laudo e perícia social.

Diante disso, a construção desse relato de experiência partiu de uma revisão bibliográfica associada a participação participante e sistemática. Bem como mediante consulta

²¹⁹ Assistente Social residente em Saúde Mental Coletiva (ESP/CE); Mestre em Serviço Social e Direitos Sociais (UERN); Especialista em Saúde da Família e Comunidade (ESP/CE); Profissional vinculado ao CAPS do município de Icapuí/CE. E-mail: arturfmoura@gmail.com.

ao diário técnico de registro²²⁰ dos estudos, laudos e perícias sociais por nós confeccionados. Assim, este trabalho parte de uma abordagem essencialmente qualitativa.

2. Desenvolvimento

A inserção do serviço social na área sociojurídica remete a década de 1940, considera um dos primeiros espaços sócio-ocupacionais da profissão (FÁVERO, 2005). No entanto, é somente no final da década de 1990 com a promulgação e implementação do arcabouço jurídico legal fundado pela Constituição Federal de 1988 e que embasa os direitos sociais da população brasileira que se rompe o “silêncio” quanto a produção de conhecimento sobre o serviço social nessa área (GOIS; OLIVEIRA, 2019).

Aliás, antes de nos aprofundarmos sobre a atuação do assistente social no sociojurídico e, mais especificamente, na condição de perito social, cabe problematizar a discussão teórica referente a utilização dos termos “campo” e “área” para descrever a atuação do serviço social nesse espaço. Segundo Borgianni (2013), as primeiras incursões teóricas sobre a temática temiam que a utilização da terminologia “campo” remetesse a um Serviço Social específico da área jurídica, tal qual como o dito Serviço Social Clínico despontou na política de saúde.

Nesse sentido, convencionou-se adotar a terminologia “área sociojurídica”. Posto que o Serviço Social enquanto “operador do direito” está submetido a uma lógica de assalariamento e não em posição de “o direito de dizer o direito” como os juízes, promotores e advogados, por exemplo. Assim, em síntese, a categoria profissional é requisitada a refletir e intervir sobre as expressões da “questão social” que se apresentam como demanda ou conflito no sóciojurídico e realizar as mediações necessárias para desvelar a totalidade das relações sociais com todas as suas contradições, alienações, lutas de classes, etc., próprias do modo de produção capitalista.

Conforme elucida Iamamoto e Carvalho (2008),

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 77).

Tais problemáticas, objeto do sistema jurídico e do próprio Serviço Social, no entanto, muitas vezes se revertem em conflitos falsamente deslocados das determinações sócio-históricas produto das contradições capital e trabalho. É nesse terreno movediço e, por vezes, dual quanto a garantia dos direitos sociais que os(as) assistentes sociais encontram expressivos desafios éticos e políticos. Isso porque como bem aponta Borgianni (2012) a área

²²⁰ Através desse instrumento podemos “colocar nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas” (MINAYO, 1994, p. 63).

jurídica é o lócus onde emana as “[...] as polaridades antitéticas próprias da esfera jurídica, por exemplo, aquelas que considero uma das mais marcantes: garantir direitos em um espaço ou sistema que é também aquele onde se vai responsabilizar civil ou criminalmente alguém (BORGIANI, 2012, p. 167-168).

Assim, empiricamente falando, a maioria dos conflitos que se apresentam demandando a opinião técnica por meio da elaboração e emissão de estudos, perícias, laudos e parecer social dos(as) assistentes sociais vinculados ao Núcleo de Perícias Judiciais (NupeJ) são relativos a processos de curatela, guarda, regulamentação de visitas de filhos, adoção, avaliação dos pretendentes à adoção, investigação de paternidade e visitas assistidas entre genitores e filhos. No entanto, no percurso investigativo outras expressões da “questão social” se revelam e, quase sempre, possuem relação com o processo demandado, tais como violência doméstica e familiar contra a mulher, violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes, negligência, vulnerabilidade e risco social, criminalidade etc.

Além disso, cabe aqui fazer uma diferenciação entre estudo, perícia e laudo social, visto comumente serem tratados como sinônimos. Desse modo, entende-se, assim, por estudo social o “[...] processo metodológico específico do serviço social, que tem como finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social” (FÁVERO, 2005, p. 42-43). Para a autora (2009), no âmbito Judiciário, o estudo social tem como finalidade apresentar elementos para subsidiar decisão judicial a partir da emissão de um parecer ou laudo social, esse procedimento também é denominado de perícia social. Esta terminologia, no entanto, é adotada exclusivamente na área sociojurídica. Ademais, estes documentos são viabilizados a partir de instrumentos e técnicas de intervenção específicas, como visita domiciliar, entrevista, observação, documentação ou registro etc.

No âmbito da Justiça de Família do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte os processos litigiosos são sorteados mensalmente para os profissionais credenciados ao NUPEJ. O estudo/perícia social sorteado tanto pode ser proveniente da Justiça Gratuita como da Justiça Paga. Resumidamente, os requerentes que comprovarem perfil hipossuficiente tem direito à gratuidade das custas processuais, enquanto aqueles capazes de arcarem com as taxas processuais são obrigados a pagar, inclusive, os honorários do perito social nomeado.

Conforme Portaria Nº 387, de 4 de março de 2022, que reajusta os valores estabelecidos na Resolução nº 05-TJ, de 28 de fevereiro de 2018, que regulamente o cadastramento de Tradutores, Interpretes e Peritos do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, está em vigor o valor de R\$372,64 (trezentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos) a ser pago por estudo social realizado, deduzido ainda descontos relativos a contribuição individual ao INSS e Imposto sobre Serviços. A condição de credenciado não gera vínculo empregatício ou trabalhista com a instituição, resumindo-se a mera prestação de serviços.

Segundo dados disponíveis no NUPEJ, até maio de 2023, há um total de 329 assistentes sociais credenciados. O Serviço Social, aliás, trata-se da categoria com maior quantitativo de profissionais vinculados ao órgão, revelando o processo de precarização e os escassos postos de trabalho disponíveis para a categoria profissional. Além disso, o deslocamento do(a) perito(a) social nomeado(a) é igualmente de responsabilidade do mesmo, bem como os gastos adicionais relativos a alimentação. Cabe salientar ainda que, inclusive, em caso de desistência, mudança de endereço ou falecimento do(s) requerente(s) do processo em tela, recai sobre o profissional nomeado os prejuízos da investigação social. Isso porque, nessas situações, o profissional não recebe os honorários periciais inicialmente estabelecidos, mesmo esse tendo realizado busca ativa e diversas tentativas de visitas domiciliares e institucionais.

Acreditamos, todavia, que esta grande adesão dos assistentes sociais a essa modalidade de trabalho ocorre também pela facilidade em se credenciar ao NUPEJ, bem como a não exigência de comprovação de experiência profissional na área e, conseqüentemente, a possibilidade de garantir uma renda. Dado a escassez de oportunidade de trabalho.

Percebe-se, nesse sentido, que a “nova morfologia do trabalho” referenciada por Antunes (2006) igualmente repercutiu nas relações de trabalho do Serviço Social, dado sua condição de assalariamento e inscrição na divisão sócio técnica do trabalho. Para Raichelis (2010), a flexibilização, informalidade, precarização e pauperização atingiu os assistentes sociais duplamente: em sua dimensão objetiva por meio da escassez e/ou ausência de um conjunto de recursos materiais necessários para a realização do trabalho; e em sua dimensão subjetiva repercutindo diretamente no “[...] modo pelo qual o profissional incorpora na sua consciência o significado do seu trabalho, as representações que faz da profissão, as justificativas que elabora para legitimar a sua atividade — que orientam a direção social que imprime ao seu exercício profissional” (RAICHELIS, 2010, p. 752).

Esses aspectos nos fazem refletir sobre qualidade técnico-operativa, ético-política e teórico metodológica materializada nos estudos/perícias sociais produzidas. Segundo Paula (2015), o desafio posto na elaboração do documento pericial está em desvendar as expressões da “questão social” presentes e, muitas vezes, ocultas pelo conflito relacional-legal expressa, por exemplo, nas disputas de guardas e nomeação de curadores.

Soma-se a isso, o desconhecimento dos juízes, promotores e advogados sobre as atribuições privativas e prerrogativas ético-políticas incumbidas ao assistente social no exercício de sua profissão, embasadas no Código de Ética da/o Assistente Social e na Lei de Regulamentação da Profissão²²¹. Identificamos, por exemplo, a requisição dos referidos

²²¹ Conforme Art. 5º, inciso IV, constitui-se atribuição privativa do assistente social: realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.

profissionais para a adoção de condutas policiais e cerceadoras do direito a autonomia tanto dos usuários como dos peritos sociais, tais como a realização de visitas domiciliares sem o agendamento prévio, a estipulação de questionários de entrevistas que extrapolam as competências e atribuições do profissional, a solicitação de fotografias e vídeos do usuário e de sua moradia, gravação das entrevistas comprometendo o sigilo profissional etc.

Nesse sentido, concordamos com Góis e Oliveira (2019) ao apontarem que os nossos relatórios ou laudo social, bem como a nossa atuação na área sociojurídica e, especialmente, enquanto perito social “[...] não pode perder de vista o dever de produzi-lo na direção da garantia de direitos e não como instrumento de classificação e disciplinamento dos sujeitos envolvidos” (GOIS; OLIVEIRA, 2019, p. 56).

3. Conclusão

Este nosso breve relato sobre alguns dilemas e demandas que se põem ao assistente social atuando como perito social junto ao TJRN fomentam reflexões quanto as condições de trabalho ofertadas aos profissionais credenciados ao Núcleo de Perícias Judiciais (NUPEJ) e, conseqüentemente, a prerrogativas ético-políticas, teórico-metodológica e técnico-operativa necessárias para se construir um estudo, laudo e perícia social.

Assim, como nos esclarece Biorgianni (2013), dentre os desafios postos a nossa atuação nesse espaço sócio-ocupacional, há no cotidiano de trabalho uma forte tendência reprodutora da dominação, da culpabilização dos indivíduos e da vigilância dos comportamentos própria da “lógica da razão instrumental” (GUERRA, 2000). Reforçando-se, assim, a reprodução de ações fragmentadas e distantes da ampliação e garantia de direitos.

Tais “desvalores” vão ainda de encontro aos princípios emancipatórios que regem o Projeto Ético-Político do Serviço Social, se fazendo necessário um esforço em articular as três dimensões fundantes desse projeto. Certamente, esses elementos nos levam a crer que a lógica produtivista inerente a sociedade capitalista neoliberal combinada com a ausência de recursos materiais e humanos ofertados aos peritos sociais credenciados pelo judiciário repercutem na qualidade dos estudos, laudos e periciais sociais produzidos e, conseqüentemente, na garantia de direitos.

Nesse sentido, é mister colocar em pauta a necessidade de concurso público, visto a alta demanda de trabalho nesse espaço para a categoria. Bem como aprofundarmos conjuntamente com o judiciário e todo coletivo profissional e, especialmente, o conjunto CFESS/CRESS sobre as condições de trabalho, as atribuições e competências dos(as) assistentes sociais, a remuneração, a necessidade de educação continuada dos profissionais credenciados, etc.

Referências

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, imaterialidade e valor. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BORGIANI, Elisabete. Identidade e autonomia do trabalho do/a assistente social no campo sociojurídico. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **II Seminário Nacional: o Serviço Social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos**. Brasília: CFESS, 2012.

BORGIANI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 115, p. 407/442, jul./set., 2013.

CFESS. **Código de Ética do(a) assistente social**: lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10.ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

FÁVERO, Eunice Teresinha. O Estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CFESS (org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Serviço Social, práticas judiciárias, poder**: implantação e implementação do Serviço Social no Juizado de Menores de São Paulo. São Paulo: Veras, 2005.

FÁVERO, E. Instruções sociais de processos, sentenças e decisões. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 609 - 636.

GÓIS, D. A. de; OLIVEIRA, R. C. S. **Serviço Social na justiça de família**: demandas contemporâneas do exercício profissional. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 62, São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, M.C.de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

PAULA, Viviane. **A análise da categoria mediação na prática profissional do assistente social nas Varas de Família e Sucessões do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2015.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e condições de trabalho no SUAS. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, Especial, out./dez. 2010.

RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SOBRE O SERVIÇO DE GUARDA SUBSIDIADA MUNICIPAL DA CIDADE DE APODI/RN.

Laura Lília Duarte de Carvalho Marinho²²²

Marise Vitória de Lima Moreira²²³

Fernanda Blenia da Silva²²⁴

RESUMO

O presente texto tem por objetivo relatar a experiência de equipe multiprofissional que integra o serviço de guarda subsidiada municipal da cidade de Apodi, no Rio Grande do Norte. Também conhecido como Programa Família Guardiã, esse serviço atende crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados pela sua família natural e, portanto, estão inseridos, de forma provisória ou definitiva, em família ampliada. Nesse sentido, o serviço aqui tratado amplia o conceito de família e contribui na promoção do direito a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

TRÊS PALAVRAS-CHAVE: Família. Criança. Adolescente.

SUMMARY

This text aims to report the experience of the multidisciplinary team that integrates the subsidized municipal guard service in the city of Apodi, in Rio Grande do Norte. Also known as the Guardian Family Program, this service serves children and adolescents who have had their rights violated by their natural family and, therefore, are inserted, temporarily or permanently, into an extended family. In this sense, the service addressed here expands the concept of family and contributes to promoting the right to family and community life for children and adolescents.

THREE KEYWORDS: Family. Child. Adolescent.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente o atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade foi marcado pelo assistencialismo, a repressão, a criminalização da pobreza e a sua institucionalização. É, somente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente que se instaura um novo paradigma, a doutrina da proteção e da responsabilização estatal; enquanto provedor primários dos direitos

²²² Advogada e Assessora Jurídica do Serviço de Guarda Subsidiada, Pós Graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões. OAB/RN N° 19.320.

²²³ Assistente Social do Serviço de Guarda Subsidiada, CRESS 5518-14° Região.

²²⁴ Psicóloga do Serviço de Guarda Subsidiada, CRP N° 17/4015.

fundamentais da população. Desta forma, é de responsabilidade de todos zelar por seus direitos mediante a promoção, garantia e efetivação das normas preconizadas na Constituição federal de 1988.

Nesse sentido, o ECA propiciou um novo olhar sobre crianças e adolescentes, ao garantir que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Art. 4ª, BRASIL, 1990).

Tal preconização implica na construção de políticas de atendimento protetivas, se desvencilhando do caráter correcional e repressivo adotado pelas legislações anteriores. Entre as ações que integram esse novo reordenamento, destacamos o Serviço de Guarda Subsidiada, também denominado de Programa Família Guardiã, o qual compõe a proteção social especial de média complexidade, uma vez que promove o direito a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes que não se encontram em sua família de origem.

O referido serviço tem como público alvo crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados por sua família de origem e, por isso, são inseridos, por meio de guarda, em família extensa/ampliada. Desse modo, a equipe multiprofissional que integra o Serviço Família Guardiã busca garantir o direito a convivência familiar de crianças e adolescentes a partir do atendimento a esses sujeitos e as suas famílias de origem e famílias extensas/ampliadas, com vistas a viabilizar os recursos necessários para a proteção integral.

No que se refere ao contexto de Apodi, o serviço de guarda “família guardiã” foi inserido no âmbito municipal por meio da lei orgânica nº 1.860 de 17 de junho de 2022, a qual tem como centralidade o direito a convivência familiar e comunitária a partir de intervenções preventivas e de restauração dos vínculos fragilizados e/ou rompidos.

De acordo com o que estabelece o ECA no seu Artigo 25:

Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes [...] e por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, destacamos a importância de enfatizarmos a proteção e o cuidado e não os arranjos familiares, visto que a convivência familiar é indispensável para a construção de um desenvolvimento seguro, afetivo e protetivo.

Logo, apesar de reconhecermos que o acolhimento familiar ou institucional é necessário em alguns casos, o Programa Família Guardiã busca promover os vínculos familiares para que as crianças atendidas não necessitem ser retiradas do território que conhecem e se desenvolvem.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 - EXPERIÊNCIA DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL.

O serviço família guardiã de Apodi é composto por uma assessora jurídica, uma assistente social, uma psicóloga e duas educadoras sociais.

A assessora jurídica tem como principal atribuição prestar esclarecimentos do ponto de vista técnico-jurídico, tanto à equipe como também às famílias atendidas, sobre a medida aplicada naquele arranjo familiar; a existência ou não de prazo desta medida; os deveres da família; a provisoriedade e a excepcionalidade do afastamento do convívio; os direitos das crianças e adolescentes; além de facilitar o cadastro e concessão do subsídio para a família extensa/ampliada que acolhe a criança e/ou adolescente. Já o psicólogo tem a função de mediar a comunicação entre as famílias; fazer acolhimento psicossocial; e trabalhar os vínculos emocionais entre criança ou adolescente e família extensa. No que se refere ao assistente social, sua prática profissional é perpassada pela escuta, acolhida qualificada, visitas domiciliares, entrevistas sociais, abordagem individual, elaboração de relatórios e pareceres sociais, estudo de caso, encaminhamentos à rede e controle de prontuários, fichas e registro mensal de atendimentos. E o educador social tem o papel de fortalecer potencialidades de vínculos familiares e comunitários a partir do desenvolvimento de atividades pedagógicas: contação de histórias, atividade lúdicas e incentivo ao desenvolvimento de aptidões e potencialidades.

Entre as ferramentas de trabalho para a execução do Serviço Família Guardiã, destacamos:

“A acolhida; o estudo social; diagnóstico socioeconômico; os encaminhamentos; a construção do plano individual de atendimento (PIA); atendimentos psicossociais, orientações sociofamiliares; orientações jurídico-social; acesso à documentação; identificação familiar, seja ela extensa ou ampliada através do genograma; visitas domiciliares; articulações intersetoriais; e visitas institucionais. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2014).”

Dentre as metodologias utilizadas pela equipe multiprofissional, os grupos psicossociais são ferramentas de extrema importância para conscientizar, estimular e priorizar os vínculos familiares, o que, nitidamente, está interligado as políticas públicas infanto-juvenil,

já que reordenando e alinhando esses laços, interferimos na estatística de institucionalização dessa população e impedimos que ocorra outros desrespeitos ou que continuem a figurar como vítimas de outros crimes.

Já os grupos psicossociais são executados diante de um planejamento com uma temática específica conforme as demandas constatadas pela equipe multiprofissional no acompanhamento familiar. Entre os objetivos da execução dos grupos, destacamos: trabalhar aspectos socioemocionais; estabelecer confiança mútua; interação entre os participantes do programa; autoanálise da organização familiar; promoção do lazer; e orientações sobre estratégias que garantam a proteção integral de crianças e adolescentes.

[...] o trabalho socioeducativo tem como diretriz aquelas famílias que se encontram em situação de risco [...], também famílias com dificuldades de inclusão em serviços oferecidos (educação, saúde, dentre outros), com o intuito de incentivar a participação junto à sociedade, desenvolver habilidades para esta participação (GONÇALVES; SOUSA; FILHO 2011, p.11)

Ainda na metodologia, temos as visitas domiciliares, estas são realizadas semanalmente pela equipe multiprofissional e tem a finalidade de conhecer a realidade das famílias. Essa técnica facilita e permite a aproximação entre os usuários e a equipe. A visita domiciliar também é norteadas pelos princípios éticos e contribui para a realização do estudo social, com vistas a aferir as potencialidades e limitações do território em que os sujeitos estão inseridos.

Outro instrumento utilizado na metodologia são os atendimentos psicossociais ou interdisciplinar, esses são realizados mediante agendamentos, ou por demanda espontânea. O foco dos atendimentos se dá por meio do fortalecimento da autonomia e autoestima, contribuindo para a eliminação de quaisquer formas de negligência, violação ou opressão. Visando a promoção de direitos e fortalecimento de vínculos familiares e sociais.

Para haver um melhor resultado na efetivação dessa proteção integral é necessário que haja articulação com as demais políticas sociais, e que essa se dê de forma completamente satisfatória, e aqui nos deparamos com o maior desafio encontrado enquanto profissionais. É requisito dominante que haja um fortalecimento desse vínculo dentro das instituições, já que a rede de proteção pode ser entendida como uma máquina. Cada programa além de ter que está fortalecido de forma interna, no desenvolvimento de suas atividades. É indispensável que esteja fortalecido de forma externa, com todos que compõem a proteção, pois as crianças e os adolescentes, são compreendidos como sujeitos em processo de desenvolvimento, pela garantia da proteção integral. Só terá atendido as nuances desse processo de desenvolvimento desse sujeito, caso essa falha de comunicação seja mínima uma vez que venha a ocorrer, por ser significativa e danosa no desempenho da proteção integral.

Essa troca, conhecida como referência e contrarreferência junto com a existência de poucos grupos de trabalho, fazem com que a articulação não seja tão rotineira como deveria, ocorrendo apenas quando já é uma recomendação do próprio Ministério Público e não partindo da própria rede.

Face a face à metodologia e abordagens utilizadas em consonância a tipificação dessas políticas, muito se indaga sobre a linha tênue de garantir esses direitos e, além disso, ainda assegurar a autonomia e privacidade dos usuários.

Nesta realidade do programa de guarda subsidiada do município de Apodi/RN, se tratando de uma cidade de porte pequeno e considerando as particularidades de viver no interior, é importante salientar a aplicação da ética da equipe profissional com esses usuários. Essas vivências são pautadas em respeito por si, pelo outro e fundamentos da justiça, dignidade, segurança e cidadania.

Como está presente em mandamentos elencados na constituição de 1988, vejamos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

II - a cidadania;
III - a dignidade da pessoa humana; (CONSTITUIÇÃO, 1988,)

Assim como:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (CONSTITUIÇÃO, 1988,)

Neste escopo, já que o programa existe para buscar a efetivação de direitos, é primordial lembrar que além dos riscos sociais enfrentados, o trabalho é realizado com indivíduos ainda em desenvolvimento e, sendo assim, como manifesta o Estatuto da Criança e do adolescente e nossa carta magna, é nosso dever proteger suas identidades, imagem e conservar sua privacidade. Sendo de nossa inteira responsabilidade não expor elementos que possam identificar ou gerar qualquer constrangimento.

De acordo com o art. 18 do ECA, é dever de todos evitar que as crianças e os adolescentes sejam expostos a situações vexatórias ou constrangedoras.

Obviamente que essa ética e preservação de identidade deve ser respeitada também nos momentos de atendimentos, grupos psicossociais e visitas, sejam elas domiciliares e institucionais. Devendo as instituições só cederem informações em referência ao usuário, a

alguém da equipe multiprofissional e essa guardar consigo. Incluindo, assim, fotografias e outras características que possam identificar os atendidos.

Esse trabalho resulta a longo prazo, por óbvio, é algo que deve ser contínuo e só se desenvolverá diante do compromisso dos profissionais e permissão das famílias para demonstrar suas verdades nas relações, o modo como se comunicam, sua rotina, seu padrão comportamental, sua segurança alimentar ou falta dela e dentre outras fragilidades.

2.2. O RESPEITO À EVOLUÇÃO E A PLURALIDADE DA ENTENDIDA FAMILIAR DIANTE DE SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E O IMPACTO NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO FAMILIAR.

Já que estamos falando de um serviço que atende a indivíduos e as suas famílias, é interessante que saibamos conceituar diante das mudanças ocorrendo dentro da instituição “família”.

Sem dúvidas essa é a entidade que mais vem sofrendo alterações ultimamente e enquanto comunidade podemos e devemos reconhecer esse pluralismo. Os modelos que configuram a família não podem e nem devem sofrer discriminação, como disposto no nosso arranjo legal. Além disso, essa discriminação seria refletida em um tratamento diferenciado nas metodologias de atendimento e impactaria nos resultados desse serviço de convivência que estamos discutindo.

Considerando essa evolução de família enquanto profissionais, devemos compreender e adentrar as infinitas vivências de cada existências que há no público alvo do serviço e só assim o acolhimento passar a ser um fato consumado em vez de uma possibilidade.

Com a criação do ECA em 1990 e o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, a família monoparental não é somente reconhecida como admitida no que diz respeito a guarda, assim como trouxe também a mesma discussão no âmbito do código civil em 2022, regido no art. 1584 do CC: “decretado a preparação judicial ou divorcio sem que haja as partes acordo quanto à guarda dos filhos, será a ela atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la.”

Ainda sobre a admissão da família monoparental o art. 226, § 4º, CF/88 explica a respeito desse conceito: “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.” (BRASIL, 1988, p.1);

Diante desse e outros conceitos de família da nossa sociedade atual é possível ter um olhar mais progressista do que a contemporaneidade brasileira enxerga como família e

fazendo esse reconhecimento, é nosso dever zelar para que o política de proteção resguarde a infância e juventude como prioridade, isso envolve estar inserido no conceito familiar, seja ela qual modelo for; contanto que garanta uma vida harmônica e desfrutar de um potencial afetivo. Claro que isso também vale para outras configurações de família.

Podemos aqui concluir que o conceito de família é atualmente uma instituição por um aspecto mais fático e não mais jurídico, importando a principal característica: o afeto. Como diz Maria Helena Diniz: “família no sentido amplíssimo seria aquela em que os indivíduos estão ligados da consanguinidade ou da afinidade.” (DINIZ. 2008. V.5. p. 9).

A medida de afastamento que ocorre para que a criança ou adolescente possa estar em família substituta, extensa ou ampliada é uma exceção. Devendo ocorrer apenas quando já foram esgotadas outras medidas e não puder realizar uma intervenção o mantendo no seio de sua família natural. Se constatado que essa família natural não atende ao melhor interesse ou as necessidades físicas, sociais e emocionais que essa menor precisa, é aplicada a excepcionalidade do afastamento a esse convívio.

Sob a possibilidade do afastamento, há algumas medidas que podem ser adotadas, dentre elas o acolhimento institucional, nele a criança ou adolescente fica ainda sob a responsabilidade estatal. Diferente do que ocorre no acolhimento do serviço de guarda municipal, uma vez que o Estado transfere a responsabilidade para a família que resguarda os interesses desse indivíduo vulnerável, mesmo que não integralmente. Pois esse dever continua a ser também do Estado. Exercendo uma espécie de “responsabilidade solidária” entre guardiões e Estado, dividindo a totalidade dessa obrigação.

Então, o trabalho realizado pela equipe técnica do serviço “família guardiã” é de cunho preventivo no sentido que são laboradas medidas anteriores ao afastamento, como, por exemplo, o fortalecimento das famílias, buscando abolir o rompimento do vínculo e retirada desse ambiente. Caso a medida de afastamento seja indispensável para o melhor interesse da criança, mesmo assim, essa só poderá ocorrer por meio de uma determinação judicial.

Deste modo, é de expressiva importância a expansão desse serviço de guarda em outras cidades, já que este viabiliza a materialização de direitos das crianças e adolescentes inseridos em cenários de violência para coibir os sofrimentos e todas as consequências que impactam seu pleno e saudável desenvolvimento, assim como lhe assegura o direito a convivência familiar e comunitária pilar para seu crescimento e garantir-lhe um futuro que seja possível enxerga-lo enquanto ser que compõe a comunidade e não que estará a margem desta.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com famílias tem assumido centralidade nas políticas sociais. Contudo, muitas vezes a partir de uma perspectiva de culpabilização e responsabilização exclusiva pela garantia dos cuidados com seus pares. Desse modo, apesar de compreendermos que a família é também responsável na promoção dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, não podemos esquecer que o Estado é o provedor primário da cidadania. Logo, a efetiva garantia da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes exige a disputa pelo fundo público e a ampliação do Estado Social. As violências que atingem as crianças e adolescentes são reflexos de uma estrutura a qual o Estado é omissor e insuficiente no que lhe compete. As famílias enfrentam muitas dificuldades e muitas vezes são incapazes de promover sozinhas esses direitos sociais. Criar estratégias de enfrentamento a essa violência estrutural é necessário para que a proteção integral de crianças e adolescentes seja real! É de expressiva importância a expansão do programa família guardiã em outras cidades, com vistas a diminuição de institucionalizações mediante a promoção social de famílias e a potencialização dos recursos comunitários.

Por fim, compreende-se que o trabalho dentro do serviço de guarda subsidiada tem uma função de impedir de evitar as possibilidades de institucionalização e quebra de laços afetivos. A atuação da equipe multidisciplinar tem o objetivo de acompanhar desde a fragilidade dos laços e estabilidade, até a reestruturação desses, levando em consideração o quanto fundamental é para um indivíduo o senso de pertencimento e de raízes. A equipe compreende que criar um ambiente de confiança e respeito com as famílias assistidas facilita o processo de aderência às práticas propostas pelo programa.

REFERENCIAS:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2014). Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília: MDS.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social. Brasília: 2011.

Lei 1.860/2022 de 17 de Junho de 2022

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

<https://www.fazendohistoria.org.br/>

<https://www.cenpec.org.br/tematicas/conheca-a-historia-e-a-importancia-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-eca>

GONÇALVES, Lucélia Cardoso; SOUSA, Maria Aparecida Leandro de.; FILHO, Profº Drº Mário José. O Trabalho com Famílias na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). 2011.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito civil brasileiro: Direito de família. 23. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008. V.5. p. 9)

AÇÕES PROFISSIONAIS DE ASSISTENTES SOCIAIS NO PREVI MOSSORÓ (2018-2020)

Dorisângela Maria de Oliveira Lima Martins²²⁵

Divânia Carla da Cunha Lago²²⁶

Márcia Celiany Rodrigues Medeiros²²⁷

Resumo: O Relato de Experiência em questão versa sobre a atuação do Serviço Social no Instituto Municipal de Previdência Social – PREVI Mossoró. Faz-se uma contextualização acerca da implementação do instituto, a inserção do/a Assistente Social e o desenvolvimento do seu trabalho em diversas frentes de atuação com atividades que permeiam das rotinas de trabalho na política inserida ao acompanhamento e contribuições no processo de formação profissional. Apresenta ações planejadas, implementadas, monitoradas e avaliadas pela equipe do Serviço Social tendo como público alvo servidores/as aposentados, pensionistas e na ativa no município de Mossoró sob regimento do PREVI. O estudo traz ainda os desdobramentos destas atividades no período pré e pós pandemia do COVID 19 demonstrando as possibilidades de atuação profissional em diferentes contextos, ao mesmo tempo em que demonstra a relevância da atuação profissional no espaço mencionado.

PALAVRAS-CHAVES: Serviço Social, Ações Profissionais, Previdência Social.

1. UM POUCO SOBRE O PREVI E O INGRESSO DO SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO

O Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró (PREVI Mossoró) é uma Autarquia Municipal, que arrecada e coordena contribuições de servidores/as públicos efetivos do município de Mossoró, criada pela Lei Complementar nº 060/2011, regido pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), em conformidade com a Lei nº 9717, Art. 40 da Constituição Federal de 1988, responsável pela concessão de benefícios e serviços.

É necessário esclarecer o significado de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para que seja dada continuidade as partilhas.

²²⁵ (Assistente Social CRESS 2355/14ª Região, Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais – UERN; Especialista em Gestão Pública – UERN; Especialista em Gestão de Pessoas – UNP; Especialista em Educação em Saúde – Instituto Sírio Libanês; Prefeitura Municipal de Mossoró)

²²⁶ (Assistente Social CRESS 5945/14ª, Especialista em Instrumentalidade e Técnica do Fazer Profissional em Serviço Social - UNP e Especialista em Gestão Pública - IFRN);

²²⁷ (Assistente Social, Especialista em Políticas Públicas e Intervenção Social, Especialista em Docência do Ensino Superior, Docente UnP).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu dois regimes públicos básicos pelos quais as pessoas podem receber, mediante contribuição prévia, um leque de benefícios previdenciários, sendo eles, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), além dos regimes complementares privados. No tocante a estes Regimes de Previdência, Guerreiro (2016, p. 54) expõe que:

O Regime Geral de Previdência Social é o principal regime previdenciário no Ordenamento Jurídico, abrangendo de forma obrigatória, todos os trabalhadores da iniciativa privada, os que possuem relação de emprego regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, bem assim os empregados rurais, domésticos, trabalhadores autônomo, empresários e trabalhadores avulsos. (...) Contempla também alguns servidores públicos efetivos, desde que os mesmos não se encontrem amparados por Regime Próprios, e que haja o exercício da atividade remunerada.

O RPPS é regulamentado pela Constituição Federal (CF) de 1988, nos seguintes termos do art. 40:

Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

A atuação da Assistente Social permite mediar o acesso dos servidores aos seus direitos, afirmando o compromisso ético-político da categoria direcionado à defesa da classe trabalhadora. Salienta-se que o PREVI faz parte do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), previsto no Art. 40²²⁸ da Constituição Federal de 1988.

De acordo com Oliveira (2013, p. 27) “O RPPS é nitidamente público, uma vez que, conforme mandamento constitucional, o caracterizam com a filiação obrigatória de seus segurados (servidores públicos titulares de cargo efetivo) e o caráter contributivo”

Até 2015, o Instituto contava com 02 Assistentes Sociais, 01 Estudante de Serviço Social, que atuava na Perícia Médica, como Assistente Previdenciário. Em 2016 passou a receber Estagiárias Supervisionadas de Serviço Social, sendo neste ano 03. Iniciou-se a Extensão Universitária em parceria com a Universidade Potiguar (UnP), sendo 03 Extensionistas de Serviço Social e 01 Assistente Social Voluntária.

²²⁸ **Art. 40.** Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Até início de 2020, a equipe técnica de Assistentes Sociais contava com 02 Assistentes Sociais, Estagiárias de Serviço Social, além de profissionais com formação em Serviço Social que, embora contratadas com outras funções, sempre participavam dos planejamentos e ações desenvolvidas pela categoria, respeitadas as atribuições e competências contidas na Lei nº 8662, que regulamente a profissão.

O Relato de Experiência considerará as ações profissionais das Assistentes Sociais do PREVI concretizadas entre os anos de 2018 a 2020. Particularmente este último ano já aponta alguns impactos decorrentes da Pandemia do COVID-19.

2. SERVIÇO SOCIAL E AÇÕES PROFISSIONAIS NO PREVI MOSSORÓ

De acordo com a Lei 060/2011, § 7º, a equipe de apoio administrativo da Junta Médica do PREVI, deverá constar um profissional da área de Serviço Social, atuará em estrita observância às diretrizes emanadas do seu Presidente, bem como da PREVI-MOSSORÓ, para o que se referir às questões de tramitação processual, devendo igualmente observar as regras oriundas da Secretaria da Administração e Gestão de Pessoas, nos assuntos pertinentes às suas competências.

O **Setor da Junta Médica** é responsável pelo acolhimento dos servidores; triagens; acompanhamentos e visitas domiciliares ou quando o servidor não pode ir até o instituto, por motivo de alguma fragilidade ou para investigar se a situação que a pessoa externar e alega a necessidade, é realmente a realidade.

Em 2020, o trabalho na Junta Médica sofreu algumas adaptações, em decorrência da Pandemia. Ao longo dos meses de Março e Julho, os atendimentos presenciais foram suspensos. Os servidores agendavam o dia de virem ao PREVI, entregavam a documentação e exames na Recepção da Junta Médica, para a análise dos médicos e, posteriormente, recebiam os resultados.

Mesmo diante deste quadro, a quantidade de pessoas atendidas permaneceu praticamente a mesma, cerca de 10 por dia, nas terças e quintas. A partir de 01 de Agosto foram retomados os atendimentos presenciais no referido Setor, mantendo todos os protocolos de segurança.

Neste setor, as principais atribuições desempenhadas pela Assistente Social foram informadas no item anterior, compiladas pelas Estagiárias de Serviço Social (2019/2020), no Documento fruto da intervenção destas.

No âmbito do Serviço Social da Junta Médica, é válido citar a contribuição profissional para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados, bem como, empenhando-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as (servidores).

As demandas existentes exigem um profissional que tenha competência para propor, negociar com a instituição os seus projetos, intervir nas diversas tendências e possibilidades. Requer ir além das rotinas institucionais na busca de aprendizado, diversificando as temáticas com as quais trabalha e as atribuições e atividades que desenvolve. Assim, em junho de 93, foi sancionada a Lei Nº 8662, de regulamentação da profissão, definindo competências e atribuições privativas do assistente social que representam tanto “uma defesa da profissão na sociedade” como “um guia para a formação acadêmico profissional” (IAMAMOTO, 2002, p. 22).

A Constituição Federal 1988, em seu art. 230 versa que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Nítido o respaldo legal que inclui não apenas um responsável pela criação de estratégias para garantir direitos na fase marcada pela velhice, a Carta Magna direciona não apenas a família, mas responsabiliza também a sociedade e o Estado.

Ainda o Art. 28, do Estatuto do Idoso, o Poder Público criará e estimulará programas de:
I – profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas. Estas normativas alicerçam a prática profissional das Assistentes Sociais no PREVI.

Uma das intervenções marcantes são as ações de formação profissional que ocorrem de modo sistemático, sendo em formato de palestras, seminários, campanhas educativas e encontros de Serviço Social, entre outros, que corroboram com a qualificação das Assistentes Sociais, estudantes, extensionistas e profissionais da área que são convidadas. Destarte, identifica-se o cumprimento do que Código de Ética Profissional (Resolução CFESS Nº 273, de 13 março de 1993), em seu Artigo II, o qual versa sobre o aprimoramento profissional de forma contínua.

Reforçando sobre aprimoramento e qualificação, a equipe de profissionais desenvolve produções científicas abordando sobre a prática profissional nas diferentes frentes de atuação participando de eventos científicos local, regional e internacional apresentando o cotidiano do trabalho desenvolvido e os resultados obtidos.

As Assistentes Sociais também realizam a mediação entre a articulação ensino-serviço, sendo Serviço Social, o primeiro curso a possuir Estágio Supervisionado no PREVI, assim

como, motivar a criação do Projeto de Extensão com extensionistas também de Serviço Social.

No desenvolvimento do **Projeto PREVI EDUCA**, a Assistente Social trabalha no planejamento e execução dos momentos de esclarecimento, orientação, palestra junto aos servidores na ativa, em diferentes instituições do município, elaboração de relatórios acerca das atividades realizadas, contato com as instituições para confirmar visitas e ações educativas, além de promover eventos que difundam o PREVI Mossoró e informações sobre direito previdenciário. Em 2020, por limitações impostas pela Pandemia já citada, o PREVI Educa precisou ter suas ações adiadas.

Como aborda Iamamoto (1999, p. 124) “(...) o conhecimento da normatização institucional e legislação respectiva é condição para socializar informações na ótica dos direitos dos usuários, instrumentalizando-os a se apropriarem a se apropriarem do saber institucional”. Como norteia a autora:

Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas, também, (...) versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladores da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade (IAMAMOTO, 1999, p. 124).

No **Projeto Viver Melhor PREVI Mossoró**, as Assistentes Sociais participam de todas as etapas de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações, eventos, estabelecimento de parcerias, visitas domiciliares, entre outras demandas que sejam atribuições ou competências do Serviço Social especificadas anteriormente. O referido Projeto tem reuniões de avaliação e planejamento, com a equipe técnica, bem como, encontros uma vez por mês, com o público alvo de segurados na iminência da aposentadoria, já aposentados e pensionistas.

O Projeto foi idealizado considerando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), que apresentam uma realidade em que o Brasil possui 20,6 milhões de idosos, que representam 10,8% da população total. As projeções indicam que, em 2060, o país terá 58,4 milhões de pessoas idosas, o que representará 26,7% da população brasileira. Somando-se a estes dados, Spechoto (2015, p. 36) revela que as pessoas com mais de 60 anos representam 9,6% da população. Isso equivale a um contingente de 16,7 milhões de idosos sendo que, em 1950, eram apenas 2 milhões.

No tocante ao Viver Melhor voltado para aposentados e pensionistas, o público totaliza cerca de 800 servidores e dependentes, em que serão realizados momentos educativos: Cafés com Conversa, Rodas de Conversa Social, Oficinas, que corroboram com o que preconiza a Lei Nº 8662/1993, Art. 4º Constituem competências do Assistente Social, Inciso III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população. Corroborando com o exposto:

Se a história estabelece limites e abre possibilidades para as ações dos sujeitos, aqueles limites e possibilidades só se transformam em alternativas profissionais, quando apropriadas pela categoria profissional e traduzidas em propostas por ela construídas na esfera da pesquisa, da formação e da prática do Serviço Social (IAMAMOTO, 2012, p. 108)

Os espaços de convivência, entretenimento, cultura e saúde, tais como, a Caminhada e Exercícios Orientados, Aulas de Hidroginástica, Grupo Dançar é Viver Melhor, Coral Viver Melhor, contam com a atuação das Assistentes Sociais nas etapas de planejamento, monitoramento e avaliação, conjuntamente com as instituições e profissionais parceiros.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o envelhecimento da população brasileira cresce 3,2% ao ano. Em termos absolutos, o Brasil já é o sexto país mais velho do mundo. Um relatório da Divisão de População das Nações Unidas revela que a idade média dos brasileiros em 2050 será de 40 anos. Estima-se que em 2050, teremos 138 idosos para cada 100 crianças. Nessa data, pela primeira vez na história da humanidade, o número de idosos excederá o número de jovens. E mais, a expectativa de vida aqui será de 83 anos para as mulheres e 76 para os homens (SPECHOTO, 2015, p. 38).

Assim como ocorrido em 2019, para 2020 as Assistentes Sociais vislumbram continuar desenvolvendo ações em articulação com todos os setores do PREVI e, especialmente, no Setor da Perícia, que mensalmente atende 70 servidores, e nos Projetos Sociais.

No ano de 2020, o Projeto desenvolveu atividades até o mês de março quando não só a Prefeitura Municipal decretou a paralização de algumas atividades para evitar a proliferação do COVID-19, como também instituições parceiras pausaram os serviços, tais como: Caminhada e Exercícios Orientados, Hidroginástica, Dança e Coral.

Para além destes espaços, contando com o apoio técnico de Assistentes Sociais parceiros de outras instituições, estudantes, estagiárias e a equipe técnica do PREVI, pretende-se implementar novas ações e espaços de esclarecimentos, formação, melhoria na qualidade dos serviços, voltadas não apenas para aposentados e pensionistas, mas também para os próprios servidores do Instituto. O Código de Ética (1993), no seu Princípio X, traz o

“Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”

Entre as ações profissionais a serem concretizadas, foram planejadas, além dos projetos já citados acima:

*** Sala de Espera Educativa** – Voltada para os usuários da Perícia Médica; Objetiva transformar um espaço de ociosidade e espera, em um momento de aprendizagem e esclarecimentos sobre diversos temas voltados aos direitos sociais, campanhas e serviços ofertados pela rede. O desenvolvimento da sala de espera nos diferentes serviços públicos, segundo Paixão e Castro (2006), tem o intuito de amenizar o desgaste físico e emocional associado ao tempo de espera por uma consulta de qualquer outro procedimento em saúde; o qual pode gerar angústia, revolta, tensão, comentários negativos em torno dos serviços públicos e, em geral, ansiedade. Em 2019, foram realizadas **07** Salas de Espera que contemplaram um público de **103** servidores;

*** Campanhas Educativas para os Servidores do PREVI** – Tem como público alvo os servidores do PREVI (representantes de cada setor) e como objetivo promover um espaço de esclarecimentos acerca de temáticas relevantes sobre a saúde e qualidade de vida, promovendo a integração e conhecimento sobre direitos e serviços existentes no município. Foi concretizada apenas **01** Campanha Educativa com **33** servidores.

*** Qualificação Profissional** – Direccionada para as/os profissionais, estudantes extensionistas e estagiários de Serviço Social do Instituto, bem como convidadas da rede, para os servidores do PREVI, estudantes e extensionistas do Projeto Viver melhor. Tem como propósito realizar espaços de formação profissional²²⁹ (Palestras, Seminários, Semana de Serviço Social etc.), alguns, especificamente para as Assistentes Sociais do PREVI, possibilitando troca e atualização de conhecimentos, articulação com outras áreas e políticas, fortalecendo a prática profissional do Serviço Social na Instituição e, outros, promovendo a qualificação profissional continuada das demais categorias.

Ressalta-se que em 2019, a equipe de Serviço Social do PREVI Mossoró participou de renomados eventos em outras localidades – Jornada Pótere Social (Fortaleza - CE) e Congresso Internacional de Envelhecimento Humano (Campina Grande - PB), com aprovação e apresentação de trabalhos sobre ações e projetos do PREVI, sendo no primeiro evento 03 trabalhos apresentados e no segundo, 05 trabalhos. No tocante aos espaços de Qualificação

²²⁹ Foram inclusos nestes espaços: Palestras em Parceria com o SENAC; Intervenção das Estagiárias de Serviço Social, Semana de Serviço Social;

Profissionais foram efetivas **10** contemplando público de **140** servidores, extensionistas, estagiários e convidados externos.

Coadunando com Iamamoto (2009), quando ressalta que “[...] o exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais”.

Mesmo diante de um nítido enxugamento dos direitos sociais e alterações na Previdência Social, concretizadas com a Emenda Constitucional nº 103/2019, a qual incidirá diretamente nos RPPS, o Serviço Social segue, na contracorrente, buscando incessantemente a ampliação e garantia do acesso ao direito previdenciário, bem como de tantos outros preconizados em lei e não operacionalizados em sua plenitude.

Guerra (2011, p. 44) afirma que “Os direitos sociais – como conquista da classe trabalhadora – têm nas políticas sociais os instrumentos pelos quais se materializam”. Entretanto, alerta Boschetti (2007, p. 75) é válido lembrar que “isso não significa dizer que os direitos estabelecidos constitucionalmente são assegurados cotidianamente aos cidadãos”.

Ressalta-se a relevância de elaborar, concretizar e compartilhar o conteúdo aqui descrito, uma vez que os objetivos consonantes com o que orienta o projeto ético político da profissão são perceptíveis, assim como, iniciativas neste campo de atuação são, ainda, restritas e com limitada produção bibliográfica, o que concede maior responsabilidade à equipe de Serviço Social do PREVI nos processos de trabalho.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado no decorrer deste Relato de Experiência, a atuação de Assistentes Sociais no PREVI Mossoró durante período mencionado teve impacto positivo na busca pela efetivação e consolidação dos direitos dos/as servidores/as do município em diferentes condições.

Aos que estão na ativa, as atividades educativas realizadas que aconteceram no próprio instituto e a atuação do PREVI Educa demonstram a eficácia no que tange “educação previdenciária” colaborando no esclarecimento dos direitos destes usuários/as e nas demandas administrativas, otimizando o atendimento e a eficiência do serviço público prestado.

Para os/as servidores/as aposentados/as, que participaram do Projeto Viver Melhor, as ações promoveram inclusão social, dignidade da pessoa humana e a efetivação dos direitos preconizados no Estatuto da Pessoa Idosa.

Para além das contribuições profissionais em diferentes frentes de trabalho no instituto, a atuação nos referidos projetos sociais promoveu a participação no processo de formação acadêmica atuando na supervisão de estágio e coordenando extensão com discentes do Curso de Serviço Social proporcionando aos envolvidos a relação teórico-prática com a profissão.

Compreende-se que o trabalho desenvolvido pelas Assistentes Sociais no PREV Mossoró tem relevância e promove a viabilização e mediação de inúmeros direitos sociais, desperta um olhar para um potente espaço sócio-ocupacional ainda pouco explorado pela categoria, fortalece a política previdenciária pública e se destaca como um diferencial na política previdenciária de Regimes Próprios de Previdência Social, uma vez que amplia a visão exclusiva de concessão de benefícios para abarcar também planos, programas, projetos e ações educativas.

Destarte, que as partilhas deste Relato de Experiência possam despertar interesse, curiosidade para novas pesquisas, estudos e conhecimento acerca dos Regimes Próprios de Previdência Social, como espaço sócio-ocupacional do/a Assistente Social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **LEI Nº 8.662**, de 7 de junho de 1993. Lei da Regulamentação da Profissão. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. **LEI Nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Brasília, 1993

_____. Ministério da Previdência Social. **Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social**. Brasília, 1994.

_____. **Estatuto do idoso**: Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética Profissional**. Resolução CFESS n. 273/93, 1993.

_____. Resolução CFESS Nº 493. Ementa: **Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social**. 2006.

DONADON, João. O sistema previdenciário brasileiro e os desafios impostos pela demografia e pelas alterações das relações de trabalho. In: OLIVEIRA, Fátima Bayma de; KASZNAR, Istvan Karoly. **Saúde, Previdência e Assistência Social: Políticas públicas integradas: Desafios e propostas estratégicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p. 155-162.

IAMAMOTO, Marilda. **O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social**. Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, Módulo 01. Brasília: UNB/CFESS/CEAD, 1999.

_____, **Serviço Social em Tempo de Capital e Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2012.

_____, **O debate contemporâneo do Serviço Social e a Ética Profissional**. In: BONETTI, D. A.; VINAGRE, Marlise; SALES, M. A; GONELLI, V. M.M. (Org.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 105-126

KUCK, Nicole. **O Serviço Social no Regime Próprio de Previdência Social: entre os limites legais e a garantia de acesso aos direitos previdenciários**. Porto Alegre, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MOTA, Ana Elizabete e AMARAL, Angela (org.). **Cenários, contradições e pelejas do serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

MARTINS, Dorisângela Maria de Oliveira Lima. **REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**, Dissertação Mestrado Programa Pós-Graduação e Serviço Social e Direitos Sociais da UERN, Mossoró-RN, pag. 149, 2020.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PAIXÃO, N. R. A.; CASTRO, A. R. M. Grupo sala de espera: trabalho multiprofissional em unidade básica de saúde. Boletim da Saúde, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-78, jul./dez. 2006.

OLIVEIRA, Raul Miguel Freitas de. **Previdência dos Servidores Públicos: regime próprio de previdência complementar dos agentes públicos (Atualização conforme a Lei Federal nº 12.618/2012 e Lei Paulista nº 14.653/2011)**. Leme: J. H. Mizuno, 2013.

DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO FAZER PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EXECUÇÃO DO PROJETO PREVI EDUCA (2018-2019)

Divânia Carla da Cunha Lago²³⁰

Dorisângela Maria de Oliveira Lima Martins²³¹

Laura Pollyanna²³²

Resumo: O presente Relato de Experiência contextualiza o trabalho do Serviço Social no planejamento, execução e monitoramento do Projeto PREVI EDUCA, cuja vinculação dar-se junto ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró (PREVI MOSSORÓ), destacando-se nesse contexto a dimensão pedagógica fazer profissional, uma vez que o objetivo primeiro do projeto é disseminar e informar aos servidores municipais ativos e inativos sobre os direitos e deveres em relação ao PREVI-Mossoró, promovendo inserção desses servidores ao sistema previdenciário, divulgando e esclarecendo dúvidas sobre os Benefícios, Projetos e Serviços realizados pela autarquia municipal. Neste Relato serão compartilhadas informações acerca do PREVI EDUCA, os objetivos e as ações concretizadas pela equipe envolvida neste no período de 2018 a 2019.

PALAVRAS-CHAVES: Serviço Social, Dimensão Pedagógica, Previdência Social.

1. BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MOSSORÓ (PREVI MOSSORÓ)

O Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró (PREVI Mossoró) é uma Autarquia Municipal, que arrecada e coordena contribuições de servidores públicos efetivos do município de Mossoró, criada pela Lei Complementar nº 060/2011, regido pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), em conformidade com a Lei nº 9717, Art. 40 da Constituição Federal de 1988, responsável pela concessão de benefícios e serviços. Neste Instituto, o Serviço Social passa a integrar a equipe em 2011, com a inserção da

²³⁰ (Assistente Social CRESS 5945/14^a, Especialista em Instrumentalidade e Técnica do Fazer Profissional em Serviço Social - UNP e Especialista em Gestão Pública - IFRN)

²³¹ (Assistente Social CRESS 2355/14^a Região, Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais – UERN; Especialista em Gestão Pública – UERN; Especialista em Gestão de Pessoas – UnP; Especialista em Educação em Saúde – Instituto Sírio Libanês)

²³² (Assistente Social CRESS 2408/14^a Região, Especialista em Saúde Mental e Psiquiatria- FACENE; Especialista em Políticas Públicas e Questão Social - FAVENI)

Assistente Social na Junta Médica²³³ do PREVI Mossoró (JMPM), cerca de dois meses após a criação do Instituto.

A atuação do/a Assistente Social permite mediar o acesso dos/as servidores/as aos seus direitos, afirmando o compromisso ético-político da categoria direcionado à defesa da classe trabalhadora. Salienta-se que o PREVI faz parte do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), previsto no Art. 40²³⁴ da Constituição Federal de 1988.

A criação do RPPS é encarada como uma possibilidade de garantia de direitos previdenciários aos servidores públicos, gerando, assim, uma nova frente de trabalho para Assistentes Sociais. Como ressalta Kuck (2014, p. 8),

Concomitantemente com a reestruturação das políticas de proteção social e a exigência dos trabalhadores em garantir direitos previdenciários sólidos, surgem os Regimes Próprios de Previdência Social imprimindo novas estratégias governamentais sob a forma de direitos previdenciários e dando espaço para uma nova inserção sócio ocupacional de Assistentes Sociais nesta política. (KUCK, 2014, p.8)

No tocante às demandas postas ao Serviço Social no PREVI Mossoró, além da Perícia Médica que possui um caráter mais pedagógico do fazer profissional, com orientações, esclarecimentos e visitas domiciliares aos usuários, destaca-se a atuação nos Projetos Sociais desenvolvidos no Instituto.

De acordo com o Código de Ética Profissional, Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil. Assim, as Assistentes Sociais do Instituto vinculam-se a setores distintos, embora atuem de modo articulado, planejando em conjunto as atividades e definindo coletivamente os eventos e projetos em matérias de Serviço Social: **Setor da Perícia Médica e Projetos Sociais, entre estes o PREVI EDUCA**, foco deste relato de experiência.

²³³ A Junta Médica foi regulamentada no art.92, da Lei Complementar nº 060, de 09 de dezembro de 2011, sendo este órgão pericial para análise, proposições e decisões sobre assuntos estabelecidos como de sua competência.

²³⁴ Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

2. PROJETO PREVI EDUCA: O QUE É, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Considerando um número significativo de servidores em Mossoró, montante de Secretarias e Órgãos da Administração Pública Municipal e as inúmeras dúvidas acerca das especificidades de cada benefício, serviço e projeto, fomentou a ideia de implantar um Projeto com foco na Educação Previdenciária do PREVI Mossoró, denominado **PREVI EDUCA**, almejando esclarecer critérios, condições, documentos necessários para a tomada de decisão correta nos processos de aposentadora e demanda de outros serviços.

O PREVI EDUCA é um Projeto de Educação Previdenciária²³⁵ que contempla os servidores/as em exercício e aposentados/as do Município de Mossoró com o objetivo de disseminar, informar e esclarecer aos servidores municipais sobre os direitos, deveres, serviços, benefícios e projetos em relação ao PREVI, aproximando-os do Instituto, bem como, garantindo maiores conhecimentos acerca do mesmo. Entre os objetivos específicos, destaca-se Contemplar todas as Secretarias Municipais e Órgãos da Administração Municipal com visitas e estandes de orientação e esclarecimentos sobre o PREVI Mossoró; Facilitar a compreensão dos servidores ativos/inativos do Sistema Previdenciário, divulgando e esclarecendo os benefícios, programas e serviços oferecidos no PREVI Mossoró e Ampliar o reconhecimento do PREVI, seu papel, benefícios e potencia na garantia de direitos junto aos servidores municipais.

Dentre os direitos do cidadão, o acesso à informação é uma garantia fundamental, conforme o Artigo 5º da Constituição Federal de 1988:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Com o intuito de esclarecer, orientar e mediar a garantia do direito social, o PREVI EDUCA tem o dever de tornar públicas todas as informações previdenciárias necessárias para que os servidores municipais exerçam seus direitos e deveres. Assim, como estratégias de ação para alcançar tais objetivos, o projeto possui três tipos de ações:

²³⁵ Ressalta-se que o Previ EDUCA teve como inspiração o Programa de Educação Previdenciária (PEP), do INSS, que objetiva: "(...) informar e conscientizar a sociedade acerca de seus direitos e deveres em relação à Previdência Social, com a finalidade de assegurar a proteção social dos cidadãos, por meio da inclusão e permanência no Regime Geral da Previdência Social (Portaria nº 1.276/2003)" (CARTAXO, 2017, p. 169)

Indiscutivelmente, o Serviço Social sofre os rebatimentos diretos da onda de contrarreformas vivenciada e que, no ano de 2019 teve inúmeros dispositivos que atingiram a política previdenciária. No entanto, continua a ousar na Previdência Social, seguindo rumo aos horizontes apontados pelo projeto ético-político profissional, numa trajetória comprometida em vincular o fazer profissional na política previdenciária com a luta para assegurar direitos aos usuários. O Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), aponta que:

é dever do profissional nas suas relações com os/as usuários/as democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as; como também, contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

Mesmo diante de incontestáveis tentativas de desmonte dos direitos sociais, com fortes pressões nos direitos previdenciários, os/as Assistentes Sociais prosseguem na luta em defesa do Serviço Social na Previdência, bem como na defesa desta como política pública, sob as diretrizes da MTMSS para garantir o que preconiza o art. 88 da Lei 8.213/1991:

Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da Instituição como na dinâmica da sociedade (Artigo 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991).

A Palestra, um momento mais completo, que dura em média 2 horas de ação, onde a equipe faz a explanação de todos os benefícios, serviços e projetos do PREVI-Mossoró; Esta dar-se em repartições públicas municipais, havendo visitas instituições e articulações antecedentes, dinâmicas estas que auxiliam no planejamento, organização e mediação do momento.

A Roda de Conversa, que dura em média 40 minutos, e é um momento de perguntas e respostas, onde os servidores interagem e tiram suas dúvidas com os profissionais da Instituição.

O Estande Educativo que se adequa ao tempo disponível tanto da instituição solicitante quanto da equipe solicitada, que permanece no local esclarecendo dúvidas individuais e coletivas quando procurados no local.

No entanto, dependendo das demandas da instituição que solicita intervenção do Projeto, podem se adaptar novas formas de ação.

Corroborando com o Manual Técnico do Serviço Social citado por Moreira e Severiano,

A socialização das informações previdenciárias e assistenciais – é o momento em que o Assistente Social constrói, conjuntamente com o usuário, estratégias para facilitar o acesso ao direito. Ela pode acontecer intra ou extrainstitucional e de forma individualizada ou coletiva durante os atendimentos nas agências da Previdência Social (APS), as visitas domiciliares e institucionais. (MOREIRA e SEVERIANO, 2018, p.177)

Estas ações profissionais sinalizam para Assistentes Sociais que atuam em RPPS o percurso para se desenvolver um trabalho calcado em valores democráticos, que reconheça as especificidades dos sujeitos e primem pela proteção social.

O PREVI EDUCA é formado por uma equipe multiprofissional, considerando os diferentes setores e profissionais do Instituto envolvidos nas ações. As ações contam além de Assistente Social, com servidores dos setores de Atendimento (Recepção), Perícia Médica, Departamento de Previdência (DPREV), Projetos Sociais e Jurídico.

No Art. 4º da Lei nº8662/1993, que Regulamenta a profissão do Assistente Social, constituem como suas competências:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

No desenvolvimento do Projeto PREVI EDUCA, a Assistente Social trabalha no planejamento e execução dos momentos de esclarecimento, orientação, palestra junto aos servidores na ativa, em diferentes instituições do município, elaboração de relatórios acerca das atividades realizadas, contato com as instituições para confirmar visitas e ações educativas, além de promover eventos que difundam o PREVI Mossoró e informações sobre direito previdenciário.

Como aborda Iamamoto (1999, p. 124) “(...) o conhecimento da normatização institucional e legislação respectiva é condição para socializar informações na ótica dos

direitos dos usuários, instrumentalizando-os a se apropriarem a se apropriarem do saber institucional”. Como norteia a autora:

Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas, também, (...) versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladores da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade (IAMAMOTO, 1999, p. 124).

Considera-se que O PREVI EDUCA se torna um instrumento importante no processo de integração e fortalecimento de vínculos dos ativos com o Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/PREVI-Mossoró, como também se esforça para a divulgações de informações de direito dos servidores.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROJETO PREVI EDUCA

É válido destacar que, em 2017, mesmo em formato de projeto piloto, ainda na fase de planejamento, e adaptações estruturais, a equipe referenciada realizou ações de cunho informativo em ações durante a execução do programa Mossoró Mais Cidadã (Ação Social da Prefeitura, com serviços voltados à saúde, cidadania, educação e cultura) alcançando um ótimo público em todos os momentos do evento.

Na data de 23 de fevereiro de 2018, o PREVI Educa foi apresentado ao Conselho do PREVI, todos os presentes afirmaram a importância de um programa previdenciário dessa magnitude, expondo uma total satisfação e incentivo para com o projeto.

O Projeto foi planejado pelos profissionais de Serviço Social e apresentado aos gestores da Autarquia Municipal no início do mês de fevereiro de 2018 e teve, aceitação e aprovação imediata para o início de suas ações.

No ano de 2018 contabilizou-se um montante de 28 (Vinte e oito) ações do Projeto, uma média de 2 a 3 por mês. ao todo, o total de público atendido pelo projeto no corrente ano ultrapassou 500 servidores do município de Mossoró.

No tocante à concretização das ações de 2019, a equipe do Projeto **PREVI EDUCA** realizou 3 (três) reuniões, para planejamento com os pontos positivos e pontos de melhorias no decorrente ano.

Quanto às ações promovidas para os servidores em 2019, teve uma pequena redução nas atividades ao ser comparado com o ano de 2018. Um dos motivos de grande relevância

foi à espera da seleção para contratação dos novos advogados(as) para a Autarquia Municipal.

Mesmo com alguns contratempos, o projeto teve em média uma ação por mês, concluindo que, mesmo com os imprevistos, tivemos uma ótima adesão de ações.

O **Projeto PREVI EDUCA** esteve em 09 Instituições, contemplando um total de 231 servidores durante o ano. Em 2019 a área da saúde foi a mais assistida pelo projeto em comparação à 2018, que teve a área da Educação como a mais atendida.

Como já relatado acima o projeto precisou aguardar a contratação dos novos advogados para a continuação das ações, em vista que, é essencial a presença de um responsável do jurídico quando se trata de alguns questionamentos mais técnicos dos benefícios previdenciários.

Quanto as ações, as **Rodas de Conversa** foi a ação mais solicitada pelas instituições, pois se trata de um momento mais rápido que as demais ações do projeto e não interfere tanto no horário de trabalho dos servidores.

A cada intervenção realizada a equipe mínima para compor a ação foi de:

- 1 Responsável Técnico;
- 1 Assessor Jurídico;
- 1 Atendimento ou técnico da junta médica.

Muitas dúvidas surgem durante as ações, mas as perguntas mais questionadas em todas as intervenções de 2019 foram, porque uns servidores ficaram no PREVI e outros permaneceram no INSS pós abertura do PREVI-Mossoró em 2012 e, porque a insalubridade e periculosidade não entram no cálculo da aposentadoria.

O que vem sendo observado pela equipe do Projeto é a considerável participação dos servidores municipais nas ações. Os participantes buscam além de esclarecer suas dúvidas individuais, e em sua maioria sobre aposentadoria, a procura pelo conhecimento mais a fundo sobre os tipos de previdências e demais benefícios e serviços oferecidos pela Autarquia Municipal. A equipe multiprofissional envolvida no projeto contribui para as respostas dos diversos questionamentos feitos pelos servidores.

Ainda das ações realizadas pelo PREVI Educa em 2019, O **III Seminário sobre Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)** do PREVI-Mossoró ganhou destaque. O Evento contou com aproximadamente 100 participantes e foi realizado em dois dias, sendo o dia 11 de setembro, manhã e tarde e no dia 12 de setembro, manhã.

Como diretriz do trabalho do Assistente Social, a Educação Popular Previdenciária é compreendida, segundo Cartaxo (2017, p. 178):

como fundamental para “Fundamentar o trabalho profissional aprofundando o conhecimento das condições de vida e trabalho da população, analisando seu cotidiano, as relações que estabelece junto à família, vizinhança, trabalho, associações e sindicatos; aperceber-se dos valores culturais, de suas formas de consciência ou alienação diante das condições objetivas e subjetivas de vida, na perspectiva de contribuir para a construção de um saber popular que propicie sua participação e sua organização para enfrentar as adversidades de sua realidade. (CARTAXO, 2017, p. 178)

Com uma linguagem de comunicação simples e objetiva, a equipe do projeto se preocupa para que a mensagem seja totalmente compreendida, e o servidor tenha o seu nível de esclarecimento ampliado no que se refere aos benefícios, serviços e projetos do PREVI-MOSSORÓ.

Em 2020 devido a Pandemia do COVID-19, primando pela prevenção e proteção dos servidores e da equipe envolvida as ações continuaram suspensas. A partir da orientação de evitar aglomerações, foram idealizadas outras intervenções pedagógicas que pudessem ser concretizadas virtualmente, porém, pela carência de conectividade em outros órgãos municipais, bem como, a dificuldade de reunir profissionais para participar destes momentos, uma vez que as demais Secretarias Municipais também se encontravam em adaptações devido à Pandemia, as estratégias de implementar o PREVI Educa Virtual limitaram-se à postagens nas redes sociais do Instituto, trazendo esclarecimentos sobre o funcionamento do PREVI na época de Pandemia

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Regimes Próprios de Previdência Social são reconhecidos aqui como um dos novos espaços postos à categoria de Assistentes Sociais e, em meio a um leque de possibilidades, o planejamento e execução de projetos sociais que promovam os direitos previdenciários é uma forte demanda.

Resguardadas as devidas particularidades do Regime Geral de Previdência Social e dos Regimes Próprios. As ações profissionais aqui partilhadas são compreendidas como possibilidades existentes para um exercício profissional que prime pela qualidade no serviço público, pela democratização de informações e acesso aos benefícios e serviços. O PREVI EDUCA é um exemplo destas demandas sendo reconhecidas e contempladas por meio desta iniciativa que visa a garanti dos direitos previdenciários.

Mesmo em meio às conjunturas adversas, as contrarreformas que foram sendo impostas, não sem resistência, mas conseguiram recuar em vários aspectos os direitos

sociais, o Serviço Social mantém-se ativo e ativo, propondo, criando, encontrando meio para mediar e viabilizar a garantia dos direitos sociais e previdenciários.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Manual Técnico do Serviço Social no INSS**. Brasília: DIRSAT, 2012.

_____. Ministério da Previdência Social. **Acesso à Informação**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/acesso-a-informacao/>>. Acesso em: 26 dez. 2014a.

_____. Ministério da Previdência Social. **Programa de Educação Previdenciária**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/programa-de-educacaoprevidenciaria/>>. Acesso em: 26 dez. 2014d.

CARTAXO, Ana Maria Baima. CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O processo de desconstrução e reconstrução do projeto profissional do serviço social na previdência** – um registro de resistência e luta dos assistentes sociais. In: BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro (orgs.). **O Serviço Social na Previdência – trajetória, projetos profissionais e saberes**. São Paulo: Cortez, 2007.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Regulamentação da profissão de Assistente Social**. Lei nº.8662, jun, 1993.

LOPES, Cinthia Fonseca. Competências e Atribuições do/a Assistente Social: Requisições e conhecimentos necessários. In: MOREIRA, Joana I Silveira, SEVERIANO, Evania M. Oliveira. **SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL: condições técnicas, éticas e políticas no cenário contemporâneo**. Fortaleza: Socialis Editora, pag. 177. 2018.

MARTINS, Dorisângela Maria de Oliveira Lima. **REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**, Dissertação Mestrado Programa Pós-Graduação e Serviço Social e Direitos Sociais da UERN, Mossoró-RN, pag. 149, 2020.

PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA FASSO/UERN: percepções e vivências dos sujeitos envolvidos

Jessica Ellen de Sousa Silva²³⁶

Maria Luciene da Silva Araújo²³⁷

Wiará Costa dos Santos²³⁸

Gilcélia Batista de Góis²³⁹

RESUMO: O artigo ora apresentado trata dos resultados parciais do projeto de pesquisa PIBIC/CNPQ que objetivou conhecer as concepções das(os) estudantes da Faculdade de Serviço Social (FASSO/UERN) acerca do componente curricular estágio supervisionado. Desse modo, uma das questões centrais que se apresenta na atualidade é de pensar a formação profissional com as demandas que nos são colocadas e problematizar a contribuição que as(os) supervisoras(es) de campo e de ensino possuem nesse processo, considerando que o contexto pandêmico interferiu/impactou diretamente na formação profissional em sua totalidade. Com efeito, realizamos pesquisa de campo via *google forms* com os sujeitos envolvidos no processo de estágio supervisionado.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Formação profissional. Projeto profissional.

1 INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado em Serviço Social se configura como um espaço de ensino-aprendizagem da prática e de aproximação da realidade institucional no qual a(o) discente vivencia o processo de articulação da formação e exercício profissional, possibilitando uma ação crítica e reflexiva, articulada pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com caráter profissional e acadêmico, bem como potencializando o cotidiano profissional mediante a supervisão direta e sistemática.

De acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2010, p. 14):

²³⁶ Graduada do Curso de Serviço Social do Departamento de Serviço social (DESSO) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e-mail: jessica.ellenn19@gmail.com

²³⁷ Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais (UERN). Especialista em Serviço Social na Educação (Faculdade Iguazu). Especializando-se em Impactos da Violência na Escola (Fiocruz). Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação e Desporto Escolar de Russas-CE. E-mail: assistente.luciene@gmail.com.

²³⁸ Graduada do Curso de Serviço Social do Departamento de Serviço social (DESSO) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); e-mail: wiaracosta1@gmail.com

²³⁹ Professora Doutora do Departamento de Serviço Social (DESSO) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); e-mail: gilceliagóis@gmail.com

O estágio supervisionado curricular, nas modalidades obrigatório e não obrigatório, é um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” (ABESSCEDEPSS, 1997, p.62), um dos princípios das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do(a) estudante nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham os(as) assistentes sociais, capacitando-o(a) nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional.

Não obstante, esta política evidencia a supervisão de campo e acadêmica como um dos princípios norteadores da formação profissional em Serviço Social, caracterizando assim em supervisão direta a qual se caracteriza como acompanhamento didático-pedagógico de caráter contínuo que demanda sistematização teórica e prática.

Por conseguinte, vale enfatizar que, desde a década de 1970, a profissão busca a superação das bases teóricas e metodológicas conservadoras que influenciaram a formação e o exercício profissional do Serviço Social em sua gênese, sendo a década de 1990 um marco na ruptura com tais bases tendo em vista a construção do projeto ético-político hegemônico. Atualmente, a perspectiva crítica dialética possibilitada a partir das leituras e embasamento teórico no Marxismo, permitiu ao Serviço Social uma Reconceitualização na sua fundamentação teórica e metodológica, e a construção de um projeto ético e político voltado para a defesa intransigente dos direitos sociais e contrário a ordem excludente e desigual da sociedade capitalista.

No entanto, não se pode entender tal processo como algo concluído e acabado. Muitos têm sido os desafios e limites postos a formação e ao exercício do serviço social nesta sociabilidade, dentre eles, a metodologia de ensino a distância e a existência de um certo distanciamento entre o fazer profissional e o projeto ético político, cotidianamente nos deparamos com práticas conservadoras e assistencialistas, sem perspectiva de efetivar os direitos de seus usuários. Essa preocupação tem estado presente nos debates da categoria, e nos fazem refletir como as unidades de ensino estão realizando o estágio obrigatório.

O estágio supervisionado curricular I em Serviço Social, é o momento significativo e expressivo processo formativo acadêmico e profissional, em se tratando de ter como objetivo da inserção dos discentes nas instituições e observar as múltiplas expressões da questão social que chegam as instituições de diversas formas, assim como o agir profissional relacionando à teoria e prática e ao papel do assistente social na proteção dos direitos aos indivíduos desenvolvido nos espaços sócio ocupacionais, o que impulsiona para uma ação crítica e reflexiva.

O estágio proporciona aos discentes uma apreensão das finalidades almejadas na realidade institucional pelo campo de estágio, suas correlações de forças, as condições de funcionamento, a inserção do Serviço Social no campo de estágio relacionando com os

objetivos da instituição, caracterizar os usuários e demandas postas, o trabalho desenvolvido pela assistente social e os limites, desafios e as possibilidades.

É um percurso que é perpassado por inquietações, descobertas, desafios e aprendizagens, na qual é necessário que se tenha supervisão direta com o supervisor acadêmico e de campo, sendo possível aprender a dinâmica desse processo e sua relação acadêmico-profissional, com as trocas de experiências e vivências das/os professoras/es da FASSO, e principalmente, relacionar todo o arcabouço teórico de maneira introspectiva, momento impar na vida dos discentes devido sua aproximação com a realidade concreta da profissão, e com o supervisor de campo dentro da instituição.

Em relação a supervisão de estágio em Serviço Social, este

[...] é operacionalizado mediante a supervisão acadêmica e de campo, com a participação de assistentes sociais que atuam na docência universitária e de assistentes sociais inseridos nos mais diversos campos de atuação profissional. Por essas particularidades, o estágio também se expressa como o momento em que se torna mais visível a problemática entre teoria e prática, ou melhor, a relação que se estabelece e/ou que é percebida entre estas no cotidiano da operacionalização do trabalho dos assistentes sociais (ASSIS; ROSADO, 2012, p. 207).

Seguindo essa lógica, acerca da indissociabilidade da teoria e da prática articulando-se a supervisão de campo e a acadêmica, destacamos que

[...] a relação entre teoria e prática no Serviço Social remete-nos a discutir sua compreensão no âmbito do exercício e da formação profissional. Alguns equívocos sobre essa relação entendem a prática como exclusiva da intervenção profissional e a teoria como algo específico do âmbito acadêmico. [...] (Idem, p. 204).

Contudo, depreende-se que há uma certa dicotomia em relação a teoria e a prática, como sendo situações separadas e não associadas, como se cada uma se realizasse em determinado tempo e lugar. O processo de estágio em torno de uma supervisão conjunta proporciona ao discente uma reflexão crítica e propositiva, tendo em vista, a teoria e prática como elementos entrelaçados.

Fundamentado na perspectiva crítica e dialética, a pesquisa intitulada “O estágio supervisionado x projeto ético-político: uma análise dos atores envolvidos no processo de formação da FASSO/UERN” objetivou analisar o estágio curricular obrigatório e sua interlocução com o projeto ético-político na concepção dos sujeitos envolvidos no processo de estágio supervisionado obrigatório, visando uma maior aproximação da realidade do estágio curricular/ supervisionado da FASSO/UERN e dos sujeitos dos campos de estágio sendo estas enquanto espaço de ensino aprendizagem e produção de saberes.

O projeto contou com uma pesquisa bibliográfica por meio de um levantamento de literatura e leituras com os materiais presentes em sites/revistas, na qual abordavam a temática do estágio supervisionado e o projeto ético-político profissional. Utilizou-se de um

mapeamento das instituições que receberam o estágio e os respectivos discentes e supervisores acadêmicos no ano de 2021.

O instrumental utilizado na pesquisa de campo contou com um questionário via *Google Forms* com perguntas fechadas e abertas. Este instrumento foi utilizado em virtude do momento pandêmico o qual impossibilitou a realização de entrevistas com os sujeitos. Diante disso, enviamos os formulários via e-mail para o público-alvo da pesquisa: discentes que realizaram o estágio I em 2019.2, supervisoras(es) de campo e acadêmicas(os) e a coordenadora de estágio da FASSO. Inicialmente, a pesquisa objetivava analisar o estágio I e estágio III (2019.1 e 2019.2), com uma amostragem de 05 participantes para cada categoria de sujeitos envolvidos (Supervisor/a de ensino, da prática, Coordenadora do estágio da FASSO e os alunos estagiários). No entanto, considerando a especificidade do momento atípico, foi necessário reduzir apenas para o estágio I, com 05 discentes, 05 supervisores acadêmicos, 05 supervisores de campo e 01 coordenação, nas áreas da assistência social, saúde, sociojurídico e socioeducativo.

Diante desse panorama, foram analisados e observadas abordagens diferentes de acordo com cada sujeito por meio dos eixos: formação profissional, relação teoria e prática, supervisões conjuntas, articulação as dimensões, supervisão de estágio sistematizada, plano de estágio, indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e de campo e o projeto ético-político em vinculação com a formação profissional.

2 PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DOS SUJEITOS NO PROCESSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Tendo em vista as mudanças ocorridas em virtude do contexto da pandemia da COVID-19, a pesquisa contou com 14 participantes, sendo 05 discentes, 05 supervisores acadêmicos, 03 supervisores de campo e 01 da coordenação, sendo assim foi possível analisar o desenvolvimento do estágio supervisionado da FASSO/UERN na concepção e vivências desses sujeitos no ano de 2021. As respostas analisadas são apresentadas de forma a possibilitar a identificação de qual sujeito a relatou e de qual espaço sócio-ocupacional de forma que preserve o sigilo da identidade dos participantes.

Vale registrar que os sujeitos participantes da pesquisa estão inseridos nos seguintes espaços: saúde, assistência social, sociojurídico e socioeducativo.

Em relação aos discentes, constatamos que o estágio representa um momento em que entram em contato com a realidade institucional e profissional, na qual eles vivenciam uma aproximação e apreensão de conhecimentos. Para eles, o estágio contribuiu para terem o contato direto com a relação profissional, os usuários dos serviços e as demandas do campo, abrindo horizontes no processo de ensino-aprendizagem:

- Entendo que é de suma importância para nossa formação profissional. É uma experiência única. (Assistência Social)
- Eu vejo como uma oportunidade de adquirirmos experiência e conhecermos de fato como se dá o exercício profissional. (Sociojurídico)
- Compreender melhor a vivência do assistente social no âmbito de sua atuação, tendo como base as aulas em sala de aula. (Saúde I)
- Representa um diferencial na formação do assistente social, pois permite que o aluno (a) vivencie o cotidiano dentro das várias instituições, que venha atuar, permitindo assim que coloque em prática o conhecimento adquirido ao longo do curso. (Saúde II)
- Entendo o estágio supervisionado como algo imprescindível na formação profissional. É por meio dele que temos nossa primeira aproximação com o campo de atuação. Ele é extremamente necessário para a formação do profissional de serviço social. (Socioeducativo)

No quesito do projeto ético-político, é compreendido como um projeto que orienta, articula na materialização das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com o código de ética, os princípios norteadores, direcionando para uma atuação ética, crítica e política, alinhada com os interesses da classe trabalhadora, como podemos apreender a partir das respostas dos estudantes:

- Que o nosso projeto ético-político foi um marco e uma conquista muito importante para nossa profissão e as disciplinas estudadas. (Assistência Social)
- Eu vejo ele como um norte para nós futuros assistentes sociais, pois ele juntamente com a compreensão dos assuntos trabalhados em aula e tb da experiência do estágio, vão nos direcionar para viabilizar os direitos de todas as pessoas e buscar garantir uma sociedade mais igualitária e justa, erradicando os índices de desigualdade social tão gritantes na contemporaneidade. (Sociojurídico)
- O projeto ético-político do serviço social direciona a atuação do assistente social dentro dos diversos espaços institucionais de atuação do mesmo. No meu campo de estágio, a maioria das pessoas que procuram o setor têm pouco grau de escolarização, moram em áreas periféricas. É uma realidade apresentada em sala de aula, onde a riqueza está na "mão" de poucos, mostrando claramente a divisão de classes existente em nosso país. (Saúde I)
- O estágio potencializa a vivência da realidade concreta de intervenção, articulada com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, a teoria e a prática estão intrinsecamente ligadas e são de fundamental importância para a materialização do projeto ético-político. (Saúde II)
- O projeto ético-político do serviço social, é necessário para atuação profissional na medida em que ele norteia a atuação profissional do assistente social de maneira ética, visando uma atuação que vá de acordo com os princípios do código de ética e do projeto ético-político em si. (Socioeducativo)

No processo de inserção no campo de estágio, vislumbraram a articulação de tais dimensões no processo de estágio de maneira positiva. Quando analisado a supervisão de campo e supervisão acadêmica, houve uma sistematização de ideias, leituras e orientações nas supervisões, bem como as análises apontaram para a ausência de supervisões conjuntas

de maneira reflexiva, crítica e propositiva, sendo necessário compreender que não são isoladas: elas formam um todo.

No que diz respeito à coordenação, em relação a lidar com as demandas estudantis decorrentes das condições objetivas de cada um(a) e que interferem diretamente na realização do estágio supervisionado, no geral, realiza-se diálogos com a turma e supervisoras. Pensar na materialização do projeto ético-político diante dos desafios apontados, visto que diante das lacunas, busca-se campos de estágio e supervisores que tenham um exercício profissional condizente com os princípios do Projeto ético-político, para que esse processo seja perpassado de maneira crítica e com qualidade.

Na avaliação da articulação entre supervisões de campo e acadêmica, a ausência de diálogo entre supervisões de campo e acadêmica e a falta de plano de trabalho dos profissionais dos campos se apresentam como questões que precisam ser analisadas e aperfeiçoadas, em virtude das competências que a PNE traz em relação ao constante diálogo que as supervisões devem ter, a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica.

Concernente à supervisão de campo, apreendemos que há uma defasagem nos conhecimentos relacionados ao plano de estágio, sendo este apontado apenas como planejamento de leituras, avaliação e integração das estagiárias no âmbito da instituição, como narraram os supervisores de campo:

- Simples, apenas com metas de leituras mensais aos supervisionados! (Campo 1 socioeducativo)

- As estagiárias fazem parte do processo de planejamento do setor de Serviço Social da instituição. Há momentos de avaliação e integração dos conhecimentos vivenciados na instituição com o corpo teórico da academia. (Campo 2 ambulatório materno infantil)

- Junto às discentes e docente. (Campo 3 assistência social)

O planejamento das supervisões, geralmente, ocorre mensalmente e envolve a participação das estagiárias. Cabe destacar que não há uma sistematização dessas supervisões que reflète a não construção de um plano de estágio que privilegie este processo tendo em vista a rotina institucional. No geral, os limites consistem na dinâmica da instituição que impossibilitam a realização das ações planejadas, não dispõe de recursos financeiros, bem como não dispõe de espaços para a realização das supervisões. Como potencialidades, evidenciam a riqueza do campo de estágio e a contribuição das estagiárias para a inovação do fazer profissional com sugestões de ações para melhorar a qualidade do serviço prestado.

- Na época do estágio tínhamos pouca demanda de trabalho, isso dificultou a aprendizagem dos estagiários. Esse foi um dos aspectos que mais impossibilitam o estágio, pois ficamos muito no campo teórico. Como possibilidades percebemos que o campo Socioeducativo proporciona o conhecimento em várias áreas, para além, da Assistência Social que é onde estamos inseridos como um campo da política pública. (Campo 1 socioeducativo)

- limites: conciliação com a dinâmica institucional; cumprir os horários planejados frente as ações executadas no setor; espaço físico mais reservado para as supervisões. potencialidades: Traz inovação ao serviço; enriquece a atuação profissional trazendo alternativas ao fazer profissional; contribuição para a realização das ações profissionais. (Campo 2 ambulatório materno infantil)

- Na assistência o limite é financeiro e as potencialidades é a riqueza de estar próximo aos usuários. (Campo 3 assistência social)

Em síntese, avaliam que as estagiárias chegam ao campo de estágio com arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo suficiente para articular tais dimensões e sinalizam que as estagiárias possuem comprometimento e postura alinhada ao PEP tendo atitudes reflexivas, críticas e propositivas. Ressalta-se que essa articulação entre universidade e supervisão de campo contribui para a articulação entre teoria e prática, sendo necessário sempre a inter-relação entre as partes e o diálogo para o fortalecimento e o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem.

Já para as supervisões acadêmicas, no geral, podemos perceber que o planejamento das atividades de estágio envolve os (as) estagiários. Avaliam a articulação entre a supervisão acadêmica e a supervisão de campo como imprescindível para a formação profissional, fundamentado no diálogo e na articulação entre as supervisões, visto que a combinação destes elementos contribui para uma maior qualidade da formação profissional.

- Imprescindível para formação profissional. (Supervisor acadêmico I)

- Não houve articulação devido o encerramento do contrato de trabalho no início da inserção das estudantes no campo de estágio. (Supervisor acadêmico II)

- A articulação entre supervisão acadêmica e de campo é fundamental para uma construção conjunta da formação profissional das estudantes, o que possibilita uma relação contínua tanto das supervisoras como das estudantes com a universidade e as diversas políticas sociais, reverberando a indissociabilidade entre teoria e prática, o que aponta para o fortalecimento da profissão no sentido coletivo, além de pensar as demandas apresentadas, contradições e estratégias em vinculação com a universidade. (Supervisor acadêmico III)

- Fundamental, supervisão em conjunto, bem articulada, contribui para uma maior qualidade da formação profissional. (Supervisor acadêmico IV)

- Orientamos dois grupos de estágio. Logo, existem particularidades em cada um. Em um dos campos de estágio a articulação entre supervisor acadêmico e de campo flui satisfatoriamente. Noutro, houve desencontro entre as agendas, mas a profissional com quem conversamos se mostrou muito receptiva, mas não conseguimos estabelecer tal articulação no primeiro momento de estágio. (Supervisor acadêmico V)

Os supervisores afirmam que as estagiárias (os) compreendem as dimensões Teórico-metodológica, Ético-política e Técnico-operativa, embora possuam certas fragilidades quanto à apreensão dessas dimensões. No entanto, apreendemos também que o princípio da indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa

é fomentado durante todo o processo de formação. Em síntese, as estudantes compreendem o projeto ético-político da profissão e expressam posturas reflexiva, crítica, investigativa e propositiva, embora algumas apresentem alguns limites quanto a esta compreensão.

- Regular. Percebi no decorrer da supervisão de campo uma fragilidade na apreensão teórico-metodológica no sentido desses compreenderem melhor como a teórica auxilia na dimensão ético-política e técnico-operativa. (Supervisor acadêmico I)

- Não tenho elementos suficientes para responder essa questão. Estive na supervisão acadêmica por pouco tempo. O semestre inicia com aulas coletivas e quando começamos as aulas por turma o contrato já estava se encerrando. (Supervisor acadêmico II)

- A inserção nos campos de estágio é um momento ímpar e particular na formação profissional. [...] A apreensão das dimensões perpassa a compreensão da indissociabilidade entre teoria e prática, a necessidade de conhecimento tanto da política quanto da história da política na qual as estudantes estão inseridas, a relevância dos estudos sociais, da sistematização e da pesquisa para a profissão. A dimensão ético-política se observa pela formação de novos valores e formas diversas de compreender a complexidade das relações sociais e da vida dos usuários que passam pelo lócus em que as estagiárias estão inseridas, apontando com isto tentativas de ruptura com o conservadorismo, compreensão das condições de vida e de trabalho e as contradições inerentes a sociabilidade capitalista, tendo como horizonte a árdua tentativa de garantia de direitos. A dimensão técnico-operativa perpassa por uma observação atenta da atuação dos profissionais, o preenchimento dos instrumentais, possibilidade de modificações, escuta qualificada e cuidadosa, apontamentos sobre sigilo profissional, a compreensão sobre instrumentalidade, a apreensão da necessidade de um conhecimento amplo sobre a política, suas possibilidades, sobre os organogramas de cada política, a valorização da profissional nos espaços, a construção de material político-pedagógico, informativo, a realização de oficinas, de rodas de conversas, também é observada a partir das relações com as equipes de trabalho, suas correlações, dentre outras. Esta dimensão sintetiza e complementa as outras, pois perpassa a dimensão de valores, da dimensão ética, a dimensão teórica, metodológica, para assim podermos articulá-las com a dimensão técnica e operativa da profissão. (Supervisor acadêmico III)

- Minhas orientandas eram bastante comprometidas e aplicadas tanto no estágio, quanto em sala de aula. (Supervisor acadêmico IV)

- Seguindo a distinção entre os grupos de estágio, em um dos grupos observamos uma maior apreensão das dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa que no outro, porém ambos expressam uma apreensão muito boa da dimensão ético-política. (Supervisor acadêmico V)

Os supervisores destacam a importância da articulação entre as supervisões acadêmicas e de campo como um momento importante, uma vez que essa relação combina formação com exercício profissional, um elemento imprescindível para a viabilização do estágio supervisionado. Destacamos ainda que, por meio dessa interlocução, é possível identificar as demandas e desafios dos campos de estágio, possibilitando a construção e socialização de conhecimentos e reflexões.

3 CONCLUSÃO

À vista do exposto, compreendemos que os sujeitos participantes possuem maturidade teórica-intelectual de que o estágio é fundamental no processo de formação profissional. Ademais, observamos também que ainda persistem inúmeras questões em virtude de o estágio apresentar-se muitas vezes como algo distante de nossa realidade devido às questões objetivas e subjetivas dos sujeitos envolvidos no processo.

Em se tratando do projeto ético-político constatamos que alguns discentes possuem dificuldades em articula-lo com o estágio, sendo um desafio para a nossa formação profissional. Observamos, ainda, que alguns profissionais afirmam “que não conhecem o projeto ético-político”, diante disso se faz necessário debates, palestras, minicursos para estes profissionais que estão cotidianamente nas instituições campos de estágio. Essa preocupação tem estado presente nos debates da categoria, e nos fazem refletir como as unidades de ensino estão realizando o estágio obrigatório em conjunto com o projeto profissional, e como isso tem influenciado na formação e atuação dos profissionais de serviço social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. Brasília, 2010. Disponível em: <www.abepss.org.br>. Acesso em: 29 mar 2022.

ABESS/CEDEPSS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 79. São Paulo: Cortez: 2004

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. **Revista Katálisis**, v. 15, n. 2, p. 203-211, 2012.

PRIMEIRAS ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Ananda Tamara Nunes Pinheiro²⁴⁰

Damylle Cristiane de Oliveira Lima²⁴¹

Emanuelly Dayane de Oliveira Valério²⁴²

RESUMO: O presente artigo tem o propósito de dissertar sobre as primeiras escolas do serviço social no Brasil que surgiram em São Paulo (1936) e no Rio de Janeiro (1937), fazendo considerações sobre alguns movimentos e reivindicações que ocasionaram essa questão social. Nesse sentido, é de suma importância o entendimento de como isso tudo se originou. Como metodologia utilizamos uma pesquisa bibliográfica com base no livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, da autora Marilda Iamamoto, juntamente com outras pesquisas que serviram para um melhor embasamento para o trabalho. Por fim, tendo como conclusão entender os processos históricos do serviço social, até os dias atuais, abordando sobre sua devida importância.

Palavras-chave: Serviço Social; Assistente social; História; Escola;

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como principal objetivo abordar sobre as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, dando ênfase na história do Serviço Social e de como ele se desenvolveu ao decorrer dos anos até a sua atualidade. Após a Primeira Guerra Mundial, a questão social vai refletir de forma mais evidente, pois agora trata-se de uma sociedade capitalista que sua situação econômica e social era extremamente desfavorável para a classe trabalhadora.

Quando se tem acesso a história do serviço social, passamos a compreender a importância do assistente social e seu processo histórico para ganhar espaço na sociedade. Assim, entendendo o seu papel e importância, além de ser perceptível que o assistente social atua como um meio para enfrentar as desigualdades presentes no meio social, lutando por direitos de igualdade contra o sistema capitalista que juntamente com o estado, acabam sendo uma forte repressão para classes que são anuladas e silenciadas pelos mesmos. Nesse sentido, é de grande relevância citar a concepção de Marx e Engels acerca do Estado que é claramente explicitada em “O manifesto do Partido Comunista”, no qual os citados autores afirmam que “o Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios da

²⁴⁰ Graduanda em Serviço Social da UERN. Email: anandatamara2@gmail.com

²⁴¹ Graduanda em Serviço Social da UERN. Email: damyllecristiane@gmail.com

²⁴² Graduanda em Serviço Social da UERN. Email: emanuellydayane@alu.uern.br

classe burguesa como um todo”. (MARX; ENGELS, 1998: 10). Podendo ser compreendido que o estado é um birô da burguesia. Se referindo ao poder que os dois exercem sobre as demais classes sociais, tendo em vista que os mesmos criam leis e meios que só os favorecem, deixando as classes subalternas cada vez mais de lado, sem direitos e vez na sociedade.

O presente artigo tem como metodologia uma pesquisa bibliográfica, permitindo debater sobre como ocorre o processo das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, como uma forma de compreender suas transformações e conquistas até os dias atuais. Servindo para analisar como o assistente social pode ser compreendido como uma forma de ser uma resposta para as questões sociais, atuando como uma intervenção positiva na realidade e sendo capaz de transformar a sociedade.

Estruturado de forma a expor os Fundamentos do Serviço Social, o Serviço Social na América Latina e o Serviço Social no Brasil. Discorrendo sobre os principais conceitos apresentados no livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, da autora Marilda Iamamoto. Utilizando conceitos de vários autores sobre o assunto e suas visões teóricas sobre a importância de profissionais capacitados no meio social, tendo como finalidade tornar os assuntos abordados de forma clara e objetiva, para melhor compreensão dos leitores.

2 FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

A história do Serviço Social decorre de vários acontecimentos históricos, tendo suas definições e estruturação de acordo com períodos sociais, econômicos e políticos que acontecem em todo o mundo, de diferentes formas e processos. O serviço social permite que tenhamos acesso ao passado e presente, como uma forma de analisar o futuro e assim, podermos ter conhecimentos teóricos e metodológicos para conseguir lidar e resolver com as questões sociais passadas e recentes.

No ano de 1869, surge a primeira sociedade de caridade na Inglaterra, a chamada “sociedade de organização da caridade”, sendo esta o resultado da junção entre a burguesia, a Igreja e o Estado. Em 1851 na Alemanha, a enfermeira da alta sociedade inglesa, Florence Nightingale, juntamente com as diaconisas e irmãs de caridade, inicia as visitas domiciliares, com o objectivo de minimizar os sentimentos físicos e sociais, de pobres doentes, desenvolvendo-se mais tarde atividades no âmbito da educação familiar e social com moradores de bairros operários. Em 1884, foi fundado o primeiro centro de serviço social, em Londres, pelo pastor Samuel Barnett e a sua esposa colaboradora, Octavia Hill. Já no ano de 1902, foi fundada em Nova York a primeira sede da organização de caridade por Josephine Shaw Lowell. Então conclui-se que nos Estados Unidos e no mundo foram fundadas 187 organizações como essas.

No ano de 1893 foi fundado o primeiro curso de formação de visitantes sociais em Londres e em diversos outros lugares pelo mundo, tendo como iniciativa Josephine Shaw. Vale ressaltar que em 1897 foi criada a lei dos pobres, e nesse mesmo ano ocorreu a primeira conferência nacional de caridade e correção, em Toronto, no Canadá, onde Mary Richmond, propõe a criação de um ensino de filantropia aplicada, que veio a acontecer somente no ano de 1898, ou seja, cerca de um ano depois, na Inglaterra. Os cursos eram ministrados por Mary Richmond, com a responsabilidade da Sociedade de Organização de Caridade para pessoas sociais voluntárias. Esses cursos acabaram se expandindo pelos Estados Unidos e Europa, com a finalidade de formar novos assistentes sociais, e assim, sendo criada a primeira escola social em Inglaterra no ano de 1908 em Paris, duas escolas, uma sob a orientação católica e outra sob a orientação protestante, nos anos de 1911 e 1913 respectivamente.

Ademais, o termo “Serviço Social” foi usado pela primeira vez em uma escola para assistente sociais, apenas em 1904, na cidade de Boston. Quatro anos depois (1908) foi realmente fundada a primeira escola de serviço social, sendo também totalmente envolvida por Mary Richmond. Já no ano de 1917, Mary lança seu primeiro livro com relação ao serviço social, chamado “Diagnóstico Social”, com base nos seus conhecimentos nessa devida área e com visões teóricas de diversos autores, como Augusto Comte e Émile Durkheim.

3 SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

A primeira escola de serviço social surgiu na América latina e foi criada por um médico chamado Alejandro Del Rio, na qual o fato de ter sido um médico é de extrema importância. Ela surgiu como subprofissão, sujeita a profissão médica. Os assistentes sociais serviam para auxiliar a prática médica, porém, o autor relata que é importante que nós tenhamos uma visão baseada em que o serviço social surgiu também devido uma necessidade daquela época, baseada em uma crise capitalista que o Chile estava enfrentando, e todo esse momento de crise acabou dificultando a vida dos proletários, e a partir disso, percebe-se que, há uma necessidade de outros profissionais para tentar amenizar toda a situação.

O médico Alejandro Del Rio fez uma análise e percebeu a necessidade de novos profissionais para auxiliar toda essa questão social, através de intervenções. Desde o seu nascimento, o serviço social recebeu forte influência e mero reflexo do serviço social europeu devido às suas correntes de pensamentos e propostas profissionais.

Segundo CARVALHO e IAMAMOTO, (1983, p.77): “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

Os confrontos de classes que teve no Chile, não se resolveram em benefício do proletariado e de acordo com Luiz Vitale, entre 1860 e 1890, a modernização das empresas agrícolas teve como consequência e favoreceu o aumento dos proletários rurais em diferentes regiões do Chile. Com o desenvolvimento do capitalismo chileno, com o mero crescimento urbano caótico, migrações de camponeses expulsos de suas próprias terras, instauraram o solo fértil e propício para a emergência e a proliferação de agentes encarregados para trabalhar nesses fenômenos, ou seja, fenômenos estes, assistentes sociais.

Ademais, levando pro lado profissional, as práticas têm que ser inseridas no movimento geral das classes entre as classes e vê a contradição que existe entre elas.

4 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

No Brasil houve crises que acarretaram mudanças significativas em toda sociedade brasileira, como a crise do comércio internacional (1929), pois os Estados Unidos era o maior comprador do café brasileiro e com essa crise o café diminui no sentido de ser adquirido e os preços caíram. Esses acontecimentos geraram mudanças tanto na estrutura econômica quanto na política brasileira. Assim, a acumulação do Capital vai ser alterada da agro-exportação para a área da indústria, e lá as condições de vida e de trabalho da classe operária eram muito insalubres. Os salários eram insuficientes para a sobrevivência do trabalhador e da sua família.

Em meio a uma condição de vida tão precária, surge uma necessidade da classe trabalhadora em se unir e organizar protestos para melhores condições de vida. Surgindo assim, Ligas Operárias que vão dar origem aos Sindicatos e as Sociedades de Resistência. Organizações como: Congressos Operários e Confederações Operárias, porém elas só terão aclamação pela classe operária, que não serão ouvidas, mas combatidas e reprimidas, e muita das vezes os líderes vão ser perseguidos e até presos. Por insistirem com mobilizações, greves e protestos, aos poucos a classe trabalhadora vai alcançando algumas realizações, como leis de proteção ao trabalho (1926). Porém, o resultado dessas conquistas pelo movimento operário era inferior.

Sendo assim, o país passava por uma fase turbulenta e, após a Primeira Guerra Mundial, a caracterização da questão social reflete de forma mais evidente e ampla, expondo assim, a exploração que existe entre o proletariado e a burguesia. Já que agora trata-se de uma sociedade capitalista, com um mercado que é conduzido por vínculos que são dominados por um controle do capital, os principais capitalistas vão exceder a autoridade nesta relação social de produções, por serem os donos das mesmas. Assim, o proletariado, que é o responsável pela força de trabalho, é tornada como mercadoria e vai ser vendida ao capitalista

como meio da sua sobrevivência. Após perceber que essa exploração continua sendo existente, o proletariado passa a ficar ainda mais incomodado e luta cada vez mais pelas suas melhores condições de vida, porém é necessário que o Estado intervenha nessa situação por meio de normas legais para a regulamentação do capital-estado.

Ao decorrer do tempo o capitalismo só se desenvolvia e ficava mais gritante a questão social em relação a classe trabalhadora, exigindo assim, uma apreciação das classes dominantes, o Estado e a igreja Católica. Sendo assim, é perceptível que a questão social vai estar ligada à mudança do trabalho escravo para o trabalho livre, e que o serviço social vai se fazer necessário devido a esse agravamento da questão social que está interligada ao acúmulo do capital e a exploração da força de trabalho.

Por conseguinte, a primeira escola de serviço social no Brasil surgiu nos anos de 1936 em São Paulo. Desde o princípio da profissão até os primeiros anos da institucionalização profissional, a Igreja Católica teve uma forte influência sobre ela, especialmente a partir das duas encíclicas papais: a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e a *Quadragesimo Anno*, de Pio XI. Sendo assim, a primeira escola de serviço social no Brasil foi coordenada por duas mulheres, Albertina Ferreira Ramos e Maria Kiehl, ambas eram sócias do CEAS (Centro de Estudos de Ação Social) na qual tinha um vínculo com a igreja católica. O objetivo dessa Escola era formar profissionais com personalidade conservadora fundamentada na ideologia da igreja católica por meio de práticas assistencialistas a favor da estabilidade dos interesses dos donos do capital. No ano seguinte (1937) a segunda escola foi fundada no Rio de Janeiro, era onde encontrava os principais aparatos da igreja católica e era considerado o mais antigo pólo industrial da região Sudeste com um grande centro de serviços, na qual, tinha uma grande concentração econômica e política, com uma quantidade numerosa de proletários, com esse desenvolvimento, a cidade necessitava de serviços assistenciais e básicos.

Nesse sentido, é visível que o Serviço Social no Brasil veio de forma a contribuir com as diferenças sociais existentes. Sendo de grande importância para o indivíduo nas conquistas pelos seus direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o passar do tempo, o serviço social ganhou força e desenvolvimento perante a sociedade, pois como foi abordado neste artigo, o mesmo passou por diversas etapas para finalmente ser como é nos dias de hoje. Nesse sentido, fazendo uma análise geral sobre o serviço social, é importante relatar suas origens da igreja católica, além disso, vimos que

surgiu na sociedade juntamente com a questão social, a fim de suprir necessidades da sociedade.

Depois de muitas lutas e reivindicações, nota-se que ocorreu mudanças, tendo assim o ensino do Serviço Social nas universidades, pois antes havia apenas escolas isoladas e caridosas, muito ligadas a valores morais. É importante relatar que com essas mudanças, surge o Serviço Social como profissão, capaz de atuar em várias relações sociais e são responsáveis por assegurar o bem estar do indivíduo, procurando sempre melhorias de forma igualitária.

Os elementos expostos no decorrer deste artigo contribuíram para que fosse possível obter uma melhor compreensão tanto em relação às primeiras escolas de serviço social na América Latina e no Brasil, quanto ao fundamento dessa profissão. Logo, é fundamental estimular o debate sobre a temática abordada, pois além da sua grande relevância, contribui para uma análise crítica acerca das contradições sociais, como forma de entender, mesmo que de forma teórica, a elaboração e execução de tais políticas.

Ademais, vale salientar que o assistente social quando se é inserido dentro da sociedade de forma profissional, encontra-se em um grande desafio frente ao Estado, Organizações e indivíduos a fim de mediar as relações sociais e lutar por direitos fundamentais para a evolução da humanidade, como uma forma de reduzir as desigualdades presentes no meio social. Enaltecendo o quanto essa profissão é de grande relevância não apenas nos países em que foram mencionados neste estudo, mas sim no mundo todo. Exemplificando como é essencial construir novos olhares para os usuários, a partir da compreensão do indivíduo enquanto sujeito de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DELMONT, Davi Barbosa. Linha do Tempo de Serviço Social. 1 vídeo (19:58 min). Youtube, 2017. Disponível em: <https://youtu.be/s1PH3G4cbd4>. Acesso em: 21 mai. 2022.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL. Tudo sobre Serviço Social, 2009. Disponível em: <http://tudosobreservicosocial.blogspot.com/2009/11/evolucao-historica-do-servico-social.htm>. Acesso em: 21 mai. 2022.

MACHADO, Ednéia Maria. Questão Social: Objeto do Serviço Social?. Uel, 2022. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_quest.htm. Acesso em: 21 mai. 2022.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: Serviço social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM UM CONTEXTO HOSPITALAR: BREVES CONSIDERAÇÕES

Ana Carolina Cândida da Silva²⁴³
Aryanny Fadjá Bernardo do Nascimento²⁴⁴
Maria Alessandra Sabino da Silva²⁴⁵

Resumo: O presente trabalho busca discorrer sobre a atuação do(a) assistente social no âmbito hospitalar. A partir de um breve resgate histórico, discorreremos sobre a estruturação da Política de Saúde no Brasil, bem como suas conquistas e obstáculos. A temática foi abordada compreendendo o conceito ampliado de saúde, ultrapassando a dimensão biologicista, que desconsidera as causas do processo saúde-doença. A revisão bibliográfica, fundamenta-se nos estudos de Bravo (2009), Moreira (2013) e normativas do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Nossas reflexões são fundamentadas na teoria social crítica, entendendo a realidade dinâmica do nosso objeto e sua determinação social.

Palavras-chave: Saúde. Atuação profissional. Determinação social da saúde.

1. Introdução

O presente artigo visa discorrer acerca da atuação do(a) assistente social no âmbito hospitalar, abordando a saúde enquanto política pública, direito do povo e dever do Estado. Partindo da compreensão da saúde a partir do conceito amplo, considerando diversos fatores os quais a população está posta em seu dia a dia.

Para isto, a atuação profissional precisa ser feita a partir de análise crítica, considerando o contexto social, econômico, cultural e ambiental da população, visto este contexto influenciar no processo saúde-doença, o que vem impulsionar a procura por parte da população, pelos serviços de saúde.

²⁴³ Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN (2022). Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN (2018). E-mail: carolinacandida95@gmail.com

²⁴⁴ Assistente social, especialista em Saúde Materno-Infantil pelo Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Materno Infantil do Hospital Universitário Ana Bezerra, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2023). Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN (2018). E-mail: fadjanascimento.8@gmail.com

²⁴⁵ Assistente social, especialista em Saúde Materno-Infantil pelo Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Materno Infantil do Hospital Universitário Ana Bezerra, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2023). Especialista em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade pelo Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN (2021). Graduada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN (2016). E-mail: alexandrasiilva88@gmail.com.

Dessa forma, para pensar a viabilização dos serviços de saúde, a garantia do acesso por parte da população usuária, se faz importante discutirmos como a política de saúde é concebida em nosso país, visto vivenciarmos na sociedade uma disputa de projetos. Aliado a essa questão pensar como o(a) assistente social precisa se colocar frente aos novos desafios postos, diante de uma conjuntura de regressão de direitos, assim como a criminalização da pobreza, fazendo com que a população mais pobre fique cada vez mais à margem do que é um direito humano.

Dessa forma, o trabalho está estruturado pelos seguintes itens: Antecedentes da assistência à saúde no Brasil: breve resgate; A atuação do(a) assistente social na saúde: atribuições, demandas e requisições ao exercício profissional e por fim, nossas considerações.

2. Antecedentes da assistência à saúde no Brasil: breve resgate histórico

Recorrer ao passado é um movimento necessário, senão indispensável para contextualizarmos acerca das diversas concepções e intervenções estatais que incidem sobre a saúde e suas determinações. Essas intervenções são indissociáveis dos diversos interesses sociais, econômicos e políticos na área das políticas sociais. Concordamos com Moreira (2013) quando esta considera que “os distintos projetos de saúde carregam pressupostos políticos e ideológicos divergentes” (MOREIRA, 2013).

A referida autora, ao fazer esse resgate da assistência em saúde no Brasil cita que no período colonial havia uma inexistência de um sistema organizado dessa assistência, resumindo-se aos saberes populares dos pajés e curandeiros, ou seja, a concepção acerca da saúde e da doença estava vinculada à concepção mágico-religiosa. Outra linha de intervenção voltava-se para a limpeza e fiscalização dos alimentos. Existia ainda, a presença de instituições filantrópicas, como a Santa Casa de Misericórdia, que prestava essa assistência aos doentes e necessitados.

Com o início da industrialização no país, e consequentemente do processo de urbanização das cidades, a partir da década de 1920 notou-se uma ampla utilização da mão de obra de imigrantes no país. Esse cenário impulsionou diversas reivindicações da classe trabalhadora na busca por assistência à saúde.

Acerca desse período Bravo²⁴⁶ (2013) pontua que as medidas adotadas se “constituíram no embrião do esquema previdenciário brasileiro, sendo a mais importante a criação das

²⁴⁶ Bravo (2013) em sua publicação: *Política de saúde no Brasil*, apresenta com maior objetividade, a trajetória da Política de Saúde no Brasil, pontuando os antecedentes da ação estatal aos dias atuais, e faz uma articulação desses antecedentes às determinações sócio-históricas. Para maiores aprofundamentos, consultar a referência utilizada.

Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) em 1923, conhecida como Lei Elói Chaves” (BRAVO, 2009, p. 03).

As CAPs eram organizadas por ramos de atividades e financiadas pela União, empregadores e empresas e prestavam assistência médico-curativa, medicamentos, aposentadoria, assistência por acidente no trabalho, pensão por morte para os dependentes e auxílio funeral (MOREIRA, 2013, p. 52). A criação das CAPs deu-se num contexto de reivindicação dos trabalhadores, que à época, detinham um papel importante na economia nacional, onde os “trabalhadores vinculados ao setor urbano do complexo exportador foram os mais combativos” (BRAVO, 2009, p. 03).

Nessa conjuntura, a classe operária cresce e amplia suas reivindicações, exigindo do Estado respostas às expressões da questão social que seriam mediadas através da implantação de políticas sociais. Sobre o reconhecimento pelo Estado e classes dominantes acerca da questão social, Ianni (1991) pontua que foi durante as décadas de 20 e 30 as classes dominantes e os governantes passaram a admitir a questão social com um problema político ao invés de caso de polícia.

Anteriormente, a questão social era tratada como “caso de polícia”, nesse cenário, passou a exigir do Estado intervenções mais complexas, sistematizadas, de consenso e controle das massas. É assim que o Estado passa a gerir a política de saúde brasileira em dois subsetores: o de saúde pública e o de medicina previdenciária. Têm-se destaque nesse período um enfoque nas campanhas sanitaristas.

No plano econômico, há uma reconfiguração dos processos de acumulação, com destaque para a

substituição do modelo de desenvolvimento agroexportador pelo industrial e, conseqüentemente, a crescente urbanização, demanda uma atuação em saúde que já não é respondida pelo modelo sanitarista-campanhista, ocorrendo a ampliação progressiva do modelo médico previdenciário a partir da criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs - orientados pela redução de gastos), que substituíram as Caixas de Aposentadorias e Pensões (mais abrangente). O acesso à saúde permanece como direito do trabalhador contribuinte da previdência, incluindo seus dependentes (MOREIRA, 2013, p. 53).

Diante do exposto, a assistência em saúde da população brasileira anterior à década de 1980 é caracterizada por uma realidade de exclusão do direito à saúde da maioria dos cidadãos, onde o acesso aos serviços de saúde era restrito aos trabalhadores que contribuía com a Previdência Social. Aos não segurados, ou seja, a maioria da população, essa assistência era prestada sob o viés da filantropia.

A institucionalização de um direito social - à saúde, bem como a sua expansão acontecem em um contexto de profundas transformações sociais, políticas e econômicas de uma conjuntura advinda da ditadura militar imposta ao país. Nessa conjuntura, registra-se, segundo Bravo (2009) que foi imposta a medicalização da vida social, tanto na Saúde

Pública quanto na Previdência Social. [...] “A saúde pública teve no período um declínio e a medicina previdenciária cresceu, principalmente após a reestruturação do setor, em 1966” (p. 07).

Importa salientar que esse período é marcado por diversas discussões e tensionamentos na saúde, tendo à frente atores/setores que lutavam pela renovação das práticas de saúde então vigentes.

Moreira (2013), ao discorrer sobre a conjuntura na década de 1970, cita que nesse período surge um movimento que luta pela concepção de uma saúde pública, universal e democrática – a Reforma Sanitária, cuja principal proposta

é a defesa da universalização das políticas sociais e a garantia dos direitos sociais. Nessa direção, ressalta-se a concepção ampliada de saúde, considerada como melhores condições de vida e de trabalho, ou seja, com ênfase nos determinantes sociais; a nova organização do sistema de saúde por meio da construção do SUS, em consonância com os princípios da intersetorialidade, integralidade, descentralização, universalização, participação social e redefinição dos papéis institucionais das unidades políticas (União, Estado, municípios, territórios) na prestação dos serviços de saúde; e efetivo financiamento do Estado (CFESS, 2010, p. 19).

Nessa conjuntura, a Reforma Sanitária desempenhou papel crucial, pois deu materialidade aos debates, propostas e reorientação do modelo de saúde, compreendendo-a como direito social e dever do Estado. Esse movimento ainda apresentava relutância ao modelo de formação, pautado na “especialização e fragmentação do conhecimento, e na visão da doença como fenômeno estritamente biológico” (BRASIL, 2006, p. 05).

A aproximação, ainda que superficial, dessa conjuntura política e social, assim como efervescência ideo-política desse período são importantes, pois, nos dão dimensão dos limites e tensionamentos postos que culminaram nas conquistas no âmbito da saúde coletiva e que conduziram à criação de um sistema de saúde menos excludente.

Nesse contexto, ao instituir a saúde como um direito social e responsabilidade do Estado no seu cumprimento, a Constituição Federal de 1988 incorpora o conceito ampliado de saúde, compreendendo que, para além da ausência de doenças, a saúde envolve um complexo multifatorial que estão/são intrinsecamente dependentes das condições sociais, históricas, econômicas e que interferem diretamente na saúde dos sujeitos.

Acerca das discussões que abordam sobre os conceitos de saúde, há autores que teorizam sua concepção dentro da abordagem da teoria da determinação social da saúde. Sobre isso, Moreira pontua que esse conceito foi “objeto de investigação teórica na América Latina desde a década de 1970” (MOREIRA, 2013, p. 70).

A determinação social segundo Moreira (2013)

é explicada por uma análise que lê os processos macro, como modo de produção, modelo econômico e civilizatório, configuração do mundo do trabalho, dentre outros; identifica as particularidades de reprodução social onde estão localizadas e podem ser explicadas as singularidades. Nesta construção teórica, a reprodução social é a categoria que faz a mediação desses processos gerais na dimensão particular,

especificando-os. Esses processos atuam condicionando a forma como as pessoas vão viver (p. 75).

Esse conceito aproxima-se da teoria social de Marx, possui uma abordagem na qual compreende a saúde para além dos aspectos biológicos, sendo resultante e estando articulada às relações sociais de produção. Nesse sentido, para o autor, o “processo saúde-doença é explicado através de múltiplas determinações, que são biológicas e sociais” (MOREIRA, 2013, p. 82).

Essa compreensão não desconsidera a dimensão biologicista da saúde, pois, são aspectos que articulados ao social, proporcionam uma análise mais ampla do processo saúde-doença, mas direciona seu olhar para as determinações sociais da vida dos sujeitos inseridos no modo de produção capitalista.

Diante do que já foi abordado acerca da trajetória da saúde no Brasil, identificamos que na década de 1970, o conceito-chave que centrou os debates sobre as iniquidades em saúde da população naquela conjuntura, foi a discussão sobre a teoria da determinação social da saúde, cujo conceito “é difundido com a emergência do campo da Saúde Coletiva, bem como no âmbito dos fundamentos teóricos do Movimento de Reforma Sanitária” (MOREIRA, 2013, p. 67).

A inserção dessas discussões teóricas deu materialidade e fundamento ao movimento da Reforma Sanitária e culminaram na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), considerado como uma resposta aos problemas sociais e necessidades de saúde.

Nessa direção, na década de 1990 é instituída a Lei Orgânica da Saúde²⁴⁷ que regulamenta os serviços de saúde em todo o território nacional. Consta dentre os seus princípios constitucionais e doutrinários, a universalidade, igualdade e integralidade da assistência à saúde a toda população brasileira.

No entanto, embora o SUS tenha se constituído pela defesa da saúde em seu conceito ampliado, tendo como base seus princípios doutrinários e organizativos, posteriormente à sua criação, se verifica “a afirmação das contrarreformas de cunho neoliberal, defendidas pelas agências internacionais” (CFESS, 2010). Essas contrarreformas atingiram a Seguridade Social e avançaram em seu projeto de minimização do Estado, com sérias repercussões para a classe trabalhadora.

Castro (2015) discorre sobre a ofensiva do grande capital e seus impactos nas políticas sociais, ressaltando que a reforma na área da saúde seguiu as “orientações do Banco Mundial, e foi subordinada aos princípios da eficiência, efetividade e economia dos gastos

²⁴⁷ Trata-se da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em 26 set 2021.

públicos e direcionada para privatização a partir do incentivo à criação de planos e seguros de saúde, e da expansão da indústria farmacêutica” (CASTRO, 2015, p. 49-50).

Ao se analisar os impactos da ofensiva do grande capital nas políticas sociais e especificamente na política de saúde, inúmeros desafios são postos para a sua efetivação:

a desigualdade de acesso da população aos serviços de saúde, o desafio de construção de práticas baseadas na integralidade, os dilemas para alcançar a equidade no financiamento do setor, os avanços e recuos nas experiências de controle social, a falta de articulação entre os movimentos sociais, entre outras. Todas essas questões são exemplos de que a construção e consolidação dos princípios da Reforma Sanitária permanecem como desafios fundamentais na agenda contemporânea da política de saúde (CFESS, 2010, p. 21).

Sob esse contexto, ainda se acrescentam em uma conjuntura macrossocial, o acirramento das desigualdades sociais, que tem várias faces: “econômica e de renda; de oportunidades; racial; regional; de gênero; de geração; e a desigualdade social, presente nos diferentes acessos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e ao lazer” (SCHWARCZ, 2019, *apud* FALQUETE, MORA, MARTELI, 2020, p. 43).

As desigualdades sociais são inerentes a essa sociabilidade regida pela produção e reprodução das relações sociais, cuja trajetória é permeada por exploração e apropriação dos bens produzidos coletivamente por uma minoria, ou seja, resultam da relação contraditória entre capital x trabalho.

Como resultado dessas relações se materializam as diversas expressões da questão social que, manifestada pela

fome, a miséria, o desemprego, a violência e as más condições de habitação, saúde, educação e inserção social são alguns dos aspectos que configuram a problemática das desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista (CHAVES; ARCOVERDE, 2020, p. 166).

Nesse contexto, ganha centralidade o papel do Estado enquanto regulador das relações estabelecidas entre o capital x trabalho, cuja mediação é efetivada por meio das políticas públicas, com o objetivo de amenizar as expressões da questão social. No entanto, como bem assegura Coutinho; Alves; Santos (2020),

se observa a construção de intervenções, por meio das políticas públicas, que atuam na perspectiva de proteção social com objetivo de minimizar as desigualdades. Deste modo, a ação do Estado não oferece possibilidades de superação do desemprego ou de outras demandas decorrentes destas relações estabelecidas no capitalismo, mas atua como forma de controle da classe trabalhadora, manutenção da ordem social e, também, de reprodução da força de trabalho (COUTINHO; ALVES; SANTOS, 2020, p. 144).

Como se vê, presenciamos as transformações estruturais sofridas pelas políticas sociais como resultado da ofensiva do capital, cuja “afirmação da hegemonia neoliberal no Brasil, tem sido responsável pela redução dos direitos sociais e trabalhistas, desemprego estrutural, precarização do trabalho, desmonte da previdência pública, sucateamento da

saúde e educação” (BRAVO, 2009, p. 14). Esse conjunto de determinações que atingem diretamente os objetivos e direcionamentos dados pelo Estado na condução das políticas sociais, e especificamente na política de saúde, repercute diretamente no exercício profissional dos(as) assistentes sociais.

Dentro de um contexto mais geral, presenciamos o aprofundamento das expressões da questão social, somado ao processo de precarização das condições de trabalho do assistente social. “Amplia-se o trabalho precarizado e os profissionais são chamados a amenizar a situação da pobreza absoluta a que a classe trabalhadora é submetida” (CFESS, 2010, p. 23).

Essas condições objetivas exigem a necessidade de um olhar crítico-reflexivo do profissional, o que significa apreender as determinações sócio-históricas presentes nas relações sociais e que se materializam no cotidiano dos sujeitos sob as diversas expressões da questão social, como o desemprego, pobreza, privação de direitos. São, em sua maioria, demandas que se apresentam nos espaços de trabalho, muitas vezes invisibilizada, exigindo um olhar mais aprofundado sobre as determinações que interferem no processo saúde-doença dos usuários que procuram os serviços.

3. A atuação do(a) assistente social na saúde: um olhar sobre o âmbito hospitalar

A categoria de profissionais assistentes sociais estão presentes nas diversas políticas sociais, mas historicamente, a área da saúde se constitui como um dos maiores espaços de atuação desses profissionais. Partimos da constatação de que essa categoria profissional

enquanto profissional assalariado (a) e atuante no mercado de trabalho, desenvolve suas ações a partir da execução das políticas assistenciais disponibilizadas pelo Estado e setores empresariais, cujo público-alvo são os grandes setores do proletariado - sendo seu maior órgão empregador o Estado (COUTINHO; ALVES; SANTOS, 2020, p. 136).

Sendo, portanto, o Estado o seu maior empregador, a categoria não passa indiferente ao movimento contínuo de avanços e retrocessos no campo dos direitos sociais resultantes das contrarreformas implementadas a partir da década de 1990, e que especificamente na política de saúde, essa ‘nova configuração [...] vai impactar o trabalho do assistente social em diversas dimensões: nas condições de trabalho, na formação profissional, nas influências teóricas, na ampliação da demanda e na relação com os demais profissionais e movimentos sociais (CFESS, 2010, p. 23).

Recorremos a Boschetti (2020), que em seu texto intitulado “O Serviço Social na história: 40 anos de lutas e desafios” vem situar historicamente elementos fundamentais que tratam sobre a trajetória Serviço Social brasileiro, perpassando as transformações societárias e suas “determinações econômicas, políticas e sociais”, datadas do ano de 1964

aos dias atuais. Essa abordagem é necessária, porque demarca a afirmativa de que enquanto sujeitos históricos, não somos indiferentes aos movimentos da realidade, que é permeável a essa sociabilidade produtora e reprodutora das desigualdades sociais.

Dito isso, ainda reafirmamos que no âmbito profissional da categoria, embora haja diferentes concepções de leitura da realidade, a atuação profissional se mediatiza a partir do arcabouço legal do Código de Ética profissional (Resolução CFESS 273/1996) e da Lei de Regulamentação Profissional (Lei Federal 8662/1993), bem como das Diretrizes curriculares de 1993, que embasam esse exercício profissional e dão o direcionamento à categoria, cujo horizonte defende os valores da Reforma Sanitária, uma vez que esse projeto tem relação direta com o projeto profissional dos assistentes sociais (CFESS, 2010, p. 29).

Essas são considerações cruciais, portanto obrigatórias, para buscarmos compreender como esses profissionais estão inseridos nas políticas sociais, estas permeadas por desafios e potencialidades, mas que, dada a processualidade da história em sociedade, construída por nós, e por nós modificada, novas requisições são postas no cotidiano das relações sociais de trabalho.

O(a) assistente social, que é um profissional inserido na divisão sociotécnica do trabalho, encontra na política de saúde, diversas demandas e desafios que se apresentam no seu cotidiano de atuação.

Pensar acerca desse trabalho é compreender que este profissional lida diretamente com o outro e com os dilemas existentes ligados à sua vivência/existência, além disso, aborda questões delicadas por se tratar da vida, diretamente quando envolve situações mais críticas e indiretamente envolvendo outros aspectos que estão indissociados do processo saúde/doença.

Segundo Martinelli (2011) a saúde: [...] é uma área em que pulsam valores humanos candentes e onde trabalhamos com a vida em suas múltiplas manifestações, desde o nascimento, passando pela infância, juventude, vida adulta, processo de envelhecimento, até a finitude (2011, p. 499).

É com essas particularidades que o assistente social vivencia no seu cotidiano profissional, se deparando com diferentes expressões da questão social, que atravessa as relações sociais, inclusive nos espaços sócio ocupacionais.

Destacamos que essa população, demandária dos serviços de saúde é diversa e apresenta particularidades resultantes das desigualdades sociais, que se tornam determinações no processo de saúde-doença, evidenciadas a partir de alguns fatores como raça, classe, sexo, além das próprias condições de vida a qual os(as) usuários(as) estão inseridos.

Ao tratar sobre as desigualdades sociais, Chaves e Arcoverde (2021) pontuam que

a configuração desse fenômeno vai se modificando na dinâmica do processo histórico e se apresenta em múltiplas dimensões, constituindo-se em desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais que perpassam a sociedade contemporânea, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, opções de credo e formações regionais, entre outras, colocando em questão a condição de cidadania, possibilitada pelo acesso aos direitos e a bens e serviços disponíveis na sociedade (CHAVES; ARCOVERDE, 2021, p. 173).

São essas condições, dentre outras, que se evidenciam no cotidiano profissional dos(as) assistentes sociais, se apresentando enquanto demandas, e a partir disto é possível que o profissional, por meio de uma leitura e análise crítica da realidade, apreenda as reais necessidades dos(as) usuários(as). Isto é possível por meio do contato direto com os(as) usuários(as) realizando acolhida, escuta qualificada, entrevista social, possibilitando o acesso à informação acerca dos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários, dentre outros.

Esse trabalho do(a) assistente social também ocorre de forma coletiva com os demais profissionais, o que permite uma prática mais articulada considerando os diversos fatores que envolvem a questão da saúde, sendo possível trabalhar nas causas que influenciam no processo e não só o clínico em si. Neste atendimento direto os assistentes sociais prestam informações sobre os direitos, normas e rotinas hospitalares, alguns fluxos de atendimentos.

Outro eixo que aparece com frequência no ambiente hospitalar diz respeito às informações socioassistenciais, por meio de requisições diretas dos(as) usuários(as), referente a consultas, medicamentos, questões acerca da permanência no hospital.

De acordo com os Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais na Saúde (CFESS, 2010), essas são demandas explícitas e exigem do profissional que

as ações a serem desenvolvidas pelos assistentes sociais devem transpor o caráter emergencial e burocrático, bem como ter uma direção socioeducativa por meio da reflexão com relação às condições sócio-históricas a que são submetidos os usuários e mobilização para a participação nas lutas em defesa da garantia do direito à Saúde (CFESS, 2010, p. 43).

Dessa forma, corroboramos com o que o CFESS aponta, da importância do caráter socioeducativa das ações, proporcionando reflexão e entendimento por parte dos usuários. Entretanto, ocorre que por vezes os processos de trabalho no âmbito hospitalar acabam se materializando de forma imediatista, sem dispor de uma ação crítica e reflexiva.

Dentro de uma perspectiva ampliada, ao situarmos o trabalho do(a) assistente social na saúde, identificamos que este trabalho não é indissociado das determinações capitalistas, uma vez que

trabalhamos cotidianamente nos limites impostos pelo capital, no atendimento precário e na maioria das vezes insuficiente das demandas e necessidades da classe trabalhadora, cada vez mais exaurida pela destruição dos direitos. E como trabalhadores e trabalhadoras, somos submetidos aos avassaladores processos de expropriação das nossas condições de reprodução da vida (BOSCHETTI, 2020, p. 33).

Dessa forma, reforçamos a importância da atuação profissional e que esta ocorra de acordo com o que está posto nos Parâmetros de atuação na política de saúde bem como das demais normativas, a fim de proporcionar aos usuários(as), conhecimento e acesso aos direitos sociais, e dentre estes a saúde.

4. Conclusão

Diante do que foi exposto, concluímos que a atuação do(a) assistente social na política de saúde e de modo particular no âmbito hospitalar, se depara com desafios oriundos da própria organização da sociedade, das relações de produção e reprodução das relações sociais, relações estas que são permeadas de poder, geradoras de desigualdades, sejam elas sociais e/ou econômicas, o que impacta no modo de viver da população.

São no interior dessas relações que se apresenta a necessidade do trabalho profissional do(a) assistente social, partindo de análises críticas e interventivas com a finalidade de viabilização dos direitos da população usuária, intervindo em situação de não acesso a esses direitos e/ou a violação destes, em situações de violência em seus diferentes tipos, dentre outras situações, ou seja, atuando sobre as diversas expressões da questão social.

Na área da saúde, de modo particular no âmbito hospitalar, essas expressões se apresentam muitas vezes de modo explícito, por meios de demandas trazida pelos próprios usuários e por outras vezes não aparecendo de imediato, cabendo ao profissional por meio de uso de técnicas, análise crítica e suporte teórico identificar e assim intervir nessas demandas, ainda mais por elas se apresentarem de modo que exige respostas muitas vezes imediatas.

Entretanto, ressaltamos a importância de uma prática que ultrapasse o imediatismo e intervenha com todo o suporte necessário para a viabilização dos direitos, superação de situação de violências, que podem ser geradas inclusive pela ação e/ou omissão do próprio Estado. Além disso, reforçamos a importância de um trabalho articulado com as demais categorias, do trabalho multiprofissional, entretanto sem perder o que é próprio da profissão, mas uma articulação que considere as reais necessidades dos usuários.

Referências

BRASIL. **Lei 8080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Residência multiprofissional em saúde: experiências, avanços e desafios**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRAVO, Maria Inês de Souza. Política de saúde no Brasil. In: Ana Elizabete Mota; Maria Inês de Souza Bravo; Roberta Uchôa; Vera Nogueira; Regina Marsiglia; Luciano Gomes; Marlene Teixeira (Orgs.) **Serviço Social e Saúde: trabalho e formação profissional**. 4ª edição. Editora Cortez, 2009.

CFESS. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2010.

IANNI, Octávio. A questão social. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 5, nº 1, Jan/Mar, 1991.

MOREIRA, Márcia Chaves. **Determinação social da saúde: fundamento teórico-conceitual da Reforma Sanitária Brasileira**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUC: Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5569/1/000452446-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em 05 out 2021.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ENQUANTO ESPAÇO PARITÁRIO DE DELIBERAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: um relato de experiência acerca dos principais desafios e possibilidades no cenário da pandemia de covid-19 na cidade de Apodi/RN

FERNANDA MIKAELLE ALVES DE OLIVEIRA²⁴⁸

Resumo

O presente trabalho objetiva apresentar um relato de experiência acerca dos principais desafios e possibilidades enfrentados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Apodi/RN no contexto pandêmico provocado pelo vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus - Covid-19). Assim, ele se propõe a apresentar as ações estratégicas e o trabalho realizado pelos conselheiros ao longo deste período, apresentando quais os desafios mais impactaram no processo de discussão, deliberação e organização deste órgão e quais avanços foram possíveis visto o contexto social e econômico do período.

Palavra-chave: CMDCA, pandemia, controle social

Abstract

The present work aims to present an experience report about the main challenges and possibilities faced by the Municipal Council for the Rights of Children and Adolescents - CMDCA of the municipality of Apodi/RN in the pandemic context caused by the SARS-CoV-2 virus (Coronavirus - Covid- 19). Thus, it proposes to present the strategic actions and the work carried out by the directors throughout this period, presenting the challenges that most impacted the process of discussion, deliberation and organization of this body and what advances were possible given the social and economic context of the period.

Keywords: CMDCA, pandemic, social control

²⁴⁸ Graduada em Serviço Social pela Universidade Potiguar – UnP, Pós-Graduada em Gestão de Projetos Sociais e Políticas Sociais pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Apodi/RN. Gestão 2021/2023. Mikaellealves01@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA é um órgão que fiscaliza, delibera e normatiza a política de atendimento à criança e ao adolescente. Os conselhos de direitos surgem com o advento da constituição federal de 1988 e preconiza pelo processo democrático de participação social, assim, sua composição é organizada de forma paritária onde há de forma igualitária o direito a voz e voto tanto aos representantes governamentais, quanto a sociedade civil organizada, expresso como representantes não-governamentais. Neste sentido, é importante destacar que todo conselho de direitos é criado por meio de lei municipal que também irá constituir um fundo e normatizar acerca de suas funções, como é o caso do Conselho Municipal de Apodi, criado por meio da Lei nº 1.016/2015 que dispõe sobre a política de atendimento a criança e ao adolescente e dá outras providências. No âmbito do município de Apodi, o CMDCA é vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Assistência Social, Mulher e Igualdade racial, sendo gestores dos recursos deliberados pelos conselheiros de direitos.

Por se tratar de um relato de experiência o método de análise se baseia no caso singular, ou melhor, em certo “objetivismo empírico” de como o CMDCA permaneceu com seu exercício prático no contexto pandêmico provocado pelo vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus – Covid-19). Qual nível de organicidade foi possível levando em consideração as condições objetivas e subjetivas da conjuntura social e quais foram os desafios e possibilidades ali presentes. De certo modo, o conselho permaneceu com suas atividades através de ferramentas tecnológicas, como as reuniões pelo Google Meet, e enfrentou dilemas do quanto esta ferramenta foi viável ou inviável na função do controle social onde por vezes as reuniões ordinárias foram canceladas por falta de quórum qualificado.

Enquanto espaço paritário de deliberação e controle social, o CMDCA de Apodi é formado a partir de quatro (04) instituições governamentais e quatro (04) não-governamentais que fiscalizam, deliberam e decidem acerca da política de atendimento a criança e ao adolescente. Sua decisão tem importante conotação em como o fundo da infância e adolescência será gerido pela secretaria do qual está vinculado e quais as prioridades o município deve conduzir na promoção e efetivação de direitos do seu município. Assim, ao longo deste trabalho será evidenciado quais ações foram adotadas pelo CMDCA e os entraves e conquistas ao longo do período de pandemia.

2. O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA ENQUANTO ESPAÇO PARITÁRIO DE DELIBERAÇÃO E CONTROLE SOCIAL.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, em seu Art. 88 que estabelece que “são diretrizes da política de atendimento”, em seu parágrafo II, a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais, bem como, preconiza, em seu parágrafo IV, a manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/90). Assim, a criação, manutenção e permanência dos Conselho de Direito é sine qua nom para a política de atendimento da criança e do adolescente, sendo este órgão, parte integrante do Sistema de Garantia de Direitos – SGD.

O CMDCA é um órgão responsável pela fiscalização e pelas políticas públicas de defesa dos direitos da infância e adolescência, bem como a ele são destinadas diversas outras responsabilidades e atribuições das quais cabe aqui citar, à exemplo, a inscrição das entidades de atendimento à criança e ao adolescente, com vista a reconhecer a realidade situacional da oferta de programas, serviços e ações do seu município, e até mesmo a condução do processo de escolha para membros do Conselho Tutelar, que ocorrem a cada quatro anos, por meio de processo unificado nacionalmente (Resoluções nº 152/2012; 231/2022 CONANDA e Resolução nº 134/2023 CONSEC). Assim, compreender o papel dos conselhos municipais de direitos tanto na formulação, quanto no controle da política de promoção e defesa, nas palavras de Santos (2009) significa compreender sua relação com os conselhos congêneres, e mais que isso, estabelece a articulação deste importante órgão junto a rede de proteção da qual pode ser vista como uma engrenagem onde todas as políticas devem atuar em conjunto.

No que diz respeito ao funcionamento do CMDCA do município de Apodi/RN o mesmo está ativo e é regido por meio da Lei Municipal de Nº 1.016/2015 da qual dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente de Apodi Rio Grande do Norte e dá outras providências, além de seguir as orientações preconizadas no ECA e em normas legais do CONANDA e CONSEC. Em uma primeira análise acerca desta Lei municipal é possível identificar a organização paritária do CMDCA da qual assegura a participação popular paritária por meio das organizações representativas, estando ainda, o mesmo vinculado a secretaria municipal de desenvolvimento e assistência social, denominação atualmente acrescida por “mulher e igualdade racial”.

Assim, o princípio da paridade visa estabelecer uma composição igualitária entre governo e sociedade civil, estabelecendo que ambos possuem poderes iguais nos processos decisórios de formulação de políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento (SANTOS, 2009, p. 75). Neste tocante, a Lei nº 1.016/2015 determina que o CMDCA será composto por 04 (quatro) representantes governamentais e 04 (quatro) representantes não-governamentais, sendo que para cada titular haverá um suplente. Portanto, assegurar a participação da sociedade no controle das ações dos governos e do aparelho do Estado, visando garantir o cumprimento das leis e a transparência dos atos administrativos é assegurar o princípio do controle social.

As instituições com assento²⁴⁹ no conselho governamentais são: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento; Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Assistência Social, Mulher e Igualdade Racial; Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação e Cultura. As instituições não-governamentais são: GASPEC- Grupo de Assistência às Pessoas com Câncer; APDA - Associação de Pessoas com Deficiência de Apodi; ADRA- Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Nordeste e Conselho de Desenvolvimento das Comunidades Reunidas do Município de Apodi - CDCRMA/PDA – Santa Cruz.

²⁴⁹ A título de aprofundamento o assento no conselho é realizado por meio de inscrição e deliberação do colegiado. A Lei municipal nº 1.016/2015 normatiza as condicionalidades de inscrição das entidades governamentais e não-governamentais tomando por base o art. 90 da Lei Federal 8.069/90 – ECA. O registro terá validade máxima de 02 (dois) anos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, periodicamente, reavaliar sua renovação, observado o disposto no § 1º deste artigo.

Dentro deste raciocínio, cabe especificar sobre o papel deliberativo do CMDCA, visto como uma das principais funções dos conselheiros gestores. Desta forma, Kleba e et al (2010, p. 796) apontam que os conselheiros devem

deliberar sobre concessão de recursos públicos a programas e projetos [...]; deliberar sobre política de captação de recursos e sua correta aplicação; deliberar sobre alocação de recursos a partir de prioridades definidas e seu remanejamento; deliberar sobre parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos financeiros.

Além dos pontos acima citados, diversas pautas são discutidas e deliberadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias do CMDCA, merecendo ênfase nas deliberações acerca das pautas prioritárias da política de atendimento, a elaboração dos planos municipais e no diagnóstico situacional do município.

Ademais, o novo panorama advindo pelo contexto da Covid-19 nos desafiou a encontrar estratégias para permanecer com o conselho municipal de direitos da criança e do adolescente - CMDCA ativo, participativo e deliberativo, visto o distanciamento social e a necessidade de nos reunirmos para deliberar acerca de pautas importantes e urgentes que visassem a efetivação de direitos, bem como, a discussão sobre a política de atendimento frente a situação atípica vivenciada no período pandêmico, como o fortalecimento das ações estratégicas na saúde, educação, assistência social e demais áreas. Então, novas e desafiadoras articulações foram sendo estabelecidas pelo CMDCA no intuito de permanecer com seu processo deliberativo do qual abordarei a seguir.

3. O CENÁRIO DA COVID-19 E OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES POSTAS AO CMDCA APODI/RN: RELATO DE EXPERIÊNCIA

O distanciamento social oriundo do período de emergência sanitária provocada pelo vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus – Covid-19)²⁵⁰ desencadeou inúmeras situações de risco, que vão para além da saúde, perpassando por todas as esferas da vida social e comunitária. As aulas presenciais foram canceladas, o espaço público não podia ser compartilhado, uma vez que existia o risco iminente de contaminação e as famílias ficaram em casa, no entanto, este período também foi acompanhado por uma hipertrofia significativa da desigualdade social e o retorno do Brasil ao mapa da fome. Assim, muitas famílias, com crianças e adolescentes, passaram a não possuir condições dignas de manutenção das suas necessidades básicas e/ou vivenciaram intensificações de conflitos, violações de direitos e violência no ambiente doméstico, que impacta diretamente e de forma peculiar as crianças e adolescentes, público prioritário das ações governamentais de proteção, garantia e efetivação de direitos.

Este novo cenário exige do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente um debate constante acerca das políticas que estão sendo efetivadas, a sua fiscalização e busca por novos mecanismos de proteção que viessem a responder as novas demandas, no entanto, o impacto do distanciamento também ‘respingou’ neste processo deliberativo. Da mesma forma, fomos impossibilitados de nos reunirmos presencialmente e

²⁵⁰ Cabe destacar que o período de experiência que será abordado neste relato trata-se do ano de 2021 a 2022.

as reuniões tomaram um viés tecnológico passando a ocorrer por meio dos encontros na plataforma do Google Meet.

Assis (2009 *APUD* Lavallo; Voigt; Serafim (2016) destaca que os conselhos de direitos são espaços públicos de participação institucionalizados pelo Estado, tendo os mesmo o objetivo de promover a participação da sociedade civil na formulação e controle das políticas públicas. Seguindo nesta mesma perspectiva, Lavallo; Voigt; Serafim (2016, p. 623) destaca que

Isso implica a participação da sociedade civil nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas e programas públicos. Trata-se de uma ação conjunta entre Estado e sociedade em que o eixo central é o compartilhamento de responsabilidades com vistas a aumentar o nível da eficácia e efetividade das políticas e programas públicos.

Porém, embora tenhamos nos tornados “mais tecnológicos”²⁵¹ existiram desafios que permearam a organização do conselho e/ou dos conselheiros de direitos no exercício de sua função, vista como de interesse público relevante. A apontar pela dificuldade em termos quórum qualificado, que se resume no quantitativo de participação mínima de conselheiros nas reuniões ordinárias, 50% mais 1, o que resultou, por vezes, na necessidade de realizarmos reuniões extraordinárias para que as pautas fossem discutidas com inteiro teor de responsabilidade e compromisso. Enquanto conselheira de direitos, compreendo a situação como desafiadora, visto a circunstâncias de calamidade pública da qual crianças e adolescentes encontravam-se mais vulneráveis as adversidades resultadas das condições objetivas e subjetivas tragas pela pandemia e o CMDCA encontrou dificuldade em se reunir e deliberar, sendo que a situação exigia medidas opostas, um maior cuidado e maior articulação frente ao exposto.

A falta de capacitações foi outra demanda que fragilizou a atuação dos conselheiros de direitos, visto que esses processo/ fortalece a capacidade crítico-criativa e dão embasamento teórico e prático nas decisões tomadas pelo colegiado. Não obstante, a nível regional houve um processo formativo virtual denominado “Formação Continuada – Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente: uma atuação para o fortalecimento das políticas públicas, organizado pelo CEDCA/AL; CEDCA/CE; CONSECRN; NDIJ/CAOP/MPAL; CAOPIJ/MPCE e CAOPIJF/MPRN. Porém, menos da metade dos conselheiros participaram do curso de formação, mesmo que tenha ocorrido ampla divulgação a respeito de sua realização que era semanal e noturno.

Outro aspecto de grande destaque reside nas pautas de deliberações do conselho municipal, que comumente discutia e organizava sua intervenção sobre problemas pontuais, seguindo por vezes a lógica da administração pública, assim, em alguns casos os mesmos eram discutidos de forma fragmentada e aligeirada, objetivando responder aquilo que lhes foi solicitado sem muitas vezes os conselheiros estarem presentes ou cientes sobre ações que vinham sendo desenvolvidas no município. A divisão de tarefas foi outra questão que se mostrou verdadeiramente desafiadora, visto que alguns conselheiros apresentaram

²⁵¹ Compreende-se por “mais tecnológicos” o método do qual os conselheiros se organizaram para manutenção das reuniões ordinárias e extraordinárias do CMDCA.

sobrecargas de trabalho durante o processo e não dispunha de condições para se aprofundar em determinados eixos temáticos, porém, mesmo sem o inteiro domínio, as propostas eram postas para apreciação e assim ter o parecer de aprovação pelo CMDCA.

Caminhando nesta direção, o CMDCA construiu importantes projetos que foram submetidos à editais, aprovados e financiados por meio do Itaú Social, Banco Itaú e pelo Programa Amigo de Valor do Banco Santander. Dois foram executados durante o período pandêmico: O “Programa Ciranda” voltado ao aprimoramento/capacitação e oportunizando o Jovem Aprendiz e o “Serviço de Guarda Subsidiada – Família Guardiã” que atua dentro da política de Assistência Social de proteção especial de média complexidade com crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva e colocados em família extensa, seja esta consanguínea ou afetiva.

Estes serviços foram sine qua non para a política de atendimento à criança e ao adolescente, da qual se articularam ao Sistema de Garantia de Direitos em prol do seu fortalecimento e na luta por efetivação de direitos. No que diz respeito ao Ciranda, o mesmo apresentou maiores desafios na execução e metas referentes aos objetivos propostos no projeto desenhado, pois sua implementação ocorreu no ano do “pico” da Covid-19, na fase de maior emergência de contágios e mortes. Assim, é preciso pontuar que dentre esses desafios não foi evidenciado que o mesmo tenha conseguido se articular na promoção do primeiro emprego preconizado na Lei do Jovem Aprendiz (Lei nº 10.097/2000), bem como, os cursos profissionalizantes ofertados pela equipe se deram de forma mais pontual, mas que contribuíram com o desenvolvimento pessoal, educacional e profissional dos adolescentes acompanhados.

Acerca do Serviço de Guarda Subsidiada de Apodi – Família Guardiã, o mesmo foi desenvolvido em 2021 e implementado mais recentemente, ainda em 2022, ou seja, quando o surto sanitário já se encontrava mais ameno se comparado aos anos anteriores. A equipe deste serviço é composta por Coordenador(a), Assistente Social, Psicólogo(a), duas Educadoras Sociais e por Advogado(a) que atualmente acompanham quinze (15) crianças e adolescentes que se encontram afastados do convívio familiar e estão sob os cuidados de sua família extensa e/ou ampliada. Os desafios apresentados pela equipe residem na prática de guardas irregulares ou não judicializadas e no repasse dos subsídios previstos e orçados no projeto.

O CMDCA acompanhou e monitorou a implementação e execução dos dois serviços, realizando discussões acerca dos seus impactos frente a rede de atendimento e os impactos na vida dos sujeitos atendidos, o que pode ser classificado como positivo. Sendo assim, o diálogo, a discussão e a deliberação envolta nestes projetos potencializaram o controle social dentro do CMDCA, onde foi promovido concessos e negociações entre as alternativas de projetos.

Por dizer, diversos desafios foram postos, mas também é possível evidenciar possibilidades e avanços. Neste período ainda foi possível realizar, de forma remota e contando com significativa participação social de representantes governamentais, não-governamentais, movimentos sociais e afins, o I Fórum Comunitário pela primeira infância e a partir do mesmo trilhamos para a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, já concluído e aguardando trâmites finais para publicação. Contamos ainda com apoio e parceria da Comissão do Selo UNICEF no desencadear de propostas e análise situacional da política da infância e adolescência no município.

Com isso, nas observações realizadas fica evidenciado que a atuação dos conselheiros, a partir de sua prática de deliberar, fiscalizar, normatizar, gerir o Fundo da Infância e Adolescência -FIA, no sentido de definir a utilização dos recursos alocados no Fundo, por meio de Plano de Trabalho e Aplicação, fiscalizando a respectiva execução (Lei nº 1.016/2015) o fez com responsabilidade, mapeando a realidade situacional do município e buscou arrecadação para implementação de programas e serviços, além do cuidado com outras categorias de sua atuação prática. Frisando por fim, mas não menos importante a importância das decisões dos conselheiros na luta por direitos de nossas crianças e da necessidade de fortalecer o controle social.

4. CONCLUSÃO

O CMDCA é um órgão responsável pela fiscalização e pelas políticas públicas de defesa dos direitos da infância e adolescência, bem como a ele são destinadas diversas outras responsabilidades e atribuições das quais cabe aqui citar, à exemplo, a inscrição das entidades de atendimento à criança e ao adolescente, com vista a reconhecer a realidade situacional da oferta de programas, serviços e ações do seu município, e até mesmo a condução do processo de escolha para membros do Conselho Tutelar, que ocorrem a cada quatro anos, por meio de processo unificado nacionalmente (Resoluções nº 152/2012; 231/2022 CONANDA e Resolução nº 134/2023 CONSEC). Este importante órgão atua junto a rede de atendimento e integra o Sistema de Garantia de Direitos.

O período correspondente a pandemia do vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus – Covid-19) apresentou inúmeros desafios no processo do controle social exercido pelo CMDCA, afetando também as suas deliberações. Neste contexto houve um agravamento das expressões da questão social e o retorno do Brasil ao Mapa da Fome, o que coloca crianças e adolescente e suas famílias em situação de extrema vulnerabilidade e risco social. Quando deparados com esse contexto era necessário um maior engajamento dos conselheiros no debate acerca das políticas de atendimento frente a este cenário, no entanto, também fomos confrontados por condições objetivas e subjetivas devastadoras e pessimistas.

Embora tenhamos encontrados desafios neste cenário de crise sanitária, também nos deparamos com possibilidades que permitiram fortalecer a política de atendimento às crianças e adolescentes do município. A exemplo a captação de recursos via Fundo Infância e Adolescência para o financiamento de programas e serviços por meio de editais dos Bancos Itaú e Santander, que impactaram positivamente na vida dos sujeitos atendidos, promovendo a garantia de acesso a direitos. Com isto, é notório a importância de termos conselhos de direitos atuantes e deliberativos, na busca incansável de resguardar uma infância e adolescência com acesso a direitos, com participação cidadã e compromisso na luta social.

Referências

APODI. **Lei 1.016**, de 04 de Maio de 2015. Dispõe Sobre a Política Municipal de Atendimento Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente De Apodi Rio Grande Do Norte, E Dá Outras Providências.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 18 de Abril de 2023.

_____. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 27 de Abril de 2023.

KLEBA, Maria Elisabeth., et al. O papel dos conselho gestores de políticas públicas: um debate a partir das práticas em conselho municipais em Chapecó (SC). *Ciênc. saúde coletiva* 15 (3), Maio 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000300022>

LAVALLE, Adrian Gurza; VOIGT, Jessica; SERAFIM, Lizandra. **O que fazem os conselhos e quando o fazem? Padrões Decisórios e o Debate dos Efeitos das Instituições Participativas**. *rev. ciênc. sociais* 59 (3) • Jul-Sep 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201687> Acesso em: 03 de Março de 2023

SANTOS, B.R., et al. **Conselhos dos direitos da criança e do adolescente**. In: ASSIS, S.G., et al., orgs. *Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009, pp. 67-138. ISBN: 978-85-7541-596-2. Available from: doi: 10.7476/9788575415962.0004. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/3svc2/epub/assis-9788575415962.epub>.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA “QUESTÃO SOCIAL” E SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Vinícius Paulino Lopes da Silva ²⁵²

RESUMO: Com base na pesquisa bibliográfica clássica e contemporânea, o objetivo desse texto é sintonizar o debate sobre os fundamentos da “questão social” com o Serviço Social na contemporaneidade. À luz do materialismo histórico e dialético, apresenta as determinações mais gerais da “questão social” enquanto objeto do Serviço Social, analisa as particularidades da “questão social” no Brasil. Sustenta que a conjuntura de crise estrutural do capital aprofunda novas expressões da “questão social” na atualidade exigindo estratégias político- coletivas para o enfrentamento.

Palavras- chave: fundamentos. “questão social”. Serviço Social.

1. Introdução

Historicamente, o conceito da “questão social” surgiu apartado da tradição marxiana e marxista. Por sua vez, evidenciou- se com o fenômeno do pauperismo oficial na Europa fruto das desigualdades do capitalismo enquanto modo de produção e reprodução social (NETTO, 2011). A partir do Movimento de Reconceitualização Latino- Americano, especificamente, na intenção de ruptura (1979), o termo passou a ser considerado objeto de trabalho, formação e produção de conhecimento crítico do Serviço Social inserida na divisão sócio- técnica, racial e sexual do trabalho no chão das políticas sociais (IAMAMOTO E CARVALHO, 1982).

À luz do materialismo histórico e dialético, o objetivo desse texto é sintonizar o debate sobre os fundamentos da “questão social” com o Serviço Social na contemporaneidade. Para alcançar o objetivo proposto articula- se três chaves de análises com base na pesquisa bibliográfica: a primeira, analisa a perspectiva teórica sobre a “questão social” com base em Netto (2011), Iamamoto (2001), Iamamoto e Carvalho (1982) e Yazbek (2001). A segunda, aprofunda as particularidades da “questão social” na formação social brasileira, cuja mediação é apresentada através de Almeida (2019), Cisne (2015), Fernandes (2005), Marini (1977), Santos (2008), dentre outros. A terceira (sem pretensão de exaurir a discussão), traz as considerações finais e aponta os desafios postos a “questão social” e ao Serviço Social na contemporaneidade.

²⁵² Graduado em Serviço Social pela Universidade de Pernambuco (UPE) com período sanduíche em Trabajo Social na Universidad de La República do Uruguay (UDELAR). Pós- graduado em Serviço Social e Gestão de Políticas Públicas e Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (DESSO-UERN). E- mail: vinicius.profpaulino@gmail.com

2. Desenvolvimento

2.1 “Questão Social”: determinações e fundamentos sócio- históricos

A palavra “questão social” gira em torno de diversas polêmicas. Segundo José Paulo Netto (2011) na obra “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, especificamente, no texto intitulado: “As cinco notas a propósito da “questão social”, de forma imprecisa, o termo “questão social”, apareceu pela primeira vez na literatura ainda na segunda metade século XIX, para designar os fenômenos associado ao pauperismo (pobreza absoluta), tendo seu uso apropriado pelo vocabulário do projeto burguês conservador após os eventos revolucionários da classe trabalhadora europeia de 1848.

Nesse contexto de ebulição política, a Europa Ocidental vivenciava o avanço das forças produtivas expressa pela Revolução Industrial inglesa no ultimo quartel do século XVIII, particularmente, no estágio industrial- concorrencial. Constatava- se do ponto de vista social e econômico algo inédito nunca antes experimentado na história do capitalismo: a operacionalização da lei geral de acumulação capitalista (MARX, 2014), ou seja, ao mesmo tempo em que a riqueza era socialmente produzida, a pobreza crescia de forma exponencial agudizando a relação desigual entre ricos e pobres, trabalhadores e detentores dos meios sociais de produção.

Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez (NETTO, 2011, p. 153-154).

Para além das questões relacionadas a expressões das múltiplas desigualdades particulares da sociabilidade burguesa, a “questão social” também diz respeito aos seus desdobramentos sócio- políticos. Da primeira década até a metade do século XIX, a classe trabalhadora inglesa com o movimento *Luddista* passou a reivindicar as suas demandas coletivas confrontando diretamente a burguesia e as suas instituições sociais. “Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou- se como “questão social” (NETTO, 2011, p.154).

A partir da tomada de consciência da classe trabalhadora e a denúncia pública por melhores condições de vitalidade, as respostas dada pela classe dominante nesse momento histórico frente as sequelas da “questão social” não passavam de ações conservadoras e paliativas, isto é, “trata- se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem- se aqui, obviamente, um reformismo para conservar” (NETTO, 2011, p. 155).

É na era dos monopólios século XIX onde ocorrem transformações significativas na dinâmica do capitalismo fazendo aumentar a taxa de trabalhadores submersos no exército industrial de reserva, um crescente rearranjo internacional na divisão internacional do trabalho por meio dos grupos monopólios que controlam pelas alturas os povos e Estados com o objetivo de maximizar os seus lucros (NETTO, 2011).

Em consequência a esse processo surgem demandas por mecanismos de intervenção extra- econômicos refuncionalizando o papel do Estado numa dinâmica extra- econômica, ou seja, esses mecanismos são as políticas sociais que assumem características continua, sistemática e estratégica para a reprodução da força de trabalho mediando respostas a “questão social” e suas sequelas (NETTO, 2011).

Segundo o autor, fora na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista sob a hegemonia do Estado que o Serviço Social consolidou a sua profissionalidade para atuar frente as expressões da “questão social” via políticas sociais²⁵³. Assim, “a funcionalidade essencial da política social no Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho” (NETTO, 2011, p. 31) ao mesmo tempo que busca atender algumas demandas de subsistência da classe trabalhadora.

É somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico- culturais que tangenciamos nas secções precedentes que se instaura o espaço histórico- social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão. Sem a consideração desse marco específico, a análise da história do Serviço Social perde concreção e acaba por transforma- se numa crônica essencialmente historiográfico e linear (NETTO, 2011, p. 69).

Aprofundando o debate²⁵⁴, na obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica” de Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho (1982) inauguram a perspectiva crítica e inédita da profissão na ruptura contra o conservadorismo legatária do Congresso da Virada de 1979. Nessa conjuntura sócio- histórica em ebulição, o Serviço Social brasileiro se aproximou do marxismo (mesmo que inicialmente de forma enviesada) e das lutas sociais dos (as) trabalhadores (as) progressistas no país e gestou as bases teórico- metodológica, ético- política e técnico- interventiva para a construção de uma cultura profissional crítica.

²⁵³ Na Obra “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” Netto (2011) sintetiza criticamente as políticas sociais (continua, sistemática e estratégica ao capital) enquanto “mecanismos extra- econômicos” para o enfrentamento das expressões da “questão social” numa perspectiva fragmentada.

²⁵⁴ É emblemática a revista *Temporalis* da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) nº 3 publicada no ano de 2001, na qual a mesma apresenta um esforço de síntese da categoria profissional em qualificar o debate a respeito da “questão social” à luz do materialismo histórico e dialético com textos de Netto, Iamamoto, Potyara Pereira e Yazbek.

Os autores em debate inter cruzam a “questão social” ao processo de urbanização e industrialização do capitalismo tardio na década de 1930 forjado nas desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, cuja essência está na relação antagônica entre capital e trabalho. Marilda Iamamoto (2001) considera indissociável o debate da “questão social” ao processo de acumulação capitalista e dos resultados que produz sobre a totalidade da classe trabalhadora. Para a autora a expressão “questão social” surge por volta de 1830 na perspectiva do poder e entendida como ameaça da representada pela classe trabalhadora a ordem do capital IAMAMOTO (2001).

Segundo Iamamoto (2011), devemos levar em consideração alguns elementos que estruturam a sociabilidade do capital: 1) a mercadoria é o motor fundamental que determina socialmente os produtos na qual o trabalhador vende a sua força de trabalho em troca de um salário, isto, é, um trabalho estritamente alienado, alheio a quem produziu. Essa relação sintetiza a personificação de duas classes fundamentais nessa sociedade, o trabalhador e o capitalista (capital x trabalho); 2) “a mais- valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção” (IAMAMOTO, 2001, p. 13) que, por sua vez, representa a expropriação por parte dos donos dos meios de produção fruto do trabalho socialmente realizado para a manutenção dos processos de acumulação e centralização de capital em escala global (IAMAMOTO, 2001)

Nesse interim, a tendência é intensificar as forças produtivas do trabalho social em nome da valorização do capital entendido enquanto uma relação social que ganha materialidade no campo da produção (produção de mercadorias) e extrapola esse último para a esfera da reprodução da sociedade burguesa (ideologia, cultura, arte, política, Estado, as formas de sobrevivência do ser social tais como: comer, vestir, calçar, acesso ao transporte, lazer, moradia, dentre outras) articulada ao movimento da totalidade da vida social (IAMAMOTO, 2001).

Essa sintonia tem como base os escritos de Marx em O Capital (2014) na ótica da crítica da economia política por apreender a “questão social” enquanto fruto da lei geral de acumulação capitalista, ou seja, a apropriação privada da riqueza que é socialmente produzida (trabalho social) pela classe trabalhadora detentora da propriedade privada e dos meios sociais de produção para a extração insaciável de mais valor, ou seja, ao mesmo tempo, em que a produção é cada vez mais coletiva, a pobreza cresce de forma exponencial.

Na esteira desse processo, Iamamoto e Carvalho (1982) tem relação com Netto (2011) ao trazer para os seus textos a perspectiva de que a “questão social” é sinônimo de rebeldia do proletariado ²⁵⁵na arena política, que a partir da tomada de consciência de classe

(em si para si) tornam públicas as suas demandas mediante a sociedade civil e o Estado para o reconhecimento jurídico dos seus direitos sociais e cidadania espaço no qual a profissão responde as expressões da “questão social” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982).

A professora Maria Carmelita Yazbek (2001) foca a sua discussão articulando pobreza, subalternidade e exclusão social como expressões da “questão social”, e, portanto, são resultantes desses processos de desigualdades que atravessam a sociedade brasileira na atualidade. A autora parte da perspectiva marxista levando em consideração os conflitos e contradições entre as classes sociais e o Estado inerentes a manutenção da ordem burguesa.

Além dos elementos teóricos evidenciados nesse texto por Netto (2011), Iamamoto e Carvalho (1982), Carmelita Yazbek (2011) ressaltam as respostas reformistas frente a “questão social” em sua gênese sob a influência da Igreja Católica na segunda metade do século XIX expressas nas Encíclicas Papais: *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931). Mesmo focando no termo “exclusão social”, Maria Carmelita adensa o mesmo à luz da crítica da economia política defendendo historicamente em seu debate a permanência das velhas expressões da “questão social” e ressalta o aprofundamento de novas expressões na contemporaneidade da sociabilidade burguesa (YAZBEK, 2001).

Essa apreensão crítica sobre a “questão social” e a realidade ganhou materialidade a partir do Movimento de Reconceituação Latino- Americano, especificamente, na intenção de ruptura contra o conservadorismo (1979) marcado pela aproximação da profissão com as leituras marxistas²⁵⁶, as lutas sociais progressistas dos trabalhadores e demais segmentos historicamente marginalizados no país contra a ditadura empresarial militar financiada pelo capital internacional norte- americano (NETTO, 2001).

Essa efervescência política, econômica e social gestou as bases concretas e ideológicas para uma nova ética profissional incorporada nos Códigos de 1986 e 1993, A lei de regulamentação da profissão 8.662.1993, nas entidades representativas Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Do ponto de vista da formação em articulação com a formação, essas diretrizes estão estruturadas nos núcleos: 1) fundamentos teórico- metodológico da vida social, 2) o núcleo de trabalho profissional e 3) o núcleo da particularidade da formação social brasileira, fomentando a indissociabilidade com o estágio supervisionado, graduação e pós-graduação

²⁵⁶ Inicialmente as leituras referente ao campo marxiano (Marx e Engels) eram realizadas de forma secundária, sem as fontes originais, ou até mesmo “vulgar” devido ao contexto ditatorial na América Latina (NETTO, 2001).

em que a percepção da “questão social” deve partir do movimento mais geral das relações de produção e reprodução capitalista, é atravessada pela totalidade histórica no esforço de qualificar e capturar as suas particularidades em cada formação sócio- econômica.²⁵⁷

2.2 As particularidades da “questão social” na formação social brasileira e Serviço Social na contemporaneidade: contribuições críticas ao debate

É indivorciável, e, extremamente necessário (embora complexo), debater a “questão social” articulada a bússola histórica que apreende a realidade particular de determinada formação sócio- econômica atenta ao seu movimento concreto e espiritual das classes sociais e o Estado, especificamente, os elementos que conformam a condição do continente latino-americano na divisão social, racial, sexual, geracional e internacional do trabalho subordinado ao capital imperialista (FONTES, 2011).

Joseane Soares Santos (2008) na obra “Questão Social”: Particularidades no Brasil”, fruto de sua tese de doutoramento em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), enfatiza que a emergência da “questão social” no Brasil tem raízes particulares no processo de transição de uma economia baseada na monocultura-agroexportadora, grande propriedade latifundiária e mão-de- obra de negros (as) escravizados para as atrasadas e excludentes tentativas de “modernizar” o país até então (SANTOS, 2008).

Nesse processo de dominação inter- oligárquico, as decisões políticas e legislativas também não ficaram de fora dessa cultura excludente. Essa estratégia materializou- se com o escoamento da produção e comercialização de café no eixo Rio- São Paulo fazendo aparecer desigualdades econômicas, sociais e regionais explicitando a “questão social” no país, sobretudo, nos grandes centros urbano- industriais gerando uma massa proletária e de seus familiares nesse cenário (SANTOS, 2008).

Além disso, a autora defende que as veias particulares da “questão social” na formação social brasileira são metabolizadas no caráter conservador da modernização, o processo da revolução passiva e a centralidade da ação estatal no capitalismo brasileiro que sustenta a análise da transição “pelo alto”, abolindo qualquer participação democrática, sob um viés violento, elitista, com nítido ódio de classe contra os subalternos, ou seja, o projeto

²⁵⁷ Na obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico- metodológica* publicada em sua primeira versão em 1982 pelo Centro Latino- Americano de Trabajo Social (CELATS), Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho apresentam que a “questão social” no Brasil e sua relação com o Serviço Social tem sua gênese ainda nos anos 1930 no bojo do Estado Novo Vargasista com o processo de industrialização, urbanização e as desigualdade sociais no país.

de modernização nacional não se deu pelas vias clássicas conforme vivenciado nos países de capitalismo central (SANTOS, 2008).

Santos (2008) com base em Florestan Fernandes (2005) na obra “Revolução Burguesa no Brasil: Uma interpretação sociológica”, reforça que na realidade, o projeto nacional de desenvolvimento nunca foi consolidado, devido ao poderio da burguesia extremamente agrária e retrograda combinando “modernização e o atraso”. Com isso, a história do “desenvolvimento” do país é marcada por forças sociais e econômicas retrogradadas, onde a hegemonia da elite não se deu por pactos interclassistas, nunca houve uma abertura e consolidação democrática, manteve estruturalmente o poderio das oligarquias rurais e suas famílias, tampouco, alargou a proteção e os direitos sociais as camadas pobres (FERNANDES, 2005).

Essas reflexões aqui travadas, nos lançam racionalidade para pesarmos a “questão social” nos últimos anos na América Latina. Continente que historicamente vem sendo desafiado pelo avanço do projeto societário neoconservador de extrema direita em curso no mundo, expresso por farsas ditatoriais, com (des) governos dos ex- presidentes, Macre na Argentina, Evo Morales na Bolívia, Michel Temer (2016) e Jair Messias Bolsonaro (2018-2022) no Brasil que legitimaram via aparelhamento de Estado, a regressão de direitos sociais da classe trabalhadora, com medidas de ajuste fiscal, o afã pela dolarização da economia, exportação das riquezas nacionais (*commodities*), aumento da inflação, desvalorização dos salários, privatização e desvalorização da soberania latina para retroalimentar a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011).

Esses regressivos episódios, traduzem a disputa entre o capital financeiro, as classes sociais e suas frações e o Estado na expansão do receituário neoliberal ²⁵⁸, impondo diferencialidades a “questão social” no sul global, com forte apelo a desresponsabilização do Estado no campo social seguindo a dança da subordinação político-econômica sobre a salvaguardada do terceiro setor como Organizações não governamentais (ONGs), instituições filantrópicas, para o seu enfrentamento agudizando a disputa pelo fundo público desde os anos 1990 (MONTAÑO, 2002).

Tais escritos evidencia o projeto societário conservador na reprodução negacionista do governo federal frente a conjuntura pandêmica da covid- 19 que deslegitimou a ciência, zombou de milhares de trabalhadoras (es) que estavam com falta de ar nos hospitais, o atraso

²⁵⁸ O Consenso de Washington (1989) ocorrido nos Estados Unidos fora uma peça fundamental na reprodução e difusão dos valores neoliberais de reforço ao histórico projeto de dependência da América – Latina como, por, exemplo, financeirização da economia, desregulamentação da proteção social, privatização de aposentadorias, etc., expressos pelos organismos multilaterais tais como: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, tesouro norte-americano.

na compra das vacinas e milhares de mortes, reacionário, violento, fascista, racista e cisheteropatriarcal, que apoiou as armas, perseguiu constantemente a esquerda revolucionária, a diversidade humana, a perspectiva marxista de mundo e aos direitos humanos (CISNE, 2015). No Brasil, até o dia 26 de fevereiro de 2020 tinham sido confirmados 2.810.921 casos de Covid- 19 e mortes 95.819 pela mesmo vírus (JOHNS HOPKINS UNIVERSITY, 2020).

Antes da pandemia, no ano de 2016 a taxa de desocupação que já vinha crescendo em 9, 6%. No contexto pandêmico, tivemos o crescimento de 2,5 milhões de trabalhadores (as) na informalidade entre o primeiro e segundo trimestre de 2020 (PNAD, 2020), além das demissões e desligamentos em massa do trabalho que chegou a 1 milhão. Entre o período de julho e agosto desse ano, o número subiu de 141 mil para 249 mil (PNAD, 2020). No ano de 2021 a taxa de desocupação chegou a 14,2% que representa 14,3 milhões de trabalhadores (as) brasileiros (as) sem nenhuma atividade remunerada (IBGE, 2021).

Os dados em questão nos apresentam os processos de desigualdade social inerente a lógica estrutural do capital que agudiza a “questão social” e suas expressões na formação da sociedade brasileira na contemporaneidade, que passou a complexificar a própria existência da classe trabalhadora na sua diversidade naturalizando a pobreza e a miséria no cotidiano em tempos de “capitalismo pandêmico” (ANTUNES, 2022). Ao mesmo tempo em que o Brasil é considerado um dos maiores países produtores de alimentos no mundo (carnes, hortaliças, grãos), volta ao mapa da fome, além dos demais países da América Latina e Caribe.

Além disso, o Brasil é considerado o 2º país com a maior concentração de renda no mundo (PNUD, 2019), reforçando a troca desigual e combinada entre as regiões do globo, aprofundando e reiterando as desigualdades explícita no histórico poder das classes dominantes com centralidade no agronegócio, a exemplo, do comercial televisivo “agro é Pop, agro é tudo”. Foi especificamente, esse segmento da classe trabalhadora mais precarizada, instável e sem nenhuma renda que passaram a buscar pelos serviços sociais públicos para a sua subsistência, como o caso do Auxílio Emergencial| Auxílio Brasil espaço na qual se movimenta o trabalho profissional do Assistente Social na política de Assistência Social.

Na disputa entre as classes sociais e o Estado por políticas sociais que foi assinada a Lei nº 13.982/2020, que institui o auxílio emergencial em 2 de abril de 2020 (BRASIL, 2020). Esse momento foi marcado por inúmeras contradições, autoritarismo, sem nenhum estudo prévio, tampouco, levou em consideração o banco de dados do CADÚNICO do governo federal.

O auxílio emergencial é caracterizado como um benefício de transferência de renda e está articulado à segurança de rendimento prevista pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Esse benefício surge em meio à efervescência do debate sobre a renda básica universal protagonizada pelos movimentos sociais, por trabalhadores e usuários da Assistência Social, por parlamentares e pela comunidade acadêmica (LOPES e SILVA, 2022, p. 120)

Nesse interim, ao mesmo tempo que o Auxílio Brasil via dispositivos digitais criava a expectativa de subsistência no contexto de isolamento social, ao mesmo tempo, escancarou o Brasil extremamente classista, desigual e atrasado, aprofundou a precarização da vida e mortes da juventude negra, periférica e demais trabalhadoras, a expropriação de direitos sociais, agudizou o frágil sistema de proteção que se definhara com velocidade predatória. Essa crise tem cariz econômica, mas não se esgota nela, se amplia para as diversas dimensões da vida social.

sustentamos que a engrenagem contraditória estabelecida entre as TICs e a bancarização do auxílio emergencial aponta para uma sofisticação dos mecanismos contemporâneos de subtração de direitos sob os princípios neoliberais, que, por sua vez, minimizam a participação do empresariado e do Estado nos custos da reprodução da força de trabalho e transferem os direitos para o âmbito dos serviços na compra e venda por meio do mercado, lançando a classe trabalhadora a situações aviltantes de vida. Nessas condições, a classe trabalhadora precisará, imperativamente, vender a qualquer custo sua força de trabalho para sobreviver no bojo do desemprego estrutural e da crise sanitária (LOPES e SILVA, 2022, p. 124).

Não podemos perder de vista, a imbricação fulcral entre racismo estrutural-patriarcado-capitalismo (ALMEIDA, 2019; CISNE, 2018), cuja articulação entre essas exercem chaves analíticas fundamentais para desvelar a contradições que envolve a “questão social” latino-americana imersos num *continuum* sistema de opressão e dominação histórica contra a população negra, indígena e quilombola, especialmente, na vida cotidiana das mulheres.

O “passar a boiada”, na fala do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Sales, sintetizou a pegada autoritária e predatória desse Estado conforme Santos (2008) para aprovação das contrarreformas, legitimação do garimpo ilegal, a matança dos povos indígenas, povos originários, da floresta, em especial os Yanomamis, LGBTQIAP+ e ribeirinhos. Tal subordinação, amplifica-se com a atual crise capitalista e ganha materialidade social com a superexploração da força de trabalho (MARINI, 1977), sobretudo, em tempos de uberização²⁵⁹ (ABÍLIO, 2019), a exemplo, de jovens negros, entregadores de aplicativos

²⁵⁹ Trata-se de uma tendência mundial no mundo do trabalho na contemporaneidade pós- crise de 2008 e indústria 4.0. A uberização diz respeito ao trabalho mediado pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). São trabalhadores que vendem a sua força de trabalho sobre os aportes do regime flexível, just-in-time, sem nenhum vínculo formal de trabalho. Temos como exemplo as empresas aplicativos Uber, 99Pop, Ifood, dentre outras.

(Ifood, 99food) que habitam, lutam e pedalam mais de 12 horas por dia nos grandes centros urbanos pela subsistência, ao mesmo tempo, são reféns da informalidade, acidentes no trânsito, desproteção trabalhista, aumento exponencial da jornada de trabalho, redução de salário, longe de atingir as condições de dignidade.

As formas de opressão não limitam- se apenas no mundo do trabalho (empregos mais desvalorizados, baixa remuneração, instabilidade) mas se espalha na totalidade da sociedade na engrenagem de reprodução do capital. A violência policial contra negros e negras, o assassinato da militante e vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro (2018), a morte do Menino Miguel na cidade do Recife, Pernambuco (2020), a morte da idosa Cleonice Gonçalves primeira vítima de covid- 19 no país, não são meros acontecimentos, tampouco, algo factual.

Expressa a formação social brasileira assentada no colonialismo, escravismo e sexismo estruturais e estruturantes. Assim, não há uma nova “questão social”.²⁶⁰ Ela permanece a mesma. Por isso, reafirma- se que a questão racial (enraizada em valores ideológicos coloniais e servis) na formação da sociedade brasileira não direciona apenas a particularidade de uma expressão da “questão social”, mas, inevitavelmente, seus fundamentos sendo necessária a luta antirracista, antissexista e anticapitalista.

A partir dessas evidencias, podemos pensar que mesmo depois do período de crise pandêmica, o ciclo de reprodução ampliada do capital para a manutenção da acumulação com base na mais- valia e as suas diversas formas de opressões, aprofundam- se com a mediação do Estado e as respostas frente a “questão social” na contemporaneidade. Por isso, se faz necessária uma acurada leitura da realidade social na perspectiva de totalidade sócio-histórica, para uma apreensão e intervenção crítica, propositiva, criativa, articulada a cultura profissional, reiterando as lutas e as formas de resistência frente as desigualdades sociais.

3. Conclusão

De acordo com o debate em poucas linhas aqui realizado (sem esgotar a discussão), sintetizamos que “questão social” é produto da sociabilidade burguesa, a partir do movimento da lei geral de acumulação capitalista, ao mesmo tempo, em que o termo representa o ingresso da classe trabalhadora na reivindicação de seus direitos sociais. Com o avanço da crise estrutural do capital, o (neo) conservadorismo, neoliberalismo as expressões da “questão social” tendem a agudizar- se refletindo diretamente nas políticas sociais, espaço no

²⁶⁰ Alejandra Pastorini (2004) na obra: “A categoria questão social em debate” publicada pela Cortez editora, faz um balanço com os autores Castel, Rosanvallon, etc., que defendem uma “nova questão social”, advinda da crise do capital pós anos 1970. Nesse debate, Netto (2011) e Iamamoto e Carvalho (1982) se contrapõe aos mesmos e reafirmam a velha “questão social” com novas expressões ligada a lei geral e acumulação capitalista assentada na expropriação da força de trabalho assalariada.

qual se movimenta o Serviço Social. Portanto, faz se necessária uma formação crítica na perspectiva de totalidade histórica, sintonizada ao direcionamento social e estratégico do Projeto Ético- Político do Serviço Social, materializadas pelo conjunto CFESS| CRESS, ABEPSS, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), as lutas sociais mais gerais de cunho antirracista, antipatriarcal, anticapacitista, anticapitalista para o enfrentamento da “questão social” na contemporaneidade.

Referencias

ABÍLIO, L. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Revista Psicoperspectivas**, v. 18,n.3, 2019.

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** São Paulo. Polen, 2019.

ANTUNES, R. **Capitalismo Pandêmico**. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2022.

BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acesso em: 13 out. 2022.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

FERNANDES, F. **Revolução Burguesa no Brasil: Uma interpretação sociológica**. São Paulo: Contracorrente, 2005.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

IAMAMOTO, M. V., e CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico- metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3. Brasília, ABEPSS, Graffline, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: trimestre móvel nov.-jan. 2021. Rio de Janeiro: IBGE,

2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pna-cm_2021_jan.pdf. Acesso em: 13 out. 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: primeiro trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LOPES, Robélia Nascimento e SILVA, Vinícius Paulino Lopes da. Auxílio emergencial e pandemia no Brasil: a utilização das TICs enquanto expressão da expropriação do direito à segurança de renda. In: **Realidade brasileira e questão regional: cultura, renda básica e trabalho**. (Orgs.) PEREIRA, Eveline Medeiros e SANTOS, J. W. B. ed: UFPE, 2022. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/836>

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. O processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARINI, R. **Subdesenvolvimento e Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 1977.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO. C. **Terceiro setor e “questão social”**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortes, 2002.

NETTO. J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO. J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64**. São Paulo: Cortez, 2001.

OXFAM. Lucrando com a dor: sobre a urgência de tributar os ricos em meio a um aumento na riqueza bilionária e a uma crise do custo de vida em escala global. São Paulo: Oxfam Brasil, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/05/Oxfam-Media-Brief--BR-Lucrando-com-a-Dor-Davos-2-2.pdf> . Acesso em: 10 out. 2022.

PASTORINI. A. **A categoria questão social em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. Nova Iorque: PNUD, 2019. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/128brazil/publications/relat%C3%B3rio-do-desenvolvimento-humano-2019> . Acesso em: 13 out. 2022.

SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G. Boletim desigualdade nas metrópoles.nº 8. Porto Alegre: Observatório das Metrópoles, 2022.

SANTOS. J. S. **“Questão Social”**: Particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3. Brasília, ABEPSS, Grafile, 2001.

EDUCAÇÃO SUPERIOR, TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NOS ATRAVESSAMENTOS DO CAPITALISMO PANDÊMICO

Elbênia Neris da Silva Bento²⁶¹

Juliana Grasiela da Silva Dantas Lopes²⁶²

RESUMO: A educação superior passou e passa por vários atravessamentos a partir do contexto da pandemia da Covid-19 de forma globalizante. Neste trabalho, busca-se refletir quais os desdobramentos educacionais são acionados no cenário pandêmico em decorrência a formação, a rotina educacional e docente, bem como os diversos tensionamentos tecnológicos sob o prisma capitalista. Como principais resultados, destaca-se o entendimento de que as vivências da educação foram transformadas pelo lapso de um capitalismo pandêmico, sendo elas perenes na contemporaneidade e impactando profundamente os processos educacionais futuros, provocando a ressignificação de currículos e as políticas sociais nesta área.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior. Pandemia. Tecnologias. Capitalismo.

1 INTRODUÇÃO

Dentre as medidas sanitárias empregadas durante o período latente da pandemia COVID-19 em 2020 foi o isolamento social, que resultou no fechamento das instituições educacionais e, de forma consequente, impossibilidade de uso das salas de aulas em seu ambiente físico. Essa determinação global ocorreu de forma acelerada, abrupta e, transformou as metodologias do ensino presencial adotada pela educação para o que foi nominado de “ensino remoto” ou “ensino remoto emergencial”.

O objetivo deste artigo é discutir brevemente sobre os desdobramentos educacionais que são acionados no cenário pandêmico em decorrência a formação, a rotina educacional e docente, bem como os diversos tensionamentos tecnológicos sob o prisma capitalista. De forma metodológica, o estudo realizado se embasa em uma pesquisa bibliográfica, para contemplação de uma análise exploratória e descritiva sobre a temática em questão. Para consonância aos objetivos propostos, organizamos a discussão teórica em duas partes

²⁶¹ Mestre em Serviço Social e Direitos Sociais (UERN), professora da Universidade Potiguar (UnP), Assistente Social no Consórcio de gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região do Vale do Jaguaribe. E-mail: elbenianeris018@gmail.com.

²⁶² Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Mestre em Serviço Social e Direitos Sociais (UERN), professora da Universidade Potiguar (UnP) e Assistente Social da Prefeitura Municipal de Mossoró-RN. E-mail: julianagsdantas@gmail.com.

relevantes: a educação superior com seus desdobramentos no cenário brasileiro da pandemia da Covid-19 e, por conseguinte, estabelecemos um diálogo sobre as tecnologias no cenário educacional com os tensionamentos inerentes do capitalismo.

2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE OS DESDOBRAMENTOS DO CENÁRIO BRASILEIRO NA PANDEMIA DO COVID – 19

No ano de 2019, a pandemia da COVID-19²⁶³ teve início na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República popular da China e, rapidamente, disseminou-se para outros países causando um forte temor à população mundial e ocasionando diversas modificações/implicações nas rotinas de vidas, dado seu potencial de transmissibilidade e alcance global. No âmbito das consequências da pandemia, quando tomado o acento de classe, gênero, raça, etnia e geração, estas também foram abissalmente desiguais e diferenciadas (ANTUNES, 2022).

No Brasil, os primeiros casos registrados ocorreram no final do mês de fevereiro do ano de 2020 e início do mês de março do mesmo ano, conforme divulgado pelo UnaSUS²⁶⁴. O cenário foi de muita tensão já que, a disseminação se dá através do contágio rápido do vírus entre humanos. De acordo com Prado e colaboradores (2020), o Brasil apresentava, aproximadamente, uma notificação que representa apenas cerca 9,2% do total de casos presentes no país. Diante de tal informação, poderíamos pensar que, nessa lógica, em 24 setembro de 2020 teríamos um total de 50.270.489 pessoas infectadas no país.

A partir de tal realidade a que estava submetido todo o mundo e aqui especificamente, gostaríamos de reportar o Brasil, com um total de 4.624.885 infectados e 138.977 óbitos, decorrentes das complicações da COVID-19 (BBC, 2020) as instâncias federativas começaram a mobilizar suas agendas no sentido de poder pensar estratégias de enfrentamento a tal problemática. Neste sentido algumas medidas foram pensadas e tomadas, dentre elas, as de isolamento social, quarentena e distanciamento social com base em recursos sanitários e orientações prestadas pelas instituições e equipes de Saúde.

Neste sentido, ao olharmos para o cenário educacional brasileiro é possível perceber várias implicações que vão desde a necessidade de fechamento das instituições de ensino até a (re) invenção de suas dinâmicas educacionais e seus formatos de aulas como parte das medidas adotadas enquanto forma de prevenção e contenção da disseminação e contágio pelo vírus. Essa realidade impactou e tem impactado fortemente no processo de ensino –

²⁶³ A pandemia da doença é causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas (sem sintomas) a quadros respiratórios graves que necessitam de internação hospitalar (OPAS, 2020).

²⁶⁴ Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso em: 26 abr. 2023.

aprendizagem. As escolas e Instituições de Educação Superior (IES) fecharam suas “portas” e, frente a essa realidade, tiveram que reinventar-se por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE) – entendido como a continuidade das atividades por meios virtuais, seja com interações síncronas ou assíncronas (ARRUDA, 2020).

Essa realidade não pensada para o mundo e consequentemente para os docentes, discentes e gestores educacionais exigiu uma rápida adaptação ao que na verdade, nunca se imaginou viver. O uso de tecnologias digitais, o desprendimento de energia humana, inclusive, para aprender os novos formatos impostos e assim, garantir o processo de ensino-aprendizagem, bem como, as horas excessivas presas nesses formatos configuraram o cenário pandêmico. Vale aqui ressaltar que tal realidade reforçou significativamente e trouxe um recorte de classe inimaginável para a era tecnológica atual. As aulas ministradas nos formatos virtuais e através das tecnologias digitais evidenciaram assimetrias e desigualdades já conhecidas no Brasil, dentre elas as mais diversas dificuldades de acessos e manuseio aos novos formatos e modelos exigidos como consequência do distanciamento e prevenção ao contágio.

Assim, o fenômeno da pandemia do COVID-19 alavancou uma mudança significativa no cenário educacional brasileiro. O que antes era tido como elemento complementar e agregado ao planejamento das aulas tornou-se ferramenta imprescindível para a exequibilidade e rotina diária. As plataformas digitais, as teleconferências, as vídeo aulas, os ambientes virtuais e as mais diversas reuniões tornaram-se elementos consolidados frente a tal realidade.

Nesse interim, vale destacar que o momento exige bravas reflexões frente ao sistema educacional brasileiro e consequentemente para a formação de estudantes e professores/as. A exemplo disso pensar a possibilidade de ressignificação dos processos educacionais, as estruturas curriculares, a maior valorização do ensino-aprendizagem, bem como, novas políticas públicas que considerem os avanços alcançados e, sobretudo, os desafios enfrentados a partir desse novo formato faz – se imprescindível.

Ademais, acreditamos que tais desdobramentos têm tensionado, por conseguinte a rotina de professores/as, já que a profissão e o papel desses/as profissionais têm sido estrangulado pelo uso excessivo das tecnologias, através das triplas jornadas de trabalho, reuniões, videoconferências, sobrecarregando por demais suas rotinas de trabalho junto à docência e mesclando, muitas vezes, seu espaço pessoal com as rotinas de trabalho.

Dessa feita, faz-se indispensável (re) pensar as possibilidades e os limites impostos à docência a partir dos mais diversos espaços educacionais e das mais diversas realidades vivenciadas e experimentadas por professores/as brasileiros/as, sobretudo pós pandemia. Aqui não nos referimos a prática da docência em si, mas, aos diversos elementos agregados a rotina profissional não mais sob a ótica complementar, mas, enquanto a massificação das

tecnologias e seus impactos em todo o processo educativo dos sujeitos. Cabe ainda ressaltar a importância de repensar os significados de aprendizados a partir da (s) percepção(ões) discentes. Fazer o/a aluno/a se sentir verdadeiro/a protagonista do seu processo de aprendizado impulsionando reflexões que apontem para o comprometimento com o todo do processo é urgente.

Contudo, entendemos que as mudanças, ainda que, impulsionadas à rapidez precisam ser maturadas, uma vez que, as divergências, as inquietações, as reflexões e inovações estão sendo elaboradas. O momento pós pandemia está sendo entendido como algo novo e propício de adaptações e por meio destas se configurará no que se chama de “novo normal”.

Assim, esperamos que as mudanças possam contribuir significativamente nos processos de formação dos sujeitos, bem como, nos que concernem aos cenários educacionais em sua totalidade. Compreendemos ainda que tais mudanças têm refletido, ainda que, em proporções diferentes, na educação contemporânea, nos conceitos de ensino-aprendizagem e nos processos formativos como um todo. No Brasil tratam – se de 2.537 IES, públicas e privadas, incluindo Universidades, Centros Universitários, faculdades, Institutos Federais e CEFET (INEP, 2019).

Ademais, vale ressaltar que, tal cenário agudizou a migração das atividades presenciais para a modalidade à distância, aumentando assim, a evasão e os perigos relacionados à suplantação inapropriada do modelo de ensino presencial, em favor do ensino à distância, bem como, alargou os impactos frente aos recursos destinados à educação, a mercantilização educacional, a ideais de empresariamento e precarização, quase em sua totalidade do trabalho docente. Além disso, há que se acrescentar o descontentamento dos estudantes com todo esse cenário e com o formato disponibilizado para as aulas e atividades compulsoriamente modificadas.

De resto, já se percebem os grandes impactos sofridos pela educação superior, diga-se de passagem, alguns já sofridos anteriormente e agora ainda mais intensificados no atual cenário mundial. O uso de tecnologias em ambientes educacionais reflete uma perspectiva particular do empresariamento do ensino superior. A utilização da Educação a Distância (EAD) tem gerado um mercado muito lucrativo para as empresas, principalmente aquelas que conseguem se capitalizar (MATTOS; SILVA, 2020).

Para Foley (2003), embora carregado de intenções progressistas, o processo de disseminação do uso de tecnologias em sala de aula está cada vez mais conectado ao projeto neoliberal para a educação superior. Somado a isto assistimos fortes discursos de que o ensino público nada agrega se comparado ao privado, já que este se apresenta mais eficaz, eficiente, operante e produtivo.

3 TECNOLOGIAS E CONTEXTO EDUCACIONAL: DESDOBRAMENTOS E TENSIONAMENTOS NO CAPITALISMO

O mundo globalizante vem reverberando nas diversas mudanças sobre a vida social e as tecnologias compõe não somente a rotina pessoal, mas também de trabalho das pessoas. Em conformidade com uma pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC) (2020), 99% dos(as) usuários(as) da *internet* no país a acessam pelos seus celulares. Este valor é também contrastante com os 42% dos usuários de computadores, tablets e/ou notebooks. Tal constatação se conecta com o uso dos equipamentos eletrônicos no ambiente informacional, visto que 92% destes fazem uso de aplicativos mensageiros (*Messenger, Telegram, Whatsapp, Skype*, por exemplo) e 76% das plataformas de redes sociais (*Facebook, Instagram, Youtube*, entre outros), enquanto, 41% utilizam os equipamentos eletrônicos para o estudo e 33% para o trabalho.

De forma geral, é possível diagnosticar o potencial tecnológico na sociedade capitalista em que seu uso se torna diverso e abrange uma pluralidade de setores, dos quais destacam-se a educação. Sobre este uso, pode-se perceber a pluralidade de formas de conceber as tecnologias em sua imersão nos processos educativos:

Segundo a visão instrumental, então, os efeitos do uso da tecnologia na educação dependem da maneira como esta é apropriada pelos sujeitos: segundo um modelo instrucional e transmissivo ou segundo um modelo de aprendizagem autônoma e colaborativa. Mas a visão determinista também pode ser “otimista”, ao se considerar que a tecnologia nos conduzirá a uma vida melhor, ou pode ser “pessimista”, se considerarmos que a tecnologia nos conduzirá ao isolamento e ao domínio das máquinas (PEIXOTO; ARAÚJO, 2012, p. 264)

Desse modo, entende-se que cada uma dessas percepções contribui de forma análoga para a compreensão das relações entre as tecnologias e a educação. Para Loureiro e Fonte (2003), o mais coerente seria evitar duas tendências que frequentemente tornam-se enaltecidas: 1) de realizar uma determinada fetichização das TICs, tratadas como um mero recurso no processo de ensino e aprendizagem e a 2) quanto a defesa de seu poder redentor de modernizar a educação de forma desproporcionada.

Como pudemos observar anteriormente, a educação é uma das tantas dimensões da vida social das quais é afetada pelas contradições da sociedade capitalista e que integra o conjunto de práticas sociais necessárias a manutenção de um modo de ser dessa sociedade. Para Almeida (2011), sua função social, é então permeada por disputas e reflete o quadro das desigualdades geradas pela sociedade capitalista.

Particularmente no Brasil, este já vinha atravessando uma acirrada disputa interna, com aprofundamento de suas contradições mais latentes, decorrentes da crise do capital, “[...]”

agravada pela guinada à direita no âmbito da política, cuja objetivação mais eminente foi a eleição de Jair Messias Bolsonaro para o governo federal em 2018” (YAZBEK et al, 2021, p. 6). Por tudo isso, corroboramos com Yasbek, Raichelis e S’antana (2020) quando afirmam que a expansão da(s) direita(s) no cenário nacional e, inclusive, internacional, a intensidade do conservadorismo com seus contornos fascistas e a intensa precarização das condições de trabalho e de vida são expressões concretas da atual fase de acumulação do capitalismo internacional, que não podem ser creditadas, de forma exclusiva, à pandemia causada pelo novo coronavírus.

Para além da pandemia, nas duas primeiras décadas do século XXI, já se proliferava elementos intrínsecos de uma era complexa e precarizante das esferas da vida social: empresa enxuta, empreendedorismo, uberização, *part time*, *home office*, *zero hour contract*, terceirização etc., heterogeneidade que mantém traços comuns, como: insegurança, instabilidade, flexibilidade e precarização. Todas essas formas citadas encontram-se escamoteadas as antigas e novas expressões de exploração da força de trabalho (ANTUNES, 2018). Por decorrência sincrônica, o capitalismo pandêmico apenas globaliza de forma mais escancarada o avanço da ofensiva neoliberal nas últimas décadas e seus resultados trazem demasiados impactos a educação superior. Dentre os aspectos reverberados, destacamos o uso recorrente das tecnologias como forma de condução das atividades docentes. Destarte, compreende-se que:

A pandemia de Covid-19 pôs em evidência o papel da tecnologia na educação para o mercado, acelerou o processo de adaptação dos sistemas de educação e a formação que estava em curso, reforçando discurso e ideologia das oportunidades e resiliência frente aos desafios impostos pelas crises (GUERRA; MARTINS; CARRARA, 2022, 582).

Parafraseando Antunes (2018), a mitologia eurocêntrica da instauração de uma sociedade digitalizada e tecnologizada, a qual seria capaz de libertar as pessoas do sofrimento do trabalho, não só não se concretizou como também introduziu e potencializou níveis de informalidade e precarização das condições de trabalho, ao mesmo tempo em que exige que se constitua uma “intelectualidade do trabalho” através das Tecnologias de Informação (TICs). Perfazendo um paradoxo com a realidade das escolas brasileiras, a pesquisa do CETIC (2021) aponta uma diversidade de estratégias pedagógicas, conforme pode ser visualizado no Gráfico 1:

Gráfico 1: Medidas adotadas para a continuidade da realização de atividades pedagógicas



Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020.

A profissão docente foi submetida a rotinas de gravação de vídeos, exposição excessiva da imagem, utilização de diversas plataformas, ferramentas tecnológicas e virtuais, tanto para ministrar aulas, como propor conteúdo para os alunos, além da construção de fóruns e outros elementos de adaptação do conteúdo da sala de aula tradicional para a realidade virtual (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020). A criação de grupos em aplicativos ou redes sociais, como WhatsApp ou Facebook, foi adotada por 91% das escolas; a gravação de aulas em vídeo e sua disponibilização para os alunos ocorreram em 79%; 65% das escolas realizaram aulas a distância por meio de plataformas online; o envio de atividades e materiais para alunos via e-mail foi adotado por 60% das escolas; e o uso de plataformas virtuais do tipo *Google Classroom* aconteceu em 58% das escolas.

Ao mesmo tempo, segundo o instituto de pesquisa, houve um considerável aumento da carga de trabalho dos professores em que foi levantado por 86% dos profissionais das redes públicas, algo muito próximo aos 82% da rede privada. Além disso, destaca-se a falta de habilidade para realizar atividades educacionais com os alunos com o uso de tecnologias, sendo este um desafio de 69% dos professores públicos, quase o mesmo acontece no setor privado de educação, 65% (CETIC, 2021). A experiência pandêmica expandiu esse processo de modo acelerado e desigual e os professores tiveram que se adaptar a esse 'novo normal' laboral com recursos próprios, o que aumentou tanto a mais-valia relativa, quanto a mais-valia absoluta extraída do seu trabalho. De tal modo:

A taxa de mais-valia, se todas as outras circunstâncias permanecerem invariáveis, dependerá da proporção entre a parte da jornada de trabalho necessária para reproduzir o valor da força de trabalho e o excedente de tempo, ou sobretrabalho, realizado para o capitalista. Dependerá, por isso, da proporção em que a jornada de trabalho é prolongada além do tempo durante o qual o operário, com o seu trabalho, reproduz apenas o valor de sua força de trabalho, ou repõe o seu salário (MARX, 2010, p. 115).

A profissão docente então acaba transitando nessas diversas formas de exploração advindas do capital. Se na mais-valia absoluta ocorre a intensificação da exploração do trabalho por meio do prolongamento da jornada que exige maior produção do trabalhador, sem o aumento da devida remuneração, na mais-valia relativa, a forma como o trabalho é operacionalizado se altera ao ponto em que o trabalho seja mais produtivo com a inserção de máquinas e tecnologias, facilitando o aumento da produção, sem necessariamente aumentar a jornada de trabalho.

Por tudo isso, podemos avaliar que estamos vivenciando em um novo mundo educacional em que após uma década de crescimento exponencial das plataformas educacionais, tanto docentes quanto discentes passam cada vez mais horas ensinando e aprendendo online. A educação se volta de forma expressiva para modelos totalmente virtuais e novos formatos híbridos que combinam a aprendizagem presencial com a digital (RIVAS, 2022). Vem ocorrendo de forma ativa e perene um sistema de plataformização da educação:

[...] passando da aprendizagem convencional voltada aos exames para uma abordagem de aprendizagem personalizada e interativa. A digitalização está cada vez mais presente no setor educacional, com o uso de tecnologias que visam oferecer educação, desenvolver competências e conhecimento em técnicas novas e criativas (GRAND VIEW RESEARCH, 2020).

Em complemento a essas questões, Soilo (2020), aponta que a plataformização da educação tem sido cada vez mais acolhida tanto pelo mercado, por instituições de ensino e alunos com acesso à *internet*. O comprometimento sobre a flexibilização do formato de aulas presenciais envoltas em horários determinados e exposições instantâneas, o modelo da educação à distância no ambiente *online* proporcionaria certo ajuste das demandas da vida à vida.

Além desses aspectos, refletindo no âmbito da educação enquanto política social, é importante ressaltar que os investimentos em Educação no Brasil em 2021 recuaram consecutivamente pela quinta vez, atingindo o menor patamar desde 2012, a saber: foi autorizada a execução de R\$ 129,8 bilhões em despesas do MEC, mas a execução financeira foi de R\$ 118,4 bilhões, já o valor autorizado para o ano de 2022 já era menor que o do ano anterior em R\$ 6,2 bilhões (MARTELLO, 2022). Tais dados nos levam a refletir que apesar de Estado, constitucionalmente ser instituído como figura jurídica para oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade, essa normatização se encontra muito distante da realidade concreta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos encaminharmos para refletir acerca dos desdobramentos e tensionamentos dos aspectos tecnológicos frente à docência destacamos que os elementos aqui levantados fazem parte de diversos posicionamentos, inclusive com visões distintas sobre a temática em questão. O surgimento da pandemia nos provocou a pensar sobre a valorização das instituições de ensino, o valor das relações de ensino-aprendizagem, seus circuitos, bem como, a necessidade de apostar em uma educação capaz de quebrar verdadeiramente as estruturas e os limites postos à educação, constituindo-se como um arcabouço capaz de reinventar as possibilidades de transformação na atual sociedade do capital.

As reflexões empreendidas expõem as diversas problematizações que permeiam a educação nesse contexto, por exemplo, a desigualdade socioeconômica, tendo em vista que as condições de acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e a permanência no ensino online não são universais. Em mesma dimensão percebe-se uma remodelagem no trabalho docente com intensa precarização. Mediante as travessias educacionais explicitadas neste artigo, é concluso que a educação se apresenta e é apresentada a desafios inimagináveis que se intensifica com o contexto pandêmico.

Destarte, para além da condição do isolamento, as medidas preventivas que condicionaram um afastamento social também incitaram a emergência de reconectar os meios para que os processos da vida fossem continuados, abriram caminho para tecnologias, espaços e modos de agir plurais, mas também desiguais. Por decorrência, as vivências da educação foram transformadas pelo lapso de um capitalismo pandêmico, estas persistirão (LATOURET, 2021) e impactarão profundamente os processos educacionais, provocando a ressignificação de currículos e nas políticas sociais nesta área.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo Pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid- 19. **Em Rede-Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

BBC. Casos de Coronavírus no Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 04 Mai. 2023.

CETIC (org.). **TIC Domicílios**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic_dom_2019_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 04 mai. 2023.

FOLEY, Alan. **Distance, Disability and the Commodification of Education**: Web accessibility and the construction of knowledge. *Current Issues in Comparative Education*, 6(1), p. 27-39, 2003.

GRAND VIEW RESEARCH. (2020). **Education technology market size, share & trends analysis report**. Disponível em: <https://www.marketresearch.com/Grand-View-Research-v4060/Education-Technology-Size-ShareTrends-13484718/>. Acesso em 04 Mai. 2023.

INEP. **Censo da Educação Superior 2018**: notas estatísticas. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2019.

LATOURE, Bruno. **Onde estou?** Lições de confinamento para uso dos terrestres. Bazar do Tempo: 2021.

LOUREIRO, Robson; FONTE, Sandra Soares Della,. **Indústria cultural e a educação em “tempos pós-modernos”**. São Paulo: Papius, 2003.

MARTELLO, Alexandre. 2022. **“Gasto com educação recua pelo 5º ano consecutivo e é o menor em dez anos, mostra levantamento”**. G1. 24 abr. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/24/gasto-com-educacao-recua-pelo-5o-ano-consecutivo-e-e-o-menor-em-dez-anos-mostra-levantamento.ghtml>>. Acesso em: 17 abr. 2022.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Livro I.

MATTOS, Miriam de Cassia do Carmo Mascarenhas; SILVA, Maria Cristina Rosa Fonseca da Silva. Precarização e privatização das políticas públicas na educação a distância. In: **Educação**, vol. 45, pp. 1-22, 2020.

MOREIRA, José Antônio Marques; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. In: **Dialogia**, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan./abr. 2020

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Folha informativa sobre COVID-19**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 23 Abri. 2023.

PEIXOTO, Joana; ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos. Tecnologia e educação: algumas considerações sobre o discurso pedagógico contemporâneo. **Educação Sociedade.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 253-268, jan.-mar. 2012.

PRADO, Marcelo Freitas do. et al. “Análise da subnotificação de COVID-19 no Brasil”. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, vol. 32, n. 2, jun. 2020.

RIVAS, Axel. A plataformação da educação: um quadro referencial para mapear as novas direções dos sistemas de educação híbrida. In: **Panorama Setorial da Internet**, Número 2, Junho, 2022, Ano 14.

SOILO, Andressa Nunes. **A plataformação da educação na pandemia**. Contornos - Educação e Pesquisa, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<http://www.contornospesquisa.org/2020/10/a-plataformizacao-da-educacao-na.html>>. Acesso em: 04 Mai. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita et al. A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 140, p. 5-12, jan./abr. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINS, Alcina Maria de Castro Martins; CARRARA, Virginia. Ensino e formação virtuais: a nova estratégia do projeto de educação a serviço do capital **Revista Katálisys**, Florianópolis, v.25, n. 3, p. 570-584, set.-dez. 2022.

YASBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel, SANT'ANA, Raquel. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 138, p. 207-213, maio/ago. 2020.

MUDAR O MUNDO PARA MUDAR A VIDA DAS MULHERES E MUDAR A VIDA DAS MULHERES PARA MUDAR O MUNDO: uma análise da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher e a importância do Serviço Social na garantia do acesso ao direito à saúde da mulher.

Ingrid Thaynne Freitas Bezerra²⁶⁵

Letícia Edgyna Silva Dantas²⁶⁶

Yasmim Ellen dos Santos Melo²⁶⁷

RESUMO: Esse artigo tem o objetivo de abordar a importância de uma política de saúde voltada para as mulheres e como isso impacta na vida delas e do mundo, percorrendo sobre sua trajetória de construção e consolidação, principais desafios e a necessidade do Serviço Social estar trabalhando em conjunto para a garantia do acesso à saúde das mulheres. Assim sendo, a metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica com aporte teórico em artigos científicos e documentos da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Saúde da Mulher. Avanços.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a política de saúde a mulher é implementada desde o século XX se restringindo a atenção ao nascimento e ao parto, sobretudo os programas eram baseados na dimensão biológica, materna e doméstica direcionando as mulheres ao papel do cuidado com a saúde dos filhos e familiares, assim seguindo essa lógica imposta socialmente são as mulheres que mais utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS) para seu atendimento próprio ou como acompanhante na atualidade.

Consequentemente, o movimento de mulheres organizado começa a questionar o modelo de saúde voltado às mulheres, argumentando e reivindicando que a desigualdade de

²⁶⁵ Graduanda de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.
Ingridthaynne09@gmail.com

²⁶⁶ Graduanda de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.
edgyna33@gmail.com

²⁶⁷ Graduanda de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.
yasmimellen52@gmail.com

gênero também era um problema de saúde que afetava as suas vidas, afirmando que a saúde era além do olhar materno, assim o Ministério da Saúde em 1984 elabora o Programa de Assistência Integral à Saúde da mulher superando o que era proposto em primeiro plano ao ampliar a rede de serviços e atendimentos.

Além disso, a implementação da política de atenção integrada à saúde da mulher foi uma conquista das mulheres da classe trabalhadora, entretanto algumas problemáticas como a garantia do aborto seguro, o aumento do câncer de cólon do útero e de mama por falta de equipamentos para diagnóstico, a alta mortalidade de mulheres por problemas cardíacos, são desafios para serem enfrentados e questionados.

2 CAMINHOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE DA MULHER NO BRASIL

A saúde pública no Brasil começa a ser desenvolvida no século XX, apenas com ações de controle de doenças e saneamento básico, atendimento médico aos trabalhadores que estavam cadastrados no sistema previdenciário ou de iniciativa privada, para os que podiam pagar.

Já em relação às políticas públicas de atenção à saúde da mulher eram voltadas apenas a questões biológicas e limitando-se a mulher enquanto mãe, responsável pelos cuidados domésticos e com a família, cuidando do pré-natal, parto e período do puerpério. Sem sequer cogitar debates, informações e cuidados relacionados aos direitos sexuais, questões de gênero e até mesmo enfermidades, só eram investigadas se prejudicassem a reprodução.

Porém, com muita luta das mulheres, foi desenvolvido em 1984 o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), ampliando a visão de saúde mesmo antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) reconhecendo os determinantes sociais de saúde e ações educativas e de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Entretanto, com a Constituição Federal de 1988, a política de saúde deve ser de atendimento universalizado, para todos e em seus princípios regidos e assegurados através da Lei 8.080/90, garante a integralidade da assistência, na perspectiva de que o usuário precisa ser atendido com atenção para todas as físicas, mentais e sociais.

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Em 2003, começou a ser desenvolvida a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) criada pelo Ministério da Saúde que, além do que já era proposto, passou a acolher mulheres que estavam excluídas como as mulheres lésbicas e bissexuais, transexuais, presidiárias, negras, trabalhadoras rurais, em situação de rua, indígenas. (BRASIL, 2004) que precisam de atendimentos que abracem as suas individualidades e necessidades.

“Da mesma maneira que diferentes populações estão expostas a variados tipos e graus de risco, mulheres e homens, em função da organização social das relações de gênero, também estão expostos a padrões distintos de sofrimento, adoecimento e morte. Partindo-se desse pressuposto, é imprescindível a incorporação da perspectiva de gênero na análise do perfil epidemiológico e no planejamento de ações de saúde, que tenham como objetivo promover a melhoria das condições de vida, a igualdade e os direitos de cidadania da mulher” (BRASIL, 2004).

Mais um momento onde se enxerga a necessidade do modelo ampliado de saúde para conseguir associar os diagnósticos biomédicos com os fatores sociais, culturais, históricos, econômicos e sociais e principalmente as questões de gênero como elementos de interferência direta no processo de adoecimento seja físico ou mental.

Considerando os fatores que aceleram ou ocasionam processos de adoecimentos físico/mental em 2011 foi instaurada a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e diversos equipamentos que auxiliaram o enfrentamento, como a Delegacia da Mulher, Casa de Abrigo para as mulheres em situação de ameaça e violência.

“As mulheres organizadas argumentavam que as desigualdades nas relações sociais entre homens e mulheres se traduziam também em problemas de saúde que afetavam particularmente a população feminina” (BRASIL, 2004, p.16). A atenção especializada a saúde da mulher é de extrema importância principalmente diante do modelo patriarcal, capitalista e racista em que o Brasil vive, além de considerar as diversas desigualdades existentes para garantir a equidade para as mulheres.

Outrossim, é importante destacar a relevância desse movimento de mulheres que lutaram para serem atendidas da forma que merecem e dessa Política Nacional que coloca as mulheres no seu lugar de sujeito de direito, de protagonista da sua história e das suas necessidades, a importância de ter algo concreto e funcional que cuide daquele que foi socialmente naturalizada enquanto cuidadora de todas as outras pessoas.

3 DESAFIOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DA POLÍTICA QUE TRATA DA SAÚDE DA MULHER NO BRASIL

Ao que se refere à saúde, constata-se que o Brasil detém de um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, o SUS (Sistema Único de Saúde), consolidado como uma política pública, e como direitos de todos com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Diante disso, na formação desse sistema apresenta-se alguns princípios que guiam sua execução, dentre os princípios destaca-se a integralidade no acesso a saúde e no atendimento ao usuário, que consiste em um atendimento multidisciplinar, avaliando os determinantes sociais de saúde, a saúde mental, questões de vulnerabilidade econômica, e não se detendo ao olhar biomédico de encarar a saúde apenas como a apresentação de doenças. Tendo isso em vista, em 2004 há a criação da PNAISM (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher).

Em síntese, no que discorre sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, como já foi supracitado anteriormente entende-se que a política visa atender a mulher na sua forma integral, ou seja, olhando para todos os âmbitos do sujeito, e levando em consideração as particularidades do ser e corpo feminino sem distinção de raça, etnia e idade, buscando agir sem perpetuar ainda mais a desigualdade crescente de nossa sociedade, quando se trata da mulher a desigualdade social, condição de vida, jornadas de trabalho e entre outros fatores que levam as mulheres ao adoecimento, não só físico como também mental.

Outrossim, mesmo obtendo inúmeros avanços desde a sua criação no ano 2004, quase 20 anos após sua implementação os desafios seguem se apresentando com um alto grau de complexidade e reincidência. No mais, tais desafios se apresentam em inúmeras vertentes, sendo alguns deles: a falta de acolhimento a mulheres que realizam abortos inseguros - quando não se é preservado seus dados, ou ainda quando os números de partos por cesárias são mais incidentes que o número de parto normal e humanizado que traz segurança para a mulher e para as crianças.

“Todavia, percebe-se que há certa valorização da doença em parte das ações propostas. Na prática, a integralidade da assistência não é efetivamente contemplada, pois o sistema de saúde apresenta dificuldades em assistir a mulher nas áreas específicas de climatério, infertilidade, saúde mental, saúde ocupacional e violência doméstica” (FILHO, NERY, SANTANA, SILVA E VILELA, 2019. P.139).

Ademais, ao se afastar do âmbito gravídico- puerperal, a política falha quando o número de mulheres acometidas pelo câncer de Mama e o câncer do colo do útero são crescentes por falta de acessos aos equipamentos de saúde - “No Brasil, a taxa de mortalidade por câncer do colo do útero, ajustada pela população mundial, foi de 4,60 óbitos/100 mil mulheres, em 2020 (INCA, 2020)”, o que ocasiona a quebra do princípio do SUS que visa a promoção, prevenção e recuperação da saúde, e ainda o princípio da equidade que tende a alcançar a todos, essa quebra se evidencia principalmente quando há dificuldade e até mesmo o não atendimento a mulheres rurais, indígenas, que estão em situação de rua e/ou em privação de liberdade.

“Após uma década da implantação da PNAISM, a sua efetividade ainda é um desafio principalmente nas regiões onde há maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde, as mulheres continuam sendo discriminadas, fazendo com que essa situação contribua para as desigualdades econômicas, sociais e de saúde de suas famílias durante todo o ciclo da vida” (FILHO, NERY, SANTANA, SILVA E VILELA. 2019. P. 136).

Sob essa perspectiva, um dos textos que construíram esse escrito, apresenta que o impasse não se limita apenas na política, em atender as mulheres em sua totalidade, mas que essa dificuldade é representada pelo sistema de saúde que apresenta certo desajuste em garantir o acesso a determinados lugares, como o sistema prisional, comunidades rurais, comunidades quilombolas e terras indígenas.

Ainda assim, a forma de gerir também é uma problemática, visto que a organização política local que irá ditar como a política vai se efetivar em cada região e qual a melhor forma de execução. Destarte, apesar dos inúmeros desafios para a plena efetivação e execução da PNAISM é evidente a importância dessa política para a vida das mulheres, e o quanto a luta para essa conquista foi árdua e demorada. É direito da mulher o acesso democrático e integral aos órgãos e equipamentos de saúde, e ser respeitada durante seu atendimento.

4 SERVIÇO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O ACESSO A GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DAS MULHERES

O Serviço Social deve efetivar o seu trabalho seguindo os pressupostos explícitos no Código de Ética do Assistente Social e o projeto ético político da profissão, o qual defende a garantia dos direitos da classe trabalhadora afirmando um compromisso ético com a liberdade, equidade e a democracia. Sendo assim, o exercício profissional dos assistentes sociais na política de saúde, principalmente, no direito à saúde da mulher tem como propósito a superação da desigualdade de gênero, defendendo, garantindo e afirmando a importância do direito à saúde para a vida das mulheres.

Sobretudo, os assistentes sociais devem compreender o processo saúde-doença sob uma perspectiva crítica como resultante de determinantes sociais, sendo necessário o entendimento a respeito das questões de gênero, especialmente imbricadas em classe e em raça. Dessa forma, “as ações profissionais tomam maior amplitude, ultrapassando as orientações sobre prevenção e a discussão sobre o acesso a serviços de saúde” (NOGUEIRA E SILVA, 2009, p. 14), o que possibilita diferenciadas formas interventivas com as usuárias indo além de um atendimento com enfoque no problema de forma individual.

Diante de tal prerrogativa, a atuação profissional deve facilitar o acesso à informação e promover ações educativas “ para que a saúde possa ser percebida como produto das condições gerais de vida e da dinâmica das relações sociais, econômicas e políticas do país”

(CFESS,1999). Sobretudo, os processos de doença se interligam as condições sociais de vida das usuárias, as quais necessitam de políticas sociais, logo adjunto da equipe multiprofissional - quando necessário - os assistentes sociais viabilizam projetos e programas fundamentais para a vida das mulheres, por isso o profissional deve identificar a realidade e construir respostas às demandas que surgem cotidianamente para ampliar a efetivação de direitos (NOGUEIRA E SILVA, 2009, p. 16 apud IAMAMOTO 2005), o que se torna um grande desafio a atuação profissional.

Consonantemente, a relação da mulher com o seu corpo necessita ser compreendida pelo profissional para ser cuidada de forma particular, entretanto a relação de poder socialmente construída pelo sistema patriarcal sobre os corpos femininos deve ser considerada, assim o assistente social orienta a usuária tentando superar a problemática que advém da desigualdade de gênero se aproximando da sua realidade social, o que é indispensável a sua formação. Além disso, analisar os motivos das principais doenças que afetam a saúde das mulheres terem altas taxas de mortalidade possibilita a problematização da política nacional de atenção à saúde da mulher e as relações de gênero.

Ademais, “a compreensão do processo de adoecimento dessas mulheres passa, necessariamente, por suas condições de vida, de empobrecimento contínuo, de precarização das condições de trabalho e dificuldade de acesso ao Sistema de Saúde” (NOGUEIRA E SILVA, 2009, p. 16). Assim sendo, o debate sobre melhorias no sistema de saúde é indissociável das relações de classe, de raça e de gênero, logo o serviço social é um agente indispensável na análise de tal discussão na perspectiva da garantia de direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discorre sobre a política nacional que trata da saúde da mulher na particularidade do Brasil. Diante disso, apresentamos os desafios, avanços e a importância do serviço destinado ao Serviço Social que culminou na trajetória da consolidação dessa política que trouxe inúmeras mudanças e melhorias para a condição de vida das mulheres.

Em suma, ao fazer uso da metodologia de pesquisa bibliográfica, evidenciamos a importância da luta e resistência travadas contra esse sistema patriarcal-racista-capitalista que ainda é soberano não só no Brasil, mas no mundo. Outrossim, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da mulher só se consolidou devido à resistência das mulheres, e se faz necessária a perpetuação dessa luta para que assim possamos construir um mundo, SUS e saúde igualitária, democrática e sem discriminação, como abordado em nosso título é preciso mudar o mundo para mudar a vida das mulheres.

REFERENCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Dados e Números Sobre o Câncer do Colo do Útero- Relatório Anual de 2022. Instituto Nacional de Câncer, 2023. Disponível em:
https://antigo.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//dados_e_numeros_colo_22marco2023.pdf. Acesso em: 04, maio, 2023.

NERY, Adriana; VILELA, Alba; SILVA, Geslaney; FILHO, Ismar; SANTANA, Tamiles.
Avanços e Desafios da Concretização da Política Nacional da Saúde da Mulher.
 Revista de Atenção a Saúde da Mulher, vol-17, nº 61, p (135-141). Setembro, 2019.
 Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/6012.

SILVA, Laíza Nília; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. **Políticas públicas de saúde para a mulher no Brasil: uma análise das conquistas**. VII Encontro Brasileiro de Administração Públicas, Brasília, novembro 2020.

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL: REBATIMENTOS NA ATUALIDADE

Gilcélia Batista de Góis²⁶⁸

Esther Emanuelle Alves Feitosa²⁶⁹

Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino²⁷⁰

Resumo: O estágio supervisionado em Serviço Social é considerado um processo fundamental para propiciar uma ação crítica e reflexiva. No entanto, ainda que se apresente como algo revelador e proveitoso, concomitantemente o processo de estágio é desafiador. Por esse ângulo, este artigo busca identificar em que condição está sendo realizado o estágio curricular no curso de Serviço Social, e de que maneira os docentes, supervisores de campo e discentes avaliam esse componente. Para responder ao objetivo apontado, foi realizado estudo sobre a temática em produções de periódicos de Serviço Social, online, no período de 2015 a 2020.

Palavras-chave: estágio curricular obrigatório; formação profissional; projeto ético-político.

INTRODUÇÃO

É possível afirmar que o estágio curricular se inscreve nos cursos de graduação em Serviço Social como uma disciplina teórico-prática marcada por polêmicas e contratempos, na medida em que se configura como componente obrigatório possibilitando aos discentes e docentes fazer a apreensão da realidade e das expressões da questão social, sem desvincular-se da intervenção e proposições para os problemas averiguados no decorrer do ensino e aprendizagem. Constitui-se também como oportunidade para articularem teoria e prática tendo paralelamente um olhar investigador para além do que já está posto nas instituições campos de estágios.

Ainda que se estabeleça como algo pertinente, profícuo e revelador, concomitantemente o processo de estágio é desafiador, a medida que se apresentam dificuldades aos atores envolvidos. As peculiaridades do estágio se evidenciam de maneiras diversas, a começar pela disseminação do senso comum de que o Projeto Ético-Político da profissão é muito bom, mas

²⁶⁸ Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) (1994), mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UERN (2000) e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (2013). Professora adjunto IV na faculdade de Serviço Social da UERN

²⁶⁹ Estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

²⁷⁰ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (1982), mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2007) e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017). Professora adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

não se materializa na realidade concreta, ou de que a teoria preconizada durante o processo formativo é distinta do cotidiano dos espaços socio-ocupacionais dos assistentes sociais.

Promover estudo referente aos aspectos do estágio supervisionado é enriquecedor e requer uma análise crítica sobre este componente curricular no qual os/as discentes têm sua primeira aproximação com a realidade fora dos muros universitários. As adversidades que permeiam essa disciplina nos permitem refletir sobre o processo de formação apreendendo sua totalidade e também a consonância com o Projeto Ético-Político profissional.

Para nortear a pesquisa, foram elaboradas as seguintes perguntas de partida: Em que condição está sendo realizado o estágio curricular no curso de Serviço Social? Como os/as docentes avaliam esse componente curricular? De que maneira as supervisoras de campo estão vivenciando a supervisão prática? Quais as apreensões que os discentes obtiveram deste componente e quais foram as contribuições para sua formação profissional?

Partindo desses questionamentos, elaboramos o projeto descrito, buscando avaliar como se encontra o processo estágio curricular obrigatório no curso de Serviço Social, a partir da análise da percepção dos atores envolvidos, por entender que estes são sujeitos imprescindíveis durante a formação profissional. Neste sentido objetivamos analisar como está ocorrendo o estágio curricular, sua interlocução com o Projeto Ético-Político na concepção dos sujeitos envolvidos, tendo como ponto de partida as Diretrizes Curriculares, Política Nacional de Estágio e revisão de literatura.

Diante do exposto, nos propomos a investigar o processo de Estágio obrigatório curricular e o Projeto Ético-Político, considerando que estes são elementos norteadores do exercício e formação profissional no Serviço Social, objetivando apreender a relação existente entre esses componentes, considerando a conjuntura atual fortemente marcada pela negação dos direitos sociais, o qual compete a formação profissional em Serviço Social

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL: ELEMENTO FUNDAMENTAL DO PROCESSO FORMATIVO

O estágio é previsto pela Lei nº 11.788 de 2008 (BRASIL, 2008) como ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho tendo como objetivo a preparação dos educandos ao trabalho produtivo.

Considerando o estágio supervisionado em Serviço Social como o momento em que o discente vivencia o processo de articulação da formação e exercício profissional, sendo um espaço de ensino-aprendizagem teórico-prático e de aproximação da realidade social e institucional, desse modo, potencializa o cotidiano profissional e formativo mediante a supervisão direta e sistemática. O estágio se consolida como processo fundamental para

propiciar uma ação crítica e reflexiva, articulada às das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com caráter profissional e acadêmico.

A supervisão requer o envolvimento de três atores: o estudante, o professor/supervisor acadêmico e o assistente social de campo. Esse vínculo é primordial para o processo de estágio e deve ocorrer essencialmente mediante a troca cotidiana de vivências e saberes. Além disso, cabe a instituição do campo de estágio dispor de condições objetivas e estruturais para viabilizar o estágio, assegurando espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, entre outros.

A lei regulamentadora da profissão determina que:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

[...]

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; (BRASIL, 1993, p. 1)

Em conformidade com a PNE da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social:

O estágio supervisionado curricular, nas modalidades obrigatório e não obrigatório, é um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela "indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional" (ABESCEDEPSS, 1997, p.62), um dos princípios das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do(a) estudante nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham os(as) assistentes sociais, capacitando-o(a) nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnicooperativa para o exercício profissional. (ABEPSS, 2010, p. 14)

Neste sentido, a política em questão evidencia a supervisão de campo e acadêmica como um dos princípios norteadores da formação profissional em Serviço Social, caracterizando assim em supervisão direta compreendendo a articulação da teoria e prática na qual destaca-se:

[...]o estágio, enquanto atividade didático-pedagógica, pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do(a) estudante, na perspectiva de desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social. (ABEPSS, 2010, p. 13)

Tratando também acerca do estágio, Ramos e Dos Santos (2016) apresentam suas particularidades:

[...]o estágio é considerado um espaço privilegiado por ser o momento no qual o aluno se aproxima da intervenção profissional, considerando que esta é uma particularidade de nossa profissão[...]na cena contemporânea existem novas demandas que são atualizadas para o Serviço Social, sobretudo nos espaços socio-ocupacionais, compreender o papel acadêmico pedagógico dos supervisores bem como a articulação necessária entre estes sujeitos é fundamental. [...] (p.289)

No decorrer do desenvolvimento dos estágios obrigatórios é comum observar a ansiedade e angústia dos estudantes quanto à área, às instituições, aos profissionais, às demandas com que irão se deparar no processo de ensino e aprendizagem. Aos docentes, também perpassa a preocupação de inserir os discentes em ambientes que lhes propiciem conhecimentos teóricos-práticos, mais, acima de tudo, éticos e políticos. É fundamental que os profissionais supervisores tenham como diretriz norteadora o Projeto Ético-Político profissional.

Sabe-se que a profissão desde década de 1990, mais precisamente, vem operando um processo de intenção de ruptura com as bases teóricas e metodológicas conservadoras que influenciaram a formação e o exercício profissional do Serviço Social, desde sua gênese. (NETTO, 2005) Atualmente, a perspectiva crítica dialética feita a partir das leituras e do embasamento teórico do Marxismo, permitiu ao Serviço Social uma reconceitualização na sua fundamentação teórica e metodológica, e a construção de um Projeto Ético-Político voltado para a defesa intransigente dos direitos sociais e contrário a ordem excludente e desigual da sociedade capitalista. (IAMAMOTO, 1992)

Contudo, não se pode entender tal processo de intenção de ruptura como algo concluso e acabado. O Projeto Ético-Político se consolidou e tornou-se hegemônico através de sua sustentação teórica e metodológica, no entanto, esse projeto não é unânime entre a categoria profissional, o que se evidencia através da ofensiva ultraneoliberal a ameaça de reatualização do conservadorismo, que é presente e incontestável no momento presente. (NETTO, 1999)

Consoante ao exposto, o Serviço Social brasileiro concebe o estágio e supervisão em um sentido direcionado à indissociabilidade teórico-prática, sendo este um momento privilegiado da formação para a apreensão das múltiplas expressões da questão social, “em sua singularidade, particularidade e universalidade, e a conjecturação de processos interventivos que respondam satisfatoriamente às demandas profissionais, à luz de uma direção social e política expressa pela categoria profissional.” (GOIN; RENDUELES, PRATES, 2016, p. 79)

Não obstante, os desafios e limites postos a formação e ao exercício do Serviço Social nesta sociabilidade têm sido diversos e tensionam a sustentação ideal do estágio:

Observa-se que o estágio supervisionado tem sido um espaço privilegia-do de expressão deste processo que mercantiliza e precariza o acesso ao direito à educação

superior. Ele pode se constituir em espaço de “treinamento” tecnicista descolado da formação intelectual e crítica proposta pela ABEPSS, “preparando” estudantes para a operacionalização de políticas sociais focalizadas. (ABEPSS, 2019, p. 440)

RESULTADOS OBTIDOS

A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica por meio de um levantamento de literatura, como também documental e da utilização de observação e entrevistas com os atores envolvidos no processo de formação. No entanto, por tratar-se de uma pesquisa em andamento o presente artigo retratará considerações obtidas através de estudo bibliográfico e documental.

Para consecução da proposta apresentada foi feito um levantamento de produções em periódicos de Serviço Social, notadamente nas Revistas Serviço Social e Sociedade, Temporáris e Katalysis, em formato on-line, publicadas no período de 2015 a 2020, a partir da identificação de trabalhos que possuíam correspondência com as palavras-chave previamente definidas: Estágio Supervisionado, Teoria e Prática, Projeto Ético-Político e Supervisão direta. A leitura dos trabalhos selecionados concretizou-se de maneira crítica, rigorosa e analítica, fundamentada nas categorias referidas e tendo como finalidade a apresentação e análise dos dados pesquisados sob a perspectiva crítica e dialética, objetivando redefinições/reconstrução no processo de ensino aprendizagem. O método dialético “implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. [...]” (LIMA ; MIOTO, 2007, p. 40).

Posteriormente, foram selecionados para análise de conteúdo, artigos que em seus títulos e palavras-chaves aproximavam-se do nosso objeto de estudo. Após a leitura e análise dos mesmos, foi possível vislumbrar as dificuldades mencionadas com mais frequência referente as categorias de estágio, formação profissional e trabalho, sendo: a mercantilização de ensino, desqualificação profissional, disponibilidade de campo de estágio, ensino remoto emergencial, conservadorismo, reducionismo nas políticas e tensionamentos das condições objetivas do trabalho.

É de consenso entre os autores que, progressivamente o Brasil tem sofrido com a mercantilização da educação e consequentemente, “com a expansão da política de educação do ensino superior através de uma larga escala de expansão universitária mercantil.” (MORAES, 2015, p. 296) Essa expansão desenfreada ocorre sob a aparência de democratização e ampliação do acesso ao ensino superior, no entanto, as atuais tendências mercantilistas da educação representam a intensificação da desqualificação do ensino e da formação profissional.

Diante disso, é possível afirmar que a contrarreforma do ensino superior no Brasil é questão central para o Serviço Social, já que o crescimento mercantil das vagas em cursos privados e na modalidade à distância pode redefinir, em curto prazo, o perfil profissional. [...] Assim, a defesa do projeto de formação profissional construído e explicitado nas Diretrizes Curriculares da Abepss de 1996 tem se colocado como inadiável para o Serviço Social, pois desta tarefa também impescinde a reafirmação do projeto ético-político profissional, que tem como um dos seus componentes centrais a formação profissional. (MORAES, 2015, p. 297)

Em estudo realizado por Pereira (2009), constatou-se que o discurso de democratização de acesso ao ensino superior foi propagado pelo Estado utilizando ações governamentais estratégicas, como a participação do setor privado no Programa Universidade Para Todos (ProUni), ampliação do ensino a distância (EaD) e incentivo de parcerias público-privadas na universidade pública. Ainda de acordo com Pereira (2009), a oferta de vagas no referido curso de Serviço Social aumentou consideravelmente desde a década de 90, sendo que a maioria dos cursos autorizados trata-se de modalidade de educação a distância, evidenciando o interesse mercantil. Essa modalidade de ensino privilegia a expansão de cursos das áreas sociais e humanas, esse fator se justifica nos baixos custos de instalação, manutenção e investimento, abrindo margem para alta rentabilidade. (PEREIRA, 2016)

Na concepção de Moraes (2017), em meio a supervalorização da mercantilização da política e dos serviços na área da educação observa-se que nas instituições adeptas ao EaD não há espaço propício para “crítica, questionamento, reflexão e que reduz a formação profissional a atividades de treinamento, formando profissionais de manual, que não são capazes de ter uma compreensão crítica para além da atividade específica que realizam” (MORAES, 2017, p.113). Ademais:

os estudantes têm acesso restrito à educação como ensino, precarizado, ao serem incluídos em salas abarrotadas de alunos, que funcionam como “escolões de 3º grau”, em que os docentes não dispõem de condições adequadas de trabalho, sendo pressionados a aprovar seus alunos-clientes mediante a possibilidade de migração para outro serviço educacional.”(MORAES, 2017, p. 116)

Deve-se levar em consideração que a graduação em Serviço Social possui como objetivo construir o perfil de um profissional que:

[...] atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (ABEPSS, 1996, p.2)

Compreende-se que a “capacidade e promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho” (PEREIRA, 2017, p. 364), esse aspecto requer um ensino superior que privilegie o modelo universitário, promova os eixos de ensino, pesquisa e extensão e valorize a razão crítica.

Nesse fito, as diretrizes curriculares mostram a necessidade de articular vivência acadêmica, estágio, defesa de um trabalho de conclusão do curso e atividades complementares. Trata-se de um modelo de formação negador do avanço da modalidade EAD em nível de graduação, da tecnificação, da tentativa de construir discentes com assepsia política, acríticos e deslocados dos contraditórios movimentos da sociedade. (PEREIRA, 2017, p. 365)

Esse modelo promove consequências aos discentes a medida que recebem um ensino aligeirado e frequentemente sem qualidade. Também impacta os docentes, que sofrem com exigências de produtividade, e sobrecarga devido à flexibilização e aos tensionamentos das relações de trabalho. Nessa conjuntura, as dimensões investigativas e interventivas da profissão são prejudicadas e atingidas. (LEMOS, 2010)

No tocante do estágio supervisionado, Moraes (2015) reitera que esse processo formativo é comprometido devido a compreensão de que o estágio é um momento de “treino” da prática profissional e a falta de articulação entre supervisores e estudantes, fato que decorre principalmente do número excessivo de demandas aos profissionais e dificuldades na captação de vagas de estágio. Ao promover estudo acerca do ensino a distância do curso de Serviço Social no estado de Pernambuco, Silva e Rabelo (2017) constataam que uma grande oferta de vagas é concentrada em cidades de pequeno e médio porte, sendo um dado preocupante levando em consideração que “apesar da grande oferta de vagas, nem sempre possuem as condições adequadas de funcionamento” e pode haver “dificuldades até mesmo para encontrar campos de estágio para os estudantes.” (SILVA; RABELO, 2017, p.115)

Ao discutir a formação profissional do Assistente Social em Natal (RN), Negreiros (2018) expõe que a partir da análise dos projetos político pedagógicos em faculdades particulares e EaD, observou-se fragilidade na relação estabelecida entre as dimensões de teoria e prática, e na definição de habilidades foi percebido que estas não estão em conformidade com as competências e atribuições privativas do assistente social definidas pela lei regulamentadora da profissão, “provavelmente em uma tentativa de deixar o curso mais atrativo para o público.” (NEGREIROS, 2018, p. 145)

Negreiros (2018), ainda vislumbrou a realização de estágio em instituições públicas e privadas, logo, analisou limites em ambas:

Na universidade pública, o maior desafio que identificamos está relacionado à efetivação da relação entre supervisores acadêmicos, discentes e supervisores de campo. Foi consensual na fala dos sujeitos da pesquisa que esta relação ainda não ocorre de forma satisfatória, porém, reconhecem que esta dificuldade ocorre diante da realidade das condições de trabalho dos supervisores acadêmicos e de campo, limitando que estes desenvolvam um processo de supervisão mais sistemático e planejado. (NEGREIROS, 2019, p. 150)

Tratando-se de instituições particulares e em modalidade EaD, foi possível observar:

Em relação à instituição EaD, observamos alguns impasses mais estruturais, tais como: carga horária destinada à realização do estágio e supervisão acadêmica; a não existência de coordenação específica de estágio, sendo esta realizada pelo coordenador pedagógico do polo presencial e; a não existência de um supervisor acadêmico, sendo esta função exercida pelo tutor presencial responsável pela turma. (NEGREIROS, 2019, p. 150)

A intersecção entre os supervisores e discentes é primordial para a concretização dos objetivos do estágio obrigatório, no entanto, é um consenso entre os autores que essa categoria encontra obstáculos estruturais para ser realizada. À vista disso, compreendemos que essa circunstância sucede-se primordialmente devido às pelepas dos processos de trabalho, logo, as condições objetivas desses profissionais devem ser problematizadas de modo a compreender suas particularidades.

Quanto ao supervisor acadêmico, Pereira (2016) sustenta que os tensionamentos resultantes das relações de trabalho também atingem professores de instituições públicas, que convivem com condições precárias, como:

Não fornecimento de meios adequados para a realização da supervisão e, principalmente, da interlocução com o supervisor de campo. [...]Destacam-se como entraves: a falta de estrutura nas salas de aula, o acúmulo de disciplinas que sobrecarregam o professor, a falta de um transporte para levar o supervisor acadêmico até a instituição campo de estágio. Outra questão problemática é a falta de institucionalização de instrumentos de acompanhamento dos estágios não obrigatórios, deixando os discentes vulneráveis ao exercício de funções incompatíveis com sua condição discente. (PEREIRA, 2016, p.367)

Esse quadro se agudiza quando o professor for substituto em instituições públicas, devido a falta de realização de concursos públicos para professores efetivos. Nesse caso, os profissionais são contratados através de processos seletivos, a remuneração é mais baixa e não possuem estabilidade na função, subtraindo sua autonomia relativa. O término dos contratos implica também no rompimento da supervisão, quebrando o vínculo construído e trazendo consequências ao discente.

Paralelamente, em meio ao reducionismo de políticas públicas por efeito da crise do capital, as condições de trabalho dos assistentes sociais são marcadas por diversas contradições e dificuldades, trazendo implicações para supervisores de campo e estagiários.

Em conformidade com o explanado anteriormente, ampliar os campos de estágio também têm se mostrado um empecilho nesse processo, isso uma vez que:

[...] muitos profissionais ainda têm resistido a ofertar essa atividade privativa. Para tanto, apresentam vários argumentos, dentre os quais que essa não é uma atividade obrigatória, não é remunerada, e as suas condições e sobrecarga de trabalho não comportam a supervisão para esses alunos, dentre outras justificativas que, na maioria das situações, são justas. Porém a universidade fica em uma situação difícil para resolver os problemas de vaga de estágio. (CARI AGA; SILVA, 2016, p. 96)

Tendo em vista que as mediações do trabalho assalariado do assistente social perpassam o contexto do sistema capitalista, é necessário que o supervisor e estagiário identifiquem que a crise do capital, as políticas reducionistas do Estado, os achatamentos salariais e o retrocesso do pensamento conservador são elementos que impactam diretamente na formação e exercício profissional. (CAPUTI, 2016)

Ao apreender que os espaços do trabalho dos assistentes sociais, em sentido geral, têm sido marcados por “baixos salários, condições e relações de trabalho lastimáveis, desmotivando-o, e reduzindo a sua já relativa autonomia. Ademais, as políticas e os direitos por elas assegurados são focalizados, reduzidos, seletivizados aos casos mais agudos.”(PEREIRA, 2016, p.366), inferimos que existem rebatimentos diretos ao estágio nesse sentido, primordialmente quando “os assistentes sociais de campo são confrontados com uma realidade de trabalho precária, marcada pela rotatividade, contratos temporários, terceirizados, subempregados, comprometendo a supervisão.”(PEREIRA, 2016, p.366)

Destacamos que os discentes constituem parte fundante da formação profissional e estágio, e também possuem particularidades que dificultam a efetivação desse processo de acordo com o estabelecido nas normativas. O aumento da oferta de vagas em diferentes modalidades possibilitou a maior inserção da camada trabalhadora ao Serviço Social, logo, “O estágio para esse público é um momento de tensões, marcado pela necessidade de conciliar o trabalho, as aulas e o estágio supervisionado.”(PEREIRA, 2016, p.366) Para esses sujeitos, a tensão e ansiedade para concluir a carga horária requisitada é constante, com esse propósito, utilizam finais de semana, férias trabalhistas e até mesmo as folgas para estar em campo de estágio, ocasionando consequência a saúde física e mental, impedindo a vivência mais ampliada do processo e contrapondo-se aos requisitos obrigatórios indicados nas diretrizes curriculares, entre outras ações. (PEREIRA, 2016. p. 166)

Frequentemente os estudantes conciliam o estágio obrigatório com o não obrigatório em virtude da necessidade financeira, e por vezes, estes se materializam de maneira indevida:

Um exemplo disso são os espaços que só abrem vagas para estágio não obrigatório e remunerado, visando obter maior compromisso do aluno; leia-se: não faltar ao estágio e colaborar com o serviço. Essa fala não fica fora do discurso das profissionais. Por vezes, há relatos de assistentes sociais que preferem não

supervisionar discentes da modalidade estágio obrigatório, porque estes ficam “pouco tempo e não tem compromisso”. (PEREIRA, 2016. p. 167)

Ademais, foi reconhecido através de relatórios das oficinas do projeto ABEPSS Itinerante que o estágio supervisionado não obrigatório se consolida como um “nó crítico”, “em função da precarização do trabalho e de outros elementos já citados, desenvolve-se sem supervisão direta e se configuram, muitas vezes, como mecanismo de utilização do estagiário ou da estagiária como mão de obra barata, assumindo, por vezes, o lugar do profissional.” (TEIXEIRA; AQUINO; GURGEL, 2017, p. 412)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com o explorado no decorrer do estudo, o estágio supervisionado em Serviço Social é um momento privilegiado da graduação em que o discente tem a possibilidade de vivenciar a articulação da formação e exercício profissional e compreender a teoria e prática enquanto esferas indissociáveis, tendo paralelamente um olhar investigador para além do que já está posto nas instituições campos de estágios.

No entanto, os contratempos e limites postos à formação e ao exercício do Serviço Social nesta sociabilidade têm sido diversos, tensionando a materialização do estágio de acordo com o estabelecido pelas Diretrizes Curriculares, pela Política Nacional de Estágio e pelo Projeto Ético-político do Serviço Social.

Mediante levantamento realizado em trabalhos publicados em periódicos de Serviço Social entre o período de 2015 e 2021, foram identificados os principais rebatimentos na atualidade que se relacionam ao estágio supervisionado e à formação profissional. A partir disso, constatamos que os reveses que envolvem a temática têm seu cerne na mercantilização da educação superior e em suas expressões, como a privatização e expansão do ensino a distância. Esse fator acarreta efeitos deletérios ao ensino, resultando na desqualificação da formação profissional devido a baixa qualidade dos cursos de graduação.

No que diz respeito à supervisão, há um consenso de que a precarização das condições de trabalho dos professores e assistentes sociais converte-se em rebatimentos diretos à qualidade da supervisão. A retomada do conservadorismo, o reducionismo das políticas em virtude da crise do capital e os tensionamentos das condições objetivas e estruturais do campo de trabalho também são temas recorrentes nesse sentido.

Ante o exposto, concluímos que há uma centralidade de discussões referentes a faculdades privadas e adeptas da modalidade de ensino a distância. Esse debate é atual e pertinente, todavia, observou-se pouca análise acerca das peculiaridades do estágio em universidades públicas. Entre os eixos participantes do estágio, há mais considerações sobre

supervisão acadêmica em detrimento da supervisão de campo, de modo que consideramos que seria oportuno problematizar mais as condições de trabalho e influxos do conservadorismo ao fazer profissional. Ademais, identificamos poucos trabalhos que tratam sobre as percepções dos discentes em relação esse processo, embora esses sujeitos possuam centralidade na formação e no estágio curricular.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Abepss, 1996.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. Brasília: Abepss, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf> Acesso em: 29 mar. 2022.

ABEPSS. Parâmetros para organização dos fóruns de supervisão de estágio em Serviço Social. **Temporalis**, v. 18, n. 36, 2019.

BRASIL. Lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 18 abr. 2023

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008.

CAPUTI, L.. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. **Revista Katálisis**, v. 19, n. 3. out. 2016

CARIAGA, M. H.; SILVA, M. J. A. da. Caminhos da formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins. **Serviço Social e Sociedade**, n. 125, 2016.

GOIN, M.; RENDUELES, C.; PRATES, J. C.. Conjuntura, gênese e formação profissional: notas relacionais entre o Serviço Social brasileiro e o espanhol. **Serviço Social e Sociedade**, n. 125, 2016.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 1992.

LEMOS, D. V. da S. Alienação do trabalho docente? O professor no centro das contradições. *Universidade e Sociedade*, Brasília-DF, n. 45, 2010.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, v. 10, 2007.

MORAES, C. A. de S. A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 122, abr. 2015.

NEGREIROS, T. C. G. C. Formação profissional em Serviço Social em Natal/RN: desafios e perspectivas. **Temporalis**, v. 18, n. 35, 2018.

NEGREIROS, T. C. G. C. Os desafios do novo século à formação em Serviço Social. **Temporalis**, v. 16, n. 31, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12226>. Acesso em: 11 mar. 2023.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo I: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: Cead, 1999.

NETTO, J. P. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. *Revista Serviço Social e Sociedade*. n. 84, 2005.

PEREIRA, L. D.. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Revista Katálisis**, v. 12, n. 2, jul. 2009.

PEREIRA, M. E. R.. O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação em Serviço Social. **Revista Katálisis**, v. 19, n. 3, out. 2016.

RAMOS, A.; DOS SANTOS, F. H. C. Articulação entre supervisão de campo e acadêmica em Serviço Social. **Temporalis**, v. 16, n. 31, 2016.

SILVA, T. A. B. da; RABELO, J. B. Ensino a distância e suas implicações para a formação dos assistentes sociais: uma reflexão dos cursos EaD no Estado de Pernambuco. **Temporalis**, v. 17, n. 33, 201.

TEIXEIRA, R.; AQUINO, I.; GURGEL, T. Estágio supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas - Relatório do projeto Abepss Itinerante 2014. **Temporalis**, v. 16, n. 31, 2017.

SAÚDE MENTAL DE DISCENTES UNIVERSITÁRIOS(AS) E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: CAMINHOS ENTRE A DIMENSÃO INTERVENTIVA E AS AÇÕES IMEDIATISTAS NA PRAE/UERN

Ana Cristina de Medeiros Mota²⁷¹
Andrea Moraes de
Menezes²⁷²

RESUMO O presente artigo traz experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado I, II e III no âmbito da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). O trabalho apresenta como objetivo geral analisar a atuação do Assistente Social na PRAE/UERN. Os objetivos específicos são: (1) Verificar o Serviço Social na viabilização das políticas sociais de assistência estudantil da PRAE/UERN (2) Identificar os processos de trabalho profissional do Assistente Social na PRAE/UERN. Como instrumentos metodológicos utilizamos abordagem qualitativa por intermédio de pesquisa bibliográfica e documental. Os dados apresentados refletem como construção de relatório final de estágio que aponta os principais determinantes em saúde mental enfrentados pelos discentes que realizaram atendimento na PRAE/UERN. Apresenta brevemente como o trabalho do Assistente Social se dá dentro da instituição, algumas das dificuldades que estes encontram para exercer seu papel profissional e análise documental que compõe reflexões acerca da atuação profissional.

Palavras-chave: Saúde Mental. Assistência Estudantil. Estágio Supervisionado. Serviço Social.

1. INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado constitui processo essencial na formação do Assistente Social. Permitindo aproximações teóricas e práticas dentro das inúmeras demandas do profissional do Serviço Social, sabendo que este, pode atuar em setores como: Educação, Assistência Social, Saúde e Sociojurídico, por exemplo, entendendo que o estagiário tem oportunidades de reconhecimento da atuação profissional que almeja para o exercício no mercado de trabalho posteriormente.

O Assistente Social atua nas expressões da questão social que são expostas a partir do modo de produção capitalista como: Desigualdades de gênero, raça, etnia, pobreza,

²⁷¹ Graduanda do 8º período de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
Email: anamedeirosmota@gmail.com

²⁷² Graduada em Gestão Ambiental no Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Graduada em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestre em Ensino pelo POSENSINO. Professora substituta da Faculdade de Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Email: andreamorais@uern.br

desemprego, violência, pandemia, dificuldade de acesso à saúde, educação, violação de direitos sociais entre outras, compõe processos que perpassam a sociedade atual brasileira, são necessárias políticas sociais que minimizem as situações de vulnerabilidades expostos, e que as intervenções do Estado sejam satisfatórias para que a população tenha além do acesso a serviços e produtos, a garantia de acesso e permanência na Universidade.

Enfatizamos que a partir do momento da inserção dos estagiários nos campos sócios ocupacionais formativos, surgem oportunidades de vivências para refletir a prática cotidiana dos profissionais que atua-m frente às expressões da questão social, que são onde atuam os profissionais do Serviço Social, oportunizando trocas de experiências com supervisores (as) acadêmicos, de campo, e demais profissionais existentes nos espaços de estágio.

Entendemos que a inserção dos estagiários, contribui com as percepções sobre os campus e atuação profissional, como também aproxima os estagiários dos processos de instrumentalidade que o profissional do Serviço Social trabalha diariamente, do estabelecimento dos conceitos estudos e o desenvolvimento de postura crítica no estabelecimento das práxis a partir do olhar estagiário e profissional, atuando nas demandas interventivas (REIS, 2020).

É importante destacar que os usuários que procuram atendimentos do Serviço Social têm suas singulares histórias de vida, e perspectivas múltiplas frente ao cenário que se encontram, cabe ao profissional exercer uma escuta profissional qualificada para atendimento ao sujeito, que pode estar enfrentando problemas diversos, como: financeiro, educacional, familiar, subjetivo, conjugal, situação de sofrimento psicossocial dos(as) discentes.

Apontamos que o objetivo geral é analisar a atuação do Assistente Social na PRAE/UERN. Os objetivos específicos são: (1) Verificar o Serviço Social na viabilização das políticas sociais de assistência estudantil da PRAE/UERN (2) Identificar os processos de trabalho profissional do Assistente Social na PRAE/UERN. Para isso, construímos bases históricas, teóricas e práticas sobre o período vivenciado no Estágio Supervisionado I, II e III do curso de Serviço Social da FASSO/UERN desenvolvido na PRAE/UERN.

Evidenciamos que o local de estágio selecionado está localizado no campus da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), na Avenida Professor Antônio Campos, Presidente Costa e Silva, na cidade de Mossoró/RN, pelo CEP nº 59610-210, horário de funcionamento das 07:00 horas da manhã às 22:00 da noite, atendendo pelos contato de e- 6 mail: prae@uern.br telefone: (84) 3315-2185, pelo Telegram PRAE/UERN e Instagram também PRAE/UERN.

Portanto, destacamos que o relatório final está constituído por construções teóricas e práticas que foram vivenciadas durante o processo de desenvolvimentos dos estágios supervisionados I, II e III. Para isto, dividimos os aspectos discursivos ao dialogar com referenciais que discutem sobre o estágio supervisionado na formação profissional, o curso

de Serviço Social, a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, equipe multiprofissional e verificações perpassadas durante o período de formação durante o estágio.

2. SAÚDE MENTAL NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Entendemos que nos processos de trabalho que envolvem o profissional do Serviço Social da PRAE/UERN, se constituem pelas demandas de atendimentos aos discentes da graduação e pós-graduação em situação de vulnerabilidade social por problemas familiares, financeiros, adoecimento mental e físico. Com isso, notamos que os processos interventivos constituem como forma de minimizar os efeitos sofridos pelas pessoas que procuram os serviços de atendimento pela equipe multiprofissional.

As problemáticas que se mostraram mais evidentes durante a pandemia da COVID-19, pelo adoecimento mental da população mundial e brasileira. Conforme GRANER E CERQUEIRA (2017) expõe que as ascendências do sofrimento depressivo e de ansiedade decorrem da história singular de toda pessoa, sobre isso, percebemos que cada sujeito tem suas particularidades dentro de um sistema que nos exige demais, dos quais envolvem fatores sociais, econômicos e psicológicos que lidam com as situações diversas do dia a dia.

É importante destacar sintomas como exaustão emocional, fraquezas, dificuldade de concentração, memorização, aprendizagem, e físicos como, por exemplo, dores musculares e nos ombros, enxaquecas, fadiga, taquicardia, dores no estômago e tonteadas, fazem parte da vida de quem tem problemas como ansiedade e depressão, mas outros sintomas podem surgir, pois a Psicologia como ciência muito nova, busca por intermédio de pesquisas realizar investigações sobre o ser humano e suas subjetividades a diversas situações que enfrenta na sociedade pelas relações sociais (GRANER E CERQUEIRA, 2017).

Ressaltamos a importância das discussões referente ao processo de adoecimento e saúde mental nas instituições de ensino públicos e privados, oferecendo aos discentes matriculados, atendimentos humanizado e especializado. Salientamos sobre o modo de produção capitalista, que produz antagonismos e explorações da classe dominante sobre a dominada, é necessário compreender fatores biológicos, históricos, sociais e econômicos, ou seja, o ser humano em seus processos de totalidade como indivíduos que possuem histórias de vida e resistência pelas contradições sociais (VASCONCELOS et al, 2012).

A saúde pode ser considerada como o estado de bem-estar de uma pessoa, já a doença de dor e sofrimento e complicações (ROSADO e FREITAS, 2020). As determinações sociais da saúde estão além de fatores fisiológicos, elas estão relacionadas com a estruturação social dos seres humanos como: econômico, social, psicológico, culturais, étnico-raciais, políticos, biológicos, epidemiológicos, educacionais entre outros.

Apresenta-se dentro das condições de moradia, saneamento, modo de vida, situação demográfica, trabalho, renda etc. desse modo, não se pode somente levar em consideração

a saúde, mas a todos estes fatores que ressaltamos, pois eles estão envolvidos de modo individual e coletivo entre as famílias, desse modo, entendemos a importância das políticas públicas existentes na sociedade capitalista que vivemos, para possibilitar melhores condições de vida, trabalho, moradia e lazer a população que tanto estão necessitando (ROSADO e FREITAS, 2020), como também no ambiente universitário no ingresso, permanência e conclusão dos discentes na Universidade.

Dentro da universidade, diversas são as determinações que podem exigir um cuidado maior com a saúde mental, sendo as mais comuns a ansiedade, estresse acadêmico, dificuldade de organização dos estudos, problemas familiares, a carga horária, a adaptação a uma nova rotina, que pode incluir até mesmo a uma mudança de cidade, por ser uma cidade transitória. A seguir podemos perceber sobre o quadro I, os atendimentos realizados na PRAE/UERN no decorrer dos anos pela profissional do Serviço Social.

Quadro I: Listagem de atendimentos realizados pelo Serviço Social na PRAE/UERN

ATENDIMENTOS	ANO
104	2021
110	2022

Fonte: PRAE/UERN, adaptado pelas autoras (2022).

É necessário destacar que nos atendimentos realizados pela PRAE/UERN é o profissional de Serviço Social que realiza a acolhida aos discentes a priori, através de escuta qualificada, oferece informações sobre os próximos procedimentos e serviços oferecidos na PRAE/UERN. Posteriormente são encaminhados a outros profissionais como: Psicopedagoga e Psicologia. É necessário que o profissional utilize através da mediação, conhecimento teórico-metodológico para intervir sobre diferentes realidades que são apresentadas diariamente na instituição que atua (PONTES, 2018).

Apontamos a importância do sigilo profissional durante o processo de atendimento e acompanhamento dos usuários, particularidades apresentadas nos processos de viabilização dos direitos sociais dos discentes que estão em situação de vulnerabilidade social e necessitam de conhecimento sobre os seus direitos e deveres numa perspectiva de inclusão social, lutas por melhorias no setor de atuação, e sobretudo, a importância do conhecimento teórico das questões que envolvem o espaço de atuação, como também na superação dos desafios para que sejam efetivados dos processos interventivos propostos pela instituição. Entendemos que os atendimentos realizados refletem os determinantes de adoecimento e saúde dos discentes da instituição que são atendidos a nível de graduação e pós-graduação da Universidade.

Quadro II: Listagem dos principais determinantes de saúde mental dos atendimentos realizados

Determinantes	Números
Ansiedade	100
Conflitos Pessoais	24
Dificuldade Acadêmica	20
Depressão	12
Dificuldade com a Pandemia	9
Dificuldade Financeira	5

Fonte: PRAE/UERN, adaptado pelas autoras (2022).

Podemos perceber que os determinantes são problemas que estão sendo presenciados na atual conjuntura social (VASCONCELOS et al, 2012). Pensamos no processo de adoecimento e saúde, que trazem repercussões por alguns estudantes que enfrentam problemas de desigualdades sociais, violências, relacionamentos abusivos, enfrentamento da pandemia, problemas financeiros, jornadas de trabalhos exaustivas, problemas psicológicos, que são expostos através da lógica capitalista de determinar que os trabalhadores (as) estejam saudáveis e preparados para atender as necessidades do sistema. Com isso, os desgastes dos estudantes e trabalhadores (as) são evidentes, e refletem a importância de a classe trabalhadora conseguir movimentos de melhorias e intervenções sociais por intermédio de políticas e regulamentações para oportunizar trabalho e qualidade de vida de forma igualitária e justa (GRANER e CERQUEIRA, 2017).

É importante evidenciar que a intervenção do Serviço Social acontece de forma a visar não apenas as demandas imediatas dos estudantes, mas entender que são problemas de cunho estrutural da sociedade, isso pode ser visualizados a partir de ações e intervenções informativas no decorrer de todo o semestre letivo, momentos de reflexão são orientados através do Instagram da PRAE/UERN, além dos atendimentos sobre os direitos dos discentes e o que devem ser feito para conseguir adquirir bolsas, atendimentos etc.

Importante evidenciar que no atendimento à saúde mental, o profissional deve desmistificar ideias conservadoras sobre as condições psicossociais dos usuários, principalmente com o preconceito envolta da palavra “loucura”. Dessa forma, utilizamos o termo sofrimento ou adoecimento psicossocial para nos remetermos àqueles que sofrem

intensamente, permitindo que a experiência-sofrimento não seja reduzida a uma desordem e/ou periculosidade. Além disso, reconhecemos que a produção do sofrimento e adoecimento é constituída pelas relações de gênero, raça e classe, inclusive as formas de abordagem e intervenção se diferenciam a partir disso. (CFESS, 2022).

Apesar dos esforços dos profissionais que integram a equipe multiprofissional da PRAE, é importante salientar que estes enfrentam todos os sucateamentos direcionados a Universidade pública e de qualidade. O número de profissionais não chega nem perto de ser suficiente para atender todas as demandas dos campi, visto que a equipe é composta por uma assistente social, duas psicólogas e uma psicopedagoga e essas são responsáveis pelas demandas de todos os 7 campi da UERN. A baixa quantidade de profissionais resulta na sobrecarga dos mesmos influenciando diretamente na qualidade do serviço que será acessado por alunos em situação de vulnerabilidade psicossocial.

As fragilidades do sistema, impactam no processo de intervenção em um indivíduo em estado de adoecimento psicossocial. Os encaminhamentos são limitados por conta da sobrecarga dos profissionais, não há possibilidade de acompanhamento contínuo na própria PRAE, e instituições públicas de saúde que deveriam complementar a assistência com atendimento psicológico também não conseguem atender tais demandas pelo mesmo problema. Entendemos que serviços públicos de qualidade são sucateados em todos os âmbitos de atuação por conta da estratégia do sistema capitalista de privatização, desresponsabilizando o Estado de cumprir com suas obrigações constitucionais que preveem a garantia de acesso à saúde, e destacamos ainda que a definição de saúde inclui o bem-estar físico, mental e social dos indivíduos.

3. CONCLUSÃO

Os estágios supervisionados I, II e III possibilitaram aproximações teóricas e práticas para conhecimento da atuação do Assistente Social, de forma obrigatória e não obrigatória, pois fomos selecionadas para vivenciar nos Estágios Supervisionados I, II e III. Entendemos que o profissional do Serviço Social se constitui bastante dinâmico e multifacetado dentro do contexto que vivenciamos diariamente nos processos de trabalho juntamente com outros profissionais na atuação aos usuários na garantia da efetivação dos direitos.

Enfatizamos o papel central da universidade de oferecer oportunidades por intermédio de ações que possibilitem aos discentes em situação de vulnerabilidade social, a entrada permanência e conclusão do curso, ressaltamos que embora as ações de assistência estudantil tenham crescido no decorrer dos anos, ainda não conseguem atingir a toda a população discente que necessita de seus serviços, no entanto, destacamos o compromisso da UERN juntamente com a PRAE para que os editais contemplem cada vez mais os estudantes que necessitam dos programas sociais oferecidos.

Enquanto as questões de saúde mental, fica evidente que os problemas apresentados pelos estudantes estão diretamente articulados com a conjuntura social, conflitos que ultrapassam a vida acadêmica. Diante disso, atendimento psicológico e os programas de assistência estudantil garantidos pela universidade mostra-se ineficiente diante das questões trazidas pelos estudantes, pois, o serviço social atua apenas como um laço de acolhimento inicial ao estudante, servindo apenas como um canal de triagem para os atendimentos psicológicos e psicopedagogo. Sendo assim, o traço interventivo da profissão se perde, trazendo uma atuação apenas imediatista das expressões da questão social que são postas. Um atendimento com interligação de redes em conjunto com as instituições públicas, levaria a um atendimento mais efetivo aos problemas postos.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> Acesso em 11 de Mar. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.234/2010**: Dispõe sobre o Programa Brasília, v. 22, n. 47, 2020.
- CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 23 de jan. 2022.
- Conselho Federal de Serviço Social. **Discriminação contra a população usuária da saúde mental**. Caderno 8. Brasília (DF), 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/CFESS-Caderno08-SaudeMental-Site.pdf> Acesso em: 19 de Dez. 2022
- GATTÁS, Maria. Lúcia. Borges; FUREGATO, Antônia, Regina, Ferreira. **Interdisciplinaridade: uma contextualização**. SciELO, v. 19, n. 3. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/zcxLWkprCCXBFcghb5gfYcp/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 de Mar. 2022.
- GRANER, Mendes, Karen; CERQUEIRA, Ana, Teresa, de Abreu. **Revisão integrativa: Sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados**. Ciência e saúde coletiva, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/RLFrGpHpQKgkYpwXvHx3B3b/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 de Jul. 2020.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf Acesso em: 10 de Mar. 2022.

PONTES, Reinaldo, Nobre. **Mediação e Serviço Social**, 8ª edição, São Paulo, Cortez Editora, 2018.

REIS, Diana, Cristina, Rebouças, dos. **Estágio supervisionado em serviço social: reflexões sobre formação e exercício profissional**, Revista Serviço Social Em Perspectiva, 4(2), 7–21, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/2566> Acesso em: 10 de Nov. 2022.

ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira; FREITAS, Gleidiane Almeida. **As contradições do direito à saúde no capitalismo: apontamentos da realidade brasileira**. Ser Social, Brasília, V-22, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25428 Acesso em: 30 de Nov. 2022.

UERN, **Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social**, Renovação de Reconhecimento, Mossoró, 2013. Disponível em: https://www.uern.br/controledepaginas/proeg-projetos-pedagogicos/arquivos/4225ppc_servia%C2%A7o_social_2013.pdf Acesso em: 03 de Mar. 2022.

UERN, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, **História**, 2022, Disponível em: <http://portal.uern.br/historia/> Acesso em: 09 de Fer. 2022.

UERN, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, **Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (PRAE/UERN)**, 2022, Disponível em: <https://prae.uern.br/default.asp?item=prae-apresentacao> Acesso em: 01 de Mar. 2022.

VASCONCELOS, Eduardo, Mourão, et al. **Saúde Mental e Serviço Social: O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. Editora: Cortez Editora, São Paulo, 2012.

Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/int-3746> Acesso em: 30 de Nov. 2022.

UM PASSADO PERSISTENTE, UM PRESENTE (RE)SISTENTE: As implicações do Serviço Social clínico tensionadas pelo Projeto Ético Político em movimento

Livia Maria e Silva²⁷³

Giliane Alves de Carvalho²⁷⁴

RESUMO: Fruto de pesquisa inerente ao exercício profissional, este ensaio teórico busca relacionar características do pensamento conservador higienista presente no chamado Serviço Social clínico, apontando as implicações concretas destas determinações para a materialização do projeto ético político (PEP) do Serviço Social (SSO). Relacionamos traços presentes no arcabouço eclético do SSO clínico à sua funcionalidade na contrarreforma do Estado, especificamente da política de saúde. Como contraponto, apontamos as bases sólidas do PEP, destacando as ações combativas do conjunto CFESS/CRESS em defesa da direção social crítica e as ações desencadeadas pelo CRESS/RN em prol de uma identidade profissional atrelada ao projeto societário emancipador.

Palavras-chave: Serviço Social clínico. Contrarreforma. Conservadorismo. Projeto Ético Político.

1 INTRODUÇÃO

O debate em torno do Serviço Social Clínico não é novo, já foi objeto de debates polêmicos, acalorados, plurais e democráticos, mediados pelo conjunto CFESS-CRESS que resultaram no entendimento contido na RESOLUÇÃO Nº 569, de 25 de março de 2010, que *“VEDA da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social”*.

Por vezes tratado como polêmica já superada no âmbito da profissão, os desafios que a cena contemporânea colocam ao exercício profissional, notadamente no campo da saúde, atrelado às requisições da contrarreforma do estado, cujo projeto ultraliberal invoca a racionalidade pós-moderna, nos retoma a necessidade de problematizar esta concepção, evidenciando a necessária e permanente disputa em torno da hegemonia na direção social crítica da profissão, ancorada na teoria marxista, onde o mundo social é resultado da relação

²⁷³ Assistente social formada pela UFRN. Mestre em serviço social UFRN. Professora temporária UERN - liviamaria@uern.br

²⁷⁴ Assistente Social formada pela UFRN. Mestre em serviço social UFRN. Doutoranda em serviço social UFRN. Servidora efetiva UFRN - Giliane.ac@hotmail.com

objetividade e subjetividade, consciência e realidade objetiva, portanto, histórica e socialmente determinada.

Tal qual emerge no cotidiano, sob novas roupagens e com velhos dilemas que espriam um padrão de racionalidade reiterativo, o debate em torno do Serviço Social clínico, seus pressupostos e direção social, requisita competência profissional na perspectiva do Projeto Ético-Político (PEP) para nega-lo e conduzir o exercício profissional na direção do enfrentamento à alienação e ao fortalecimento de projetos contra-hegemônicos no âmbito societário.

Para uma análise crítica acerca dos rebatimentos desta concepção, suas requisições e práticas, importa considerar, conforme aponta Scheffer (2007), que o debate do clínico atravessa a profissão não apenas como um termo, mas como uma concepção/perspectiva que visa estruturar uma leitura das ações profissionais, cuja abordagem teórica não é neutra, embora se requisite como tal.

Na cena contemporânea, enquanto um movimento no interior da profissão, o Serviço Social clínico tem demonstrado claro alinhamento político aos fundamentos do chamado “Serviço Social Libertário”, que faz apelos ao denominado “Serviço Social disruptivo”, que se expressa difundindo ataques à direção social crítica da profissão e a teoria que lhe fundamenta. Ao passo que acusa a profissão de teoricista, requisita sua tecnificação”, num claro chamamento ao retorno de um passado profissional já superado.

Fica claro, portanto, que a requisição do clínico no âmbito do Serviço Social (SSO) é levantado na contramão dos avanços ético-políticos e teórico-metodológicos conquistados pela profissão ao longo de sua história desde a intenção de ruptura com o conservadorismo profissional, e problematiza-lo em suas novas configurações significa não só a defesa de uma identidade profissional, implica reafirmar a posição do Serviço Social no âmbito da luta de classes permanente nesta sociedade, demarcando o lado da vida, da satisfação das necessidades humanas, o lado da luta geral da classe trabalhadora.

2 CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO: NOVAS ROUPAGENS, VELHOS DILEMAS

Adepto às teorias positivistas, o serviço social clínico pauta-se em bases terapêuticas, sendo, em termos históricos, liderado por assistentes sociais que questionam as bases da formação profissional presentes nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS, aprovadas em 1996. As críticas que sustentam esse movimento são ao Projeto Ético-Político profissional, o qual carrega consigo a construção coletiva de recusa ao conservadorismo na/da profissão, fundamentando-se na teoria social

crítica e na construção de uma ordem social emancipatória. Em seus fundamentos, o Serviço Social clínico mantém aspectos do ideário higienista²⁷⁵ presente na gênese da profissão e:

Defendem uma prática profissional pautada no autoconhecimento, na facilitação de acesso aos serviços da comunidade, na mudança subjetiva, no reforço da dinâmica interna de cada indivíduo, na autoestima, na ajuda para superação de crises, na potencialização da força da vida interna e apresentam como aportes teórico-metodológicos as vertentes teóricas da Psicanálise, Psicoteologia, Teoria Sistêmica, Teoria Construtivista, Antropologia Cultural, a Psicoteologia, entre outras derivações (CFESS, 2012).

Trata-se, portanto, de um grupo de profissionais que requisitam o reconhecimento da legalidade no uso de terapias no exercício profissional, tendo por base a histórica atenção à família, e como arcabouço teórico no âmbito da profissão as ideias do campo “psi”. Nos termos de Cunha e Nunes (2020), tal requisição argumenta que as bases teórico-metodológica da profissão não lidam com a subjetividade e:

Por uma compreensão equivocada acerca do pluralismo metodológico na profissão, eles/as buscam a “possível” convergência entre a clínica e o político para o reconhecimento de um possível caráter terapêutico do serviço social (CUNHA, NUNES, 2020, p. 330).

Em estudo exploratório acerca do Serviço Social Clínico, Scheffer (2007) aponta modelos estrangeiros presentes na reconceitualização Latino-americana, e suas imbricações no debate do “clínico” no Serviço Social, rememorando que a construção deste pensamento esteve presente nas particularidades do SSO no Brasil.

Um importante referencial no percurso da historicidade da abordagem teórica do “clínico” no Serviço Social são as influências do Modelo franco-belga e da medicina social, que, mediado pela visão de meio-família, imprime a vinculação do modelo biomédico com a prática do SSO, e que denota um caráter paramédico e subalterno na profissão, equivocadamente reproduzido ainda nos dias atuais, cujo objetivo profissional, no contexto de aprofundamento do pauperismo pós segunda guerra seria a intervenção social na perspectiva de ocultar desigualdades da ordem burguesa. (Ibdem).

Entretanto, as características ecléticas identificadas no levantamento histórico-crítico realizado por Scheffer (2007) acerca do movimento heterogêneo que permeia o Serviço Social Clínico, faz importante destacar, em linhas gerais, algumas características/fundamentos presentes, sem a intenção de esgotar ou limitar os fundamentos teóricos subjacentes ao debate, que seguem:

²⁷⁵ A base teórica do conservadorismo higienista compromete-se com a reprodução, o desenvolvimento e a manutenção do modo de produção capitalista, já que de maneira central defende que a desigualdade social que produz a pobreza e a vulnerabilidade é de origem biológica e não pode ser modificada; trazendo o ajustamento como norte de atuação a partir do uso de práticas terapêuticas individualizadoras (Cunha e Nunes, 2020).

1. O papel do Serviço Social seria: atuar na influência do meio social e familiar como desvio, com ângulo biomédico, tendo a pobreza como patologia, que requisita estudo, diagnóstico e tratamento, resultando na visibilidade do Serviço Social como área de cientificidade, com arranjo clínico do social delimitando a dimensão operacional, numa postura de subalternidade ao médico.

2. Tais características, próprios do movimento higienista favoreceram a patologização da vida social, tendo o Serviço Social como agente da investigação para ação de psicologização e medicalização das expressões da questão social vivenciada pelos indivíduos, numa leitura a-histórica da realidade social, e numa perspectiva de ajustamento e culpabilização que levou a profissão para o caminho da adaptação dos indivíduos/trabalhadores.

3. A sistematização entre ação profissional e modelo biomédico, que coube a Mary Richmond nos seus clássicos “diagnóstico social” e “o que é caso social”, expressam rebatimentos do pragmatismo/funcionalismo e positivismo na profissão. Tal sistematização passou por releituras na Escola Funcional de Hamilton, com incorporação de outras referências, como a psicanálise e o viés da psicologia com a Questão Social compreendida como problema interpessoal;

4. No Brasil a aproximação com o Serviço Social clínico é mediada pela interferência norte-americana com base no tripé CASO-GRUPO-COMUNIDADE que impulsiona o processo de tecnificação da profissão, que se afasta do caráter confessional e doutrinário. A visibilidade do debate, entretanto, se dá no período ditatorial, por duas vias tropicalizadas: abordagem fenomenológica da renovação conservadora e psicanálise norte-americana que influencia o Serviço Social Clínico na atualidade.

A notoriedade do ecletismo teórico e heterogeneidade que atravessa a construção do pensamento clínico no âmbito do Serviço Social é também a expressão de uma profissão essencialmente conservadora, cuja compreensão transita para um ecletismo teórico e sincretismo prático, nos termos de Cunha e Nunes (2020), reverberando em uma total incompreensão e negação daquilo que é matéria de Serviço Social.

Fato inconteste no âmbito do pensamento crítico, as bases do Serviço Social clínico andam na contramão do que se convencionou chamar de Movimento de Reconceituação da profissão, onde os fundamentos teórico críticos para a compreensão da profissão e da Questão Social são inscritas na história, há negação de modelos estrangeiros, com reconhecimento das particularidades sociohistóricas para o exercício profissional; um direcionamento teórico-metodológico e ético-político de trabalho social para apontar a superação da lógica assistencialista do estruturalismo, além de proposta de renovação da formação e do exercício profissional.

Tal incompatibilidade entre Serviço Social Clínico e Projeto Ético Político foi objeto de discussão e elaboração de documentos e pareceres do conjunto CFESS-CRESS em encontros e seminários entre os anos de 2002 a 2010; entretanto, a proposta de normatização acerca de tais práticas foi provocada no ano de 2007 no Encontro Nacional CFESS/CRESS realizado em Natal, que após desdobramentos e processos de debates, deliberou no 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS a elaboração da Resolução Final sobre o tema. Todo o processo de debate teve ampla participação da categoria, contando inclusive com a presença da expoente do Serviço Social clínico no Brasil. (CFESS, 2009).

A despeito do posicionamento do grupo em defesa do Serviço Social Clínico, ao analisar as falas do II Seminário de Serviço Social Clínico (2018) observou-se a presença de “reverência” à Mary Richmond, com seus conceitos de diagnóstico social, coesão familiar, terapia da família estrutural para capacidade de sobreviver e progredir-positivista-funcionalista/darwinismo social.

Importante também ressaltar o alinhamento político-ideológico com o movimento denominado Serviço Social Libertário. Para Cisne et al (2020), tal movimento almeja “um Serviço Social que desconsidere a luta de classes e a perspectiva de uma nova ordem societária, além de negar a importância histórica do Conjunto CFESS-CRESS no protagonismo da “renovação”. As 23 teses que fundamentam a proposta do chamado Serviço Social Libertário, expressam uma referência tecnicista e de rearticulação das raízes conservadoras da profissão, sendo, portanto, funcional à visão fragmentada de sociedade e de profissão presente na proposta do Serviço Social Clínico.

Os referenciais teórico-metodológicos ecléticos utilizados não coadunam com os valores e princípios do projeto profissional do SSO e do projeto societário a ele inerente, e as alianças estabelecidas entre tendência conservadora na profissão e neoconservadorismo pós moderno no plano ideopolítico despontam o Serviço Social clínico como uma inflexão da ofensiva neoconservadora no interior da profissão.

É possível, portanto, afirmar que temos no Serviço Social Clínico a recusa do norte teórico-metodológico e sociopolítico hegemônico da profissão, e retorno ao idealismo e ao passado profissional, numa ressignificado, do Serviço Social de Caso que marcaram o passado profissional, e não contribui para avançar o Projeto Ético Político do Serviço Social.

Trata-se de uma proposta a-histórica, que carrega uma pretensa neutralidade, sem explicação clara de suas matrizes teóricas que orientam a pretensa intervenção terapêutica, onde a opção teórico-metodológica depende da diversidade de abordagens clínicas, com ausência de dimensão de totalidade, identificada como exclusão social, com isenção de responsabilidade da sociedade de classes e suas contradições (oculta a relação exploração-opressão).

É mister pontuar, entretanto, que no uso de suas atribuições legais, o CFESS define em Resolução que as terapias não constituem atribuição e competência do Assistente Social:

- a. Intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas;
- b. Atividades profissionais e/ou clínicas com fins medicinais, curativos, psicológicos e/ou psicanalíticos que atuem sobre a psique (CFESS, RESOLUÇÃO Nº 569, de 25 de março de 2010).

Não há, por parte do conjunto CFESS-CRESS qualquer limitação às competências profissionais ou negação de espaços ocupacionais para atuação profissional, o que se defende é uma atuação profissional com indivíduos, grupos e famílias embasados nas competências técnicas e atribuições regulamentadas em lei, fundamentadas nos princípios e valores do código de ética profissional. Isto posto. A resolução visa garantir no âmbito do pluralismo, a legitimidade ao exercício profissional multiprofissional e interdisciplinar.

Existiu, portanto, no âmbito da construção do entendimento contido na resolução, a ponderação de qualificar o entendimento de tais práticas, no intuito de reconhecer a dimensão social que atravessa o processo saúde-doença, notadamente no campo da saúde mental, em considerar o potencial e possibilidades de atuação do Serviço Social nestes espaços sob o prisma do reconhecimento de direitos e na articulação política para as lutas sociais.

Assim, tratar as ações realizadas pelas diferentes profissões no campo da saúde mental sob a denominação genérica de “ações terapêuticas”, e afirmar que não cabe ao assistente social encaminhá-las, pode – em casos muito específicos – vir a significar risco de restrição de um campo de atuação profissional fundamental para o Serviço Social (o que não é, nunca foi e certamente não será a intenção do Conjunto CFESS/CRESS nos debates que envolvem as chamadas “práticas terapêuticas”). O que queremos afirmar, assim, é a necessidade de pormenorizar, ao longo de nossos debates ainda em curso, que há determinadas ações que, embora sejam atribuições privativas e/ou competências do assistente social, recebem, e determinados campos de atuação profissional, adjetivação próxima a “terapêutico”. Tal denominação é fruto da hegemonia de determinados conhecimentos no que diz respeito às dimensões subjetivas das vidas dos usuários e de qualquer sujeito social. Observem: não se trata, aqui, de qualquer recuo: não reconhecemos que *exercer terapia sob quaisquer orientações teóricas em sistemas formais e informais (inclusive terapias de casal, de família, de grupo, individual ou comunitária, dentre outras)* seja uma contribuição profissional prevista para o Serviço Social (CFESS, 2009, p. 6).

Destarte, o cuidado em saúde mental, na perspectiva da Reforma Sanitária da década de 1980 e da Reforma Psiquiátrica, abre e amplia as possibilidades para atuação de Assistentes Sociais a partir de seus conhecimentos técnicos, posto que envolve equipes multiprofissionais voltados ao acolhimento, vínculo e reinserção social, com ênfase na dimensão social para o enfrentamento da concepção de transtorno mental como anormalidade, objeto quase exclusivo de práticas médicas, autoritárias e psicologizantes.

3 A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL TEM ESPAÇO PARA O CLÍNICO? UM DEBATE SOBRE CAMPO E NÚCLEO A PARTIR DOS PRECEITOS DAS REFORMAS SANITÁRIA E PSIQUIÁTRICA E DA INDICÊNCIA DO PEP

A saúde, em seu conceito mais abrangente, entendida enquanto produção social, passa a dar visibilidade às práticas em saúde mental no contexto da Determinação Social da Saúde²⁷⁶, mediante as condições gerais de vida e trabalho, situadas nas relações estabelecidas pelo modo de Produção Capitalista e as desigualdades a ele inerentes.

Nos termos de Fernandes e Ribeiro (2016) o campo²⁷⁷ nessa perspectiva da Reforma Psiquiátrica exige complexas ações e articulações nos níveis de cuidado, proteção social, formas de inserção social, e não somente a medicalização/hospitalização para controle da doença/sintomas, adequação de comportamentos, punição com isolamentos. Exigência clara, portanto, de um novo modelo de atenção em saúde que pautar a inserção ativa dos usuários como sujeito de direitos no processo de transformação social, participe e protagonista do seu processo de cuidado, que exige a construção de redes de cuidado, articulação de políticas públicas, formas de cuidar orientados por princípios éticos da liberdade, emancipação, singularidades e direito à diferença; numa clara relação com as competências profissionais embasadas na direção social crítica assumida hegemonicamente pelo Serviço Social.

Há espaço para legitimação da profissão no CAMPO da saúde mental, desde que a profissão tenha domínio teórico-metodológico e ético-político do seu NÚCLEO²⁷⁸ para colocar em movimento o CAMPO, dando visibilidade às condições de vida e de trabalho e sua relação no processo saúde-doença, ampliando o escopo de ação dos cuidados em saúde mental na perspectiva da Reforma Sanitária.

A despeito da Reforma Sanitária, importante destacar que suas demandas postas a atuação de Assistentes Sociais versam sobre:

a democratização do acesso as unidades e aos serviços de saúde; estratégias de aproximação das unidades de saúde com a realidade; trabalho interdisciplinar; ênfase nas abordagens grupais; acesso democrático às informações e estímulo à participação popular (CFESS, 2010, p. 26).

Entretanto, no lastro do processo de contrarreforma, potencializados pela gestão ultraliberal em vigência no país, refuncionalizando com radicalidade as tendências de

²⁷⁶ Trata-se de uma compreensão de saúde contra hegemônica que enfatiza a sua dimensão política, destacando que a saúde é historicamente determinada, e que só pode ser pensada a partir de uma dimensão estrutural para elucidar as condições necessárias ao processo de sua democratização, estando portando, situada no contexto de luta de classes (CARVALHO, 2019, p. 16).

²⁷⁷ O campo abordado por Fernandes e Ribeiro (2016) é um conceito que visa auxiliar o trabalho multiprofissional, preservando a autonomia para as equipes, ao passo que aponta saberes e competências comuns a várias áreas ou profissões com limites imprecisos para o cumprimento de tarefas teóricas e práticas, sendo este delimitado por sua relação com o núcleo de saberes específicos de cada área profissional.

²⁷⁸ O núcleo trata de competências e responsabilidades específicas de cada profissão, com base em seus conhecimentos específicos (FERNANDES; RIBEIRO, 2016).

sucateamento e desfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS), põe-se em evidência os projetos em disputa na saúde, sob conquista da hegemonia do projeto privatista, que tem por base o modelo biomédico de atenção à saúde.

Os impactos da hegemonia do modelo biomédico para as práticas do SSO no campo da saúde nos colocam em constante alerta em torno das disputas no interior da profissão quanto a direção social que lastreia o exercício profissional.

Embora o modelo biomédico tenha despontado como modelo hegemônico desde a institucionalização do SUS, espaço de permanente disputa em torno da efetivação dos preceitos da Reforma Sanitária, tal hegemonia ampliou sua legitimidade no atual contexto sociohistórico vivenciado no país, em função da direção neoconservadora e ultraliberal desencadeada pelo governo federal, e aqui enfatizamos suas medidas catastróficas de gestão da pandemia da COVID-19, resultando na morte de milhares de brasileiros e brasileiras, num claro aceno de total desrespeito à vida em detrimento dos interesses do capital.

Para Soares (2017) embora a política de saúde seja a que mais possui avanços legais com a influência do Movimento de Reforma Sanitária, é a mais suscetível a práticas pragmáticas dada a influência da hegemonia do modelo biomédico. A ascensão do pensamento conservador na saúde tende a requisitar do Assistente Social intervenção sobre a doença e mudanças de comportamento, requisições caras ao conservadorismo persistente na profissão, onde grande parte das proposições de cunho conservador na profissão são oriundas de práticas da área da saúde, cuja influência vem das ases do Serviço Social clínico.

O lugar reservado ao SSO pela racionalidade da contrarreforma na política de saúde tende a exigir de cumprimento de metas de produtividade para atender, de forma apassivadora, demandas emergenciais oriundas das contradições do sistema, que se agravam no contexto de restrição de direitos, num claro antagonismo entre a direção sociopolítica das requisições e demandas da contrarreforma e a direção social do PEP, onde prevalecem ações profissionais para o atendimento a demandas de natureza emergencial e assistencial em detrimento de ações de mobilização, participação e controle social. (Ibdem).

Decorrentes das contradições e conflitos da política e saúde e de sua imbricação com a totalidade social, às particularidades de agudização da questão social no contexto da pandemia, atreladas às condições de precarização do trabalho nos diversos serviços de saúde, os quais, inclusive, ampliaram espaços de atuação para o Assistente Social, expressaram demandas institucionais vinculadas a adesão às práticas de passivização do usuário frente a complexidade das necessidades sociais da população, impondo limites à autonomia profissional e obstáculos para ultrapassar a racionalidade hegemônica das práticas em saúde, que ao favorecer ações de caráter emergencial, distantes dos objetivos do PEP, tende a ser terreno fértil para referenciais conservadores ao exercício profissional.

A esse despeito, O CRESS/RN, no contexto da pandemia da COVID-19 atuou de maneira combativa para defesa da categoria, requisitando ampliação de espaços de trabalho e ratificando a necessidade da autonomia no exercício profissional, orientado por valores éticos que embasem a direção social hegemônica da categoria.

Tal atuação se deu pela defesa de condições éticas e técnicas de trabalho, em ações pedagógicas e de incidência política nos espaços, com profissionais e gestores a nível municipal e estadual, que resultou em diversas orientações técnicas que respaldam o fazer profissional no cotidiano dos serviços de saúde.

De maneira central, situamos aqui as seguintes orientações normativas e/ou técnicas: a) exercício profissional da/o assistente social diante da pandemia da covid-19 b) autonomia profissional c) visita domiciliar d) atuação de assistentes sociais em cargos de coordenação e/ou gestão e) comunicação de óbitos e o controle e guarda de vias de declarações de óbito em branco e preenchidas por assistentes sociais f) solicitação de medicamentos e material de higiene e a realização por assistentes sociais de videochamadas entre usuárias/os/pacientes internadas/os e seus familiares g) regulação de leitos, marcação de consultas e/ou exames em unidades hospitalares por assistentes sociais ²⁷⁹.

Nesse sentido, houve atuação do CRESS/RN no sentido de enfrentar demandas tradicionais, que historicamente envolvem uma concepção equivocada a respeito da formação e exercício do Assistente Social, e que na pandemia, face ao colapso dos serviços de saúde e as já crônicas contradições do sistema, demandaram intervenção do SSO, inclusive, refuncionalizando práticas do âmbito do clínico, como por exemplo, as vídeo chamadas, que demandavam o domínio de técnicas para manejar emoções oriundas do processo do medo da perda, do total isolamento, entre outros, que demandavam formação e competências de natureza subjetivas do campo *psi* que extrapolam o escopo da formação, objetivo e regulamentação da profissão.

Entretanto, essas demandas tiveram uma leitura crítica da categoria, que compreendendo a complexidade das necessidades da população, face ao aprofundamento da pobreza, do desrespeito aos direitos sociais, do desfinanciamento das políticas sociais, e da urgente necessidade de intervenções qualificadas, foram questionadas pela categoria, chegando em forma de denúncias ao CRESS/RN, que prontamente atuou na elaboração das orientações técnicas anteriormente citadas, para enfrentar a cristalização de práticas conservadoras e suas novas expressões ancoradas em subsídios que não se amparam nos fundamentos da profissão

Ainda no campo das ações político-organizativas podemos destacar a defesa do concurso público e ampliação do efetivo de profissionais, notadamente nos serviços da rede

²⁷⁹ Estas orientações técnicas podem ser acessadas na íntegra em: <http://www.cressrn.org.br/>

estadual de saúde. Sobre isso, se faz necessário pontuar o enfrentamento do CRESS/RN à concepção de serviço social presente na lei de cargos da Secretaria de Estado da Saúde Pública do RN – SESAP, que notadamente expressava práticas tradicionais e conservadoras, conforme demonstra a lei complementar nº 694/22:

(...) **prevenir desajustes de natureza biopsicossocial** e promover a integração ou reintegração social; **Atuar na prevenção e tratamento de problemas de origem psicossocial e econômica** que interferem na saúde, aprendizagem e trabalho; Promover a participação grupal, desenvolvendo a consciência social e potencialidades; programar a ação básica de uma comunidade nos campos social, da saúde e outros, **analisando os recursos e as carências socioeconômicas**, com vistas ao desenvolvimento comunitário; **Realizar atividades de caráter educativo, recreativo**, assistência à saúde e outras para **facilitar a integração dos servidores no trabalho**; Participar de programas de reabilitação profissional, promovendo a integração ou reintegração de pessoas limitadas por doenças ou acidentes de trabalho; Realizar acompanhamento familiar com fins diagnósticos, preventivos e de atendimento à saúde (SESAP/RN, Lei complementar nº 694/2022, p. 21).

O entendimento de que estas requisições, que extrapolam os fundamentos da formação, deslocam a prática de suas potencialidades técnico e políticas para a efetivação do PEP, e se voltam para o conservadorismo profissional presentes no serviço social de casos, fez com que o CRESS/RN elaborasse uma recomendação técnica para retificação desta lei complementar, imprimindo a direção social da profissão a partir do exposto compromisso firmado com a qualidade do atendimento prestado aos usuários no âmbito do fortalecimento da seguridade social, da democratização das informações e do acesso aos serviços e direitos sociais.

A incidência política do CRESS/RN neste caso concreto, que resultou em posicionamento do Gabinete do secretário da SEPAP/RN em favor da retificação das atribuições do cargo de Assistente Social, encaminhados através de projeto de lei para alteração da lei complementar, mostra o importante papel que cumpre nossas entidades representativas em prol da defesa das nossas prerrogativas e autonomia profissional, para resistir às reações conservadoras que nos circundam, construindo resistências em defesa do nosso espaço de atribuições e atuação para materializar o PEP.

4 CONCLUSÃO

Consideramos apontar por fim que, até hoje se faz presente o reforço à concepção tradicional da profissão no campo da saúde, que revigoram fundamentos do Serviço Social Clínico, expressos em requisições institucionais indevidas, favorecidos pela cristalização de práticas reiterativas no cotidiano, que, atrelados aos interesses e necessidades do modelo biomédico hegemônico, estruturam atribuições que não coadunam com a direção social do PEP e o modelo de saúde como produção social, a ele inerente.

Muitas das requisições tradicionais no campo da saúde, que insistem em ser institucionalmente vinculadas a autoimagem do Serviço Social, carregam as amarras das origens conservadoras da profissão, e são refuncionalizadas pelas bases de sustentação ideopolíticas do Serviço Social clínico, cuja defesa é o tecnicismo, fundada no ecletismo teórico e sincretismo, e que embora se requisite neutro, tem projeto, o dominante.

Suas expressões na atualidade precisam ser problematizadas com as armas da crítica enquanto poder material, para reafirmação no presente e futuro, de uma cultura profissional que tem competência técnica, teórica e política para ser área de produção do conhecimento, incidindo nas áreas de gestão e planejamento de políticas sociais públicas, além de estar presente na linha de frente de diversas políticas públicas essenciais, muito antes da pandemia, cujo direcionamento ético é capaz de contribuir com a construção de um projeto societário voltado a emancipação e plena realização dos indivíduos sociais, livre das amarras da exploração e expropriação de suas liberdades, incidindo de forma concreta na vida e na luta dos sujeitos individuais e coletivos cuja sua atuação atravessa.

Embebidos da nossa história, entendemos que o percurso é adensar o caminho de acúmulo de forças políticas e fortalecimento das nossas entidades representativas, ao passo que negamos veementemente o retorno ao nosso passado profissional, seja ela no presente travestido de pesadelo ou farsa. Os esforços para a efetivação do PEP são permanentes, e para ampliar nossa legitimidade social, precisamos nos colocar em movimento.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, G.C. **Determinação social da saúde e Serviço Social**: concepções que norteiam o trabalho do/a Assistente Social no atual contexto do SUS. Dissertação de Mestrado. UFRN, 2019. 131f.

CISNE, M. CANTALICE, L.B.O. ARAUJO, L. **“Renovação” do Serviço Social brasileiro**: um continuum à ofensiva conservadora. In: *Libertas* v. 20. n 2/2020. P. 307-327.

CONSELHO DEFERAR DE SERVIÇO SOCIAL- CFESS. **Parâmetros para atuação do assistente social na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

CONSELHO DEFERAR DE SERVIÇO SOCIAL- CFESS. RESOLUÇÃO Nº 569, de 25 de março de 2010. **Dispõe sobre a VEDAÇÃO da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS_569-2010.pdf. Acesso em: 24 ago. 2022. CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO- CRESS/RJ. Em Foco- **Serviço Social clínico**. 6ª edição, 2009.

CUNHA, A.D. NUNES, A. **Aspectos do conservadorismo higienista no Serviço Social clínico**: Implicações para o projeto ético-político profissional. *Revista Libertass*, Juiz de Fora, v 20, n 2, p. 328, 350, jul/dez 2020.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE- RN. Lei Complementar nº 694/2022. **Promove reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos titulares de cargo**

público de provimento efetivo da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP) e dá outras providências. Disponível em <
<http://www.al.rn.gov.br/storage/legislacao/2022/3izjkrkq67frxarmk3v1mkwrlqs1oi.pdf?>.
Acesso em 24 ago. 2022.

FERNANDES, J.C; RIBEIRO, Clarice Scopin. **Saúde mental e Serviço Social: entre o campo e núcleo.** In: ROSA, Lúcia. Atenção Psicossocial e Serviço Social (org). Campinas: Papel Social, 2016.

II Seminário de Serviço Social Clínico: Um debate inadiável. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=KvjgKdP20GY>> Acesso em: 24 ago. 2022.

SCHEFFER, G. **Subsídios históricos para crítica dos fundamentos do Serviço Social Clínico.** In: Marco José de Oliveira Duarte; Rachel Gouveia Passos; Tathiana Gomes. (Org.). Serviço Social, Saúde Mental e Drogas. 1ed.Campinas: `Papel Social, 2017, v. 1, p. 163-184.

SOARES, R. C. **Tendências da contrarreforma na Política de Saúde e o Serviço Social:** privatização e superprecarização. In: SILVA, A. X. ; NÓBREGA, M. B.; MATIAS, T. S. C. (Orgs.) Contrarreforma, intelectuais e serviço social: as inflexões na política de saúde. Campina Grande: EDUEPB, 2017. p. 119-133.

TONET. Ivo. **Modernidade, Pós-modernidade e Razão.** In: Temporalis, n. 10/2005.

O ENFRENTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL POR MEIO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO SERVIÇO SOCIAL NO CREAS: UM RECORTE A PARTIR DA REALIDADE DE ASSÚ-RN.

Izabella Patrícia Brito da Silva²⁸⁰

Louisi Evili da Silva Albano²⁸¹

RESUMO

A questão social é um fenômeno que resulta do conflito da relação capital x trabalho. Suas consequências são sentidas de forma mais contundente pelos segmentos pauperizados da classe trabalhadora. Quando se trata de uma questão de violência, é procurado atendimento no CREAS. Do atendimento realizado por uma assistente social espera-se sensibilidade e comprometimento para orientar o usuário sobre os seus direitos e como contornar a situação vivenciada. Para o presente artigo utilizamos pesquisa bibliográfica, documental e relatos de experiência para analisar como acontece o enfrentamento das expressões da questão social por meio dos atendimentos realizados pelo Serviço Social no CREAS.

Palavras-chave: Questão social; CREAS; Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

No artigo a seguir, buscamos empreender algumas reflexões acerca do enfrentamento das expressões da questão social atendidas pelas assistentes sociais no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Assú-RN.

A questão social é resultante do conflito capital x trabalho e o conjunto de problemáticas que se originam dessa relação antagônica são suas expressões, que não ficam inertes no decurso da história. Elas vão se complexificando à medida que o modo de produção capitalista sofre metamorfoses para superar suas crises cíclicas e manter a acumulação.

Há de se concordar que a questão social compromete as condições de vida, por meio da desigualdade, da violência, do desemprego, da pobreza, entre outras expressões, sentidas de forma mais contundente pelos segmentos pauperizados da classe trabalhadora.

Na intenção de ter essas demandas solucionadas, procuram a política de assistência social por meio do CREAS. Em uma conjuntura que tende a culpabilização individual das

²⁸⁰ Assistente social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

²⁸¹ Assistente social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

problemáticas sociais coletivas, espera-se encontrar uma assistente social que tenha sensibilidade e comprometimento para orientar o usuário sobre os seus direitos e como contornar a situação vivenciada.

Dessa forma, o artigo a seguir emerge dando centralidade a relação existente entre o atendimento realizado pelo Serviço Social no CREAS e a questão social, como elemento inerente ao modo de produção capitalista.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente artigo apresenta como objetivo analisar como acontece o enfrentamento das expressões da questão social por meio dos atendimentos realizados pelo Serviço Social no CREAS. E como específico: compreender a relação do Serviço Social com a questão social. O que nos motivou a construir o presente estudo, foi o nosso exercício profissional enquanto assistentes sociais e, mais especificamente, nossa experiência no espaço sócio-ocupacional em questão.

Para o alcance dos objetivos apresentados, utilizamos as pesquisas bibliográfica e documental, ancorando nosso estudo em livros, artigos, orientações técnicas e normativas da política de assistência social. Ademais foram utilizados relatos de experiência, frutos da nossa atuação profissional no CREAS de Assú.

A pesquisa aqui apresentada é de natureza qualitativa que, conforme leciona Minayo (2009), corresponde a um nível de realidade que não poderia ou, pelo menos, não deveria ser, quantificado, porque trabalha com o universo dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, ou seja, um conjunto de fenômenos humanos compreendidos como parte da realidade social, quando o ser humano se distingue não somente por fazer, mas por pensar sobre o que faz.

Para a construção do texto nos aproximamos da abordagem do materialismo histórico-dialético. Segundo Mandel (1982), esse método concebe a interpretação da realidade, compreendendo que todas as coisas mudam e que tudo está em constante movimento, sendo capaz de realizar a análise da sociedade não de forma fragmentada, mas, pelo contrário, com um olhar de totalidade.

2 QUESTÃO SOCIAL

A partir do cenário que se ergueu com o advento da Revolução Industrial (século XVIII) aconteceram mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, na Inglaterra e que se

irradiaram pela Europa. Certamente, tais mudanças foram positivas quando pensamos sobre os novos meios de transporte, os avanços na medicina, a utilização de outras fontes de energia, a mecanização implementada na produção agrária e industrial. Todavia, a velocidade e a forma como as transformações foram ocorrendo trouxeram impactos diferentes, a depender de qual lado da moeda a pessoa estava.

O nascente modo de produção capitalista, fortalecido pelo pensamento mercantilista do século XIX, reorganizou o tecido social. De um lado, a burguesia, que dispõe dos meios de produção e do outro, a classe trabalhadora, detentora da força de trabalho, que será vendida por um salário e esse, utilizado para o provimento das necessidades materiais.

Da relação capital x trabalho, atravessada por interesses conflituosos, surge a questão social. “O modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que institui o trabalhador assalariado e o patronato, também produz o fenômeno do pauperismo, cujas expressões e manifestações são responsáveis pela sua qualificação como *questão social*”. (MOTA, 2012, p. 26, grifo da autora).

O termo em estudo pode apresentar diferentes interpretações. Dessa forma, é pertinente citar qual a perspectiva que orienta o artigo em tela. “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 77). Portanto, compreendemos que não existe uma nova questão social ou questões sociais, e sim, contínuas metamorfoses de suas expressões, que exigem novas estratégias para o seu enfrentamento, pois, a raiz permanece a mesma de séculos pretéritos: a relação capital x trabalho.

Como forma de mitigar os efeitos nefastos do processo de exploração da mão de obra nas indústrias, a classe trabalhadora fez enfrentamento por meio da organização sindical e de partidos direcionados aos seus interesses. Como resposta, obteve a redução da carga horária de trabalho, passou a ter assento no parlamento, aos poucos, o sistema de seguridade social foi sendo organizado.

Para compreendermos a questão social em nossas terras, devemos lembrar que o processo de industrialização não seguiu o mesmo compasso dos países de Europa. A partir dessa informação já podemos perceber que a chegada do capitalismo foi tutelada por tais países, de maneira a executar os ajustes necessários para o seu fortalecimento, enriquecendo pelas vias da exploração da mão de obra e dos recursos naturais.

Após a vivência do período de ditadura militar (1960-70), nos anos de 1980 tivemos o reerguimento do sistema democrático, acontecimento que contou com a participação da organização da classe trabalhadora por meio dos movimentos sociais. E como expressão maior dessa possibilidade de novos tempos tivemos a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Entretanto, os direitos sociais propostos praticamente não tiveram tempo hábil para serem materializados por meio de políticas sociais verdadeiramente transformadoras da vida da classe trabalhadora, pois, na década de 1990 fomos inundados pela onda neoliberal.

Como parte dessa engrenagem, a porta de acesso as políticas sociais vai se tornando cada vez mais estreita e a teoria familista ganhando cada vez mais terreno. O que resta para as famílias é a responsabilidade de suprir suas carências e a culpabilização quando não conseguem alcançar a proteção de seus membros diante das intempéries avassaladoras do atual modo de produção econômica.

Nesse debate, não podemos nos furtar de mencionar que a pandemia de Covid-19 (2020-2023) deixou ainda mais nítido o abismo existente entre as classes sociais no Brasil. Por exemplo, o simples procedimento de lavar as mãos e o rosto para evitar a proliferação do vírus não era acessível a todos, pois, apenas 62,2% da população tem acesso a água tratada por meio da rede geral de distribuição, com abastecimento diário e estrutura de armazenamento. (PNAD - IBGE, 2019). E questões mais complexas, atinentes ao mundo do trabalho, como uma franca ampliação dos postos de empregos informais ou com vínculos precários, e em situações ainda mais graves, o desemprego e o desalento. Acerca desse aspecto, sublinhamos a percepção de Antunes (2022, p. 6): “O trabalho uberizado, plataformizado, terceirizado, informal, o desemprego, o subemprego, o desemprego por desalento: tudo isso existia antes. O que, de fato, a pandemia fez foi desnudar a brutal desigualdade social no mundo e, particularmente, no Brasil”.

Nessa árida conjuntura está presente a profissão do Serviço Social que historicamente está imbricado com o modo de produção capitalista e as relações sociais contraditórias que nele residem.

Dar conta dessa dinâmica supra referida, parece ser um dos grandes desafios do presente, pois permite dar transparência a valores atinentes ao gênero humano, que se tornam cada vez mais opacos no universo da mercantilização universal e do culto do individualismo. Enfim, decifrar as múltiplas expressões da questão social, sua gênese e as novas características que assume na contemporaneidade, atribuindo transparência às iniciativas voltadas à sua reversão e/ou enfrentamento imediato. (IAMAMOTO, 2000, p. 27-28).

Como forma de dar respostas as expressões da questão social temos as políticas sociais, que fomentadas na tensão dos interesses em disputa proporcionam melhores condições de vida para a classe trabalhadora. Na esteira dos objetivos propostos por esse artigo, faremos um recorte sobre a política de assistência social.

3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Historicamente a assistência social sempre esteve ligada a práticas assistencialistas, de ajuda ao próximo, pois, entendia-se que na humanidade sempre haveria aquelas pessoas tidas como mais frágeis, doentes e, conseqüentemente, necessitariam de socorro porque não conseguiriam romper com a sua condição sozinhas. (SPOSATI, 1998).

Nessa perspectiva, o Estado se apropria dessa prática assistencial, além de direcionar para a sociedade civil os esforços de solidariedade social. (SPOSATI, 1998). Ou seja, a própria figura do Estado conduz a sociedade civil para práticas de solidariedade que refletem na ideia de benemerência.

Importa pontuarmos que estando enraizada na sociedade a ideia da assistência social voltada para práticas assistencialistas foi difícil e, porque não dizer até hoje, continua sendo, romper com esse paradigma.

Apesar de, atualmente, enfrentarmos problemas em relação ao conceito histórico da assistência social, foi por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que obtivemos um grande avanço: passou a ser constituída enquanto política pública de direito, voltada para quem dela necessitar. Por meio dessa importante aprovação, foi sedimentado o sistema de seguridade social, composto pelas políticas de assistência social, saúde e previdência social. Nesse momento, a sociedade, pelo menos, em tese, teve direitos sociais reconhecidos por parte do Estado, pois estava sendo implantado um sistema de proteção social. (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2010).

Quando nos reportamos aos ganhos sociais em nosso país, é indiscutível a relevância da CF/88. Entretanto, ela não foi suficiente, pois, era necessária a existência de uma legislação própria para regulamentar o seu funcionamento. Assim, após cinco anos, em 7 de dezembro de 1993, foi instituída a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993).

Nesse momento, a política de assistência social, finalmente, tinha alcançado a sua regulamentação e vivenciava uma nova organização no contexto histórico brasileiro. Por conseguinte, vieram as aprovações de várias normativas que começaram a direcionar o desenvolvimento da política. Dentre elas, destacamos a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) que contém todos os serviços existentes na política de assistência, tanto na proteção social básica, como na proteção social especial (de média e alta complexidade). Nessa perspectiva, destacamos o CREAS e o desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

3.1 O CREAS DO MUNICÍPIO DE ASSÚ-RN

O CREAS é uma unidade pública estatal que busca realizar o trabalho social com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, em decorrência de alguma violação de direito. (BRASIL, 2011). Sendo assim, compõe a proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Para a operacionalização do CREAS alguns serviços são desenvolvidos: o PAEFI, o Serviço de medidas socioeducativas (Prestação de serviço à comunidade e Liberdade assistida), o Serviço de abordagem social e o Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias.

Vale ressaltar que o CREAS, obrigatoriamente, deve ofertar o PAEFI, que corresponde ao trabalho social com famílias e indivíduos que tiveram os seus direitos violados. Em relação aos demais serviços, caberá ao órgão gestor, observando a realidade local, bem como, a demanda do território, definir quais poderão ser desenvolvidos. E cabe lembrar que o Serviço de abordagem social também pode ser realizado pelo Centro Pop. (BRASIL, 2011).

Voltando-nos para a realidade do município de Assú, Estado do Rio Grande do Norte, pontuamos que se refere a uma localidade, conforme o IBGE (2021), com uma população estimada em 58.743 pessoas. Logo, estamos diante de um município de médio porte (característica dos que apresentam um quantitativo habitacional compreendido entre 50.001 a 100.000 habitantes). Diferencia-se dos municípios de pequeno porte porque devem ofertar uma rede mais ampla de serviços socioassistenciais, o que inclui a oferta da proteção social especial. (BRASIL, 2004).

Por isso, em Assú existe a oferta da proteção social especial de média complexidade, desenvolvida por meio de um único CREAS. Apesar da possibilidade dessa unidade ofertar alguns serviços, dispõe apenas do PAEFI e do Serviço de medidas socioeducativas (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida). Não ocorre o desenvolvimento de outros serviços.

O CREAS de Assú segue a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH SUAS, 2006), no tocante ao quantitativo de profissionais, havendo hoje no seu corpo de profissionais técnicos o número de seis assistentes sociais, uma psicóloga e uma advogada. Além disso, conta com dois profissionais de nível médio; uma auxiliar administrativa, uma auxiliar de serviços gerais e uma coordenadora. Todavia, é importante pontuarmos que o município não segue a NOB-RH SUAS em relação a obrigatoriedade dos profissionais técnicos e a coordenação apresentar vínculo empregatício efetivo. Apenas uma técnica de referência é efetiva, as demais foram contratadas por meio de processo seletivo.

3.2 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ASSISTENTE SOCIAL NO CREAS DE ASSÚ-RN

Assim como nos demais espaços sócio-ocupacionais, a atuação da assistente social na política de assistência social e falando aqui, especificamente do CREAS, deve ser norteada pelo Código de Ética e pela Lei de Regulamentação da Profissão. Além disso, devemos pensar em uma atuação que se afaste de práticas conservadoras, compreendendo que o Serviço Social tem como objeto de intervenção profissional a questão social e, portanto, atende cotidianamente famílias e/ou indivíduos cujas vidas são perpassadas pelas adversidades ocasionadas por um modo de produção econômica tão devastador. Torna-se essencial que a intervenção profissional tenha uma perspectiva crítica e emancipatória. (CFESS, 2011).

Considerando o *lócus* da pesquisa, primeiramente, citamos o acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Atualmente (abril de 2023), o quantitativo está bastante baixo (apenas seis, que não são situações de reincidência). Por isso, apenas uma assistente social está responsável por essa demanda de forma contínua. O atendimento tem início com a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), conduzido pela técnica e com a participação do adolescente e da pessoa responsável por ele. Quando necessário, conta com a intervenção da psicóloga e da advogada. Cabe informar que o acompanhamento não se restringe ao adolescente, mas sim, amplia para a sua família que pode ser incluída no PAEFI, caso seja percebida essa necessidade.

No PAEFI são atendidas famílias e/ou indivíduos que tiveram seus direitos violados. Diariamente, chegam demandas de violências (em suas tantas expressões), insegurança alimentar, desemprego, entre outras, que são vivenciadas, principalmente, por mulheres e pessoas idosas.

De forma geral, os atendimentos acontecem de forma individualizada e presencial, na unidade. Com o advento da pandemia de Covid-19, a equipe passou a realizar também atendimentos remotos, no contato através de ligação e mensagens. Tendo em vista que a prática trouxe bons resultados, permaneceu acontecendo, apesar de a Organização Mundial de Saúde ter decretado o fim da pandemia. Obviamente, fazendo a devida observação para que a tecnologia seja utilizada de maneira profícua. Bem como, a visita domiciliar, instrumental tão importante para conhecer a realidade do usuário e compreender a conjuntura em que está inserido.

Em outras palavras: o Serviço Social possui modos particulares de plasmar suas racionalidades que conforma um “modo de operar”, o qual não se realiza sem instrumentos técnicos, políticos e teóricos, tampouco sem uma direção finalística e pressupostos éticos, que incorporam o projeto profissional. (GUERRA, 1999, p. 203, grifo da autora).

Quando o usuário apresenta uma situação que se caracteriza enquanto demanda CREAS é preenchida uma ficha de referenciamento para que seja realizado o acompanhamento familiar. Nesse momento, é fundamental que a assistente social tenha sensibilidade para acolher o relato que está sendo apresentado, porque junto com ele, é comum a presença de uma carga emotiva de sofrimento. Então, a escuta deve ser qualificada: sem julgamentos preconceituosos e com orientações precisas, para que sejam visualizadas possibilidades de superação da violência.

De acordo com Brasil (2011), no âmbito do PAEFI, deve ser realizado o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF), no qual devem constar objetivos, estratégias, recursos, ou seja, todo um planejamento do acompanhamento, realizado em conjunto com o usuário e que deve ser revisto a medida da realização dos atendimentos. Todavia, atualmente, a equipe técnica não tem conseguido desenvolver esse plano.

Algumas questões podem ser levadas em consideração para pensar o não desenvolvimento do PAF: a complexidade e volume das demandas; a indisponibilidade de um maior número de notebooks e impressoras (o que atrasa os registros, em sua maioria, eletrônicos); o cansaço mental e físico por não terem direito a férias e nem 13º salário (é o que consta no contrato do atual processo seletivo); toda a equipe técnica tem outro vínculo empregatício para além do CREAS, em decorrência da instabilidade e do valor do salário. A exposição desses elementos não é uma mera desculpa, mas sim, uma explicação acerca da realidade vivenciada, com a convicção de que não acontece apenas no município de Assú.

Quanto aos outros instrumentais, como: o prontuário físico do SUAS, o prontuário eletrônico, os relatórios, os registros dos atendimentos em um serviço de armazenamento próprio (via *google drive*), estão pontualmente respondidos, o que permite um melhor controle das informações e organização nos processos de trabalho.

Mediante a complexidade das expressões da questão social que são atendidas, é frequente o encaminhamento do usuário para a rede socioassistencial: Cadastro Único ou Setor de Benefícios Eventuais (auxílio natalidade e complementação alimentar). Quando é sobre criança ou adolescente, é feita a articulação com o Conselho Tutelar. Junto a Secretaria Municipal de Saúde, o maior número de encaminhamentos é para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), pois, infelizmente, tem sido recorrente o atendimento a pessoas em situação de adoecimento mental. São realizados encaminhamentos para órgãos de justiça, Defensoria e Ministério Público. E, pelo menos uma vez por mês, para Casas de Acolhimento para idosos e para a Casa de Acolhimento Anatólia de M. Alves, localizada em Mossoró, que abriga mulheres em situação de violência que precisam de refúgio para se afastar do agressor.

As situações apresentadas, de complexificação das expressões da questão social percebidas nas demandas que chegam e os limites enfrentados pelas assistentes sociais têm

um ponto em comum: são ocasionadas pelo modo de produção capitalista, que em sua crise estrutural promove a sangria da classe trabalhadora.

Temos atenção ao fato de que a crise do capital não é um fenômeno de nossos dias. Desde a década de 1970, com o processo de reestruturação produtiva, as transformações no mundo do trabalho vêm acontecendo de forma rápida e intensa. Vínculo de trabalho precarizado, desacobertados dos direitos, terceirização, são estratégias funcionais para que se tenha sempre um alto número de pessoas compondo o exército industrial de reserva. Tudo isso, visando favorecer o acúmulo de capital, mesmo que para isso a vida do trabalhador e os recursos naturais sejam degradados.

Fazendo uma interlocução das informações, temos que os concursos públicos na área da assistência social estão escassos. Em Assú, por exemplo, foi no ano de 2015. E quando acontece, não é difícil encontrar editais que proponham um salário ou pouco mais do que isso. Logo, as contratações temporárias e precarizadas são comuns nos municípios brasileiros. (SILVA, 2020).

Em suma, observamos que o exercício profissional das assistentes sociais no CREAS de Assú é permeado por limites e possibilidades, realidade essa que pode ser facilmente identificada em outros municípios. Em um cenário de desmonte dos direitos sociais intensificado após a deposição da presidente Dilma Rousseff (2016), esperamos que o atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva possibilite a reversão de algumas expressões da questão social tão agudas.

Temos consciência de que a equidade e a justiça social não podem ser plenamente alcançadas em uma sociabilidade capitalista. Mas temos a convicção de que as políticas sociais e a atuação de uma assistente social comprometida com os princípios supracitados podem trazer mudanças significativas na vida de um usuário atendido no CREAS.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a antiguidade existem relatos da pobreza no mundo. Todavia, a pobreza que justifica a questão social é aquela relacionada ao modo de produção capitalista. E a questão social não se esgota na pobreza, sendo manifestada de outras tantas formas, como: a violência, o não acesso aos direitos sociais, as discriminações, o desemprego.

Mediante o exposto, as políticas sociais tornam-se fundamentais, principalmente, para os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, tendo em vista que são eles que sentem na pele, de forma ainda mais aguda, os impactos das expressões da questão social.

No leque de possibilidades das políticas sociais, é indiscutível que a atuação de um serviço específico para o atendimento a pessoas que passam por algum tipo de situação de

violência é essencial para que se possa alcançar melhores condições de sobrevivência. E de forma mais específica, a atuação de assistentes sociais, profissionais das quais se espera uma intervenção orientada pelos princípios de equidade e justiça social, na perspectiva de que as expressões da questão social sejam superadas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Crise do capitalismo e regressão social para a classe trabalhadora.** 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13840/pdf> Acesso em: 02 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. **Orientações técnicas:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.** 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pff Acesso em: 02 maio 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social.** Brasília: CFESS, 2011.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO; M. Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO; M. Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IBGE. **Cidades e Estados.** 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/acu.html> Acesso em: 05 maio 2023.

IBGE. PNAD. **Indicadores sociais de moradia no contexto da pré-pandemia de COVID-19 2019.** Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/06/indicadores-moradia-pre-pandemia-ibge-23jun2021.pdf> Acesso em: 29 abr. 2023.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo.** 4. Ed. Porto Alegre: Editora Movimento, 1982.

MINAYO, M. C. de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOTA, A. Elizabete. MARANHÃO, C. Henrique. SITCOVSKY, Marcelo. As tendências da política de assistência social, o SUAS e a formação profissional. In: MOTA, A. Elizabete. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, A. Elizabete. Questão social, pobreza e serviço social: em defesa da perspectiva crítica. In: GOMES, V. L. Batista. VIEIRA, A. C. de Souza. NASCIMENTO, M. A. Cardoso. (Orgs.). **O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão**. Recife: Editora Universitária, 2012, p. 25-40.

SANTOS, J. Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, L. P. Viana da. BARROS, M. R. Pereira. Precarização no SUAS: relações de trabalho nos CRAS de São Luís – MA. In: **Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**. [Anais] Piauí: UFPI, 2020, p. 1134-1148.

SPOSATI, A. de Oliveira. *Et. al.* **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

“COMPRE DE QUEM PRODUZ, DOE A QUEM PRECISA” ANÁLISE DOCUMENTAL DOS VÍDEOS DO CANAL DO YOUTUBE DO CENTRO FEMINSTA 8 DE MARÇO E A SUA INFLUÊNCIA NA VIDA DAS MULHERES

EMILLY CRISTINE GOMES DA SILVA²⁸²

SANZIA ISLA GOMES LUZ²⁸³

Resumo: O presente Artigo tem por objetivo fazer uma tessitura sobre os diálogos e a sistematização da experiência do Centro Feminista 8 de Março (CF8), tomando como base videos publicados no canal do *Youtube*, fazendo uma análise e debatendo sobre o trabalho do Serviço Social em organizações não governamentais e dando ênfase nas histórias, projetos e ações do Centro Feminista 8 de Março em Mossoró-RN, como uma forma de compreender suas transformações e conquistas até os dias atuais. Ressaltando a importância das ONGs na busca por uma sociedade igualitária, visando a quebra do sistema capitalista - patriarcal.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Feminismo; ONGs.

1 INTRODUÇÃO

O processo de Contrarreforma formulado pelo Estado brasileiro na década de 1990, traz à tona o afastamento do governo que realizou a transferência dos serviços sociais para o "terceiro setor", repercutindo na profissão do Serviço Social e no reatamento dos seus espaços, relações e condições de trabalho, modificando e criando novas funções e competências para o adequamento desse momento em que a sociedade civil torna-se o principal responsável pela execução de políticas públicas e resoluções dos problemas, nascendo assim a necessidade da criação de organizações não governamentais (ONGs). Dessa maneira, o que deveria ser dever do Estado na garantia dos direitos sociais ao cidadão, acaba se tornando "dever" do cidadão para a resolução das políticas, e abrindo ainda mais possibilidade de articulação, fortalecimento e benefícios para o capitalismo.

Este Artigo vem com seu principal objetivo debater sobre a história, trabalho e autonomia que o Centro Feminista 8 de Março contribui para as mulheres que são beneficiadas e como toda a organização é construída para a garantia desses direitos que não são requeridos à elas e proporcional visibilidade para essas mulheres que são inviabilizadas pela sociedade patriarcal que insiste em demarcar seu destino. Além da importância das

²⁸² Graduanda em Serviço Social da UERN. Email: emillygomes@alu.uern.br

²⁸³ Graduanda em Serviço Social da UERN. Email: sanzialuz@alu.uern.br

organizações não governamentais que possuem esse objetivo de atender a classe trabalhadora, e que deve ser articulada para buscar uma sociedade igualitária.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva de referencial teórico e midiático do Centro Feminista 8 de Março, com o objetivo de expor e discutir o trabalho do Centro como organização não governamental no território da cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte. Pela indisponibilidade de um encontro presencial, a pesquisa foi realizada através de observações sistemáticas a partir do conteúdo disponível no canal do *YouTube* da organização, sendo também uma pesquisa qualitativa pois busca o conhecimento pleno para obtenção de resultados mais precisos e completos.

3 DESENVOLVIMENTO

Ao longo do enriquecimento do sistema capitalista baseado no acúmulo de riquezas e no desfavorecimento da classe trabalhadora, vivenciamos a luta diária daqueles que vão contra esse sistema, desde os movimentos articulados às Organizações não Governamentais (ONG's), que foram formuladas em 1940 pela Organização das Unidas (ONU), para caracterizar organizações que trabalham diretamente com a sociedade a partir de projetos sociais e humanitários. Tendo sua alta expansão na América Latina nos anos 1960 e 1970, pela necessidade da sociedade civil de lutar contra o Estado capitalista em reivindicações de políticas públicas e implementação de mudanças. No Brasil, as ONGs chegam nos anos 1990, no momento em que o Estado brasileiro repassa as ações de políticas públicas para o terceiro setor composto pela população que agora se torna totalmente responsável pelas políticas que recebe. É nesse momento que as ONGs, que são entidades privadas e sem fins lucrativos, vem com o objetivo de batalhar para diminuir as expressões da questão social e garantir direitos à classe trabalhadora.

Como exemplo a ONG que é o objeto de estudo deste artigo (a ONG Centro Feminista 8 de Março) localizada na Cidade de Mossoró, interior do Rio Grande do Norte (RN), que surgiu em março de 1993 com ações voltadas para a reivindicação da instalação da Delegacia Especializada em Defesa da Mulher (DEAM), na busca por conscientizar a sociedade sobre a violência contra a mulher e em como identificá-la no cotidiano. Atualmente, suas ações são baseadas em três eixos: feminismo, organização e formação, fortalecendo organizações de mulheres em espaços sociais, em seus 30 anos, o Centro Feminista 8 de Março tem se desenvolvido como uma entidade de referência na formação em gênero no Rio Grande do Norte(RN).

Hoje em dia as atividades da ONG estão voltadas para fortalecimento das mulheres nos espaços sociais, em especial as trabalhadoras rurais, oferecendo apoio, assessoria e formação em gênero aos grupos de mulheres, comissões de mulheres dos sindicatos rurais, entidades de assessoria técnica, gerencial e organizativa que atuam no meio rural e urbano de Mossoró e região, desenvolvendo projetos e ações que visam a construção de uma sociedade igualitária e justa para todos (as) possuindo com lema “Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres e mudar a vida das mulheres para mudar o mundo.”

Nesse viés, tomamos como base vídeos disponíveis no canal do Youtube da organização para se ter uma análise dos projetos desenvolvidos e em como estes impactaram a vida das mulheres que estavam inseridas nele, como o projeto “Mulheres redesenhando a vida, transformando o semiárido”, que visa contribuir com a integração social e econômica das mulheres nos territórios. Atuando em dois estados: no Rio Grande do Norte (RN) e Ceará (CE), e ainda, em ação nacional através da articulação com movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Diversas atividades já foram realizadas por este projeto, como exemplo o vídeo “Mulheres do Semiárido: Tecnologias Sociais Transformando Vidas”, sendo um relato de uma moradora da Zona Rural de Caraúbas, que por meio da reutilização da água teve sua vida mudada, tendo em vista que antes era necessário se deslocar de sua casa utilizando uma carroça para conseguir água para si e para regar suas plantas, a moradora relata que hoje em dia já vê a melhoria em sua vida, tendo até plantas alimentícias em seu quintal.

Outro vídeo que escolhemos para fazer a análise se intitulava “Resultados do projeto “Compre de quem produz, doe a quem precisa, espalhe verdade científica””, é um dos projetos desenvolvidos pelo Centro Feminista 8 de Março (CF8) em parceria com a FioCruz e apoiados pela União Europeia que atende mais de 900 mulheres. É preciso ressaltar que o vídeo possui data de postagem em 03/12/20, ou seja, ainda estávamos em um contexto pandêmico grave e muitas famílias não tinham como manter sua renda, e estavam em situação de vulnerabilidade alimentar. O projeto citado visava comprar o que se era produzido pela agricultura familiar e doar para aqueles que necessitavam. Com essas parcerias e projetos, se tinha uma via de mão dupla, de um lado o fortalecimento da agricultura familiar e das mulheres produtoras, ao mesmo tempo o fornecimento da alimentação saudável e a conscientização da pandemia²⁸⁴ juntamente com o combate à fake news que se tornou muito comum nesse período graças às desconfianças que moviam a população baseada em discursos negacionistas defendidos principalmente pelo presidente da época, Jair Bolsonaro, que acarretou em milhares de mortes vinculadas a essas informações falsas.

²⁸⁴ Pandemia de COVID-19 que aconteceu do final de 2019 até o início de 2023, ocasionada pelo coronavírus de tipo SARS-COV-2 que deixou o mundo inteiro em alerta emergencial pelos fortes sintomas, que resultaram em mais de 7 milhões de mortos em todo o planeta.

As ações movidas pelo Centro Feminista impactam a vida de diversas mulheres, um desses exemplos é o projeto “mulheres construindo cisternas, desconstruindo tabus”, que possuía uma comitiva de trabalhadoras rurais, com apoio institucional e financeiro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), parceria da Associação de Apoio às comunidades de campo (AACC) cooperativa coopervida e centro feminista 8 de março (CF8), que por meio desse projeto pretendiam quebrar as desigualdades sociais, políticas e econômicas que existem no meio agrário.

“Essas desigualdades são uma construção tanto social quanto política e econômica, fruto de uma trajetória que historicamente reservou às mulheres um papel reduzido, ou até mesmo invisível na esfera econômica e política da sociedade. Sendo assim, o reconhecimento das mulheres como sujeito de políticas públicas é fundamental para todo projeto que busque a construção da igualdade. No que diz respeito ao campo, a opressão está vinculada à própria estrutura familiar, que numa dinâmica que atribui valores e relega mulheres e jovens a papéis de poderes desiguais. Assim, se, ao nascer, falsamente coadjuvantes nas atividades de subsistência”(MOURA, MOURA e LOPES, 2006, p,15)

Dessa maneira, percebemos que é no contexto rural da agricultura familiar que está presentes as mais variadas formas de desigualdade, sendo notório a divisão sexual do trabalho, que se divide entre setor reprodutivo e produtivo, embasando a falsa ideia de que apenas o homem é “provedor” e “chefe” da família, sendo apenas o único com potencial de negociação no mundo político e econômico, desse modo vemos a relevância deste projeto como meio de quebra do tabu “Trabalho de homem vs trabalho de mulher”, onde as mulheres participaram de capacitações e iniciaram os projetos das cisternas.

“No caso das mulheres cisterneiras, que já realizavam o pesado trabalho de transportar latas d’água e estavam acostumadas ao trabalho na roça, aquela capacitação era a oportunidade que ansiavam: a conquista de um novo espaço na comunidade que abriria caminho para a geração de renda com o aprendizado de um novo ofício”(MOURA, MOURA e LOPES, 2006, p, 26)

Dessa forma, amplia-se os espaços de participação das mulheres no campo do trabalho, quebrando com esse tabu de que só é missão de homem e desconstruindo o machismo enraizado nas comunidades. Outra forma de participação por meio de projetos é a “feira solidária de mulheres da chapada: ações realizadas por mulheres através de um projeto financiado pela União Europeia” (redesenhando a vida e transformando o semiárido) buscando contribuir com a integração social e econômica das mulheres na perspectiva da promoção de territórios sustentáveis, fortalecendo as capacidades das organizações para influenciar no desenvolvimento para a igualdade de gênero e políticas públicas no Brasil, atuando especificamente pelo acesso às tecnologias sociais a partir da articulação da sociedade civil junto a 500 mulheres rurais do semiárido nordestino e em 6 municípios do

Ceará e 15 do Rio Grande do Norte. Com essa ação, as mulheres conseguiram mostrar para sociedade que elas poderiam ter sua renda através da sua força de trabalho. O “Projeto do quintal de mulheres ao mar” entre os anos de 2012 a 2015 atuou na organização e diversificação da produção de agricultores e pescadores de 10 municípios do Rio Grande do Norte. As mulheres deste projeto mostram que por meio da capacitação, feminismo, agroecologia, economia solidária e convivência com o semiárido, a organização em conjunto mostra na prática alternativas de produção para mudar as suas vidas e todo o território que convivem. Importantíssimo falar sobre a “Rede Xique Xique” na qual antes de virar uma rede, era um espaço solidário. As mulheres que produzem nos seus quintais, são levadas pra vender nessa rede, como forma de sobrevivência e geração de renda.

Assim, apesar de vivermos em uma sociedade machista²⁸⁵, sexista²⁸⁶ e patriarcal²⁸⁷, as mulheres com toda força e com a ajuda de organizações não governamentais, aos poucos vão ocupando espaços, conseguindo trabalhar de forma digna com uma economia justa, gerando rendas, conseguindo a sua autonomia, fortalecendo vínculos e tomando consciência de sua força.

Dessa forma, vale ressaltar a articulação que o Serviço Social tem no funcionamento dessas organizações, através da Assistência Social onde perpassa principalmente pela consolidação da Política Nacional de Assistência Social, que em 2004 padronizou os serviços de proteção social entre básica e especial, sendo um deles o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que complementa o trabalho social a famílias acompanhadas em trabalhos grupais, para prevenção de riscos sociais aos atendimentos específicos.

Pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, reconhece entidades socioassistenciais como integrantes na rede socioassistencial, possibilitando a isenção de contribuições sociais a entidades privadas sem fins lucrativos, levando em conta a realização de convênios com o poder público. Além disso, possibilitou uma maior abrangência na realização do SCFV nos territórios das entidades.

Na realização da ação profissional, o trabalho em equipes é uma possibilidade de articulação com o projeto ético-político da profissão, já que contribui para um trabalho coletivo, em análise a mais diversas áreas e complexidades do usuário, fornece a ele um protagonismo e ao mesmo tempo uma coletividade em união com seu grupo, análise crítica e consciência de classe sendo de extrema importância em organizações não governamentais que buscam viabilizar aquela população específica, sendo o CF8 uma grande via de apoio para as mulheres que não conseguem enxergar sua força, seu desenvolvimento e seu poder, mas

²⁸⁵Indivíduo que acredita na superioridade do homem e na inferioridade da mulher.

²⁸⁶ Indivíduo que tem ideias misóginas e ações baseadas no sexismo.

²⁸⁷ Sociedade onde o homem possui o controle dos sistemas de poder.

com a organização, tem uma luz de representatividade na vida delas e na construção de suas vidas das formas que elas querem e de saberem que não estão sozinhas em meio às pedras no caminho da sociedade.

4 CONCLUSÃO

Desta maneira, é relevante afirmar como o Estado capitalista tem uma força tão centrada nos seus ideais onde a classe trabalhadora tem que viver apenas com sua função de empregado, mas pela falta de assistência a essa população, as ONGs vêm trazendo de forma independente essa ampliação aos direitos do cidadão, e no caso do CF8, vem trazer um maior fortalecimento da vida da mulher, na visibilização dela enquanto lutadoras por seus direitos.

O projeto "Mulheres do Semiárido: Tecnologias Sociais transformando vidas" e o "Compre de quem produz, doe a quem precisa, espalhe verdade científica", trazem muito desse apoio, no primeiro que incentiva a mulher do campo ao desenvolvimento agrário e o segundo na doação de alimentos da agricultura familiar para quem passava fome no período pandêmico, Então isso demonstra como o Centro tem a necessidade de garantia da vida da população mais vulnerável, com articulações com outros meios, buscas de patrocínios e apoios para um melhor trabalho de incentivo e cuidado da população rural e em especial as mulheres.

Além de como o Serviço Social trabalha sempre articulando e renovando-se para estar sempre atrelado aos interesses da classe trabalhadora e junto com as organizações que são formadas exatamente para a valorização dessa população, sempre lutando contra os interesses do capital que só busca a escravização do trabalhador.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAR, Juliana Ferreira; RODRIGUES, Natália Cristiane Faro. O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL EM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG) DA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM GRUPOS. In: **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília** (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019.

CENTRO Feminista 8 de Março: Sejam bem-vindas/os ao Blog do Centro Feminista 8 de Março. Blog no WordPress.com., 27 ago. 2010. Disponível em: <https://centrofeminista.com/a-instituicao/>. Acesso em: 4 maio 2023.

MULHERES do Semiárido: Tecnologias Sociais Transformando Vidas. Direção: **Centro Feminista 8 de Março**. <https://www.youtube.com/@CentroFeminista8deMarco>: YOUTUBE, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/l1EiZCDfiMc>. Acesso em: 7 abr. 2023.

MOURA, Maria da Conceição Dantas de; MOURA, Isolda Dantas de; LOPES, Cláudia.

Construindo cisternas, desconstruindo tabus: mulheres capacitando mulheres para o acesso à água. Mossoró: CF8, 2006. - (Cadernos 8 de Março ; n.7)

MAFALDA, Marielle Picarelli; PINHEIRO, Miriam Teresinha; SCHEID, Liara Laís. O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGS PARA A DIVULGAÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA DO BRASIL. In: **I Encontro Semintur Jr.** Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul (RS, Brasil), 8 a 10 de julho de 2010. Acesso em: 6 de maio 2023.

PROJETO Água Viva na Escola: Transformando o Semiárido. Direção: **Centro Feminista 8 de Março**. <https://www.youtube.com/@CentroFeminista8deMarco>: YOUTUBE, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/NxdU8efxJpl>. Acesso em: 7 abr. 2023.

RESULTADOS do projeto "Compre de quem produz, doe a quem precisa. Espalhe verdade científica". Direção: **Centro Feminista 8 de Março**.

<https://www.youtube.com/@CentroFeminista8deMarco>: YOUTUBE, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/uW1HznfGvEo>. Acesso em: 7 abr. 2023.

POLÍTICA DE COTAS COMO RESULTADO DE PROCESSO DE LUTAS DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Carla Luciana De Oliveira Marques²⁸⁸

RESUMO

O objetivo deste artigo está centrado em uma reflexão acerca das Políticas de Ações afirmativas para população negra no Brasil, em especial a 'Política de Cotas', para acesso da desta população às universidades. Apontaremos inicialmente, através de um recorte histórico como se deu a implantação destas políticas, numa perspectiva de minimizar as desigualdades promovidas historicamente pela discriminação racial, imposta secularmente pela colonização. Em seguida abordaremos especificamente a temática da política de cotas e como estas têm sido mecanismo de transformação para a população negra.

PALAVRAS-CHAVES: ações afirmativas; política de cotas raciais; população negra no Brasil.

1 INTRODUÇÃO

As relações raciais no Brasil foram determinadas pelo colonialismo que historicamente deixou implantado costumes segregadores, baseados numa hierarquia social de raça, classe e gênero que perpetuou por séculos e que até hoje sentimos os impactos deletérios desta. A dinâmica social e política ancorada no eurocentrismo, perpassou dentre os processos históricos de lutas da população negra, que teve o seu rebaixamento naturalizado por uma ideologia dominante, que subjugou esta população e a deixou em um patamar de servidão e subserviência, que se consolidou através do ideário de inferioridade da raça.

Foi através do referencial de superioridade que o europeu deu a si próprio, impondo sua cultura, formação social, religiosa e econômica que impôs um domínio e hegemonia sobre a raça negra, que foi brutalmente arrancada de sua terra e jogada em países estranhos, para serem explorados, violentados e mortos, colocados em uma condição abaixo da humana, para garantir a ascensão social e econômica dos países colonizadores. No Brasil, o modo de produção escravista deixou inúmeras sequelas que marcaram o povo africano, deixado para viver às margens da sociedade, enfrentando uma precarização e exclusão que deixaram marcas profundas e resultaram em resilientes processos de lutas na busca de direitos iguais,

²⁸⁸ Assistente Social graduada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em 2003, especialista em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em 2011. Mestranda em Serviço Social e Direitos Sociais na UERN. Técnica de Nível Superior da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. E-mail: carlaluciana@uern.br

condições de moradia, educação, saúde, representatividade, dentre outros direitos.

120 anos após a abolição da escravidão e 34 anos de promulgação da Constituição Federal de 1988, o cenário brasileiro é ainda repleto de preconceito racial e práticas discriminatórias que perpetradas pelo estigma colonial de inferioridade, resultou em um racismo estrutural, muito bem articulado pela hegemonia branca, com fins de permanecer em seu patamar superior de privilégios. Destacamos neste aspecto, que o Estado também foi responsável pelas condições impostas à população negra, que aliado à classe dominante, determinaram a condição de subalternidade destes, deixando como herança uma série de obstáculos à integração da população negra à sociedade. Pautando-se neste contexto, a autora Cida Bento aduz de forma crítica quando afirma que

o capitalismo racial elucida como o capitalismo funciona por meio de uma lógica de exploração do trabalho assalariado, ao mesmo tempo que se baseia em lógicas de raça, etnia e de gênero para expropriação, que vão desde a tomada de terras indígenas e quilombolas até o que chamamos de trabalho escravo ou o trabalho reprodutivo de gênero etc. (2022, p. 41).

Foi neste cenário desigual que esta população travou processos de lutas em busca de igualdade, superação e reconhecimento de seu protagonismo enquanto raça, para se estabelecerem como humanos galgando patamares dos quais nunca se sentiram pertencentes. Foi através dos movimentos organizados que surgiram a partir dos quilombos e se disseminaram pelo Brasil, como movimentos sociais estruturados, com participação massiva de sujeitos socialmente marginalizados pela cor da pele, pela religião de matriz africana estigmatizada, o desamparo em todos os aspectos sociais e econômicos que tardiamente conquistaram ações afirmativas em favor de sua inclusão em espaços sociais secularmente negados.

Isto posto, o objetivo deste trabalho está centrado em trazer reflexões acerca das políticas sociais de ações afirmativas para a população negra, especificamente a Política de Cotas Raciais (Lei Nº 12.711/2012) de acesso às universidades públicas, como meio inclusivo de ascensão social, conhecida ainda como 'discriminação positiva', com fins de compensar esta população pelos séculos de sofrimentos, degradação e humilhação impostos pelo sistema colonizador. Numa perspectiva teórica embasada na bibliografia estudada na disciplina 'Feminismo, relações patriarcais de gênero e raça', traçamos reflexões acerca dos impactos trazidos pela política de cotas para a população negra numa perspectiva inclusiva e transformadora, frente às desigualdades enfrentadas na busca da construção de uma sociedade anti racista e sem discriminação. Utilizamos ainda, como aporte teórico a legislação que traçou e permitiu conquistas no campo da educação a fim de redimensionar socialmente o estigma de raça naturalizado que atravessa a sociedade brasileira em seus mais diversos

aspectos.

2. POLÍTICA SOCIAL DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA NEGROS NO BRASIL: Um recorte histórico das lutas por direitos sociais:

A herança escravocrata deixou no Brasil, uma marca profunda de desigualdade racial e decorrente desigualdade social que colocou a população negra na base da pirâmide social, econômica e política em âmbito nacional. O fenômeno do racismo, naturalizado historicamente nas relações impostas socialmente, onde os/as brancos/as estão hierarquicamente no topo das oportunidades, das decisões políticas, das escolhas para o mercado de trabalho, do ponto de referência para o que é belo e bom, colocou o/a negro/a e sua pluralidade numa posição de inferioridade e os impediu de se desenvolverem de forma democrática e igualitária. Neste sentido registramos que o colonialismo não existiria sem o racismo.

Desde o período colonial que a sociedade brasileira é marcada pela presença da aristocracia, do heteropatriarcado e escravismo. Esses aspectos estruturam boa parte das relações aqui constituídas, sendo impossível desconsiderá-los ao analisar a história do nosso país (ÁLVARO e ARAÚJO, 2021). Além de explorados para a servidão até a morte, os/as negros/as, após a abolição do escravismo, foram deixados à própria sorte sem condições de sobrevivência, sem trabalho, sem moradia e alimentação. Este contexto resultou em anos de sofrimento, colocando a população negra em condições de pobreza e negação de igualdade que culminou historicamente no que conhecemos hoje como racismo estrutural.

Para Almeida (2022),

Racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem na raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (2022, p. 33).

Os movimentos Negros no Brasil, redimensionaram através de lutas, o mito da democracia racial, que por anos impediu denúncias racistas, tornando o assunto velado para a sociedade, intitulado de racistas todos aqueles que trouxessem à tona a temática. O cenário foi modificado através da luta destes movimentos na busca de uma nova identidade negra de cunho positivo e aliado ao ideal de democracia trazido na Constituição Federal de 1988. Contudo, conforme afirma Joaquim Barbosa,

(...) não basta que se constate a igualdade de direitos, não era, por si só, suficiente para tornar acessíveis a quem era socialmente desfavorecido as oportunidades de que gozavam os indivíduos socialmente privilegiados. (...) Imperiosa, portanto, seria

a adoção de uma concepção substancial da igualdade, que levasse em conta em sua operacionalização não apenas certas condições fáticas e econômicas, mas também certos comportamentos inevitáveis da convivência humana, como é o caso da discriminação. (2004. p.88).

Neste sentido, evidenciou-se uma reivindicação mais intensa por parte dos grupos socialmente marginalizados na busca de implementação de políticas sociais que permitissem o acesso a direitos mínimos. Por oportuno conceituamos ações afirmativas ainda sob a ótica de Joaquim Barbosa, quando diz que

ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. (2004, p. 90).

Após tantos anos de lutas, reconhece-se hoje, através das políticas sociais de ações afirmativas, que o trabalho do movimento negro contra a discriminação racial no Brasil não foi em vão. Os movimentos sociais negros têm total responsabilidade pelos ganhos e conquistas no âmbito de legislações, programas e políticas sociais em favor da inclusão da população negra com vistas a integração desta à sociedade. “Destacamos a importância dos movimentos negros no que se refere à desconstrução e à ressignificação das relações étnico-raciais no Brasil politizando a raça dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante” (BENTO, 2022, p. 35).

Neste sentido as políticas sociais de ação afirmativa, tem por objetivo amenizar desigualdades sociais, de gênero, raça, cultura, classe, promovendo a inclusão de indivíduos excluídos dos espaços sociais de reprodução das relações sociais no âmbito da sociedade civil, reconhecendo o pluralismo e proporcionando inexoravelmente um crescimento social e econômico da população, além de serem o reconhecimento de uma dívida histórica que o Brasil tem com a população africana e seus descendentes que hoje contam como mais de 54% da população brasileira. Por oportuno, registramos, de acordo com Coelho, Queiroz e Silva, que

Muitos são os estudos teóricos e demográficos que demonstram a disparidade de acesso às condições mínimas de vida entre indivíduos brancos e negros. Negros e negras no Brasil ocupam os piores lugares nos índices de desenvolvimento e os piores cargos e remunerações no mercado de trabalho (2020. p. 102).

Frente a isto, elencamos de forma cronológica as leis promulgadas com o objetivo de promover a inclusão social da população negra no âmbito brasileiro, preferencialmente no âmbito da educação, por se tratar do caminho que leva os indivíduos a galgarem conhecimento, potencialização do saber, permitindo ao/à negro/a se colocar como protagonista no alcance de patamares antes desconhecidos e proibidos para sua gente.

Foi a partir da década de 2000, ou seja, muito recentemente, que as legislações em prol da inclusão dos/as negros/as foi se consolidando no cenário nacional. Em 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi promulgada a Lei Nº 10.639/2003, que marca no calendário, o dia 20 de novembro como o dia nacional da consciência negra, além de tornar obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio; Em 2010, foi promulgado o Estatuto da Igualdade Racial, na Lei Nº 12.288/2010, que “garante à população negra a efetivação de igualdade de oportunidades, defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e as demais formas de intolerância étnica”. Dois anos após foi a vez da Lei Nº 12.711/2012, que garante que 50% do total de vagas nas universidades e institutos federais, sejam reservadas para estudantes oriundos de escolas públicas, vagas que são destinadas às populações, negras, pardas e indígenas, do Brasil. No ano de 2014 foi promulgada a Lei Nº 12.990/2014, que “Reserva aos negros 20% da vagas oferecidas nos concursos públicos no âmbito da administração pública federal”.

Ressaltamos que a implementação das ações afirmativas, não combatem por completo todos os estigmas e condições de subalternidade da população negra, enraizados de forma bruta na sociedade, construída e desenvolvida aos moldes patriarcais, sexistas e racistas. Percebe-se que mesmo com uma quantidade de leis e disposições normativas, na tentativa de desfazer o racismo ou de pelo menos amenizá-lo, nas evidentes disparidades, temos uma sociedade contraditória que ainda coloca a mulher negra numa condição nefasta, como corrobora Silvio Almeida, quando aduz que “o sistema econômico, político e jurídico perpetua a condição de subalternidade, mantendo-as com baixos salários, fora dos espaços de decisão, expostas a todo tipo de violência”. (ALMEIDA, 2022, p.67).

Desta forma, compreende-se que, é necessária uma mudança no perfil estatal de tomadas de ações, abandonando a falsa neutralidade entre este e a classe dominante, e trabalhar em prol da efetividade de oportunidades, tratando os desiguais de forma desigual, a fim de permitir transformações consideráveis baseadas no princípio da igualdade prometida pela Constituição Federal de 1988.

3. “POLÍTICA DE COTAS”: Reflexões acerca de um sistema educacional segregador:

A discussão em torno da criação da política de cotas raciais no Brasil, sempre foi eivada de críticas, questionamentos, apontamentos carregados de racismo e discriminação. Contudo, se fizermos uma breve análise, constataremos que sempre houve cotas como por exemplo, vagas exclusivas em colégios para filhos de militares, pensão para filho/a de militar, cotas para filhos de fazendeiro (cota do boi0, dentre tantos outros. Contudo, quando surgiram as leis de implementação de cotas raciais, em favor do acesso da população negra, que tanto trabalhou para enriquecer o país, evidencia-se um burburinho, do qual atribuímos o incômodo, por tratar-se de um possível “privilégio” para a população negra. (TEODORO, 2021). A

sociedade branca, hegemônica, racista, demonstrou e ainda demonstra o quanto a reparação através da instituição de cotas incomoda. A ideologia branca ancorada numa sociedade de privilégios, não concebe em seu ideal de sociedade “democrática”, juristas negros/as, médicos/as negros/as, ministros/as negros/as. É por esta e tantas outras razões, que a política de cotas, que permite o ingresso de negros/as no âmbito acadêmico, considerado como lugar de poder, foi tão questionado e sujeito a críticas tão duras. Remetemos este contexto às palavras de Grada Kilomba, em sua obra ‘Memórias da Plantação’, quando argumenta que “enquanto o sujeito negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se o oprimido e o oprimido o tirano”. (2021, p. 34).

Numa sociedade onde foi negada à população negra o acesso ao ensino, até meados da metade do século XXIX, a política de cotas vem para confrontar o racismo estrutural imbricado nas relações sociais dominantes, que delegou aos negros e negras, papéis sociais de subalternidade, os colocando em funções de servidão e nunca de destaque e poder. Para tanto, o jurista Silvio Almeida, trás uma menção em sua obra “Racismo Estrutural”, que onde afirma que

somente com uma reflexão crítica sobre a sociedade e sobre a própria condição pode fazer um indivíduo, mesmo sendo negro, enxergar a si próprio e ao mundo que o circunda para além do ideário racista. (...) Outra consequência do tratamento estrutural do racismo é a rejeição de que o sistema de ideias racistas se nutra apenas de irracionalismos (2022, p. 68 e 69).

Partindo desta reflexão, compreende-se que a população negra precisa dar crédito a si mesma, negando em si o imaginário enraizado em sua psique e reproduzida em suas relações sociais, além de compreendermos que o racismo e atitudes discriminatórias devem ser punidas e combatidas até que não sejam mais tidas como naturalizadas pela sociedade. Isto posto, partimos para o debate acerca da implementação da política de cotas no Brasil.

Numa perspectiva de reparação, de justiça social, de valoração e acesso a espaços de poder, a política de cotas surge para romper com a hegemonia branca no âmbito educacional, e que consequentemente rompe barreiras e obstáculos da integração do/a negro/a à sociedade e demais espaços, antes tidos como restritos a esta população. O meio acadêmico, como espaço de poder, passa a ser um espaço possível, real, para os/as negros/as, onde o ingresso neste era predominantemente para ser empregado, subalterno, em funções precarizadas e invisibilizadas enquanto sujeitos. A política de cotas surge, com vistas a combater o racismo, para indenizar a população africana e seus descendentes por todo sofrimento a que foram submetidos e que por séculos a ordem colonial violentou, traumatizou e excluiu.

A Política social de ação afirmativa de cotas para negros, tem como objetivo

colocar o/a negro/a em um patamar mais justo de igualdade, abrindo espaço que o levem a vivenciar experiências e acesso a oportunidades das quais foram privados por estarem historicamente discriminados, combatendo o racismo e promovendo a equidade social. Para tanto, coube ao Estado, criar, implementar e dar condições de efetivação desta política. E hoje, 10 anos após da promulgação da Lei Nº 12.711/2012, temos um cenário diferente, mas não o suficiente para que a política de cotas seja encerrada. Importante destacarmos, que a lei foi criada com base na isonomia, quando contempla negros/as, brancos/as, pardos/as, indígenas e deficientes. E mesmo com a inserção desses grupos no espaço acadêmico ter ocorrido, “a realidade está fora do que deveria ser proporcional, pensando na população brasileira composta por 54% de pessoas negras” (SANTANA, 2002).

De acordo com a pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos e Pesquisa em Educação Superior, da UFRJ, desenvolvida de março de 2021 a junho de 2022, Honorato e Zuccarelli, que observaram que:

Ao compararmos as categorias raciais, no entanto, temos que brancos e amarelos seguiram sendo os grupos com maior proporção de formados em todas as coortes de nascimento, estando acima da média brasileira. Pretos, pardos e indígenas têm proporções consideravelmente menores que brancos e amarelos em todas as coortes, ficando abaixo da média brasileira. As proporções da população branca são, em média, três vezes maiores do que da população negra em todas as coortes: ou seja, o hiato racial entre brancos e negros fica próximo da estabilidade entre essas diferentes gerações, apesar de haver maior acesso ao diploma superior para os dois grupos (2022, p. 10).

Tais dados demonstram que mesmo com a adoção das ações afirmativas, a presença da população negra ainda é insuficiente no contexto nacional, se considerarmos o quantitativo de 54% da população que se auto denomina pretos e pardos. Destarte observa-se que, como resultado desta política é possível verificar um aumento gradual na frequência desta população ao ensino superior, mas é importante evidenciar que os beneficiários das políticas de ações afirmativas permanecem enfrentando inúmeras dificuldades em manter-se dentro da academia.

É pertinente considerar que para manter-se no ensino superior, os/as estudantes cotistas continuam enfrentando a estrutura desigual na qual estão inseridos/as, para que consigam traçar a trajetória até a obtenção do diploma. Existem todo um conjunto de obstáculos e fragilidades no cotidiano da população afro-brasileira que dificulta a sua permanência na universidade. Tal cenário requer a complementação do benefício em forma de bolsas, para que possam se deslocar de lugares distantes, adquirir material de estudo, alimentação adequada, dentre outros que contribuam para a permanência destes nas universidades.

Conforme registram Honorato e Zuccarelli, faz-se necessário repensar a política

de cota, num sentido mais amplo, que contemple além do acesso à universidade, implementação de medidas que promovam a permanência de estudantes, reformulando as políticas de assistência estudantil na redução da evasão (2022, p. 53). Neste aspecto é importante destacar que de acordo com a pesquisa em questão, apontou que os estudantes cotistas evadem menos o espaço universitário, do que os não cotistas.

Para Felipe e Silva (2022, p. 3), é primordial que na revisão da Lei de Cotas, sejam consideradas medidas quais sejam:

a não condição a uma renda específica, a previsão explícita das comissões de heteroidentificação no próprio corpo da lei, além da introdução de políticas de permanência como bolsas de estudos aos cotistas. Ou seja, as cotas raciais já tiveram diversos efeitos no tecido social brasileiro, mas há ainda muito o que fazer (2022, p. 3).

É nítida a importância da Lei de Cotas, bem como, faz-se urgente a sua revisão, considerando a passagem de uma década de sua implementação. No contexto atual de perda de direitos, notadamente da população negra e demais grupos desfavorecidos, quando o Estado coaduna com a política neoliberal, na redução de investimentos das políticas sociais, torna-se urgente a retomada da luta pela manutenção das políticas de ações afirmativas. As conquistas efetivadas através de políticas, programas e legislações foram determinantes para a mudança no quadro nacional de desigualdades e não podem retroagir, dada a materialização de direitos, que abrem portas e expandem caminhos, vislumbrando um futuro possível no âmbito da democracia racial que tem sido traçada a passos lentos no Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecer considerações acerca das ações afirmativas de cotas para população negra no Brasil, requer conhecer toda a trajetória destes, partindo do pressuposto de que os africanos foram imigrantes forçados a deixarem suas terras para se tornarem objetos de reprodução e sustentação do incipiente modo de produção capitalista, que através do processo de colonização retirou toda a dignidade de um povo, com suas próprias culturas, religiões, costumes e saberes. A implementação de políticas sociais a título de reparação, indenização para esta população é o mínimo que o Estado tem feito para compensar os séculos de abuso e exploração.

Mesmo que tardiamente, numa perspectiva de amenizar as desigualdades perpetuadas, as políticas de ações afirmativas para inclusão das *maiorias minorizadas* tem se tornado uma abertura para o acesso de direitos fundamentais mínimos dos grupos subalternizados pelo modo de produção capitalista e consequente racismo estrutural de uma sociedade assentada em bases hetero patriarcais, que desenvolveu ao longo dos séculos relações sociais desiguais de exploração que resultaram em um contexto dispare no tange à

democracia racial.

As reflexões trazidas ao longo do artigo, estão longe de serem exauridas, se considerarmos que dez anos de implantação da política de cotas trata-se de uma discussão incipiente, mas com consideráveis mudanças no que se refere à mudança no quadro da presença de negros/as nas instituições de ensino superior. Faz-se necessário um debate elucidativo, no âmbito da sociedade civil acerca da importância da política de cotas, haja vista as inúmeras críticas negativas em torno destas.

A Lei Nº 12.711/2012, tem sido mecanismo de acesso inicial de ascensão social e econômica para os que dela se beneficiam. Mesmo diante de um cenário repleto de contradições, imposto pela sociedade capitalista, tanto as pesquisas, quanto a população negra apontam que a realidade de estudantes negros/, pardos/as, indígenas, deficientes, impactada de forma positiva, com a implementação da Lei de Cotas. Ainda que de forma lenta, a adesão de entes estaduais, municipais, instituições privadas, têm adotado esta política como medida inclusiva e aumento da pluralidade de povos originários fazendo parte de seus quadros de relações humanas, através de concursos públicos e ingresso de discentes por meio desta política.

Dez anos após a implementação da Política de Cotas, faz-se necessária uma revisão da política, conforme planejado na sua publicação, considerando a adesão de medidas que contribuam com a melhoria desta, frente aos novos desafios trazidos no contexto de negação de direitos, que eclodiu nos últimos quatro anos, evidenciando cada vez mais as lacunas na educação .

Ressaltamos ainda que a presença dos povos originários do Brasil e povos tradicionais, abrem inúmeras oportunidades de reflexão, estudos e pesquisada voltados a esta temática. A criação de novas linhas de pesquisa, a discussão em torno da história tão rica deste povo, aliado ao saber ancestral, ampliação e produção do conhecimento científico acerca da cultura, religiões de matriz africana. Portanto, o acesso das populações negra e indígenas nas universidades trata-se de um ganho de aspecto político também, que permite a criação de uma nova perspectiva da discussão que interessa toda a sociedade brasileira. Destarte, ainda está longe de termos uma democracia racial efetivada, as populações negra e indígenas trilharão ainda os caminhos tortuosos de um país desigual, e cheios de obstáculos para a conquista de um status de protagonismo.

Encerramos nosso texto com a reflexão de FANON (2020, p. 235):

Não levamos a ingenuidade ao ponto de acreditar que os apelos à razão ou ao respeito pelo ser humano podem mudar a realidade. Para o negro que trabalha nos canaviais de *Le Robert*, só existe uma solução: a luta. E ele empreenderá e travará essa luta não seguindo uma análise marxista ou idealista, mas simplesmente porque só será

capaz de conceber a sua existência sob a forma de um combate travado contra a exploração, a miséria e a fome.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2021.

BENTO, Cida. O Pacto da Branquitude. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado federal. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 31/10/2022.

BRASIL. Lei Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm> Acesso em: 01/11/2022.

BRASIL. Lei Nº10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 01/11/2022.

BRASIL.. Lei N 12.288 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm> Acesso em: 01/11/2022.

BRASIL'. Lei Nº Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 01/11/2022.

COELHO, M. I.; QUEIROZ, F. M. de; SILVA, S. F. da. Identidade negra e cotas étnico/raciais na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pesquisa e Serviço Social e temas contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2020 (101 - 112).

CISNE ÁLVARO, Mirla; DA SILVA ARAÚJO, Nayra. COLONIALIDADE E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NEGRAS NO BRASIL. World Tensions/Tensões Mundiais, v. 17, n. 33, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/2789/4482>> Acesso em: 11/11/22.

FANON, Frantz. Pele Negra, máscaras brancas. Ed. especial: Ubu. São Paulo. 2020.

FELIPE, D., e SILVA, V. (2022). Os Feitos e os Efeitos das Cotas Raciais no Brasil: avanços, desafios e possibilidades. Escritas Do Tempo, 4(10), 4-9. Disponível em <<https://doi.org/10.47694/issn.2674-7758.v4.i10.2022.0409>> Acesso em; 13/11/2022.

GOMES BARBOSA, Joaquim Benedito; LUCAS DA SILVA, Fernanda Duarte Lopes. As Ações Afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. Série Cadernos do CEJ. 2004. V. 24 Disponível em: <https://bradonegro.com/content/arquivo/11122018_205135.pdf>

Acesso em: 10/11/22.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Combogó, 2019.

PRETO, Canal. Entenda a importância das cotas. YouTube, 14/04/2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SwN4ndBFaPg>> Acesso em: 07/11/2022.

SANTANA, Midiã Noelle. 10 anos de Lei de Cotas: O acesso à universidade pública que mudou vidas. Disponível em: <https://baoba.org.br/10-anos-de-lei-de-cotas-o-acesso-a-universidade-publica-que-mudou-vidas/?gclid=Cj0KCQiAyMKbBhD1ARIsANs7rEHJvkQ7Y4RN5XnrlGlwbN8NevynEBoOPK37j3Oc9olcubewibhE8xQaAiEbEALw_wcB> Acesso em: 13/11/2022.

HONORATO, Gabriela e ZUCCARELLI, Carolina. Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil: Resultados e desafios futuros. Análise de dados da população brasileira e de indicadores das Universidades Federais, 2010-2019. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior – LEPES. UFRJ. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2022/08/pesquisa-avaliacao-lei-de-cotas-lepes-acao-educativa.pdf>> Acesso em: 10/11/2022.



VI *Seminário* estadual

DE SERVIÇO SOCIAL E
DIREITOS SOCIAIS

ISBN: 978-65-01-08323-0

CDL



9 786501 083230